

# **A Casa Nobre na Região Demarcada do Douro no século XVIII**

*Volume I*

**Ana Celeste Maia Pires Glória**

**Tese de Doutoramento em História da Arte da Idade Moderna**

*Versão corrigida após a defesa de tese*



Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor  
em História da Arte da Idade Moderna, realizada sob a orientação científica do Professor  
Doutor Carlos Alberto Louzeiro de Moura

Apoio financeiro da FCT [SFRH/BD/86280/2012] e do FSE no âmbito do III Quadro  
Comunitário de Apoio





*Em memória do meu pai.*



## NOTA PRÉVIA

Esta tese foi redigida de acordo com as normas e formatos estabelecidos pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, tendo-se optado por não seguir o novo Acordo Ortográfico.

Constituída por três volumes, o volume principal inclui o texto e a bibliografia consultada. Em complemento, dois volumes de anexos, o primeiro contém o glossário e os documentos transcritos e o segundo, as fichas de inventário, organizadas em três partes, de acordo com a divisão da Região Demarcada do Douro: Baixo Corgo, Cima Corgo e Douro Superior.

No texto e nas legendas das imagens, indicou-se sempre a localização das casas (freguesia e concelho), e, por razões de economia de texto, a sigla dos concelhos, colocada entre parêntesis.

As referências bibliográficas seguem o sistema «autor-data» do *Chicago Manual of Style*.



## **AGRADECIMENTOS**

A elaboração desta tese de doutoramento foi possível graças ao apoio de várias pessoas e instituições que, directa ou indirectamente, contribuíram para a sua realização e às quais não poderia deixar de expressar os meus agradecimentos, ainda que, porventura, não possa nomear a todos.

Começo por agradecer, de forma especial, ao meu orientador, Professor Doutor Carlos Alberto Moura, a confiança que depositou em mim e no projecto desenvolvido, disponibilizando-se em todo o percurso de investigação.

Agradeço também à Professora Doutora Raquel Henriques da Silva, coordenadora do Departamento de História da Arte desta Faculdade, que acompanhou o meu percurso académico, tendo-me incentivado à boa conclusão deste trabalho. Assim como aos professores Pedro Flor, Susana Varela Flor, Maria João Coutinho e Sílvia Ferreira, investigadores do Instituto de História da Arte e membros do grupo de investigação de arte moderna que sempre me apoiaram e incitaram em todos os momentos.

Ao Doutor Augusto Moutinho Borges, especialista e conhecedor do património de Riba-Côa, uma palavra também de reconhecimento pelas indicações e perspectivas que me abriu.

Agradeço ainda a um conjunto de instituições e respectivos funcionários que se disponibilizaram e incentivaram o trabalho de campo de investigação, bem como o seu progresso e execução. Neles incluo a Dra. Maria João Mota do Arquivo Histórico Municipal de Torre de Moncorvo; o Museu Municipal Dra. Berta Cabral de Vila Flor; o Dr. António Prata e técnicas administrativas, Conceição Lameirinhas e Estela Sobral da Câmara Municipal de Mêda; a Dra. Inês Nazário Silva, o Engenheiro Jorge Sequeira, o Dr. Luís Azevedo e o Dr. Marco Ferro da Câmara Municipal de Mesão Frio; a Dra. Ana Sequeira do Núcleo Museológico de Favaio / Casa da Obra e Câmara Municipal de Alijó; a Dra. Alexandra Lopes e a Dra. Margarida Saavedra da Câmara Municipal de Carraceda de Ansiães; o Dr. Artur Oliveira do Arquivo Municipal de São João da Pesqueira; a Dra. Manuela Rocha (Divisão Desenvolvimento Local), o Dr. António Eduardo, a Dra. Patrícia Anjos (Divisão de Obras, Serviços e Ordenamento do Território) da Câmara Municipal de

Sabrosa; além dos Arquivos Distritais da Bragança, Braga, Guarda, Viseu e respectivos funcionários.

Desejo ainda agradecer aos poucos proprietários de algumas das casas do nosso estudo que aceitaram abrir as suas portas e nos deixaram fazer uma visita, bem como registá-las fotograficamente. E outros que nos cederam inúmeras informações e imagens. À Dra. Alexandra Schiappa da Casa Grande de Almendra (Vila Nova de Foz Côa); ao Engenheiro Luís Cavalheiro do Solar das Casas Novas (Mêda); ao General Alexandre Sousa Pinto da Casa e Capela da Torre das Pedras (Paredes da Beira, São João da Pesqueira); à Dra. Alexandra Osório, da Casa Grande do Serrado (Sanhoane, Santa Marta de Penaguião); ao Dr. Jerónimo Pimentel e Manuel Villas Boas da Casa da Calçada, Provesende (Sabrosa); ao Sr. Joaquim Elísio Cardoso e respectiva família da Casa da Quinta da Moreira (Fontelas, Santa Marta de Penaguião); ao Engenheiro Márcio Nóbrega da Casa da Quinta do Bairro (São João de Lobrigos, Santa Marta de Penaguião); e, ao Engenheiro José de Castro Pereira Coutinho da Casa dos Brolhas (Lamego).

Aos meus familiares e amigos, aos professores e investigadores que apoiaram e acompanharam de perto este percurso, deixo, repetidamente, o meu mais profundo e sincero agradecimento. Muito em especial, aos meus pais, cuja naturalidade me permitiu conhecer Almendra (Vila Nova de Foz Côa) e a sua Casa Grande, ponto de partida do presente trabalho. Aos meus amigos e colegas, Patrícia de Sousa Melo, Raquel Seixas, Bruno Marques e Israel Guarda, pelos longos anos de partilha, sugestões e contributos, estimulando-me sempre a prosseguir. E um agradecimento especial aos meus amigos Ricardo Cordeiro e Joana Vieira Paulino que me acompanharam nos últimos meses, auxiliando-me na revisão final da tese.

Finalmente, quero expressar a minha gratidão à Fundação para a Ciência e Tecnologia por ter financiado esta investigação, através da atribuição de uma bolsa de doutoramento. O seu apoio foi fundamental e decisivo para a realização dos objetivos a que me propus.

## LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

ADB-UM – Arquivo Distrital de Braga / Universidade do Minho  
ADBG – Arquivo Distrital de Bragança  
ADGRD – Arquivo Distrital da Guarda  
ADP – Arquivo Distrital do Porto  
ADVIS – Arquivo Distrital de Viseu  
ADVRL – Arquivo Distrital de Vila Real  
BNP – Biblioteca Nacional de Portugal  
Cf. – Conforme  
Cit. – Citada  
Col. – Coleção  
Cx. – Caixa  
DGPC - Direcção-Geral de Património Cultural  
Doc. / doc. – Documento; documento  
Ed. – Edição  
FCG – Fundação Calouste Gulbenkian  
Fig. – figura  
fl. / fls. – Fólio / fólhos  
GEHVID – Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense  
IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico  
IPA – Inventário do Património Arquitectónico  
IPPAR – Instituto Português do Património Arquitectónico  
IVPD – Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto  
Lv./ lv. – Livro; livro  
n.a. – não aplicável  
SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico  
TT – Torre do Tombo  
v. – verso  
s.a. – sem autor  
s.d. – sem data  
s.p. – sem página  
SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico  
Vol., Vols. – Volume / Volumes

### **Concelhos:**

Alfandega da Fé – AF  
Alijó – AJ  
Armamar – AMM  
Carraceda de Ansiães – CA  
Lamego – LMG  
Mêda – MD  
Mesão Frio – MF  
Mirandela – MDL  
Murça – MÇ  
Peso da Régua – PR  
Resende – RS  
Sabrosa – SBS  
Santa Marta de Penaguião – SMP  
Tabuaço – TBÇ  
Torre de Moncorvo – TM  
Vila Flor – VF  
Vila Nova de Foz Côa – VNFC  
Vila Real – VR





# A CASA NOBRE NA REGIÃO DEMARCADA DO DOURO NO SÉCULO XVIII

ANA CELESTE GLÓRIA

## RESUMO

**PALAVRAS-CHAVE:** Casa nobre; Arquitetura civil; Região Demarcada do Douro; Século XVIII.

Com a criação da Companhia das Vinhas do Alto Douro, integrada na política proteccionista do ministro de D. José I (1714-1777), Sebastião de Carvalho e Melo, futuro marquês de Pombal (1699-1782), definiu-se em 1756 a Região Demarcada do Douro. Trata-se de uma área interior, de grande extensão, a primeira região demarcada e regulamentada do Mundo, localizada na bacia hidrográfica do rio Douro, entre Barqueiros (Mesão Frio) e Barca d'Alva (Figueira de Castelo Rodrigo), onde se intensificou a produção do vinho do Porto nas suas quintas, completamente viradas para essa produção. Foram enormes, as consequências económicas e sociais deste processo, que se reflectiu também na arquitectura, sobretudo nas habitações das famílias nobres, vivendo no território associadas a esta economia agrária e vinícola.

Partindo de um *corpus* de 164 edifícios, esta tese pretende estudar a casa nobre da época Setecentista, numa perspectiva regional, integrando-a no conjunto dos estudos sobre a arquitectura doméstica. Distribuídas de maneira irregular por três sub-regiões, a de Baixo Corgo, a de Cima Corgo e a do Douro Superior, estas casas apresentam características próprias, que as relacionam umas com as outras e com as restantes que se construíram no País durante este período áureo do Barroco.

Dividida em cinco capítulos, procura-se discutir no primeiro o conceito de casa nobre e a sua ligação àquilo que na língua portuguesa se pode definir por Solar, Casa, Quinta, Paço ou Palácio.

O segundo capítulo apresenta uma definição histórica do território da Região Demarcada, procurando ao mesmo tempo, compreender as suas especificidades geográficas e climáticas, que condicionaram a actividade construtiva.

No terceiro capítulo estudam-se os encomendantes responsáveis pela edificação, embora sem aprofundar a história das famílias e as suas ligações. E os mestres de obras que circulavam na Região, a par de pedreiros, canteiros, pintores, escultores e entalhadores. A sua cultura artística, o que conheciam do Barroco do norte de Portugal e das suas sugestões, alguns tratados que chegavam também às bibliotecas, são aspectos que foram considerados.

Partindo da análise dos exteriores, o quarto capítulo procura caracterizar tipologias e modelos. Ocupando-se sobretudo das fachadas, com os materiais que nelas são utilizadas, estudo da sua composição e os motivos decorativos mais frequentes.

O quinto e último capítulo centra-se nos ambientes domésticos e na decoração dos interiores, do piso térreo ao piso nobre, com o vestíbulo e a escadaria, além da

distribuição dos espaços, da cozinha à capela anexa. Um destaque especial é dado às pinturas em perspectivas dos tectos e aos jardins.

Profundamente integrada na Região e evidenciando-se com a sua presença nos aglomerados urbanos, a casa nobre do Douro, de que a Casa de Mateus em Vila Real é um dos exemplos mais conhecidos, a par da Casa do Cabo, em São João da Pesqueira, constitui um capítulo importante da história da arte e do património artístico português que aqui se procura tratar.

# THE NOBLE HOUSE IN THE DEMARCATED DOURO REGION IN THE 18th CENTURY

ANA CELESTE GLÓRIA

## ABSTRACT

KEYWORDS: Noble house; Civil architecture; Demarcated Region of Douro; Eighteenth century.

Along with the formation of Companhia das Vinhas do Alto Douro in 1756, integrated in the protectionist policy of D. José I (1714-1777) minister, Sebastião de Carvalho e Melo, future marquis of Pombal (1699-1782), the Demarcated Douro Region was created. It is an interior area of great extension, the first demarcated and regulated region in the World, located in the hydrographic basin of the Douro River, between Barqueiros (Mesão Frio) and Barca d'Alva (Figueira de Castelo Rodrigo), where the production of Port wine on its farms was intensified and completely turned to this production. The economic and social consequences of this process were enormous, having effect in the architecture, especially in the homes of the noble families living in the territory and which were associated with this agrarian and wine economy.

Starting from a corpus of 164 buildings, this thesis intends to study the noble house of the eighteenth century, in a regional perspective, integrating it in the set of studies on domestic architecture. Irregularly distributed across three sub-regions - Baixo Corgo, Cima Corgo and Douro Superior - these houses have their own characteristics, which relate them to each other and to the rest that were built in the country during the Baroque period.

Divided into five chapters, the first one aims to discuss the concept of a noble house and its connection to what can be defined in Portuguese as *Solar*, House, Farm, *Paço* or Palace.

The second chapter presents a historical definition of the territory of the Demarcated Region, while trying to understand its geographical and climatic specificities conditioning the construction activity.

In the third chapter, the commissioners responsible for the building are studied, although without developing the history of the families and their connections. The masters that circulated in the Region, together with masons, flowerbeds, painters, sculptors and carvers are also analysed. Their artistic culture, what they knew about the Baroque of Northern Portugal and their suggestions, some treaties that also reached libraries, are aspects that were considered.

Based on the analysis of the exteriors, the fourth chapter seeks to characterize typologies and models. Mainly looking after the *façades*, materials and studying their composition and the most frequent decorative motifs.

The fifth and final chapter focuses on domestic environments and interior decoration, from the ground floor to the noble one, with the lobby and staircase, in addition to the

distribution of spaces, from the kitchen to the attached chapel. A special emphasis is given to paintings from the perspective of ceilings and gardens.

Deeply integrated in the Region and showing itself with its presence in urban agglomerations, the noble house of the Douro, of which Casa de Mateus in Vila Real is one of the best-known examples, along with Casa do Cabo, in São João da Pesqueira, constitutes an important chapter in the history of art and the Portuguese artistic heritage that we are tried to deal with.

# ÍNDICE

NOTA PRÉVIA .....	vii
AGRADECIMENTOS.....	ix
LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS .....	xi
RESUMO / ABSTRACT.....	xiii

## *A Casa Nobre na Região Demarcada do Douro no século XVIII*

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>Capítulo I – Da casa nobre à ermida: conceitos e etimologias .....</b>	<b>21</b>
<b>Capítulo II – A Região Demarcada do Douro e a envolvência histórica .....</b>	<b>43</b>
2.1. Localização e história .....	43
2.2. Especificidades e contrastes do território .....	58
2.2.1 Morfologia, relevo e altitude .....	58
2.2.2 Solo e litologia .....	60
2.2.2 Clima.....	62
2.2.4 Flora e vegetação .....	64
2.3. Implantação e configuração da casa no território.....	65
2.3.1. Contextos e condicionantes .....	66
2.3.2. Implantação e localização .....	79
<b>Capítulo III – Os encomendantes, os mestres e os artistas .....</b>	<b>101</b>
3.1. Os encomendantes .....	101
3.2. Os mestres-de-obras: da arrematação à obra.....	116
3.2.1. Arquitectos, pedreiros e canteiros .....	119
3.2.2. Outros: pintores e carpinteiros.....	156
3.4. Circulação de artistas .....	166
<b>Capítulo IV – A arquitectura: tipos, modelos e decoração .....</b>	<b>175</b>
4.1. Os materiais e os elementos de construção.....	175
4.2. Da configuração da casa à fachada.....	185

«Casa comprida»).....	188
Casa com capela .....	194
«Casa-torre».....	200
Casa em «L».....	204
Casa em «U» e «duplo U» .....	207
Casa com pátio .....	211
Outras configurações .....	214
4.3. «Fachada».....	216
4.3.1. Tipos e modelos de fachada.....	216
Fachada de piso único .....	219
Fachada irregular.....	221
«Dupla fachada».....	224
4.3.2 Elementos de composição .....	226
4.3.3. Decoração.....	235
Elementos estruturais .....	237
Elementos decorativos .....	267
Elementos identificativos .....	334
Fachadas laterais e posteriores.....	356
<b>Capítulo V – Os ambientes domésticos e a decoração interior .....</b>	<b>359</b>
5.1. Organização dos ambientes domésticos .....	360
5.1.1. Do piso térreo ao piso nobre .....	360
5.1.2. Elementos de transição: vestíbulo e escadaria.....	367
5.1.3. Distribuição dos espaços: da cozinha à capela .....	388
5.2. Ambientes e soluções decorativas: dos tectos às pinturas em perspectiva .....	409
5.3. Entre o deleite e a utilidade: do jardim às actividades agrícolas e vinícolas.....	434
5.3.1. Do jardim barroco português ao jardim duriense .....	434
5.3.2. Que tipos de jardim? .....	439
5.3.3. Especificidades e características (elementos e organização) .....	443
5.3.4. As arquitecturas e os elementos decorativos.....	446
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>455</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>461</b>
1.1. Fontes manuscritas .....	461

1.2. Obras de referência e estudos.....	466
1.3. Recursos electrónicos .....	488
1.4. Fontes visuais (desenhos, plantas, fotografias e processos de obras).....	500

## **Volume I**

Glossário

Anexo Documental

## **Volume II**

Fichas de Inventário

Parte I

Parte II

Parte III





## INTRODUÇÃO

Na Região Demarcada do Douro, assim instituída desde 1756 com a criação da Companhia Geral de Agricultura das Vinhas do Alto Douro, a par das quintas históricas que se distribuem por todo o vale, associadas à actividade vinícola de forte impacto económico e social, encontramos a arquitectura com as suas formas próprias. Entre elas, se destaca de modo bem visível a casa nobre, que ganhou particular relevo no panorama da arquitectura barroca em Portugal por efeito do aparato e cuidado artístico que nela se impunha.

A casa nobre é entendida como o local de residência de uma família nobre, de um proprietário elevado à condição de fidalgo. Integram-se ainda nesta categoria todas as casas que apresentem pedra-de-armas ou uma arquitectura erudita. Quando implantada no local de origem de determinada família, a casa nobre poderá ser também designada de solar. Trata-se de uma estrutura habitacional que se distingue no Portugal Setecentista do restante edificado, pelo seu cariz erudito proeminentemente barroco, participando assim na problemática desta linguagem artística. Uma arquitectura que, depois de ter conhecido no século XVII uma fase experimental<sup>1</sup>, passara, segundo José Fernandes Pereira (1992, 28-49; 50-116), a uma fase de definição e ao seu momento áureo, coincidente em grande medida com o reinado de D. João V (1707-1750). Nele se desdobra o que este historiador designa por Barroco de corte, que tem a capital e o Palácio-Convento de Mafra como centro, e o Barroco do norte<sup>2</sup>, que se estende até aos finais do segundo terço do século XVIII, com o Porto e Braga como focos mais importantes. A par disso, um “Barroco provincial”, que inclui as regiões do interior, caso das Beiras e Trás-os-Montes, onde há que destacar cidades como Lamego e Vila Real.

Tudo isto acompanhado por um processo de dinamização visual, que se exprime na plasticidade do granito dos portais de muitas fachadas e nos interiores na decoração com o azulejo e a talha dourada, isto é, a grande originalidade portuguesa, como explica José Eduardo Horta Correia (2010, 223-236).

---

<sup>1</sup> Pereira 1992, 14-27; Pereira 1995b, 11-50; Serrão 2003, 11-154; Ferreira-Alves 2005, 135-136.

<sup>2</sup> A este respeito veja-se: Serrão 2003, 266-274; e Ferreira-Alves 2005, 135-153.

## 1. A casa nobre e a sua fortuna crítica

A casa nobre tem sido um objecto de investigação profusamente estudado e que inspirou estudos interdisciplinares, não só da historiografia nacional como da internacional. Porém, emerge envolto em muitos outros subtemas. É um tema da História da Arte, mas acima de tudo, da História da Arquitectura, da arquitectura doméstica erudita, da habitação, da distribuição e organização dos interiores e das vivências sociais. Em suma, quando estudamos a casa nobre, ela pode ser entendida e problematizada segundo diferentes linhas de abordagem que se cruzam entre si.

A primeira dessas linhas procurou inicialmente a caracterização da casa do ponto de vista da cultura popular e tradicional. Tem como representantes geógrafos e etnógrafos, como Adolfo Coelho (1847-1919), Vergílio Correia (1888-1944), Joaquim de Vasconcelos (1849-1936), Leite de Vasconcelos (1858-1941) e Orlando Ribeiro (1911-1997). Sobre eles escreveu Isabel Soares de Albergaria: “Sempre muito centrados no modo de habitar, tradições e hábitos de vida rústica, em estrita conexão com as características regionais e distribuição territorial, as suas pesquisas representaram um extraordinário manancial de informação e decisiva motivação para estudos de incidência arquitectónica” (Albergaria 2012, Vol.1, 22).

Os percursores desta linha, interessados sobretudo no estudo do modo de habitar o mundo rural e tendendo para uma perspectiva arquitectónica, deram origem ao movimento da “Casa Portuguesa”, que se destacou na última década do século XIX e nos primeiros anos do século XX<sup>3</sup>. De grande pendor tradicionalista, os etnógrafos envolvidos, sobretudo, Henrique das Neves (?-1915) e, mais tarde, o arquitecto Raúl Lino (1879-1974), focaram-se nas questões tipológicas e estéticas. Procuravam caracterizar o tipo de casa portuguesa, com particular privilégio da arquitectura vernacular. Aos nomes citados juntam-se ainda João Barreira (1866-1961), Rocha Peixoto (1866-1909) e Joaquim de Vasconcelos (1849-1936), críticos da ideia do “*aportuguesamento*” da arquitectura nacional, presa àquele movimento, deixando de

---

<sup>3</sup> Relativamente ao tema da «casa portuguesa», veja-se Leal 2000, 107-227.

parte uma leitura regional que atenderia às especificações de cada região, apontando caminho para a necessidade de perceber e individualizar tipologias de casas<sup>4</sup>.

A segunda linha de abordagem prende-se com a perspectiva histórica, ou seja, com a leitura da casa enquanto objecto formal para entender a arte e sociedade de determinado período histórico. A casa seria assim perspectivada como resultado e reflexo da evolução dos domínios social, económico, político e cultural, e claro, do artístico.

De facto, recentemente, tem-se verificado um renovado interesse pelo estudo da casa, com particular destaque para a casa urbana. As delimitações geográficas passam a ser mais amplas, não se circunscrevendo os estudos a casos particulares. Também a abordagem cronológica se revela alargada, estudando-se os edificados, no que importa para o presente estudo, desde a época medieval ao início da Idade Moderna<sup>5</sup>. Assim, no que se refere à casa no período medieval, salienta-se o capítulo de A. H. de Oliveira Marques, no seu livro sobre *A Sociedade Medieval Portuguesa. Aspectos da Vida Quotidiana* (1964), um contributo que foi marcante até pelo carácter inovador das matérias que tratava.

Outra perspectiva historiográfica está presente na *História da Vida Privada em Portugal* (2010-2011), coordenada por José Mattoso<sup>6</sup>, um paralelo nacional à obra francesa de amplitude europeia de Philippe Ariès e Georges Duby (1990). Organizada de acordo com a sequência cronológica – períodos medieval, moderno e contemporâneo –, esta obra reflecte sobre o domínio do privado, do público e o quotidiano. No que concerne à Época Moderna, encontramos ali um conjunto de estudos sobre os ambientes e espaços interiores dos diferentes grupos sociais (das elites ao povo), às

---

<sup>4</sup> Ainda neste âmbito, surgiu em meados da década de 50 o *Inquérito à Arquitectura Regional em Portugal*, realizado pelo Sindicato Nacional dos Arquitectos entre 1955 e 1960 e publicado em 1961, na sequência do *Inquérito à Habitação Rural* (1943-1947). Nele se retomavam algumas ideias de Barreira e Vasconcelos quanto à diversidade tipológica da casa rural, empreendendo um inventário rigoroso, embora privilegiando a arquitectura de linguagem moderna e funcional da época. Por seu turno, o *Inquérito à Habitação Rural*, promovido pelo Instituto Superior de Agronomia, procurava indagar sobre as condições em que vivia a população rural em Portugal. Sobre este estudo consulte-se: Basto 1943; Barros 1947, Vol.II.

<sup>5</sup> Consulte-se Conde 1999, 2000-2001, 2005, 2011; Ferreira 2000-2001; e Trindade 2002.

<sup>6</sup> Publicação em quatro volumes: Mattoso 2010 – Vol.1: *A Idade Média*, coord. Bernardo Vasconcelos e Sousa; Vol.2: *A Idade Moderna*, coord. Nuno Gonçalo Monteiro; Vol.3: *A Época Contemporânea*, coord. Irene Vaquinhas; e Vol.4: *Os nossos dias*, coord. Ana Nunes Almeida.

relações de poder, estratégias e práticas culturais, apesar de relegar para segundo plano o espaço arquitectónico da casa. Não sendo um livro de história da arte, tem o interesse de apresentar importantes dados sobre a funcionalidade dos interiores das casas portuguesas, objecto central da nossa investigação.

Embora valiosos para a compreensão do modo de viver, os estudos referidos relacionam-se mais com a história social do que com a história da arte e da arquitectura, que é a perspectiva em que nos colocamos.

As primeiras achegas para o estudo da arte e arquitectura barroca em Portugal, com a qual a casa nobre duriense se relaciona, surgiram na primeira metade do século XX, registando-se um maior desenvolvimento na sua segunda metade. Destacam-se, neste aspecto, vários historiadores portugueses e estrangeiros, de Robert Smith (1949ab, 1968, 1971), John Bury (1956) e Germain Bazin (1949, 1950, 1970), a Paulo Varela Gomes (1987, 1988) e José Fernandes Pereira (1989, 1992).

Robert Smith (1949a) grande impulsionador do interesse por este campo de estudos, considera ter sido na arquitectura do século XVIII que em boa medida captam as manifestações do Barroco, em particular nas edificações do norte do País, com especial incidência em Viseu, Lamego, Braga e Porto. Nelas se desenvolvem as complexidades assimétricas e plásticas do robusto Barroco regional, características reflectidas nas excêntricas e excessivamente decoradas fachadas destes edifícios (1949a, s.p.), de que o exemplo, a Casa do Cabo, em São João da Pesqueira (SJP), cuja fachada o autor ilustra repetidamente nas suas publicações.

Também José Fernandes Pereira (1989) quis valorizar os exemplares do norte, aos quais dedicou um capítulo intitulado “Barroco Provincial” (1989, 149-168), a que se seguiu o capítulo sobre a “Casa Nobre” (1989, 169-180) onde são mencionados alguns dos solares do vale Douro. O historiador evidencia a edificação de novas casas, bem como a ampliação das antigas, inseridas em zonas de grande beleza paisagística. Refere como exemplos a Casa de Mateus, em Mateus (VR), a Casa do Cabo (SJP) e a Casa Grande de Almendra, em Almendra (VNFC) (Pereira 1989, 176). Particulariza ainda nesta região a utilização sistemática da “casa comprida”, tipologia que se observa em alguns dos casos citados, a par de outras casas da zona vinhateira.

Ainda quanto à historiografia nacional sobre a casa nobre, numa perspectiva da história da arte e da arquitectura, há que assinalar a importante bibliografia de Carlos de Azevedo, particularmente os *Solares Portugueses, introdução ao estudo da casa nobre* (1969; 1988)<sup>7</sup>. Trata-se da primeira grande abordagem de carácter geral, ainda hoje um marco e ponto de partida de qualquer investigação sobre o tema. Um trabalho em que o autor procedeu à identificação e inventariação de elevado número de casas nobres e solares de todo o País, destacando o norte, onde a arquitectura barroca atinge maior profundidade e originalidade, justamente com a casa nobre, considerada a expressão mais emblemática do Barroco nortenho<sup>8</sup>. O elenco de exemplares identificados é, por essa razão, numericamente superior ao de outras regiões, evidenciando os mais importantes, como a Casa de Mateus, em Mateus (VR), a Casa da Ínsua, em Penalva do Castelo, o Palácio da Brejoeira, em Monção, a Casa do Cabo, em São João da Pesqueira (SJP), as Casas Novas, em Peso da Régua (PR) e o Solar da Rede, em Mesão Frio (MF). Mas também alguns menos conhecidos, sem com isso evitar deixar de parte alguns casos notáveis.

Na análise das casas, Azevedo definiu as principais características e tipologias da arquitectura civil doméstica do período medieval ao contemporâneo. No período e região que nos interessa, referenciou como elementos centrais a imponência e volume da massa arquitectónica, o desenvolvimento da casa num único pano, de que a “casa comprida” é o tipo mais recorrente, ainda que nem sempre caracterizada pela regularidade da sua planta. Além do cuidado organizativo das fachadas com a sua decoração exuberante, a presença de uma capela para uso privado e familiar e o esforço decorativo dos interiores, em detrimento do exterior (Azevedo 1988, 71-78).

---

<sup>7</sup> Esta publicação resultou do projecto financiado por uma bolsa da Fundação Calouste Gulbenkian (FCG, Lisboa), a 1 de Setembro de 1959. O projecto tinha como finalidade a recolha e registo fotográfico da casa nobre portuguesa e a elaboração de um estudo sobre os solares portugueses, a sua arquitectura e a sua evolução desde a época medieval até ao século XIX. Intitulado “Solares Portugueses”, o fundo originado pelo projecto, hoje depositado no Arquivo da FCG, é constituído por fichas de inventário e largas centenas de fotografias. Tendo concluído a bolsa a 31 de Janeiro de 1962, o autor publicou a obra *Solares Portugueses* somente em 1969, sendo posteriormente reimpressa em 1971 e 1988.

<sup>8</sup> Segundo Carlos de Azevedo, “[...] a arquitectura setecentista do Norte do País, é uma das mais originais contribuições portuguesas para o barroco europeu, e da sua projecção se pode avaliar se nos lembrarmos como se tornou extensiva ao Brasil” (Azevedo 1988, 66). Consulte-se ainda Ferreira-Alves 2005, 145-147.

A par das obras supracitadas, existem igualmente publicações de carácter geral, como as de Gustavo de Matos Sequeira (1950), António Lambert Pereira da Silva (1958) e Marcus Binney (1987). Estas apresentam, todavia, diferentes especificidades. A primeira pende para o teor literário, centrado na observação das casas e palácios de Lisboa e seu termo, Porto, Entre-Douro e Minho, Trás-os-Montes, Beiras, Estremadura e Alentejo, procurando assinalar este património como potenciador do desenvolvimento turístico regional. Por sua vez, Lambert Pereira da Silva elaborou uma extensa colectânea de fascículos reunidos em quatro volumes, com um levantamento parcial das casas cuja análise decorre de um trabalho essencialmente genealógico dedicado à família dos proprietários. Já o estudo de Marcus Binney reveste-se de um carácter ilustrativo e de divulgação do património doméstico, numa atitude também adoptada por outros autores<sup>9</sup>. Segue, assim, uma organização geográfica, integrando as ilhas da Madeira e dos Açores, bem como o Brasil. A utilidade desta obra reside no facto de oferecer ao leitor um conjunto de fotografias dos interiores das casas, a que nem sempre é possível aceder.

Numa linha muito próxima à de Carlos de Azevedo (1969) destacamos a publicação de Hélder Carita e António Homem Cardoso (2015)<sup>10</sup>. Os autores esboçaram as principais características, diferenças e semelhanças da casa senhorial, desde a sua origem até ao século XIX, partindo do contexto geográfico onde estas se implantam. A par destes aspectos e dando seguimento ao trabalho de Azevedo, consideram as tipologias e funções das casas. Salienta-se, ainda, à semelhança de outras suas obras<sup>11</sup>, a abundância de ilustrações e plantas que acompanham o texto. Todavia, este contributo carece de um inventário das edificações mencionadas, como fizera Azevedo,

---

<sup>9</sup> Em que se incluem as seguintes publicações, com inventários bastante ilustrados, ainda que numa vertente sobretudo turística: Trigueiros 1991; Saraiva 1999; TURIHAB 1999; Carvalho 2000; e Cunha 2011. Acrescente-se ainda, na esfera do estudo dos jardins, a sinalização de solares e casas, em: Bowe 1989 e de Castel-Branco 2014.

<sup>10</sup> Esta publicação surge no culminar de anos de investigação e de um conjunto de actividades que o historiador desenvolveu. Salientamos a participação no projecto de investigação “A casa senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro (séculos XVII, XVIII e XIX). Anatomia dos interiores” (PTDC/EAT-HAT/112229/2009), coordenado por Isabel Mendonça. Como o título indica, este projecto procurou identificar as casas senhoriais de Lisboa e do Rio de Janeiro, analisando detalhadamente a sua localização, elementos decorativos e modelos adoptados, quer na arquitectura do exterior como do interior. Os resultados encontram-se disponíveis em <http://www.casaruibarbosa.gov.br/acasasenhorial/index.php>.

<sup>11</sup> Pelo cruzamento dos temas com o da casa nobre, o primeiro em torno dos ambientes interiores – Carita 1983, 1987.

bem como de um mapeamento geográfico detalhado e de uma bibliografia mais exhaustiva e actualizada.

Para além da tentativa genérica de caracterização da casa nobre em Portugal, suas tipologias, modelos e especificidades do exterior e interior, outros autores procuraram tratar este tema numa rigorosa perspectiva histórica, em teses universitárias de elevado nível metodológico. Referimo-nos a José Custódio Vieira da Silva (1995) e Mário Barroca (2002)<sup>12</sup>, que se focaram no período medieval e, em particular, na arquitectura gótica civil, na casa-torre ou *domus fortis* medieval.

Existem diversos estudos para a Época Moderna, abrangendo todo o território português, virados, *grosso modo* para uma análise regional das casas. É o que sucede com as investigações sobre o concelho de Arco de Valdevez (Silva 1989-1996) e Ponte de Lima (Paiva 2011) e os estudos alargados a todo o Minho (Stoop 2000; 2015). A investigação sobre a arquitectura portuense na época dos Almas (Ferreira-Alves 1988), embora direccionada para uma apreciação das obras públicas, levou em consideração a casa nobre, originando depois uma monografia (Ferreira-Alves 1995, 2001)<sup>13</sup>. Outros ainda, centraram-se em Bragança (Rodrigues 1995, 2001), Mangualde (Ramos; Pedro 1997; Ramos 2009), Viseu (Borges 1998), Pinhel (Metello de Nápoles, 2006) e Lousada (Ribeiro 2007). Parte deles limitados a meras descrições acompanhadas de fichas de inventário, nas quais o destaque recai sobre as famílias proprietárias e a sua linhagem nobiliárquica, relegando a análise da casa nobre para um plano quase inexistente.

Com uma orientação completamente distinta, registe-se um importante universo de monografias realizadas em termos da história da arte e arquitectura enquanto disciplina, dedicadas aos palácios reais e casas nobres, com particular incidência na área de Lisboa. Mencione-se, por exemplo, Ilídio de Araújo (1944-1952),

---

<sup>12</sup> Consulte-se: Silva 1995; e Almeida, Carlos Alberto Ferreira de; Barroca, Mário. 2002. "O Gótico." In *História da Arte em Portugal*, Coord. Carlos Alberto Ferreira de Almeida, 2.º Vol.: 86-128. Lisboa: Ed. Presença.

<sup>13</sup> Publicação que corresponde à sua tese de Doutoramento (Ferreira-Alves 1987).



Raúl Lino (1982), Marieta Dá Mesquita (1992) e António Filipe Pimentel (2002), a par de outros<sup>14</sup>.

Para o sul e ilhas, evidenciando-se neste contexto o Algarve e a Ilha de São Miguel (Ponta Delgada, Açores), refira-se os estudos de João Vieira Caldas (2007) e Isabel Soares de Albergaria (2012), duas obras modelares e da maior importância neste campo de investigação. Na sua tese de Doutoramento intitulada *A arquitectura rural do antigo regime no Algarve*, Vieira Caldas trata a arquitectura doméstica popular e erudita, cingindo-se a outros exemplares que não propriamente casas nobres. Por sua vez, em *A casa nobre na ilha de S. Miguel: do período Filipino ao final do Antigo Regime*, Isabel Soares de Albergaria foca-se na casa nobre Micaelense, surgida no meio rural e urbano e reveladora das estruturas socioeconómicas, técnico-construtivas e culturais do Antigo Regime no ambiente insular.

## 2. O estado da questão sobre a casa nobre duriense

Percorrido, ainda que brevemente, o panorama dos estudos sobre a casa e a casa nobre em Portugal, concluímos que as áreas geográficas que mereceram maior atenção foram as de Lisboa, Viseu, Porto e a região do Minho, carecendo de um estudo aprofundado outras áreas, como a região duriense. O que constitui uma lacuna evidente atendendo ao peso histórico deste espaço, na sua demarcação territorial, às implicações da política pombalina e ao surgimento das inúmeras *quintas históricas* ligadas à produção vinícola. Tendo sido, vários os historiadores que se interessaram por esta região, fizeram-no numa vertente da História e da arquitectura vernacular (Monteiro 1911; Cordeiro 1941; Fauvrelle Ferreira 1999, 2013; e o Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense), diferente daquela que pretendemos desenvolver no presente estudo.

A primeira e única tentativa de inventariação da casa nobre duriense deve-se a José Correia de Azevedo (1974), vinda a público em *Brasões e casas brasonadas do*

---

<sup>14</sup> Sobre os palácios reais de Lisboa, veja-se Lino 1982 e Andrade 1990; outros palácios e casas nobres: Pires 1924; Araújo 1944-1952; Sequeira 1961; Guedes 1971; Simões 1973; Corte-Real 1983; Saraiva 1985; Andrade 1990; Mesquita 1992; Ferrão 1994; Carita 1995; Ferro 1997; Pimentel 2002; Senos 2002; Gaspar 2005ab e Borges 2015, 2019.

*Douro* (1974)<sup>15</sup>. No entanto, é um levantamento incompleto, estando omissos os concelhos de Mirandela e de Alfândega da Fé, ainda que contenha um elenco descritivo dos brasões e linhagens dos proprietários das casas nobres. Paralelamente, o estudo da casa nobre como objecto artístico e arquitectónico, bem como a análise do discurso que sobre ele se tem vindo a construir desde a sua edificação, não são tidos em consideração, sendo mesmo suprimidos em grande parte da publicação. Efectivamente, a finalidade do estudo de Azevedo reside, primordialmente, na pedra-de-armas (referida como brasão) e não nas casas.

A par deste, ao longo dos anos, surgiram mais trabalhos orientados para determinados concelhos e distritos da Região Demarcada do Douro sem, no entanto, contemplarem o total das casas identificadas, bem como todos os aspectos a elas inerentes. Contam-se entre eles os contributos de Anabela Ramos e Ivone Pedro (1997) e de Nelson Correia Borges (1998), com o inventário e registo fotográfico das residências nobres dos concelhos de Armamar e São João da Pesqueira, no distrito de Viseu (Cima Corgo). Além dos artigos de Augusto Moutinho Borges, direccionados para a região de Riba-Côa, em parte, Douro Superior: “Notas para o Estudo da Casa Nobre em Almeida” (2000), “A Casa Nobre em Riba Côa” (2001) e “Estudo da casa nobre no Vale do Côa” (2008), que abriram caminho à realização da sua dissertação de Mestrado, *As casas históricas do Vale do Côa: valorização do património arquitectónico com objectivos turísticos e culturais* (2003). O seu principal objectivo prendia-se com a identificação e análise da «casa histórica» ou «casa nobre», entendida como elemento potenciador do desenvolvimento turístico e, por conseguinte, económico, da região abrangida pelos programas das *Aldeias Históricas de Portugal* e do *Parque Arqueológico do Vale do Côa* – Almeida, Almendra (Douro Superior), Freneida, Pinhel e Sortelha. Importantes pelos dados compilados na descrição de alguns aspectos, tanto esta dissertação como os artigos não se propõem, nem era essa a sua finalidade, aprofundar as relações artísticas e arquitectónicas entre os exemplares recenseados.

---

<sup>15</sup> Também da autoria de Correia de Azevedo é a obra *Património Artístico da Região Duriense* (1972), resultado de um detalhado levantamento patrimonial organizado por concelhos e respectivas freguesias, em que houve a preocupação de destacar a arquitectura civil doméstica, ou seja, os solares e as casas nobres. Também esta publicação é profusamente ilustrada com fotografias de época.

Numa outra perspectiva disciplinar, a da arquitectura e das metodologias de intervenção neste património, refira-se a dissertação de Mestrado de Filinto José Osório, *Arquitetura doméstica erudita: Solares de Entre-Côa-e-Távora* (2006). Tendo como objecto as casas e solares da área compreendida entre os rios Côa e Távora, abarcando os concelhos de Moimenta da Beira, Penedono, São João da Pesqueira, Sernancelhe, Tabuaço e Vila Nova de Foz Côa, em parte abrangidos pela Região Demarcada do Douro (Cima Corgo e Douro Superior), o autor realizou um inventário sistemático, observando o seu estado de conservação à data do trabalho de campo. Importa neste estudo, para a nossa investigação aqui presente, a incorporação de um acervo cuidadoso de plantas e fotografias do exterior e do interior das casas.

Por sua vez, a publicação de Joaquim Correia Duarte, embora dedicada, como o título indica, às *Casas e brasões de Resende* (2007), apresenta uma organização análoga a algumas das publicações já mencionadas. Neste sentido, identificada a casa nobre, o autor acrescenta uma breve síntese da mesma, seguindo-se a descrição do brasão e linhagem dos seus proprietários. Fica, porém, por tratar a problemática decorrente do entendimento dos edifícios no tempo e no espaço.

Por último, não podemos deixar de mencionar os trabalhos académicos em torno da arquitectura senhorial de Lamego (Baixo Corgo). Sobretudo a dissertação de Mestrado de Ana Rita Moreira, *O Estudo da Casa Nobre na Cidade de Lamego* (2017)<sup>16</sup>, que resultou de um estágio desenvolvido em Lamego, centrado no estudo de vinte casas nobres daquela cidade e considerando aspectos históricos e arquitectónicos desde a sua construção até à actualidade. Embora se trate de um catálogo analítico, é de ressaltar a minúcia e cuidado ao apresentar inúmeras fotografias do exterior e do interior das casas, além de plantas, documentos somente presentes na dissertação de Osório (2006).

Ainda para Lamego, há que referir a tese de Doutoramento de Inês da Conceição Borges sobre *A arquitetura senhorial: matriz da sociabilidade, do poder e da cultura em Lamego nos séculos XVII e XVIII* (2018). Focada no estudo da casa nobre, a historiadora realizou um levantamento de casas na cidade de Lamego, mas também em Cambres,

---

<sup>16</sup> Dissertação publicada *on-line* pelo Museu de Lamego: Moreira, Ana Rita. 2018. *Estudo da casa nobre na cidade de Lamego*. Lamego: Museu de Lamego/Direcção Regional de Cultura do Norte. [https://issuu.com/066239/docs/estudocasanobrecidadelamego\\_ebook](https://issuu.com/066239/docs/estudocasanobrecidadelamego_ebook)

Penajóia, Samodães e Valdigem. Partindo da análise artística e arquitectónica, Borges expõe a importância dos encomendantes, a sua relação com os mestres-de-obras e o edificado, o papel que as fontes, nomeadamente a tratadística, desempenha neste tipo de arquitectura definindo as principais características da arquitectura senhorial no território em causa. Esta tese vem assim, colmatar uma parte das lacunas e interrogações que se colocavam sobre a temática da casa nobre, integrando as vertentes socioeconómicas, políticas, religiosas e culturais.

Em suma, constatamos que a maioria das publicações tocam parte das sub-áreas da Região Demarcada do Douro, focando a história das famílias, a sua genealogia, simbologia e pedra-de-armas. Só excepcionalmente se interessam pela descrição das casas nobres olhando para elas como objecto artístico e arquitectónico. A nosso ver, a casa nobre não pode ser observada como um objeto isolado, obrigando antes ao cruzamento das linhas atrás mencionadas. Por outro lado, parece-nos que tem faltado nestes estudos uma abordagem exaustiva e comparativa, o que tem impedido a visão organizada do conjunto e a compreensão do que significa realmente a “casa nobre duriense” no contexto da arquitectura do Barroco em Portugal.

### **3. Objecto e objectivos**

A presente investigação visa fundamentalmente o estudo da casa nobre, tendo como área geográfica a Região Demarcada do Douro no período entre 1700 e 1800. Procura-se com ela compreender se ali existe uma coesão arquitectónica do edificado distinta do resto do País ou, se em lugar disso, prevalece uma variabilidade de soluções. Para isso procurou-se averiguar a existência de tipologias e modelos de «casa nobre», numa análise realizada no seguimento da identificação de todas as casas e do seu estudo artístico e arquitectónico, uma tarefa que sempre julgámos indispensável.

A «casa nobre», conceito operativo que utilizamos<sup>17</sup>, também designada por solar (rural ou urbano), constitui um objecto arquitectónico que se diferencia pela sua qualidade construtiva e estética, como ainda pela sua dimensão e ostentação de

---

<sup>17</sup> Conceito de que se ocupou Carita (2017) e que iremos discutir no primeiro capítulo desta tese.

determinados elementos estruturais, decorativos e identificativos. Não sendo habitação exclusiva de uma família nobre ou de um proprietário elevado à condição de fidalgo, pode ser pertença de clérigos e grandes negociantes. Por este motivo, é admissível designá-la também por “casa senhorial”.

A Região Demarcada do Douro, primeira região demarcada e regulamentada do Mundo, localiza-se no norte de Portugal, na bacia hidrográfica do rio Douro, entre Barqueiros (Mesão Frio) e Barca d’Alva (Figueira de Castelo Rodrigo). No âmbito da política proteccionista posta em prática pelo ministro de D. José (1714-1777), Sebastião de Carvalho e Melo (1699-1782), tendo em vista o desenvolvimento económico e reorganização comercial do País, a 10 de Setembro de 1756 foi criada a Companhia Geral de Agricultura das Vinhas do Alto Douro. O objectivo passava por garantir a produção, o fabrico, transporte e comercialização dos vinhos do Alto Douro, melhorar a sua qualidade e impedir a concorrência de outros vinhos portugueses, aumentando os rendimentos da Coroa provenientes do comércio deste produto, que viria a ser uma das maiores fontes de receita do Estado português (Sousa 2008, 56-87).

Para tal tornou-se fundamental a demarcação e organização da região (1756-1761), o que originou a preponderância das quintas sobre as pequenas vinhas (Costa 2011, 228). O controlo da exploração e produção de vinho levou a sucessivas demarcações (1788-1793, 1907-1908), ampliando-se a primeira, de uma área estimada de 40.000 hectares, para os actuais 250.000 hectares<sup>18</sup>. Num perímetro que nos dias de hoje abrange os concelhos dos distritos de Vila Real, Viseu, Bragança e Guarda, a Região Demarcada do Douro encontra-se organizada nas seguintes áreas:

- *Baixo Corgo*, que inclui os concelhos de Mesão Frio, Peso da Régua e Santa Marta de Penaguião, bem como parte das freguesias dos concelhos de Vila Real (distrito de Vila Real), Armamar e Lamego, e a freguesia de Barrô, do concelho de Resende (distrito de Viseu).

---

<sup>18</sup> A «demarcação pombalina», compreendia à data do Alvará os referidos 40 000 hectares, passando em 1921, por Decreto n.º 7934, de 10 de Dezembro a ter cerca de 250 000 hectares, área que a Região mantém e cuja delimitação foi regulamentada recentemente pelo Decreto-Lei n.º173/2009 de 3 de Agosto. Consulte-se o *Alvará de Instituição da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, de 10 de Setembro de 1756* (edição fac-símile). Lamego: Beira Douro – Associação de Desenvolvimento do Vale do Douro Sul, 2006; e, o «Decreto-Lei n.º173/2009 de 3 de Agosto» in *Diário da República*, 1.ª série, N.º 148, 3 de Agosto de 2009, pp. 4996-5006.

- *Cima Corgo*, contendo parte das freguesias dos concelhos de Alijó, Murça e de Sabrosa (distrito de Vila Real); parte das freguesias dos concelhos de São João da Pesqueira e de Tabuaço (distrito de Viseu) e de Carrazeda de Ansiães (distrito de Bragança).
- *Douro Superior*, abrangendo a freguesia de Vilarelhos, do concelho de Alfândega da Fé; parte das freguesias dos concelhos de Freixo de Espada à Cinta, Mirandela, Torre de Moncorvo e Vila Flor (distrito de Bragança); a freguesia de Escalhão, do concelho de Figueira de Castelo Rodrigo; parte das freguesias do concelho da Mêda e o concelho de Vila Nova de Foz Côa (distrito da Guarda).

O desenvolvimento económico, social, político e cultural alavancado por esta regulamentação trouxe um novo fulgor à actividade construtiva, assistindo-se à edificação e remodelação de igrejas, capelas e casas, bem como à reestruturação de alguns aglomerados rurais e urbanos da Região Demarcada. Tudo isto acompanhado pela construção de grandes quintas vocacionadas para a exploração vinícola e, naturalmente, de inúmeras casas nobres e solares por todo o vale do Douro.

Perante estas premissas, a investigação que nos propusemos desenvolver, e que intitulámos *A Casa Nobre na Região Demarcada do Douro no século XVIII* pretende preencher a já mencionada ausência de estudos sobre este aspecto da vida duriense, situando-nos no domínio da História da Arte e da sua prática disciplinar. Deste modo, as perguntas principais que este trabalho procurará responder são:

- Quais os traços dominantes e características que individualizam a casa nobre da Região Demarcada do Douro no século XVIII?
- Que características particulares definem as suas tipologias e modelos? Quais as mais representativas?
- De que modo essas características comuns ou particulares se conjugam com as orientações da arquitectura barroca portuguesa?
- De que forma o tratamento dos seus interiores e o seu revestimento decorativo participa da estética barroca do século XVIII dominante no País?

A presente tese considera a hipótese da existência de uma ou várias tipologias de casa nobre na Região Demarcada do Douro. Recorre a uma metodologia comparativa das casas identificadas, nas quais se considerou todo um conjunto de especificidades, como a localização, os encomendantes, os mestres-de-obras, entre outros aspectos que intervieram directa ou indirectamente na construção do objecto de estudo. Com base no exposto, e tendo presente a finalidade e a problemática de fundo desta investigação, desdobram-se os seguintes objectivos específicos:

- Identificar as casas nobres e solares situadas na Região Demarcada, sobretudo, das que ainda existem, bem como todas aquelas que se encontram em mau estado de conservação, ruína e/ou devolutas. Desta forma pretende-se mapear com maior exactidão o fenómeno construtivo. Esclareça-se, porém, que as casas mais radicalmente alteradas ou desvirtuadas por obras de adaptação a novas funções (turismo de habitação, hotéis, câmaras municipais ou museus), cujas remodelações não permitem visualizar a configuração original, não foram integradas neste estudo. Por outro lado, incluímos certos casos<sup>19</sup> que, ainda que implantados em contexto de quintas vinícolas, se aproximam de outras casas da região no que diz respeito à sua configuração, modelo arquitectónico e decorativo;

- Analisar cada uma delas enquanto objecto artístico, produto de uma época, de uma família e de um mestre-de-obras, de modo a relacioná-las entre si, salientando as possíveis ligações artísticas, arquitectónicas, familiares e, até mesmo, autorais, procurando semelhanças, influências e/ou contributos práticos e teóricos;

- Indagar, ao nível da encomenda e da construção, quem foram os encomendantes e os mestres-de-obras, bem como outras figuras que possam ter participado no processo construtivo;

- Averiguar a existência de tipologias de plantas e fachadas, atendendo à sua configuração, composição e distribuição arquitectónica e decorativa;

---

<sup>19</sup> Como o Solar da Rede, em Mesão Frio, a Casa da Quinta do Côtto, em Cidadelhe (MF) e o Solar das Torres, em Oliveira (MF), entre várias.

- Identificar os elementos decorativos dominantes e o seu significado para a interpretação artística da casa: que estilo artístico vigora no conjunto das casas durienses? Clássico, Barroco, Tardobarroco ou Rocóco?

- Por último, problematiza-se a “casa nobre duriense” como expressão de um período e de uma região, colocando a hipótese da existência de uma ou mais tipologias ou modelos de “casa nobre”. O aprofundamento deste aspecto permitirá igualmente averiguar de que modo essas tipologias e modelos, além do(s) programa(s) arquitetónico(s) e decorativo(s), se inserem no contexto nacional da produção arquitectónica.

Definindo com clareza o objecto e objectivo, o trabalho de campo desenvolvido no território da Região permitiu-nos proceder à identificação de um total de 72 casas nobre no Baixo Corgo, 57 no Cima Corgo e 35 no Douro Superior, num somatório de 164 estudos de caso. É com base nesse inquérito que assenta tudo o que de seguida iremos apresentar.

#### **4. Considerações metodológicas**

A natureza destes trabalhos no domínio da História da Arte numa dimensão regional implica a escolha das metodologias adequadas ao seu objectivo, partilhadas nas suas orientações gerais por todos os estudos análogos sobre outras regiões. Assim, procurou-se elaborar um primeiro inventário das habitações nobres da Região Demarcada a partir do levantamento de património cultural disponibilizado pela Direcção-Geral de Património Cultural (DGPC) e do Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA)<sup>20</sup>, tarefa complementada pela consulta bibliográfica. Desta última, atendeu-se, como é evidente, aos campos especializados das diferentes

---

<sup>20</sup> Na primeira instituição o levantamento de património restringe-se somente ao património imóvel classificado e em vias de classificação, enquanto que na segunda se encontra registado quase todo o património edificado de interesse histórico, cultural, social, entre outras valências, com e sem classificação patrimonial. Consulte-se, o da DGPC in <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/>, e o do SIPA in [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SitePageContents.aspx?id=08a335ea-db85-4fdd-862b-fe6e623e44a8](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SitePageContents.aspx?id=08a335ea-db85-4fdd-862b-fe6e623e44a8).



disciplinas (arquitectura, história, história da arte, genealogia, heráldica, entre outras), de importância crucial para o avanço da investigação. Confirmou-se, assim, a realidade de grande parte deste património se encontrar omissa da maioria da bibliografia específica e geral, assim como dos levantamentos de património mencionados. Tal aspecto reforça a necessidade de se inventariar estas casas, contribuindo para uma maior divulgação das mesmas.

Esta investigação impôs também um demorado e paciente trabalho de campo, colocando-nos em contacto com o objecto de estudo, as suas formas materiais e respectivas soluções técnicas e construtivas, passadas e recentes. A observação directa, documentada no registo fotográfico, deparou-se por vezes com alguns constrangimentos que nos impediram o acesso ao interior das casas. Infelizmente, nem sempre tivemos a melhor resposta às nossas solicitações, dificuldade que foi superada pelo recurso à bibliografia e aos registos patrimoniais do SIPA.

Por último, realizámos a imprescindível pesquisa arquivística que decorreu, numa primeira instância, no Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT, Lisboa) e nos arquivos distritais de Bragança, Guarda, Vila Real, Viseu e Porto<sup>21</sup>. Esta pesquisa foi orientada para os fundos de documentação notarial, familiar e eclesiástica<sup>22</sup> respeitantes aos objectos em estudo, aos seus proprietários, executantes e outros que fornecessem pistas sobre a edificação, vivência da casa e respectiva capela e/ou oratório (quando existente). A localização de escrituras de obras e plantas, como a consulta e averiguação de arquivos familiares<sup>23</sup>, revestiu-se de alguma dificuldade dada a escassa existência de documentos face um extenso universo de casas identificadas. Ainda assim,

---

<sup>21</sup> Efectuámos ainda pesquisa nos arquivos municipais, encontrando aqui por vezes dificuldades relacionadas com constrangimentos internos de funcionamento, nem sempre se disponibilizando a facultar-nos o acesso. Por essa razão, um olhar sobre determinados fundos, como os livros das décimas, ficou por concretizar. Esperamos concretizar futuramente essa e outras tarefas na continuação das nossas investigações.

<sup>22</sup> A procura de documentos eclesiásticos foi ainda orientada para outros arquivos, como o Arquivo Distrital de Braga (ADB-UM), onde se encontra o fundo respeitante às dioceses abrangidas por parte dos concelhos da Região Demarcada do Douro, nomeadamente, Peso da Régua, Alijó, Carraceda de Ansiães e Torre de Moncorvo.

<sup>23</sup> Dos arquivos familiares disponíveis para consulta, refira-se o arquivo de Mateus (Palácio de Mateus, Vila Real) e os arquivos das famílias Cunha Pimentel, Teixeira Homem e Almeida Galafura Carvalhais Sarmiento, estes dois últimos disponibilizados no Arquivo Distrital de Vila Real (ADVRL).

a nossa investigação revelou alguma documentação inédita, que veio a acrescentar-se à já divulgada por outros investigadores.

O conhecimento do universo deste estudo não se esgota nesta metodologia, pois como mencionámos, deparámo-nos com constrangimentos de várias ordens. O volume do acervo que nos chegou não corresponde exactamente à totalidade do que existiu. A prova disso são os casos representativos de sucessivas remodelações e acrescentos, ocasionadas por diferentes justificações, entre elas, as de ordem natural e/ou humana<sup>24</sup>, que lhe alteraram a fisionomia, dificultando a leitura dos edifícios.

Esta tese resulta, pois, de um estudo histórico e crítico global assente na inventariação, levantamento bibliográfico, arquivístico e observação exaustiva de cada peça, do universo delimitado pelo território da Região Demarcada do Douro na sua época de grande fulgor, o período Setecentista.

## 5. O estudo e a estrutura

Para dar resposta aos objectivos delineados, e de acordo com a metodologia adoptada, foi crucial definir uma estrutura para o corpo do trabalho que aqui se apresenta, de modo a desenvolver uma exposição escrita e com a maior clareza e arrumação possível.

Optámos, assim, por organizar as matérias em cinco capítulos. O primeiro procura contextualizar a temática da casa nobre, situando-a no campo teórico e conceptual, de modo a esclarecer o significado deste conceito e outros associados. Como tal, este capítulo trata o estabelecimento do vocabulário específico, com uma reflexão em torno dos diferentes termos relacionados com a casa nobre – *Solar*, *Casa*, *Quinta*, *Paço* e *Palácio*. Partiremos dos conceitos à luz da sua época, através da análise erudita de Rafael Bluteau (1638-1734), debruçando-nos depois sobre o olhar contemporâneo dos historiadores que já trabalharam este tema. Assim, propõe-se uma reflexão sobre a representatividade dos conceitos-chave no vocabulário da arquitectura

---

<sup>24</sup> Verificámos que algumas casas foram destruídas por incêndios, o que levou à sua remodelação parcial e/ou total. Noutros casos encontram-se em ruína, face ao abandono por parte dos seus proprietários.

doméstica portuguesa, reunindo para o efeito um conjunto de tópicos que se traduzem em: clarificar as alterações semânticas ocorridas ao longo do tempo; especificar as relações dos mesmos conceitos; percepcionar a forma como estes influem na investigação em torno da casa nobre duriense.

O segundo capítulo apresenta uma definição histórica do território que nasce com a Companhia das Vinhas do Alto Douro, no qual estão localizadas as casas em estudo. Serão ainda tidos em consideração outros aspectos mais específicos, tais como características naturais, climáticas e outras, a fim de se compreender de que forma terão ou não condicionado a actividade construtiva.

Entrando no universo da casa nobre duriense, já no terceiro capítulo, serão alvo de análise os encomendantes responsáveis pela edificação, procurando-se esclarecer de que maneira influenciaram a sua construção (na escolha do arquitecto e mestres, tipo de projecto e gosto artístico). Saliente-se que não pretendemos fazer uma história dos proprietários ou dos encomendantes, pois o tempo de investigação não nos permitiu averiguar por completo a história destas famílias e as suas ligações. Pretendemos sobretudo indagar sobre quem eram as figuras no seu contexto duriense, quais as suas profissões e respectiva esfera social.

Além dos encomendantes, incluímos também neste terceiro capítulo os intervenientes, ou seja, os mestres-de-obras responsáveis pela edificação. Tal é reflexo de um trabalho de investigação exaustivo, de que resultou o levantamento mais completo possível de pedreiros, canteiros, pintores, escultores e entalhadores que circulavam na região, parte dos quais intervenientes em algumas casas do nosso estudo.

No quarto capítulo, partindo da análise dos exteriores, dedicamo-nos ao estudo da edificação na tentativa de perceber a existência de tipologias e modelos, descrevendo os seus elementos específicos – estruturais, decorativos e identificativos.

O quinto e último capítulo centra-se nos ambientes domésticos e na decoração interior, abordagem um pouco mais genérica, uma vez que não conseguimos visitar a totalidade das casas pelas razões anteriormente apontadas. Terminaremos com uma aproximação ao jardim barroco, discutindo sobre a sua existência, ou não, neste universo geográfico.

Os cinco capítulos são complementados por dois anexos (Volume I e II). O primeiro, inclui um glossário e a documentação de arquivo relacionada com a investigação. Por sua vez, o segundo volume, dividido em três partes, reúne as fichas de inventário, acompanhadas de um breve resumo, fotografias, desenhos, plantas e bibliografia para cada casa. Estamos cientes, porém, de que boa parte dos imóveis merece uma monografia individual, que por agora não cabe no âmbito do nosso trabalho. Será uma investigação a desenvolver no futuro, assim o desejamos.



## Capítulo I – Da casa nobre à ermida: conceitos e etimologias

Um dos primeiros passos de qualquer investigação é esclarecer o seu âmbito de estudo, os limites que a designam como objecto de conhecimento no domínio disciplinar para qual se direcciona, no nosso caso a História da Arte. Daí a exigência de iniciar o nosso trabalho pela clarificação da origem e significado de determinados termos e conceitos associados à matéria em causa. Pois, uma das maiores dificuldades na análise arquitectónica está relacionada com o emprego correcto dos termos derivado em alguns casos à indefinição dos mesmos.

Esta tese, como o título indica, tem por como finalidade o estudo das casas nobres localizadas na área geográfica correspondente à Região Demarcada do Douro e edificadas no decorrer do século XVIII. Nas diferentes abordagens ao tema surgem-nos de forma indiscriminada e recorrentes, os seguintes termos: *Casa*, *Solar*, *Paço*, *Palácio*, *Casa Nobre* e *Casa Senhorial*. Nos estudos e publicações mais recentes, a utilização destes dois últimos sobrepõe-se muitas vezes como sinónimo dos restantes<sup>25</sup>. No espaço geográfico em apreço deparamo-nos com outros termos, como *Quinta* e/ou *Casal* (ou *Casais*), *Ermida* e *Capela*, cuja presença é simbólica enquanto espaços arquitectónicos reveladores da identidade geográfica local intimamente associados à produção e exploração vinícola e agrícola, a par dos restantes associados à prática devocional religiosa.

A reflexão em torno das diferentes designações relacionadas com a «casa nobre» partiu da análise das fontes da época e da leitura de um conjunto de referências bibliográficas. Não se trata de fazer uma evolução etimológica das palavras e outros conceitos relacionados àquele objecto arquitectónico, mas antes demais procurou-se compreender como os termos eram utilizados no período que esta investigação abrange, utilizando-os de acordo, sempre que possível, com sua correcta definição.

---

<sup>25</sup> Pese embora a utilização de “casa nobre” se verificar já com a publicação de Carlos de Azevedo (1969; 1988), é em nosso entender uma prática que vigará nos trabalhos desenvolvidos nos últimos vinte anos. Ambos os termos, “casa nobre” e “casa senhorial” generalizam-se e surgem em diversas publicações, como sinónimos dos termos mencionados. Veja-se, por exemplo, para “casa nobre” as publicações de Borges (2000; 2001; 2008), Ferreira-Alves (2001), Albergaria (2002; 2012), Araújo (2007), entre outros; e para “casa senhorial”, as monografias e artigos da autoria de Hélder Carita (2014; 2015; 2016; 2017).

O nosso ponto de partida decorre, como não podia deixar de ser, da consulta do *Vocabulário Português e Latino* (1712-1728)<sup>26</sup> da autoria de Rafael Bluteau (1638-1734), marco fundamental da lexicografia portuguesa. A esta referência acresceu um conjunto de leituras contemporâneas que complementaram a análise dos conceitos (Albergaria 2012, 37-50; e Carita 2014a; 2015; 2016; 2017). Destas leituras destacamos o trabalho desenvolvido pelo arquitecto Hélder Carita<sup>27</sup> que recentemente se dedicou ao estudo da evolução semântica das diferentes denominações abrangentes à “casa senhorial”, designação preferencial de resto adoptada pelo autor, conforme já evidenciámos. Apoiado em diversa documentação, Hélder Carita (2017) delineou um percurso evolutivo dos termos *Paço*, *Solar*, *Palácio* e *Palacete*, desde a Idade Média ao Romantismo, estabelecendo um quadro mais alargado para o estudo dos termos de forma a aprofundar o percurso da história da casa senhorial (ou casa nobre). Este trabalho discorre como complemento da investigação que o mesmo tem vindo a desenvolver sobre a arquitectura doméstica em Portugal, os diferentes espaços e programas interiores da casa nobre em território nacional, Brasil e Goa.

A par da linguística propriamente dita, a análise das designações inerentes à “casa nobre” pressupõe também um olhar mais atento sobre a própria evolução dos diferentes contextos históricos, sociais, políticos e culturais, determinantes para as alterações semânticas do próprio léxico, ocorridas no período Moderno. Facto este, que levou a que certos termos surjam na documentação com determinado significado, enquanto outros acabaram por se fixar tardiamente, ganhando novas conotações, não correspondentes à realidade histórica a que se reportam, como acontece com *Solar*. De facto, como iremos observar adiante, a adaptação deste termo nem sempre corresponde ao seu verdadeiro significado, sendo em determinados casos utilizado pelas populações locais como resultado de uma apropriação em forma apreciativa e de engrandecimento de um determinado património histórico e cultural. Por conseguinte, a explanação deste e outros termos permitirá a boa compreensão do seu significado no

<sup>26</sup> Manual de 8 tomos, editado em Coimbra e Lisboa, entre 1712 e 1721, seguindo-se a publicação de 2 tomos em forma de *Suplemento*, em Lisboa, entre 1727 e 1728. Mais tarde, em 1789, o *Vocabulário* de Bluteau foi actualizado e ampliado por António de Morais Silva, que o publicou sob novo título, *Dicionário da Língua Portuguesa*.

<sup>27</sup> Do extenso currículo do arquitecto Hélder Carita, veja-se nomeadamente as seguintes publicações: Carita 2014a; Carita 2015; Carita 2016; Carita 2017, que examinam uma diversidade de conceitos associados à casa nobre.

contexto da arquitectura doméstica erudita Setecentista, além de indagar sobre o seu correcto uso nas casas identificadas e as diferentes opções adaptadas neste trabalho.

## Casa

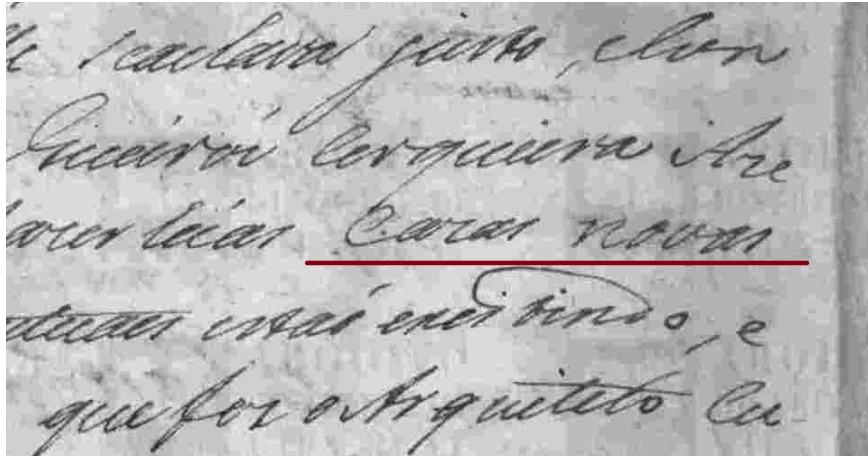


FIG. 1 - "CASAS NOVAS".

(FONTE: ADVR, CARTÓRIO NOTARIAL DE MESÃO FRIO, 3.º OFÍCIO, LV.48, FLS.1-3.  
VOL.I - ANEXO DOCUMENTAL, DOC.13)

O termo que nos vai primeiramente interessar é, sem dúvida, a “casa” (**Fig. 1**), designação abrangente para assinalar habitação doméstica, seja ela de carácter erudito ou popular. Rafael Bluteau descreve-a do seguinte modo:

“Morada de casas, edificio, em que vive huma familia com seus moveis, & alfayas, amparada das injurias do tempo. [...]. Casa. Geração. Familia [...]. Illustre, & antiga Casa. [...] Que he de huma boa, & de huma grande Casa. [...] Casa. Moveis. Criados, &c. Por ao casado sua casa. [...] Casas fortes se chamavaõ antigamente as Torres, & Castelos. O primeiro, titulo da Nobreza nos Reinos de Portugal, & Castela he o senhorio destas, Torres, & Castelos, a que tambem chamavam Casas Fortes, & estes são os q chamaõ Fidalgos de Solar [...]” (Bluteau 1712, Vol.II, 172-174).

Segundo o autor, *casa* (no singular) pode designar a casa de habitação propriamente dita (espaço doméstico de uma família), o conjunto de bens que constituem o património dessa mesma linhagem (“*móveis, criados, ...*”), como poderá remeter ainda para a casa-forte e para o “fidalgo de solar”. Na primeira acepção, de Bluteau remete-nos para uma “morada de casas”, que na realidade não é mais do que o espaço físico onde reside uma família, sobretudo os compartimentos ou conjunto de divisões e anexos que a constituem. Aqui o designativo de “casas” (no plural) é aplicado



ao(s) edifício(s) na sua totalidade, pertencentes à “casa” propriamente dita e a todos os seus diferentes espaços ou divisões. Esta designação remete, por conseguinte, para um outro significado mais amplo, a casa enquanto sistema de parentesco e de alianças entre grupos, unidos por laços de sangue e de dependência (Albergaria 2012, Vol.I, 41). Esta segunda acepção incorpora, portanto, uma outra esfera, a da família, das linhagens e do seu conjunto de bens patrimonial. Trata-se de bens materiais e simbólicos, enunciados por Bluteau como os bens móveis, as alfaias, os criados, os escravos, as terras, os foros e as rendas, a que acrescem a posse de determinados cargos políticos, ou mesmo títulos, privilégios e honrarias que exprimem o estatuto e posição social, política e económica da família. A fim de garantir a manutenção e aumento do património familiar era essencial o sistema de parentesco, garantindo a passagem de bens para o filho mais velho ou a constituição de um vínculo.<sup>28</sup> Os bens patrimoniais não podiam ser objecto de venda ou alienação. Os bens eram transmitidos para o filho varão primogénito, e na falta deste para a linha feminina, enquanto não houvesse descendente varão. O património da família estava geralmente ligado à instituição de capelas e ao cumprimento de serviços religiosos em homenagem aos instituidores. Após o falecimento do instituidor do vínculo, cabia ao administrador (o morgado), o cumprimento das obrigações do instituidor, o usufruto do morgadio e respectivos rendimentos originados pelos bens vinculados.

Em ambos os casos, se torna evidente a preocupação pela reprodução da casa, garantindo a transmissão de propriedades e de alianças estratégicas para o incremento patrimonial, muitas vezes através de uniões entre famílias, sobretudo casamentos, sendo entendidos como verdadeiros sistemas de garantia patrimonial.

No caso duriense é de salientar a Casa de Mateus em Mateus (VR), pela importância de que se reveste, e cuja instituição de morgadio se realizou no século XVII tendo perdurado até 1863, data da extinção dos morgadios (Veiga 2013, s.p.)<sup>29</sup>.

<sup>28</sup> A relação da casa, linhagem e família foi alvo de estudo de Monteiro 1993, 43-63. Ainda sobre a instituição de vínculos consulte-se Esteves 2018; Rosa 2005, 424-526.

<sup>29</sup> Os últimos morgados de Mateus foram D. José Luís de Sousa Botelho Mourão e Vasconcelos, 3.º Conde de Vila Real (1843-1923) casado com D. Teresa Francisca de Melo Breyner de Sousa Tavares e Moura, 2.ª Condessa de Melo (1848-1926), oitavos Morgados de Mateus e senhores dos bens da Casa Melo. Este último morgadio ficou marcado pela extinção dos morgadios a 19 de Maio de 1863 e pela implantação da República a 5 de Outubro de 1910 (Veiga 2013, s.p.)

Outra acepção mencionada por Bluteau remete-nos para a qualidade e dimensão da casa, quando refere “[...] Que he de huma boa, & de huma grande Casa [...]” (Bluteau 1728, Voll. VII, 174), aludindo claramente aos aspectos estéticos da mesma. Pois pese embora o facto de uma determinada casa não pertencer a uma família fidalga, a circunstância de ostentar elementos alusivos à erudição do seu proprietário e/ou mestre-de-obras poderá inclui-la no que entenderemos de casa nobre, conceito que exploraremos adiante.

Por último, Bluteau refere-se às “casas fortes” designação atribuída às torres e castelos, onde interpretamos que residiriam, segundo o autor, os “Fidalgos de Solar”. É aqui que surge, no contexto do seu *Vocabulário*, pela primeira vez, o termo de “solar”, a que voltaremos.

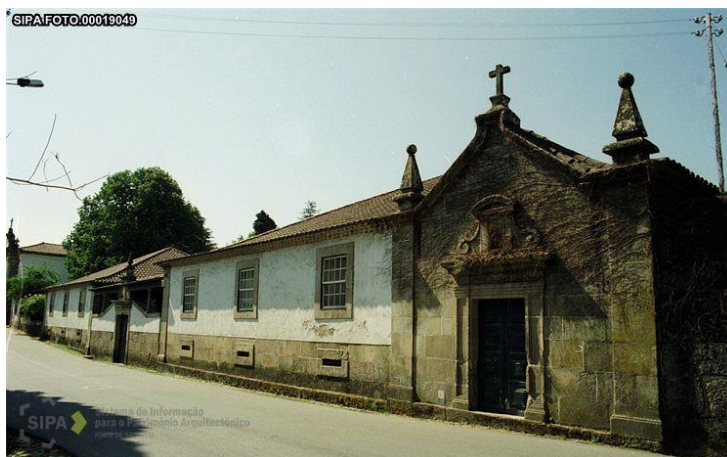
As “casas fortes”, designação que encontramos em Bluteau ao tratar de “casa”, leva-nos a recuar até à época Medieval, sobretudo ao período compreendido entre o final do século XII e ao longo do século XIII, um pouco por toda a Europa (Silva 2002, 47). A “casa forte” constituía de facto uma torre-habitação<sup>30</sup>, naturalmente ligada à evolução do castelo e em particular à torre de menagem, acabando por congregar à função residencial a defensiva. No período Moderno não tem qualquer expressão significativa, atendendo que se trata de um modelo habitacional do período Medieval. Contudo, como iremos observar mais adiante nos tipos e modelos de casas nobres durienses, a torre foi recuperada surgindo agregada à fachada destas casas.

---

Sobre o Morgadio de Mateus consulte-se os trabalhos publicados por Veiga (2012; 2013).

<sup>30</sup> A torre constituiu um símbolo de poder militar e de senhorio cujo significado se estendeu até aos nossos dias. A este propósito, José Custódio V. da Silva (2002, 64) recorda em breve citação as palavras do grande medievalista francês Georges Duby: “A torre só acessoriamente servia de morada. Viril, erguida como um estandarte, era acima de tudo significação dum poder”.

## Solar



**FIG. 2 - SOLAR DOS SOARES DE ALBERGARIA (OLIVEIRA DO CONDE, CARREGAL DO SAL).**  
EDIFICAÇÃO RECONSTRUÍDA NO SÉCULO XVI, DATANDO A CASA PRIMITIVA DO FINAL DO SÉCULO XIII.  
(FONTE: SIPA FOTO.0001949)

No *Vocabulário Portuguez e Latino* (1712-1728), o termo “solar” não está isolado, mas antes encontra-se agregado à condição de fidalgo. Esta associação pressupõe então que um solar pertencerá sempre a uma família nobre e a um fidalgo (Fig. 2). Contudo vejamos a descrição de Bluteau quanto a “solar de fidalgo”:

“He nome deduzido da palavra Latina Solum, que quer dizer Chão, ou assento, donde o homem està; & assim Solar significa Terra, & mais amplamente lugar, ou edificio, em que teve principio alguma família nobre de Hespanha. Em demonstração da nobreza desta terra edificavão os senhores della huma casa forte, ou torre, a qual tambem servia para se defenderem dos rebates dos Mouros, ou outros inimigos.” (Bluteau 1728, Vol.VII, 698).

O termo em si corresponde não só à condição social, mas também à própria história genealógica da família que habita a casa ou o solar, referindo-se ao seu local físico de implantação (à terra, ao chão, à aldeia ou à vila), onde determinada família é originária e onde edificou o seu solar. A definição proposta aponta dum modo mais directo para o lugar que determinada família ocupa, a sua sede e a sua área de influência e deverá ser entendido como o lugar de origem, isto é, a casa-mãe de uma família nobre. Esta acepção tem, porém, pouca correspondência com os casos concretos, tendo este termo sido apropriado e distanciado do seu verdadeiro significado, conforme sublinhou Isabel Soares de Albergaria,

“[...] o referente inicial da palavra solar, que qualificava idealmente uma categoria de fidalgo, deslocou-se progressivamente de sentido, para designar essencialmente características materiais, ou seja, uma casa grande e aparatosa, geralmente armoriada, reconhecida como pertença de uma família ou linhagem antiga. Se ao longo da Idade Moderna a maior parte dos solares de fidalgo não pertenciam a fidalgos de solar, uma certa dimensão imaterial, decorrente do conceito jurídico-moral que lhe deu origem, não deixa de se manifestar subliminarmente e a ele se deve a sua principal aura prestigiante.” (Albergaria 2012, Vol.1, 41-42)

Deste modo, utilizaremos o termo *solar* somente nos casos em que se trate de um assento familiar antigo, conforme a acepção de Bluteau, ou ainda excepcionalmente, nos casos em que a designação foi adoptada pela historiografia sobre o edifício ou pelas populações locais. Ou seja, cujo verdadeiro significado de “solar” foi adulterado e adaptado num caso em que a família não é propriamente originária daquele local, sendo o termo “solar” utilizado pelas populações locais e consagrado na tradição oral.

Por vezes, e em resultado do contexto histórico da Reconquista Cristã, o solar é descrito preferencialmente como um castelo, torre e casa forte edificadas nos territórios de Entre-o-Douro e Minho, que aí tiveram os “seus primeiros assentos”, aspecto igualmente salientado por Bluteau (Albergaria 2012, Vol.I, 39).

Curiosamente, na definição proposta por José Sarmiento de Matos no *Dicionário de Arte Barroca em Portugal* (1988)<sup>31</sup> distingue-se pela primeira e única vez, “solar campestre” e “solar urbano”, tomando como base a sua localização. Segundo o autor, “[...] entende-se por solar a residência principal da nobreza de província, quer se localize na propriedade rural quer em centros mais urbanos” (Matos 1989, 458), localizando os primeiros sobretudo a norte do Mondego, com especial incidência no Entre-Douro e Minho e Alto-Douro. Trata-se por isso de uma tipologia de casa nobre associada ao de “solar com torre”, salvo excepções, enquanto sinal de domínio e reduto defensivo de uma família nobre instalada no campo. Por via de regra, esta torre é uma construção pré-existente, que não recua além do século XIV<sup>32</sup>. Além desta tipologia, o solar campestre legitima-se pelo uso de plantas em L e casa comprida, com capela adossada, a que sucedem outros tipos e variantes que aprofundaremos no capítulo respectivo.

<sup>31</sup> Cf. Matos, José Sarmiento de. 1989. “Solar.” In Pereira 1989, 458-460.

<sup>32</sup> Sobre a arquitectura edificada neste período, nomeadamente o paço, a casa forte, a casa torre, a quintã e o solar, consulte-se Silva 2002.

Sobre o solar urbano, Sarmento de Matos assinala a inexistência de estudos sistemáticos sobre este tipo de arquitectura solarenga em contexto urbano, o que torna prematura a sua caracterização tipológica. Na prática, este tipo de solar difere do campestre somente pela sua localização e implantação, ainda que reproduza as características e especificidades artísticas dos solares campestres erigidos. O mesmo dá uma nota interessante sobre o tema, ao afirmar que:

“Apegada a formulários simples de raiz longínqua, exceptuando os casos excepcionais, por isso modelares, barrocamente datada por uma decoração que a individualiza e lhe dá sentido, esta arquitectura solarenga – quer urbana quer campestre – é um campo aberto ao estudo interessado sobre a sociedade portuguesa setecentista e as formas que revestiu, ou seja, do mundo de representações que ela encerra e caracterizam.” (Matos 1989, 460).

Sobre o tema, o mesmo historiador acrescenta ainda algumas observações a reter sobre a relação da arquitectura e o meio social em que se integra.

Mas a definição de solar não se esgota na demarcação de um território de origem, na tipologia de casa-torre e na sua localização a norte e a sul do País. Solar, relaciona-se ainda com a linhagem de uma determinada família, reconhecida e identificada pelas suas armas. Assim, na categoria de solar incluem-se as casas que embora que não tenham grande dimensão ou aparato, possuam pedra-de-armas.

Em suma, a palavra solar que qualificava idealmente uma categoria de fidalgo, reportando-se ao *status* de nobreza do proprietário, evolui no sentido para assinalar as características específicas do solar, no que toca à sua dimensão e tratamento estético, à qual se agregaram as armas da família proprietária de linhagem antiga.

### **Paço**

O historiador de arte José Custódio Vieira da Silva que se dedicou ao estudo dos *Paços Medievais Portugueses*, título da sua tese de doutoramento, posteriormente publicada em forma de monografia (2002) toma em consideração a evolução do termo com raiz na Antiguidade Clássica. “Paço” deriva da palavra latina *Palatium*, com origem na histórica colina do Palatino em Roma, onde Augusto e os seus sucessores estabeleceram a sua residência, passando depois a designar a própria habitação imperial

(Silva 2002, 19). Em Portugal, a forma mais antiga da palavra “paaço” ocorre a partir do século XIII, cedendo o lugar progressivamente à forma final mais simplificada de *paço* (Silva 2002, 19-20). Quanto ao seu significado propriamente dito, ele decorre, como se compreende, do contexto cultural em que surge,

“A origem latina do termo *paço*, identificador da habitação do imperador e do patriarcado, revela-se, desde logo, importante para se entender o uso generalizado que a palavra, qualificando a habitação do rei e da nobreza, conheceu ao longo da Idade Média. [...] Na própria Roma, aliás, o termo *palatium* sofreu desde cedo uma oscilação semântica [...]. O termo passou também a aplicar-se às habitações de outros ilustres cidadãos romanos, por analogia com a casa do imperador, mantendo igualmente o significado fundamental de morada sumptuosa que, apenas por essa razão, se distinguia das demais. É nesta acepção alargada que, desde início o termo *paço* é também utilizado na Idade Média em Portugal, isto é não só designando a habitação do rei mas também a da nobreza.” (Silva 2002, 20).

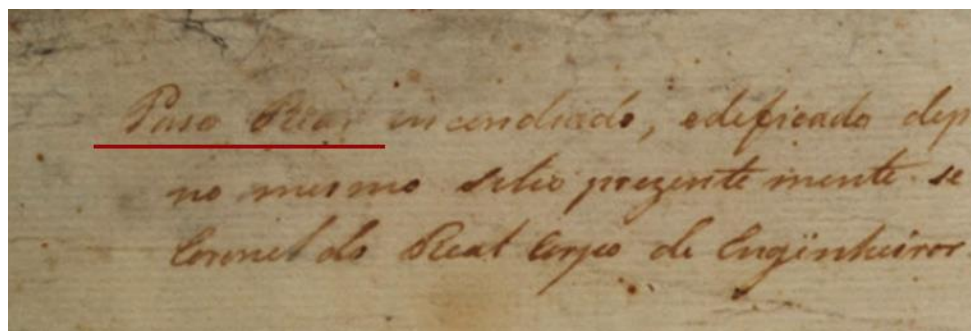
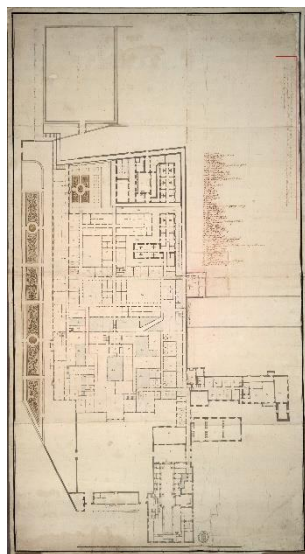


FIG. 3 - “PASO REAL”. REAL BARRACA DA AJUDA / PALÁCIO DA AJUDA, LISBOA.  
ENTRE 1755 E CA 1760?. DESENHO, TINTA DA CHINA E AGUADAS, 131x72,5 CM.

(A) PLANTA DA REAL BARRACA DA AJUDA.

(B) PORMENOR (CANTO SUPERIOR DIREITO; INDICADO POR RECTÂNGULO).

(FONTE: BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL, ICONOGRAFIA, D. 28 R. DISPONÍVEL IN:  
[HTTP://PURL.PT/22450/2/](http://purl.pt/22450/2/))

Este sentido muito preciso, relacionado com o rei e a Corte é igualmente assinalado na época Moderna, vindo o significado do termo “paço” a alargar-se como sinal da evolução semântica. O facto, de resto, não escapou a Bluteau: “No numero singular tomase pela Corte dos Principes, Reys, Emperadores. [...] Paços del Rey. No numero plural tomase pelo material do edificio, & habitação Real. [...] O Paço dos Tabelliaens.” (Bluteau 1720, Vol.VI, 173). Deste modo, o sentido do termo alarga-se, passando a designar simbolicamente, por transferência do nome dado ao edifício material, o poder exercido por quem o possui e habita (Silva 2002, 35). Assim, verificamos que paço se converte em sinónimo da habitação, não apenas exclusiva do rei, mas também extensível à residência da nobreza, persistindo no período moderno apenas em expressões como “Paços do Concelho”<sup>33</sup>, “Paços dos Tabeliães” correspondentes respectivamente à actual Câmara Municipal e aos cartórios notariais, locais onde no século XVIII se executavam os actos administrativos e jurídicos, emanados do poder político, local ou central.

Além destes termos, no período Moderno interessa-nos ainda a outra acepção do substantivo “paço” relacionada com a esfera eclesiástica. Trata-se do “paço episcopal”, como definição da residência do bispo, ou seja, a sua habitação e imagem de poder. Os únicos exemplares que conhecemos na Região Demarcada do Douro, reportam-se aos edifícios do Paço Episcopal de Lamego (LMG) (**Fig. 4**) e do Paço Episcopal de Trevões (SJP).

---

<sup>33</sup> Designadas no período moderno por “Casas de Câmara” foram objecto de estudo e inventário por parte de Carlos Caetano (2011).



FIG. 4 - «PAÇO EPISCOPAL» DE LAMEGO.

POSTAL [S.D.]

(FONTE: “MAIS SOBRE LAMEGO – MUSEU DE LAMEGO”.

DISPONÍVEL IN: [HTTP://NOTICIASDELAMEGO.COM/MAIS-SOBRE-LAMEGO/MUSEU-DE-LAMEGO/](http://noticiasdelamego.com/mais-sobre-lamego/museu-de-lamego/))

Tomando o termo “paço” no plural, Bluteau tanto invoca os elementos materiais e construtivos do próprio edifício, como se refere a “Solar de Fidalgo grande. Em algumas casas, & quintas se acha o nome Paço, & se também he antigo, he de demonstração grande da nobreza daquela casa, & familia; porque se não permitia este nome senão a Solares de fidalgos grandes [...]” (Bluteau 1720, Vol.VI, 173). Esta descrição remete claramente para a menção de “Solar”, “Solar de Fidalgo”, à qual se agregou a condição social de fidalgo, conforme dissemos anteriormente. Esta, segundo Bluteau, é reveladora da grandeza da casa e da família, além da sua própria antiguidade. Por outro lado, identifica ainda a existência de casas e quintas cujo nome advém pelas condições já mencionadas.

### **Palácio**

Sobre o vocábulo “Palácio”, é o próprio Bluteau a reconhecer a pluralidade das etimologias, cuja definição global não é propriamente fácil de determinar, dada a diversidade de significados nele envolvidas.

Da mesma forma que “paço”, também palácio deriva do latim *Palatium*, remetendo o seu significado para a herança romana. Segundo Bluteau, “[...] O mais



verisimel he, que este nome Palacio, em razão do monte Palatino, perto do qual a dita casa de Romulo era sita em hum dos bayrros de Roma” (Bluteau 1720, Vol.VI, 190).

Para reforçar a sua ideia de “palácio” como a residência do imperador, Bluteau cita alguns autores castelhanos, referindo a *Ley da la Partida*, que no título 9 relaciona a acepção de “palácio” com a residência do Imperador Augusto, isto é, o palácio do imperador ou palácio do rei: “Palácio es dicho qualquer lugar do el Rey se ajunta paladinamente, para hablar com los omes.” (Bluteau 1720, Vol. VI, 190). Acrescenta ainda as palavras de Covarrubias<sup>34</sup>, “Paladino [...] vem do Latim Palàm, & val o mesmo que publico; [...] Palatium (como já temos dito) era propriamente hum dos bayrros de Roma, em que viveo o Emperador Augusto, em casas humildes, que depois forao acrescentadas [...]” (Bluteau 1720, Vol.VI, 190).

No período moderno, “palácio” é um termo raro na linguagem corrente. Embora utilizado exclusivamente para designar residências régias (**Fig. 5**), foi de igual modo vinculado à magnificência e dimensão dos edifícios nobres onde viviam os Grandes da Nobreza, vindo a substituir a forma antiga de paço. Esta alteração semântica mereceu mesmo um sublinhado especial de Hélder Carita,

“Inicialmente referindo palácio real, o termo palácio mantém, ao longo do século XVIII, uma certa aura de excepção, circunscrevendo-se às casas de titulares e grandes do reino, sendo as habitações de proporções médias, ligadas à média e à pequena nobreza, denominadas como casa ou casas nobres, acabando por ser, no fundo este o termo que encontramos mais correntemente na documentação dos séculos XVII e XVIII.” (Carita 2017, 255)

No final do século XVIII, relacionado a “palácio”, vemos surgir o termo “palacete”, “[...] que em oposição ao sentido arcaizante de paço, se afirma como expressão de uma sociedade liberal e burguesa que emerge após a queda do regime” (Carita 2017, 255). No final do século XIX, este termo adquire maior expressão, sendo utilizado juntamente com palácio para designar as casas de maior monumentalidade e impacto visual, ligadas à grande nobreza ou a grandes fortunas (Carita 2017, 255).

<sup>34</sup> Veja-se Covarrubias, Sebastián. 1611. *Tesoro de la Lingua Castellana*. Madrid: Luis Chanchez.

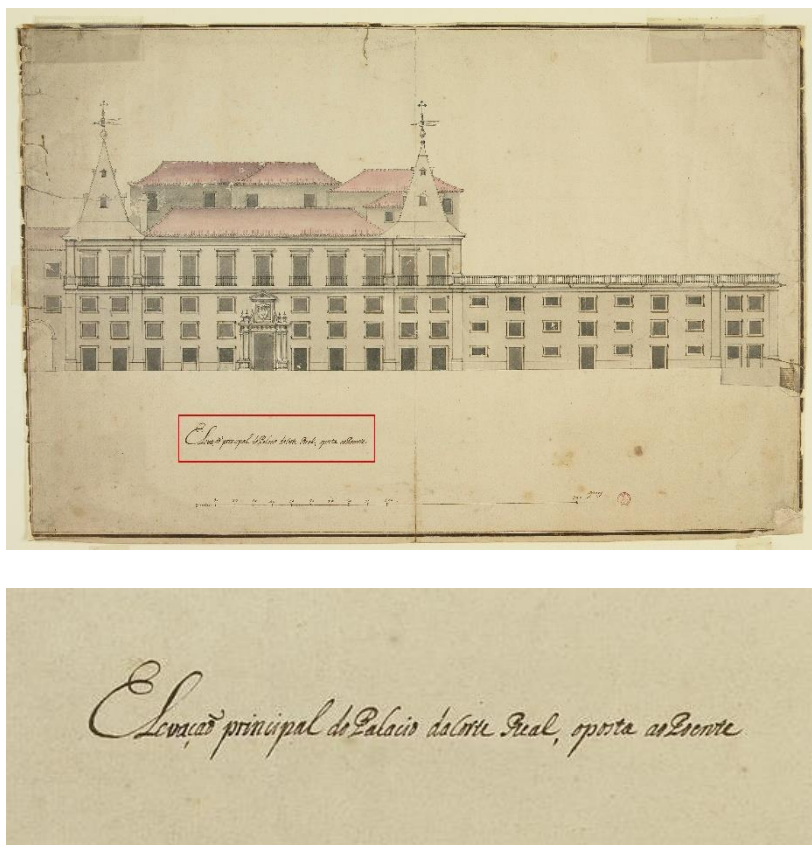


FIG. 5 - PALÁCIO DA CORTE REAL, LISBOA.

SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII, PORTUGUESA. PAPEL BRANCO 530 X 358 MM.

TINTA-DA-CHINA E AGUADAS.

(A) ELEVAÇÃO PRINCIPAL DO PALÁCIO DA CORTE REAL, OPOSTA AO POENTE.

(B) PORMENOR.

(FONTE: BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL, ICONOGRAFIA - D.150 A. DISPONÍVEL:

[HTTP://PURL.PT/22492/1/INDEX.HTML#/2/HTML](http://purl.pt/22492/1/index.html#/2/html))

## Quinta

Na presente investigação, ainda que se tenha optado por não integrar as casas em contexto de quintas de exploração vinícola e/ou agrícolas com as raras exceções já mencionadas – o Solar da Rede situada em Oliveira (MF) e a Casa da Quinta do Côtto em Cidadelhe (MF) (**Fig. 6**), torna-se imprescindível desenvolver algumas considerações em torno do vocábulo de “Quinta”. Tal irá permitir de certa forma sustentar a inclusão destes exemplares, em detrimento de outras casas integradas em contexto de quintas e que nada acrescentariam ao nosso estudo.



FIG. 6 - CASA DA QUINTA DO CÔTTO, CIDADELHE (MF).  
(A) VISTA SOBRE A PROPRIEDADE VINÍCOLA E FACHADA DA CASA.  
(B) VISTA AÉREA DA CASA E PROPRIEDADE.  
(FONTE: GOOGLE MAPS, 2018)

Como se salientou anteriormente, a Região Demarcada do Douro, é caracterizada pela existência de inúmeras quintas de exploração e produção vinícola e agrícola distribuídas por todo o território, com as quais se relaciona um conjunto de estruturas arquitectónicas onde se inclui geralmente uma habitação.

A historiadora Natália Fauvrelle que se interessou pelo estudo das quintas do Douro e as arquitecturas do vinho do Porto<sup>35</sup>, observa a evolução e utilização deste termo da seguinte forma:

“O vocábulo quinta procede do português arcaico *quintã* que, segundo Alberto Sampaio, juntamente com outras formas de propriedade, como o casal, derivou da desagregação da *villa romana*, sendo composta por habitações, pomares, terras, soutos, vinhas etc. Uma hipótese proposta por este autor aponta para que *quintã* possa proceder da divisão romana em *Cardo/Decumanus*, sendo esta a quinta parcela. Este tipo de divisão poderá ter sido aplicado à *villa* resultando a quinta de uma forma de *agrimensura agrária*.” (Fauvrelle 1999, 7)

No período moderno, a “*quintã*” que deriva da *villa romana* mantêm, pois, o seu significado, sempre ligado ao campo e aos frutos. Retomando Bluteau, “quinta” corresponde à “Casa de campo, ou fazenda de lavoura no campo com sua casaria. Chamouse assim, porque de ordinário o que arrenda a Quinta, dá ao dono della a quinta do que colhe de frutos” (Bluteau 1720, Vol.VII, 69).

<sup>35</sup> Fauvrelle 1999, 2003 e 2013.

Na área geográfica que aqui nos interessa, encontramos quintas dedicadas às actividades agrícolas, mas sobretudo vocacionadas para a produção de vinho. Segundo Natália Fauvrelle (2003, 23), a quinta “pode ser interpretada como uma unidade de exploração agrícola, neste caso, vocacionada para a viticultura, onde se integram casa de habitação e estruturas de apoio à actividade agrícola e, em especial, vitivinícola.” Portanto, a quinta duriense ou “quinta histórica”, como a ela se referiu Natália Fauvrelle encerra uma unidade territorial, constituída por terras cultivadas, na sua maioria, vinhas, com uma casa de habitação e construções anexas fundamentais para o desenvolvimento das tarefas agrícolas (Fauvrelle 2003, 23).

Relativamente à casa de habitação do proprietário, quando integrada nestas quintas, ela corresponde quase sempre à maior construção ali existente, sendo muitas vezes edificada à semelhança de uma verdadeira casa senhorial. Aspecto, que se revela como sinal de domínio e poder sobre a sua envolvente e restantes estruturas arquitectónicas (lagar, adega e outros), ainda que se apresente estruturalmente muito simples. Este facto explica-se por na maioria parte dos casos estas casas serem utilizadas pelos seus proprietários para estadias curtas e temporárias, de forma a acompanhar os trabalhos da vinha e do campo, regressando posteriormente às suas casas nas cidades e vilas próximas. Sem que isso invalide algumas delas, situadas no interior de quintas vinícolas e agrícolas, não possam ser também designadas de casas nobres, pois em alguns casos possuem pedra-de-armas ou ainda características e especificidades eruditas quanto à sua traça artística, arquitectónica, tipologia e morfologia. Outro aspecto ainda a salientar prende-se com o facto de algumas casas nobres e solares serem detentoras de propriedades agrícolas, ainda que a sua planta e traça arquitectónica não respondam exactamente às exigências da vida agrícola como na casa de quinta (Fauvrelle 1999, 10). São disso exemplo, o referido Solar da Rede (MF) e a Casa da Quinta do Côtto (MF), onde houve deliberadamente algum cuidado artístico e aparato arquitectónico na edificação da habitação.

A quinta duriense na sua essência diferencia-se da quinta de recreio<sup>36</sup>, que ganha especial significado, ao longo de Setecentos. Segundo José Sarmiento de Matos (1989,

---

<sup>36</sup> As quintas de recreio foram alvo de estudo numa perspectiva histórica por parte de Ilídio de Araújo (1962; 1974), associadas aos jardins portugueses nos trabalhos académicos de Ana Cristina Leite (1988) e

398), a quinta de recreio corresponde à “[...] casa de campo erguida no perímetro das cidades, residências secundárias dos grupos sociais dominantes”. As suas valências arquitectónicas e artísticas foram-se alterando de acordo com as épocas e os gostos, particularizando-se em cada período por determinadas escolhas artísticas. Distinguindo-se pela componente de lazer e recreio, vemos sempre nestas quintas pequenos jardins e até mesmo terrenos agrícolas, onde os proprietários e os seus convidados se poderiam deleitar ou até mesmo realizar actividades de diverso teor.

Diferenciam-se ambas pelas respectivas funcionalidades: a quinta propriamente dita com a sua vocação pelas actividades de exploração agrícola e vinícola, e a quinta de recreio direccionada para o deleite. Daí cada uma delas originar diferentes modelos de edificação.

Derivando de “quinta”, uma outra estrutura arquitectónica relacionada com aquela e que se encontra presente na Região Demarcada do Douro, é o “casal”. Bluteau descreve-a como, “Huma casa, ou duas numa fazenda: ou casa no campo com terras de pão.” (Bluteau 1712, Vol.II, 175-174). Natália Fauvrelle compara “quinta” e “casal” dada a proximidade etimológica:

“[...] o “casal” também deriva da *villa* romana, distinguindo-se da “quinta” por ser um prédio rústico não nobre e pelo seu tamanho inferior. A sua designação inicial está ligada à habitação isolada do trabalhador romano (*casarii*), que depois passa a designar também a terra que este trabalha. A quinta controlava diversos casais, dela dependentes, sendo composta por «grandes casas de habitação, por vezes com várias divisões, eventualmente mesmo uma torre.” (Fauvrelle 1999, 7).

Por exigência metodológica da nossa tese, claramente direccionada para as questões relacionadas com a casa nobre, os solares, os palácios e os paços, a abordagem da temática envolvendo o estudo das quintas e dos casais foi considerada exterior ao seu âmbito e assim deixada de fora.

---

Aurora Carapinha (1995); e, mais recentemente, analisadas por Amílcar de Gil e Pires (2014) do ponto de vista da qualidade da paisagem, da construção do lugar e valorização e identidade do património português, abordagens a ter em consideração no estudo das quintas de recreio.

*Capelas, oratórios e ermidas*

Embora não se enquadrem no conjunto de designações de habitações, análise que temos vindo a realizar, optámos por incorporar as capelas, oratórios e ermidas neste capítulo por se tratarem de espaços arquitectónicos contíguos muitas vezes à casa nobre. São espaços que envolvem a consideração da esfera íntima dos proprietários das casas nobres, as suas práticas e devoções religiosas, numa vivência que se prende com o quotidiano destas famílias e grupos sociais, mas sobre isso nos ocuparemos mais adiante.

Segundo a descrição de R. Bluteau, as “capelas” reportam-se a:

“Cappella. Fazenda, que o testador deixa com obrigação de missas. Instituição que a vincula certa parte das rendas a encargos de obras pias, como Missas, &c & obriga os sucessores, & herdeiros a satisfação dos ditos encargos. Capella se diferencia de Morgado, em que no Morgado o cargo he certo, & o que sobre é incerto, & fica para o sucessor; & na Capella a porção do Administrador he certa, & o que sobrava he incerto, & se gasta nas Missas, & mais encargos (...)” (Bluteau 1712, Vol. II, 121-122).

Na aceção do autor, o termo “capela” refere-se sem margem para dúvida às capelas particulares, centrando-se especificamente naquelas que foram construídas para nelas se instituir um vínculo com legado perpétuo, junto das casas nobres. Ou seja,

“A expressão: é capela vincular, que os documentos referem frequentemente, indica que a ela estavam vinculados bens inalienáveis e indivisíveis<sup>37</sup>, por vezes toda uma quinta e solar. A finalidade do vínculo era, quase sempre, a de assegurar o cumprimento indefectível desses legados. Em princípio, a administração destes bens era confiada ao filho varão mais velho que se tornava, assim, o herdeiro e o administrador do vínculo (morgadio).” (Baptista 1989, 17)

Assim, era fundamental a presença de um instituidor e/ou administrador, que assegurasse a fundação, edificação e manutenção do edifício para nele se venerar determinada entidade. Tanto o instituidor como o administrador, eram fidalgos, de ascendência nobre, ou fidalguia recente, cuja profissão (ligada à corte, exército, administração local, municipal ou judicial), lhes permitiu obter título de nobreza. Neste âmbito, conclui-se que as capelas particulares se destinavam às famílias que auferiam de determinado estatuto social e económico, não estando por isso abertas ao público.

---

<sup>37</sup> I.e., terras, foros, censos e outros rendimentos que contribuía para a sua fundação e manutenção.

Todavia, algumas delas estavam acessíveis à comunidade, nomeadamente nas festividades religiosas de maior peso<sup>38</sup>, obrigando à existência de duas entradas, uma pública (porta principal) e outra privada (pelo interior da casa). Em certos casos, este tipo de capelas poderia mesmo funcionar como igreja paroquial, sobretudo quando esta se encontrava em obras, como parece ter sido o caso da Capela de Santo António da Alegria do Solar do Morgado de Vilarelhos em Vilarelhos (AF) (Fig. 7)<sup>39</sup>.



FIG. 7 - SOLAR DO MORGADO DE VILARELHOS, VILARELHOS (AF).

(A) FACHADA PRINCIPAL.

(B) CAPELA DE SANTO ANTÓNIO DA ALEGRIA.

(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, ABRIL DE 2014).

Antes da edificação propriamente dita, havia que dotar a futura capela de bens e património para suportar as diversas despesas, requerer a autorização de fundação de capela e posse de oratório, e cumprir escrupulosamente um conjunto de regras canónicas determinadas pela Diocese e publicadas nas *Constituições Sinodais*<sup>40</sup>.

Outro espaço de diversas valências e de função religiosa é o “oratório”:

“Espécie de Capella pequena, em que com licença do Pontifice, & do Prelado se póde dizer Missa. [...]. Espécie de Ermida, ou Capella publica, que [...] não se póde erigir sem licença do Diecesano. [...] Tambem ha oratórios, que se cavão na parede, ou se fazem a modo de armarios, com suas portas; tem dentro hum cristo crucificado, & outras imagens, que convidão a orar. Por falta de palavra propria lhe poderàs chamar, Armarium, ou armário sacrum”. Refira-se ainda a referência

<sup>38</sup> Como a celebração do Natal, Páscoa ou a festa de um determinado santo.

<sup>39</sup> Consulte-se Vol. II – Fichas de inventário, parte III.

<sup>40</sup> Veja-se: Paiva, José Pedro 2000, “Constituições Diocesanas.” In Azevedo 2000, Vol.II, 9.

ao “Oratoriosinho. He a modo de hum pequeno armario portatil, com hum Menino Jesus de cera dentro, ou com a figura de outro Santo [...]” (Bluteau 1720, Vol.VI, 99-100).

Deste modo, “oratório” apresenta diferentes significados, num primeiro momento foi um lugar ou espaço dedicado ao culto divino, de uma comunidade ou grupo de fiéis; segundo, um nicho aberto numa parede; terceiro, uma peça de mobiliário própria para nela se colocarem algumas imagens. Pertencentes, estes últimos ao domínio das artes decorativas onde conheceram níveis de enorme sumptuosidade, foi marcante na época barroca a sua difusão em Portugal, alguns de madeira indígena ou exótica, fazendo parte do recheio destes interiores.

Por último, não podemos deixar de mencionar um outro termo, que surge nesta região, e em alguns casos específicos associados a determinadas casas nobres, as “ermidas”<sup>41</sup>. Na descrição de Bluteau, “ermida” remete para uma “Igreja pequena, que não tem jurisdição parochial” (Idem 1713, Vol.III, 189). Na realidade, as ermidas são pequenas estruturas devocionais que como afere o historiador de arte Nuno Resende:

“[...] foram sendo edificadas no espaço comunal das aldeias, cumprindo a sua função de casa de oração e acolhimento espiritual, mas também marco visual na paisagem e eixo de novos percursos que o aumento demográfico determinava, criando ou fortalecendo comunidades distantes da velha igreja matriz e estabelecendo novos locais de culto relacionados com as necessidades colectivas das populações.” (Resende 2014, 62)

Ainda que em muito semelhantes às capelas diferem destas derivado às suas dimensões, uma vez que correspondem a:

“Estruturas de dimensões menores (por comparação com a igreja matriz) edificadas em contexto urbano ou isolado serviam as populações, distantes da matriz, nos ofícios religiosos ou para-religiosos estimulando – nomeadamente através da escolha de uma entidade patronal – o fortalecimento de laços vicinais e marcando a paisagem enquanto eixos de atracção social”. (Idem, 63)

Perante a disparidade de termos e face à diversidade de exemplares identificados e respectivas tipologias – solar, paço e palácio, optámos por designar o nosso objecto de estudo de “casa nobre” independentemente da sua localização em

<sup>41</sup> Veja-se a Casa do Cabo, em São João da Pesqueira e o Casal do Tralhariz, no lugar de Tralhariz, Castanheiro do Norte (CA). Consulte Vol. I - Fichas de inventário, parte II.



contexto rural e/ou urbano. Trata-se de uma designação que abrange todos os exemplares inventariados, incluindo aqueles cuja denominação não identificámos e cujas características históricas, sociais, políticas e religiosas lhe auferem o título de “nobre”. Por outro lado, no *corpus* de inventário procurámos reunir as diferentes designações de cada exemplar, utilizando como referência na identificação da ficha e no respectivo texto desta dissertação aquela designação pela qual as casas são mais conhecidas e referenciadas na documentação de época, bibliografia contemporânea e nas localidades em que se inserem. Desconhecendo ainda em concreto a designação de determinadas casas optou-se por incluir o nome da família de origem do edifício, da que ali residiu ou ainda reside<sup>42</sup>, ou da invocação da capela anexa à casa, quando existente, ou até do local onde a casa se situa<sup>43</sup>.

A opção de utilizar a designação actual evita de certo modo um rigor terminológico e conceptual, que, como Hélder Carita (2017, 256) observou nunca existiu na realidade. Assim, tomámos em consideração todas as variações semânticas que apontámos e sobre as quais reflectimos, mas, a diversidade de termos e conceitos levou-nos a preferir e determinar a utilização de uma só designação, de conceito mais abrangente, o termo de “casa nobre”. Em nosso entender, tal como a sua palavra sinónima, “casa senhorial”, resume de forma mais completa e abrangente as diferentes modalidades de habitar (solar, paço e palácio) de uma família, que possui uma determinada condição social e, por conseguinte, título nobre, e por isso, aufere de um espécífico estatuto de distinção e privilégio.

Partindo destes pressupostos, a casa nobre corresponderá a uma casa de família nobre ou linhagem antiga, associando-se mesmo aos Morgados, no papel dos representantes locais de uma nobreza de linhagem<sup>44</sup>. Curiosamente, Rafael Bluteau também às casas nobres se referiu, não na perspectiva da família, mas dos aspectos arquitetónicos que a constituem e que deverão possuir condições para essa mesma família a habitar. Segundo aquele autor, às “casas nobres chamamos às que tem *logea*,

<sup>42</sup> Em alguns casos tornou-se fundamental a leitura da pedra-de-armas para a identificação da família associada a determinada casa.

<sup>43</sup> Quando não conhecemos a família a quem pertenceu a casa optou-se por designá-la pelo nome do local onde se encontra, ou procurou-se identificar as armas do brasão, quando existente, adaptando-se os apelidos ali representados para designar a casa.

<sup>44</sup> Veja-se a este respeito, Albergaria (2012, 42-43).

ou *pateo* com aposentos capazes para uma nobre família” (Bluteau 1716, Vol.V, 731). Bluteau aponta para a dimensão física da casa, atribuiu-lhe características morfológicas e até uma tipologia. Sobre estas especificidades Isabel Soares de Albergaria (2012, Vol.I, 43) adita:

“as casas nobres distinguem-se das demais por serem sobradas, com lojas nos baixos ou, em alternativa, pela existência de pátio. Deve acrescentar-se a «qualidade» e do aparato presentes nos espaços interiores, particularmente evidentes no caso do mobiliário e da decoração fixa [...]”<sup>45</sup>.

Acresce ainda caracterizar-se a casa nobre pela presença de uma ou duas pedras-de-armas, revelando a identidade da família proprietária do edifício. Mas estará toda a casa nobre indissociavelmente relacionada com a nobreza? Em nosso entender, não. Além da condição social, sobretudo aliada à posse de títulos nobres e de fidalguia que preformam o garante social de “nobre”, uma casa é igualmente nobre pelas características arquitectónicas eruditas que revela. Determinadas casas, embora não possuam pedra-de-armas, enquanto elemento indicativo da nobreza da casa e da família que a habita, assumem outros sinais de imediata expressão visual, como a dimensão, a traça, a qualidade dos materiais e da construção, e um conjunto de elementos decorativos que as individualizam e evidenciam das restantes habitações de traça corrente na malha rural ou urbana. Este motivo, levou-nos precisamente a considerar na nossa investigação um conjunto de casas que apesar de não dispormos de dados e de informação histórica que garantam tratar-se de uma residência pertença de um nobre ou fidalgo, a sua arquitectura possui alguma erudição que nos levam a identificá-la e a inseri-la no grupo de casas nobres da região duriense.

Em todos os termos é comum a ligação com a família, ou seja, todos eles remontam para o conceito enquanto espaço residencial de uma família, independentemente da condição social. Na realidade, a casa nobre é representativa da família que a habita e lhe pertence, bem como do seu *status* social. Assim, não poderíamos discordar com a afirmação de Isabel S. de Albergaria (2012, Vol.I, 42) sobre

---

<sup>45</sup> Tal como Isabel S. de Albergaria destacou, estes aspectos foram abordados por Alexandra Gago da Câmara (2005, 86-116).

esta matéria, “Neste contexto, a casa nobre constitui o suporte material do capital simbólico familiar, e o garante da manutenção do status”.

O termo casa nobre foi o adoptado para designar os exemplares de arquitectura doméstica erudita identificados e inventariados nesta investigação, o qual se tomou para o próprio título da mesma, uma vez que concentra da forma mais completa os diferentes tipos de habitar de acordo com um determinado estatuto de distinção quando comparadas com outro tipo de edificações mais simples e despretensiosas erguidas no mesmo período.

Além destes aspectos não podemos deixar de referir, por último, a questão da localização e implantação destas casas. Sobre estas especificidades Bluteau nada mencionou, mas, atendendo ao panorama português Setecentista, devemos supor que eram rurais todas as casas que se encontrassem no exterior dos núcleos urbanos das povoações mais importantes, e urbanas, todas aquelas que se localizassem no seu interior. Não podemos deixar de citar as entradas do *Dicionário de Arte Barroca em Portugal* (1989), que claramente fazem essa distinção pela localização destas casas nobres. Refira-se a as entradas referentes a “casa rural” e “solar”, com distinção entre solar campestre e solar urbano, e ainda “palácio urbano”<sup>46</sup>.

Atendendo a estas considerações relativas à localização das casas nobres vejamos de que forma elas se implantam na área geográfica em estudo, de acordo com uma série de especificidades históricas, geográficas, naturais, ambientais e outras que poderão ou não influir no processo construtivo.

---

<sup>46</sup> Consulte-se: Caldas, João Vieira. 1989. “Casa Rural.” In Pereira 1989, 109-110; Matos, José Sarmiento de. 1989. “Solar.” In Pereira 1989, 458-460; Matos, José Sarmiento de. 1989. “Urbano, palácio.” In Pereira 1989, 513-514.

## Capítulo II – A Região Demarcada do Douro e a envolvência histórica

### 2.1. Localização e história



FIG. 8 - ALTO DOURO VINHATEIRO.

MAPA DESDOBRÁVEL DESENHADO POR JOSEPH JAMES FORRESTER (1809-1861). PUBLICADO IN THE PRIZE-ESSAY ON PORTUGAL: BEING THE ESSAY FOR WHICH THE "OLIVEIRA PRIZE AND MEDAL" WERE AWARDED... (LONDON: JOHN WEALE, 1854).

(FONTE: BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL, S.D..COTA: SC-8437-V. ACEDIDO A 1 DE MAIO DE 2014. [HTTP://PURL.PT/17186/5/P484.HTML](http://purl.pt/17186/5/P484.HTML))

A designada Região Demarcada do Douro (**Fig. 8**), primeira região demarcada e regulamentada do mundo, localiza-se a norte de Portugal, na bacia hidrográfica do rio Douro, entre Barqueiros, concelho de Mesão Frio, e Barca d'Alva, concelho de Freixo de Espada à Cinta. Ocupa uma área aproximada de 250.000 hectares, dos quais 45.613 são preenchidos por vinhas (IVDP 2018) onde se produzem há séculos os vinhos denominados de origem "Porto" e "Douro", testemunho da história da região<sup>47</sup>.

A espinha dorsal deste espaço é, sem dúvida, o rio Douro<sup>48</sup>, que o atravessa e se configura como um elemento estruturante e central de uma densa rede hidrográfica com importantes afluentes (na margem direita, os rios Sabor, Tua, Corgo e Pinhão; e, na

<sup>47</sup> Sobre os vinhos do Douro veja-se, Aguiar 2002, 148-149; e ainda mais especificamente, COBA. 1987; Felgar 2015, 445-452; Guerra 2008; e, Valle 2012.

<sup>48</sup> O rio Douro é o segundo maior curso de água que atravessa Portugal, com um comprimento de cerca de 938 quilómetros, 200 dos quais em território nacional. Em Portugal, a bacia hidrográfica que o alimenta conta com cerca de 1900 quilómetros quadrados (Almeida 2006, 16-17).

margem esquerda, os rios Varosa, Tedo, Távora, Torto e Côa - **Fig. 9)** (Almeida 2006, 16-17).

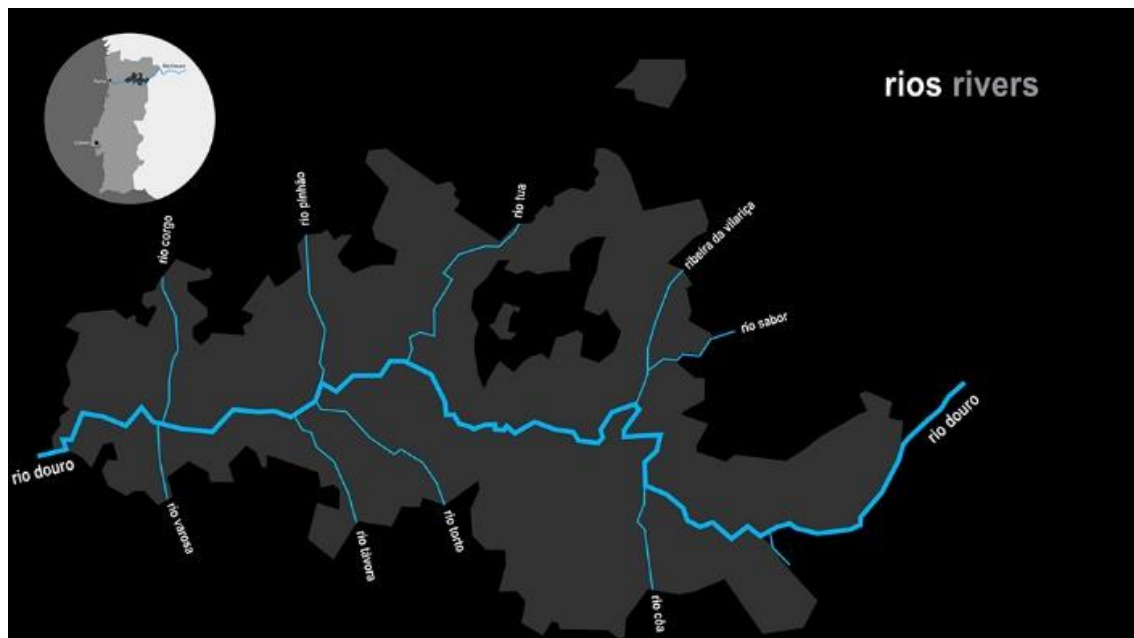


FIG. 9 - REDE HIDROGRÁFICA DA REGIÃO DEMARCADA DO DOURO COM OS PRINCIPAIS RIOS ASSINALADOS.

(FONTE: MUSEU DO DOURO.S.D.. ACEDIDO A 12 DE JUNHO DE 2014.

[HTTP://WWW.MUSEUDODOURO.PT/REGIAO-DEMARCADADO-DOURO](http://www.museudodouro.pt/regiao-demarcada-do-douro))

A história da Região Demarcada do Douro estende-se ao longo do tempo, remontando as origens da produção vinícola à Antiguidade, quando este território, ao ser integrado no Império Romano, conheceu as novas formas de exploração agrícola que o poder então instalado introduziu de forma duradora (Mendonça 2008, 163).

Porém, foi no século XII, sobretudo após a Independência de Portugal (1143), que se intensificam as actividades de exploração vinícola e agrícola e, por consequência, as trocas comerciais (Aguar 2000, 82). Ocorreram, nessa altura, as primeiras exportações deste tipo de produtos para França, trocas estas que se prolongariam até ao século XIII, tomando outros destinos na centúria seguinte (Aguar 2000, 82).

O novo ambiente, aliado ao dinamismo comercial, promoveu o então crescimento e desenvolvimento de algumas aldeias e vilas, em especial dos burgos amuralhados de Freixo de Espada à Cinta, Torre de Moncorvo, Vila Nova de Foz Côa, Vila

Flor, Ansiães, Numão e Lamego, entre outras<sup>49</sup> (Aguilar 2000, 82). Este desenvolvimento prolongou-se nos séculos que sucederam sendo estimulado, sobretudo, pelo aumento das actividades económicas. Desta forma, a partir do século XVI, a viticultura de qualidade, com objectivos comerciais, assume uma importância crescente na área que mais tarde, no decorrer de Setecentos, se iria converter na Região Demarcada do Douro (Sousa 2007, 19).

O século XVII foi igualmente marcado pela expansão vitícola, a par de alterações na tecnologia de produção de vinhos e de um maior ascendente dos vinhos produzidos no vale do Douro e em alguns dos seus afluentes nos mercados europeus especializados na venda deste produto (Mendonça 2008, 163). Por essa altura, inicia-se um importante fluxo comercial para Inglaterra, favorecido pela rivalidade entre esse País e a França, e que viria a ser firmado no início da centúria seguinte pela assinatura do Tratado de *Methuen* (1703)<sup>50</sup> entre Portugal e a Inglaterra (Mendonça 2008, 163). Este tratado previa que o vinho do Porto beneficiasse de taxas aduaneiras preferenciais de exportação para Inglaterra facilitando, como contrapartida, a entrada de produtos manufacturados ingleses no território nacional (Mendonça 2008, 163-164).

Em resultado das disposições acordadas no Tratado de *Methuen* os vinhos generosos do Douro tornaram-se, ao longo de Setecentos, dependentes do mercado inglês, o que se traduziu quer numa adaptação do produto ao gosto desse mercado

---

<sup>49</sup> Por entre a diversa bibliografia, destacamos: Almeida, Carlos Alberto Ferreira de. 1989. “Castelos e cercas medievais. Séculos X a XIII.” In *História das fortificações portuguesas no mundo*, dir. de Rafael Moreira, 38-54. Lisboa: Edições Alfa; Barroca, Mário Jorge. (1990/1991). “Do castelo da Reconquista ao castelo Românico (séc. IX a XII).” *Portugália*, Nova Série, Vol. XI XII, 86-136; Barroca, Mário Jorge. 2003. “Arquitectura militar.” In *Nova História Militar de Portugal*, dir. de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, 95-121. Lisboa: Círculo de Leitores; Monteiro, João Gouveia. 2003. “Castelos e armamento.” In *Nova História Militar de Portugal*, dir. de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, 164-191. Lisboa: Círculo de Leitores; e, Gomes, Rita Costa. 1996/2003. *Castelos da Raia*, Vol. I: Beira, Vol.II: Trás-os-Montes. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico.

<sup>50</sup> “A interpretação do tratado de *Methuen*, suscita a maior controvérsia sobre o sentido do relacionamento entre Portugal e a Inglaterra. A assinatura do acordo sucede em Lisboa a 27 de Dezembro de 1703, sendo subscritores o marquês de Alegrete D. Manuel Teles da Silva e o embaixador extraordinário John Methuen, cujo sobrenome eterniza o conhecimento do convénio. Num articulado extremamente sucinto, os Portugueses declaram a livre admissão dos panos de Inglaterra, derrogando os embargos das pragáticas seiscentistas, e os Ingleses facilitam o ingresso dos vinhos de Portugal, estatuidando um desagravamento fiscal de 1/3, comparativamente à produção francesa. Após uma rápida ratificação por ambas as Coroas, muito por resultado da pressão dos particulares, tanto os industriais britânicos como os agricultores lusitanos, o novo regime comercial entra em vigor em 19 de Abril de 1704 e regular a correspondência bilateral por mais de um século” (Serrão 2001, Vol.VII, 377). Sobre “A interpretação do Tratado de Methuen” no contexto setecentista e à luz da investigação, consulte-se ainda na mesma publicação as páginas seguintes (377-381).

consumidor, quer num crescente domínio (e quase monopólio) do comércio do vinho do Porto por mercadores britânicos que se fixaram nessa cidade nortenha<sup>51</sup>. Neste contexto, em 1727, a próspera colónia inglesa estabelecida no Porto fundou uma Feitoria, a qual assumiu um importante papel na articulação com os interesses britânicos ligados ao comércio do vinho. De facto, era cada vez mais notória a influência da presença inglesa na economia e mercados de vinho, o que despoletou o conflito com os produtores do Douro, constantemente submetidos aos preços cada vez mais baixos. Impunham-se ainda exigências de produção e desenvolvimento de vinhos mais fortes, retintos, doces e aguardentados, o que conduziu à intervenção da Coroa no sentido de regulamentar a produção e comércio de um produto-chave da economia portuguesa (Pereira 2008, 176).

A 10 de Setembro de 1756, Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), na qualidade de primeiro ministro de D. José I (1714-1777), criava e regulamentava a região vitícola do Douro, no seguimento da instituição da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro<sup>52</sup> (**Fig. 10 a 12**). Perante a crise comercial vivenciada visava, por esta forma, criar mecanismos definidores do sector produtivo do vinho no enquadramento de uma região concreta (Sousa 2006, 56). Tal traduziu-se em medidas de demarcação, arrolamentos e qualificações, fixação de preços, limitação da produção, exclusivo da barra do Porto e controlo do transporte, entre outras. A finalidade pretendida era a garantia da qualidade e da reputação do produto (Sousa 2006, 52).

---

<sup>51</sup> Consulte-se Cardoso 2004, 161-180.

<sup>52</sup> “Importa ainda esclarecer que a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro foi referida sob várias designações que vão desde a Companhia do Alto Douro, Companhia do Douro, Companhia das Vinhas do Alto Douro, Companhia dos Vinhos, Companhia dos Vinhos do Porto (nome também dado à Companhia, desde as suas origens, nomeadamente pelos ingleses), Royal Oporto Wine Company, Real Companhia dos Vinhos do Porto, Companhia Real do Porto, Real Companhia dos Vinhos, Real Companhia Velha e, simplesmente, Companhia, algumas das quais ainda mantém, devidamente registadas.” (Sousa 2006, 17).

Sobre o assunto deve consultar-se: Reis 2013; Sousa, 2008; Pinto 2006; e, Sousa 2006.



FIG. 10 - "SEBASTIÃO JOSÉ DE CARVALHO E MELO - 1º MARQUÊS DE POMBAL (1699-1782)".  
AUTOR DESCONHECIDO, ESCOLA PORTUGUESA. ÓLEO SOBRE TELA, SÉCULO XVIII. REENTELADO, PEQUENOS  
RESTAUROS. DIMENSÃO 119 x 97,5 CM. COLECÇÃO PARTICULAR.  
(FONTE: CABRAL MONCADA LEILÕES. 28 DE MAIO DE 2012. ACEDIDO A 10 DE JUNHO DE 2014.  
[HTTPS://WWW.CML.PT/LEILOES/2012/139-LEILAO/1-SESSAO/121/SEBASTIAO-JOSE-DE-CARVALHO-E-MELO---1-MARQUES-DE-POMBAL-%281699-1782%29](https://www.cml.pt/leiloes/2012/139-leilao/1-sessao/121/sebastiao-jose-de-carvalho-e-melo---1-marques-de-pombal-%281699-1782%29))

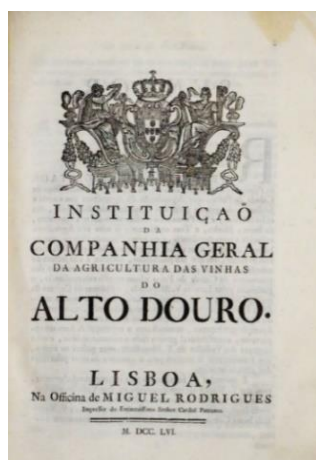


FIG. 11 - INSTITUIÇÃO DA COMPANHIA GERAL DA AGRICULTURA DAS VINHAS DO ALTO DOURO. LISBOA: NA OFF. DE MIGUEL RODRIGUES, 1756. (FRONTISPÍCIO)  
(FONTE: BNP, COTA: MICROFILMES F.R. 45).

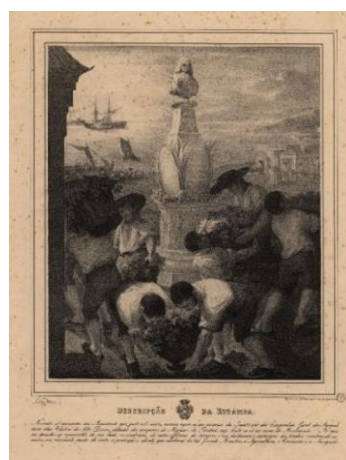


FIG. 12 - INSTITUIÇÃO DA COMPANHIA GERAL DA AGRICULTURA DAS VINHAS DO ALTO DOURO [VISUAL GRÁFICO]. MAURÍCIO JOSÉ DO CARMO SENDIM (1786-1870).  
GRAVURA, IMPRENSA NACIONAL, 1838; P&B; 37,7x31,5 CM (ESQUADRIA).  
(FONTE: BNP, DISPONÍVEL IN [HTTP://PURL.PT/6754/3/](http://purl.pt/6754/3/))



Peça-chave desta política, à Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro competia institucionalmente a responsabilidade pelo bom funcionamento desses mecanismos sobre a região do Douro, bem como sobre os seus vinhos e interesses sociais que lhe estavam associados (Pereira 2008, 177).

“Era um “corpo político”, com foro próprio, através do seu Juízo de Conservatória, dotada com funções de regulação da produção e comércio dos vinhos e fixação de preços, com poderes de polícia administrativa – autorizações, licenças, cartas, atestados, etc. – e poderes sancionatórios qualificados (Vital Moreira), podendo aplicar multas, suspensão de pessoal e outras penas. Mais que uma Companhia de Comércio “cujo objecto era o lucro”, destina-se a fazer cumprir a legislação régia<sup>53</sup> de protecção da cultura e comércio dos vinhos do Alto Douro.” (Sousa 2008, 49).

O principal objecto desta instituição não era o comércio, mas sim a agricultura, pois a Companhia fora criada para dar consumo aos vinhos produzidos no Douro (Sousa 2006, 50). Quer na instituição da Companhia, quer na legislação posterior, reiteradamente se afirma que se destinava ao “aditamento da agricultura das vinhas e do comércio que dela resulta em benefício dos povos”, sustentar a produção, a “comodidade” do seu preço e a pureza da qualidade, bem como beneficiar e animar a lavoura através da concorrência (Sousa 2006, 50). Ou seja, a Companhia e a sua acção tinham fundamentalmente em vista:

- a) Sustentar a cultura dos vinhos da região;
- b) Conservar a sua produção na pureza natural em prol da sua autenticidade;
- c) Manter os preços em níveis razoáveis para os produtores nacionais;
- d) Limitar o monopólio inglês sobre os vinhos durienses (Sousa 2006, 34, 50).

Havia assim a necessidade de defender os produtores e os seus produtos, exportados legalmente ou por contrabando. Para cumprimento dos objectivos referidos, a Companhia tinha como principais tarefas:

---

<sup>53</sup> A legislação vitícola da região do Alto Douro foi pioneira, em muitos aspectos, da moderna legislação seguida em muitos outros países produtores. Ao contrário do que aconteceu noutros espaços vitícolas (Chianti, em 1716; Tokay, 1737), a demarcação do Alto Douro foi acompanhada por ampla legislação regulamentadora, por um sistema de classificação e qualificação de vinhos, baseado num cadastro de propriedades e em mecanismos de controlo de qualidade (Aguiar 2002, 147).

“[...] a demarcação dos terrenos do Alto Douro em que o vinho de embarque devia ser produzido; a prova e qualificação dos vinhos produzidos no distrito da demarcação, de primeira, segunda e terceira qualidade (este último, também designado por “vinho separado”); o controlo da genuinidade do vinho de embarque, impedindo a sua adulteração com vinho produzido fora da região demarcada; o estabelecimento dos preços dos vinhos, de acordo com a sua qualidade, volume da produção e procura do mercado, de forma a evitar a ruína dos lavradores, mas a garantir, também, o seu consumo, elaborando, para tal, o “juízo do ano”, apresentado ao Governo e no qual a Companhia declarava a abundância ou esterilidade do mesmo e propunha os preços dos vinhos a pagar aos agricultores, de acordo com a sua qualidade.” (Sousa 2006, 52)

Estas tarefas foram sendo aditadas, uma vez que ao longo da governação pombalina, o Alvará de instituição da Companhia foi complementado por vasta e complexa legislação (Sousa 2006, 369-ss). Com ela a Coroa pretendia impor uma rigorosa disciplina no sector dos vinhos do Douro, em nome da garantia de qualidade e da sua reputação nos mercados internacionais. Paralelamente, visava estender os poderes e funções da Companhia, bem como dos seus privilégios e exclusivos.

À data procedeu-se à demarcação da região<sup>54</sup> mediante a colocação de grandes marcos de pedra granítica, em formato de paralelepípedo<sup>55</sup> (**Fig. 13**), tendo a primeira sido realizada entre 1756 e 1761 (Sousa 2007, 22) (**Fig. 14**). Foram, então, implantados 335 marcos de granito, cujos limites não ultrapassavam o vale do rio do Pinhão, abrangendo uma área de 40.000 hectares (Sousa 2007, 22).

“A demarcação primordial estava compreendida, a ocidente, entre Barqueiros (Mesão Frio), na margem direita, e Barrô (Resende), na margem esquerda do Douro, a cerca de 90 Km a montante do Porto. A sua parte oriental estendia-se até Riba Longa (Carrazeda de Ansiães), na margem direita e Nagosela (S. João da Pesqueira), na margem esquerda do Douro. Em traços genéricos abarcava parte da actual demarcação, coincidente com as tradicionais subdivisões do Baixo e Cima Corgo.” (Mendonça 2008, 166)

Para além da demarcação do território, a Companhia procedeu à elaboração de um cadastro e classificação das parcelas e dos respectivos vinhos, tendo em conta a complexidade do espaço regional (Pereira 2006, 178). A estas tarefas juntou-se ainda a prestação de serviços para a causa pública, já por iniciativa da própria Companhia (Sousa 2006, 111-120). Entre as actividades constam a construção de navios, criação de

<sup>54</sup> Para uma perspectiva mais específica do contexto em que se realizaram as demarcações veja-se Sousa 2006, 99-105; Aguiar 2000, 83-84; e Fonseca 1949-1951.

<sup>55</sup> De remate plano ou semicircular, a face voltada ao caminho apresenta inscrita a palavra FEITORIA e a data de colocação (1758, ou mais raramente 1768). Consulte-se Fauvrelle 2007; 2013.

fábricas, pescarias do Algarve e estabelecimento de socorros a náufragos. Acrescendo as que foram cometidas pelo estado, em particular no domínio das obras públicas, do ensino, da cobrança de impostos e da concessão de crédito e, até, atestações às pessoas que pretendiam embarcar para o Brasil (Sousa 2006, 113)<sup>56</sup>.



FIG. 13 - MARCO POMBALINO DA FEITORIA DE 1758 NA MOURISCA (PENELAS).  
[FONTE: FONSECA (1949-1951)].



FIG. 14 - REGIÃO DEMARCADA DO DOURO, 1756-1761.  
(FONTE: MUSEU DO DOURO.S.D.. ACEDIDO A 12 DE JUNHO DE 2017.  
[HTTP://WWW.MUSEUDODOURO.PT/REGIAO-DEMARCADADO-DOURO](http://www.museudodouro.pt/regiao-demarcada-do-douro))

<sup>56</sup> Veja-se em pormenor cada uma das actividades citadas em Sousa 2006, 111-120.

Tudo isto complementado pela participação da Companhia na iniciativa de criação do ensino superior técnico no Porto, ponto de partida do ensino universitário nesta cidade, nomeadamente: a Aula de Náutica (Alvará de 30 de Agosto de 1762), a Aula de Debuxo e Desenho (Decreto de 27 de Novembro de 1779) e a Academia Real da Marinha e Comércio (Alvará de 9 de Fevereiro de 1803) (Sousa 2006, 119)<sup>57</sup>.

Na segunda metade do século XVIII, a confluência de um significativo conjunto de factores contribuiu como ponto de viragem na região duriense, dando lugar a profundas mudanças nas técnicas de viticultura e na consequente evolução da sua produção, comercialização e transporte (Sousa 2007, 22). Tal provocaria sucessivas delimitações da região demarcada, a primeira das quais em 1756 (a demarcação concreta foi realizada entre 1757-1761), conforme referido, a segunda em 1788-1793 (**Fig. 15**) e uma terceira em 1907-1908 (**Fig. 16**) (Sousa 2007, 22). Destaque-se a segunda demarcação, que ficou conhecida pela dos “vinhos de feitoria”, não ultrapassando os seus limites no Vale de Ribalonga, nas proximidades do Cachão da Valeira, onde o rio ainda era navegável (Museu do Douro 2018).



FIG. 15 - REGIÃO DEMARCADA DO DOURO, 1788-1793.  
 (FONTE: MUSEU DO DOURO.S.D.. ACEDIDO A 12 DE JUNHO DE 2017.  
[HTTP://WWW.MUSEUDODOURO.PT/REGIAO-DEMARCADADO-DOURO](http://www.museudodouro.pt/regiao-demarcada-do-douro))

<sup>57</sup> Sobre a instrução pública no Porto e a Academia Real da Marinha e Comércio, consulte-se Santos 2006; Fernandes 2001; e Sousa 2006, 119.



FIG. 16 - REGIÃO DEMARCADA DO DOURO, 1907.  
(FONTE: MUSEU DO DOURO. S.D.. ACEDIDO A 12 DE JUNHO DE 2017.  
[HTTP://WWW.MUSEUDODOURO.PT/REGIAO-DEMARCADADO-DOURO](http://www.museudodouro.pt/regiao-demarcada-do-douro))

Já a última, ocorrida nos anos 1907-1908, terá de ser compreendida em função do grave problema que foi a propagação da filoxera<sup>58</sup> em todo o vale do Douro no último terço do século XIX (Martins 1991, 675).

“A filoxera é uma doença provocada por um insecto hermafrodita, o filoxera, que se alimenta do suco que extrai das raízes de certas plantas, nomeadamente das videiras. Nas vinhas europeias, o filoxera provoca nodosidade (tumores) nas raízes, que em poucos anos enfraquecem e destroem as cepas.

Originário da América do Norte, onde foi encontrado pela primeira vez em 1853, nas vinhas selvagens do Colorado, o filoxera chegou à Europa no início da década de 1860, com as videiras americanas importadas para combater o oídio. As vinhas francesas foram as primeiras a ser atacadas [...].

Portugal foi o segundo país a ser invadido pela filoxera. A doença foi encontrada em vinhas do concelho de Sabrosa (Douro) em meados da década de 1860 e daí espalhou-se a toda a região duriense, mas manteve-se-lhe circunscrita até à década de 1880, altura em que começou a alastrar-se por todo o país.” (Martins 1991, 653).

As dificuldades que daí derivaram foram significativas, colocando em risco toda a origem de vinho e alterando profundamente a distribuição geográfica da sua produção (Martins 1991, 653-ss). Emergiu, nesta altura, uma crise na produção e no comércio de

<sup>58</sup> Sobre a presença da filoxera, *phylloxera vastatrix*, na região Duriense consulte-se Martins 1991, e as respectivas referências bibliográficas citadas pela referida autora.

*Phylloxera vastatrix* (Planchon, 1868) in GBIF Secretariat (2019). *GBIF Backbone Taxonomy. Checklist dataset* <https://doi.org/10.15468/39omei> acedido in GBIF.org a 18 de Fevereiro de 2020.

vinhos que durou quase meio século, trespassando o cariz regional e sendo, efectivamente, conotada como uma crise de índole nacional. Como forma de combate, introduziram-se novas práticas e técnicas de trabalho dos solos, alterando-se a forma de plantação da vinha e aperfeiçoando-se a utilização dos processos de vinificação seleccionando as melhores castas regionais.

Não obstante estas medidas, no final de Oitocentos o impacto da filoxera foi de tal ordem que obrigou ao reordenamento da região do Douro. A demarcação de 1907 decorrente desta praga conheceu novo alargamento, de tal modo que chegou à fronteira com a Espanha abrangida pelo Douro Superior, que tinha evoluído de forma significativa após a crise daquela doença. No ano seguinte, porém, deu-se uma redução da área produtora do vinho do Porto, de tal modo que, na sequência do decreto de 10 de Dezembro de 1921, podemos afirmar que a região demarcada passou a corresponder, praticamente, àquela que hoje se conhece, abarcando 250.000 hectares (Museu do Douro 2018). Assim, o território da região duriense definido como objecto de estudo da presente investigação, compreende esta última demarcação, integrando os concelhos dos distritos de Vila Real, Viseu, Bragança e Guarda. Encontra-se organizado nas seguintes sub-áreas (de Oeste para Este; **Fig. 17 a 19**)<sup>59</sup>:

a) **Baixo Corgo**: correspondente a 51% do território. Na margem direita do rio Douro abrange o território desde Barqueiros ao rio Corgo (Peso da Régua) e, na margem esquerda, desde a freguesia de Barrô até ao rio Tedo. Compreende no distrito de Vila Real os concelhos de Mesão Frio, de Peso da Régua e de Santa Marta de Penaguião; as freguesias de Abaças, Ermida, Folhadela, Guiães, Mateus, Nogueira, Nossa Senhora da Conceição (parte), Parada de Cunhos, São Dinis e São Pedro, do concelho de Vila Real; no distrito de Viseu, as freguesias de Aldeias, Armamar, Folgosa, Fontelo, Santo Adrião, Vacalar e Vila Seca, do concelho de Armamar; as freguesias de Cambres, Ferreiros de Avões, Figueira, Parada do Bispo, Penajóia, Samodães, Sande, Santa Maria de Almacave, Sé e Valdigem e as Quintas de Fontoura, do Prado e das Várzeas, na freguesia de

<sup>59</sup> Actualmente, a Região Demarcada do Douro tem os seus limites estabelecidos pelo Decreto-Lei n.º 173/2009 de 3 de Agosto (Estatuto das Denominações de Origem e Indicação Geográfica da Região Demarcada do Douro). Cf. descrito no artigo 3.º do Anexo 1, do «Decreto-Lei n.º 173/2009 de 3 de Agosto» in Diário da República, 1.ª série, N.º 148, 3 de Agosto de 2009, pp. 4998-4999.

Várzea de Abrunhais, do concelho de Lamego; e, por fim, a freguesia de Barrô, do concelho de Resende;

b) **Cima Corgo**: compreende aproximadamente 36% do território. Estende-se até ao meridiano que passa no Cachão da Valeira, abarcando no distrito de Vila Real as freguesias de Alijó, Amieiro, Carlão, Casal de Loivos, Castedo, Cotas, Favaios, Pegarinhos, Pinhão, Sanfins do Douro, Santa Eugénia, São Mamede de Riba Tua, Vale de Mendiz, Vilar de Maçada e Vilarinho de Cotas do concelho de Alijó; as freguesias de Candedo, Murça e Noura do concelho de Murça; as freguesias de Celeirós, Covas do Douro, Gouvães do Douro, Gouvinhas, Paços, Paradela de Guiães, Provesende, Sabrosa, São Cristóvão do Douro, São Martinho de Anta, Souto Maior e Vilarinho de São Romão do concelho de Sabrosa. Do distrito de Viseu integra as freguesias de Castanheiro do Sul, Espinhosa, Ervedosa do Douro, Nagozelo do Douro, Paredes da Beira, São João da Pesqueira, Soutelo do Douro, Trevões, Vale de Figueira, Valongo dos Azeites, Várzea de Trevões e Vilarouco do concelho de São João da Pesqueira; as freguesias de Adorigo, Barcos, Desejosa, Granjinha, Pereiro, Santa Leocádia, Sendim, Tabuaço, Távora e Valença do Douro do concelho de Tabuaço. Por fim, do distrito de Bragança engloba as freguesias de Beira Grande, Castanheiro do Norte, Carrazeda de Ansiães, Lavandeira, Linhares, Parambos, Pereiros, Pinhal do Norte, Pombal, Ribalonga, Seixo de Ansiães e Vilarinho de Castanheira do concelho de Carrazeda de Ansiães;

c) **Douro Superior**: sub-área mais para Leste, sendo ainda a mais pequena, cobrindo apenas 13% do território, e estendendo-se até à fronteira com a vizinha Espanha. Compreende, no distrito de Bragança, a freguesia de Vilarelhos do concelho de Alfândega da Fé; as freguesias de Freixo de Espada à Cinta, Ligares, Mazouco e Poiares do concelho de Freixo de Espada à Cinta; as propriedades que foram de D. Maria Angélica de Sousa Pinto Barroso na freguesia de Frechas e as da Sociedade Clemente Meneres nas freguesias de Avantos, Carvalhais, Frechas e Romeu do concelho de Mirandela; as freguesias de Açoreira, Adeganha, Cabeça Boa, Horta, Lousa, Peredo dos Castelhanos, Torre de Moncorvo e Urros do concelho de Torre de Moncorvo; as freguesias de

Assares, Freixiel, Lodões, Roios, Sampaio, Santa Comba da Vilarça, Seixo de Manhoses, Vale Frechoso e Vilarinho das Azenhas, as Quintas da Peça e das Trigueiras e as propriedades de Vimieiro, situadas na freguesia de Vilas Boas e Vila Flor, do concelho de Vila Flor. No distrito da Guarda destaque-se a freguesia de Escalhão do concelho de Figueira de Castelo Rodrigo; as freguesias de Fontelonga, Longroiva, Meda e Poço do Canto do concelho de Meda; bem como o concelho de Vila Nova de Foz Côa.



FIG. 17 - SUBREGIÕES DA REGIÃO DEMARCADA DO DOURO.  
(FONTE: MUSEU DO DOURO. S.D.. ACEDIDO A 12 DE JUNHO DE 2017.  
[HTTP://WWW.MUSEUDODOURO.PT/REGIAO-DEMARCADADO-DOURO](http://www.museudodouro.pt/regiao-demarcada-do-douro))





FIG. 18 - DELIMITAÇÕES DOS CONCELHOS DA ACTUAL REGIÃO DEMARCADA DO DOURO.  
(FONTE: MUSEU DO DOURO. S.D.. ACEDIDO A 12 DE JUNHO DE 2017.  
[HTTP://WWW.MUSEUDODOURO.PT/REGIAO-DEMARCADADO-DOURO](http://www.museudodouro.pt/regiao-demarcada-do-douro))



FIG. 19 - REGIÃO DEMARCADA DO DOURO, 2014.  
(FONTE: MUSEU DO DOURO. S.D.. ACEDIDO A 12 DE JUNHO DE 2017.  
[HTTP://WWW.MUSEUDODOURO.PT/REGIAO-DEMARCADADO-DOURO](http://www.museudodouro.pt/regiao-demarcada-do-douro))

Como acabamos de ver, as sucessivas delimitações (1757-1761, 1788-1793, 1907-1908 e 1921) reflectem, essencialmente, as vicissitudes da evolução técnica nos domínios de produção, transporte e comercialização do vinho (Sousa 2007, 22). Não obstante, emerge de todo este processo uma forte continuidade no que concerne aos seus princípios orientadores, tanto no que diz respeito à mentalidade e conhecimentos das camadas populares, como das elites. O que, ao revestir-se de forte carga simbólica, se constitui como elemento-chave de identidade regional.

A instituição da Companhia, a regulamentação da produção e comercialização dos vinhos durienses, a par da demarcação da região, engradeceu e prestigiou toda a esta zona do Douro, bem como a cidade do Porto. Os esforços conjugados do povo anónimo, dos trabalhadores, dos pequenos e grandes proprietários e viticultores, da colónia inglesa, das elites do Porto, acompanhados do espírito reformador de um Primeiro-Ministro, proporcionaram uma próspera actividade comercial e, por conseguinte, grandes lucros na área económica (Mendonça 2008, 165). Com o efeito, surgiu um património muito rico, quer de cariz civil, quer religioso, do qual realçamos as quintas vinícolas, estruturas criadas para apoio à produção e comercialização do vinho. Além destas, no que concerne ao presente estudo, destacamos as casas nobres e solares, algumas das quais associadas a essas quintas e que se revelaram importantes testemunhos do esforço económico dos seus proprietários que, ao verem os seus rendimentos aumentar, investiram na arquitectura destas estruturas (casas e quintas). Um investimento antes de mais demonstrativo do seu poder económico, social e, até mesmo, cultural, pelo conhecimento artístico e arquitectónico reflectido e aplicado na construção das suas casas, como teremos ocasião de ver melhor mais adiante. Fenómeno crucial da história artística da região, por coincidir e envolver a afirmação do gosto Barroco, mas também do Neoclassismo, particularmente sensível na cidade do Porto devido à influência inglesa (Ferreira-Alves 2005).

Da interacção destes factores nasceu uma paisagem cultural de inequívoca identidade, afirmada através da sua autenticidade (Sousa 2007). Todos estes aspectos contribuíram e reforçaram a inscrição de uma pequena parte da região do Alto Douro Vinhateiro na lista de Património Mundial da UNESCO na categoria de Paisagem Cultural

Evolutiva e Viva atribuída a 14 de Dezembro de 2001, na 25.<sup>a</sup> sessão do Comité do Património Mundial, realizada em Helsínquia (Aguiar 2000)<sup>60</sup>.

<b>QUADRO I - REGIÃO DEMARCADA DO DOURO</b> Principais datas:	
<b>1756</b>	– Alvará de instituição da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, de 9.10.1756
<b>1757-1761</b>	– Demarcações pombalinas, as primeiras do mundo
<b>1788-1793</b>	– Demarcações marianas e alargamento da área demarcada
<b>Século XIX</b>	– Sucessivos alargamentos
<b>1834</b>	– Decreto de extinção dos privilégios da Companhia, de 30.5.1834
<b>1834</b>	– Decreto da instituição da Companhia dos Vinhos do Porto, de 4.11.1834, por 12 anos (prolongada em 1838, 1852)
<b>1907</b>	– Alargamento da região do Vinho do Porto até à fronteira com a Espanha
<b>1908</b>	– Redução da área produtora do Vinho do Porto
<b>1921</b>	– A área demarcada passa a ser praticamente a actual região demarcada
<b>1972</b>	– Constituição de uma Companhia Comercial, denominada Companhia Geral das Vinhas do Alto Douro e Real Companhia Vinícola do Norte de Portugal (agrupamento complementar de empresas, S.A.R.L.), que adoptou também a denominação de VINICOLÂNDIA

Quadro-síntese elaborado pela autora.  
(Fonte: Sousa; 2006; Sousa 2007, 21).

## 2.2. Especificidades e contrastes do território<sup>61</sup>

Embora a Região Demarcada do Douro corresponda a uma unidade territorial historicamente delimitada, enriquecida pelo cruzamento de culturas e pela abertura ao mundo, ela é possuidora de uma identidade física e natural diversificada, caracterizada por variados contrastes identificáveis em cada uma das suas três sub-áreas (Aguiar 2000, 7). Esta heterogeneidade é condicionada por características climáticas, morfológicas, litológicas e pedológicas.

### 2.2.1 Morfologia, relevo e altitude

Em termos morfológicos, o território da região duriense caracteriza-se por uma extensa área de montanhas, vales altos e planaltos (Ribeiro 2000, 17-18). Desta forma, verificamos uma grande diferenciação altimétrica, que aumenta à medida que nos

<sup>60</sup> Sobre a inscrição do Alto Douro na lista de Património Mundial da Unesco, veja-se o processo de candidatura - Aguilar 2000; e Sousa 2007, 19-27.

<sup>61</sup> Consulte-se em pormenor cada uma das especificidades físicas e naturais da região duriense em Ribeiro 2000; e Aguilar 2000.

aproximamos do limite ocidental. A altitude varia entre os 50 e os 600 metros, atingindo-se valores superiores nos diversos maciços montanhosos que envolvem e protegem o vale (Pina 2007, 3). Assim, mencione-se que os valores mais baixos de altimetria se localizam junto às margens do Douro e os mais elevados na serra do Marão (Ribeiro 2000, 13). É na sub-região do Baixo Corgo que se encontram as maiores altitudes, nomeadamente, correspondentes às Serras do Marão, Alvão e Montemuro, dispostas em posição concordante e ladeando as duas vertentes o rio Douro e dois importantes afluentes – a norte, o rio Corgo e, a sul, o rio Varosa (Almeida 2006, 15). É ainda no limite oeste desta área que a região demarcada atinge altitudes de 1400 metros (Almeida 2006, 15).

Já na sub-região de Cima Corgo, no centro da Região Demarcada do Douro, vamos deparar com um relevo caracterizado por cumes ligeiramente mais baixos, emergindo algumas superfícies menos declivosas, sobretudo entre Sabrosa e Alijó, locais onde encontramos algum granito (Almeida 2006, 15).

Na última sub-área, o Douro Superior, situado na zona mais oriental da região demarcada, temos uma plataforma inclinada para o rio Douro, onde as altitudes raramente ultrapassam os 800 metros. Aqui a paisagem evidencia heterogeneidade nas suas formas, onde os rios se encaixam em verdadeiros canhões ladeados por vertentes íngremes (Almeida 2006, 16).

Paralelamente, mencione-se que é em altitudes inferiores a 500 metros que se verifica um acréscimo do número de terraços ocupados pela vinha. De facto, ultrapassados os 500 metros de altitude, sobretudo nas vertentes direcionadas a norte, apenas subsistem resquícios vitícolas dada a existência de um clima de transição e de um substrato rochoso já predominantemente granítico, tipo de pedra que retomaremos adiante (Pina 2007, 3).

### 2.2.2 Solo e litologia

Os solos da região duriense possuem, à superfície, elevadas quantidades de materiais rudes de grande pedregosidade (**Fig. 20**). Tal é reflexo do predomínio de xisto, sobretudo, na zona centro da área demarcada (Ribeiro 2000, 11). Este tipo de rocha apresenta características especiais a todos os níveis, uma vez que assegura a protecção contra a erosão hídrica, garante uma boa permeabilidade e permite uma boa afluência de água e das raízes às camadas subjacentes. Por fim, possibilita ainda captação de energia solar, mantendo-a durante um maior período de tempo e, desta forma, assegurando um decréscimo da amplitude térmica diurna o que, consequentemente, beneficia a maturação das vinhas (Aguar 2000, 18)<sup>62</sup>.

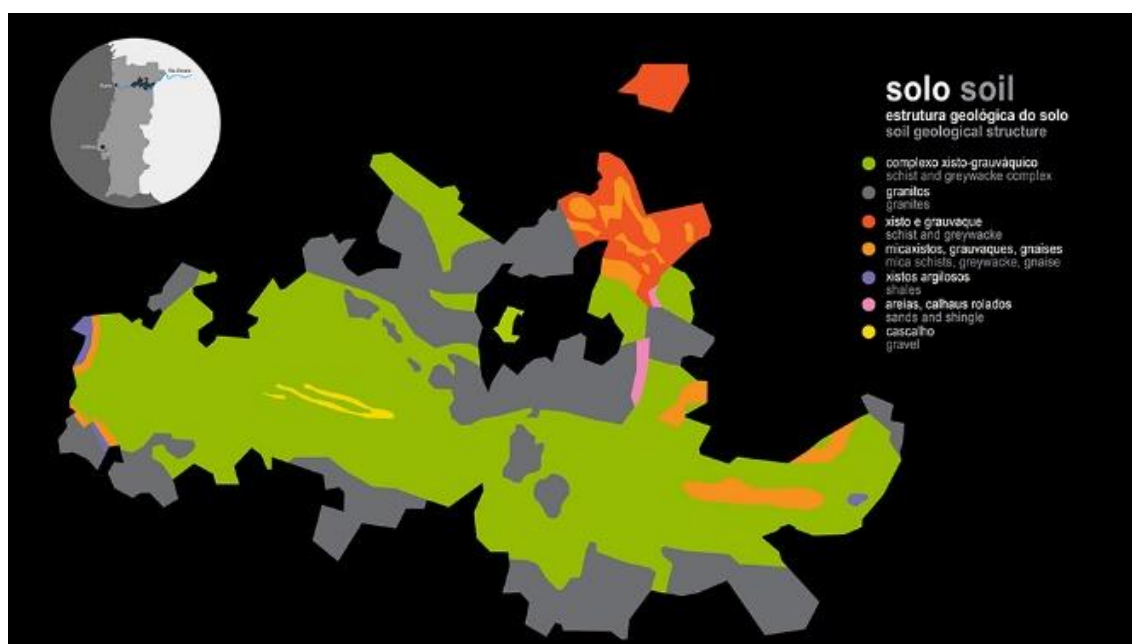


FIG. 20 - ESTRUTURA GEOLÓGICA DO SOLO.

(FONTE: MUSEU DO DOURO. S.D.. ACEDIDO A 12 DE JUNHO DE 2017.

[HTTP://WWW.MUSEUDODOURO.PT/REGIAO-DEMARCADADO-DOURO](http://www.museudodouro.pt/regiao-demarcada-do-douro))

<sup>62</sup> De facto, como conclui António de Sousa Pedrosa: «A grande maioria dos autores considera que os vinhos dos terrenos de origem xistosa são de melhor qualidade do que os provenientes dos terrenos graníticos. J. CARVALHO, (1948) afirma que as vinhas plantadas em granitos a sul de Barcos não podem ser comparadas com as cultivadas nos terrenos de xisto, tanto no que se refere à quantidade como à qualidade do vinho. De facto, os vinhos provenientes das áreas graníticas, “posto que suaves ao gosto e cheiros são sem cor, sem corpo...” (J. CARVALHO, 1948). Outros autores são mais radicais, J. ROSAS (1990), afirma, sem margem para dúvidas, que a qualidade do vinho está intimamente ligada à natureza xistosa do terreno. Considera esse factor tão decisivo, ao ponto de afirmar que, mesmo dentro da Região Demarcada, o vinho resultante das uvas nascidas nos pequenos afloramentos graníticos tem características distintas do das uvas correspondentes aos solos xistosos, notando-se no vinho, particularmente, falta de corpo e capacidade para um válido envelhecimento.» (Pedrosa 2004, 211-212).

Dadas as especificidades do xisto e perante um terreno de encostas íngremes e pedregosas foi necessário produzir solo e construir terraços (socalcos) amparados, tradicionalmente, por muros de xisto, que se combinam hoje com novas formas de armação da vinha (Aguiar 2000, 18)<sup>63</sup>. Além de utilizada nos muros que dividem os terrenos, esta pedra era empregue no suporte de terras vinícolas e em edifícios de construção tradicional, não só habitações, mas também edifícios de apoio às actividades agrícolas e vinícolas, tais como armazéns, lagares e adegas. Desta forma, a utilização de xisto tornou-se particularmente dominante neste tipo de construção.

Por sua vez, a norte e sul da região duriense, destaca-se o granito, particularmente característico da sub-região do Douro Superior, onde surge em grande proporção, especialmente em locais como Carrazeda de Ansiães, Numão (no concelho de Vila Nova de Foz Coa) e Sande (concelho de Lamego), Vila Flor e Mirandela, intercaladas nessa grande mancha xistosa da restante região duriense (Ribeiro 2000, 18). Nestes dois últimos constata-se ainda a presença de outros tipos de rocha derivados do granito, como são exemplo, o grauvaque, o micaxisto e o gnaiss (Alves 2000, 18-20). Pontualmente, refira-se ainda a presença de xistos argilosos, areias, calhaus rolados e cascalho (Alves 2000, 18-20).

Retomando o tipo de rocha predominante no Douro Superior, o granito, mencione-se que este era utilizado nas casas mais ricas, nas paredes exteriores e nas padieiras de portas ou janelas de casas rurais (Aguiar 2000, 70). A preferência por este material prende-se com o facto de ser mais resistente (comparativamente ao xisto), uma vez que é mais espesso, pesado e rígido. Desta forma, permitia assegurar uma acrescida estabilidade do edifício, fornecendo uma boa protecção ao interior da casa perante a eventualidade da ocorrência de desastres naturais (a ocorrência de sismos, por exemplo) ou dada a acção dos agentes atmosféricos (água, temperatura e, particularmente, o vento).

---

<sup>63</sup> Face às íngremes encostas e à ausência de superfícies planas para a plantação de vinhas são usadas três técnicas de armação do terreno: socalcos tradicionais (suportados por muros de pedra); patamares (modernos socalcos, cortados nas encostas através do recurso a equipamento de terraplanagem); e, a vinha ao alto ou plantação vertical.

Por último, não podemos deixar de referir, no que toca ao solo e litologia, a existência dos mortórios<sup>64</sup>, um sinal bem visível do rasto deixado pela infecção da filoxera e a destruição dos terrenos vitícolas (Aguiar 2000, 21). Actualmente estes terrenos estão ocupados por vegetação espontânea, por entre a qual se vislumbram ainda os imensos muros que os suportavam, sem que isso tenha impedido alguns raros mortórios de voltar a receber vinha.

### 2.2.2 Clima<sup>65</sup>

O clima da região duriense é condicionado pela geografia e orientação do vale principal, na direcção Este-Oeste, sendo assinalada pela mediterraneidade (Almeida 2006, 20). Os índices climáticos revelam-se mais acentuados nas estações e sub-regiões do interior e que possuem menor altitude, originando grandes diferenças climáticas (Alves 2000, 11-17) (**Fig. 21**).



FIG. 21 - CLIMA – TEMPERATURA MÉDIA DIÁRIA NA REGIÃO DEMARCADA DO DOURO.  
(FONTE: MUSEU DO DOURO. S.D.. ACEDIDO A 12 DE JUNHO DE 2017.  
[HTTP://WWW.MUSEUDODOURO.PT/REGIAO-DEMARCADADO-DOURO](http://www.museudodouro.pt/regiao-demarcada-do-douro))

<sup>64</sup> Ruínas de antigos socacos que, por consequência da filoxera, não voltaram a ser replantados

<sup>65</sup> Para um conhecimento mais aprofundado do clima da região duriense, veja-se, Ribeiro 2000.

Desta forma, a região duriense caracteriza-se pelo contraste entre os Invernos muito rigorosos, com queda de neve frequente, e os Verões com elevadas temperaturas, as quais facilmente alcançam os 40 graus (Almeida 2006, 22-23). As temperaturas médias anuais variam entre 12 e 16 graus, sendo que os valores máximos se distribuem ao longo do rio Douro e dos vales dos seus afluentes, em especial as situadas na sua margem direita, sobretudo, os rios Tua e Ribeira da Vilariça (Almeida 2006, 22). Relativamente às amplitudes térmicas diurnas e anuais, registam-se os maiores valores em Barca d'Alva e os menores em Fontelo, facto que é explicado pela sua distância em relação ao mar e consequente continentalidade (Almeida 2006, 22-23).

A exposição solar reveste-se de redobrado interesse para uma melhor compreensão do comportamento da vinha e das suas diferentes localizações. A natureza física desta região, constituída por extensas serras e planaltos, faz com que esta área goze de um elevado número de horas de sol durante todo o ano. Ainda assim, há que contar com diferenças substanciais em termos de insolação e radiação solar, que depois se traduzem em significativas diferenciações térmicas. Das três sub-áreas, o Douro Superior é aquele que se encontra mais exposto à radiação solar (Almeida 2006, 20). Já o Cima Corgo e, especificamente, a zona entre Armamar, Tabuaço e São João da Pesqueira, na margem esquerda, são as menos beneficiadas pela insolação e radiação solar (Almeida 2006, 22). Paralelamente, a margem sul do rio Douro, com as vinhas viradas a norte, é marcada por uma menor insolação, estando exposta a ventos frios e húmidos vindos do norte (Almeida 2006, 22-23). Enquanto os terrenos do lado norte apresentam uma temperatura do ar mais elevada, por efeito dos ventos mais secos e quentes vindos do sul (Almeida 2006, 22-23).

A isto se acrescenta a importância da precipitação (**Fig. 22**), outro factor determinante para a região e, sobretudo, para as actividades de exploração vinícola e agrícola. Distribuída espacial e anualmente de forma assimétrica, ela atinge os valores mais altos nos meses de Dezembro e Janeiro (Ribeiro 2000, 14-17). Do ponto de vista geográfico, a precipitação diminui com a continentalidade, sendo inferior à medida que aproximamos da fronteira espanhola. O que está na origem de problemas hídricos indisfarçáveis, traduzidos em consideráveis secas, apenas solucionadas pelo armazenamento de água para irrigação, a par do fornecimento de água aos animais.



Ainda que a presença de cursos de água facilite o seu armazenamento, a notória escassez deste recurso é um dado inquestionável.

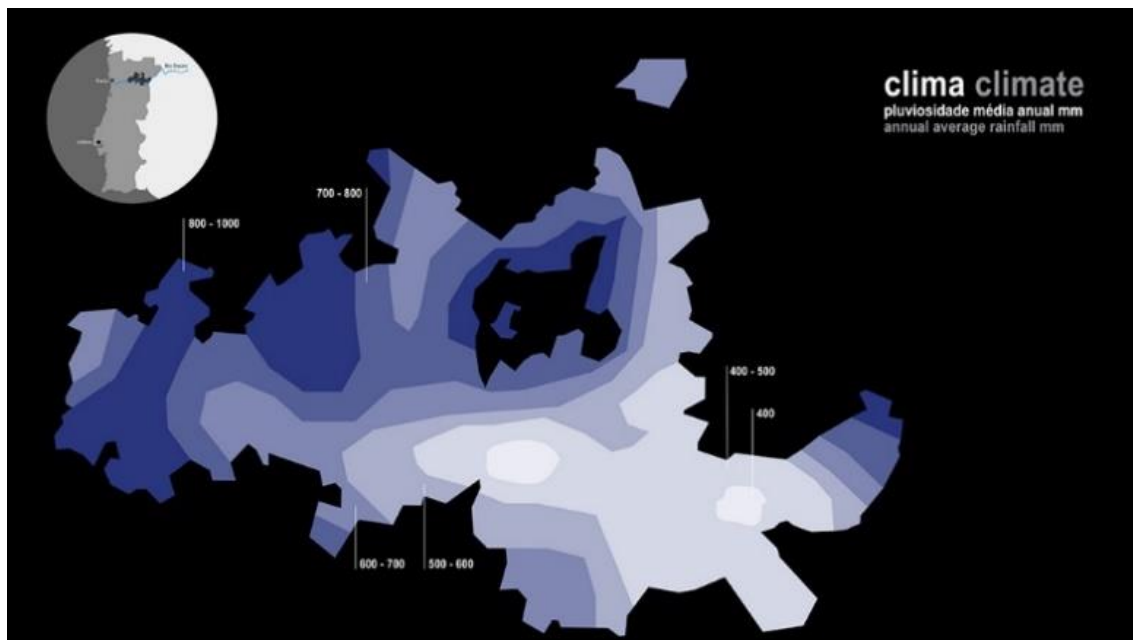


FIG. 22 - CLIMA – PLUVIOSIDADE MÉDIA ANUAL MM NA REGIÃO DEMARCADA DO DOURO.  
(FONTE: MUSEU DO DOURO. S.D.. ACEDIDO A 12 DE JUNHO DE 2014.  
[HTTP://WWW.MUSEUDODOURO.PT/REGIAO-DEMARCADADO-DOURO](http://www.museudodouro.pt/regiao-demarcada-do-douro))

Em estreita articulação com a natureza geológica de toda a área, registe-se ainda a existência de nascentes e fontes termais, com reconhecidas propriedades de hidrobalneoterapia (Almeida 2016, 15), complementando por este lado o panorama que vimos percorrendo.

#### 2.2.4 Flora e vegetação<sup>66</sup>

Na paisagem duriense predomina, como já foi amplamente observado, o cultivo da vinha, o qual ocupa grande parte da região demarcada. Não obstante, encontramos igualmente neste território outras manchas de *habitat* natural, como espécies vegetais, arbustivas e arbóreas, provenientes do cultivo humano.

<sup>66</sup> Sobre a flora e vegetação duriense consulte-se: Roseira 1944; Aguiar 2000, 45-46; Ribeiro 2000, 21-26; Fernandes 2009 e, Farinha-Marques 2014.

Fruto da temperatura caracteristicamente quente e seca do período de Verão é a flora mediterrânea. Mas também domina a presença do rio Douro, seus afluentes e beiradas de linhas de água, permitindo o desenvolvimento de diversas ervas, sobretudo espécies aromáticas e medicinais. Referimo-nos às hortalãs de água (*Mentha aquática* L.), às ervas peixeiras (*Preslia cervinea* L. *Opir*), aos poejos (*Mentha pulegium* L.) e aos marroios (*Lycopus europaeus* L.) (Ribeiro 2000, 25). Além destas, distribuem-se ainda espécies arbóreas-arbustiva de origem exótica, nomeadamente, a Mimosa (*Acacia dealbata* Link), a Acácia (*Acacia melanoxylon* R. Br.), a Alitanto [*Ailanthis altissima* (Miller) Swingle] e a Sumagre (*Rhus coriaria* L.) (Ribeiro 2000, 25). A elas se juntam outras árvores de fruto, características da região, como a oliveira e a amendoeira, símbolos da exploração e produção agrícola por toda a área demarcada; mas também a laranjeira, o limoeiro, a macieira, a figueira e a cerejeira, entre outras.

Na sua distribuição geográfica estas culturas revestem-se, porém, de uma incidência variável. Deste modo, no Baixo Corgo prevalecem as vinhas, enquanto no Douro Superior são as oliveiras e as amendoeiras que ganham maior representatividade, numa distribuição compreensivelmente relacionada com as especificidades e contrastes do clima e do solo.

A par da vinha, também estas espécies, ervas e árvores são elemento presencial na região, ocupando as hortas, terrenos agrícolas e jardins de casas nobres, solares e mesmo quintas. Elas constituem um produto não só de consumo doméstico, ligado à casa, como ainda de colocação nos mercados nacional e internacional, para onde são comercializados os excedentes. Este último segmento representa por vezes uma importante ocupação laboral e fonte de rendimento.

### **2.3. Implantação e configuração da casa no território**

A compreensão da forma como a casa nobre se insere no espaço territorial é o ponto de partida indispensável para a sua caracterização. Assim, procuremos definir, por um lado, a relação existente entre a casa, o território (relevo, altitude, solo e clima), a estrutura urbana e os elementos envolventes (vias, aglomerados, praças, largos e pontos marcantes), equacionando, por outro lado, a possibilidade de a sua génese

obedecer a escolhas e critérios directa ou indirectamente relacionados com a formação do aglomerado, mas sobretudo, com o seu suporte físico e natural. À semelhança do que acontece noutras áreas geográficas,

“parece-nos que cada singularidade do território (duriense) proporciona uma série de condições de uso, de facilidade de percurso, de áreas de produtividade, de protecção aos ventos, de exposição solar, etc. que predeterminam a apropriação do território pelo homem” (Guerreiro 2001, 18).

Tomou-se ainda em consideração a relação destes aspectos com o impacto da sua implantação, ou seja, a integração da casa na paisagem<sup>67</sup>, em que as questões de volumetria e do meio envolvente se combinam com os valores morfológicos e sintáticos da estética barroca, inerentes aos modelos arquitectónicos aqui prevalecentes.

A importância que a sua implantação adquire neste contexto geográfico suscita uma problemática específica, cuja identificação e subsequente discussão crítica se revelam determinantes para a compreensão destes edifícios e da sua configuração. É disso que passaremos a tratar.

### **2.3.1. Contextos e condicionantes**

Como se verificou, no que concerne aos aspectos morfológicos e climáticos a Região Demarcada Duriense insere-se numa área geográfica, insistimos, muito particular. Devido à sua grande extensão, ela combina diversos contextos – rurais, urbanos e peri-urbanos –, com diferentes especificidades resultantes em larga medida das circunstâncias históricas. A par do tipo de contextos e/ou aglomerados mencionados, encontramos também casas nobres e solares localizados no interior de quintas e propriedades agrícolas e vinícolas.

A forma como estas edificações se inserem nos diferentes contextos é determinada pela fisionomia do território e a maneira como as aldeias, vilas e cidades se implementaram, estruturaram e desenvolveram<sup>68</sup>. Como já atrás ficou dito, a região

---

<sup>67</sup> A relação da paisagem com a casa nobre, mais especificamente na área geográfica em estudo, foi analisada por Glória 2017b, numa perspectiva da relação da arquitectura do edifício e sua envolvente com a poética dos cinco sentidos.

<sup>68</sup> Sobre a relação do lugar com a casa, Amílcar de Gil e Pires (2014), estudou a quinta de recreio em Portugal e a sua relação com as *villas* italianas no Renascimento. A mesma análise poderá ser transporta

duriense corresponde a um território com diferentes topografias – planalto, encosta e vale –, que contribuíram inevitavelmente para a forma do aglomerado<sup>69</sup>, condicionando também a disposição das suas casas.

Daí não constitui surpresa os aglomerados desta região assumirem preferencialmente um traçado irregular<sup>70</sup>, de uma forte componente vernácula. Estes correspondem a aldeias, vilas e/ou cidades que foram construídas sem o recurso a técnicos especializados, evidenciando-se uma estreita relação entre o traçado urbano e a topografia (Teixeira 2012, 280). É essa a razão do tipo de traçado urbano ali encontrado ser designado muitas vezes como não planeado ou orgânico, pois é o resultado de um acumulado das acções de muitos indivíduos ao longo de gerações (Teixeira 2012, 280; Guerreiro 2011, 17). A ele se contrapõe o traçado regular, erudito e/ou planeado, geralmente, ocasionado pela intervenção de técnicos no desenho da cidade, assente numa cultura distinta, de natureza intelectual, seguindo um plano pré-concebido construído de acordo com um esquema racional<sup>71</sup> (Teixeira 2012, 280). Este último tipo de traçado decorre de uma prática apoiada na tratadística direccionada para a engenharia militar e sobre a qual os arquitectos e mestres-de-obras se basearam para construir e remodelar os aglomerados urbanos.

A escola de urbanismo português, impulsionada pela engenharia militar quinhentista e pelas realizações na Índia e no Brasil, conheceu novo alento com as reformas estruturais resultantes da Restauração, cuja pedra-de-toque, segundo Horta Correia (1998, 145), reside na Aula de Fortificação e na Arquitectura Militar criada por D. João IV em 1647. Com ela se reatou institucional e formalmente a tradição do ensino

---

para o ambiente duriense dada a evidente relação existente entre o lugar (e/ou meio envolvente) e a casa.

<sup>69</sup> O estabelecimento de uma tipologia de aglomerados urbanos baseada nas características físicas do território foi apresentado pelo geógrafo Amorim Girão, na década de 1940, no seu *Atlas de Portugal*. Classificava, então, os seguintes tipos de povoamento: povoação de cabeça, povoação de dorsal, povoação debruçada, povoação de confluência, povoação de baía ou enseada e povoação de meandro (Guerreiro 2001, 19). Consulte-se Girão 1941.

<sup>70</sup> Quando as malhas urbanas se apresentam irregulares, elas possuem, geralmente, uma geometria própria, importa pela forma do terreno e, conseqüentemente, pela maneira como este é percorrido.

<sup>71</sup> “A componente erudita da cidade portuguesa insere-se plenamente na cultura urbana ocidental. Existe uma herança cultural comum a toda a Europa, cuja matriz se encontra na cultura da antiguidade clássica reformulada no Renascimento, e que se traduz em formas urbanas partilhando idênticas características morfológicas de rigor, de regularidade e de geometria. O urbanismo português participa inteiramente desta evolução, tornando-se cada vez mais racional e regular, identificando com uma cultura urbana europeia de raiz erudita” (Teixeira 2012, 280).

da arquitectura interrompida no período Filipino. Ainda segundo o mesmo historiador, as únicas obras de teorização utópicas do urbanismo e do ordenamento do território são de Luís Serrão Pimentel, com o *Método Lusitânico de Fortificar as Praças Regulares e Irregulares* (1680). Ainda que centrado no modo português de fazer engenharia militar, o impacto da sua obra consolidou de modo definitivo a escola de urbanismo nacional. “A partir de então, não é só prático em topografia ou cartografia que, ao lado do matemático e do astrónomo, exhibe cada vez maior qualificação técnica para trabalhos de urbanização.” (Correia 1998, 145). Mais tarde, a teorização do urbanismo é reforçada pelo «Tratado de Ruação», texto escrito por volta de 1760, por José Figueiredo de Seixas (?-1773)<sup>72</sup>.

Observando a região demarcada e embora não tenhamos prova documental do planeamento de todas as vilas e cidades, sabemos que, pelo menos Lamego<sup>73</sup>, viu a sua estrutura urbana parcialmente reformulada no século XVIII.

No século XVIII, o Barroco invadiu os espaços interiores das capelas, ermidas e igrejas de Lamego, deslocando-se as atenções das igrejas de São Francisco e de Santa Teresa, para a ermida do Desterro e, para o Santuário de Nossa Senhora dos Remédios (Resende 2013, 133). A instalação de um novo convento na cidade e o recolhimento de Santa Teresa, também marcou a paisagem ficando, a partir de 1702, o couto episcopal

<sup>72</sup> José Figueiredo de Seixas, natural de Viseu, foi pintor de ornatos. Trabalhou sob a direcção de Nicolau Nasoni na pintura das tribunas da Sé do Porto (1734) e na Capela Nova de Vila Real (1745). Desenvolveu ainda funções na Igreja da Ordem Terceira do Carmo (1756), na qual veio a ingressar e onde seria sepultado. São também da sua autoria os planos para a Igreja da Lapa, no Porto (1759), sendo-lhe ainda atribuído o edifício do Tribunal da Relação e Cadeia do Porto (1765). Da obra prática passa para a teoria, assumindo responsabilidades didácticas como mestre de Aula de Riscar.

No domínio da literatura artística traduziu o manual *Perspectiva pictorum et architectorum* (Roma, 1700) de Andrea del Pozzo, ao qual acrescentou algumas observações teóricas. Foi também autor do *Tratado da Ruação para Emenda das Ruas das Cidades, Vilas e Lugares deste Reino* (1760).

Sobre a vida e obra deste arquiteto, veja-se: Gomes, Luís Miguel Martins. 2007. “Geometria dos traçados urbanos de fundação portuguesa: o Tratado da Ruação de José Figueiredo Seixas”, 51-76. Dissertação de Mestrado em Desenho Urbano, Universidade de Lisboa; Moreira, Rafael. 1984. “Uma utopia urbanística pombalina: o tratado da ruação de José de Figueiredo Seixas.” In *Pombal Revisitado*, coord. Maria Helena Carvalho dos Santos, Vol. II, 131-144. Lisboa: Editorial Estampa; e, Brandão, Domingos de Pinho. 1964. “José de Figueiredo Seixas, algumas obras alguns documentos.” *MVSEV* 2.ª Serie (7): 49-68.

<sup>73</sup> “O século XVIII foi marcado pelo prosseguimento da actividade construtiva iniciada na centúria anterior e, sobretudo, pela introdução dos novos gostos que a Lamego chegavam por via dos artistas ao serviço dos bispos e dos próprios religiosos.” (Resende 2013, 133).

Sobre a transformação de Lamego no século XVIII consulte-se Dias 1950; Costa (1986, Vol. V: 527-539), e especificamente, Borges 2018 (Vol.I) que se focou na análise da arquitectura senhorial na região de Lamego e a sua implantação naquela cidade.

delimitado por dois grandes edifícios religiosos: este recolhimento e o convento de Santa Cruz (Resende 2013, 135).

Em 1734, partindo da construção da via-sacra, adquiriu visibilidade acrescida o eixo principal de circulação que, desde a Idade Média, ligava a parte baixa à parte alta da cidade (Resende 2013, 135)<sup>74</sup>. Paralelamente, aproveitando-se o declive, usou-se a orografia urbana para se definir e construir um percurso processional, tendo-se ainda, em 1777, iniciado a edificação das escadarias do Santuário da Virgem dos Remédios ligado ao centro da cidade e em eixo com o Paço Episcopal, o escadatório viria a representar um dos elementos mais marcantes na monumentalização urbana (Resende 2013, 135).

Estes casos ilustram a adequação de novos edifícios a um aglomerado já delineado, definido e estruturado. A consideração da encomenda, os condicionalismos em que esta se processa e a história do lugar são aspectos particularmente relevantes que nos irão interessar a propósito da casa nobre.

### ***História do aglomerado e do lote***

Uma das primeiras condicionantes para a construção da casa prende-se com a história do aglomerado e a disponibilidade de terreno e/ou do lote escolhido. Importa por isso compreender qual a sua utilização anterior, ao nível de ocupação – se estaria ocupado por alguma habitação ou se estaria vazio. Em ambas as situações, caso o lote não pertencesse à família, esta deveria proceder à sua aquisição, requerer as respectivas licenças, demolições e/ou alterações dando origem, possivelmente, a obras de remodelação e/ou reconstruções. Em qualquer dos casos, quer fosse uma casa construída de raiz, quer remodelada, devia sempre adequar-se aos constrangimentos da história do aglomerado, à sua traça, estrutura e pré-existências, aspectos que condicionavam a escolha do local de edificação e que devia ter em consideração as componentes estruturais do aglomerado (ruas, praças, largos, limites, entre outros).

---

<sup>74</sup> “Aproveitando o declive, usou-se a orografia da cidade para reproduzir o percurso sacrificial de Cristo até ao monte Gólgota. Ainda persistem algumas edículas com os passos da paixão do Salvador que traçam desde a ermida do Desterro à igreja das Chagas o trajecto processional, passando pela catedral, pela rua da Misericórdia e pela ermida da Virgem da Esperança.” (Resende 2013, 135)

Caso o terreno não tivesse ocupado a construção da casa e solar decorria sem qualquer constrangimento.

Na eventualidade do lote em causa já pertencer à família deve ser considerada a relação familiar não só com o terreno em causa, como também com o próprio aglomerado urbano. Recorde-se, a este respeito, o conceito de “Solar” mencionado no Capítulo I e que remete para o local de onde determinada família é originária. Assim, a escolha do local, aldeia, vila, cidade ou quinta, bem como o terreno e/ou lote disponível, poderia ser condicionado por aspectos de ordem familiar. Porém, ressalve-se, novamente, que isso nem sempre aconteceu, fruto da mutação do significado da palavra e da própria adaptação errónea do termo por parte da população local. A título de exemplo, ainda que encontremos o Solar dos Caiado Ferrão, em Trevões (SJP), tal não significa que a família proprietária fosse necessariamente oriunda daquele local.

A própria casa pode-nos ainda fornecer pistas para melhor compreendermos a sua edificação, indo além ou colmatando a falta de documentação sobre ela subsistente. Assim, permite-nos perceber que a casa foi edificada de raiz, como aconteceu com a Casa de N. Sra. da Conceição, em Cedovim (VNFC) (**Fig. 23**), nas imediações da casa primitiva que remonta a centúrias anteriores. Noutros casos, a casa existiria já, tendo sido somente remodelada, incorporando assim um conjunto de melhorias, como se verifica na Casa da Quinta dos Pinheiros, em Sanhoane (SMP) ou até mesmo, de acrescentos, conforme atestam as diferentes escrituras desta casa<sup>75</sup>.

---

<sup>75</sup> “Escritura de obrigação e fianças que dão João Lourenço e seu irmão Matias Lourenço mestres pedreiros e José Teixeira Bacelar todos de Vila Real a obra das casas que tomarão a João Félix de Queirós do lugar de Sanhoane do termo de Penaguião”, 5 de Maio de 1760. ADVRL, Cartório Notarial de Vila Real, 5.º Ofício, Lv.52, fls.94-96; Escritura de “Obrigasam e feansas que faz e da Mathias Lourenso mestre canteiro desta Villa Real e satisfasam da hobra da capella e quatro hopé della que pretende lhe fassa Joam Felles de Queiros de Mesquita do lugar de Sanhoane conselho de Penaguiam na forma abaixo declarada”, 11 de Janeiro de 1770. ADVRL, Cartório Notarial de Vila Real, 1.º Ofício, Lv.63, fls.54v-56. Consulte-se Vol.I – Anexo documental, doc. 7 e 9.

Mais pistas, para além das assinaladas nestas escrituras, estarão eventualmente contidas noutros documentos, como contratos e/ou escrituras de compra e venda dos terrenos onde as casas poderiam ser construídas.



FIG. 23 - CASA DE N. SRA. DA CONCEIÇÃO, CEDOVIM (VNFC).  
 (A) FACHADA PRINCIPAL (PARCIAL), COM CASA PRIMITIVA À ESQUERDA.  
 (B) FACHADA PRINCIPAL DA CASA PRIMITIVA, ACTUALMENTE UTILIZADA COMO COZINHA.  
 (FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, DEZEMBRO DE 2013).

### ***Integração e disposição estratégica no aglomerado***

A localização estratégica da casa em relação ao povoamento associa-se aos recursos económicos, sociais e políticos do território, sendo ainda condicionada pela existência de recursos naturais e sua morfologia.

Desta forma, os aglomerados urbanos encontram-se ligados por uma rede de percursos que se estabelecem ao longo das linhas naturais (rios) e que são como cordões umbilicais conectando a estrutura urbana com o território. A navegabilidade do rio Douro favoreceu a ocupação humana nas suas proximidades e ao longo das encostas, ainda que a única vila instalada junto ao rio tenha sido Peso da Régua<sup>76</sup>. Mencione-se ainda a importância da agricultura, praticada em vales férteis e a proximidade de pequenas linhas de água.

No caso da casa nobre duriense, a estreita articulação da casa com o tecido urbano ou o espaço rural em que se insere ressalta de imediato numa primeira abordagem do tema. Efectivamente, na centúria de Setecentos, as cidades portuguesas seguem o modelo adoptado na restante Europa no que concerne ao ideal de planificação urbana e rural. Ainda que a região duriense possua características particulares e adversas às grandes cidades, é possível verificar a utilização de uma

<sup>76</sup> Este aspecto deve-se às constantes cheias provocadas pelo rio Douro e seus afluentes, preferindo-se a implantação dos aglomerados nas encostas e vales da região demarcada.



linguagem comum no que diz respeito ao or(de)nameto do território e à disposição do edificado.

Sem dúvida que, no século XVIII, um dos valores trazidos pela linguagem do Barroco à nossa arquitectura e urbanismo residiu na sua integração na paisagem. Segundo Walter Rossa (2002, 183), esta “fusão” não era novidade, “[...] pois todos sabemos como o Barroco instrumentaliza em proveito do seu espaço urbano os conhecimentos sobre a perspectiva adquiridos e utilizados no Renascimento”. Como contributo, o mesmo autor afere ainda que

“Uma das aquisições fundamentais do Barroco para a arquitectura enquanto disciplina é precisamente o facto de o objecto arquitectónico não mais ter deixado de ser concebido e observado criticamente também no seu contexto físico. Deixou de procurar representar o mundo passando a transformá-lo” (Rossa 2002, 183).

Deste modo, constata-se a emergência da valorização urbanística dos objectos arquitectónicos<sup>77</sup>. É exactamente com base nesta evidência que temos de ter presente a integração da casa duriense no território, já por si, dotado de especificidades e características físicas e naturais de grande prestígio, valor e, sobretudo, de grande qualidade estética, conferindo uma identidade ao somatório dos edifícios e da sua envolvimento.

Mas como se materializa esta valorização urbanística? Retira-se, por exemplo, pela disposição e orientação da fachada principal das casas nobres que se direccionam para o espaço público. Assiste-se, assim, à sua orientação para a rua principal do aglomerado (que pode ser, simultaneamente, o principal eixo viário), para uma praça ou largo, para um monumento relevante (de cariz político, religioso ou civil), para uma povoação, um rio, ou outra qualquer referência. Constitui igualmente uma novidade a forma como os mestres-de-obras fizeram esta mudança da fachada para uma zona colectiva.

Este novo foco não é, todavia, inocente. Relaciona-se com os ideais estéticos barrocos – ostentatórios, provocadores e sensoriais –, ao mesmo tempo que tem um

---

<sup>77</sup> Segundo Rossa (2002, 184) “o jardim é o género onde a realidade histórica prova esta ideia. A sua evolução tipológica é mais um exemplo de convergência no domínio da paisagem construída. De uma fase inicial em que se visava a reprodução de uma natureza esteticamente optimizada – o ideal do paraíso terrestre? – caminhou-se para uma realidade onde o desenho procurou dominar e reorganizar a paisagem.”

objectivo social, cultural, económico, quando não, político. A casa nobre é entendida como uma estrutura simbólica de representação da família e do seu poder no quadro da hierarquia social e/ou da comunidade em que se insere, sendo igualmente relevante para as elites com as quais convivem os seus proprietários. Portanto, a casa nobre constitui uma forma de afirmação de privilégios, expectativas e/ou pretensões face a uma comunidade, e que se acentua quando posicionada de frente enquanto objecto arquitectónico de grande qualidade.

O poder da família proprietária é ainda reforçado pela inserção na casa de determinados elementos – estruturais, identificativos e decorativos – que destacam a fachada principal do restante casario. Não será por acaso que a pedra-de-armas da família responsável pela edificação ou que ali reside era colocada na fachada principal<sup>78</sup>.

Como mencionado, desconhece-se se, efectivamente, as aldeias, vilas e cidades da região duriense beneficiaram de medidas regulamentares rigorosas ou de programas arquitectónicos estabelecidos previamente, com excepção de um ou outro caso. Não obstante, existem alguns sinais derivados da localização dos casarios no tecido urbano e rural e do cuidado aparente na distribuição de volumes pelas principais ruas. Em alguns casos é evidente a preocupação na disposição da casa/fachada em relação às ruas. A largura destas últimas acaba por determinar a percepção do corpo da casa nobre e/ou solar, em comprimento e em altura. Quando a largura da rua é reduzida, torna-se difícil ter uma percepção total da casa, embora não se lhe retire a sua importância. O mesmo acontece quando a casa se encontra inserida em banda composta, ou seja, integrada no restante casario, em que somente se visualiza a fachada principal não deixa, contudo, de ganhar destaque na sua envolvente, derivados aos referidos elementos que possui.

### ***Fisionomia do terreno: relevo e altitude***

A implantação e integração da casa no aglomerado relaciona-se também com a fisionomia do terreno, sobretudo, o seu relevo e altitude, mas também com a existência de cursos de água. Estas primeiras características condicionavam o método de

---

<sup>78</sup> O brasão-de-armas é ainda colocado no interior da casa sobre diversos suportes. Veja-se, o uso do brasão no contexto da casa nobre em Seixas 2014, 87-109.

construção, que não podia ser o mesmo ao trata-se de uma planície, de uma montanha ou de um vale. É completamente diferente construir em terreno plano, regular, livre de qualquer constrangimento territorial, do que construir num terreno irregular com diferentes cotas (altas e baixas).

Conforme se observou anteriormente, nesta região tanto encontramos terrenos planos como irregulares. Devido a esta heterogeneidade, adoptaram-se diferentes soluções construtivas para cada tipo de terreno, o que condicionou a configuração final das casas, sobretudo no que diz respeito à sua arquitectura, disposição, distribuição e organização dos pisos e espaços interiores. Refiram-se, por exemplo, os casos das edificações construídas em terrenos de diferentes cotas, uma mais alta do que a outra. Estando o piso nobre localizado em cota alta e o piso térreo em cota baixa, há um desnível de acessos quando comparado com outras casas construídas em terreno plano. Por esse motivo, o piso nobre assume também o papel de piso térreo, uma vez que está em cota alta e a ele se tem acesso pela via pública. O piso térreo, embora em algumas situações seja parcialmente ocupado, dando serventia à habitação, nele se localizam igualmente a despensa, a adega, os armazéns ou até mesmo lagares. Desta forma, este nível pode não ter qualquer função, na medida em que se encontrando a casa adjacente ao terreno, não possui frequentemente espaço suficiente para ocupação do seu interior. É esse o caso do Solar de Sampaio, em Linhares (CA), integrado numa quinta agrícola e vinícola (**Fig. 24**). O piso nobre assume, simultaneamente, a função do piso térreo dado o acesso através da via pública, enquanto que o térreo parece servir somente para apoio das actividades de exploração da quinta.

O mesmo se observa no caso do Paço Episcopal de Trevões, em Trevões (SJP) (**Fig. 25**). Situada junto à Igreja Matriz, em terreno com declive de diferentes cotas, a fachada principal desta casa, de dois pisos, encontra-se em cota baixa. O piso nobre, disposto já em cota alta, assume-se também como piso térreo, uma vez que dispõe de acesso directo à via pública.



*FIG. 24 - SOLAR DE SAMPAIO, LINHARES (CA).*

*(A) FACHADA DIRECCIONADA À QUINTA (PISO TÉRREO E NOBRE)*

*(B) FACHADA LATERAL CORRESPONDENTE À PRINCIPAL DE ACESSO À VIA PÚBLICA.*

*(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, JANEIRO DE 2014).*



*FIG. 25 - PAÇO EPISCOPAL DE TREVÕES, TREVÕES (SJ).*

*(A) VISTA GERAL A NORDESTE.*

*(B) FACHADA PRINCIPAL E LATERAL ESQUERDA.*

*(FONTE: DGPC, 2018).*

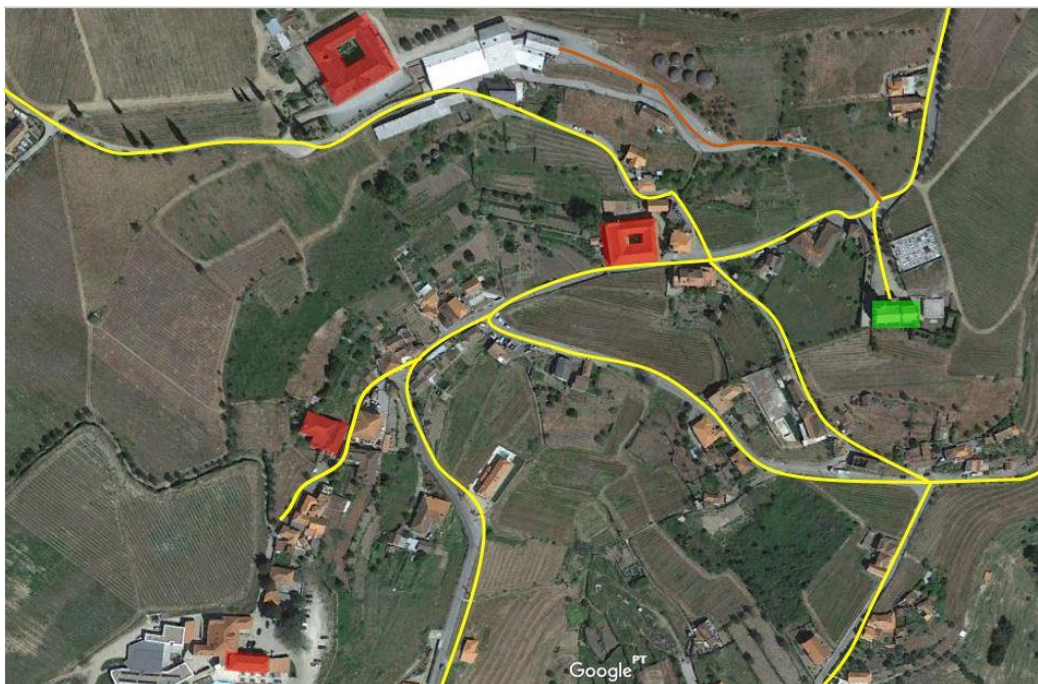
Para a escolha do local de construção da casa nobre era ainda determinante a existência de cursos de água nas proximidades, bem como espaços verdes, como matas e florestas, compostos por diversas árvores, caminhos e outros, que possibilitavam e potenciavam a existência de terrenos de cultivos, quintas de produção agrícola e vinícola. A disponibilidade destes recursos influenciou completamente o desenvolvimento de pequenas hortas e terrenos agrícolas, cuja produção era destinada ao usufruto doméstico. Casos houve em que foram ainda edificados pequenos jardins e espaços de recreio, cuja análise faremos no Capítulo V, dedicado aos ambientes domésticos da casa nobre.

***Orientação e exposição solar***

A orientação da fachada em relação ao sol era igualmente determinante. Seria de evitar os pontos cardeais norte (por receber a maior parte da insolação diária), este (recebia sol da parte da manhã) e oeste (recebia sol durante a tarde). Por este motivo, preferia-se direccionar a fachada principal para sul, pois nesta incidia uma menor quantidade de raios solares. Não se tratando propriamente de uma regra geral, observou-se que grande parte das casas nobres durienses seguiam esta opção, embora haja algumas excepções. Por vezes, a fisionomia dos terrenos impossibilitava ir ao encontro desta condicionante. Aí, a orientação face à exposição solar foi tida em consideração juntamente com o relevo do terreno.

Torna-se, assim, heterogénea a disposição das casas, encontrando-as tanto viradas para sul, como a poente ou nascente. Nestes dois últimos casos verifica-se tratar-se de uma escolha estratégica, ao dispor-se a fachada da casa de frente para uma praça, largo, cruzeiro, igreja, povoação, entre outros. Foi o que sucedeu, a título de exemplo, na Casa da Quinta do Côtto, em Cidadelhe (MF; **Fig. 26**), a qual está direccionada para as restantes casas e freguesia; ou no Solar dos Donas-Botto, em Muxagata (VNFC), virada para o Largo do Cruzeiro; como no Solar dos Pimentéis, no Largo da Igreja Matriz, em Torre de Moncorvo (TM); **Fig. 27**); e na Casa da Quinta do Bairro, em Santa Marta de Penaguião (SMP), orientada para as quintas envolventes.





**FIG. 26 - VISTA AÉREA SOB CIDADELHE (MF) COM INDICAÇÃO DE CONDICIONANTES.**  
**A AMARELO, AS PRINCIPAIS VIAS DE ACESSO À FREGUESIA. A VERDE, A IGREJA MATRIZ DE CIDADELHE, EM COTA ALTA (SÉCULO XVIII). E A VERMELHO, A DISTRIBUIÇÃO DAS CASAS NOBRES EXISTENTES: A NORTE E EM COTA ALTA SOBRE OS RESTANTES EDIFÍCIOS, A CASA DA QUINTA DO COTTO; SEGUINDO-SE À DIREITA DA IMAGEM, A CASA DO TERREIRO, À ESQUERDA A CASA DO OUTEIRO, E NO MESMO EIXO A CASA DO PAÇO (TODAS ELAS POSICIONADAS EM DIFERENTES COTAS E COM O FRONTISPÍCIO DIRECCIONADO PARA O RESTANTE CASARIO).**  
**(FONTE: GOOGLEMAPS 2018, COM ALTERAÇÕES REALIZADAS PELA AUTORA).**



**FIG. 27 - VISTA AÉREA SOB O CENTRO DE TORRE DE MONCORVO COM INDICAÇÃO DE CONDICIONANTES.**  
**A AMARELO, AS PRINCIPAIS VIAS PÚBLICAS DE ACESSO À PRAÇA FRANCISCO MEIRELES (ESPAÇO SEISCENTISTA; NO CÍRCULO AMARELO). A VERDE, A IGREJA MATRIZ DE MONCORVO (SÉCULO XVII). E A VERMELHO, A DISTRIBUIÇÃO DAS CASAS NOBRES, DESTACANDO-SE JUNTO À IGREJA, O SOLAR DOS PIMENTÉIS E A CASA BRASONADA NA RUA INFANTE D. HENRIQUE.**  
**(FONTE: GOOGLEMAPS 2018, COM ALTERAÇÕES REALIZADAS PELA AUTORA).**

Em nosso entender, a escolha da orientação solar relacionava-se, obviamente, com uma série de outras variáveis climáticas, tais como a temperatura, a humidade do ar, a irradiação solar, os ventos (direcção e velocidade) e a pressão atmosférica. A consideração destes aspectos proporcionou aos proprietários usufruírem das suas casas nas melhores condições de conforto e segurança.

Revelava-se igualmente importante obter ganhos térmicos e maximizar a iluminação natural. Para este facto contribuiu a abertura de janelas de grande dimensão, quer na fachada principal, quer nas fachadas laterais, que permitiam a entrada de luz para o interior, ao mesmo tempo que o aquecia.

Como já foi referido, a região duriense, é uma área com longa exposição solar, embora em cada sub-região haja ligeiras variações climáticas, devido à altitude e à exposição solar nos vales profundos (Ribeiro 2000, 13-17). De um modo geral, o clima é bastante seco, de verões muito quentes e invernos muito frios, num território atravessado por conjuntos montanhosos que funcionam como barreira de protecção contra os ventos. Vindo do Atlântico, estes ventos sopram predominantemente no sentido leste. No Baixo Corgo, o ar é mais húmido e fresco, pois recebe ainda alguma influência oceânica, sendo a pluviosidade mais elevada, o que contribui a fertilizar os solos e a aumentar a produção (Ribeiro 2000, 15). No Cima Corgo, o clima é mediterrâneo e no Douro Superior chega mesmo a ser desértico (as temperaturas atingem aos 50°C no Verão) (Ribeiro 2000, 16-17).

Procurando-se construir as casas preferencialmente viradas para sul, dada a orientação solar e de forma a fugir ao clima intenso e seco, vemos ser condicionada a distribuição dos espaços interiores e, consequentemente, as suas funções. Geralmente, junto à fachada posterior, virada a norte, instalava-se a cozinha e as zonas de serviço, onde estaria sempre mais calor em relação aos outros espaços, uma zona desconfortável e de inúmeros cheiros, nada convidativa para os proprietários. A sul, onde haveria áreas mais frescas, distribuíam-se as zonas de convívio, sala de estar, sala de jantar e as zonas privativas.

### 2.3.2. Implantação e localização

Atendendo às condicionantes apresentadas, salientamos que, grosso modo, a edificação, implantação e localização de casas nobres na Região Demarcada do Douro se circunscreve a aglomerados já edificados. Não obstante, existem algumas excepções que nos remetem para a sua construção nos limites ou no exterior de aglomerados rurais de fraco desenvolvimento ou, ainda, em espaços vinícolas e/ou agrícolas.

Como frisámos, o território duriense apresenta espaços de traçado orgânico inicialmente não planeado, tendo *a posteriori*, já no decorrer do século XVIII, sido levadas a cabo importantes transformações estruturadas que alteraram a configuração das suas vilas e cidades. Uma das características principais deste tipo de traço é, sem dúvida, a coerência e articulação das partes que o compõem. Ainda que o espaço não fosse planeado, as praças, os largos, as ruas e as intercepções resultavam de uma relação de dependência que essas partes estabeleceram entre si, assegurando a coesão da estrutura urbana (Guerreiro 2001, 24). A casa nobre integra esta relação, uma vez que se inscreve no interior da malha ou nos seus limites, contactando com os diferentes elementos que formam o aglomerado.

Relativamente à implantação na casa nos diferentes contextos, há claramente opções que se observam em toda a região, mas com particularidades.

#### ***Interior do aglomerado***

A matriz de implantação da casa nobre duriense gira em torno de uma série de possibilidades. Pode ser edificada no interior de um aglomerado urbano, peri-urbano ou rural (de ordem linear, ortogonal ou reticulado) cuja malha se apresenta concentrada ou dispersa. Assim, a casa nobre duriense pode localizar-se:

*a)* no centro do aglomerado, junto à rua principal, matriz de formação da aldeia, vila e/ou cidade, a partir da qual se desenvolveram vários anéis ou percursos que se consolidaram ao longo dos tempos. Esta rua constituiu a principal via de acesso do aglomerado, geralmente pontuado de outras casas e solares [como verificamos em Penajóia (**Fig. 28**), Favaios (**Fig. 29-30**), Sanhoane ou São João da Pesqueira],



ou das referências monumentais de maior relevância (tais como a igreja matriz, capelas, casas de câmara, entre outros).



**FIG. 28 - VISTA AÉREA SOB A FREGUESIA DE PENAJÓIA (LMG) COM INDICAÇÃO DE CONDICIONANTES. A AMARELO, A ACTUAL VIA PÚBLICA (ESTRADA NACIONAL 222); A VERDE, A CASA E CAPELA DE JESUS, MARIA E JOSÉ/DESTERRO; E A VERMELHO, A CASA DOS SAAVEDRA E CARVALHO. (FONTE: GOOGLMAPS 2018, COM ALTERAÇÕES REALIZADAS PELA AUTORA).**



**FIG. 29 - VISTA AÉREA SOB A FREGUESIA DE FAVIAIOS (ALJ) COM INDICAÇÃO DE CONDICIONANTES. A AMARELO, A ACTUAL VIA PÚBLICA (ESTRADA NACIONAL 322-3/ RUA DIREITA); A VERDE, CONJUNTO EDIFICADO DE CASAS HISTÓRICAS – CASA DE SANTO ANTÓNIO, CASA DA CÂMARA, CADEIA, TRIBUNAL ENTRE OUTROS. E, A VERMELHO A CASA DA OBRA. (FONTE: GOOGLMAPS 2018, COM ALTERAÇÕES REALIZADAS PELA AUTORA).**



*FIG. 30 - CASA DA OBRA, FAVAIOS (ALJ).  
LOCALIZADA JUNTO À RUA DIREITA, CORRESPONDENTE À ACTUAL ESTRADA NACIONAL 322-3.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, MAIO DE 2014).*

b) em vias, ruas e artérias secundárias, que partem da rua principal ou outra (sempre em contacto com vias de grande significado cultural, social e mesmo político, ligadas a determinados monumentos como os mencionados anteriormente) (Fig.31-32).



*FIG. 31 - VISTA AÉREA SOB A FREGUESIA DE FRECHAS (MDL) COM INDICAÇÃO DE CONDICIONANTES.  
A VERMELHO, A CASA BRASONADA DOS ARAÚJOS; A VERDE, A IGREJA MATRIZ; E A LARANJA, VIAS SECUNDÁRIAS.  
(FONTE: GOOGLEMAPS 2018, COM ALTERAÇÕES REALIZADAS PELA AUTORA).*





FIG. 32 - CASA BRASONADA DOS ARAÚJOS, FRECHAS (MDL).  
LOCALIZADA NUMA RUA SECUNDÁRIA.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, ABRIL DE 2014).

c) em adros, largos<sup>79</sup> ou praças, locais onde se situam alguns dos edifícios singulares de natureza institucional que assumiam uma importância primordial na organização da cidade. Por norma, estes edifícios situavam-se em posições dominantes, dando sentido e organizando os espaços envolventes e, desta forma, convertendo-se em elementos estruturantes da malha urbana (Teixeira 2012, 281). A par da Igreja Matriz, da Casa de Câmara e do Pelourinho, a casa nobre pode, neste contexto, assumir também o papel de edifício dominante face ao restante casario, localizando-se em pontos de grande destaque e tornando-se num elemento fulcral. Como referido anteriormente, nestes casos, a fachada principal tende a direccionar-se para um desses edifícios principais. São disso exemplo, entre vários outros, o Solar dos Pimentéis, em Torre de Moncorvo (TM), edificado no centro histórico, junto da Igreja Matriz; e o Solar dos Lemos, em Vila Flor (VF), construído junto à Igreja da Misericórdia (Fig. 33-34).

---

<sup>79</sup> Estes largos podem assumir múltiplas configurações, desde a chamada forma simples, triangular (três entradas), quadrangular (quatro entradas) a outras mais complexas, dando origem a um aumento do número de percursos e de entradas (Guerreiro 2001, 24).



*FIG. 33 - VISTA AÉREA SOBRE VILA FLOR (VF) COM INDICAÇÃO DE CONDICIONANTES.  
A VERMELHO, O SOLAR DOS LEMOS; A VERDE, A IGREJA DA MISERICÓRDIA; E A LARANJA, VIAS SECUNDÁRIAS.  
(FONTE: GOOGLMAPS 2018, COM ALTERAÇÕES REALIZADAS PELA AUTORA).*



*FIG. 34 - SOLAR DOS LEMOS, VILA FLOR (VF).  
DO LADO DIREITO, A IGREJA DA MISERICÓRDIA.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, ABRIL DE 2014).*

Quanto à disposição e relação da casa nobre duriense com o restante edificado, verifica-se que esta pode surgir:

a) inserida numa artéria, via ou rua, integrada no restante casario disposta em banda composta (isto é, adossada ao edificado pré-existente). A fachada principal

encontra-se, grande parte das vezes, direccionada para a via pública, sendo condicionada pela posição regular, irregular, composta ou perpendicular da via. Quanto às fachadas laterais podem encontrar-se “ausentes”, nos casos em que a casa se insere em banda composta entre o restante casario (**Fig. 35**). Quando se encontra disposta em esquina, mesmo inserida em banda, uma das fachadas laterais está visível, ficando direccionada para vias secundárias ou terrenos agrícolas e vinícolas anexos às casas.



*FIG. 35 - CASA DO ARCO, VILA REAL (VR).  
INSERIDA EM BANDA COMPOSTA.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, MAIO DE 2013).*



*FIG. 36 - CASA DO PAÇO, FONTELO (AMM).  
INSERIDA EM ESQUINA.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, JUNHO DE 2013).*

b) em posição de esquina, também designada de gaveto<sup>80</sup>, pelo cruzamento de duas vias (**Fig. 36**);

c) isolada, em posição de destaque (**Fig. 37**). Geralmente, esta disposição observa-se quando as casas surgem na confluência de ruas ou mesmo quando dispostas em praças. A posição isolada, bem como a decoração conferida à fachada, destaca-as do restante casario e dos edifícios pré-existent. Nestes casos, não é tão explícita a definição de zonas preferenciais para a construção, sendo uma opção a inserção na malha urbana ou rural, ou num lote disponível, ou propriedade da

<sup>80</sup> “O gaveto assume um papel muito importante na construção urbana, porque pode impor o ritmo das frentes urbanas ou pontuar o local de um modo mais marcante, pode também estimular a criação formal dos interiores e do exterior e servir razões estruturais, apresentando-se ainda como lugar privilegiado para estabelecimentos comerciais” (Carita 1994, 140-141, nota 3).

família. Deste modo, a habitação surge como um ponto de fuga, inserida no topo de conjuntos viários de sentido perspectivo, enquadrada por fundos paisagísticos geradores de situações visualmente dinâmicas. Tal permite interpretar certos casos aparentemente menos planificados do urbanismo como portadores de um discurso espacial barroco (Correia 1995, 110)<sup>81</sup>.



FIG. 37 - CASA DO CONDE, FREIXIEL (VF).  
SITUADA NUM PEQUENO LARGO, E ISOLADA DO RESTANTE CASARIO.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, ABRIL DE 2014).

### ***Exterior do aglomerado***

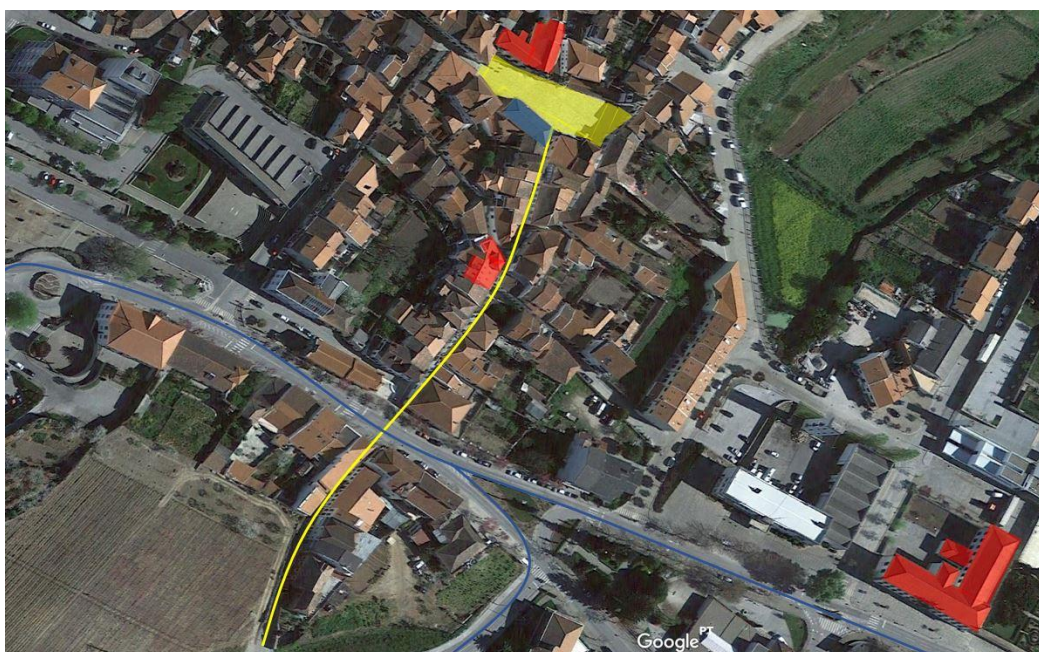
A casa nobre duriense pode ainda localizar-se no exterior da malha urbana ou rural, geralmente nos limites da aldeia, vila ou cidade. Situação mais tarde sujeita a alteração devido ao crescimento do aglomerado, que acaba por levar à sua integração na massa edificada. Em alguns casos, a construção de uma casa também pode impulsionar o crescimento do aglomerado, indo ao encontro das diferentes fases de construção e dos diferentes modelos de expansão no que respeita à implantação da casa face à rua, ao lote e ao quarteirão pelos seus limites (**Fig. 38-39**). É neste contexto que se insere a Casa do Cabo, em São João da Pesqueira (SJP), outrora no exterior do aglomerado e depois anexada à malha urbana devido ao crescimento e

<sup>81</sup> Em muito semelhante ao que acontece com determinadas igrejas matrizes ou santuários religiosos, embora estes últimos surjam, inclusive, alteados por uma plataforma e destacados pela topografia da localidade onde se implantam.



desenvolvimento desta última. A mesma situação se observa na Casa dos Mansilhas, em Alijó (ALJ), edificada já afastada do centro histórico.

Desta forma, constata-se que as casas nobres e solares constituem autênticos marcos no interior dos aglomerados rurais e urbanos, geralmente posicionadas ao centro ou nos seus limites, tornando-os pontos de confluência. Como vinco Augusto Moutinho Borges, “Os solares pela sua localização em extremo do povoado continuam a ser marcos delimitativos da povoação, estendendo-se a partir da sua implantação o seu território privado” (Borges 2008, 31).



**FIG. 38 - VISTA AÉREA SOB SÃO JOÃO DA PESQUEIRA (SJP) COM INDICAÇÃO DE CONDICIONANTES. A AMARELO, A RUA DIREITA, A PRINCIPAL E MAIS ANTIGA VIA E EIXO ESTRUTURADOR DA MALHA URBANA DE SÃO JOÃO DA PESQUEIRA, DE ACESSO À PRAÇA DA REPÚBLICA (SÉCULO XVIII), ONDE SE LOCALIZAM OS PAÇOS DO CONCELHO (A AZUL) E O PALÁCIO DOS TÁVORAS (A VERMELHO). A MEIO DA MESMA RUA, A VERMELHO, A CASA DOS PINTOS. PERPENDICULAR A ESTA RUA, A AZUL, ENCONTRA-SE A AVENIDA MARQUÊS DE SOVERAL, ACTUAL ESTRADA NACIONAL 222. À DIREITA, JÁ NO EXTERIOR DO AGLOMERADO, A VERMELHO, A CASA O CABO.**



FIG. 39 - VISTA SOB SÃO JOÃO DA PESQUEIRA E CASA DO CABO (À DIREITA).  
À ESQUERDA, A VILA DE SÃO JOÃO DA PESQUEIRA, E À DIREITA, A CASA DO CABO. (FONTE: FOTOGRAFIA DE EMÍLIO BIEL & COMPANHIA, c.1910?; ARQUIVO MUNICIPAL DO PORTO. PUBLICADA IN GUIMARÃES. 2008, 27).

Quando a casa nobre duriense surge nos limites da povoação, isolada, por conseguinte, de interferências urbanas ou rurais como os eixos viários ou mesmo o casario, emerge direccionada para o aglomerado, de forma a que seja visível por todos, mesmo quando se encontram longe. Nestes casos, o impacto que o edifício cria na paisagem é significativo, não só pela sua dimensão, mas sobretudo, quando a casa foi construída num ponto mais elevado do aglomerado. Refira-se o caso das casas que se situam no topo de montanhas ou na meia encosta de vales, desvendando-se na paisagem e assumindo um papel importante e imponente, como se de um verdadeiro palácio real, mosteiro ou convento se tratasse<sup>82</sup>. É disso exemplo o Solar da Rede, em Mesão Frio (MF), implantado numa alta encosta e debruçado sobre um largo terreiro em declive sob a paisagem do vale do Douro (**Fig. 40**). Esta inclinação é aproveitada para destacar a casa, no alto, acrescentando uma dinâmica ao conjunto arquitectónico pela

<sup>82</sup> Aspecto já reconhecido por João Vieira Caldas (1999, 119) nos casos de casas edificadas nas quintas dos arredores de Lisboa: “Tratando-se também da casa nobre em contexto rural, não é indiferente a sua disposição topográfica no terreno, a atenção à paisagem e aos terrenos de cultivo, a organização dos espaços complementares e construções de apoio, a posição e proximidade de acessos”.



ênfatisaço do percurso de aproximaço à mesma, numa clara associaço ao novo gosto barroco (Carita 2015, 262).



FIG. 40 - SOLAR DA MEDE, MESÃO FRIO (MF).

(A) VISTA SOBRE O SOLAR.

(B) VISTA ÁREA COM LOCALIZAÇÃO DE CASA (A VERMELHO), ESTRADA PRINCIPAL (A AMARELO), E ACESSO À CASA (LARANJA).

(FONTE: FOTOGRAFIA DE AUTORA, JULHO DE 2013; GOOGLE MAPS, 2018)

### **Quintas vinícolas e agrícolas**

Para além dos contextos mencionados, há ainda que contar com a casa nobre duriense no interior de grandes quintas e propriedades agrícolas e/ou vinícolas, bem como junto a estruturas de apoio ao desenvolvimento destas actividades. Nesta vertente, funciona antes como casa residencial temporária, valorizada em alguns casos por um certo cuidado artístico e arquitectónico, o que se desdobra em dois tipos de arquitectura: uma mais clássica, despojada de elementos decorativos e, outra, de cariz barroca, a qual podemos considerar mais rica no que toca à acentuação da carga ornamental do seu exterior e interior. Destes aspectos nos ocuparemos ao proceder à caracterização artística destas habitações no Capítulo IV.

Enquadram-se neste contexto, a par de outras, a Casa das Torres, em Oliveira (MF), o Solar de Sampaio, em Linhares (CA), o Solar de Cancelos, em Cancelos do Meio (MD), e a Casa da Protelada, em Sedielos (PR). Este tipo de integração observa-se por toda a região, sendo de salientar a maior concentração de casas e solares em quintas no Baixo Corgo, onde, por vezes, as habitações isoladas são quase inexistentes

Se a localização e a implantação são determinantes para a casa nobre se evidenciar entre o restante aglomerado e respectivo casario, existem igualmente outros elementos importantes, relacionados com a sua configuração. Referimo-nos à volumetria da casa, geralmente de dois pisos e de grande dimensão, características que lhe conferem destaque. Acrescem ainda um conjunto de elementos decorativos e arquitectónicos, não só ornamentais, como também estruturais e identificativos.

Visualmente a questão da tipologia da casa, acentua de igual forma o enquadramento, e a implantação na malha e aglomerado, sobretudo quando a fachada principal direccionada à via pública é conceptualizada como uma linha horizontal, aspecto que veremos adiante quando analisarmos de perto, a questão das fachadas e das suas tipologias.

Em suma, podemos afirmar que na área geográfica em estudo, a região duriense, parte significativa dos exemplares de casa nobre duriense se concentram em zonas bastante específicas de contexto rural (aldeias e vilas), distribuindo-se com maior incidência no Baixo Corgo, com um total de 72 casas inventariadas, 57 no Cima Corgo, e

35 no Douro Superior, num total de 164 estudos de caso (**Fig. 41-42; Quadro II a IV**). Não obstante, tratando-se de uma área de grande dimensão proeminente rural, verificamos existirem igualmente exemplares inseridos em malhas urbanas mais desenvolvidas e que correspondem hoje a grandes cidades. Destacam-se no contexto em estudo, sobretudo a cidade do Peso da Régua e Lamego. A primeira, um entreposto comercial da Companhia do Alto Douro, a segunda, diocese.

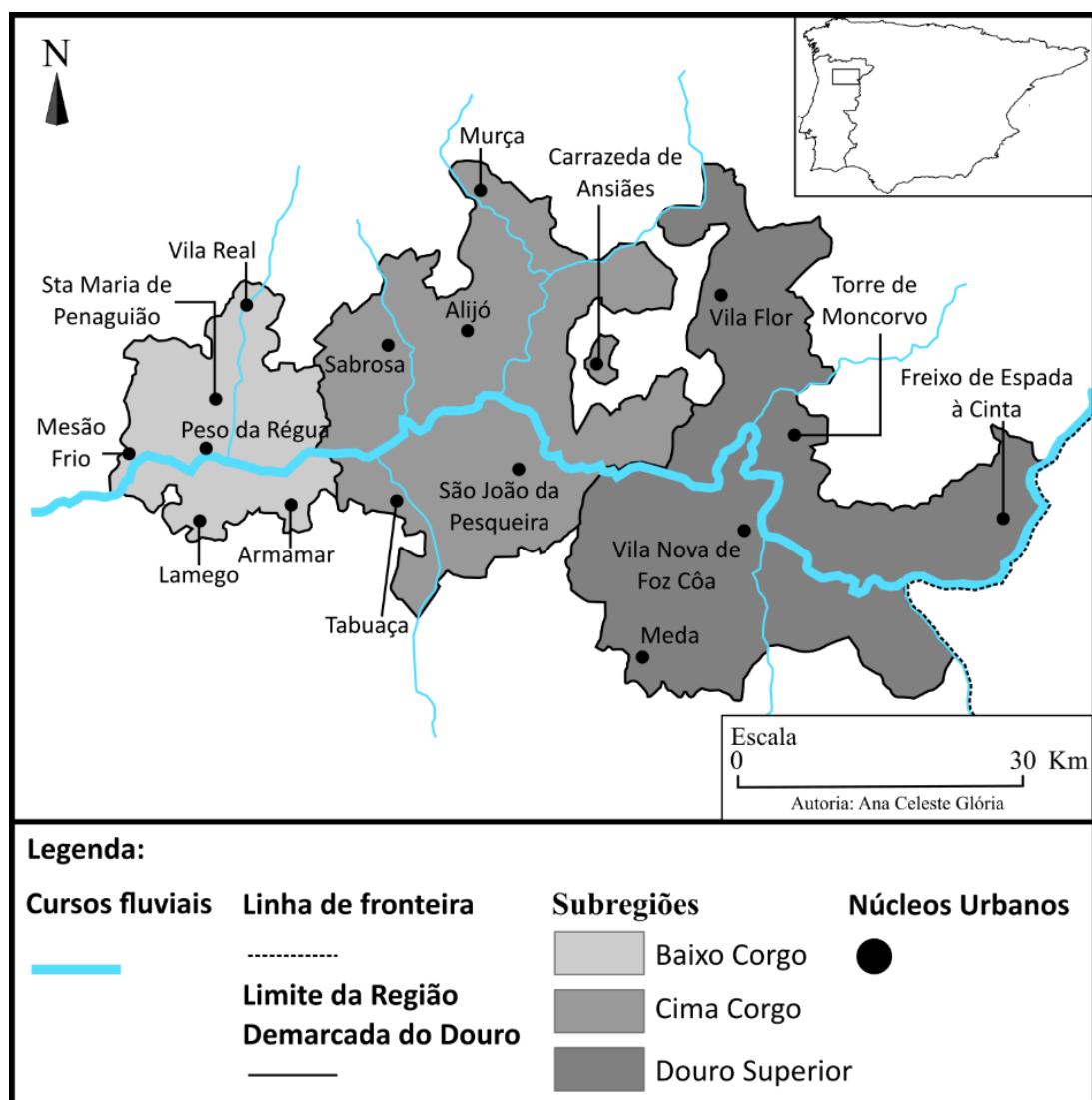


FIG. 41 - REGIÃO DEMARCADA DO DOURO. PRINCIPAIS NÚCLEOS URBANOS.

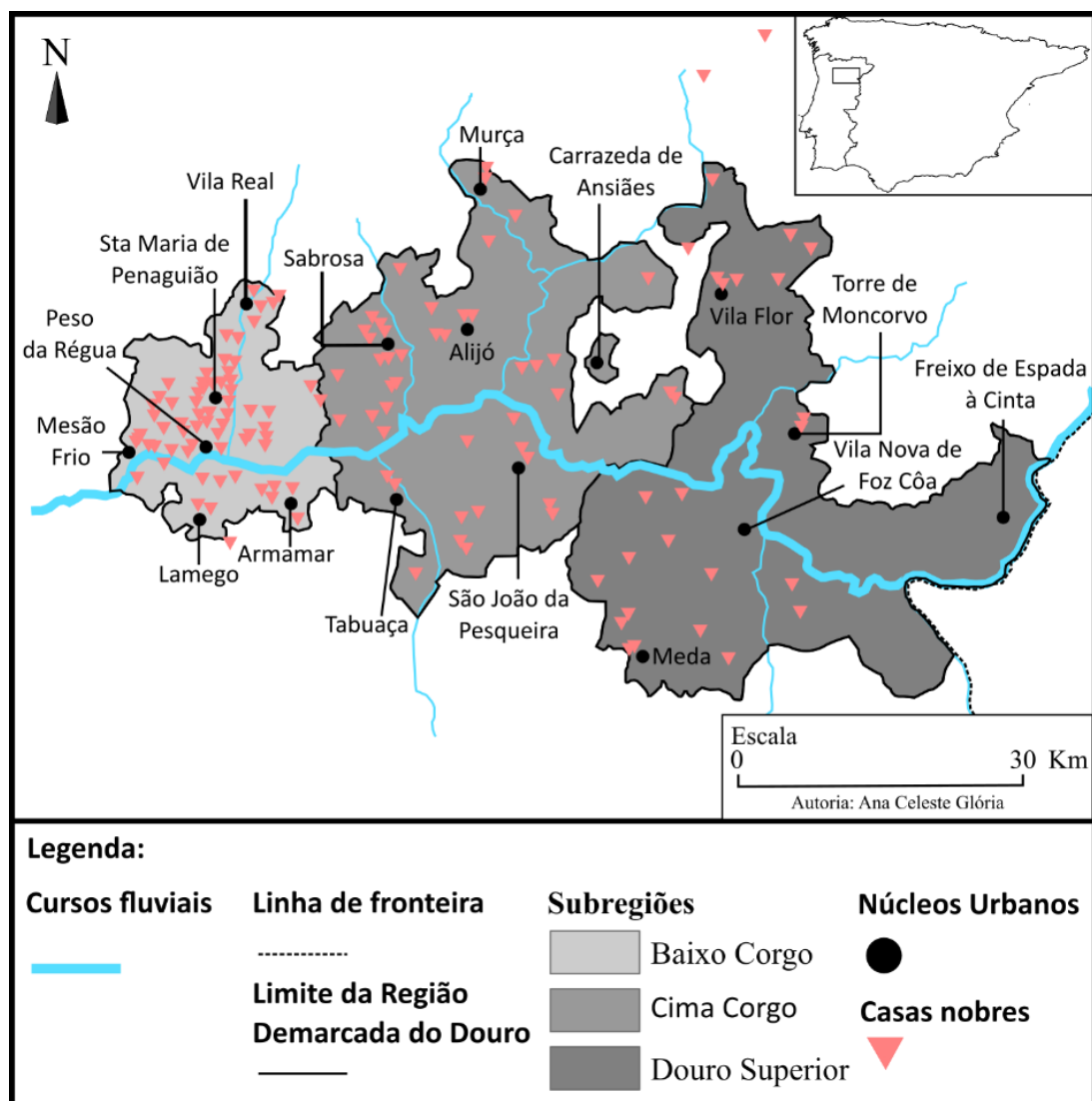


FIG. 42 - REGIÃO DEMARCADA DO DOURO: DISTRIBUIÇÃO DE CASAS NOBRES

QUADRO II - Casas nobres identificadas na Região Demarcada do Douro: Baixo Corgo (Vol. II – Fichas de inventário, parte I)				
Localização	Freguesias	Ficha nr.	Casas/Designação	Data
VILA REAL	<i>Abaças</i>		<i>[Não identificado]</i>	
	<i>Ermida</i>		<i>[Não identificado]</i>	
	<i>Folhadela</i>		<i>[Não identificado]</i>	
	Guiães	1	Casa dos Feios	"1779" (inscrição)
	Guiães	2	Casa do Canal	Século XVIII
	Guiães	3	Casa dos Taveira	Século XVIII
	Guiães	4	Casa dos Taveira Pimentel e Capela de Nossa Senhora do Loreto	Século XVIII
	Mateus	5	Casa de Mateus	Século XVIII
	Mateus	6	Casa do Arcediago	Século XVIII
	Mateus	7	Casa de Casal de Matos	Século XVIII
	<i>Nogueira</i>		<i>[Não identificado]</i>	
	<i>Parada de Cunhos</i>		<i>[Não identificado]</i>	
	São Dinis	8	Casa da Porta da Vila	Século XVIII
	São Dinis	9	Casa do Arco	Século XVIII
	São Dinis	10	Casa dos Brocas	Século XVIII
	São Pedro	11	Casa no Largo de São Pedro nº 16 - 26	"1697" (inscrição)
	Vila Real	12	Casa do Caminho de Baixo	Século XVIII
	São Pedro	13	Casa Alvares Mourão	Século XVIII
SANTA MARTA DE PENAGUIÃO	<i>Alvações do Corgo</i>		<i>[Não identificado]</i>	
	Cumieira	14	Casa do Bairinho	Século XVIII
	Cumieira	15	Casa do Canto	Século XVIII
	Cumieira	16	Casa da Boa Vista	Século XVIII
	Cumieira	17	Casa [designação desconhecida]	Século XVIII
	Cumieira	18	Casa na Estrada nacional 2	Século XVIII
	<i>Fontes</i>		<i>[Não identificado]</i>	
	São Miguel de Lobrigos	19	Solar dos Viscondes de Santa Marta	Século XVIII
	São João de Lobrigos	20	Casa dos Osório	Século XVIII
	São João de Lobrigos	21	Casa da Quinta do Bairro	Século XVIII
	<i>Louredo</i>		<i>[Não identificado]</i>	
	<i>Medrões</i>		<i>[Não identificado]</i>	
	Sanhoane	22	Solar da Quinta do Serrado	Século XVIII
	Sanhoane	23	Casa da Quinta do Meio	Século XVIII
	Sanhoane	24	Casa da Quinta dos Pinheiros	"1711" (inscrição)
	<i>Sever</i>		<i>[Não identificado]</i>	
PESO DA REGUA	Canelas	25	Solar dos Silveira	Século XVIII
	<i>Covelinhas</i>		<i>[Não identificado]</i>	

QUADRO II - Casas nobres identificadas na Região Demarcada do Douro: Baixo Corgo (Vol. II – Fichas de inventário, parte I)				
Localização	Freguesias	Ficha nr.	Casas/Designação	Data
	Fontelas	26	Casa do Extremadouro	Século XVIII
	Fontelas		[Não identificado]	
	Galafura		[Não identificado]	
	Godim	27	Solar das Quinta das Casas Novas	"1739" (inscrição)
	Loureiro		[Não identificado]	
	Moura Morta		[Não identificado]	
	Peso da Régua	28	Solar da Família Vaz Osório	Século XVIII
	Poiares	29	Casa Grande	Século XVIII
	Sedielos	30	Casa da Quinta da Portelada	Século XVIII
	Vinhós		[Não identificado]	
MESÃO FRIO	Barqueiros		[Não identificado]	
	Cidadelhe	31	Casa do Paço de Cidadelhe	Século XVIII
	Cidadelhe	32	Casa da Quinta do Côtto	Século XVIII
	Cidadelhe	33	Casa do Outeiro	Século XVIII
	Cidadelhe	34	Casa do Terreiro	1732; 1740 (escrituras)
	Oliveira	35	Casa das Torres de Oliveira	Século XVIII
	Oliveira	36	Casa de Sant'Ana	"1724" (inscrição)
	Santa Cristina	37	Casa dos Negrões	Século XVIII
	Santa Cristina	38	Casa do Cabo da Vila	Século XVIII
	Santa Cristina	39	Casa da Picota	"1728" (inscrição)
	Santa Cristina	40	Casa do Vale do Couto	Século XVIII
	Santa Cristina	41	Casa dos Fragosos	Século XVIII
	Santa Cristina	42	Solar da Rede	Século XVIII
	Vila Jusã		[Não identificado]	
	Vila Marim	43	Casa de Santiago	Século XVIII
	Vila Marim	44	Casa do Salgueiral	Século XVIII
	Vila Marim	45	Casa da Quinta de Vila-Cova	Século XVIII
RESENDE	Barrô	46	Casa nobre do Lugar de Vilar [designação não identificada]	Século XVIII
	Barrô	47	Casa nobre do Lugar de Vilar 2 [designação não identificada]	Século XVIII
LAMEGO	Cambres	48	Casa da Corredoura	Século XVIII
	Cambres	49	Casa da Quinta dos Varais	Século XVIII
	Ferreiros de Avões		[Não identificado]	
	Figueira		[Não identificado]	
	Parada do Bispo		[Não identificado]	
	Penajóia	50	Casa dos Saavedra e Carvalho	Século XVIII
	Penajóia	51	Casa da Quinta de Estremadouro	Século XVIII
	Samodães		[Não identificado]	



QUADRO II - Casas nobres identificadas na Região Demarcada do Douro: Baixo Corgo (Vol. II – Fichas de inventário, parte I)				
Localização	Freguesias	Ficha nr.	Casas/Designação	Data
	Sande	52	Casa [designação não identificada]	Século XVIII
	Sé	53	Casa do Deão do Cabido D. António Freire Gameiro de Sousa	Século XVIII
	Sé	54	Casa da Rua da Seara	Século XVIII
	Sé	55	Casa das Brolhas	Século XVIII
	Sé	56	Casa de Almacave	Século XVIII
	Sé	57	Casa dos Loureiros	Século XVIII
	Sé	58	Casa dos Silveiras	Século XVIII
	Sé	59	Casa dos Pereira Coutinho	Século XVIII
	Sé	60	Palácio dos Serpas	Século XVIII
	Sé	61	Casa do Assento	Século XVIII
	Sé	62	Casa do Poço	Século XVIII
	Sé	63	Paço Episcopal de Lamego	Século XVIII
	Valdigem	64	Casa da Fonte	Século XVIII
	Valdigem	65	Casa da Quinta das Brolhas	Século XVIII
	Várzea de Abrunhais		[Não identificado]	
ARMAMAR	Aldeias	66	Casa do Poeta Fausto José	Século XVIII
	Aldeias	67	Casa e Capela de Nossa Senhora da Conceição	Século XVIII
	Aldeias	68	Casa Grande	Século XVIII
	Armamar	69	Solar dos Cardoso de Meneses	Século XVIII
	Folgosa		[Não identificado]	
	Fontelo	70	Casa do Paço	Século XVIII
	Fontelo	71	Solar dos Gouveias	Século XVIII
	Vacalar		[Não identificado]	
	Vila Seca	72	Casa do Pátio	Século XVIII

Quadro-síntese realizado pela autora.

Legenda: *Ficha nr.* – Identificação de número de ficha de inventário que se encontra no anexo - Volume II; *[Não identificado]* – referente às localidades abrangidas pela RDD na qual não foram identificadas quaisquer casas nobres e/ou solares.

QUADRO III - Casas nobres identificadas na Região Demarcada do Douro: Cima Corgo (Vol. II – Fichas de inventário, parte II)				
LOCALIZAÇÃO	FREGUESIAS	Ficha nr.	CASAS / DESIGNAÇÃO	DATA
MURÇA	<i>Candedo</i>		<i>[Não identificado]</i>	
	Murça	1	Casa do Seixo com Capela de Santa Rita	Século XVIII
	Murça	2	Casa dos Condes de Murça	Século XVIII
	<i>Noura</i>		<i>[Não identificado]</i>	
ALIJÓ	Alijó	3	Casa dos Mansilhas	Século XVIII
	Alijó	4	Solar dos Castros	"1752" (inscrição)
	<i>Amieiro</i>		<i>[Não identificado]</i>	
	<i>Carlão</i>		<i>[Não identificado]</i>	
	<i>Casal de Loivos</i>		<i>[Não identificado]</i>	
	<i>Castedo</i>		<i>[Não identificado]</i>	
	<i>Cotas</i>		<i>[Não identificado]</i>	
	Favaio	5	Casa da Obra	Século XVIII
	Favaio	6	Solar dos Sepúlvedas / Quinta de São Jorge	Século XVIII
	Pegarinhos	7	Casa [designação não identificada]	Século XVIII
	<i>Pinhão</i>		<i>[Não identificado]</i>	
	Sanfins do Douro	8	Casa Paroquial de Sanfins do Douro	Século XVIII
	Santa Eugénia	9	Casa e Capela da Família Santos Melo	Século XVIII
	<i>São Mamede de Riba Tua</i>		<i>[Não identificado]</i>	
	<i>Vale de Mendiz</i>		<i>[Não identificado]</i>	
	Vilar de Maçada	10	Casa dos Pizzaro Portocarreiro	Século XVIII
	<i>Vilar de Maçada, Quinta de Fiães</i>		<i>[Não identificado]</i>	
	<i>Vilarinho de Cotas</i>		<i>[Não identificado]</i>	
SABROSA	Celeirós	11	Casa da Fonte e Capela de São Francisco	"1710" (inscrição)
	Celeirós	12	Casa da Quinta do Bucheiro	"1731" (inscrição)
	<i>Covas do Douro</i>		<i>[Não identificado]</i>	
	Gouvinhas	13	Solar de Paulo Pizarro de Carvalho e Melo	Século XVIII
	Gouvinhas	14	Casa dos Taveiras de Macedo	Século XVIII
	Paços	15	Casa dos Morgados de Paços	Século XVIII
	Paços	16	Casa das Quintãs	Século XVIII
	Paradela de Guiães	17	Casa e Capela dos Pessanhas	Século XVIII
	Provesende	18	Casa da Calçada	Século XVIII
	Provesende	19	Casa do Praça	Século XVIII
	Provesende	20	Casa da Santo	Século XVIII



QUADRO III - Casas nobres identificadas na Região Demarcada do Douro: Cima Corgo (Vol. II – Fichas de inventário, parte II)				
LOCALIZAÇÃO	FREGUESIAS	Ficha nr.	CASAS / DESIGNAÇÃO	DATA
	Provesende	21	Casa dos Ribeiros Beleza	Século XVIII
	Provesende	22	Casa de Santa Catarina	Século XVIII
	Provesende	23	Casa do Campo	Século XVIII
	Provesende	24	Casa do Vale	Século XVIII
	Provesende	25	Casa do Cimo da Vila	Século XVIII
	Sabrosa	26	Casa dos Barros	Século XVIII
	Sabrosa	27	Casa da Comba da Quinta de Nossa Senhora do Loreto	Século XVIII
	Sabrosa	28	Casa dos Azeredos	Século XVIII
	Sabrosa	29	Casa dos Correias Marinhos	Século XVIII
	São Cristovão do Douro		[Não identificado]	
	São Martinho de Anta		[Não identificado]	
	Souto Maior		[Não identificado]	
	Vilarinho de São Romão	30	Casa de Bernardo de Lemos	Século XVIII
	Vilarinho de São Romão	31	Solar dos Pereiras Lagos	Século XVIII
TABUAÇO	Adorigo		[Não identificado]	
	Barcos		[Não identificado]	
	Desejosa		[Não identificado]	
	Granjinha		[Não identificado]	
	Pereiro		[Não identificado]	
	Sendim	32	Casa do Paço	Século XVIII
	Sendim	33	Solar dos Regos	Século XVIII
	Tabuaço	34	Casa da Quinta Maria Vaz	Século XVIII
	Tabuaço	35	Solar do Fundo de Vila	Século XVIII
	Távora		[Não identificado]	
	Valença do Douro		[Não identificado]	
SÃO JOÃO DA PESQUEIRA	Castanheiro do Sul		[Não identificado]	
	Ervedosa do Douro	36	Casa dos Balça	Século XVIII
	Ervedosa do Douro	37	Casa do Cão	Século XVIII
	Nagozelo do Douro	38	Casa dos Lopes	Século XVIII
	Nagozelo do Douro	39	Casa dos Soveral	Século XVIII
	Paredes da Beira	40	Casa da Torre das Pedras	Século XVIII
	Paredes da Beira	41	Casa dos Ansiães	Século XVIII
	São João da Pesqueira	42	Casa do Cabo	Século XVIII
	São João da Pesqueira	43	Casa dos Pinto	Século XVIII

QUADRO III - Casas nobres identificadas na Região Demarcada do Douro: Cima Corgo (Vol. II – Fichas de inventário, parte II)				
LOCALIZAÇÃO	FREGUESIAS	Ficha nr.	CASAS / DESIGNAÇÃO	DATA
	São João da Pesqueira	44	Solar dos Távora	"1774" (inscrição)
	<i>Soutelo do Douro</i>		[Não identificado]	
	Trevões	45	Solar dos Caiado Ferrão	"1768"; "1771" (inscrição)
	Trevões	46	Casa do Dr. Caiado	Século XVIII
	Trevões	47	Solar do Paço Episcopal de Trevões	"1780" (inscrição)
	<i>Vale de Figueira</i>		[Não identificado]	
	<i>Valongo dos Azeites</i>		[Não identificado]	
	Várzea de Trevões	48	Solar dos Sousa Azevedo	Século XVIII
	Vilarouco	49	Solar dos Corte Real	Século XVIII
	Vilarouco	50	Solar dos Braga	Século XVIII
CARRAZEDA DE ANSIÃES	<i>Beira Grande</i>		[Não identificado]	
	Castanheiro do Norte	51	Solar e Capela de N. Sra. da Conceição	Ruína
	Castanheiro do Norte	52	Casal do Tralhariz	Século XVIII
	<i>Lavandeira</i>		[Não identificado]	
	Linhares	53	Solar de Sampaio	Século XVIII
	Parambos	54	Solar dos Frias Sarmento	Século XVIII
	<i>Pereiros</i>		[Não identificado]	
	<i>Pinhal do Norte</i>		[Não identificado]	
	<i>Pombal</i>		[Não identificado]	
	Ribalonga	55	Casa brasonada e capela de Nosso Senhor dos Passos	Século XVIII
	<i>Seixo de Ansiães</i>		[Não identificado]	
	Vilarinho de Castanheira	56	Solar dos Morais Sarmento	Século XVIII
	Vilarinho de Castanheira	57	Casa dos Pimentéis de Castro	Século XVIII

Quadro-síntese realizado pela autora.

Legenda: *Ficha nr.* – Identificação de número de ficha de inventário que se encontra no anexo - Volume II; *[Não identificado]* – referente às localidades abrangidas pela RDD na qual não foram identificadas quaisquer casas nobres e/ou solares.

QUADRO IV - Casas nobres identificadas na Região Demarcada do Douro: Douro Superior (Vol. II – Fichas de inventário, parte III)				
CONCELHOS	FREGUESIAS	Ficha nr.	CASAS / DESIGNAÇÃO	DATA
MIRANDELA	Avantos	1	Casa Brasonada de Avantos	Século XVIII
	Carvalhais	2	Casa dos Frades de São Jerónimo	Século XVIII
	Frechas	3	Casa Brasonada de Frechas	"1768" (inscrição)
	Romeu		[Não identificado]	
ALFANDEGA DA FÉ	Vilarelhos	4	Solar do Morgado de Vilarelhos	"1744" (inscrição)
VILA FLOR	Assares		[Não identificado]	
	Freixiel	5	Casa do Conde	1781 (inscrição)
	Lodões	6	Solar dos Reimão de Menezes	Século XVIII
	Roios	7	Casa do Sr. Barroso	Século XVIII
	Sampaio		[Não identificado]	
	Santa Comba da Vilariça	8	Casa das Ochoas	Século XVIII
	Santa Comba da Vilariça	9	Solar das Senhoras de Sendim	Século XVIII
	Seixo de Manhoses		[Não identificado]	
	Vale Frechoso /Valefrechoso		[Não identificado]	
	Vilarinho das Azenhas		[Não identificado]	
	Quintas da Peças		[Não identificado]	
	Quintas das Trigueiras		[Não identificado]	
	Vilas Boas	10	Solar do Largo do Soto e Capela de Nossa Senhora do Rosário	Século XVIII
	Vilas Boas (propriedades de Vimieiro)		[Não identificado]	[Não identificado]
	Vila Flor	11	Casa dos Capitães-mores	Século XVIII
	Vila Flor	12	Solar dos Lemos	Século XVIII
	Vila Flor	13	Casa dos Cid Leite Pereira	Século XVIII
TORRE DE MONCORVO	Açoreira		[Não identificado]	
	Adeganha		[Não identificado]	
	Cabeça Boa		[Não identificado]	
	Horta		[Não identificado]	
	Lousa		[Não identificado]	
	Peredo dos Castelhanos		[Não identificado]	
	Torre de Moncorvo	14	Casa Brasonada na Rua Infante D. Henrique	Século XVIII
	Torre de Moncorvo	15	Casa Doutel e Capela de Nossa Senhora dos Prazeres	"1714" (inscrição)
	Torre de Moncorvo	16	Solar dos Tenreiros	Século XVIII

QUADRO IV - Casas nobres identificadas na Região Demarcada do Douro: Douro Superior (Vol. II – Fichas de inventário, parte III)				
CONCELHOS	FREGUESIAS	Ficha nr.	CASAS / DESIGNAÇÃO	DATA
	Torre de Moncorvo	17	Casa do General Claudino Pimentel	Século XVIII
	Torre de Moncorvo	18	Casa da Família Vasconcelos	Século XVIII
	Torre de Moncorvo	19	Casa do Morgado Leopoldo Henriques	Século XVIII
FREIXO DE ESPADA À CINTA	Freixo de Espada à Cinta		[Não identificado]	
	Ligares		[Não identificado]	
	Mazouco		[Não identificado]	
	Poiães		[Não identificado]	
FIG. CASTELO RODRIGO	Escalhão		[Não identificado]	
VILA NOVA DE FOZ COA	Almendra	20	Casa Grande de Almendra	c.1743/ 1770-1780
	Castelo Melhor	21	Solar da Vila	Século XVIII
	Cedovim	22	Casa de Nossa Senhora da Conceição	Século XVIII
	Cedovim	23	Casa dos Magistrados	Século XVIII
	Chãs	24	Casa Senhorial do Vale Cheiroso	1771 (inscrição)
	Custóias		[Não identificado]	
	Freixo de Numão	25	Casa Grande de Freixo de Numão	"1783" (inscrição)
	Horta		[Não identificado]	
	Mós	26	Solar dos Asseca	Século XVIII
	Murça		[Não identificado]	
	Muxagata	27	Solar dos Donas-Botto	Século XVIII
	Muxagata	28	Casa da Quinta da Olga	Século XVIII
	Santa Comba	29	Casa de Santa Comba	Século XVIII
	Santo Amaro		[Não identificado]	
	Sebadelhe	30	Solar dos Donas-Botto Pinto	Século XVIII
	Seixas do Douro	31	Solar da Família Aguilar	Século XVIII
	Tomadias		[Não identificado]	
	Touça		[Não identificado]	
	Vila Nova de Foz Côa		[Não identificado]	
MEDA	Fontelonga		[Não identificado]	
	Longroiva		[Não identificado]	
	Meda	32	Solar dos Sampaio de Almeida	Século XVIII
	Meda	33	Solar das Casas Novas	Século XVIII
	Poço do Canto	34	Casa do Cônsul	Século XVIII
	Poço do Canto	35	Solar dos Cancelos	"1779" (inscrição)

Quadro-síntese realizado pela autora.

Legenda: *Ficha nr.* – Identificação de número de ficha de inventário que se encontra no anexo - Volume II; *[Não identificado]* – referente às localidades abrangidas pela RDD na qual não foram identificadas quaisquer casas nobres e/ou solares.



## Capítulo III – Os encomendantes, os mestres e os artistas

O estudo da arquitectura civil doméstica na região duriense é indissociável da identificação dos grupos intervenientes na encomenda. Referimo-nos, por um lado, aos encomendantes e, por outro, aos artistas e artífices, incluindo neste último grupo pedreiros ou canteiros, entre os muitos que estiveram presentes e deixaram a sua marca no processo construtivo.

### 3.1. Os encomendantes

O principal grupo social ligado à encomenda da casa nobre é constituído pelos indivíduos que tinham à sua disposição os recursos económicos, sociais e até políticos capazes, de financiar as campanhas de grande envergadura inerentes a este tipo de obras. Não era apenas o projecto arquitectónico que se pretendia ambicioso, monumental e de grande qualidade arquitectónica e artística, envolvendo materiais nobres, mas também a contratação de artistas, artífices e seus assistentes se revelava dispendiosa.

Tendo em conta uma área geográfica de extensa dimensão como a Região Demarcada do Douro e dado o elevado número de casas identificadas, não nos é possível apurar todas as circunstâncias biográficas de cada figura que pertence ao grupo de encomendantes. Ainda assim com base nas referências bibliográficas e documentação notarial, foi-nos possível reunir algumas das figuras responsáveis pela encomenda (**Quadro V**). Por isso, optámos por sondar superficialmente os principais grupos, análise ainda assim bastante abrangente no que concerne ao nosso *corpus*. Daremos ainda alguns exemplos concretos de figuras importantes neste papel, remetendo para a materialização de tais encomendas. O objectivo passará por responder a uma das questões estruturantes, relacionada com a casa nobre: quem foram os responsáveis pela encomenda e a que grupos sociais pertenciam?

Não obstante esta opção metodológica, este grupo é, por excelência, aquele que identificámos de forma imediata como pertencendo ao estrato social da *nobreza*, o qual podemos dividir, reconhecendo-lhe diferentes sub-grupos.

*Os nobres com título*, surgem assim, de certo modo à cabeça. Este estatuto era-lhes proporcionado pelo património que detinham (morgados e morgadios<sup>83</sup>), herança e *status* familiar. Refira-se, a título de exemplo, D. António José Botelho Mourão (1688-1746), o 3.º Morgado de Mateus, responsável pela primeira fase arquitectónica da Casa de Mateus, em Vila Real<sup>84</sup>.

“O vasto património acumulado pela família, através de sucessivas alianças matrimoniais que fazem confluir a Mateus quatro importantes linhagens, Botelho, Coelho, Álvares e Mourão, leva o Licenciado António Álvares Coelho a instituir o Morgadio de Mateus, vinculado a Nossa Senhora dos Prazeres, em 1641. Deste vínculo faz parte a primitiva Casa de Mateus, com a sua capela incorporada, e a quinta chamada da Porta ou de Mateus.” (Ribeiro 2010, 15)

D. António foi herdeiro de seu pai, Matias Álvares Mourão, fidalgo da Casa Real, Comendador da Ordem de Cristo e Morgado de Prata, e de sua mãe, D. Maria Coelho de Barros e Faria (1670-1730), filha do instituidor do morgadio de Arroios, o Desembargador Cristóvão Álvares Coelho (Silva 1988, Vol.I, 14; Ribeiro 2010, 17). Este casamento estratégico é apenas um de muitos no seio da família Botelho Mourão e que veio a constituir uma mais valia para o engrandecimento patrimonial<sup>85</sup>. Também D. António, ao ligar-se por casamento com D. Joana Maria de Sousa Mascarenhas e Queirós (1695-1723), traz à Casa de Mateus os morgadios de Moroleiros, Fontelas e Queirozes (Ribeiro 2010, 18). Como ainda, o filho deste casal, D. Luís António de Sousa Botelho Mourão (1722-c.1806)<sup>86</sup> (**Fig. 43**), fidalgo Cavaleiro da Casa Real, Tenente-coronel dos dragões de Chaves, Capitão-General e Governador da Capitania de S. Paulo (Brasil), Alcaide-mor da cidade de Bragança, Senhor do Morgado de Mateus e de Lora de Ovelha no Marão (Silva 1988, Vol.I, 15), ao contrair matrimónio com D. Leonor Ana Luísa Josefa

<sup>83</sup> Relembramos que o estabelecimento de morgadios se desenvolve em Portugal a partir do século XVIII, visando proteger institucionalmente o património da nobreza. Os bens vinculados a um morgadio, inalienáveis e indivisíveis, transmitiam-se apenas ao descendente varão primogénito.

<sup>84</sup> Sobre a Casa de Mateus e respectiva família, veja-se: Matos 1930; Belloto 1978; Silva 1988, Vol.I, 13-17; Duarte 2007b; Ribeiro 2010.

<sup>85</sup> Dando origem a “um consistente núcleo familiar, que foi sendo reforçado graças a várias alianças endogâmicas de modo a acumular património ou a evitar a sua dispersão, o que também aconteceu pelo facto de vários membros da família sem geração, terem legado os seus bens a filhos de irmãos.” (Ribeiro 2010, 17).

<sup>86</sup> D. Luís António de Sousa Botelho Mourão foi soldado desde muito novo, promovido a sargento-mor de batalha em 1735 e nomeado mestre-de-campo de auxiliares do distrito do Porto em 1749. Notabilizou-se em 1762 durante a Guerra dos Sete Anos (1756-1763), tendo sido promovido a coronel de Infantaria. Três anos mais tarde, seria nomeado governador e capitão-geral de São Paulo, no Brasil, onde passou dez anos. No regresso retomou a administração da Casa de Mateus, que havia entregue à sua mulher, D. Leonor. (Matos 1930; Teixeira 1946, Vol.I, 92-93). Consulte ainda Moura 2002, 29-39.

de Portugal (1722-1806), pôde congregar a Casa dos Conde Redondo, em Amarante, entre outros títulos (Ribeiro 2010, 19). A sua acumulação, repercutida no enriquecimento e manutenção do património familiar, permitiu que D. Luís concluísse as obras da Casa iniciadas por seu pai, e construísse a grande capela anexa, terminada em 1750, conforme atesta a inscrição na fachada (**Fig. 44**) (Silva 1988, Vol.I, 15).



FIG. 43 - RETRATO DE D. LUÍS ANTÓNIO DE SOUSA BOTELHO MOURÃO (1722-C.1806). SÉCULO XVIII, ÓLEO SOBRE TELA. AUTOR DESCONHECIDO.  
(FONTE: ARQUIVO DA FUNDAÇÃO CASA DE MATEUS, INV.463)



FIG. 44 - CASA DE MATEUS, MATEUS (VR).  
FACHADA PRINCIPAL.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, MAIO DE 2013)

A “*Gente principal*” & “*Gentes de governança*”<sup>87</sup>, representam um outro grupo. Nele se incluíam os que tinham recebido o título nobiliárquico após o desempenho e consequente reconhecimento no exercício de funções em cargos públicos, ou de governança, ligados à administração concelhia e provincial do Reino, câmaras municipais, tribunais, ou ao exército. São inúmeros os casos identificados, correspondendo a parte substancial dos encomendantes das casas nobres durienses. Por exemplo, a Casa do Extremadouro, em Fontelas (PR), teve como proprietário Luís da Silva Pereira e Oliveira, natural de Fontelas. Bacharel em leis pela Universidade de Coimbra, foi corregedor da comarca de Miranda do Douro, sócio correspondente da

<sup>87</sup> Designação introduzida por Isabel Albergaria (2012, Vol. I, 72).



Academia Real das Ciências, Cavaleiro da Ordem de Cristo e, ainda, autor de um trabalho intitulado *Privilégios da Nobreza e Fidalguia de Portugal* (1806) (AAVV 1993, 6)<sup>88</sup>.

Poderíamos ainda mencionar outras figuras, como o responsável pela edificação do Solar dos Lemos, em Vila Flor (VF), D. João de Seixas Caldeira da Fonseca, Juiz de Fora em Freixo de Numão e Mirandela e corregedor de Bragança (Azevedo 1972, 298). Já o encomendante da Casa da Quinta de Maria Vaz, em Tabuaço (TBÇ), foi o desembargador Luís Ribeiro Godinho, cavaleiro professo na Ordem de Cristo, corregedor da Comarca de Lamego, que “tirava as devassas” nas moradas da sua aposentadoria (SIPA 2016)<sup>89</sup>.

Os *Clérigos* constituíam, um grupo significativo dos estratos socialmente privilegiados na medida em que possuíam verbas avultadas para mandar edificar, ampliar e remodelar as suas casas e capelas. Sendo muitos deles membros de Ordens Religiosas, Irmandades, Misericórdias, contam-se também alguns bispos<sup>90</sup>. No contexto duriense, os exemplos são relativamente poucos quando comparados com os apresentados anteriormente. Refira-se o Paço Episcopal de Trevões (SJP), edificado a partir de 1777 por iniciativa do então bispo de Lamego, D. Manuel Vasconcelos Pereira (1731-1786)<sup>91</sup> (**Fig. 45**) (Fauvrelle 2011, 97). Natural de Moledo, concelho de Castro de Aire, graduado em cânones pela Universidade de Coimbra e deputado do Santo Ofício em Évora, foi bispo de Miranda (Fauvrelle 2001, 51). Tendo tomado posse da diocese por procuração em 16 de Maio de 1771, a sua entrada só se concretizou a 18 de

<sup>88</sup> Esta obra trata da concepção, etimologia e dos privilégios da nobreza em Portugal, descrevendo os mecanismos de nobilitação da nobreza, aferindo a existência de inúmeras distinções entre ela. A nobreza portuguesa, assim como o restante da nobreza europeia, tinha muitas ramificações. Os seus representantes poderiam ser nobres de linhagem ou ter nobreza adquirida, e a sua profissão variava, podendo ser de natureza militar, eclesiástica ou mesmo científica. Consulte-se: Oliveira 1806.

<sup>89</sup> Consulte-se, SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Solar setecentista no Largo do Terreiro.” Criado por Gustavo Almeida, 2002.

[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=7888](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=7888).

<sup>90</sup> Na sua globalidade esta caracterização social não difere, como seria de prever, com a de outras regiões do País. Veja-se a este propósito os estudos de João Vieira Caldas (1999; 2007), Isabel Albergaria (2012) ou mesmo Hélder Carita (2015).

<sup>91</sup> Neste mesmo período, D. Manuel Vasconcelos Pereira mandou construir uma outra residência episcopal, na localidade de Castro Daire. Essa residência, designada por Casa da Cerca, em muito supera o Paço Episcopal de Trevões dada a sua dimensão, além da qualidade arquitectónica e artística. Este aspecto é deveras interessante, na medida em que nos dá uma ideia do poder que a esfera religiosa representava enquanto um dos grandes encomendantes de casas nobres. Na área abrangida pela diocese de Lamego, D. Manuel tinha, portanto, na década de 1770, dois estaleiros em construção.

Veja-se SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Casa da Cerca e Capela das Carrancas” Criado por João Carvalho, 1998.

[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=3754](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3754).

Novembro, uma vez que foi obrigado a aguardar que os militares abandonassem o Paço, convertido em quartel desde que D. Frei Aleixo se mudara para Bragança (Fauvrelle 2001, 51). Tendo vagado a Sé de Lamego por morte do seu prelado, D. Manuel de Vasconcelos Pereira, foi para ali transferido a 10 de Novembro de 1772, tomando posse por procuração em 29 de Setembro do ano seguinte (Fauvrelle 2001, 51).



FIG. 45 - PAÇO EPISCOPAL DE TREVÕES (SJP).

(A) FACHADA PRINCIPAL;

(B) PEDRA-DE-ARMAS.

*SUPERIORMENTE, É REMATADA POR UM CHAPÉUS ECLESIASTICO COM TRÊS BORLAS ENQUADRANDO UM DIADEMA COM CINCO HASTES ELEVADAS POR FLORÃO INTERCALADAS POR HASTES DE MENOR DIMENSÃO. TRATA-SE DE UM ESCUDO PARTIDO EM PALA COM A REPRESENTAÇÃO DAS ARMAS DOS PEREIRAS, DE VERMELHO, COM CRUZ FLORIDA DE PRATA E VAZIA NO SEU INTERIOR; E, DOS VASCONCELOS, DE NEGRO, COM TRÊS FAIXAS VEIRADAS DE PRATA E VERMELHO.*

(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, JANEIRO DE 2014)

Ao que tudo indica a intervenção do bispo lamecense em Trevões correspondeu à remodelação de um edifício pré-existente e já vinculado ao bispado, ao qual os prelados se deslocavam sazonalmente para proceder a actos jurídicos e administrativos da diocese (DGPC 2016)<sup>92</sup>. De acordo com as *Memórias Paroquiais* de 1758<sup>93</sup>, o paço

<sup>92</sup> Consulte-se DGPC – Direcção Geral do Património Cultural. 2016. “Solar do Paço Episcopal do Largo da Igreja de Trevões.” Criado por Paulo Fernandes | DIDA | IGESPAR, I.P. 30.07.2007. <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/341944>.

<sup>93</sup> “O parocho desta freguesia hé hum vigario que apresentam os excelentísimos Bispos de Lamego que inteiramente comem os dizimos desta freguezia e se chamam vulgarmente abbades de trevoens. nesta villa junto a igreja tinham palacio que hoje está arruinado e nelle vinham assistir muita parte do anno o que hé tradição comua.” (Capela 2010, 488).

episcopal estaria à data arruinado, tendo sido somente intervencionado, anos mais tarde, pelo referido bispo (Capela 2010, 488).

Ainda, no contexto da encomenda clerical, mencione-se o Paço Episcopal de Lamego (LMG), que durante o século XVIII é reconstruído pelo já referido bispo D. Manuel de Vasconcelos Pereira (1773-1786), e ainda a Casa Paroquial de Sanfins do Douro (ALJ), erigida pelo Abade Francisco Xavier de Magalhães Feio de Azevedo, c. 1732 (SIPA 2016)<sup>94</sup>.

As figuras a que aludimos reportam-se à nobreza informal, de natureza jurídica ou meramente corporativa. No grupo de nobres anteriormente identificado verificamos que este é, grosso modo, uma classe heterogénea. É neste contexto que importa aferir duas realidades distintas na região em estudo, a nobreza ligada à Corte e, uma outra, a fidalguia de província.

Ao analisar as manifestações da arte Barroca nas casas e quintas com capela na área de Marco de Canaveses, Manuel J. Moreira da Rocha (2010, 328) clarificou precisamente esta distinção<sup>95</sup>. Para este autor, a fidalguia de província correspondia a uma nobreza que, pelo facto de não ter integrado a Corte, havia mergulhado na relativa obscuridade da vida provincial. Por outro lado, este era igualmente um grupo que viu o seu papel confinado ao desempenho de cargos públicos, uma forma de evidenciar o seu prestígio fora da esfera da Corte, cujas alianças se desvaneceram, cimentando a sua posição local enquanto principais agentes da vida pública e social. É este tipo de nobreza provinciana que se encontra na Região Demarcada do Douro, cujo estatuto é de cariz local, sendo os grandes agentes de poder. Em suma, “a sua residência é a imagem do seu protagonismo local: pequenas bolsas que espelham ao nível local a actuação da Corte e da nobreza cortesã. E a arquitectura civil é tradutora desse código de actuação” (Rocha 2010, 329).

Não podemos afirmar, todavia, a inexistência de nobres de Corte na Região Demarcada do Douro. Alguns deles poder-se-iam deslocar a Lisboa e/ou ao Porto para

<sup>94</sup> Veja-se SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Casa Paroquial de Sanfins do Douro.” Criado por Paula Nóe, 2008.

[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=26824](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=26824).

<sup>95</sup> A este respeito consulte-se ainda Monteiro 1998, 2007.

desempenharem os cargos ligados à administração. Somente uma análise mais específica sobre o tema poderia comprovar tal suposição.

Existe ainda um outro aspecto a ter em consideração e que se relaciona intrinsecamente com a história e o desenvolvimento da região duriense, sobretudo, com as profundas alterações sociais e económicas que nela se fizeram sentir ao longo de Setecentos.

O posicionamento estratégico da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, como instituição comercial fixada no Porto e no Peso da Régua, e a consequente localização de interpostos junto ao rio Douro, proporcionou o desenvolvimento da economia, o crescimento da população, sobretudo ocasionado pelo intenso tráfego comercial (bens e pessoas) e o progresso urbano de algumas localidades da região.

Foram ainda fundamentais as obras públicas realizadas pela Companhia, nomeadamente no Cachão da Valeira, bem como os melhoramentos introduzidos para a boa navegabilidade do rio Douro, as obras na barra do Porto e em várias estradas (Sousa 2003, 10). As melhorias efectuadas nas diferentes redes viárias proporcionaram, por conseguinte, uma maior circulação, levando alguns proprietários das casas nobres a deslocações frequentes até ao Vale do Douro, acabando por ficar nas suas casas e quintas. De facto, alguns desses proprietários eram comerciantes que haviam beneficiado do vigor comercial auferida após a criação da Companhia Geral da Agricultura e das Vinhas do Alto Douro. Às suas casas e solares estavam associadas extensas quintas vinícolas e propriedades agrícolas cuja produção, exploração e comercialização originavam apreciáveis dividendos, que puderam ser canalizados para a construção.

Nas extensas listas de transgressão aos deveres impostos pela Companhia podemos encontrar os nomes desses proprietários (Sousa 2001, 151-276). Embora tenha sido criada uma legislação que regulamentava a produção e venda de vinho na Região Demarcada do Douro o seu cumprimento nem sempre se verificou de acordo com as normas prescritas. As fraudes foram uma prática contínua, acompanhadas pela introdução ilegal de vinhos na zona demarcada (Sousa 2001, 153). Para controlar estas

irregularidades e devassar as transgressões que proliferavam na região<sup>96</sup>, o alvará régio de 16 de Novembro de 1771 nomeou o desembargador da Relação e Casa do Porto, António de Mesquita e Moura, como juiz da Devassa, e para seu adjunto e escrivão, o bacharel Bernardo José de Sousa e Guerra, na altura ouvidor de Vila Real (Sousa 2001, 153). A devassa decorrida entre Janeiro de 1772 e Agosto de 1774, levou à identificação dos principais transgressores e testemunhas<sup>97</sup>, bem como à prisão de proprietários de quintas vinícolas, alguns dos quais donos de casas por nós já identificadas (Sousa 2001, 154)<sup>98</sup>. Refiram-se, mais concretamente, os casos de: Inácio José de Figueiredo Pinto Osório, capitão-mor de Penaguião e morador em Lobrigos, introdutor de vinho de ramo no distrito de embarque (Casa em São João de Lobrigos<sup>99</sup>) (Sousa 2001, 156); António Perfeito Pereira Pinto de Vasconcelos, morador umas vezes em Lamego outras em Mesão Frio; demolindo-se logo, à sua custa, o lagar que de novo erigiu na sua Quinta da Portela, em Sanhoane (SMP) (Sousa 2001, 181); o doutor José António de Sousa e Faria, cujo nome não foi detectado como infractor, tendo sido antes encontrado como pai de António Caetano de Sousa Faria Veloso de Mansilha, culpado de introdução de vinho de ramo no território de embarque e de compra de vinho de embarque sem ter nenhum de *sua lavra* (da Casa das Torres de Oliveira, situada em Oliveira, MF) (Sousa 2001, 156); João Félix de Queirós, letrado e accionista da Companhia, e, o seu filho António de Queirós, introdutor de vinho de ramo, ambos da Casa da Quinta dos Pinheiros, em Sanhoane (SMP) (Sousa 2001, 156); padre José Inácio de Queirós e seu irmão o padre Manuel Luís Queirós, da Casa da Quinta das Cabanas, em Sanhoane (SMP)<sup>100</sup> (Sousa

<sup>96</sup> Entenda-se aqui «devassar» como o acto de apurar e investigar os crimes e fraudes face à legislação envolvente, tal como já mencionámos. Trata-se, assim, de fazer uma investigação, anexar provas, arrolar testemunhas e culpados para averiguação de actos criminosos.

<sup>97</sup> “De acordo com o referido alvará, os transgressores e perturbadores eram, sobretudo responsáveis por três pecados capitais, os quais eram já praticados antes da constituição da própria Companhia: introdução e venda, nas adegas existentes na área da demarcação, de vinhos de ramo e vinhos verdes pelo preço estabelecidos para os bons vinhos de ramo; dolosa colusão entre os referidos transgressores e perturbadores, pessoas principais e privilegiados que acabaram por ser imitadas pelos pequenos; utilização ilegal de baga de sabugueiro para o vinho adquirir a cor que não tinha por sua natureza.” (Sousa 2001, 154-155).

<sup>98</sup> Principalmente aqueles que possuíam, entre as suas propriedades, quintas abrangidas por vinhas.

<sup>99</sup> Não conseguimos identificar se corresponderia à Casa do Poeiro, à Casa dos Ferreira Henriques Pinto Sequeira ou à Casa dos Osório, todas elas localizadas em São João de Lobrigos (SMP) e associadas à família dos Pinto Osório. Sobre estas casas veja-se Cardoso 2014, Vol. I e II (fig.226-227).

<sup>100</sup> A Casa da Quinta das Cabanas situa-se no lugar de Cabanas, nas proximidades de Sanhoane. Atendendo que se integra numa quinta vinícola, e não apresenta qualquer interesse arquitectónico optámos por não a incluir no levantamento de casas nobres durienses.

2001, 181); Miguel do Vale, cuja casa e bens administra seu filho José do Vale, do lugar de Salgueiral, freguesia de Vila Marim, do dito concelho (da Casa do Salgueiral, em Vila Marim, SMP) (Sousa 2001, 225); Frei António Correia, religioso da Terceira Ordem de São Francisco e Frei Caetano, converso da mesma ordem, seu companheiro e administrador da Quinta do Portelo, em Portelo (SMP) (Sousa 2001, 182); Dona Leonor Ana Luísa José de Portugal, mulher de D. Luís António de Sousa, da Casa de Mateus, em Mateus (VR) (Sousa 2001, 214); Henrique José Osório da Quinta D'Além da Fonte, em Fontelas (SMP) (Sousa 2001, 205); Francisco Xavier Taveira de Macedo, da Casa dos Taveira de Macedo, Gouvinhas (SBS) (Sousa 2001, 201); entre outros.

Além dos transgressores de que apresentámos alguns exemplos, temos ainda conhecimento de outros proprietários accionistas da Companhia, o que nos remete, da mesma forma, para o poder económico e social que estes detinham (Pereira 2000, 155-174). A título de exemplo, refiram-se alguns dos proprietários com acções entre 1777 e 1783: D. Maria Engrácia Caetana Pereira, moradora em Resmóstias e com Casa em Sanhoane (SMP); Rodrigo Pinto de Sousa, da Casa de Almacave, em Lamego (LMG); D. António de Magalhães Coutinho e D. Diogo de Sousa Magalhães Coutinho, pai e filho, ambos da Casa do Paço de Cidadelhe (MF); João Félix de Queirós, da Casa da Quinta dos Pinheiros, em Sanhoane (SMP); João Leite Cardoso Pinto de Meneses, do Salgueiral (SMP); João de Queirós Serqueira Azevedo e Vasconcelos, de Mesão Frio (MF); José António Taveira de Magalhães Pinto d'Azevedo, de Godim (PR); José Maria de Serqueira de Queirós Rebelo, do lugar da Rede (MF); D. Luís António de Sousa Botelho Mourão, da Casa de Mateus, em Mateus (VR); Miguel António d'Almeida Caiado, de Trevões (SJP); a par de outros (Pereira 2000, 159-174).

Como se pode verificar, parte da nobreza anteriormente mencionada acumulava rendimentos que provinham, quer de cargos desempenhados na administração, quer das suas propriedades, onde produziam, exploravam e a partir das quais comercializavam vinho. Mas não existiriam igualmente casos em que os proprietários arrendavam as suas casas e respectivas propriedades na Região Demarcada do Douro, Porto e arredores, onde muitos dispunham da sua residência permanente? Desta forma

e perante a multiplicidade das fontes de rendimento, torna-se impossível aferir ao certo donde provinha a maior fatia do capital que custeava as obras destas casas<sup>101</sup>.

Os intervenientes que apresentámos são muito heterogéneos, contudo não nos parece que esse facto possa ter interferido nas suas escolhas estéticas, ou seja, não se acredita que cada um deles se tenha vinculado a uma expressão arquitectónica específica, que seja reflexo das suas origens ou gostos. Assim, afigura-se que se tenham guiado por um gosto vigente na época, adaptando-o às suas necessidades. Por essa razão, nos programas arquitectónicos e decorativos observar-se-á, ou não, alguma pluralidade de soluções, que naturalmente condicionadas por diferentes aspectos, a começar pela admissível influência dos mestres-de-obras participantes na edificação das casas em estudo.

<b>QUADRO V – Proprietários/Familiars das Casas Nobres da Região Demarcada do Douro<sup>102</sup>:</b>		
<b>Freguesia / (Concelho)</b>	<b>Casa</b>	<b>Proprietário/Familiar/Autor</b>
<b>BAIXO CORGO</b>		
Guiães (VR)	Casa dos Taveira Pimentel e Capela de Nossa Senhora do Loreto	<b>Francisco José Taveira de Macedo Pimentel</b> Morgado de Guiães <sup>103</sup>
Mateus (VR)	Casa de Mateus	<b>Luís António de Sousa Botelho Mourão</b> (1722-c.1806) Fidalgo Cavaleiro da Casa Real, Tenente-coronel dos dragões de Chaves, Capitão-General e Governador da Capitania de S. Paulo (Brasil), Alcaide-mor da cidade de Bragança, Senhor do Morgado de Mateus e de Lora de Ovelha no Marão <sup>104</sup>
Vila Real (VR)	Casas do Capitão José Dias Mourão, Vila Real	<b>José Dias Mourão</b> Capitão <sup>105</sup>

<sup>101</sup> Como foi bem assinalado por outros investigadores (Azevedo 1988, 78; Carita 2015, 239), a conjuntura económica do período Setecentista acrescentou mais factores de inegável importância para o entendimento dos recursos económicos dos proprietários e encomendantes durienses. Referem, neste contexto, o influxo de riquezas provenientes do exterior, particularmente, do comércio do açúcar, do ouro e dos diamantes do Brasil, matéria que não cabe aprofundar nesta investigação. Para uma visão global destes problemas, consulte-se: Costa 2011, 2013.

<sup>102</sup> Identificados nas fontes manuscritas e impressas.

<sup>103</sup> Ferreira-Alves 1981, 11.

<sup>104</sup> Teixeira 1946, Vol.I, 92-93; Silva 1988, Vol.I, 15; Moura 2002, 29-39.

<sup>105</sup> ADVRL, Cartório Notarial de Vila Real, 5.º Ofício, Lv.58, fls.171-171v (Vol. I - Anexo documental, doc.12).

QUADRO V – Proprietários/Familiares das Casas Nobres da Região Demarcada do Douro <sup>102</sup> :		
Freguesia / (Concelho)	Casa	Proprietário/Familiar/Autor
São João de Lobrigos (SMP)	Casa em São João de Lobrigos <sup>106</sup>	<b>Inácio José de Figueiredo Pinto Osório</b> Capitão-mor de Penaguião e morador em Lobrigos, introdutor de vinho de ramo no distrito de embarque <sup>107</sup>
Sanhoane (SMP)	Casa da Quinta do Meio (SMP)	<b>Luís Pereira de Mello</b> Pertencente à Casa das Cabanas, Sanhoane <sup>108</sup>
Sanhoane (SMP)	Casa da Quinta dos Pinheiros (SMP)	<b>João Félix de Queirós de Mesquita</b> <sup>109</sup> Letrado e acionista da Companhia de Vinhos do Alto Douro
Fontelas (PR)	Casa do Extremadouro, em Fontelas (PR)	<b>Luís da Silva Pereira e Oliveira</b> Natural de Fontelas. Bacharel em leis pela Universidade de Coimbra, foi corregedor da comarca de Miranda do Douro, sócio correspondente da Academia Real das Ciências, Cavaleiro da Ordem de Cristo. Autor da obra <i>Privilégios da Nobreza e Fidalguia de Portugal</i> (1806) <sup>110</sup>
Peso da Régua (PR)	Casa Vaz / Casa dos Vazes / Solar da Família Vaz Osório (PR)	<b>José Vaz Pinto Guedes</b> Capitão das ordenanças do Peso da Régua em 16 de Agosto de 1757, e capitão-mor de Penaguião, casado com D. Josefa Cândida da Silva
Cidadelhe	Quinta do Paço de Cidadelhe / Casa do Paço (MF)	<b>António de Magalhães Coutinho</b> , pai  <b>Diogo de Sousa Magalhães Coutinho</b> , filho Accionistas na Companhia do Alto Douro <sup>111</sup>
Cidadelhe	Casa do Terreiro, Cidadelhe (MF)	<b>Manuel de Gouveia Frias</b> <sup>112</sup>
Oliveira	Casa das Torres de Oliveira (MF)	<b>José António de Sousa e Faria</b> Filho de António Caetano de Sousa Faria Veloso de Mansilha; bacharel formado em Direito <sup>113</sup>
Santa Cristina (MF)	Solar da Rede (MF)	<b>José Maria de Serqueira de Queirós Rebelo</b> Fidalgo da Casa Real; accionista na Companhia do Alto Douro <sup>114</sup>

<sup>106</sup> Não conseguimos identificar se corresponderia à Casa do Poeiro, à Casa dos Ferreira Henriques Pinto Sequeira ou à Casa dos Osório, todas elas localizadas em São João de Lobrigos (SMP) e associadas à família dos Pinto Osório. Sobre estas casas veja-se Cardoso 2014, Vol. I e II (fig.226-227).

<sup>107</sup> Sousa 2001, 156.

<sup>108</sup> ADVRL, Cartório Notaria de Santa Marta de Penaguião, 4.º Ofício, Lv. 72, fls.13v-15 (Vol. I - Anexo documental, doc.16).

<sup>109</sup> ADVRL, Cartório Notarial de Vila Real, 5.º Ofício, Lv.52, fls.94-96 (Vol. I - Anexo documental, doc.7); ADVRL, Cartório Notarial de Vila Real, 1.º Ofício, Lv.63, fls.54v-56 (Vol. I - Anexo documental, doc..9); Ferreira-Alves (1983, 255); Sousa 2001, 156.

<sup>110</sup> AAVV 1993, 6.

<sup>111</sup> Pereira 2000, 159-174.

<sup>112</sup> ADP, Secção Notarial, Po-9, 3.ª série, n.º29, fls.146v-148 (Vol. I - Anexo documental, doc.4).

<sup>113</sup> Sousa 2001, 156.

<sup>114</sup> “Escritura de obrigação que fazo admnistrador da Capela de São Sebastião José Maria Cerqueira de Queirós e sua mulher Dona Antónia Caetana Joaquina Cabral da Cunha fidalgos da Casa Real e moradores na sua Casa da Rede deste Concelho de Mesão Frio”, 17 de Setembro de 1760. ADVRL, Cartório Notarial de Mesão Frio - 4.º Ofício, Lv. 16, fl.84v-86.; Pereira 2000, 159-174.



QUADRO V – Proprietários/Familiares das Casas Nobres da Região Demarcada do Douro <sup>102</sup> :		
Freguesia / (Concelho)	Casa	Proprietário/Familiar/Autor
Mesão Frio (MF)	Casas de João de Queiroz Cerqueira Azevedo e Vasconcelos, Mesão Frio (MF)	<b>João de Queirós Cerqueira Azevedo e Vasconcelos (1715-?)</b> Correio-Mor de Mesão Frio <sup>115</sup> ; Accionista na Companhia do Alto Douro
Vila Marim (MF)	Casa de Gonçalo Monteiro de Carvalho Azevedo e Vasconcelos, Salgueiral, Vila Marim (MF)	<b>Gonçalo Monteiro de Carvalho Azevedo e Vasconcelos</b> <sup>116</sup>
Vila Marim (MF)	Casa do Salgueiral (SMP)	<b>João Leite Cardoso Pinto de Meneses</b> Accionista na Companhia do Alto do Douro <sup>117</sup>
Sé (LMG)	Casa das Brolhas	<b>Pedro da Fonseca e Castro e Sousa Osório e Melo</b> <sup>118</sup> Batizado na Sé de Braga, filho de Francisco Caetano de Castro da Fonseca e Sousa, moço fidalgo da Casa Real, familiar do Santo Ofício, e de sua mulher D. Teresa Maria Ferreira Santarém Tenente da Infantaria do Regimento de Valença; Fidalgo da Casa Real e Hábito da Ordem de Cristo <sup>119</sup>
Sé (LMG)	Casa de Almacave	<b>Bartolomeu Pinto de Sousa (1739)</b> <sup>120</sup> Fidalgo da Casa da Casa Real  <b>Rodrigo Pinto de Souza Maldonado (1774)</b> <sup>121</sup> Fidalgo da Casa Real
Sé (LMG)	Paço Episcopal / Museu de Lamego (LMG)	<b>D. Manuel de Vasconcelos Pereira (1731-1786)</b> (remodelação) Natural de Moledo, concelho de Castro de Aire, graduado em cânones pela Universidade de Coimbra e deputado do Santo Ofício em Évora Miranda Bispo de Miranda e Lamego <sup>122</sup>
Sé (LMG)	Casa da Viscondessa de Guiães ou dos Silveira	<b>José Teixeira de Macedo</b> <sup>123</sup>

<sup>115</sup> ADVRL, Cartório Notarial de Mesão Frio, 3.º Ofício, Lv.48, fls.1-3 (Anexo Documental - Vol. I, Doc.13); Pereira 2000, 159-174.

<sup>116</sup> ADVRL, Cartório Notarial de Mesão Frio, 3.º Ofício, Lv.54, fls.94-96 (Anexo Documental - Vol.I, Doc.18).

<sup>117</sup> Pereira 2000, 159-174.

<sup>118</sup> Responsável pela iniciativa de reconstrução da Casa dos Brolhas, em 1777 (Laranjo 1989, 51).

<sup>119</sup> “Diligência de habilitação para a Ordem de Cristo de Pedro José da Fonseca de Castro Osório e Melo”, 27 de Julho de 1730. In TT, Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo, Letra P, mç. 2, n.º 4. Acedido em 3 de Maio de 2020. <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=7650629>.

<sup>120</sup> ADVIS, Cartório Notarial de Lamego, 1.º Ofício, Lv.509/72, fls.134-135 (Anexo Documental - Vol.I, Doc.5).

<sup>121</sup> Borges 2018, Vol.2, 19.

<sup>122</sup> Fauvrelle 2001, 51.

<sup>123</sup> ADVIS, Cartório Notarial de Lamego, 1.º Ofício, Lv.517/89, fls.15v-16v (Anexo Documental - Vol. I, Doc.2); Correia (1923, 11-13) e Borges (2018 Vol.I, 90-91).

<b>QUADRO V – Proprietários/Familiares das Casas Nobres da Região Demarcada do Douro<sup>102</sup>:</b>		
<b>Freguesia / (Concelho)</b>	<b>Casa</b>	<b>Proprietário/Familiar/Autor</b>
Sé (LMG)	Casa / Colégio Imaculada Conceição (LMG)	<b>D. António Freire Gameiro Sousa (1727-1799)</b> Nasceu a 6 de fevereiro de 1727 em Lisboa. Doutor na Faculdade de Leis, Lente da Universidade de Coimbra, colegial do Real Colégio de S. Pedro da Universidade de Coimbra e Deão do Cabido de Lamego (1769). Bispo de Aveiro (1774-1799) <sup>124</sup>
<b>CIMA CORGO</b>		
Favaio (ALJ)	Casa da Obra	<b>Álvaro Xavier Botelho Ribeiro Morgado Sarmento</b> Fidalgo da Casa Real, Morgado do Espírito Santo
Sanfins do Douro (ALJ)	Casa Paroquial de Sanfins do Douro	<b>Abade Dr. Francisco Xavier de Magalhães Feio de Azevedo<sup>125</sup></b> Reverendo
Celeirós (SBS)	Casa da Fonte e Capela de São Francisco	<b>Reverendo Padre Francisco Furtado de Azevedo Sottomayor</b> Fidalgo da Casa Real; Morgado da Fonte <sup>126</sup>
Celeirós (SBS)	Casa da Quinta do Bucheiro	<b>Caetano de Sousa e Carvalho <sup>127</sup></b>
Gouvinhas (SBS)	Casa dos Taveiras de Macedo	<b>Luís Taveira de Macedo</b> Fidalgo da Casa Real, responsável pela origem do ramo dos Taveiras de Macedo, de Gouvinhas, através de casamento com D. Ana Guedes, em 1650, ou até mesmo de seu filho, Bernardo Taveira de Macedo.  <b>Francisco Xavier Taveira de Macedo, filho<sup>128</sup></b> General da armada, recebe carta de brasão a 17 de Março de 1784.
Tabuaço (TBÇ)	Casa da Quinta Maria Vaz	<b>Luís Ribeiro Godinho</b> Desembargador, cavaleiro professo na Ordem de Cristo, corregedor da Comarca de Lamego, que “tirava as devassas” nas moradas da sua aposentadoria <sup>129</sup>
São João da Pesqueira	Casa do Cabo	<b>João Manuel Pais de Sande e Castro</b>

<sup>124</sup> Borges 2018, Vol.2, 174.

<sup>125</sup> SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Casa Paroquial de Sanfins do Douro.” Criado por Paula Nóe, 2008.  
[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=26824](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=26824).

<sup>126</sup> De acordo com a cartela que se encontra na fachada da Capela de São Francisco anexa à casa.

<sup>127</sup> Registo de provisão de licença a favor de Caetano de Sousa de Carvalho, do lugar de Celeiros, freguesia de São Romão de Vilarinho, comarca de Vila Real, para edificar uma capela com a invocação de São Caetano, junto as casas onde vive, 25 de Setembro de 1748. ADB-UM, Lv.120, fls.282-285v. Além das diversas inscrições que se encontram na capela e a ele lhe fazem referência.

<sup>128</sup> Sousa 2001, 201.

<sup>129</sup> SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Solar da Família Vaz Osório.” Criado por Isabel Sereno, 1994; e, Paula Noé, 2009.  
[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=5977](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5977).

QUADRO V – Proprietários/Familiars das Casas Nobres da Região Demarcada do Douro <sup>102</sup> :		
Freguesia / (Concelho)	Casa	Proprietário/Familiar/Autor
Trevões (SJP)	Solar dos Caiado Ferrão	<b>Francisco de Almeida Caiado e Gamboa</b> Professor da Universidade de Coimbra  <b>Francisco Xavier de Almeida Caiado Melo e Vasconcelos</b> <sup>130</sup> (remodelação)
Trevões (SJP)	Casa do Dr. Caiado	<b>Miguel António d’Almeida Caiado</b> Accionista na Companhia do Alto Douro <sup>131</sup>
Trevões (SJP)	Solar do Paço Episcopal de Trevões	<b>D. Manuel Vasconcelos Pereira (1731-1786)</b> Natural de Moledo, concelho de Castro de Aire, graduado em cânones pela Universidade de Coimbra e deputado do Santo Ofício em Évora. Foi bispo de Miranda (1771-1772) e de Lamego (1772-?) <sup>132</sup>
DOURO SUPERIOR		
Carvalhais (MDL)	Casa dos Frades de São Jerónimo	<b>Padre Gonçalo Barroso</b> Administrador da Capela de São Jerónimo <sup>133</sup>
Frechas (MDL)	Casa Brasonada de Frechas	<b>António de Araújo Borges</b> Sargento-mor das vilas de Freixiel e Abreiro e assistente na de Frechas <sup>134</sup>
Vilarelhos (AF)	Solar do Morgado de Vilarelhos	<b>João António Azevedo Lemos</b> <sup>135</sup>
Freixiel (VF)	Casa do Conde	<b>Francisco António de Araújo Borges Teixeira Chaves</b> Fidalgo da Casa Real, professo na Ordem de Cristo, Coronel de Milícias em Chaves <sup>136</sup>
Vila Flor (VF)	Casa dos Capitães-mores	<b>Luís António de Morais Botelho e Castro</b> Capitão-Mor de Vila Flor
Vila Flor (VF)	Solar dos Lemos	<b>João de Seixas Caldeira da Fonseca (1715-1780)</b> Juiz de fora em Freixo de Numão e Mirandela e corregedor de Bragança <sup>137</sup>
Torre de Moncorvo (TM)	Casa Brasonada na Rua Infante D. Henrique	<b>Francisco Inácio Botelho de Vasconcelos (1670-1747)</b> Poeta e fundador da Academia dos Unidos <sup>138</sup>

<sup>130</sup> Fauvrelle 2001, 101.<sup>131</sup> Pereira 2000, 159-174.<sup>132</sup> Fauvrelle 2011, 97.<sup>133</sup> De acordo com a inscrição da capela.<sup>134</sup> “Registo de requerimentos de António de Araújo Borges, sargento-mor de Freixiel e Abreiro, comarca da Torre, assistente na freguesia de São Miguel de Frechas, para edificar uma capela nesta freguesia junto da sua habitação”, 19 de Agosto de 1766. ADB-UM, *Registo Geral da Diocese de Braga*, Lv.64, fls.89-98v.<sup>135</sup> “Provisão de licença para se erigir uma capela com o título de Santo Antonio da Alegria, ao pe das casas de Joao Antonio Azevedo Lemos, da freguesia de Sao Tome de Vilarelhos”, 1786. ADB-UM, *Registo Geral da Diocese de Braga*, Lv. 218, fl. 272.<sup>136</sup> Morais 1995.<sup>137</sup> Azevedo 1972, 298.<sup>138</sup> Veja-se d’Abreu, Carlos, y. 2015. “Francisco Botelho de Morais e Vasconcelos, poeta ibérico da pré-ilustração e fundador da Academia dos Unidos.” *Hipogrifo. Revista de literatura y cultura del Siglo de Oro* 3, no. 2:71-109. Acedido em [https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=517551449005\\_75](https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=517551449005_75)

QUADRO V – Proprietários/Familiares das Casas Nobres da Região Demarcada do Douro <sup>102</sup> :		
Freguesia / (Concelho)	Casa	Proprietário/Familiar/Autor
Torre de Moncorvo (TM)	Casa Doutel e Capela de Nossa Senhora dos Prazeres	<b>Cristóvão José de Gouveia e Vasconcelos</b> Administrador da Capela de Nossa Senhora dos Prazeres <sup>139</sup>
Torre de Moncorvo (TM)	Solar dos Tenreiros	<b>Diogo Monteiro de Melo</b> Capitão-mor de Moncorvo <sup>140</sup>
Torre de Moncorvo (TM)	Casa do General Claudino Pimentel	<b>João Carlos de Oliveira Pimentel</b> Capitão-mor e membro de uma das Juntas formadas em 1808, na província de Trás-os-Montes; pai do General António José Claudino d'Oliveira Pimentel (1776-1831) <sup>141</sup>
Torre de Moncorvo (TM)	"Casa do Cacao" e Capela do Sagrado Coração de Jesus	<b>José Luís Carneiro de Vasconcelos</b> (capela) Fidalgo da Casa Real e professo da Ordem de Cristo <b>Lourenço Carneiro de Vasconcelos</b> <sup>142</sup>
Torre de Moncorvo (TM)	Casa do Morgado Leopoldo Henriques	<b>Leopoldo Henrique Botelho de Magalhães</b> Tenente do Corpo de Artilharia da Marinha Portuguesa <sup>143</sup>
Almendra (VNFC)	Casa Grande de Almendra	<b>António Lopes Sanches de Castilho Falcão Mendonça (?-1759)</b> Capitão-Mor de Almendra e Castelo Melhor  <b>Manuel António de Castilho e Távora Falcão Mendonça (1720-1796?)</b> , filho <sup>144</sup>
Cedovim (VNFC)	Casa de Nossa Senhora da Conceição	<b>Francisco Xavier Teixeira Rebelo</b> Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro da Ordem de Cristo, casado com Joana Josefa de Azeredo Leite
Freixo de Numão (VNFC)	Casa Grande de Freixo de Numão	<b>José Joaquim Pais Monteiro (?-1768)</b>
Sebadelhe (VNFC)	Solar dos Donas-Botto Pinto	<b>Miguel Jerónimo Pinto Donas Boto</b>
Meda (MD)	Solar das Casas Novas	<b>Francisco Manuel Pimentel Monteiro e Frias</b> Capitão-mor da vila de Mêda; recebeu carta de brasão a 23 de Janeiro de 1788
Poço do Canto (MD)	Solar dos Cancelos	<b>Manuel de Seixas Moutinho</b> <sup>145</sup>

Quadro síntese realizado pela autora.

<sup>139</sup> Fernandes 2013, 241.

<sup>140</sup> Alves 2000, Tomo VI, 732.

<sup>141</sup> Alves 2000, Tomo VII, 317-323.

<sup>142</sup> Fernandes 2013, 245.

<sup>143</sup> ADBG, Cartório Notarial de Torre de Moncorvo, Cx. 19, v. 125, fls. 10-13 (Anexo Documental - Vol.I, Doc. 25); Alves 2000, Tomo VII, 290-292.

<sup>144</sup> Glória 2013, 193-194.

<sup>145</sup> Baena 1872, 508.

### 3.2. Os mestres-de-obras: da arrematação à obra

A identificação dos artistas e artífices envolvidos é um dos pontos fundamentais que esta investigação procura abarcar, indagando sobre os responsáveis pelas obras, a sua naturalidade, percurso profissional e principais círculos artísticos. Estes dados são-nos revelados, mais frequentemente, nos contratos notariais<sup>146</sup>, celebrados em casa dos tabeliães («em moradas de mim tabellião»)<sup>147</sup>. Mas, existem algumas excepções, já que alguns deles foram assinados na casa do encomendante. Seja como for, os contratos mencionam sempre a data e local onde foram celebrados, quem eram os outorgantes, quem pretendia fazer a obra e quem iria executá-la, podendo aqueles ser representados por um procurador.

O contrato estabelecia ainda o prazo no qual a obra devia estar concluída, a forma de pagamento ao arrematante (geralmente em três pagamentos – no princípio, no meio e no fim da obra) e aos fiadores do artista; e a garantia da conclusão da obra por parte do arrematante (Ferreira-Alves 1988, Vol.II, 294).

Mais especificamente sobre a obra, vemos mencionados, em alguns contratos a existência de “apontamentos”, determinando com rigor o modo como os trabalhos deveriam ser executados. No entanto, no decorrer dos mesmos poderiam ser alterados ou acrescentados outros apontamentos, definidos no novo contrato.

---

<sup>146</sup> Trata-se de escrituras relativas ao contrato de obras, mas também, de arrematação, de obrigação e de fiança, possuindo todos eles o mesmo tipo de dados, conforme a seguir mencionaremos. Actualmente, parte desta documentação encontra-se dispersa por diversos arquivos distritais, enquanto outra desapareceu, devido a constrangimentos de ordem diversa. Existem ainda aqueles que ainda se conservam na posse das famílias de algumas destas casas, não tendo chegando ao conhecimento público. A ausência de documentação pode ainda estar relacionada com o facto de algumas encomendas terem sido realizadas sem o registo de um contrato, o que se compreende pela relação de proximidade e confiança entre encomendante e interveniente(s). Tal verificar-se-ia tanto nas principais cidades, como no interior do País.

Para a área em estudo, desenvolvemos a nossa pesquisa nos acervos dos arquivos distritais da Braga, Bragança, Guarda, Porto, Vila Real e Viseu.

<sup>147</sup> Tal acontece contrariamente ao que ocorria no caso das obras públicas, cujo processo se iniciava pela colocação de editais nas «partes públicas» da cidade e «fora della», geralmente nas principais praças ou largos, onde eram arrematadas posteriormente. Cf. Ferreira-Alves 1988, Vol.I, 291-292.

Além dos apontamentos, era comum o contrato ser acompanhado do respectivo *risco* ou *riscos* feitos pelo mestre-de-obras, documentos que no conjunto das escrituras durienses se perderam na totalidade<sup>148</sup>.

A partir dos apontamentos mencionados no contrato, o(s) artista(s) arrematante(s) via(m)-se obrigado(s) a cumprir a empreita conforme estabelecido. Em caso de necessidade, deveria sujeitar-se à vistoria a cargo de outros mestres, tendo como objectivo a verificação da conformidade da obra, isto é, se estava a ser realizada conforme os apontamentos acordados (Ferreira-Alves 1988, Vol.II, 294). Caso desvirtuasse o *risco* e o que tinha ficado estabelecido, o artista teria de demolir o que havia concretizado e fazê-lo de novo à sua custa.

No final da obra, e cumprido o contrato, por vezes, era lavrada uma escritura de quitação e desobrigação da empreitada.

Apesar dos esforços desenvolvidos revelou-se impossível encontrar todos os contratos das casas inventariadas neste trabalho, sendo, por conseguinte, difícil averiguar com solidez as suas autorias. Ainda assim, reuniu-se um fundo de documentação notarial importante, parte da qual inédita<sup>149</sup>, articulando-se os resultados da pesquisa arquivística à investigação já disseminada por um conjunto de historiadores. No que diz respeito a esta última, destacam-se os levantamentos de artistas e artifícios do norte do País<sup>150</sup>, especificamente das áreas de Viseu, Vila Real, Bragança e Porto. Neste sentido, refiram-se os estudos de Virgílio Correia (1923), Alexandre Alves (2001), Carla Sofia Queirós (2002; 2006) e Fátima Eusébio (2005) para a região de Viseu; de Natália M. Ferreira-Alves e Joaquim J. Ferreira Alves (1981; 1983; 1983-1984; 2000) para Vila Real; de António Júlio de Andrade (1991), Luís Alexandre Rodrigues (1997; 2008) e os nossos recentes contributos (Glória 2016, 2017, 2019) para

<sup>148</sup> Durante a pesquisa arquivística não encontrámos, infelizmente, qualquer *risco* apenso às escrituras de obras, pelo que teremos de admitir o seu extravio. Escapam-nos as razões de tal facto, por certo relacionadas com as vicissitudes da conservação destes acervos documentais.

<sup>149</sup> Veja-se Vol. I - *Anexo documental*.

<sup>150</sup> O estudo dos artistas e artífices do norte de Portugal foi o tema de um projecto de investigação coordenado por Natália Ferreira-Alves, que resultou no *Dicionário de artistas e artífices do norte de Portugal* (2008). Este “[...] teve o objetivo de fazer o levantamento exaustivo dos artistas que exerceram a sua atividade no Norte de Portugal entre os séculos XII e XX, contribuindo para uma maior sistematização da atividade artística do Norte de Portugal”, e divulgação de obras e respectivos autores. Veja-se Ferreira-Alves 2008 (Disponível in <http://www.cepesepublicacoes.pt/portal/pt/obras/dicionario-de-artistas-e-artifcies-do-norte-de-portugal>, consultado a 3 de Junho de 2017).

Bragança; e, por último, para o Porto, mencione-se ainda os historiadores Natália e Jaime Ferreira-Alves (1987 a 1989).

Os levantamentos feitos por estes investigadores permitiram não só identificar os nomes de alguns dos autores das casas em estudo, como também revelaram a existência de um elevado número de artistas e artífices, cuja actividade profissional não se restringe à arquitectura civil, mas à arte religiosa, que ocupa a maior parte do tempo. Participando na edificação de igrejas, capelas públicas e particulares, conventos e mosteiros, desenvolviam igualmente trabalhos mais específicos, tais como obras de talha, pintura, douramento, entre outros<sup>151</sup>. Refira-se que por estes levantamentos é possível obter dados sobre a circulação dos artistas<sup>152</sup>, não só de artistas locais movendo-se entre concelhos, mas também de artistas de outras províncias do País e dos oriundos do estrangeiro<sup>153</sup>. Este movimento levou à instalação de oficinas junto das principais cidades e vilas, como consequência das grandes campanhas de obras a cargo das dioceses, de que são exemplo as ocorridas em Lamego, Viseu, Guarda e Vila Real.

A identificação de diversos artistas na área geográfica da Região Demarcada do Douro, por parte dos autores mencionados, permite-nos ainda supor que parte deles possa eventualmente ter trabalhado em algumas das casas por nós inventariadas. Dado que um certo número deles trabalhava nas proximidades, em igrejas matrizes, capelas, pontes, entre outras obras, podiam facilmente deslocar-se e arrematarem novas obras. Por outro lado, vincamos que alguns dos mestres não se restringiam à sua especialidade participando em diferentes empreitadas. Disso são exemplo determinados arquitectos, pedreiros e canteiros que adiante mencionaremos.

Mesmo assim, teremos de considerar escasso o volume da documentação reunida e que impede de retirar do anonimato boa parte destes mestres<sup>154</sup>. Recordamos

---

<sup>151</sup> Nas publicações citadas anteriormente é ainda possível averiguar outros artistas e artífices ligados a outras actividades profissionais. Referimo-nos à arte da talha, carpintaria, escultura, pintura, ourivesaria, siderurgia, entre outras.

<sup>152</sup> “A mobilidade é sempre «um facto por demais evidente para que possamos ignorá-lo». Este fenómeno que Jacques Salbert denominou por «nomadismo» em relação aos entalhadores estendeu-se a todos os ofícios.” (Ferreira-Alves 1988, Vol.I, 295).

<sup>153</sup> Como sabemos ser o caso de muitos artistas que vinham da região do Entre-Douro e Minho (Glória 2017) e do país vizinho, Espanha (Glória 2019a).

<sup>154</sup> Além de outros documentos que atestem sobre a sua vida pessoal e actividade profissional.

que o número de escrituras encontradas é diminuto, não abrangendo a totalidade das casas.

### 3.2.1. Arquitectos, pedreiros e canteiros

Nas etapas inerentes à construção de um edifício – e que interessam à arquitectura –, deve-se destacar o papel do riscador, do arquitecto, do canteiro e do pedreiro<sup>155</sup>. Além destes, outros eram chamados a colaborar, tais como os escultores, os carpinteiros, os entalhadores, os serralheiros e os latoeiros.

Como se frisou, não obstante a escassez documental, foi possível reunir e identificar um número considerável de artistas relacionados com as casas inventariadas, apesar de faltarem alguns dados biográficos, conhecimentos sobre a sua formação técnica e as suas condições sociais e económicas, bem como sobre os locais por onde circularam profissionalmente. Ainda assim, o *corpus* de artistas e artífices que abaixo apresentamos permite tirar algumas conclusões, numa cronologia que abarca toda a centúria da presente investigação, indo de 1683 a 1801.

#### ***JOÃO CARDOSO e FRANCISCO LOURENÇO – Casas de Miguel Álvaro Pinto da Fonseca, Lamego (LMG; 1683)***<sup>156</sup>

João Cardoso e Francisco Lourenço foram mestres de cantaria, o primeiro residente no lugar de Nazes (Lamego) e, o segundo, residente e natural da cidade de Lamego (Alves 2001, Vol.I, 159; Vol.II, 123).

Desconhece-se, grosso modo, o percurso de vida de ambos, embora existam alguns dados sobre a actividade profissional de João Cardoso (Alves 2001, Vol.I, 159). Em 1680, foi contratado para elevar as paredes da Igreja da Misericórdia de Lamego e, mais tarde, em 1683, para executar a obra de frontaria das casas de Miguel Álvaro Pinto

<sup>155</sup> Sobre o estatuto socio-profissional destes artistas, veja-se o caso lamecense, abrangente à geografia em estudo em Borges 2018, Vol.I, 83-89.

<sup>156</sup> Não dispomos de dados relativos à existência e localização desta casa.



da Fonseca<sup>157</sup> situadas na mesma região (Alves 2001, Vol.I, 159-161). Foi no exercício desta última função que o seu percurso se cruzou com o de Francisco Lourenço, com quem desenvolveu este trabalho (Alves 2001, Vol.II, 123). O contrato notarial<sup>158</sup> de tal empreitada determinava algumas especificidades arquitectónicas, designadamente:

“[...] frontaria das suas casas em que vive, nesta cidade, para a parte da rua, toda de alto a baixo, na forma da traça que da dita obra tinha, com seis janelas de sacada, ressaltadas por fora e por dentro, da melhor pedra que tem; este monte, com três frestas de cinco palmos de largo feitas na forma das portas, com mais uma porta na dita frontaria, na forma da dita traça, essa alteada na forma das janelas, digo (sic), ressaltada por fora e revestida por cima com seu colarinho e Armas, por conta dele dito Miguel Álvaro enquanto ao abrir das Armas e trazer [a pedra] do monte, com declaração que se levantará o cunhal, e perto da obra pela parte de cima um palmo e meio fará o que demanda a traça, com o colarinho que nela está feito, que nela entrará o palmo e meio, e que eles se aproveitarão de toda a pedra da frontaria que está feita das ditas casas, exceto da ametade das cornijas, que essa será para ele dito Miguel Álvaro para outra obra que queria fazer; a qual obra será muito bem feita, escoada, todas as janelas de pedra nova e o mais que for necessário [...]” (Alves 2001, Vol.I, 160-161).

Para além destas especificidades, é possível apurar que pela conclusão do trabalho ambos os mestres receberam “duzentos e cinquenta mil réis” (Vol. I - Anexo documental, doc.1.). Não é explícito, contudo, o tempo de duração da obra.

***ANTÓNIO DE BASTOS, BENTO DE CASTRO, MANUEL CARDOSO e MANUEL ROIZ – Casa da Viscondessa de Guiães ou dos Silveiras, Lamego (LMG; 1701)***<sup>159</sup>

António de Bastos, Bento de Castro, Manuel Cardoso e Manuel Roiz foram mestres pedreiros, residentes em Lamego, respectivamente, na rua de São Lázaro, na rua da Pereira, na rua da Torta e no lugar de Cepões, termo da mesma cidade (Alves

<sup>157</sup> Sobre este encomendante refere Inês Borges (2018, Vol.I, 91): «Este encomendador era filho de Bernardo da Silveira Pinto, e recebeu por alvará, o foro de “Moço Fidalgo”, em 20 de dezembro de 1741. Também por alvará recebeu o foro de “Fidalgo Escudeiro”, em 8 de janeiro de 1742.»

<sup>158</sup> “Escritura de contrato e composição e obrigação que fizeram Miguel Álvares Pinto da Fonseca com João Cardoso, de Nazes, e Francisco Lourenço”, 20 de Abril de 1683. ADVIS, Cartório Notarial de Lamego, 1.º Ofício, Lv.89/9, fls.66-67. Transcrito parcialmente por Alves (2001, Vol.I, 160-161). *Vide* Vol. I - Anexo documental, doc. 1.

<sup>159</sup> Sobre a Casa das Viscondessa de Guiães consulte-se o Vol. II - Fichas de inventário, parte I. Refira-se que a análise aí apresentada se cingiu ao exterior da casa, já que não houve possibilidade de visitar o seu interior. Ainda assim, é visível que sofreu diversas obras e transformações fruto da adaptação aos novos usos a que hoje se encontra afecta - no primeiro piso encontra-se instalada uma unidade residencial e, no piso térreo, diversas lojas comerciais.

2001, Vol.I, 131-133; 179; 165). Todos eles desenvolveram actividade em Lamego, embora se possua poucas informações.

Em 1701, os três mestres – Bento de Castro, Manuel Cardoso e Manuel Roiz –, foram contratados<sup>160</sup> por José Teixeira de Macedo<sup>161</sup> para «“[...] lhe fazerem umas casas defronte da Sé desta cidade, na forma da planta assinada por António Bastos” (Fig. 46), pelo preço, além do mais, de Quarenta mil réis em cada mês.» (Alves 2001, Vol.I, 165). A obra deveria ser executada de acordo com o risco da planta de arquitectura da autoria do referido António de Bastos, estipulando-se que o pagamento se realizaria em lanços mensais, sem especificar o tempo e término da empreitada (Vol. I - Anexo documental, doc.2).

Acreditamos que António de Bastos foi ainda o autor de outros riscos de plantas de mais casas e solares da área de Lamego. Segundo Virgílio Correia (1923, 7), era “pedreiro e arquitecto” e um “[...] artista de certa nomeada nos fins do século XVII e XVIII, a quem Lamego deve a traça e obra de alguns dos seus velhos palácios”, embora não haja prova documental que sustente tal suposição.

A par da obra mencionada, sabe-se ainda que, em 1702, arrematou juntamente com Manuel Pais, mestre pedreiro, uma obra de pedraria “*da cozinha para diante*” no Mosteiro de Santo António de Ferreirim (Alves 2001, Vol.I, 131).

Sobre os restantes pedreiros, os historiadores Alexandre Alves e Virgílio Correia nada acrescentam no decorrer dos seus estudos sobre os mestres lamecenses.

<sup>160</sup> “Escritura de contrato que fez José Teixeira de Macedo [...]” 8 de Maio de 1701. ADVIS, Cartório Notarial de Lamego, 1.º Ofício, Lv.517/89, fls.15v-16 v. Documento transcrito por Correia (1923, 11-13) e Borges (2018 Vol.I, 90-91). Vide Vol. I - Anexo documental, doc.2.

<sup>161</sup> Segundo Inês Borges (2018, Vol.I, 89): “Este encomendador era filho de Simão Francisco Brochado. Foi-lhe atribuído através de uma carta, a profissão do “Hábito de Cristo”, em 3 de dezembro de 1697. Recebeu “Carta de Padrão”, com uma “Tença de 6\$000 rs e Hábito”, em 12 de fevereiro de 1701. Apresentou diligência de habilitação para o Tribunal do Santo Ofício. Este encomendador, José Teixeira de Macedo foi avô de Manuel Carlos Teixeira Pimentel de Carvalho, senhor do morgado de Guiães e por essa linha genealógica, antecessor de José Taveira Pimentel de Carvalho e Menezes, nascido a 6 de setembro de 1778 em Lamego e falecido a 16 de dezembro de 1886 no Porto, 1º Visconde de Guiães, Fidalgo Cavaleiro da Casa Real, Cavaleiro da Ordem de Cristo, Coronel das Milícias de Lamego. Esta designação de Guiães veio a dar o nome pela qual a casa é designada ainda na atualidade.”



FIG. 46 - CASA DA VISCONDESSA DE GUIÃES, OU DOS SILVEIRAS, LAMEGO (LMG).

(A) FACHADA PRINCIPAL; (B) PEDRA-DE-ARMAS.

(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, JUNHO DE 2013).

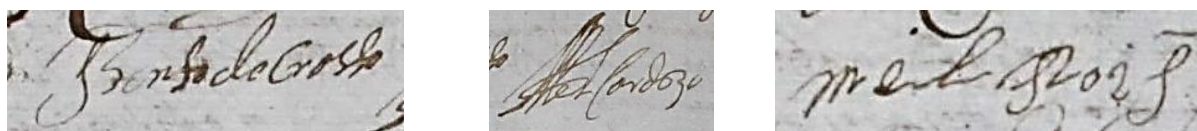


FIG. 47 - (A) "BENTO DE CASTRO"; (B) "MANUEL CARDOSO"; (C) "MANUEL ROIZ".

(ASSINATURAS).

(FONTE: "ESCRITURA DE CONTRATO QUE FEZ JOSÉ TEIXEIRA DE MACEDO [...]." 8 DE MAIO DE 1701. ADVIS, CARTÓRIO NOTARIAL DE LAMEGO, 1.º OFÍCIO, LV.517/89, FL.16v.)

### **ANTÓNIO FERREIRA DA SILVA – Casa de Francisco Vaz Pinto, Lamego (LMG; 1717)<sup>162</sup>**

António Ferreira da Silva, mestre pedreiro, morador em Santo Aleixo da Várzea, freguesia de Recião, termo de Lamego, tomou a seu cargo diversas obras naquela cidade, com características que vão desde a arquitectura religiosa à arquitectura civil (Alves 2001, Vol. III, 159-165). Neste âmbito, são da sua autoria os seguintes trabalhos: demolir e fazer de novo o mirante do Convento das Chagas, em Lamego (15 de Março de 1708); uma varanda de cantaria sobre o pátio da Santa Casa da Misericórdia de Lamego (15 de Dezembro de 1708); o frontispício da Igreja e a Portaria do Convento de Santo António de Ferreirim, em sociedade com Simão Gonçalves (22 de Abril de 1710); o levantamento das paredes do corpo da Igreja e ladrilho da Casa do Capítulo Velho do mesmo convento (20 de Março de 1714); a Igreja Paroquial do lugar de Figueira, termo de Lamego, juntamente com Manuel Afonso (15 de Março de 1716); a edificação do

<sup>162</sup> Não dispomos de dados relativos à existência e localização desta casa.

frontispício e outras obras da residência de Francisco Vaz Pinto, fidalgo da Casa Real, em Lamego (9 de Outubro de 1717); e, por fim, a casa do repeso e talho do açougue, na mesma cidade (20 de Agosto de 1719) (Alves 2001, Vol. III, 159-165). Desta forma verificamos que, certamente, a reputação alcançada por Ferreira da Silva terá justificado a sua nomeação e preferência por diferentes clientes, tendo-lhe sido adjudicadas diversas obras na cidade de Lamego e seus arredores, tal como acabámos de demonstrar.

No contexto desta investigação destaca-se a obra da Casa de Francisco Vaz Pinto, na rua da Corredoura, em Lamego<sup>163</sup>. A sua escritura de contrato<sup>164</sup> especifica alguns dos apontamentos e características, a saber que “[...] o frontispicio de pedra fina que se não diferencie daquela que tem [...]”, devendo ficar “[...] como a melhor cantaria que esta terra tem”, além de que os cunhais deveriam ser lavrados como os da capela-mor da Sé (Vol. I - Anexo documental, doc.3). É ainda de realçar neste contrato a indicação da colocação da pedra-de-armas<sup>165</sup>, além de outros elementos já habituais, entre eles o valor da empreitada, “[...] Cem mil réis para o dito Mestre [...] mais 80.000 réis” não sendo, contudo, especificada a duração e/ou o prazo de término da obra (Vol. I - Anexo documental, doc.3).

Estas especificidades evidenciam a importância que as obras particulares assumem para o encomendante e demonstram que estes eram figuras influentes no processo construtivo.

---

<sup>163</sup> Hoje Rua Cardoso Avelino, com início na Rua da Carquejeira e a fonte do mesmo nome na reentrância. Ainda que se tenha identificado a localização da rua mencionada na escritura, desconhecemos ao certo a existência desta casa, que muito possivelmente foi demolida. Também a historiadora Inês Borges, que se dedicou ao estudo da casa nobre em Lamego, não lhe faz qualquer menção (Borges 2018, Vol.I, Quadro nr.8, 108, 110).

<sup>164</sup> “Escritura de contrato de obra que faz Francisco Vaz Pinto, da rua da Corredoura, desta cidade, com António Ferreira da Silva, de Santo Aleixo, termo desta cidade de Lamego”, 9 de Outubro de 1717. ADVIS, Cartório Notarial de Lamego, Lv.416/3, fls.52v.-54. Escritura transcrita parcialmente por Alves (2001, Vol. III, 163-164). Vide Vol. I - Anexo documental, doc.3.

<sup>165</sup> “[...] a pedra de Armas lhe abrirá e alimpará o melhor que puder ser [...]” (Alves, Vol.III, 164).

**FRANCISCO DE EIRIM – Casas e lagares de José Luís do Desterro, Lamego (LMG; 1732)<sup>166</sup>**

Francisco de Eirim, mestre pedreiro, natural da Galiza, foi assistente na vila de Medelo, em Fafe (Alves 2001, Vol.I, 276; Correia 1923, 14). As suas únicas obras documentadas são as “casas e lagares e Dornas tudo de pedraria”, pertencentes a José Luís do Desterro e situadas na Rua da Corredoura, em Lamego (Alves 2001, Vol.I, 276). O contrato para a sua execução foi celebrado a 7 de Dezembro de 1732 (Alves 2001, Vol.I, 276)<sup>167</sup>.

Para além desta obra não dispomos de qualquer outra informação sobre a restante actividade profissional deste mestre pedreiro.

**MIGUEL FRANCISCO DA SILVA (?-1750) – Casa do Terreiro, Cidadelhe (MF; 1732)**

Miguel Francisco da Silva foi um multifacetado artista<sup>168</sup>. Arquitecto, autor de riscos e expoente máximo da talha joanina portuense, desenvolveu a sua actividade artística maioritariamente no Porto, passando ainda por Braga, Vila Real, entre outros locais (Ferreira-Alves in Pereira 1989, 450-451), percurso que se procurou sintetizar no **Quadro VI**.

Este artista seria, possivelmente, natural de Lisboa, uma vez que ali vivia em 1718, junto do Hospital dos Terceiros de Nossa Senhora do Monte do Carmo (Pereira 1989, 450). Também naquela cidade terá adquirido formação que o tornou num dos maiores vultos da arte a norte do País, a partir do segundo quartel do século XVIII (Pereira 1989, 450)<sup>169</sup>. Antes de rumar ao norte, trabalhou com Claude Laprade (1682-1738), no retábulo-mor da Igreja de Nossa Senhora da Pena (1715) (Ferreira-Alves 1993, 73). A partir desta data encontra-se no Porto, onde executou inúmeras obras. A partir

<sup>166</sup> Não dispomos de dados relativos à existência e localização desta casa.

<sup>167</sup> “Escritura de obrigação da obra das casas e lagares e Dornas tudo de pedraria que faz Francisco de Eirim [...]”, 7 de Dezembro de 1732. ADVIS, Cartório Notarial de Lamego, 2.º Ofício, Lv.385/76, fl.25-27.

<sup>168</sup> A respeito deste mestre consultámos: Bastos 1938, Vol. 22 (fasc.1/2, Mar./Jun): 354-365; Ferreira-Alves, Natália Marinho. 1989. “SILVA, Miguel Francisco da.” In Pereira 1989, 450-451; Ferreira-Alves 1993, 71-101; e, “SILVA (Miguel Francisco da Silva).” In Alves 2001, Vol.III, 193-194.

<sup>169</sup> “Em Lisboa fazia parte de um núcleo de artistas que assimilavam as novas tendências estéticas, inspiradas nos tratados de arquitectura [...] e nas obras de artistas estrangeiros, como Claude Laprade, João Frederico Ludovice, Carlos Gimac e Vincenzo Baccherelli, e que gerariam o famoso estilo joanino”. (Pereira 1989, 450).

de 1718, tomou a seu cargo, juntamente com o entalhador José da Costa, a execução de uma obra de talha para o Mosteiro de Nossa Senhora do Paraíso da Sede Vacante (1717-1741) (Ferreira-Alves 1993, 73).

Entre 1727 e 1729, produziu o magnífico retábulo da capela-mor da Sé do Porto<sup>170</sup>, juntamente com o entalhador português Luís Pereira da Costa, momento em que se radicou no Porto, passando a residir no Paço Episcopal e, mais tarde, na Rua do Codeçal, onde permaneceu até à data do seu falecimento (Ferreira-Alves 1993, 76).

Ainda no final da década de 1720 executou a obra de talha para o Sepulcro do Senhor Morto da Misericórdia do Porto, e na década de 1730, retomou os trabalhos de pedraria na Sé do Porto - incluindo a frontaria, as torres e pavimentos do claustro grande, entre outras (Ferreira-Alves 1993, 76).

Durante o ano de 1732 assinou diversas obras: a 16 de Fevereiro, para o Convento de Santa Clara, no Porto; a 12 de Março, a casa e capela de Manuel Gouveia Frias, em Cidadelhe (Mesão Frio)<sup>171</sup>; e a 13 de Agosto, a Capela-mor da Igreja de Aldoar, no Porto, que não chegou a concretizar (Ferreira-Alves 1993, 76-79, 91). Sobre a segunda obra que nos interessa em particular, a edificação da casa e capela de Manuel Frias, hoje designada por Casa do Terreiro<sup>172</sup>, Miguel Francisco da Silva foi contratado na qualidade de mestre pedreiro para construir a residência e capela (Ferreira-Alves 1993, 78-79; Vol. I - Anexo documental, doc.4) (**Fig. 48**). O mestre comprometia-se a fazer as casas na forma da planta traçada para esse fim<sup>173</sup>; demolir “*as casas velhas*” à sua custa e nas quais o encomendante vivia; fazer a alvenaria e cantaria das casas e as paredes exteriores “*assentadas em cal*”; caiar e rebocar as paredes por dentro e por fora, comprando a cal necessária; cortar toda a pedra que faltar de “*esquadria*”; abrir

<sup>170</sup> Tratando-se de um marco da maior importância arte da talha do norte de Portugal, o ter participado na sua realização reforça a influência deste mestre no círculo profissional em que se inseria, tendo oportunidade de trabalhar com outros artistas (Pereira 1989, 450). Consulte-se: Ferreira-Alves, Joaquim Jaime B. 2005. “Arquitectos/riscadores, artistas e artifícios que trabalharam na Sé do Porto nas obras promovidas pelo Cabido durante a Sede Vacante de 1717 a 1741.” In *Artistas e Artífices e sua Mobilidade no Mundo de Expressão Portuguesa* (Actas do VII Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte), Coord. Natália Ferreira-Alves, 191-220. Porto: CEPESE.

<sup>171</sup> Cf. “Obrigação que fez o mestre Miguel Francisco desta cidade a Manuel de Gouveia Frias, da freguesia de Cidadelhe”, 12 de Março de 1732. ADP, Secção Notarial, Po-9, 3.ª série, n.º29, fls.146v-148. Escritura revelada e transcrita na sua totalidade por Ferreira-Alves 1993, 97-99. Vide Vol. I - Anexo documental, doc.4.

<sup>172</sup> Sobre a Casa do Terreiro, consulte-se o Vol. II - Fichas de inventário, parte I.

<sup>173</sup> E cujo paradeiro se ignora, uma vez que não se encontrava anexa à escritura.

alicerces; emendar tudo o que faltasse na planta; e corrigir qualquer defeito que surgisse ao longo dos trabalhos (Vol. I - Anexo documental, doc.4, fls.147). Comprometia ainda os seus “*herdeiros e bens*” a arranjar um mestre da sua craveira para prosseguir a obra, em caso do seu falecimento (Vol. I - Anexo documental, doc.4, fl.148), aspecto que para além da precisão dos apontamentos, leva a crer estar-se perante um projecto de grande envergadura no contexto de Cidadelhe. Facto este, a que acresce o valor da obra, comprometendo-se o proprietário a pagar ao mestre Miguel Francisco da Silva a quantia de seis mil cruzados e duzentos mil réis (Vol. I - Anexo documental, doc.4, fl.147v-148)<sup>174</sup>.



FIG. 48 - CASA DO TERREIRO, CIDADELHE (MF).

(A) FACHADA LATERAL E PRINCIPAL.

(B) INSCRIÇÃO «1732» QUE MARCA A DATA DO INÍCIO DA OBRA (CUNHAL DIREITO).

(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, JULHO DE 2013).

De regresso ao Porto, ainda no ano de 1732, encarregou-se de outras obras, entre quais se contam o madeiramento da capela-mor da Igreja dos Carmelitas, o retábulo e talha da sacristia da Sé do Porto e diversas intervenções no Paço Episcopal (Ferreira-Alves 1993, 79-82; 91). Além de outras obras executou outras mais em Braga e no Porto, onde inclusive riscou diversos retábulos e participou em várias vistorias<sup>175</sup> (Ferreira-Alves in Pereira 1989, 451).

<sup>174</sup> Desta quantia, a ser paga ao longo da obra, seriam descontados duzentos e noventa mil réis, para pagar ao mestre Caetano Ponto, de que se desconhece qualquer informação sobre a vida e obra.

<sup>175</sup> Em 1731, para o retábulo da capela-mor da Sé de Viseu, acompanhado por Luís Pereira da Costa, e pelo arquitecto e escultor de Coimbra, Gaspar Ferreira; em 1733, para a obra de pedraria do Convento de S. Gonçalo de Amarante; e, em 1740, para a obra da Misericórdia do Porto, juntamente com Nicolau Nasoni e outros artistas (Ferreira-Alves in Pereira 1989, 451).

Miguel Francisco da Silva faleceu em 1750, sendo sepultado na Igreja de São Francisco, no Porto, onde quinze anos depois seria sepultada a sua mulher, Antónia Maria de Jesus (Ferreira-Alves 1993, 90). Artista repartido entre a arquitectura e a talha dourada, ele é sem dúvida uma das mais importantes personalidades que se encontra no grupo de mestres e artificies agregados à acção construtora de casas particulares na Região Demarcada do Douro, e uma das mais proeminentes da esfera artística do período barroco em Portugal.

<b>QUADRO VI - Lista de obras de Miguel Francisco da Silva (séc. XVIII)</b>		
<b>Data</b>	<b>Localização</b>	<b>Obra</b>
1715	Lisboa	Igreja de Nossa Senhora da Pena
1718	Évora	Talha do cadeiral do coro de cima do Mosteiro de Nossa Senhora do Paraíso
1727	Porto	Retábulo-mor da Sé
1730-1732	Porto	Obras de pedraria na Sé
1730 - 20 de Abril	Porto	Retábulo da capela-mor da Igreja do Convento de Santa Clara
1731	Porto	Vistoria do Retábulo da capela-mor da Sé
1732 - 16 de Fevereiro	Porto	Obra de pedraria da Igreja do Convento de Santa Clara
1732 - 12 de Março	Cidadelhe, Mesão Frio	Casas e Capela de Manuel Gouveia Frias
1732 - 13 de Agosto	Aldoar, Porto	Obra de pedraria e carpintaria da capela-mor da igreja de Aldoar
1733	Amarante	Vistoria (provável) da obra de pedraria do convento de São Gonçalo de Amarante
1734 - 5 de Fevereiro e 27 de Fevereiro	Porto	Retábulo e outra talha da sacristia da Sé
1734-1737	Porto	Obras no Paço Episcopal
1739	Braga	Retábulo-mor da igreja da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco
1739	Braga	Cadeiral do coro da Sé
1740	Porto	Vistoria da obra da Misericórdia
1743 - 20 de Dezembro	Guimarães	Risco do retábulo da capela-mor da Igreja do Convento de S. Francisco
1745 - 11 de Julho	Porto	Retábulo-mor da Igreja de Santo Ildefonso

Quadro-síntese elaborado pela autora.

(Fonte: Ferreira-Alves in Pereira 1989, 450-451; Ferreira-Alves 1993, 71-101; Alves 2001, Vol.III, 193-194).





FIG. 49 - "MIGUEL FRANCISCO DA SILVA".  
(ASSINATURA).

(FONTE: "OBRIGAÇÃO QUE FEZ O MESTRE MIGUEL FRANCISCO DESTA CIDADE A MANUEL DE GOUVEIA FRIAS, DA FREGUESIA DE CIDADELHE", 12 DE MARÇO DE 1732 ADP, SECÇÃO NOTARIAL, PO-9, 3.ª SÉRIE, N.º29, FL.148.)

### **JOÃO MARTINS, JOÃO LOURENÇO – Casa de Almacave, Lamego (LMG; 1739)<sup>176</sup>**

João Martins e João Lourenço, "Mestres de arquitectura de pedraria", eram ambos naturais do Minho.

O primeiro, João Martins (?-1745) provinha do lugar de Soto, freguesia de Santiago de Cousorado, termo de Barcelos (Alves 2001, Vol.II, 189). Sobre a sua actividade profissional, sabe-se que a 2 de Março de 1744 arrematou, em sociedade com José Ribeiro Álvares, João da Costa Coelho e João Fernandes Ribeiro, a obra de pedraria da Igreja do Convento de Santa Maria de Maceira do Dão, local onde veio a falecer, no mês de Maio do ano seguinte (Alves 2001, Vol.II, 189)<sup>177</sup>.

O segundo mestre, João Lourenço, era natural do lugar de Valinho, freguesia de Corves, termo de Vila Nova de Cerveira, comarca de Viana (Alves 2001, Vol.II, 124-126). Executou várias obras em Lamego, entre 1738 e 1740, e em Viseu, em Junho de 1749 (Alves 2001, Vol.II, 124). Em Lamego construiu a Capela dos Passos da Igreja de Almacave (1738) e a Casa de Bartolomeu Pinto de Sousa, fidalgo da Casa Real, em sociedade com João Martins, anteriormente referido (1739) (Alves 2001, Vol.II, 124). Em Viseu, juntamente com António Martins recebeu metade da obra da ponte do rio Carapito, por trespasse do pedreiro Pascoal Roiz (1749) (Alves 2001, Vol.II, 124-125). O contacto com outros artistas manteve-se, tendo feito sociedade em 1740 com os mestres pedreiros António Mendes, Manuel Monteiro e o mesmo João Martins «[...]

<sup>176</sup> Sobre a Casa de Almacave, consulte-se o Vol. II - Fichas de inventário, parte I.

<sup>177</sup> "Aos 12 dias de Maio de 1745 anos, faleceu da vida presente João Martins, mestre pedreiro que andava fazendo a igreja do Convento de Maceira Dão e dizem ser natural do lugar do Souto, freguesia de Sant'ago, termo da vila de Barcelos, arcebispado de Braga. Por ele seu filho João Martins, de que fiz este termo assinei dia, mês, era ut supra. O Vigário, Manuel João da Conceição." (Alves 2001, Vol. II, 189).

comprometendo-se “a tomar em comum todas a sobras de arquitectura, pedraria ou carpintaria que a qualquer deles fosse oferecida”» (Alves 2001, Vol.II, 124).

Sobre a edificação da casa de Bartolomeu Pinto de Sousa<sup>178</sup> (**Fig. 50**), situada nas ruas de Almedina e Almacave, actualmente sede episcopal, os mestres minhotos obrigavam-se a seguir as indicações constantes na planta<sup>179</sup>, nomeadamente as alturas e medições. Ao encomendante cabia a aquisição e entrega da pedra, abertura dos alicerces, o ladrilho do pátio da *loggia* da primeira entrada das ditas casas, dos pátios do degrau da escada para diante era por conta dos mestres (Vol. I - Anexo documental, doc.5). A empreita tinha o valor de sete mil cruzados, acrescentando ainda uma pipa de vinho ou seis mil réis; e um cântaro de azeite, e dezanove mil e duzentos réis (Vol. I - Anexo documental, doc.5).

De acordo com a historiadora Inês Borges (2018, Vol.I, 66; Vol.II, 15-40), a casa de Bartolomeu Pinto de Sousa foi requalificada em 1774, por iniciativa do seu proprietário à data, Rodrigo Pinto de Sousa Maldonado<sup>180</sup>. Sobre a mesma não dispomos qualquer dado, nem sobre os artistas intervenientes, ou mesmo, as obras realizadas sobre a construção original.



FIG. 50 - CASA DE ALMACAVE, LAMEGO (LMG). FACHADA PRINCIPAL.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, JUNHO DE 2013).

<sup>178</sup> “Escritura de obrigação de obra e dos pagamentos dela que fazem Bartolomeu Pinto de Sousa [...]”, 28 de Julho de 1739. ADVIS, Cartório Notarial de Lamego, 1.º Ofício, Lv.509/72, fls.134-135. O documento foi parcialmente transcrito por Alves (2001, Vol.II, 125-126). Vide Vol. I - Anexo documental, doc.5.

<sup>179</sup> E da qual também desconhecemos o paradeiro.

<sup>180</sup> Desconhecemos por completo a escritura, documentação ou referência bibliográfica na qual a autora se apoiou para sustentar esta informação.

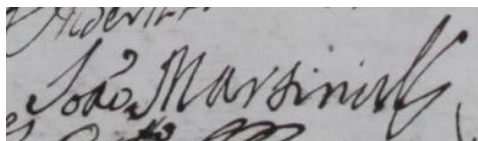
A close-up photograph of a handwritten signature in dark ink. The signature is written in a cursive, flowing style and appears to read 'João Martins'.

FIG. 51 - "JOÃO MARTINS".  
(ASSINATURA).

(FONTE: "ESCRITURA DE OBRIGAÇÃO DE OBRA E DOS PAGAMENTOS DELA QUE FAZEM BARTOLOMEU PINTO DE SOUSA [...]", 28 DE JULHO DE 1739. ADVIS, CARTÓRIO NOTARIAL DE LAMEGO, 1.º OFÍCIO, LV.509/72, FL.135.")

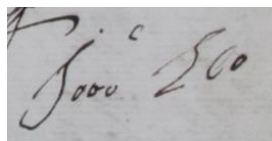
A close-up photograph of a handwritten signature in dark ink. The signature is written in a cursive, flowing style and appears to read 'João Lourenço'.

FIG. 52 - "JOÃO LOURENÇO".  
(ASSINATURA).

(FONTE: "ESCRITURA DE OBRIGAÇÃO DE OBRA E DOS PAGAMENTOS DELA QUE FAZEM BARTOLOMEU PINTO DE SOUSA [...]", 28 DE JULHO DE 1739. ADVIS, CARTÓRIO NOTARIAL DE LAMEGO, 1.º OFÍCIO, LV.509/72, FL.135.")

**AGOSTINHO RODRIGUES – Casas de Francisco José Taveira de Macedo Pimentel, Guiães (VR; 1749)<sup>181</sup>**

Agostinho Rodrigues foi mestre pedreiro, do lugar de São Miguel de Fontoura, Valença (Ferreira-Alves 1981, 11). Em 1739, Agostinho Martins passou uma procuração ao seu irmão António Rodrigues, na qual consta que à data o primeiro trabalhava nas casas de Francisco José Taveira Pimentel de Macedo, Morgado de Guiães (Ferreira-Alves 1981, 11). Supomos que esta casa corresponda à Casa dos Taveira Pimentel e Capela de Nossa Senhora do Loreto, situada em Guiães (VR), propriedade do referido Francisco José, natural de Vila Real (Fig. 53).

Sobre a actividade profissional de Agostinho Rodrigues e o processo construtivo da Casa dos Taveira Pimentel não dispomos de quaisquer informações.

---

<sup>181</sup> Sobre a Casa dos Taveira Pimentel e Capela de Nossa Senhora do Loreto, consulte-se o Vol. II - Fichas de inventário, parte I.



FIG. 53 - CASA DOS TAVEIRA PIMENTEL E CAPELA DE NOSSA SENHORA DO LORETO, GUIÃES (VR).  
FACHADA PRINCIPAL E LARGO FRONTEIRO.  
(FONTE: POSTAL ANTIGO, COLECÇÃO DA AUTORA).

**MANUEL FRANCISCO – Casas de João Pinto da Fonseca, Vila Real (VRL; 1751)**<sup>182</sup>

Manuel Francisco, natural de vila de Arrifana de Sousa (Penafiel), foi pedreiro tendo realizado actividade em Vila Real (Vol. I - Anexo documental, doc.6). Em 1751, assinou uma escritura de obrigação para o acréscimo de duas casas pertencentes a João Pinto da Fonseca<sup>183</sup>. Localizavam-se na rua da Piedade, actual rua Camilo Castelo Branco, em Vila Real e à data já se encontravam em construção (Vol. I - Anexo documental, doc.6, fl.149v). Sabe-se que teriam o preço de cento e vinte e um mil e duzentos réis (Vol. I - Anexo documental, doc.6, fl.149v).

A par desta obra, Manuel Francisco participou na construção da cadeia do Lordelo, em Vila Real, juntamente com outro mestre pedreiro, Matias Lourenço de Matos, que faremos menção a seguir (Ferreira-Alves 1981, 8).

<sup>182</sup> Desconhecemos a localização correcta desta casa, não correspondendo sequer a uma das duas identificadas e localizadas na Rua de Camilo Castelo Branco, a Casa dos Brocas, ou mesmo, a Casa da Porta da Vila uma vez que pertencem a outras famílias. Consulte-se o Vol. II - Fichas de inventário, parte I.

<sup>183</sup> “Obrigação que faz Manuel Francisco Mestre Pedreiro assistente nesta Vila Real a João Pinto da Fonseca [...]”, 13 de Janeiro de 1751. ADVRL, Cartório Notarial de Vila Real, 8.º Ofício, Lv.47, fls.149-150v. Vide Vol. I - Anexo documental, doc.6 (documento inédito).

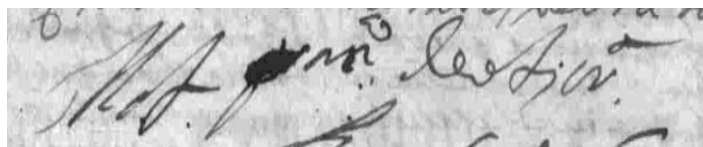


FIG. 54 - "MANUEL FRANCISCO".

(ASSINATURA).

(FONTE: "OBRIGAÇÃO QUE FAZ MANUEL FRANCISCO MESTRE PEDREIRO ASSISTENTE NESTA VILA REAL A JOÃO PINTO DA FONSECA [...]", 13 DE JANEIRO DE 1751. ADVRL, CARTÓRIO NOTARIAL DE VILA REAL, 8.º OFÍCIO, LV.47, FL.150v).

**MATIAS LOURENÇO DE MATOS<sup>184</sup> – Casa de João Félix de Queirós de Mesquita, Sanhoane (SMP; 1760)**

Equiparável ao atrás mencionado Miguel Francisco da Silva, a figura de Matias Lourenço de Matos constitui outra referência assinalável no panorama artístico do norte do País, cuja actividade se resumiu no **Quadro VII**.

Apesar de não podermos determinar a data do seu nascimento, sabemos que era natural da Timpeira (Vila Real), e filho de Pascoal Fernandes, morador no mesmo lugar, desconhecendo-se o nome da mãe (Ferreira-Alves 1983a, 239). Em 1739 aparece casado com Maria Francisca, de quem enviuvou em 1770 (Ferreira-Alves 1983a, 239). Dos restantes familiares, Natália Ferreira-Alves (1983a, 240) identificou uma parte, membros de um grupo de mestres pedreiros que se evidenciaram em Vila Real e em outras localidades de Trás-os-Montes durante o século XVIII. Entre eles, se conta Domingos de Matos de Carvalho (tio); Francisco Correia de Matos, Jerónimo Correia de Matos e João Correia de Matos (sobrinhos), todos pedreiros; e João Lourenço de Matos (irmão), cuja actividade enquanto pedreiro acompanha muitas vezes o próprio Matias Lourenço (Ferreira-Alves 1983a, 240).

Segundo a mesma historiadora (1983a, 240), Matias Lourenço passou por Lisboa, fixando-se em Vila Real a partir de 1739, onde possuía "uma morada de cazas tilhadas e sobradas com seu quintal e videiras e arvores de fruta que tem e pessuem nesta Villa Real na rua dos Vazos que partem com o passeio de Sam Joam da Fraga [...]" (Ferreira-Alves 1983a, 240).

---

<sup>184</sup> Sobre este mestre consultámos: Ferreira-Alves 1983a, 239-258; Ferreira-Alves in Pereira 1989, 287-288.

Sobre a sua actividade artística sabe-se que se desenvolveu maioritariamente na zona de Vila Real e Santa Marta de Penaguião, arrematando obras simples e de maior vulto, sozinho ou em sociedade, associando-se a mestres de pedraria, carpintaria, imaginária, pintores, ensambladores e/ou escultores. São da sua autoria as obras da Fonte de São Francisco de Vila Real (1753); os arcos e casas do campo do Tabolado de Vila Real (1749)<sup>185</sup>; as ponte da Petisqueira (1750), Mirandela (1769) e a de Torneiros (1772); o calcetamento de algumas ruas de Vila Real (1755, 1765, 1766); os arcos e capela de Nossa Senhora do Patrocínio ou do Livramento na carreira de São Francisco de Vila Real (1759, 1760); e a residência do Abade da Cumieira (1761) (Ferreira-Alves 1983a, 241-246).

Em simultâneo, sabe-se que em 5 de Maio de 1760 foi contratado juntamente com o seu irmão João Lourenço de Matos, pedreiro, e José Teixeira Bacelar, mestre carpinteiro, para fazer um aumento na casa de João Félix de Queirós de Mesquita, em Sanhoane, designada por Casa do Pinheiro<sup>186</sup> (**Fig. 55**). Esta obra contemplava a pedraria e carpintaria especificados do seguinte modo:

“[...] duas sallas, a preñçpal que fica na frontaria sera em comrrespondência da que se acha ja feita de pedraria e madeiras e forro, e portas e nesta mesma salla será o portal para a servidão da rua que he a entrada da escada, e esta tambem de pedra de Cantaria na forma da planta, comrrespondente a mais obra que se acha ja feita e asim mais outra Salla, da mesma forma menos na grandeza que ocupara todo o vam que fica livre da escada [...]” (Vol. I - Anexo documental, doc.7, fl.94)<sup>187</sup>.

O valor dos trabalhos orçava um total de duzentos e trinta moedas de ouro, devendo os mesmos estar concluídos no prazo de um ano.

<sup>185</sup> “Se exceptuarmos três pequenas noticias do Livro de Despesas da Irmandade dos Clérigos, de Vila Real, referentes a 1744-1745, temos um longo silencio sobre a actividade de Matias Lourenço de Matos, desde 1739 a 1749, ano que juntamente com o seu irmão João Lourenço de Matos e os mestres pedreiros António Luis dos Santos, de Vila Real, e João fernandes, do lugar da Timpeira, arrematou a obra dos arcos e casas da praça do Tabolado” (Ferreira-Alves 1983a, 243).

<sup>186</sup> “Escritura de obrigação e fianças que dão João Lourenço e seu irmão Matias Lourenço mestres pedreiros e José Teixeira Bacelar [...]”, 5 de Maio de 1760. ADVRL, Cartório Notarial de Vila Real, 5.º Ofício, Lv.52, fls.94-96. Escritura parcialmente transcrita por Ferreira-Alves 1983a, 252-253. *Vide* Vol. I - Anexo documental, doc.7.

<sup>187</sup> Após a celebração desta escritura, a 26 de Novembro do mesmo ano, os três mestres, Matias Lourenço, João Lourenço e José Bacelar celebram nova escritura onde dão a obra de carpintaria ao mestre Domingos Martins Pereira, do lugar de Fornelos, Santa Marta de Penaguião (Ferreira Alves 1983a, 253 – doc. 12). *Vide* Vol. I - Anexo documental, doc.8.



FIG. 55 - CASA DA QUINTA DOS PINHEIROS OU DE CASA DE JOÃO FÉLIX DE QUEIRÓS DE MESQUITA, SANHOANE (SMP).  
(A) FACHADA PRINCIPAL;  
(B) CARTELA DA FACHADA DA CAPELA ("N. S DO ROZARIO 1771").  
(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, JULHO DE 2013).

A contratação de Matias Lourenço de Matos, de seu irmão e de José Bacelar revela que o proprietário estava inteirado da competência dos principais mestres da região, desejando que a sua chamada tivesse impacto em Sanhoane. Povoação, onde, acrescente-se duas casas estavam a ser construídas neste momento nas proximidades da Casa da Quinta dos Pinheiros, a chamada Casa do Meio e a Casa Grande do Serrado<sup>188</sup>. Portanto, não terá sido por acaso a escolha de importantes artistas oriundos de Vila Real, cuja actividade e obra certamente rivalizavam com os demais presentes em Sanhoane e as casas cuja edificação estava então a decorrer.

Concluída a Casa da Quinta dos Pinheiros, em 1761, os dois irmãos Matos arremataram a obra da casa da residência do abade da Cumieira (SMP), tanto de pedraria como de carpintaria (Ferreira-Alves 1983a, 246)<sup>189</sup>.

Ficando a trabalhar na região de Santa Marta de Penaguião, em 11 de Janeiro de 1770, Matias Lourenço e João Lourenço regressam à casa de João Félix de Queirós de Mesquita, em Sanhoane (SMP), onde são novamente contratados para edificar uma capela e um "quarto mistico", isto é um espaço contíguo (anexo) (Vol. I - Anexo documental, doc.9)<sup>190</sup>. A escritura faz menção, entre outros aspectos, à existência de

<sup>188</sup> Consulte-se o Vol. II - Fichas de inventário, parte I.

<sup>189</sup> Veja-se Ferreira-Alves 1983a, doc.13, 253-254, no qual a autora transcreve parcialmente a escritura destes trabalhos.

<sup>190</sup> "Escritura de "Obrigasam e feansas que faz e da Mathias Lourenso mestre canteiro desta Villa Real e satisfasam da hobra da capella e quatro hopé [...]", 11 de Janeiro de 1770. ADVRL, Cartório Notarial de Vila Real, 1.º Ofício, Lv.63, fls.54v-56. Vide Vol. I - Anexo documental, doc.9.

duas plantas, uma da autoria do encomendante e uma outra de um mestre galego assistente em Cidadelhe (MF) (Vol. I - Anexo documental, doc.9, fl.54v). O nome deste mestre não é mencionado, sendo somente revelado numa outra escritura associada a esta mesma obra, e que oportunamente faremos menção ao tratarmos do percurso profissional do mestre galego.

De acordo com a escritura de 1770, João Félix escolheria a planta que “[...] Melhor lhe agradar escolher e bem lhe pareSer a assinar [...]” (Vol. I - Anexo documental, doc.9, fl.54v). Além deste aspecto, os apontamentos especificam que entre a casa e a capela deveria existir a distância de “de catorze ou quinze palmos”, e que ambas seriam ligadas por um corredor de acesso directo ao supracitado “quarto mistico” (Vol. I - Anexo documental, doc.9, fl.54v).

A obra seria executada pela quantia de “Seiscentos catorze mil quatrocentos Reis” (Vol. I - Anexo documental, doc.9, fl.55v).

As duas obras em Sanhoane, a de 1760 e a de 1770, nas quais Matias Lourenço interveio, ilustram a parceria e sociedade que estes mestres faziam entre si, uma vez que o mestre responsável, chamemos-lhe assim, associava sempre outros mestres a colaborarem na mesma obra. Por outro lado, e em particular nesta última obra mencionada, comprova-se de forma evidente a intervenção directa do encomendante sobre a sua encomenda, ao determinar, inclusive certas especificidades nos apontamentos do contrato, que ultrapassam a mera escolha da pedra, preço e duração de obra<sup>191</sup>.

A actividade de Matias Lourenço em Sanhoane (SMP) e Santa Marta de Penaguião (SMP) parece ter-lhe valido algum peso e reconhecimento, na medida em que foi novamente contratado para executar outra obra. Em 1777 arrematou juntamente com Jerónimo Correia de Matos, seu familiar, e José de Sousa do Peso da Régua (PR), a torre da Igreja Matriz de Sanhoane, a última obra documentada deste mestre pedreiro (Palavras 2013, 31).

---

<sup>191</sup> Veja-se o teor e as disposições da escritura citada na nota anterior.



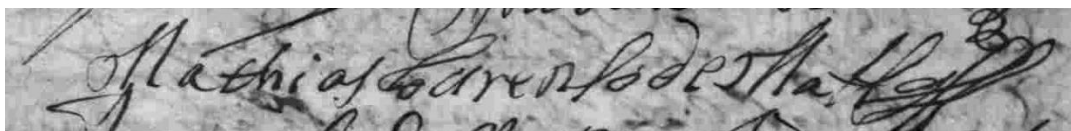


FIG. 56 - "MATIAS LOURENÇO DE MATOS".  
(ASSINATURA).

(FONTE: "ESCRITURA DE OBRIGAÇÃO E FIANÇAS QUE DÃO JOÃO LOURENÇO E SEU IRMÃO MATIAS LOURENÇO MESTRES PEDREIROS E JOSÉ TEIXEIRA BACELAR [...]", 5 DE MAIO DE 1760. ADVRL, CARTÓRIO NOTARIAL DE VILA REAL, 5.º OFÍCIO, LV.52, FL.96.)

QUADRO VII – Lista de obras de Matias Lourenço de Matos (séc. XVIII)		
Data	Localização	Obra
1739	Vila Real (VR)	Fonte de São Francisco
1749	Vila Real (VR)	Arcos e Casas da Praça do Tabulado
1750	Vila Real (VR)	Ponte da Petisqueira
1760	Sanhoane (SMP)	Casas de João Félix de Queirós
1761	Cumieira (SMP)	Casas da residência do reverendo Abade da Cumieira Manuel José Justiniano
1769	Mirandela (MDL)	Concerto da ponte de Mirandela
1770	Sanhoane (SMP)	Capela e «quarto mistico» das Casas de João Félix de Queirós
1777	Sanhoane (SMP)	Torre da Igreja Matriz de Sanhoane

Quadro-síntese elaborado pela autora.

(Fonte: Ferreira-Alves 1983a, 239-258; Ferreira-Alves in Pereira 1989, 287-288).

### **ANTONIO CASARES, ROSENDO PERES – Casa de João Félix de Queirós de Mesquita, Sanhoane (SMP) (1794)**

António Casares, mestre pedreiro, natural da Galiza, encontra-se no norte de Portugal, especificamente em Cidadelhe (SMP), a partir da década de 1770. Contudo, é em Sanhoane (SMP) que irá riscar uma das plantas para a futura capela e “quarto mistico” da casa de João Félix de Queirós, atrás mencionado. A planta do mestre António Casares foi a escolhida, segunda consta na escritura de 1794 relativa ao conserto e empreita da referida casa de João Félix, agora na posse de Manuel Teixeira de Queirós e Mesquita (Vol. I - Anexo documental, doc.20)<sup>192</sup>.

<sup>192</sup> “Escritura de conserto e empreita de obra para Manuel Teixeira de Queirós da freguesia de Sanhoane feita por Ruzende Pires, mestre pedreiro natural do Reino da Galiza”, 17 de Outubro de 1794. ADVRL, Cartório Notarial de Santa Marta de Penaguião, 3.º Ofício, Lv.130, fls.48-50v. Vide Vol. I - Anexo documental, doc.20.

Infelizmente, sobre a vida e actividade deste mestre galego pouco se conhece, assim como do segundo mestre pedreiro galego mencionado, Rosendo Peres, revestindo-se a sua estadia em Sanhoane de um carácter algo inesperado, já que nos encontramos numa área geográfica em que a presença de mestres espanhóis é escassa e raramente documentada. Podemos talvez supor que ambos teriam vindo juntos para o norte de Portugal, sendo conhecidos um do outro e muito possivelmente até teriam trabalhado em conjunto noutras obras. A presença de ambos documenta ainda a circulação de artistas oriundos do país vizinho, uma prática recorrente no período Setecentista e que se observou por todo o País<sup>193</sup>.

A escritura estipula que Rosendo Peres seria responsável pela execução da planta de António Casares, e em concreto para fazer profundas alterações na casa, designadamente no seu interior (Vol. I - Anexo documental, doc.20). No mesmo documento é ainda fixada a data de termo da obra, que deveria ser concluída até ao final de Abril de 1795. Quanto ao pagamento deveria ser efectuado do seguinte modo,

“[...] Cada Brasa de Parade a meja moeda de ouro que vem a ser dois mil e Coatro Sentos Reis, medindo o vam das ginellas e Portas porllejo a Escada da Cozinha sera Reduzida a brasas Conforme se costuma e sera paga cada huma pelo mesmo Preço de dois mil e Coatrosentos e os aliserses de toda esta obra que nam teriam menos de sinco palmos enterrados [...]” (Vol. I - Anexo documental, doc.20, fl.48v).

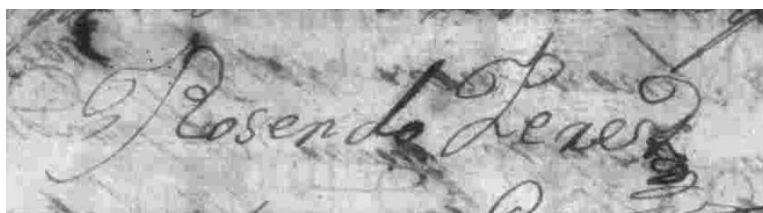


FIG. 57 - «ROSENDO PERES».

(ASSINATURA).

(FONTE: “*ESCRITURA DE CONSRTO E EMPREITA DE OBRA PARA MANUEL TEIXEIRA DE QUEIRÓS DA FREGUESIA DE SANHOANE FEITA POR RUZENDE PIRES, MESTRE PEDREIRO NATURAL DO REINO DA GALIZA*”, 17 DE OUTUBRO DE 1794. ADVRL, CARTÓRIO NOTARIAL DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO, 3.º OFÍCIO, LV.130, FL.50v.)

<sup>193</sup> A este respeito consulte-se: Borges 1986; Mourinho Júnior 1995; Ferreira-Alves 2008; Rodrigues 2008, 2009; e Glória 2019b.

***BENTO RODRIGUES – Casa de D. Maria Engrácia Caetana Pereira, Remóstias (PR) (1780) e Casa da Quinta das Cabanas, Sanhoane (SMP) (1780)***

À semelhança dos mestres já mencionados, Bento Rodrigues era também natural da Galiza (Vol. I - Anexo documental, doc.10, fl.25v). Canteiro<sup>194</sup> e assistente em São João de Lobrigos (SMP) celebrou em 1772 uma escritura de obrigação para fazer uma obra de pedraria e cantaria<sup>195</sup> para D. Maria Engrácia Caetana Pereira<sup>196</sup> (Vol. I - Anexo documental, doc.10, fl.25v).

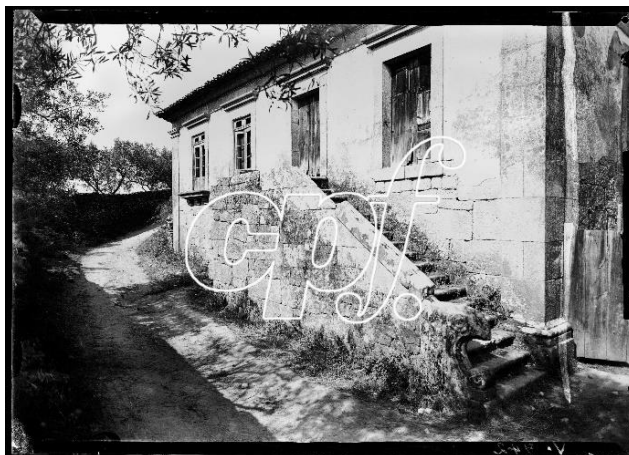
Não obstante o documento ser bastante detalhado quanto às especificidades arquitectónicas da obra a ser executar, não sinaliza a localização onde esta se iria realizar. Supomos que poderá ter sido em Santa Marta de Penaguião (SMP), localidade onde a escritura foi celebrada, como ainda na casa onde D. Maria Engrácia vivia à data, em Remóstias, segundo atesta o relatório de Luís Pinto de Sousa Coutinho sobre os accionistas da Companhia Geral das Vinhas do Alto Douro comprova (Pereira 2000, 159).

---

<sup>194</sup> No *Dicionário de artistas e artífices do norte de Portugal* (Ferreira-Alves 2008, 305) encontra-se um «Bento RODRIGUES», identificado como o responsável pela obra do pátio junto à sacristia da Confraria do Espírito Santo da Igreja Matriz de Viana do Castelo, em 1698-1699. Atendendo à cronologia desta obra e da escritura que possuímos, com a data tardia de 1772, cremos que não se trata da mesma pessoa. Paula Cardona menciona também um “Bento Rodrigues”, mestre pedreiro de Pontevedra (Galiza), autor da obra de pedraria da capela-mor e sacristia da Igreja Matriz de Britelo, em Ponte da Barca, em 1730. Já neste caso, poderá dizer respeito ao mesmo “Bento Rodrigues” de que estamos a falar (Cardona 2015, 101).

<sup>195</sup> “Escritura de obrigação que faz da obra de pedra de cantaria Bento Rodrigues do Reino da Galiza a D. Maria Engrácia Caetana Pereira de Santa Marta desta vila de Penaguião”, 23 de Julho de 1772. ADVRL, Cartório Notarial de Santa Marta de Penaguião, 3.º Ofício, Lv.109, fls.25v-27v. *Vide* Vol. I - Anexo documental, doc.10 (documento inédito).

<sup>196</sup> Em 1770 é identificada como proprietária de adegas e vinhas, e em 1784, como accionista da Companhia Geral das Vinhas do Alto Douro. D. Maria Engrácia residia no lugar de Remóstias, pertencente à data a Santa Marta de Penaguião e actualmente ao Peso da Régua (Pereira 2000, 159).



**FIG. 58 - CASA DE D. MARIA ENGRÁCIA CAETANA PEREIRA (SILHÃO - CUMIEIRA). 1940-1941. FOTOGRAFIA UTILIZADA NO LIVRO DO "AS DEMARCAÇÕES POMBALINAS NO DOURO VINHATEIRO", DE ÁLVARO MOREIRA DA FONSECA, ENGENHEIRO-AGRÔNOMO, EDITADO PELO INSTITUTO DO VINHO DO PORTO. (FONTE: CENTRO PORTUGUÊS DE FOTOGRAFIA, DEPÓSITO GERAL, ESTANTE 03, PRATELEIRA 35. CÓDIGO: PT/CPF/ALV/028677).**

Dos apontamentos da escritura salienta-se a menção repetida de como esta casa deveria incorporar determinados elementos à semelhança da casa de Álvaro de Pinto de Figueiredo de Sanhoane<sup>197</sup> – “[...] Janellas mais portas serão todas apilarados por fora e por dentro e a largura dos apilarados sera como sam os de Alvaro pinto de Figueiredo”, “[...] as janelas de Sima e portais interiores todas terem de ditto doze plamos de largo Seis altura mais meio palmo que as de Alvaro pinto não menor de outo palmos” e “[...] a cornija sera pelo feitio da melhor das Cazas de Aluaro pinto de Sanhoane” (Vol. I - Anexo documental, doc.10, fl.25-26v).

Bento Rodrigues era um mestre pedreiro seguramente conhecido de outros artistas e artifícios da região duriense, pois encontramo-lo em 1775, já em Vila Real, como fiador do mestre carpinteiro António Francisco da Silva<sup>198</sup>.

Mais tarde, em 1780, vamos encontrá-lo em Sanhoane (SMP), onde foi contratado<sup>199</sup> pelo Reverendo José Ignácio de Queirós, morador na Quinta das

<sup>197</sup> Admitimos que a Casa de Álvaro de Pinto de Figueiredo, em Sanhoane, corresponda à Casa do Serrado pertença dos Pinto de Figueiredo.

<sup>198</sup> Cf. “Obrigação que faz António Francisco da Silva viúvo mestre carpinteiro desta Vila Real a Colegiada de Senhora Santa Ana desta mesma vila”, 30 de Março de 1775. ADVRL, Cartório Notarial de Vila Real, 7.º Ofício, Lv.32, fls.10-12.

<sup>199</sup> “Escritura de ajuste de obra de cantaria que faz Bento Rodrigues Mestre Pedreiro assistente em São Miguel ao Reverendo José Ignácio abade da quinta das Cabanas ...”, 22 de Dezembro de 1780. ADVRL, Cartório Notarial de Santa Marta de Penaguião, 5.º Ofício, Lv.66, fls.40v-42v. Esta escritura foi transcrita por Palavras (2011, Vol.V, 64-67). Vide Vol. I - Anexo documental, doc.11.

Cabanas<sup>200</sup>, e por seu irmão, o Padre Manoel Luís Queirós, para lhe fazer a obra das casas por baixo da Capela de Santo António, em Sanhoane (Vol. I - Anexo documental, doc.11, fl.41). Embora a localização específica da casa não seja mencionada, e ainda que sem dados suficientes que sustentem a hipótese, podemos supor que se tratava eventualmente da designada Casa do Meio (**Fig.59**), cuja capela, ainda que votiva a Santo Ovídio, encerra um altar dedicado a Santo António (Almeida 2010, 167)<sup>201</sup>.

A par desta referência, a escritura é bastante descritiva quanto aos apontamentos arquitectónicos, tomando como modelo a casa de Álvaro de Pinto de Figueiredo de Sanhoane – “[...] Mais um cunhal de quarenta palmos de Alto e tres e meio de Bayxo para cada huma das Bandas com seu soco e uaza como no risco se mostra redondo com seu abaquilhado como os da capella do pinheiro de [...] de Alvaro Pinto [...]” e “[...] mais se obriga a fazer sento e sincoenta palmos de curnije e Meio de Alto com a Muldura das casas de Aluaro pinto que não terem menos de dois palmos e meio de leito liure dos seus agoamentos” (Vol. I - Anexo documental, doc.11, fl.41-41v).

A construção deveria estar concluída no início de Outubro no ano de 1781, sendo o respectivo pagamento retribuído pelas diferentes fases da obra.

---

<sup>200</sup> Descrito por Pereira como “[...] padre, introdutor de vinho de ramo no distrito de embarque.” Cf. Pereira, Gaspar Martins. 2000. “A Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro em 1784, segundo um relatório de Luís Pinto de Sousa Coutinho. II.” *Douro – Estudos & Documentos* V (9): 159.

<sup>201</sup> Outra possibilidade seria mesmo a Casa da Quinta das Cabanas, no lugar de Cabanas, nas proximidades de Sanhoane, pertencente também aos Pinto de Queirós, e onde ambos, o Reverendo e seu irmão viviam. Todavia, esta casa possui uma capela votiva a Nossa Senhora de Copacabana e não Santo António (Almeida 2010, 167).

Segundo Correia de Azevedo (1974, 216), “[...] a família Pinto de Queirós emparceirava com as mais abastadas do concelho, prova-o a existência da Casa do Meio, com o seu ar de grande moradia, a sua ligação com outras ilustres da região e a existência da Casa das Cabanas, nesta mesma freguesia, com origem, também, nos Pintos Queirós.”



FIG. 59 - CASA DO MEIO, SANHOANE (SMP).  
FACHADA PRINCIPAL E LATERAL ESQUERDA.  
(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, JUNHO DE 2013).

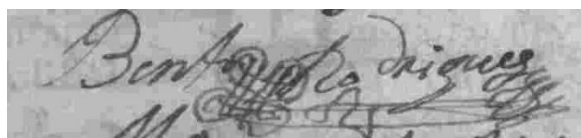


FIG. 60 - "BENTO RODRIGUES".  
(ASSINATURA).

(FONTE: "ESCRITURA DE OBRIGAÇÃO QUE FAZ DA OBRA DE PEDRA DE CANTARIA BENTO RODRIGUES DO REINO DA GALIZA A D. MARIA ENGRÁCIA CAETANA PEREIRA DE SANTA MARTA DESTA VILA DE PENAGUIÃO", 23 DE JULHO DE 1772. ADVRL, CARTÓRIO NOTARIAL DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO, 3.º OFÍCIO, LV.109, FL.27v.)

**FRANCISCO CORREIA DE MATOS – Casas do Capitão José Dias Mourão, Vila Real (VR; 1786)**

Francisco Correia de Matos, "mestre de arquitectura", do lugar de Mateus, arredores de Vila Real, encontra-se associado a obras de natureza diversa, desde religiosas a civis, como às de grande vulto e de menores dimensões<sup>202</sup> (*Quadro VIII*). Francisco Correia de Matos insere-se numa família de mestres pedreiros que se destacaram no século XVIII, em Vila Real e no Porto (Ferreira-Alves in Pereira 1989, 287<sup>203</sup>). Dos diversos membros já se fez menção aos seus irmãos Matias Lourenço de

<sup>202</sup> Sobre Francisco Correia de Matos consultou-se: Ferreira-Alves 2008, 213; Ferreira-Alves 1987, 15-16; e Ferreira-Alves 1983-1984, 173-174.

<sup>203</sup> Veja-se Ferreira-Alves in Pereira 1989, 287-288.

Matos e João Lourenço de Matos, além do referido Francisco e Jerónimo Correia de Matos.

Da mesma maneira que a de outros mestres, a obra de Francisco Correia de Matos encontra-se bastante documentada, sabendo-se que é da sua autoria a capela-mor da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, em Vila Real (1783) (Ferreira-Alves 1983-1984, 173); o risco da capela-mor da Igreja Matriz de Passos (PR; 1784) (Ferreira-Alves 1983-1984, 178; 2008, 213); e a torre da Igreja Matriz de Sever (SMP; 1785) (Palavras 2013, 21). Além destas, acrescente-se a construção das Casas do Capitão José Dias Mourão, na Rua da Cadeia<sup>204</sup>, em Vila Real, no ano de 1786<sup>205</sup>, que muito possivelmente corresponderá à sua última intervenção. De acordo com a escritura, Correia de Matos havia sido contratado para realizar os trabalhos de pedraria de “humas Cazas na Rua da Cadeya com frente para o Tabolado adonde o mesmo tem hums pardieiros”, na forma dos apontamentos que havia recebido (Vol. I - Anexo documental, doc.12, fl.171).

A obra deveria ser concluída no prazo de um ano e pelo preço de um conto de réis (Vol. I - Anexo documental, doc.12, fl.171).

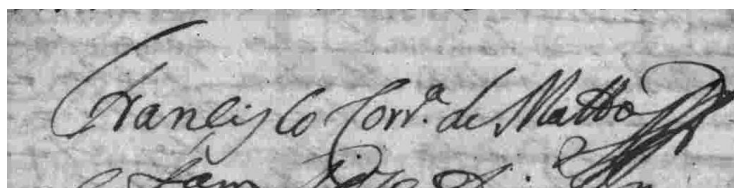


FIG. 61 - "FRANCISCO CORR.ª DE MATTOS"  
(ASSINATURA).

(FONTE: "ESCRITURA DE AJUSTE DA OBRA DAS CASAS DO CAPITÃO JOSÉ DIAS MOURÃO QUE FAS ESTE COM O MESTRE FRANCISCO CORREIA DE MATOS DO LUGAR DE MATEUS NA FORMA ABAIXO DECLARADA", 28 DE OUTUBRO DE 1786. ADVRL, CARTÓRIO NOTARIAL DE VILA REAL, 5.º OFÍCIO, LV.58, FL.171V.).

<sup>204</sup> "Em 1917, com o desaparecimento da designação de Rua da Cadeia, a sua parte restante, entre a Casa dos Borges e a Travessa da Portela, ganha igualmente o nome de Camilo Castelo Branco, que ainda hoje se mantém." In Neves, Elísio Amaral. 2008. "Camilo e a Taça." In *Vila Real História ao Café*, coord. Elísio Amaral Neves; A. M. Pires Cabral. Vila Real: Grémio Literário Vila-Realense. [http://www.cm-vilareal.pt/gremio/images/publicacoes/historia\\_ao\\_cafe.pdf](http://www.cm-vilareal.pt/gremio/images/publicacoes/historia_ao_cafe.pdf)

Infelizmente, não se conseguiu identificar esta casa na referida localização. Todavia, sabe-se que na mesma rua se encontra a Casa dos Brocas e a Casa da Porta da Vila (consulte-se o Vol. II - Fichas de inventário, parte I) associadas a outras famílias, que não à do Capitão José Dias Mourão.

<sup>205</sup> "Escritura de ajuste da obra das Casas do capitão José Dias Mourão que fas este com o mestre Francisco Correia de Matos do lugar de Mateus na forma abaixo declarada", 28 de Outubro de 1786. ADVRL, Cartório Notarial de Vila Real, 5.º Ofício, Lv.58, fls.171-171v. Vide Vol. I – Anexo documental, doc.12 (documento inédito).

QUADRO VIII – Lista de obras de Francisco Lourenço de Matos (séc. XVIII)		
Data	Localização	Obra
1774	Alijó (ALJ)	Igreja do Santuário do Senhor de Perafita
1783	Vila Real (VRL)	Capela-mor da Igreja de Nossa Senhora do Carmo
1784	Passos (PR)	Risco da capela-mor da Igreja Matriz de Passos
1785	Sever (SMP)	Torre da Igreja Matriz de Sever
1786	Vila Real (VRL)	Casas do Capitão José Dias Mourão

Quadro-síntese elaborado pela autora.

(Fonte: Ferreira-Alves 2008, 213; Ferreira-Alves 1987, 15-16; e Ferreira-Alves 1983-1984, 173-174).

***BENTO JOSÉ CARDOSO – Casas de João de Queiroz Cerqueira Azevedo e Vasconcelos, Mesão Frio (MF; 1790)***

Bento José Cardoso, mestre pedreiro, era oriundo do lugar da Fonte, freguesia de São Martinho de Mouros (Resende) (Vol. I - Anexo documental, doc.13, fl.1). A 27 de Agosto de 1790, encontra-se em Mesão Frio para ajustar a edificação e “fazer huas cazas novas no mesmo citio, onde estas actuaes” pertencentes a João de Queirós Cerqueira Azevedo e Vasconcelos, Correio-Mor de Mesão Frio (Vol. I - Anexo documental, doc.13, fl.1v)<sup>206</sup>. Na escritura são enunciados os diversos apontamentos, entre eles, que as casas existentes serão demolidas e a pedra daí proveniente quebrada e reaproveitada pelo mestre (Vol. I - Anexo documental, doc.13, fl.1). Além deste apontamento são ainda indicadas outras especificidades que se prendem com a obra arquitectónica propriamente dita. Um dado curioso, até agora ausente na maioria dos documentos notariais já citados, é a referência ao autor do risco da planta, “o Architecto Cunha” (Vol. I - Anexo documental, doc.13, fl.1v). É também de ressaltar que é a primeira vez que nos surge o termo “arquitecto”<sup>207</sup>, designação até agora omitida na documentação

<sup>206</sup> “Escritura de ajuste de obra que faz Bento José Cardoso mestre pedreiro do da freguesia e concelho de São Martinho de Mouros com João de Queirós Cerqueira Azevedo e Vasconcelos desta vila”, 27 de Agosto de 1790. ADVRL, Cartório Notarial de Mesão Frio, 3.º Ofício, Lv.48, fls.1-3. Vide Vol. I - Anexo documental, doc.13 (documento inédito).

A 18 de Agosto de 1790, já havia sido feita uma escritura de ajuste de obra com os mesmos intervenientes, mas que não teve efeito. Consulte-se: “Escritura de ajuste de obra que faz Bento José Cardoso Mestre Pedreiro do lugar da Fonte freguesia e Concelho de São Martinho de Mouros, com João de Queirós Cerqueira Azevedo e Vasconcelos desta vila”, 18 de Agosto de 1790. ADVRL, Cartório Notarial de Mesão Frio, 3.º Ofício, Lv.47, fls.93-94.

<sup>207</sup> A titulação de arquitecto, que Bluteau define como o que dá e executa “o rascunho de hum edificio”, mas que também é “o mestre das obras, & o que sabe, & poem em execução a arte de edificar” (Bluteau 1712, Vol. I, p. 476), conheceu em Portugal uma afirmação tardia, progressivamente imposta no declinar do século XVI, como explica Miguel Soromenho, graças à instituição do ensino da arquitectura e ao reconhecimento dos arquitectos como funcionários da Coroa. Daí a sua frequência irregular na



produzida no contexto geográfico em apreço. Não obstante a especificidade de pormenores que o documento apresenta esta escritura ficou sem efeito. Foi substituída por uma outra, celebrada em 1791, que passava a admitir outros mestres, José António Teixeira, mestre pedreiro, do lugar do Assento, Santa Maria de Antime (concelho de Montelongo, Fafe) e Luís Manoel Peixoto, mestre carpinteiro de Amarante (Vol. I - Anexo documental, 14, fl.81)<sup>208</sup>. Todos eles estavam justos e contratados com o já mencionado João de Queirós Cerqueira de:

“[...] fazerem huas cazas novas no mesmo citio, onde estas existem, e com seu acresceto para a parte do sul, e na forma do risco e planta, que por todos se acha aSignado, e fez, o Arquitecto Cunha, tanto de paredes, como de Carpintaria, cal e telladas, e compectamente acabadas de tudo o necessário, e até mesmo de todas as ferragens, de forma, que as hao de dar currentes a entregar as chaves na mao, tudo pella quantia certa, e sabida de outo mil cruzados, e cem mil reis e feita dentro do tempo de quatro annos” (Vol. I - Anexo documental, doc.14, fl.81v).

Sobre o percurso profissional de Bento José Cardoso e dos restantes mestres ali citados, pouco se sabe, a não ser os dados já mencionados e que constam da escritura.



FIG. 62 - “BENTO JOSÉ CARDOSO”.  
(ASSINATURA).

(FONTE: “ESCRITURA DE AJUSTE DE OBRA QUE FAZ BENTO JOSÉ CARDOSO MESTRE PEDREIRO DO DA FREGUESIA E CONCELHO DE SÃO MARTINHO DE MOUROS COM JOÃO DE QUEIRÓS CERQUEIRA AZEVEDO E VASCONCELOS DESTA VILA”, 27 DE AGOSTO DE 1790. ADVRL, CARTÓRIO NOTARIAL DE MESÃO FRIO, 3.º OFÍCIO, LV.48, FL.3).

documentação de uma área regional como a da Companhia do Alto Douro no século XVIII, que, no entanto, não desconhecia de toda a tratadística internacional, como teremos ocasião de ver. Sobre o assunto, veja-se: Soromenho 2009, 89-102.

<sup>208</sup> “Escritura de ajuste e obrigação de obra que faz João Queirós Cerqueira Azevedo e Vasconcelos desta vila com Bento José Cardoso do concelho de São Martinho de Mouros, e José António Teixeira do Concelho de Monte Longo e Luis Manuel Peixoto da Vila de Amarante”, 2 de Maio de 1791. ADVRL, Cartório Notarial de Mesão Frio, 3.º Ofício, Lv.49, fls.81-82v. Vide Vol. I - Anexo documental, doc.14 (documento inédito).

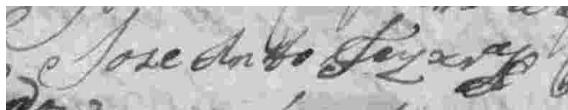


FIG. 63 - "JOSÉ ANTÓNIO TEIXEIRA".  
(ASSINATURA).

(FONTE: "ESCRITURA DE AJUSTE DE OBRA QUE FAZ BENTO JOSÉ CARDOSO MESTRE PEDREIRO DO DA FREGUESIA E CONCELHO DE SÃO MARTINHO DE MOUROS COM JOÃO DE QUEIRÓS CERQUEIRA AZEVEDO E VASCONCELOS DESTA VILA", 27 DE AGOSTO DE 1790. ADVRL, CARTÓRIO NOTARIAL DE MESÃO FRIO, 3.º OFÍCIO, LV.48, FL.3).

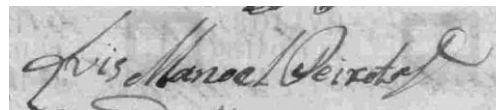


FIG. 64 - "LUÍS MANOEL PEIXOTO".  
(ASSINATURA).

(FONTE: "ESCRITURA DE AJUSTE DE OBRA QUE FAZ BENTO JOSÉ CARDOSO MESTRE PEDREIRO DO DA FREGUESIA E CONCELHO DE SÃO MARTINHO DE MOUROS COM JOÃO DE QUEIRÓS CERQUEIRA AZEVEDO E VASCONCELOS DESTA VILA", 27 DE AGOSTO DE 1790. ADVRL, CARTÓRIO NOTARIAL DE MESÃO FRIO, 3.º OFÍCIO, LV.48, FL.3).

### ***JOSÉ TEIXEIRA – Novas casas junto à Casa das Cabanas, Sanhoane (SMP; 1791)***

José Teixeira, ao contrário dos restantes mestres e artifícios, era mestre carpinteiro, do lugar de São Miguel de Lobrigos (SMP; Anexo Documental - Vol. I, doc.16, fl.13v). A 25 de Fevereiro de 1791, assina a escritura de obrigação da obra de pedraria e carpintaria das Casas das Cabanas<sup>209</sup>, em Sanhoane (SMP), propriedade de Luís Pereira de Mello Sotto Maior<sup>210</sup>, correspondente à Casa do Meio, que Luís Pereira vem a herdar por via materna e na qual esta casa teve origem (Pintos Queirós). Supomos que as ditas casas novas possam ser identificadas com o edifício que se encontra no topo norte da Casa do Meio, para todos os efeitos um segundo corpo habitacional (Fig. 65).

De acordo com a escritura, a obra implicava tudo o que respeitasse a pedraria e a carpintaria das casas novas (Vol. I - Anexo documental, doc.16, fl.14). Este aspecto demonstra que estes mestres se adequavam às diferentes especificidades então pretendidas, revelando-se multifacetados, atendendo aos tempos difíceis no que toca à contratação e ajuste de obras neste período. Não obstante, o facto de não pode se

<sup>209</sup> "Escritura de obrigação de obra de pedraria e carpintaria que faz o mestre José Teixeira do lugar de São Miguel a Luís Pereira de Mello da Casa das Cabanas freguesia de Sanhoane todos do termo desta vila de Santa Marta", 25 de Fevereiro de 1791. ADVRL, Cartório Notaria de Santa Marta de Penaguião, 4.º Ofício, Lv. 72, fls.13v-15. Vide Vol. I - Anexo documental, doc.16 (documento inédito).

<sup>210</sup> Recuando ao possível encomendante desta casa, Feliciano Pinto de Queiroz, senhor da Casa Sanhoane e cavaleiro da Ordem de Cristo. Nascido entre 1645 e 1745, casa com Maria Mourão Pinto, com quem teve Francisca Teresa Caetana Pinto de Queirós. Esta por sua vez é esposa de Gonçalo Affonso Pereira de Soutomaior, Alcaide-mor de Caminha, com quem teve dois filhos, Luiz Pereira de Mello e Soutomaior, e Francisco António Pereira de Melo Sotomaior. O primeiro, vereador da Câmara de Santa Marta de Penaguião e Mesão Frio, que nos interessa pelo nome, teve um filho a quem deu nome igual, mas que acresce de apelido, por casamento, Luís Pereira de Melo e Nápoles Sottomayor, com Antónia Rita de Bourbon. Era 10º senhor do Morgado da Barbeita, em Monção. Fidalgo da Casa Real. Cf. Castellobranco 1831, 147.

encontrarem mencionados na escritura outros mestres, sobretudo pedreiros, não pode significar com certeza absoluta que teria sido José Teixeira a concretizar a obra de pedraria, já que nela terão certamente participado mais intervenientes e outras mãos. Só que os seus nomes ficaram indocumentados.



FIG. 65 - CASA DA QUINTA DO MEIO/CASA DAS CABANAS, SANHOANE (SMP).

(A) FACHADA PRINCIPAL.

(B) PANO A POENTE.

(FONTE: SIPA. FOTO.00862201, E 00862209).

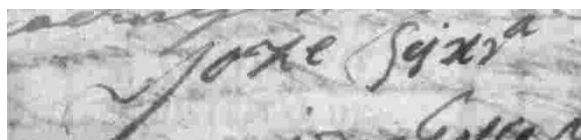


FIG. 66 - "JOSÉ TEIXEIRA".

(ASSINATURA).

(FONTE: "ESCRITURA DE OBRIGAÇÃO DE OBRA DE PEDRARIA E CARPINTARIA QUE FAZ O MESTRE JOSÉ TEIXEIRA DO LUGAR DE SÃO MIGUEL A LUÍS PEREIRA DE MELLO DA CASA DAS CABANAS FREGUESIA DE SANHOANE TODOS DO TERMO DESTA VILA DE SANTA MARTA", 25 DE FEVEREIRO DE 1791. ADVRL, CARTÓRIO NOTARIA DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO, 4.º OFÍCIO, LV. 72, FL.15).

**FILIFE ANTÓNIO DA CAL – Novas casas junto à Casa das Cabanas, Sanhoane (SMP; 1791)**

Filipe António da Cal, mestre pedreiro, do lugar de Lourentim, nas proximidades de Santa Marta de Penaguião (SMP). A existência de várias escrituras atesta que se trata de um artista local, considerando que arrematou e foi contratado para diversos trabalhos de pedraria na área circundante a Santa Marta de Penaguião, donde era natural. Entre elas, referira-se os armazéns da Companhia Geral do Alto Douro em Peso

da Régua juntamente com os mestres pedreiros José de Sousa e Vicente da Borga, ambos do Peso da Régua (1784)<sup>211</sup>; a Casa da Residência da freguesia de São Miguel de Fontelas (Peso da Régua), juntamente com os mestres carpinteiros António de Cazares e Manuel Guedes, ambos de Santa Marta de Penaguião (1785)<sup>212</sup>; a Igreja Matriz de Medrões (1787)<sup>213</sup>; tendo ainda concorrido para um lugar de pedreiro no lugar de Estremadouro (1793)<sup>214</sup>. Além destas, dá continuidade às obras supracitadas da Casa das Cabanas ou Casa do Meio, em Sanhoane<sup>215</sup>, em Abril de 1791, para as quais é contratado para “fazer de paredes hum Coarto de Caza quja esta prencipiada pegado a esta para a parte de puente” (Vol. I - Anexo documental, doc.17, fl.27v)<sup>216</sup>.

Esta obra deveria ser concluída “athe os fins do mes de Setembro do presente anno”, recebendo o mestre a “quantia de quatro sentos e sincoenta mil reis e logo a fatura desta Recebeu dozentos mil reis e o Resto lhe hira satisfazendo no discurso da

<sup>211</sup> “Escritura de obra de pedraria que fazem os mestres pedreiros José de Sousa e Filipe António da Cal e Vicente da Borga(?) ao Provedor e mais deputados da Companhia Geral do Alto Douro da Cidade do Porto”, 14 de Novembro de 1784. ADVRL, Cartório de Santa Marta de Penaguião, 3.º Ofício, Lv.122, fls.15v-19.

<sup>212</sup> “Escritura de obra de pedraria e carpintaria de rematação da Casa da Residência da freguesia de São Miguel de Fontelas de termo de vila de Santa Marta que fazem ...os Mestres Pedreiros Felipe António da Cal de lugar de Laurentim freguesia de Lobrigos e Carpintaria os Mestres António de Cazares da freguesia de Lobrigos e Manuel Guedes da freguesia de Loureiro todos do termo da vila de Santa Marta ao Reverendo José Barbosa de Albuquerque desembargador da mesa e Episcopal e Abade de Santa Maria de Oliveira do termo da vila de Mesão Frio”, 1785, 4 de Outubro. ADVRL, Cartório de Santa Marta de Penaguião, 3.º Ofício, Lv.122, fls.90-92.

<sup>213</sup> “Escritura de obra de pedreiro feita por Filipe António do Cal para a obra da igreja de Medrões”, 3 de Janeiro de 1787. ADVRL, Cartório de Santa Marta de Penaguião, 4º Ofício, Liv. 68, fls.95v-90.

<sup>214</sup> “Escritura de ajuste ... da obra que dá o Doutor Luís da Silva Pereira Oliveira aos Mestres Pedreiros Felipe António da Cal e António da Cal”, 12 de Novembro de 1793. ADVRL, Cartório Notarial de Santa Marta de Penaguião, 3.º Ofício, Lv.129, fls.70v-74.

<sup>215</sup> A especificidade dos apontamentos descritos na escritura pode fazer-nos recuar um pouco na identificação da Casa das Cabanas como sendo a Casa do Meio, ou mesmo, que essas casas novas correspondam ao edifício mais a norte. Considere-se o texto de uma das cláusulas: “de lhe fazer de paredes hum Coarto de Caza quja esta prencipiada pegado a esta para a parte de puente que vem a Ser aliserses alvenaria duas ginellas de Cantaria duas frestas da mesma hum Polonquim Com oCullo por baixo e porta Rasgada por Sima tudo na forma do que ja esta feito a Cornge tãobem de Cantaria da parte da Estrada e do poente na forme da que ja esta feita nas mesmas Cazaz comtanto que fique bem metida” (fl.27v). Ao observarmos a casa no local, constatamos que o óculo se encontra junto do eixo correspondente à Capela e não à casa propriamente dita. Será esta a Casa das Cabanas? Só uma análise específica de todos os documentos notariais referentes à designada “Casa das Cabanas” e uma observação mais cuidada poderá esclarecer se se trata na realidade da mesma casa.

<sup>216</sup> “Escritura de obra de pedraria que da Luís de Mello Pereira Souto Maior da Casa de Cabanas ao Mestre Pedreiro Felipe António da Cal do Lugar de Lourentim”, 23 de Abril de 1791. ADVRL, Cartório Notarial de Santa Marta de Penaguião, 3.ºOfício, Lv.127, fls.27-28v. Escritura transcrita por Armando Palavras (2011, Vol.V, 102-104) e reproduzida no Vol. I - Anexo documental, doc.17.

obra ficando Sempre em Seu poder Com Cem mil reis athe A obra Ser vista Examinada por peritos” (Vol. I - Anexo documental, doc.17, fl.28).

Sobre a actividade do mestre, a existência de várias escrituras revela ter sido um artista local, atendendo que arrematou diversos trabalhos de pedraria na área circundante a Santa Marta de Penaguião. Entre elas, referira-se os armazéns da Companhia Geral do Alto Douro, em Peso da Régua, juntamente com os mestres pedreiros José de Sousa e Vicente da Borga, ambos do Peso da Régua (1784)<sup>217</sup>; a Casa da Residência da freguesia de São Miguel de Fontelas (Peso da Régua), com os mestres carpinteiros António de Cazares e Manuel Guedes, ambos de Santa Marta de Penaguião (1785)<sup>218</sup>; a Igreja Matriz de Medrões (1787)<sup>219</sup>; tendo ainda concorrido para um lugar de pedreiro no lugar de Estremadouro (1793)<sup>220</sup>.

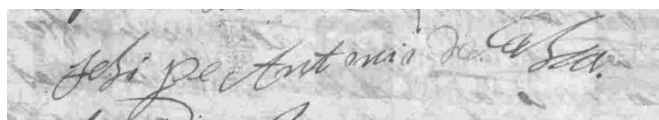


FIG. 67 - "FILIPE ANTÓNIO DA CAL".  
(ASSINATURA).

(FONTE: "ESCRITURA DE OBRA DE PEDRARIA QUE DA LUÍS DE MELLO PEREIRA SOUTO MAIOR DA CASA DE CABANAS AO MESTRE PEDREIRO FELIPE ANTÓNIO DA CAL DO LUGAR DE LOURENTIM", 23 DE ABRIL DE 1791. ADVRL, CARTÓRIO NOTARIAL DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO, 3.º OFÍCIO, LV.127, FL.28V.)

<sup>217</sup> "Escritura de obra de pedraria que fazem os mestres pedreiros José de Sousa e Filipe António da Cal e Vicente da Borga(?) ao Provedor e mais deputados da Companhia Geral do Alto Douro da Cidade do Porto", 14 de Novembro de 1784. ADVRL, Cartório de Santa Marta de Penaguião, 3.º Ofício, Lv.122, fls.15v-19.

<sup>218</sup> "Escritura de obra de pedraria e carpintaria de rematação da Casa da Residência da freguesia de São Miguel de Fontelas de termo de vila de Santa Marta que fazem ...os Mestres Pedreiros Felipe António da Cal de lugar de Laurentim freguesia de Lobrigos e Carpintaria os Mestres António de Cazares da freguesia de Lobrigos e Manuel Guedes da freguesia de Loureiro todos do termo da vila de Santa Marta ao Reverendo José Barbosa de Albuquerque desembargador da mesa e Episcopal e Abade de Santa Maria de Oliveira do termo da vila de Mesão Frio", 1785, 4 de Outubro. ADVRL, Cartório de Santa Marta de Penaguião, 3.º Ofício, Lv.122, fls.90-92.

<sup>219</sup> "Escritura de obra de pedreiro feita por Filipe António do Cal para a obra da igreja de Medrões", 3 de Janeiro de 1787. ADVRL, Cartório de Santa Marta de Penaguião, 4º Ofício, Liv. 68, fls.95v-90.

<sup>220</sup> "Escritura de ajuste ... da obra que dá o Doutor Luís da Silva Pereira Oliveira aos Mestres Pedreiros Felipe António da Cal e António da Cal", 12 de Novembro de 1793. ADVRL, Cartório Notarial de Santa Marta de Penaguião, 3.º Ofício, Lv.129, fls.70v-74.

**MIGUEL LOUREIRO – Casa de Gonçalo Monteiro de Carvalho Azevedo e Vasconcelos, Salgueiral, Vila Marim (MF; 1793)**

Miguel Loureiro, mestre pedreiro da vila de Mesão Frio, é mencionado numa escritura de ajuste de obra<sup>221</sup> com a administração da Casa de Gonçalo Monteiro de Carvalho Azevedo Vasconcelos<sup>222</sup> no lugar de Salgueiral, freguesia de Vila Marim, actualmente pertencente ao concelho de Mesão Frio (Vol. I - Anexo documental, doc.18, fl.94-94v; **Fig. 68**). De acordo com o documento, a casa já se encontrava em fase de construção, “[...] a frente de Nascente, e Norte [...], desconhecendo-se àquela data qual o mestre responsável, sendo que Miguel Loureiro se obrigava a concluir já a obra iniciada (Vol. I - Anexo documental, doc.18, fl.94v). Sobre ela, determina-se que o mestre deveria seguir os riscos e plantas da sua autoria, bem como os apontamentos específicos que se encontram no referido documento.

Observando a actual Casa do Salgueiral, constatamos tratar-se de uma obra que não careceu de grande cuidado artístico, certamente pelo facto de se encontrar inserida numa quinta vinícola. Ainda assim é de destacar a monumentalidade da casa em relação à paisagem envolvente, na medida em que a sua volumetria sobressai em relação aos restantes elementos.

Quanto ao prazo da obra, o mestre estava obrigado a concluí-la até Setembro do mesmo ano (Vol. I - Anexo documental, doc.18, fl.95). A administração da casa garantia o pagamento da obra no valor de quatrocentos e quarenta reis, a cumprir em três prestações (Vol. I - Anexo documental, doc.18, fl.95).

Sobre o referido mestre pedreiro desconhece-se qualquer outra informação em torno da sua actividade profissional.

<sup>221</sup> “Escritura de ajuste de obra que faz Miguel Loureiro da Vila de Mesão Frio com a administração da Casa de Gonçalo Monteiro de Carvalho Azevedo e Vasconcelos de Salgueiral de Vila Marim”, 29 de Maio de 1793. ADVRL, Cartório Notarial de Mesão Frio, 3.º Ofício, Lv.54, fls.94-96. *Vide* Vol. I - Anexo documental, doc.18.

<sup>222</sup> Gonçalo Monteiro de Carvalho Azevedo e Vasconcelos nasceu em 1738, na freguesia de Vila Marim, Mesão Frio. Os seus pais eram Francisco Henrique Monteiro de Carvalho, da Casa do Salgueiral, e D. Maria Violante Cardoso, filha de Gaspar Cardoso, desembargador do Porto. Sobre Gonçalo Monteiro consulte-se: “Diligência de habilitação de Gonçalo Monteiro de Carvalho Azevedo e Vasconcelos”, 12 de Abril de 1770. Arquivo Nacional Torre do Tombo, Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, Gonçalo, mc. 9, doc. 156. Acessível in <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=2329182>; e Castello Branco 1831, 91.



FIG. 68 - CASA DO SALGUEIRAL, VILA MARIM (MF).  
(FONTE: SIPA FOTO.0098745).

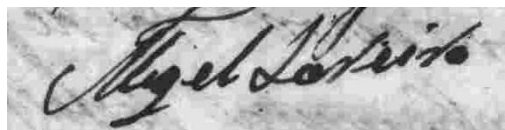


FIG. 69 - "MIGUEL LOUREIRO".  
(ASSINATURA).

(FONTE: "ESCRITURA DE AJUSTE DE OBRA QUE FAZ  
MIGUEL LOUREIRO DA VILA DE MESÃO FRIO [...]", 29 DE  
MAIO DE 1793. ADVRL, CARTÓRIO NOTARIAL DE  
MESÃO FRIO, 3.º OFÍCIO, LV.54, FL.96).

**JOSÉ BENTO SOLLA, MANUEL DURÃO – Casa do Capitão José de Matos Silva de Balça,  
São Martinho de Anta (SBS; 1794)**

José Bento Solla e Manuel Durão ambos mestres pedreiros, eram oriundos da Galiza. O primeiro era natural do lugar de Santa Marinha de Águas Santas, município de Cotobade (província de Ourense), e o segundo, da freguesia de Santo André de Valongo, também do município de Cotobade (província de Ourense).

Em 1794, ambos foram contratados pelo Capitão José de Matos Silva de Balça para lhe construir umas casas no lugar de São Martinho da Anta, actualmente freguesia de Sabrosa<sup>223</sup>. Sobre a obra em si, a escritura pouco ou nada adianta ao tocante às suas especificidades, ainda que determine tratar-se de "[...] humas cazas no fundo do Lde Sam Martinho da Anta pegadas a outras que ali se acham", e cujos apontamentos eram conforme as Casas do Abade em Sabrosa (Vol. I - Anexo documental, doc.21, fl.159). A edificação importaria em sete mil duzentos Reis por cada braça (Vol. I - Anexo documental, doc.21, fl.159v).

Quanto à actividade profissional destes mestres desconhece-se qualquer outra informação, a não ser a já mencionada.

<sup>223</sup> "Escritura de contrato e ajuste de obra das cazas que fazem o Capitão José de Matos Silva de Balça termo desta vila e os Mestres Pedreiros José Bento Solla do lugar de Santa Maria de Agoas Santas jurisdição de Cotobade do Reino da Galiza e Manuel Durão da freguesia de Santo André de Valongo do mesmo reino da Galiza", 3 de Fevereiro de 1794. ADVRL, Cartório Notarial de Parada de Pinhão, 1.º Ofício, Lv.2, fls.158v-160. Vide Vol. I - Anexo documental, doc.21 (documento inédito).

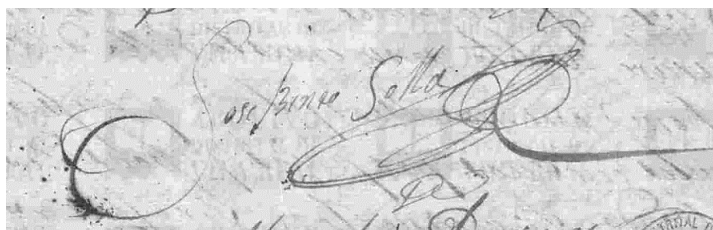


FIG. 70 - «JOSÉ BENTO SOLLA».  
(ASSINATURA).

(FONTE: “*ESCRITURA DE CONTRATO E AJUSTE DE OBRA DAS CAZAS QUE FAZEM O CAPITÃO JOSÉ DE MATOS [...]*”, 3 DE FEVEREIRO DE 1794. ADVRL, CARTÓRIO NOTARIAL DE PARADA DE PINHÃO, 1.º OFÍCIO, LV.2, FL.160).

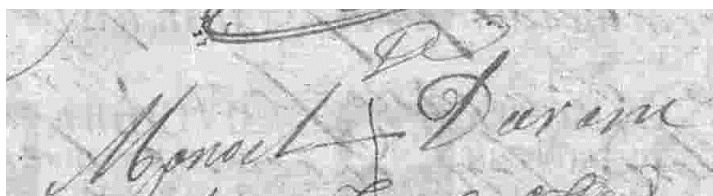


FIG. 71 - «MANUEL DURÃO».  
(ASSINATURA).

(FONTE: “*ESCRITURA DE CONTRATO E AJUSTE DE OBRA DAS CAZAS QUE FAZEM O CAPITÃO JOSÉ DE MATOS [...]*”, 3 DE FEVEREIRO DE 1794. ADVRL, CARTÓRIO NOTARIAL DE PARADA DE PINHÃO, 1.º OFÍCIO, LV.2, FL.160).

### **ANTÓNIO BORGES – Casas de Gonçalo Guedes de Carvalho, Lamego (LMG; 1797)<sup>224</sup>**

António Borges, mestre pedreiro, morava na Carreira de Fafel, nas proximidades de Lamego. É precisamente na cidade de Lamego que é contratado para edificar as Casas de Gonçalo Guedes de Carvalho<sup>225</sup>, junto à fonte de Almedina, em Lamego, decorria o ano de 1797 (Alves 2000, Vol.I, 136)<sup>226</sup>. No contrato encontra-se identificado como o “autor dos apontamentos”, além de nele se registar, como é habitual, o nome do encomendante, e o valor da empreita, no total de “Quatrocentos e dois mil e quatrocentos réis pagos em quatro pagamentos iguais”, não sendo referido o término da obra (Vol. I - Anexo documental, doc.22).

<sup>224</sup> À semelhança da historiadora Inês Borges, que tratou da casa nobre no contexto lamecense, também não conseguimos localizar esta casa (Borges 2018, Vol. I, Quadro nr.8, 108, 110).

<sup>225</sup> Sobre Gonçalo Guedes de Carvalho consulte-se *Anuário da Nobreza de Portugal* (1950, 523) que trata, entre outras, a família Guedes de Carvalho e Menezes.

<sup>226</sup> “Escritura de obrigação de obra da casa que faz António Borges, mestre pedreiro, ao Preclaríssimo Gonçalo Guedes de Carvalho ambos desta cidade, pela quantia e condições nesta declaradas, 3 de Outubro de 1797”, ADVIS, Cartório Notarial de Lamego, 1.º Ofício, Lv.545/67, fls.56-57. Escritura parcialmente transcrita in Alves 2001, Vol. I, 136 e reproduzida no Vol. I - Anexo documental, doc.22.



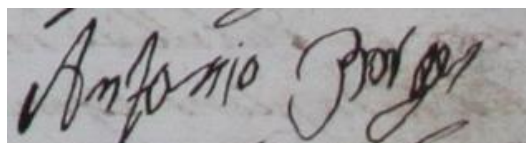
A close-up photograph of a handwritten signature in dark ink on aged, slightly textured paper. The signature is written in a cursive, flowing style, with the name 'António Borges' clearly legible.

FIG. 72 - "ANTÓNIO BORGES"  
(ASSINATURA).

(FONTE: "ESCRITURA DE OBRIGAÇÃO DE OBRA DA CASA QUE FAZ ANTÓNIO BORGES, MESTRE PEDREIRO, AO PRECLARÍSSIMO GONÇALO GUEDES DE CARVALHO AMBOS DESTA CIDADE [...]", 3 DE OUTUBRO DE 1797, ADVIS, CARTÓRIO NOTARIAL DE LAMEGO, 1.º OFÍCIO, LV.545/67, FL.57).

### **FAMÍLIA COSTA DE VISEU – Casa do Morgado Leopoldo Henriques, Torre de Moncorvo (TM; 1800)**

Os Costa de Viseu são uma família de mestres canteiros, provenientes de Viseu e que, entre o final do século XVIII e início do XIX, habitaram em Torre de Moncorvo (TM). De acordo com Luís Alexandre Rodrigues (2009, 128), José Ferreira da Costa, natural de Vila Meã, assim como Luís da Costa e Agostinho da Costa, eram primos do primeiro e naturais de Cabrum (bispado de Viseu),

"[...] estabeleceram-se em Moncorvo e formaram uma sociedade muito operativa em que José Ferreira da Costa parece ter algum predomínio por serem da sua mão alguns apontamentos e por ser o autor de um risco efectuado para a igreja de S. Miguel, da antiga vila de Frechas, no concelho de Mirandela"<sup>227</sup>.

A 4 de Janeiro de 1800, os três mestres foram contratados para edificar as novas Casas do Morgado Leopoldo Henriques<sup>228</sup>, situadas na Rua Tomás Ribeiro (antiga Rua das Barreiras), no centro histórico de Torre de Moncorvo (Rodrigues 2009, 128; **Fig. 73**).

---

<sup>227</sup> Sobre a Igreja de São Miguel de Frechas (MDL), veja-se Fernandes 2001.

<sup>228</sup> Actualmente a casa encontra-se descontextualizada da sua função original de habitação. É agora ocupada por uma dependência bancária (Banco Espírito Santo), o que resultou em profundas obras de adaptação à nova utilização.



FIG. 73 - CASA DO MORGADO LEOPOLDO HENRIQUES, TORRE DE MONCORVO (TM).  
FACHADA POENTE.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, AGOSTO DE 2013).

A escritura de ajuste da obra<sup>229</sup>, ainda que tardia face ao período cronológico desta investigação, é digna de interesse devido às disposições que contem para sua execução. Um dos aspectos que nos chama a atenção prende-se com as determinações práticas e teóricas a que os mestres estavam obrigados – «entre outras disposições, os apontamentos desta fábrica estipulavam que o pórtico devia ser “na forma das cazas de Villar de Perdizes” ou, em alternativa, da maneira de “qualquer pórtico que se acha debuxado” no livro de Vinhola» (Rodrigues 2009, 128). Estas disposições referem-se a um conjunto de aspectos bastante relevantes para o entendimento da própria encomenda. Se, por um lado, deixam transparecer o conhecimento da tratadística por parte dos artistas, bem como, possivelmente, do encomendante, sugerem, por outro lado, a existência de alguma cultura da tratadística, veiculada pelo conhecimento de alguma literatura artística. Isto numa localidade remota, no interior do Portugal setecentista. Sublinhe-se que a referência alude ao tratado das *Regole delle cinque ordini d'architettura* (Roma: 1562), de Giacomo Barozzi da Vignola (1507-1573)<sup>230</sup>, em

<sup>229</sup> “Apontamentos e outras cláusulas relacionadas com a construção da casa de Leopoldo Henrique Botelho de Magalhães”, 4 de Janeiro de 1800. ADBG, Cartório Notarial de Moncorvo, Lv.125, Cx.19, fls. 10-13. Vide Vol. I - Anexo documental, doc.25.

<sup>230</sup> Consulte-se a primeira edição: Biblioteca Nacional de Portugal. “VIGNOLA, Giacomo Barozzi. 1562. *Regola delli cinque ordini d'architettura di M Iacomo Barozzio da Vignola*. [s.l.]: [s.n.].” Acedido a 3 de Maio de 2017. <http://purl.pt/26384>; e ainda Wiebenson 1988, 166-169.

Não sendo propósito elencar a literatura artística e tratadística que influenciou os mestres durienses, não é de menosprezar que algumas dessas fontes contribuíram para a introdução do gosto internacional em algumas das casas e palácios portugueses. Neste âmbito veja-se, além de Vignola, os tratados mais significativos: Serlio, Sebastiano. 1569. *De Architectura libri quinque ... / à Ioanne Carolo Saraceno ex*

circulação nos principais meios artísticos desde o século XVI, tendo igualmente feito parte dos livros teóricos bem conhecidos no nosso país desde aquela época.

Tratando-se de um aspecto importante para o conhecimento da recepção das fontes teóricas disponíveis entre os mestres locais, ou até mesmo os clientes, não dispomos de mais dados que permitam confirmar se, na realidade, a edificação da Casa do Morgado Leopoldo Henriques correspondeu às condições estabelecidas no contrato. Como ficou dito, entre a década de 1890 e 1990, a casa sofreu inúmeras obras de reconstrução e adaptação devido ao carácter precário e de ruína em que se encontrava, e que em muito alteraram a sua feição (interior e exterior)<sup>231</sup>.

Ainda que o interior tenha desaparecido, sabemos pelo *Inventário de Património Arqueológico e Architectónico do Concelho de Torre de Moncorvo* (2008) que a casa de Leopoldo Henriques possuía tectos de estuque e que as paredes de algumas divisões eram pintadas com vários motivos. Carlos d'Abreu, ao indagar sobre a Capela de São Bartolomeu, junto às Escadinhas do Baldoeiro, referida em documentação setecentista, concluiu que essa capela particular era, na realidade, uma sala adaptada às funções do culto religiosos na casa de Leopoldo Henriques (Abreu 1999, 28). Estes dados fazem supor que a escritura de 1800 corresponde já a uma segunda intervenção numa casa pré-existente, por iniciativa da família Costa.

Relativamente à actividade profissional da família Costa, desconhecem-se outras informações.

---

*italica in latinam linguam nunc primùm translati atque conuersi...* Venetiis: apud Franciscum de Franciscis Senensem [et] Ioannem Chriegher; Dietterlin, Wendel. 1598. *Architectura von Aubtheilung, symmetria und proportion der Fünff Seulen*. Nürnberg: [s.n.]; Nicolás, Fr. Lorenzo de San. 1639-1664. *Arte y uso de arquitectura*. Madrid: [s.n.], e Guarini, Guarino. 1686. *Disegni di architettura civile ed ecclesiastica*. Turim: [s.n.]. Todos tiveram uma influência de grande significado na situação portuguesa.

Veja-se ainda o artigo de Coutinho, Maria João. 2017. "Arquitetura e supremacia: analogias entre a decoração de portais e arcos no contexto das festividades filipinas e brigantinas." *Cadernos do Arquivo Municipal* 7 (2.ª Serie, Janeiro - Junho): 19-58.

<sup>231</sup> Moncorvo 2008, s.p.

FIG. 74 - "JOSÉ FERREIRA DA COSTA."  
(ASSINATURA).

(FONTE: "APONTAMENTOS E OUTRAS CLÁUSULAS RELACIONADAS COM A CONSTRUÇÃO DA CASA [...]", 4 DE JANEIRO DE 1800. ADBGC, CARTÓRIO NOTARIAL DE MONCORVO, LV.125, CX.19, FL.13).

FIG. 75 - "LUÍS DA COSTA".  
(ASSINATURA).

(FONTE: "APONTAMENTOS E OUTRAS CLÁUSULAS RELACIONADAS COM A CONSTRUÇÃO DA CASA [...]", 4 DE JANEIRO DE 1800. ADBGC, CARTÓRIO NOTARIAL DE MONCORVO, LV.125, CX.19, FL.13).

FIG. 76 - "AGOSTINHO DA COSTA".  
(ASSINATURA).

(FONTE: "APONTAMENTOS E OUTRAS CLÁUSULAS RELACIONADAS COM A CONSTRUÇÃO DA CASA [...]", 4 DE JANEIRO DE 1800. ADBGC, CARTÓRIO NOTARIAL DE MONCORVO, LV.125, CX.19, FL.13).

QUADRO IX – Pedreiros e canteiros na casa nobre duriense: século XVIII		
Nome	Naturalidade / Residência	Obra
Agostinho Rodrigues	lugar de São Miguel de Fontoura, Valença	Casas de Francisco José Taveira de Macedo Pimentel, Guiães (SBS; 1749)
António Borges	Carreira de Fafel, Lamego (LMG)	Casas de Gonçalo Guedes de Carvalho, Lamego (LMG; 1797)
António Casares Rosendo Peres	Galiza / Cidadelhe (MF) Galiza / Cidadelhe (MF)	Casa de João Félix de Queirós de Mesquita, Sanhoane (SMP; 1794)
António de Bastos Bento de Castro Manuel Cardoso Manuel Roiz	? / Rua de São Lázaro, Lamego (LMG) ? / Rua da Pereira, Lamego (LMG) ? / Rua da Torta, Lamego (LMG) ? / Cepões, Lamego (LMG)	Casa da Viscondessa de Guiães ou dos Silveiras, Lamego (LMG; 1701)
António Ferreira da Silva	? / Santo Aleixo da Várzea, freguesia de Recião, termo de Lamego (LMG)	Casa de Francisco Vaz Pinto, Lamego (LMG; 1717)
Bento Rodrigues	Galiza / São João de Lobrigos (SMP)	Casa de D. Maria Engrácia Caetana Pereira, Remóstias (PR) (1772) Casa da Quinta das Cabanas, Sanhoane (SMP; 1780)
Bento José Cardoso	Fonte, São Martinho de Mouros (RS)	Casas de João de Queiroz Cerqueira Azevedo e Vasconcelos, Mesão Frio (MF; 1790)

QUADRO IX – Pedreiros e canteiros na casa nobre duriense: século XVIII		
Nome	Naturalidade / Residência	Obra
<b>Francisco Correia de Matos</b>	Mateus, Vila Real (VR)	Casas do Capitão José Dias Mourão, Vila Real (VR; 1786)
<b>Francisco de Eirim</b>	Galiza / Medelo (Fafe)	“casas e lagares e Dornas tudo de pedraria” para José Luís do Desterro da Rua da Corredoura, Lamego (LMG; 1732)
<b>João Cardoso</b> <b>Francisco Lourenço</b>	? / Nazes, Lamego (LMG) Lamego / Lamego (LMG)	Frontaria das casas de Miguel Álvaro Pinto da Fonseca, Lamego (LMG; 1683)
<b>João Martins</b>  <b>João Lourenço</b>	lugar de Soto, Santiago de Cousarado (Barcelos) / Lamego (LMG) lugar de Valinho, Corves (Vila Nova de Cerveira) / Lamego (LMG)	Casa de Almacave, Lamego (LMG; 1739)
<b>José Bento Solla</b>  <b>Manuel Durão</b>	Santa Marinha Águas Santas, município de Cotobade (Província de Ourense) Santo André de Valongo, município de Cotobade (Província de Ourense)	Casa do Capitão José de Matos Silva de Balça, São Martinho de Anta (SBS; 1794)
<b>José Ferreira da Costa</b> <b>Luís da Costa</b> <b>Agostinho da Costa</b>	Vila Meã Cabrum (Viseu) Cabrum (Viseu)	Casa do Morgado Leopoldo Henriques, Torre de Moncorvo (TM) (1800)
<b>José Teixeira</b>	São Miguel de Lobrigos (SMP)	Novas casas junto à Casa das Cabanas, Sanhoane (SMP; 1791)
<b>Manuel Francisco</b>	Arrifana de Sousa (Penafiel) / Vila Real (VR)	Casas de João Pinto da Fonseca, Vila Real (VR; 1751)
<b>Matias Lourenço de Matos</b>	Timpeira, Vila Real / Vila Real (SMP)	Capela e «quarto místico» das Casas de João Félix de Queirós, Sanhoane (SMP; 1770)
<b>Miguel Francisco da Silva</b>	Lisboa (?) / Porto	Casa do Terreiro, Cidadelhe (MF; 1732)
<b>Miguel Loureiro</b>	Mesão Frio	Casa de Gonçalo Monteiro de Carvalho Azevedo e Vasconcelos, Salgueiral, Vila Marim (MF; 1793)

Quadro-síntese elaborado pela autora.

### 3.2.2. Outros: pintores e carpinteiros

Além do corpo de artistas e artifícios ligados à pedraria, reuniu-se ainda no decorrer deste trabalho um conjunto de documentação e investigação relativa a outros, associados a algumas obras de carpintaria, talha e pintura das casas inventariadas da Região Demarcada do Douro. Do mesmo modo que os artistas já mencionados, também

estes nos dão a perceber a intensa circulação de mestres e a grande actividade construtora, equivalente a verdadeiros estaleiros.

***JOÃO MACHADO – Casa do Terreiro, Cidadelhe (MF; 1732)***<sup>232</sup>

João Machado foi mestre carpinteiro, morador no lugar de Curvaceira, freguesia de Penajóia da cidade de Lamego. Profissionalmente, encontramo-lo associado à obra de uma residência anteriormente mencionada, a Casa do Terreiro, em Cidadelhe (MF). À semelhança do já referido Miguel Francisco da Silva, pedreiro responsável pela edificação daquela casa, João Machado também foi contratado em 1732, cabendo-lhe a execução de obras de madeiras, num custo total de cento e trinta e quatro mil reis.

***JOÃO VIEIRA DE ARAÚJO – Casa e Capela de João Teixeira Carvalhais Ribeiro, Provesende (SBS; 1741)***<sup>233</sup>

João Vieira de Araújo, de Parada do Pinhão, termo de Vila Real, foi mestre pintor e carpinteiro. Em 1741, foi contratado para executar todas as obras de madeira da capela e casa de João Teixeira Carvalhais Ribeiro, em Provesende. A obra totalizou um valor de seiscentos e sessenta mil reis.

***MANUEL RODRIGUES e JOÃO ALVES – Casa nova no lugar de Estremadouro, Fontelos (PR) (1760)***

Manuel Rodrigues e João Alves foram mestres carpinteiros, pese embora nas primeiras linhas da escritura de obrigação<sup>234</sup> onde se encontram mencionados sejam

<sup>232</sup> “Escritura de contrato que fazem Manuel de Gouveia Frias [...] com João Machado mestre carpinteiro [...]”, 6 de Setembro de 1732. ADVRL, Cartório Notarial de Mesão Frio, 3.º Ofício, Lv.9, fls.72-74v (documento inédito).

<sup>233</sup> “Escritura de obrigação e ajuste de obra das casas de João Teixeira Carvalhais Ribeiro [...]”, 9 de Abril de 1741. ADVRL, Cartório Notarial de Provesende, 1.º Ofício, Lv.32, fls.17v-18v (documento inédito).

<sup>234</sup> “Escritura de obrigação feita por Manuel Rodrigues e João Alves da freguesia de Sediolos a Manoel de Oliveira de Fontelas para obra de uma casa nova”, 21 de Dezembro de 1760. ADVRL, Cartório Notarial de Santa Marta de Penaguião, 5.º Ofício, Lv.45 fls.47-50. Escritura transcrita por Palavras (2011, Vol. V, 47-50).

designados de “empreiteiros”, nomenclatura que podemos considerar rara no universo documental de que nos ocupamos.

O primeiro mestre, Manuel Rodrigues, era do lugar de Outeiro do Carvalho (?), freguesia de Sedielos, actualmente pertencente a Peso da Régua. Já o segundo, João Alves, provinha do lugar de Vinha Velha de Carvalho, termo de Couto de Moura Morta (PR).

Ambos os mestres carpinteiros tomaram, a 21 de Dezembro de 1760, a obra de uma casa nova, no lugar de Estremadouro, freguesia de Fontelas<sup>235</sup>, encomendada por Manuel de Oliveira, morador do lugar de Fontelas. A referida escritura é bastante específica quanto aos apontamentos da obra, mencionando medidas, materiais, e outros detalhes, como a referência às “cazas de pasos”, que o empreitante possuía e que deveriam ser tidas em linha de consideração no decorrer dos trabalhos a executar.

Relativamente ao prazo da entrega, os mesmos mestres deviam concluí-la até ao São João de 1772, em preço e quantia de seiscentos e setenta mil reis, distribuídos da seguinte forma:

“se lhe darão duzentos mil reis e depois das paredes feitas outros duzentos mil reis e finda a obra da casa de paredes sento e setenta mil reis e no fim da obra sem mil reis e declararam mais que os duzentos mil reis de que asima se fes menção serão dados feita a obra de paredes athe as traues e que concluhida athe o fim das paredes serem os sete digo serem os sento e setenta mil reis que sam declarados” (“Escritura de obrigação feita por Manuel Rodrigues ...”, fl.48).

### ***PASCOAL PARENTE – Solar dos Caiado Ferrão e Capela, Trevões (SJP) (c.1771)***

Pascoal Parente<sup>236</sup>, artista polivalente, exerceu o ofício tanto de pintor de têmpera e fresco, como de óleo, este último originalmente sua aptidão (Paula 2011, 14). Italiano nascido em Resina, na região de Nápoles (Itália), deixou o seu país de origem em data incerta e instalou-se em Portugal para aqui exercer a sua actividade (Craveiro 1982, 10).

---

<sup>235</sup> Armando Palavras (2011, doc. 28, 47-50) considera que esta casa se localiza em Moura Morta. Porém, o documento é claro quando menciona “elles se obrigauão a fazer hua casa de novo ao dito Manoel de oliueira em o Lugar de estremadouro da freguezia de fontellos [...] (fl.47v).

<sup>236</sup> Veja-se: Dias 1978; Craveiro 1982; Reis 2006; Paula 2011; e Rodrigues 2015.

Sabe-se que, em 1756, já se encontrava em Coimbra, onde produziu uma considerável série de obras que se conservam em várias igrejas daquela cidade (Craveiro 1982, 10)<sup>237</sup>. Ali pintou inúmeras telas e frescos de qualidade irregular, revelando-se o artista que mais encomendas e solicitações recebeu em Coimbra na segunda metade do século XVIII. Onde a sua obra-prima, foi sem dúvida, a decoração da cúpula da Capela do Seminário Maior, datada de 1755, com efeitos de luminosidade atmosférica que decorrem da grande tradição italiana vinda de Correggio (1489-1534), Giovanni Lanfranco (1582-1647) e Pietro da Cortona (1596-1669) (Mello 1998)<sup>238</sup>. Pascoal Parente foi por isso mesmo um importante representante da corrente italianizante na região das Beiras (Paula 2011, 7), onde trabalhou na Igreja de Nossa Senhora da Esperança na Abrunhosa do Ladário, no Convento de Salzedas, e na Igreja das Almas, em Mangualde (Craveiro 1982, 11).

A partir de 1776 e até ao ano da sua morte, Pascoal Parente regressou à área de Coimbra<sup>239</sup>. Foi precisamente antes do regresso a esta cidade que Parente se deslocou à localidade de Trevões (SJP) (Craveiro 1982, 11). Aí foi contratado pela família local Melos e Vasconcelos para decorar a Capela de Nossa Senhora da Conceição, anexa ao seu solar<sup>240</sup> (Paula 2011, 67-68; **Fig. 77**). Conhecido como Solar dos Caiado Ferrão e construído no início do século XVII, o edifício tinha sido restaurado pelo morgado Francisco Xavier de Almeida Caiado Melo e Vasconcelos no final da década de 1760

<sup>237</sup> Mencionem-se: a bandeira processional de S. Martinho do Bispo (1756); Sagrado Coração de Jesus - Museu Nacional Machado de Castro, Coimbra (1758); conjunto pictórico para o Seminário Maior de Coimbra (c.1760); Mártires do Marrocos - Igreja de Santo António dos Olivais, Coimbra (1761); Pregação e degolação de São João Baptista - Museu Nacional Machado de Castro, Coimbra (1762); os dois frescos para a Igreja de São João Almedina (actualmente no Museu Nacional de Machado de Castro, Coimbra; 1762); dois retratos de D. Miguel da Anunciação (Museu Nacional Machado de Castro, em Coimbra (1779); a Aparição da Virgem a São Domingos - Diocese de Coimbra (1783); entre outras. Consulte-se a obra relativa a Coimbra in Paula (2011, 26-98).

<sup>238</sup> Veja-se: Mello 1998, 191-192, 254.

<sup>239</sup> “A ida de Pascoal Parente para Coimbra insere-se numa tendência vigente em Portugal, que teve como apogeu o reinado de D. João V: a importação de artistas e modelos provenientes do estrangeiro, especialmente oriundos da Itália. A melhoria das finanças de Portugal permitiu que o monarca estabelecesse uma política de mecenato que notabilizou a produção artística em todo o país. Estes artistas estrangeiros deixaram influxos marcantes no *modus operandi* da arte em Portugal, legando aos artífices nacionais uma proveitosa herança estilística. Nem todos estes artistas, entretanto, poderiam ser considerados mestres no que se refere à qualidade das obras executadas. Na verdade, apresentavam diversos níveis de qualidade artística, desde os mais medíocres até os mais evoluídos tecnicamente.” (Paula 2011, 6).

<sup>240</sup> Consulte-se “Solar dos Caiado Ferrão”, in Vol. II - Fichas de inventário, parte II, ficha nr.45.



(Craveiro 1982, 11-12)<sup>241</sup>. A obra de Parente inclui-se, portanto, na fase final da campanha de obras iniciada pelo morgado, trabalho que foi realizado a partir de 1771 (Craveiro 1982, 13; Reis 2006, Vol.II, 239).



FIG. 77 - SOLAR DOS CAIADO FERRÃO, TREVÕES (SJP).

(A) FACHADA PRINCIPAL.

(B) INTERIOR DE CAPELA.

(FONTE: (A) FOTOGRAFIA DA AUTORA, JANEIRO DE 2014; E (B) SIPA FOTO.00519424).

Actualmente em estado de quase total ruína e abandono, o Solar dos Caiado Ferrão é um dos mais notáveis casos de decoração pictórica total (Reis 2006, 241) com um programa iconográfico simples mas devidamente organizado. Parente é autor do retábulo da capela<sup>242</sup>, onde domina uma grande tela rectangular com uma Nossa Senhora da Conceição, análoga a outras da sua autoria (Paula 2011, 68)<sup>243</sup>. Revestiu as paredes a fresco com arquitecturas ilusionistas<sup>244</sup> e as quatro Virtudes Cardiais (Justiça, Fortaleza, Prudência e Temperança), além de pequenos anjos que inclusive ladeiam a representação do brasão dos Melos (Craveiro 1982, 13; **Fig.78**). No tecto simulou falsas

<sup>241</sup> A inscrição no portal da capela regista a data da construção daquele espaço, num período em que a casa sofre inúmeras intervenções que resultaram no seu aumento: «conforme alude a inscrição na portaria da capela: “TOTA PVL / CRA EST MARJA 1768”» (Craveiro 1982, 11-12).

<sup>242</sup> Tarefa que muito provavelmente delegou num mestre carpinteiro, uma vez que não há notícia de talha no conjunto da sua obra.

<sup>243</sup> Trata-se de uma composição harmoniosa e equilibrada, com uma atitude perfeitamente convencional, dominando o quadro. A composição assemelha-se a outras expostas no Museu Machado de Castro, em Coimbra, nas telas da Igreja de Santo António dos Olivais na mesma cidade, nas do Museu da Capela da Universidade de Coimbra, nas de Salzedas e nas Igreja de Lavos (Craveiro 1982, 13).

<sup>244</sup> “As arquitecturas simuladas são as típicas do último barroco, do tempo e tipo comum do reinado de D. José I, e inclui, frequentemente motivos ornamentais rococós.” (Craveiro 1982, 13).

arquitecturas com colunas de mármore que delimitam espaços ilusórios e ao seu centro pintou a Imaculada Conceição com São Miguel Arcanjo e as Três Virtudes Teologais (Fé, Esperança e Caridade) (Craveiro 1982, 13). Estas recordam as obras do pintor no tecto do corpo da Igreja do Carmo em Viseu e as do tecto do corpo da nave da Igreja de Nossa Senhora da Esperança na Abrunhosa do Ladário (Reis 2004, Vol.I, 434). Para além destas obras, Parente executou ainda as pinturas do forro das salas do solar que, tal como informa Lurdes Craveiro, desapareceram há anos (1982, 12).

Refira-se ainda que o vocabulário decorativo rococó, utilizado por Pascoal Parente no Solar dos Caiado Ferrão, denota a época avançada do século XVIII em que foi executada, testemunhando, ainda, “[...] o nível artístico na pintura portuguesa provincial da segunda metade do século XVIII” (Craveiro 1982, 14).

A sua actividade na Região Demarcada do Douro, à semelhança de outros nomes já mencionados – tais como Matias Loureço de Matos, Miguel Francisco da Silva, entre outros – é um dado que reforça a nossa convicção sobre a cultura artística relativamente actualizada dos encomendantes regionais, tendo em conta as circunstâncias epocais e o seu distanciamento dos focos artísticos da capital e de outras cidades como o Porto, Braga ou Coimbra. Embora tratando-se de uma zona interior do país, também à Região Demarcada do Douro chegavam as novidades, trazidas e integradas por executantes do inegável prestígio local.



FIG. 78 - CAPELA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DO SOLAR DOS CAIADO FERRÃO, TREVÕES (SJP).

(A) INTERIOR DE CAPELA;

(B) PAREDE LATERAL;

(C) PORMENOR DE PINTURA.

(FONTE: SIPA FOTO.00519426)

***JOSÉ MARTINS e DOMINGOS MARTINS PEREIRA – Casa da Quinta da Timpeira (Vila Real; 1790)***

José Martins e Domingos Martins Pereira, respectivamente pai e filho, eram ambos carpinteiros e moradores na freguesia de Fornelos (SMP; Palavras 2011, Tabela 2 - Capelas de Penaguião). Em 1790, foram contratados por António de Queirós e pelo seu irmão, o Reverendo José de Queirós, para fazerem a obra de carpintaria e talha da tribuna da capela que possuíam na Quinta da Timpeira (Vila Real)<sup>245</sup>.

Em termos próximos do que se nos depara em documentos já mencionados, também esta escritura fazia menção a outras obras, sendo que a referida tribuna deveria ser feita em planta e de forma idêntica à da Capela de Nossa Senhora do Rosário da Casa do Pinheiro, em Sanhoane (SMP), onde os dois irmãos viviam (Palavras 2011, Vol.V, 97-99). Entre outros aspectos, a proporção da peanha da imagem da Senhora, a banquetta de seis castiçais, bem como os atlantes e frisos seriam semelhantes aos da capela de Sanhoane (Palavras 2011, Vol.V, 97-99).

***JOSÉ CAETANO DE GOUVEIA – Casas de Manuel Pinto Macho, Barqueiros (MF; 1791)***

José Caetano de Gouveia, mestre de ofício desconhecido, era morador no lugar de Cavilhão, em São Martinho de Mouros (RS).

A 10 de Dezembro de 1791 foi contratado para fazer a obra de carpintaria das casas de Manuel Pinto Macho, na vila de Barqueiros (MF)<sup>246</sup>, o que nos leva a supor que se trataria de um mestre carpinteiro (Vol. I - Anexo documental, doc.19, fl.139v)<sup>247</sup>. Sobre a mesma obra, Manuel Pinto Macho pretendia “[...] fazer nas cazas em que uiue huma obra de tres Sallas hum bar[?] onde e cozinha”, dando-se ao referido mestre o

---

<sup>245</sup> “Escritura de obrigação feita por José Martins e Domingos Martins Correia de Fornelos a António Queirós e seu irmão”, 8 de Fevereiro de 1790. ADVRL, Cartório Notarial de Santa Marta de Penaguião, 5.º Ofício, Lv.72, fls.3-5v. Escritura transcrita por Palavras (2011, Vol.V, 97-99).

<sup>246</sup> Desconhece-se a localização da referida casa.

<sup>247</sup> A escritura não é clara quanto ao ofício de José Caetano de Gouveia, mencionando apenas a especificidade da obra. Veja-se “Escritura de fatura de obra das casas de Manuel Pinto da vila de barqueiros a qual se obriga a fazer e José Caetano de Gouveia da Casa Nova da Cavilhão desta vila (São Martinho de Mouros) na forma dos apontamentos feitos e assinados por eles”, 10 de Dezembro de 1793. ADVIS, Cartório Notarial de Resende, Lv.398/10, fls.138v-140v. Vide Vol. I - Anexo documental, doc.19 (documento inédito).

prazo de um ano, na forma dos apontamentos. Estipulavam-se duzentos e nove mil reis para comprar as madeiras e executar a obra (Vol. I - Anexo documental, doc.19, fl.139v).

***MANUEL GUEDES e JOSÉ JOAQUIM – Casa de Luís Pereira de Mello Souto Maior (Casa das Cabanas), Sanhoane (SMP); e Casa de Luís de Silva Pereira Oliveira, Estremadouro (PR) (1791; 1794)***

Manuel Guedes e José Joaquim eram mestres carpinteiros. O primeiro residia no lugar dos Vales do Loureiro (PR), enquanto o segundo, morava na freguesia de Sanhoane (SMP). Supomos que ambos deveriam ser conhecidos na área em estudo, uma vez que desenvolveram vários trabalhos de carpintaria na região e, em particular, no contexto da arquitectura civil doméstica.

Em 28 de Outubro de 1791, Manuel Guedes e José Joaquim ajustaram com Luís Pereira de Mello Souto Maior a obra de carpintaria da Casa das Cabanas, situada em Sanhoane (SMP)<sup>248</sup>. Esta obra já se havia iniciado em Abril do mesmo ano, tendo então sido entregue ao pedreiro Filipe António da Cal, atrás mencionado. Depreende-se que se pretendia, completar os interiores da casa com o trabalho de madeiras nos quartos e salas.

Mais tarde, em 1794, os mestres Manuel Guedes e José Joaquim foram novamente contratados para executarem um conjunto de obras de carpintaria na casa de Luís de Silva Pereira Oliveira, no lugar de Estremadouro, actualmente pertencente ao concelho de Peso da Régua<sup>249</sup>.

***JOSÉ ANTÓNIO – Casa de Luís Cardoso de Meneses e Silva, Fontelas (SMP) (1797)***

José António, mestre carpinteiro, residia no lugar de Sequeiros, freguesia de Loureiro (SMP). Em 1797 ajustou com Luís Cardoso de Meneses e Silva, da freguesia de

<sup>248</sup> “Escritura de ajuste e empreita da obra que toma José Joaquim de Sanhoane a Luís Pereira de Mello Souto Maior da Casa das Cabanas da mesma freguesia de Sanhoane termo de... Vila Real”, 28 de Outubro de 1791. ADVRL, Cartório Notarial de Santa Marta de Penaguião, 5.º Ofício, Lv.73, fls.25-27v.

<sup>249</sup> “Escritura de empreita de obra que dá o Doutor Luís de Silva Pereira Oliveira a Manoel Guedes e José Joaquim Mestres carpinteiros todos do termo de Santa Marta Real, s.d., 1794. ADVR, Cartório Notarial de Santa Marta de Penaguião, 4.º Ofício, Lv.75, fls.6v-10.

Fontelas, a obra de carpintaria das suas casas<sup>250</sup>. De acordo com a escritura, Luís Cardoso havia mandado reformular a sua residência, “[...] fazendo hum aCresnto de duas Salas e quatro quartos para armação das quais erão necessarias traves, Ramates Caibros, Latas, Solho, forro, portas e janellas e outras miudezas respeitantes ao ofício de Carpintaria” (Vol. I - Anexo Documental, doc.23, fl.1v). Para executá-la, contratou dois mestres carpinteiros que deveriam, seguindo as condições estabelecidas, imitar as salas e quartos da casa de Luís da Silva Pereira Oliveira (Vol. I - Anexo documental, doc.23, fl.3), anteriormente citada. A obra deveria ser concluída no princípio de Agosto de 1798, e seria paga na

“[...] quantia de quatrosentos setenta e dois mil e quinhentos a Conta dos quais recebeo a fatura desta quarenta e oito mil reis que Se contarão na minha prezença de que dou fe e o Resto sera pago pella maneira seguinte no inicio do proximo intrante mes de Sento e quarenta e oito mil reis seja ao tempo estiverem as traves ao que dão de todo o mais restante em quatro pagamentos” (Vol. I - Anexo documental, doc.23, fl.3v).

### ***ANACLETO ALVES – Casa do Tralhariz, Vilarinho da Castanheira (CA) (1797)***

Anacleto Alves, mestre carpinteiro de Favaio (ALJ), era assistente em Carrazeda de Ansiães (CA). A 3 de Setembro de 1797, ajustou e fiou a obra de carpintaria das “Cazas feitas de nouo” de D. Maria de Sampaio e Vasconcelos, no lugar de Tralhariz, freguesia de Castanheiro do Norte (CA; Vol. I - Anexo documental, doc.24)<sup>251</sup>.

A residência de D. Maria de Sampaio e Vasconcelos, viúva de Carlos José de Sampaio Coutinho, também conhecida por “Casa de Tralhariz”<sup>252</sup>, foi reconstruída no final do século XVIII, conforme a referida escritura o atesta (Vol. I - Anexo documental, doc.24). De facto, este documento esclarece ainda ter sido D. Maria de Sampaio a impulsionadora das obras de melhoramento que se realizaram na casa, dando maior

<sup>250</sup> “Escritura de empreita de obra de Carpintaria que dá Luís Cardoso de Meneses e Silva da freguesia de Fontelas aos Carpinteiro José António do lugar de Sequeiros freguesia de Loureiro”, 8 de Dezembro de 1797. ADVRL, Cartório Notarial de Santa Marta de Penaguião, 4.º Ofício, Lv.77, fls.20v-24. Escritura transcrita por Palavras (2011, Vol.V, 112-116) e reproduzida no Vol. I - Anexo documental, doc.23.

<sup>251</sup> “Escritura de ajuste e fiança da obra de carpintaria das casas de D. Maria de Sampaio e Vasconcelos que faz o mestre Carpinteiro Anacleto Alves”, 3 de Setembro de 1797. ADBGC, Cartório Notarial de Carrazeda de Ansiães, 1.º Ofício, Cx. 9, Lv. 53, fls. 18v-19. Documento revelado no decorrer desta investigação (Glória 2016, 325; 334-335) e reproduzida no Vol. I - Anexo documental, doc.24.

<sup>252</sup> Sobre esta casa consulte-se: Portela 2004, 59-134; Portel 2008; Moraes 2014, Vol. II, 178-181.

dignidade à mesma. É neste contexto que se integram as obras de carpintaria (Portela 2004, 77), destacando-se e evidenciando-se o papel feminino na esfera da encomenda.

### ***JOSÉ MANUEL FERREIRA – Casa da Quinta da Timpeira, Sanhoane (SMP) (1800)***

José Manuel Ferreira, dourador e entalhador do lugar de Travassos, freguesia do Loureiro, actualmente pertencente a Peso da Régua, foi contratado a 29 de Julho de 1800 para dourar e pintar uma capela particular na Quinta da Timpeira (Vila Real)<sup>253</sup>. A capela e quinta pertenciam ao Reverendo João de Queirós de Mesquita, da Casa do Pinheiro de Sanhoane (SMP), o qual era igualmente familiar dos anteriormente citados Queirós de Mesquita.

Supomos que José Manuel Ferreira viria a concluir os trabalhos já iniciados por José Martins e Domingos Martins Pereira, carpinteiros, contratados para fazerem a obra de carpintaria e talha da tribuna da capela da mesma quinta, em 1790, conforme se disse anteriormente.

Infelizmente, sobre a actividade profissional deste mestre pouco se sabe além da escritura mencionada.

QUADRO X – Pintores e carpinteiros na casa nobre duriense: século XVIII		
Nome	Naturalidade / Residência	Obra
Anacleto Alves	Favaios (ALJ) / Carrazeda de Ansiães	Casa do Tralhariz, Vilarinho da Castanheira (CA; 1797)
João Machado	? / lugar de Curvaceira, Penajóia (LMG)	Casa do Terreiro, Cidadelhe (MF; 1732)
João Vieira de Araújo	Parada do Pinhão, Vila Real (VR)	Casa e Capela de João Teixeira Carvalhais Ribeiro, Provesende (SBS; 1741)
José António	Sequeiros, Loureiro (SMP)	Casa de Luís Cardoso de Meneses e Silva, Fontelas (SMP; 1797)
José Caetano de Gouveia	lugar de Cavalhão, São Martinho de Mouros (RS)	Casa de Manuel Pinto Macho, Barqueiros (MF; 1791)
José Manuel Ferreira	lugar de Travassos, Loureiro (PR)	Quinta da Timpeira, Sanhoane (Santa Marta de Penaguião; 1800)
José Martins Domingos Martins Pereira	? / Fornelos (SMP)	Capela da Casa da Quinta da Timpeira (Vila Real; 1790)

<sup>253</sup> “Escritura de obra de dourar pintar uma Capela sita na Quinta da Timpeira do termo de vila real que é de António de Queirós de Mesquita da freguesia de Sanhoane”, 29 de Julho de 1800. ADRVL, Cartório Notarial de Santa Marta de Penaguião, 3.º Ofício, Lv. 136, fls.20-20v. Vide Vol. I - Anexo documental, doc.26 (documento inédito).

QUADRO X – Pintores e carpinteiros na casa nobre duriense: século XVIII		
Nome	Naturalidade / Residência	Obra
<b>Manuel Rodrigues</b> <b>João Alves</b>	Outeiro do Carvalho (?), Sedielos (PR) Vinha Velha de Carvalho, termo de Couto de Moura Morta (PR)	Casa nova no lugar de Estremadouro, Fontelos (PR; 1760)
<b>Manuel Guedes</b> <b>José Joaquim</b>	lugar dos Vales do Loureiro (PR) Sanhoane (MF)	Casa de Luís Pereira de Mello Souto Maior (Casa das Cabanas / casa do Meio, Sanhoane, MF; 1791)
<b>Manuel Guedes</b> <b>José Joaquim</b>	lugar dos Vales do Loureiro (PR) Sanhoane (MF)	Casa de Luís de Silva Pereira Oliveira, Estremadouro (PR; 1794)
<b>Pascoal Parente</b>	Resina, Nápoles / Coimbra	Solar dos Caiado Ferrão e Capela, Trevões (SJP; c.1771)

Quadro-síntese elaborado pela autora.

### 3.4. Circulação de artistas

No espaço geográfico do nosso estudo pudemos assinalar e individualizar a presença de diversos mestres de obras, quer nacionais quer estrangeiros. Todavia, a pesquisa documental desenvolvida e concentrada nos fundos notariais dos arquivos distritais não se mostrou totalmente proveitosa no que concerne à actividade profissional dos autores das casas inventariadas. Ainda assim, revelou um universo de mestres que haviam sido contratados para múltiplas obras, designadamente igrejas matrizes e capelas públicas, entre outras. Tal facto não invalida que estes mesmos mestres tenham participado na edificação de algumas das casas, como nelas possam ter deixado um sinal da sua influência artística e arquitectónica, expressão de uma cultura estética.

A subida ao trono de D. João V (1689-750) em 1707 representou, como é sabido, o início de uma época que corresponde ao culminar do Barroco em Portugal, segundo o modelo católico e de expressão triunfal. Para isso contribuiu a conjuntura económica, extremamente favorável graças aos recursos da colónia brasileira, o ouro em particular, conjugados com a situação mais globalmente vivida (Costa 2011, 2113) e que trouxe prosperidade a muitas áreas do Reino.

O gosto do rei, que tinha a cidade de Roma como referência, favoreceu um italianismo dominante na arte de corte, mas que conheceu ao mesmo tempo

desenvolvimentos independentes, como é o caso do Porto por efeito da actividade de Nasoni.

Mas foi o espírito ambicioso e o gosto do monarca português que fizeram dele o grande mecenas deste período, procurando trazer para a Corte os melhores artistas nacionais e estrangeiros, assim como importando um grande número de obras de arte. A par da Corte, um pouco por todo o reino assistiram-se a inúmeras campanhas para construção e desenvolvimento de obras, levando à natural circulação de artistas. Neste quadro, a Região Demarcada do Douro não foi isenta e, tratando-se de uma extensa área, era igualmente palco de inúmeras obras de vulto nas suas principais cidades – Vila Real, Viseu, Lamego, Bragança ou Guarda –, para onde acorriam artistas e artífices, quer naturais quer residentes nas proximidades à procura de labor.

Com base no levantamento de artistas e artífices associados às casas nobres durienses (**Quadro IX e X**), pode-se afirmar que o *corpus* de mestres é constituído por naturais e/ou residentes do(s) concelho(s) onde trabalhavam, isto é, eram mestres locais. Podiam ainda ser provenientes de outras localidades, sobretudo, dos concelhos próximos àqueles em que desenvolviam funções, mas também de outras províncias, como é o caso do Minho, ou ainda da vizinha Espanha. De qualquer forma, a sua presença na região norte de Portugal justifica-se pela procura de trabalho, levando-os a arrematarem obras noutros locais que não necessariamente os da sua origem ou residência. Noutros casos, foram chamados e contratados pelos próprios encomendadores, aspecto interessante e revelador da importância que alguns destes artistas alcançaram em determinados meios.

Além dos mestres apresentados anteriormente há que assinalar a presença e circulação de outros nesta região. Alguns foram mesmo figuras de relevo no panorama artístico do século XVIII em Portugal, outros apenas mestres locais. Embora inseridos num espaço geográfico mais restrito, de menor importância e influência artística, acabaram por actuar como mais-valia pelo facto de terem arrematado um importante conjunto de obras. Destacamos assim na Região Demarcada do Douro a presença de:



**NICOLAU NASONI (1691-1773) – Cumieira, Lamego, Vila Real ...**

Foi certamente o mais importante de todos eles. Pintor e arquitecto italiano<sup>254</sup>, nasceu a 2 de Junho de 1691, em San Giovanni Valdarno di Sopra, na província de Arezzo. Nicolau Nasoni formou-se em Siena, entre c.1713 e 1720, onde adquiriu conhecimentos artísticos e empreendeu os primeiros trabalhos no campo da arte efémera. Foi discípulo do pintor Giuseppe Nasini (1657-1736), de Franchini e do pintor-arquitecto Vincenzo Ferrati. Na sua formação conta toda a herança da escola decorativa da Toscana de finais do século XVII e inícios do XVIII, como ainda a arte de Pietro da Cortona (1596-1669) e de Bernardo Buontalenti (1531-1608) (Ferreira-Alves in Pereira 1989, 306).

Transferido de Siena para Bolonha e depois Roma, instala-se em 1723 na ilha de Malta, onde trabalhou no Palácio de La Valleta no tempo de frei D. António Manuel de Vilhena, ao tempo Grão-Mestre da Ordem de Malta. Aí decorou três galerias do andar nobre, sendo-lhe atribuídas outras intervenções. Foi exactamente em Malta que conheceu algumas figuras portuguesas, entre as quais frei Roque de Távora e Noronha, irmão de Jerónimo de Távora e Noronha Leme Cernache (1690-1754), deão da Sé do Porto, responsável pela sua vinda para o Porto, em 1725. Já em Portugal, em 1729, Nicolau Nasoni casou com uma napolitana da qual teve um filho. Um ano após enviuvar, casou novamente, tendo cinco filhos, desenvolvendo uma carreira de quase meio século sempre no norte do seu País de adopção.

Na primeira fase da actividade de Nicolau Nasoni (Brandão 1964, 27-76) avulta a pintura cenográfica de grande aparato decorativo, fruto da sua sólida preparação técnica, que não deixou de causar enorme impacto pela novidade da sua linguagem visual. Mas depressa passou à arquitectura, tornando-se rapidamente na figura principal da arte portuense da primeira metade do século XVIII.

Entre 1725 e 1733, realizou os ciclos de pintura a têmpera para a Sé do Porto, incluindo a capela-mor, a sacristia e, provavelmente, o corpo da igreja. Terá sido neste período que Nasoni trabalhou com um dos mestres já mencionados, Miguel Francisco da Silva (Ferreira-Alves in Pereira 1989, 309).

---

<sup>254</sup> Sobre este artista consulte-se: Brandão 1964; Brandão 1987; Smith 1966; Ferreira-Alves in Pereira 1989, 305-310.

Do Porto, seguiu para Lamego onde, entre 1737 e 1738, pintou as abóbadas da nave central e das naves laterais da Catedral, certificando a autoria talvez com um certo desejo de afirmação pela assinatura e data nas pinturas realizadas<sup>255</sup>. Ficou por averiguar se a sua presença em Lamego se restringiu a esta obra ou se poderá ter, eventualmente, participado noutras de carácter particular.

Em 1739 partiu para a Cumieira (SMP), próximo de Vila Real, onde pintou o interior da Igreja de Santa Eulália, de que restam ainda vestígios (Brandão 1987, 40-41). A presença de Nasoni pela região duriense ficou inclusive registada numa inscrição junto à entrada da mesma igreja: “NICOLAO NASONIO SENENSIS PINGEBAT ANNO 1739” (Brandão 1987, 40). A presença deste artista na Cumieira, pequena freguesia afastada dos principais centros urbanos, deverá ser entendida num contexto mecenático, patrocinado por D. Luís António de Sousa Botelho, Morgado de Mateus e Cumieira, que entendeu favorecer a referida Igreja.

Durante estes anos trabalhou ainda para a Igreja do Convento de Santo António de Ferreirim, em Lamego, para a Igreja Matriz de Tarouca, para a Casa do Despacho, para a Igreja da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco e para o Palácio do Freixo, no Porto (Ferreira-Alves in Pereira 1989, 309-310).

Enquanto arquitecto, Nicolau Nasoni projectou para a influente Irmandade dos Clérigos a Igreja, a enfermaria-secretaria e a Torre dos Clérigos que viria a alterar a fisionomia da cidade, tendo ainda riscado a planta para o Paço Episcopal do Porto (1734) (Ferreira-Alves in Pereira 1989, 309). É também da sua autoria um conjunto de desenhos de fontes e chafarizes<sup>256</sup>, o risco da frontaria da Igreja do Bom Jesus de Matosinhos (1743-1748) e a reconstrução da Igreja Matriz de Santa Marinha, em Vila Nova de Gaia (1745) (Ferreira-Alves in Pereira 1989, 309).

Ainda na década de 40, deslocou-se a Vila Real para participar nas obras de remodelação da Casa de Mateus (Smith 1973, 26). Aqui, trabalhou com outro mestre de

<sup>255</sup> Em Março de 1739, o artista apresentou a conta da sua obra, tendo recebido de imediato pelas mãos do cônego António José Teixeira Pimentel (Costa 1977, Vol. V, 585, nota 18).

Sobre a sua presença em Lamego e, em particular, a obra executada, consulte-se: Frias 2013, 223-242.

<sup>256</sup> Com particular destaque para as do Santuário de Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego, e o do Anjo S. Miguel, junto à galilé da Sé portuense.

renome deste período, José Figueiredo de Seixas, com o qual terá edificado a Capela Nova (Ferreira-Alves in Pereira 1989, 443).

Segundo Robert Smith, outras casas e palácios poderão ser da autoria de Nasoni, pois, na segunda metade do século XVIII, a par de obras de carácter religioso<sup>257</sup>, este pintor-arquitecto projectou várias casas nobres no Porto e arredores. São disso exemplo as quintas de Santa Cruz do Bispo, de Bonjóia e da Prelada, e o Palácio do Freixo<sup>258</sup>. Foi ainda autor de inúmeros desenhos para os interiores destas casas e respectivos jardins, como também para igrejas.

Nicolau Nasoni faleceu a 30 de Agosto de 1773, sendo sepultado na Igreja dos Clérigos, no Porto (Ferreira-Alves in Pereira 1989, 443).

Ainda que não se tenha encontrado documentação notarial, escrituras, plantas ou desenhos assinados que atestem a intervenção de Nasoni em algumas casas nobres da Região Demarcada do Douro, não se pode deixar de assinalar a sua passagem pela Cumieira e por Vila Real. Por outro lado, só uma análise mais atenta e comparativa das casas da sua autoria e das casas durienses poderia sustentar tal suposição.

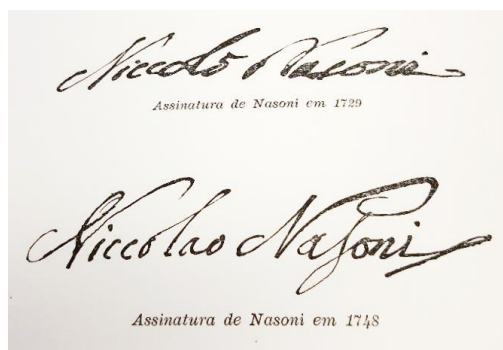


FIG. 79 - "NICOLAU NASONI".  
(ASSINATURAS).  
(FONTE: SMITH 1966, 18).

<sup>257</sup> Como a Casa do Despacho da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco, no Porto; a Igreja de Santiago de Bougado; e o edifício da Cadeia e Tribunal da Relação do Porto, já citado.

<sup>258</sup> A este respeito consulte-se os trabalhos académicos de Carneiro, Manuel Almeida. 2016. «"Si bene aedificaveris, bene habitaveris": entre a casa agrícola e a quinta de recreio no espaço rural do Porto (séculos XVIII-XIX)». Tese de Doutoramento, Universidade Aberta, 2 vols.; e, Tedesco, Giovanni. 2011. "Nicolau Nasoni: formação de um pintor e de um artista da arte efémera em Itália (1691-1723). Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto.

**JOÃO DA CUNHA – São João da Pesqueira**

João da Cunha foi pedreiro na província do Minho (Alves 2001, 240-241). Em 1783, encontra-se em São João da Pesqueira, onde executa a obra da Casa da Câmara, cadeia, arcos e torre para o relógio<sup>259</sup>. Esta obra insere-se na transformação urbana ocorrida entre 1780 e 1795, à qual se associou a edificação de um conjunto de edifícios marcantes, sobretudo a Casa da Câmara e a cadeia, localizados na actual Praça da República (Caetano 2001, Vol.I, 188). Recordamos que nesta praça se situa, mesmo em frente dos antigos Paços do Concelho, o Palácio dos Távoras, que muito possivelmente estaria a ser construído ou em vias de conclusão. Fica por averiguar se João da Cunha, do qual não temos outros dados<sup>260</sup>, terá participado também na edificação daquela casa nobre, uma vez que no espaço do seu estaleiro de obras se inseria o referido Palácio.

Nas proximidades da Praça da República localizam-se outras duas importantes casas – a Casa dos Pintos, na Rua Direita, e a Casa do Cabo, na Avenida Marquês de Soveral. Tratam-se de obras muito possivelmente das décadas de 1770 ou 1780, dada a sua semelhança com outras do mesmo período. Daí não ser excessivo aventar a hipótese de que João da Cunha possa também ter participado nestas duas construções.

**MANUEL GOMES – Lamego**

Manuel Gomes foi pedreiro ou canteiro, sendo referido por M. Gonçalves da Costa (1983, Vol.V, 370-371) ao descrever um episódio passado em Lamego durante a construção da casa de António Rebelo Teixeira de Vasconcelos, irmão do Padre Simão dos Anjos, religioso de S. João Evangelista.

“A obra havia sido arrematada pelo mestre Manuel Gomes e, a alturas tantas, entre os seus oficiais e os criados do fidalgo surgiu uma «pendência» tal que chegou a meter armas e espadas. No reboiço, um preto disparou a escopeta, tendo alguns pelouros atingindo acidentalmente o mestre pedreiro, momento em que este se travava de razões com o dono do prédio. Do documento não consta qualquer intervenção do P. Simão na rixa. No entanto,

<sup>259</sup>“Escritura de fiança que dá Diogo da Silva (homem de negocio de Trancoso) aos pagamentos da obra da casa da camara e cadeia e mais obra da dita vila de São João da Pesqueira”, 1783. ADVIS, Cartório Notarial de Lamego, 3.º Ofício, Lv.135/6, fls.172v-174v. Documento transcrito parcialmente por Alves 2001, Vol.I, 240-241.

<sup>260</sup> Curiosamente, encontrou-se um “João da Cunha”, também mestre pedreiro e natural da freguesia de Santa Maria de Paredes, província do Minho, em Carrazeda de Ansiães, concelho limítrofe de São João da Pesqueira. Em 1790, juntamente com outros mestres arrematou a obra da capela-mor e sacristia da Igreja de São Tiago de Amedo (Glória 2016, 318-319). Pela proximidade cronológica é admissível que o nome se refira ao mesmo mestre.

a 4 de Abril de 1725, Manuel Gomes assinou uma «escritura de confissão» a ilibá-lo de culpa, chamando-lhe homem de bom exemplo, na altura a rezar o breviário numa varanda, e declara-se disposto a jurar que ele nada teve a ver com o barulho.” (Costa 1983, Vol.V, 370-371)

Supõe-se que a referida obra tenha tido lugar na Casa da Azenha, em Cambres<sup>261</sup>. Não sendo por outro lado de excluir que o referido mestre, havendo conhecimentos e prática na edificação de casas, possa ter fortuitamente estado presente na construção de outras residências.

### **ANTÓNIO MENDES COUTINHO – Lamego**

Desconhece-se a naturalidade e/ou residência do mestre António Mendes Coutinho, o que não impede de ser mencionado no levantamento de mestres pedreiros e carpinteiros lamecenses, recentemente realizado por Inês do Carmo Borges (2018, Vol.I, 95-96). Neste contexto, a mesma historiadora refere:

“Era, nos meados do século XVIII, um dos melhores mestres pedreiros da cidade, e como todos os bons mestres do ofício, meio empreiteiro e arquiteto. Em 1740 faz com mais três companheiros um contrato de sociedade, cuja publicação julgo digna de interesse, e que transcrevo de um “Livro de notas” de Vicente de Paiva Pinto, de 1738 a 1740 (hoje no cartório de Jacinto Cruz): - “Escritura de contrato e sociedade q fazem o mestre João Martins e João Lourenço e António Mendes e M.<sup>el</sup> Monteiro [...]” (Borges 2018, Vol.I, 95-96)<sup>262</sup>.

Recordamos que João Martins e João Lourenço haviam arrematado a obra da Casa de Almacave, em 1739. António Mendes Coutinho pode ter, fortuitamente, colaborado com os referidos mestres noutras obras deste género.

### **MANUEL MONTEIRO SUPICO – Lamego**

Manuel Monteiro Supico foi um pedreiro que, em 1740, se associou aos seus colegas João Martins, João Lourenço e António Mendes para a execução de obras de arquitectura, pedraria e carpintaria. É, em 1751, uma das testemunhas da escritura do

---

<sup>261</sup> Trata-se de uma casa integrada numa quinta vinícola de finais de século XVII (Borges 2018, Vol.II, 462-492).

<sup>262</sup> Consulte-se a transcrição feita pela autora (Borges 2018, Vol. I, 95-96).

contrato da obra da tribuna da Senhora do Rosário, da Sé de Lamego, feita por João Correia Lopes, mestre entalhador (Correia 1923, 65). Tal como Mendes Coutinho, também ele poderá ter colaborado na edificação da Casa de Almacave, ou mesmo noutras obras particulares dos seus colegas.

### ***BENTO JOSÉ DE MELO – Carrazeda de Ansiães, Vila Nova de Foz Côa e Mêda***

Bento José de Melo era natural de Pombeiro, termo de Guimarães, activo na região duriense e, particularmente, nos concelhos de Carrazeda de Ansiães, Vila Nova de Foz Côa e Mêda (Glória 2016, 316-318).

Em 1775 assina uma escritura de fiança para a obra de carpintaria e pedraria da Igreja Matriz de Belver (CA) com José Correia, de Vale de Torno [Valtorno], de Vilarinho da Castanheira (Morais 2014, Vol. II, 469)<sup>263</sup>. Na década seguinte, em 1783, Bento José de Melo surge noutras localidades próximas, nomeadamente, na vila de Mêda, como arrematante do chafariz da fonte nova<sup>264</sup>. Alguns anos mais tarde, já em 1789, reaparece em Carrazeda de Ansiães, numa escritura de fiança sobre a obra de ladrilho da Igreja Matriz de Vilarinho da Castanheira (Morais 2014, Vol.II, 485)<sup>265</sup>.

Mas as suas obras não se ficaram por aqui, pois vêmo-lo ainda ligado aos trabalhos de pedraria da sacristia da Igreja de Pombal, actual Igreja de São Lourenço, que arrematou a 8 de Março de 1790, em sociedade com José Ferreira Simões, da freguesia de São Pedro da Cota, concelho de Viseu (Morais 2014, Vol.II482)<sup>266</sup>. É

<sup>263</sup> “Escritura de fiança que deu José Correia e seu irmão João Correia e Bento José de Melo à obra de carpintaria e pedraria da Capela Mor da Igreja de Belver”. ADBG, Cartório Notarial de Carrazeda de Ansiães, Cx. 5, Lv. 27, fls.184v-187. Transcrito parcialmente por Morais 2014, Vol. II, 469.

<sup>264</sup> “Escritura de arrematação que manda fazer Francisco Manoel de Abrunhosa desta vila da Meda como Esp. da obra do chafariz da fonte nova desta mesma vila ao mestre pedreiro Bento José de Melo da freguesia de Pombeiro termo de Guimarães”, 1783. ADGRD, Cartório Notarial de Mêda, 1.º Ofício, Cx.15, Lv. 212, fls. 42v-44.

<sup>265</sup> “Escritura de fiança que dá o mestre arrematante Bento José de Melo, oficial de canteiro à obra de ladrilho da Igreja Matriz desta vila de Vilarinho da Castanheira”, 12 de Agosto de 1789. ADBG, Cartório Notarial de Carrazeda de Ansiães, Cx. 8, Lv. 43, fls.7-8v. Transcrito parcialmente por Morais 2014, Vol.II, 485.

<sup>266</sup> Esta igreja foi edificada durante a primeira metade do século XVIII, a mando do Pe. António de Seixas, conforme atesta a inscrição da fachada posterior da capela-mor – “ESTA/ OBRA MANDOU/ FAZER O R(everen)DO AN/ TO(nio) DE SEIXAS 1750”. A obra da sacristia corresponderá, por isso, a uma outra fase, certamente de melhoramento e ampliação, a que se juntam os trabalhos de carpintaria e pintura (Glória 2016, 317-318).

igualmente da sua autoria a obra de carpintaria da tribuna e forro da capela-mor, sacristia e caixotões da Igreja Matriz de Mós do Douro, no concelho de Vila Nova de Foz Côa, executada em 1790 (Glória 2016, 318)<sup>267</sup>.

A maioria das obras de Bento José de Melo são, como verificámos, de carácter religioso. Não obstante, são contemporâneas de algumas das casas nobres inventariadas, nomeadamente o Solar dos Sampaio, em Linhares (CA); Casas Novas e Solar dos Sampaio de Almeida, na Mêda (MD); ou, ainda, de um conjunto diverso de casas em Vila Nova de Foz Côa. Podemos questionar-nos se terá participado na edificação daquelas, não se restringindo somente à arquitectura religiosa, suposição sem qualquer base documental que a sustente. No entanto, não é de descartar tal possibilidade, quer deste, quer de outros mestres já citados, terem participado ou colaborado na construção das diversas casas da Região Demarcada do Douro. Na realidade, algumas estariam a ser edificadas ao mesmo tempo que igrejas e capelas, sendo previsível a circulação destes mestres de todos eles entre os diversos estaleiros que estivessem ao seu alcance.

Num plano geográfico mais alargado, outros nomes teriam de ser tomados em consideração no âmbito da arquitectura civil. Nomes como, os bem conhecidos André Soares (1720-1768)<sup>268</sup>, Carlos Amarante (1748-1815)<sup>269</sup>, e o já mencionado José de Figueiredo Seixas (?-1773). Os seus percursos profissionais levaram-nos a concretizar obras particulares e não só, tornando-se figuras de relevo para o estudo da arquitectura do norte de Portugal. As relações artísticas entre as obras destes artistas e das casas nobres durienses é uma hipótese futura de estudo e que certamente contribuirá para um novo olhar, não só da possível circulação destes artistas, como da sua influência sobre os objectos desta investigação.

---

“Escritura de arrematação da obra da Igreja [...]”, 1790, 8 de Março. ADBG, Cartório Notarial de Carrazeda de Ansiães, Cx. 8, Lv. 44, fls. 20v-24. Publicado e transcrito parcialmente por Morais 2014, Vol.II, 482.

<sup>267</sup> Veja-se ADGRD, Cartório Notarial de Freixo de Numão, 2.º Ofício, Cx. 7, Lv. 84, fls.14-17v.

<sup>268</sup> Sobre a vida e obra de André Soares são indispensáveis os trabalhos de: Smith 1973 e Oliveira 2011.

<sup>269</sup> Sobre a vida e obra de Carlos de Amarante veja-se: Feio. 1950; Duarte, Eduardo Alves. 2000. *Carlos Amarante (1748-1815) e o final do classicismo: um arquitecto de Braga e do Porto*. Porto: FAUP.

## Capítulo IV – A arquitectura: tipos, modelos e decoração

### 4.1. Os materiais e os elementos de construção

Os elementos utilizados na construção da casa e de todos os seus constituintes agregam-se à tradição e à história local, às quais acresce o recurso aos materiais em abundância na região.

Não sendo objecto da nossa investigação a análise pormenorizada dos materiais utilizados durante o período que este estudo abarca, mas antes a sua consideração genérica, não podemos deixar de chamar à atenção para a diferença dos materiais utilizados na arquitectura do norte e do sul do País<sup>270</sup>. Entenda-se aqui o norte no sentido mais amplo, abrangendo o interior, cuja influência se estendeu até às Beiras, e o Sul que compreende pelo menos uma parte da região centro, a partir de Coimbra estendendo-se até ao Algarve (Calado 1999, 201). Na primeira região, como evidenciaremos de seguida, observa-se o recurso ao granito, enquanto que na segunda, se tornou evidente a preferência pelo mármore. Esta diferença levou naturalmente a divergências na arquitectura do norte e do sul, sobretudo salientada pelas diferentes escolhas artísticas e arquitectónicas. No que toca à Região Demarcada do Douro, será evidente pelo tipo de materiais utilizados e programas artísticos adoptados, que esta arquitectura se tornou mais dinâmica e viva quando comparada à do sul devido sobretudo à pedra escolhida na edificação destas casas.

---

<sup>270</sup> A comparação entre o Barroco do norte e o Barroco do sul tem merecido a atenção de vários historiadores, designadamente de Margarida Calado (1999, 201-209) que evidenciou as divergências e semelhanças de ambas as regiões.

Esta diferença foi ainda salientada por João Leal (2000, 127), embora já num outro prisma, quando se refere ao trabalho empreendido por Rocha Peixoto (1866-1909), no que concerne à tentativa de sistematização do tipo de habitação portuguesa que se conotava com uma diversidade de soluções proporcionava pelo uso de diferentes materiais de construção. Segundo o autor, “[...] as condições geológicas prevalentes em diferentes regiões do país, com o granito, o calcário e o xisto a determinarem formas distintas de agrupamento das casas e a influenciarem tanto soluções formais diferenciadas como variações importantes no aspecto exterior das casas” (Leal 2000, 127). Veja-se ainda Leal 2000, 128-ss.



## Pedra

O tipo de pedra utilizada na construção duriense é a que se encontra disponível naquele território. Como já dissemos, o granito e o xisto abundam na extensa área da Região Demarcada do Douro. A preferência pela pedra local constitui uma mais-valia, na medida em que se tratando de materiais já conhecidos dos mestres da região, eles já estavam habituados a lavar aquele material. Por outro lado, o recurso aos materiais locais revelava-se uma opção mais económica, uma vez que nas proximidades das povoações se encontravam pedreiras com alguma facilidade, evitando custos adicionais, criadas pelas deslocações mais longínquas. No mapa de exploração de pedreiras do norte (Fig. 80), pode verificar-se que em praticamente em todos os concelhos pertencentes à região duriense se encontram distribuídas pedreiras de granito, comprovando deste modo o fácil acesso aos materiais locais. Mas isso não significa que, se não tivesse optado pelo reaproveitamento de blocos retirados de edifícios antigos demolidos, uma prática que foi até bastante muito comum.

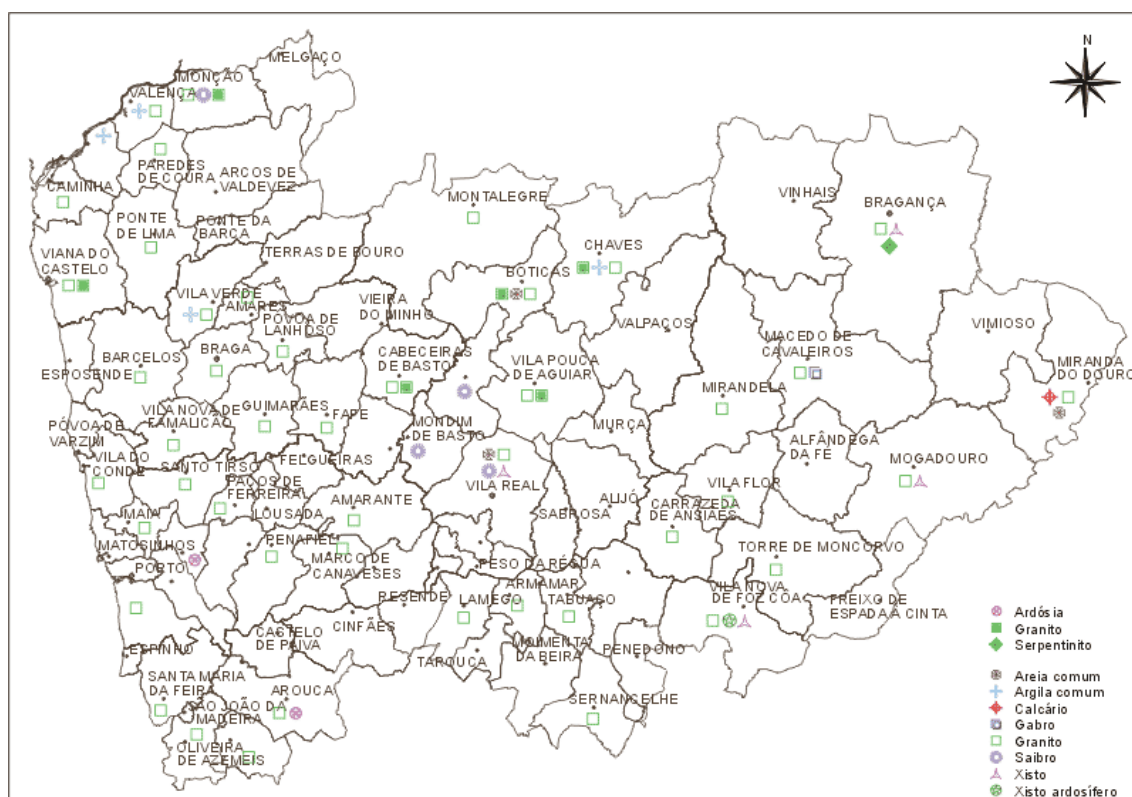


FIG. 80 - PEDREIRAS - PRINCIPAIS CENTROS DE EXPLORAÇÃO A NORTE DE PORTUGAL.

(FONTE: INSTITUTO GEOLÓGICO E MINEIRO (2000). PORTUGAL - INDÚSTRIA EXTRACTIVA. VERSÃO ONLINE NO SITE DO LNEG: [HTTP://WWW.LNEG.PT/CienciaParaTodos/EDICOES\\_ONLINE/DIVERSOS/IND\\_EXTRACTIVA](http://www.lneg.pt/CienciaParaTodos/EDICOES_ONLINE/DIVERSOS/IND_EXTRACTIVA)).

Como já vimos, o quartzito e o xisto estão disponíveis no Baixo e Cima Corgo, além de outro tipo de pedras. Todavia, é no Douro Superior que prevalece em maior quantidade o granito cinza e amarelo<sup>271</sup> (**Fig. 81**). Atendendo à existência desta pedra em toda esta área, ela era a preferida para a construção. Não obstante, a sua qualidade e o fácil entalhe eram igualmente factores determinantes para a sua utilização, pois, quando comparada com as restantes, revela-se mais duradoura e de fácil manuseio. O quartzito é muito duro, pesado e difícil de trabalhar; e o xisto, por sua vez, é fraco e pouco resistente, sendo extraído em lascas, o que impossibilita o corte de grandes blocos<sup>272</sup>. Já o granito, pelas suas propriedades físicas, é garantidamente mais resistente, ainda que pesado e rígido, proporcionando estabilidade e protecção aos edifícios perante as adversas condições atmosféricas. Deste modo, o recurso ao granito constituía uma vantagem apreciável, conhecendo-se as enormes amplitudes térmicas ocorridas ao longo do ano, por todo este espaço.

Pelas diversas qualidades apontadas, o granito era sem dúvida a pedra eleita para a edificação de casas nobres, solares e/ou palácios, como ainda para as casas mais modestas de carácter rural, dando forma e carácter à própria arquitectura local da região, sobretudo a de Trás-os-Montes<sup>273</sup>. Além da arquitectura civil, é muito comum observar o uso de granito na arquitectura religiosa, em igrejas, capelas e outras edificações<sup>274</sup>.

A par da utilização na estrutura (paredes) do edifício, o granito foi utilizado noutros elementos, como pilares, pilastras, colunas, cornija, portas e janelas. E ainda,

---

<sup>271</sup> Sobre a utilização do granito veja-se: Ribeiro 2013, 17-45; e Ribeiro, Carla Marisa Mendonça (2013). “Avaliação do Desempenho de Revestimentos Superficiais na Durabilidade de Pedra de Construção”. Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho; Vasconcelos, G.; Lourenço, P.; Alves, C.; Pamplona, J. (2003). “Caracterização das propriedades de granitos – implicações para a conservação e reabilitação do património arquitectónico.” 3º Encore, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 529-538.

<sup>272</sup> Por esta razão, o xisto era sobretudo utilizado como material de enchimento em todos os panos de paredes que deviam ser revestidos de argamassas.

<sup>273</sup> É sobretudo na área transmontana, em parte circunscrita ao Douro Superior, que observamos o uso de granito na designada arquitectura popular ou vernácula. Ou seja, o granito é usado na edificação de casa rurais, sobretudo nos elementos estruturais, – nos cunhais e lintéis de portas e janelas, uma vez que as paredes exteriores eram construídas em xistos. Nestas casas, o granito era usado em blocos em construções travejadas sem argamassa e sem aparelho miúdo.

<sup>274</sup> A utilização do granito foi assinalada por J. Horta Correia (2010, 226) que a ele se referiu como um elemento utilizado sobretudo nas regiões nortenhas, como assinalámos, e cujo acentuado contraste entre as grandes superfícies caiadas e as expressivas pilastras de cantaria, a par dos vãos, se comportam como um “tenebrismo” arquitectónico de relevante impacto visual.

nos decorativos, como os ornamentos que se inscreviam no plano da fachada, dos mais pequenos aos de maior dimensão<sup>275</sup>; e nos identificativos, como as pedras-de-armas e as cartelas, entre outros. Todos estes elementos criavam uma noção de volume, turgência, dinamismo e expressão decorativa que se transmitia à totalidade do edifício. Aspectos, estes, somente conseguidos pelo minucioso trabalho de cantaria e de grande mestria realizado pelos mestres, pedreiros e escultores durienses.

Quanto ao trabalho e disposição da pedra, o granito era emparelhado em grandes blocos com argamassa, geralmente misturado com outros materiais, entre os quais, o xisto (**Fig. 82**).



FIG. 81 - CASA GRANDE DE ALMENDRA, ALMENDRA (VNFC).

DETALHE DA FACHADA, BLOCOS DE GRANITO.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, DEZEMBRO DE 2013)



FIG. 82 - CASA DE N. SRA. DA CONCEIÇÃO, CEDOVIM (VNFC).

DETALHE DA FACHADA, XISTO COMO ENCHIMENTO.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, DEZEMBRO DE 2013)

## Cal

Dando a casa por concluída, esta era rebocada e caiada, sendo “traçada” com barro, originando a “argamassa”. As paredes poderiam ser caiadas de “cal fina”, de “cal atrasada” ou de “cal branca”, indicando-se a origem da mesma.

<sup>275</sup> Desde motivos vegetalistas, florais e geométricos, que são colocados sobre as molduras das janelas e portas, frontões, telhado, entre outros. A este respeito consulte-se, o sub-capítulo “Decoração” onde se descrevem os elementos estruturais, decorativos e identificativos.

Embora a cor branca fosse a preferida dos proprietários, a maioria dos edifícios recebia uma pintura de ocre e cor de rosa (Borges 2008, 37)<sup>276</sup>, podendo-se ainda encontrar vestígios de cor, nomeadamente no Solar dos Silveira, em Canelas (PR), onde se observa a cor rosa (**Fig.83**), ou na Casa dos Morais Sarmento, em Vilarinho da Castanheira (CA), onde se visualiza a cor amarela (**Fig.84**). Infelizmente, outros exemplares já se encontram sem reboco, deixando à vista o emparelhamento.

A par da cal, os mestres canteiros e pedreiros irão privilegiar outros recursos necessários ao seu fabrico, como a água, a areia, entre outros.



*FIG. 83 - SOLAR DOS SILVEIRAS, CANELAS (PR).  
FACHADA POSTERIOR COM VESTÍGIOS DE COR.  
(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, JULHO DE 2013).*

<sup>276</sup> Segundo Augusto Moutinho Borges (2008, 37), com o projecto piloto das Aldeias Históricas de Portugal, as cores rosa e ocre começam a ser novamente introduzidas no quotidiano arquitectónico. Sobre a utilização da cor na arquitectura consulte-se os seguintes trabalhos: Aguiar, José. 2002. *Cor e Cidade Histórica – Estudos cromáticos e conservação do património*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto; Pernão, João Nuno de Carvalho. 2012. “A cor como forma do espaço definida no tempo. Princípios estéticos e metodológicos para o estudo e aplicação da cor em arquitectura e nas artes”. Tese de Doutoramento, Universidade Técnica de Lisboa; Pinhal, Ângela Maria Alves. 2008. “Cor na Arquitectura.” Prova final de Licenciatura. Universidade de Coimbra; e, Tavares, Martha; Valverde, Isabel. (s.a.). *A Cor na Imagem Urbana Portuguesa*. Lisboa: Estar Editora; Edição CIN-Corporação Industrial do Norte SA.



FIG. 84 - CASA DOS MORAIS SARMENTO, VILARINHO DA CASTANHEIRA (CA).

(A) FACHADA PRINCIPAL.

(B) DETALHE DA FACHADA COM VESTÍGIOS DE COR.

### **Madeira**

Outro material, indispensável aos estaleiros de obras, é a madeira. A sua utilização deriva de uma clara hierarquização, em função dos esforços que dela se exige e da durabilidade que se pretende. As espécies variam entre o castanho e o pinho, havendo em casos esporádicos o recurso a madeira de loureiro, nogueira, ou mesmo de carvalho. Destas, a preferência recaia na madeira de castanho, por ser a mais fina e resistente, mas também por se tratar de um material abundante em toda a região.

Em determinadas ocasiões verifica-se também o recurso a madeiras exóticas (Osório 2006, 39). A madeira era utilizada na construção de andaimes, guindastes, escadas e na estrutura de pavimentos e coberturas. Servindo ainda como revestimento dos rodapés, silhares, tectos e soalhos, assim como nos aros de vãos interiores e exteriores. Para além disso, era o material de eleição para os acabamentos, em folhas de portas interiores, nas caixilharias e portadas dos vãos de janelas e sacadas, bem como nas portas exteriores térreas (Osório 2006, 39).

No interior, embora as paredes principais de suporte sejam de pedra, as paredes secundárias são de tabique<sup>277</sup>. Trata-se de uma estrutura de madeira, revestida em

---

<sup>277</sup> Sobre o recurso a esta solução, veja-se, para o caso duriense: Cardoso, Rui José. 2013. "Caracterização da construção em tabique de Lamego e Alto Douro". Tese de Doutoramento, Universidade da Beira Interior. Consulte-se ainda os trabalhos de: Pinto, Rafael Nunes. 2013. "Caracterização das paredes de tabique do centro histórico de Viseu". Dissertação de Mestrado, Instituto Politécnico de Viseu. Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Viseu; e, Pinto, Jorge; *et. al.* 2011. "Caracterização de paredes

ambas as faces por um material terroso, constituída por tábuas verticais ligadas entre si através de fasquio. Estas paredes de compartimentação interior eram pouco espessas e muito ligeiras, de forma a não sobrecarregarem excessivamente a estrutura que a sustentava.

Além das utilizações mencionadas, o material lúneo serviu ainda como combustível para queimar a cal; e nas forjas como carvão, para aguçar os picos e instrumentos que serviam para trabalhar a pedra e na fabricação dos sinos.

### **Ferro**

Em simultâneo com a pedra, a cal e a madeira era ainda utilizado o ferro, geralmente forjado, podendo também em certos casos ser fundido. A sua utilização era essencial na constituição e estrutura de certos elementos. No exterior era aplicado fundamentalmente em quase toda a espécie de ferragens e nos gradeamentos de janelas<sup>278</sup>. No piso térreo apresentava-se com gradeamento de bojo arredondado, em forma de “papo de rola”, como as que se encontram no Solar do Morgado de Vilarelhos, em Santa Comba da Vilariça (AF; **Fig. 85**).), no Solar dos Donas-Botto, em Muxagata (VNFC) ou no Solar da Família Aguilar, em Seixas do Douro (VNFC). Ou ainda o gradeamento simples, como na Casa Grande de Freixo de Numão (VNFC) (**Fig. 86**).

---

tradicionais de tabique.” In *Paredes divisórias: Passado, presente e futuro*, editado por P.B. Lourenço et al., 25-36. Guimarães: Chapa 5.

<sup>278</sup> É escassa a bibliografia portuguesa sobre a arte do ferro, circunscrita ao ferro forjado, além de desactualizada e muito insipiente. Aguarda-se a publicação de trabalhos relevantes sobre a arte do ferro fundido, *A fundição de ferro em Portugal, 1790-1890* (título provisório; Porto: CEPESE). Destaca-se ainda o trabalho do historiador Francisco Queiroz, com investigação sobre estruturas arquitectónicas de ferro, das quais tem reunido um importante acervo fotográfico de exemplares de arte do ferro forjado e ferro fundido, como varandas, portas, portões, mobiliário urbano, etc. Sobre o tema em questão vide Mendes, José Amado. 2000. “O ferro na história das artes mecânicas às belas-artes.” *Gestão e Desenvolvimento* 9: 301-318.





*FIG. 85 - SOLAR DO MORGADO DE VILARELHOS (AF).  
PISO TÉRREO: JANELA EM FORMA DE “PAPO DE ROLA”  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, ABRIL DE 2014).*



*FIG. 86 - CASA GRANDE DE FREIXO DE NUMÃO  
(VNFC).  
PISO TÉRREO: JANELA COM GRADEAMENTO.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, DEZEMBRO DE  
2013).*

O uso do ferro era além disso extensível às varandas, balcões e janelas de sacada do piso nobre de algumas casas, tais como a Casa da Fonte, em Celeirós do Douro (SB); Casa do Terreiro, Sanhoane (MF), a Casa da Comba, em Sabrosa (SB), e o Solar dos Douteís, em Torre de Moncorvo (TM) (**Fig.87-88**). Os estilos são diversos, manifestando-se com maior evidencia no Baixo Corgo e Cima Corgo<sup>279</sup>.

Mencione-se ainda o seu uso nos portões de acesso às propriedades, que delimitavam o espaço privado do público.

---

<sup>279</sup> Veja-se também neste capítulo a referência à decoração de janelas de sacada de piso nobre e respectivas fotografias. Consulte-se ainda Glória 2019a, 297; e restantes páginas.



FIG. 87 - CASA DA FONTE, CELEIRÓS DO DOURO (SBS).

**PISO NOBRE: GUARDA DE FERRO EM JANELA.**  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, MAIO DE 2014).



FIG. 88 - SOLAR DOS DOUTEIS, EM TORRE DE MONCORVO (TM).

**PISO NOBRE: GUARDA DE FERRO EM JANELA CENTRAL.**  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, AGOSTO DE 2013).

Já no interior das casas, o ferro é utilizado nos corrimãos de escada. Porém, no caso da casa nobre duriense a sua aplicação é bastante rara, atendendo que a maioria das escadas interiores e exteriores revela uma preferência pelo granito.

Não podendo deixar de anotar que alguns dos elementos que se apresentam em ferro são já introduzidos no contexto oitocentista, quase sempre como resultado de obras de melhorias de algumas destas casas. É disso exemplo, a já mencionada Solar dos Donas-Botto, em Muxagata (VNFC; **Fig. 89**), ou mesmo, a Casa Grande de Almendra (VNFC), ambas alvo de remodelações no seu interior<sup>280</sup>.

Em todos os elementos e suportes trabalhados a ferro, os estilos são diversos, manifestando-se com maior evidência os ornamentos decorativos com motivos florais e/ou geométricos, e a inserção de datas ou abreviaturas relativas, respectivamente, à data da intervenção ou ao nome do proprietário responsável pela sua colocação.

<sup>280</sup> Veja-se as respectivas fichas de inventário, Vol. III - Fichas de inventário, parte III.





FIG. 89 - SOLAR DOS DONAS-BOTTO, MUXAGATA (VNFC).

(A) PISO NOBRE: BALCÃO COM GUARDA DE FERRO.

(B) PORMENOR DE BALCÃO COM AS INICIAIS “ACSDB” (ANTÓNIO CARLOS MONTEIRO DE SOUSA DONAS-BOTO, 1823-1860)<sup>281</sup>.

(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, MAIO DE 2014).

Além dos usos mencionados, Filinto Girão Osório (2006, 40) ao analisar os materiais destas casas destaca que “pode registar-se alguma utilização do ferro em dispositivos para atiramento de paredes, embora, dada a grande estabilidade destas, proporcionada pelas respectivas espessura e massa, eles sejam muito raros [...]”. Acrescenta ainda, que, em contrapartida, as peças metálicas são profusamente utilizadas nos grampeamentos de blocos de pedra nas peças colocadas ao alto de guardas e muretes, bem como nos fusos de ligação ou de reforço de ligações entre peças sobrepostas de cantaria. Encontram-se assim quase sempre associadas às peças ornamentais que se destacam da linha superior do volume, como pináculos, cruzes e outros (Osório 2006, 40). O processo de fixação dos elementos metálicos é por meio de chumbo fundido e aplicado na obra.

No contexto da casa nobre duriense, o uso de materiais regionais e locais vai de encontro à afirmação de Carlos de Azevedo (1988, 66), quando este intenta uma caracterização da casa nobre setecentista: “[...] é no século XVIII que a casa nobre adquire uma expressão mais conforme as tendências do carácter português.” E esse carácter revê-se no uso do granito, material de máxima expressão identitária do norte do País. Resta-nos observar de que forma a utilização destes materiais se repercute na

---

<sup>281</sup> Chaves 2002, 111.

estrutura, na forma e nos seus elementos. Vejamos então as especificidades do carácter da casa nobre duriense, em particular no que respeita à sua configuração.

#### **4.2. Da configuração da casa à fachada**

Atendendo que este estudo abarca a época Setecentista, o conjunto de casas identificadas situa-se em dois períodos construtivos distintos: o primeiro corresponde à transição entre os séculos XVII e XVIII, enquanto o segundo compreende as residências da segunda metade do século XVIII. Entre ambos se constata uma diferença artística e arquitectónica, pois as primeiras são marcadas pelo rigor, austeridade e alguma rigidez na sua expressão, enquadrando-se na matriz erudita europeia de forte pendor classicista, fruto do século XVII, cujo gosto se perpetuou ainda no decorrer do século seguinte. Por outro lado, a opção por uma arquitectura mais depurada de ornatos poderá também ser resultado da escolha do artista e/ou encomendante, atendendo à localização maioritariamente rural destas casas, quase sempre integradas em grandes quintas de exploração agrícola e vinícola. O segundo período, é o que ganha relevo, sobretudo pelo cuidado decorativo imposto na concepção das fachadas e respectivos elementos decorativos. Aspectos que sugestivamente vão evoluindo para o Barroco final, já muito revestido de uma linguagem nitidamente rococó, principalmente nas edificações das décadas de 1770 e 1790.

Apesar da cronologia evidenciar diferentes programas decorativos, no que toca à configuração arquitectónica verificámos a utilização repetitiva de determinadas formas. Algumas repetem-se, como se de um modelo se tratasse, e outras são semelhantes, na estrutura, na distribuição e/ou disposição dos diferentes vãos. Por este motivo, em nosso entender parecem convergir para a existência de uma ou várias tipologias de casa.

Ainda que parte destes aspectos já tenham sido apontados por Carlos de Azevedo (1988, 65-98), algumas das suas especificidades ficaram por tratar, e mesmo

aprofundar, atendendo que uma boa parte das casas agora identificadas não constam desse livro pioneiro de Azevedo<sup>282</sup>.

A análise detalhada de cada casa e dos seus elementos permitiu-nos, agora, averiguar a existência de tipologias e modelos de casas, de modo a enquadrar a casa nobre duriense no contexto da arquitectura civil barroca.

### ***Tipologias e modelos de casa:***

No que toca à existência de tipologias de casas<sup>283</sup>, isto é, no nosso entender, um desenho comum entre as casas nobres durienses, é perceptível a existência de determinados tipos e modelos que se aproximam e eventualmente se repetem. Mas tal corresponde a uma tipologia, à repetição de uma tipologia, ou a um modelo? É Quatremère De Quincy, no seu *Dictionnaire Historique de L'architecture* (Paris, 1832), quem clarifica a distinção entre “tipo” e “modelo”. Sobre o primeiro, definiu-o como a “ideia genérica, platónica, arquetípica”, como a “forma básica da arquitectura”, e o segundo, “aquilo que se pode repetir com rigor, como um carimbo que possui uma série de caracteres recorrentes” (Maria Montaner 2001, 110)<sup>284</sup>. Em suma,

---

<sup>282</sup> Consulte-se Azevedo 1969 (1.ªed); 1988 (2.ªed), bem como as respectivas fichas de inventário que o historiador disponibiliza nesta obra. Por outro lado, sugere-se ainda a consulta do arquivo fotográfico de Carlos de Azevedo (1959-1962) disponível na Biblioteca de Arte e Arquivo da FCG: *Solares Portugueses*. Material Gráfico, 879 provas fotográficas; 13 x 18 cm; 904 negativos; 6 x 6 cm, 6 x 9 cm: p&b. Cota: CFT011. Esta colecção resultou de uma bolsa de estudo atribuída ao historiador pelo Serviço de Belas Artes da FCG entre Setembro de 1959 a Janeiro de 1962, tendo interrompido os trabalhos de inventariação entre 1 de Julho 1960 e 31 de Janeiro 1961. Ingressou no acervo da Biblioteca de Arte em 2001 com a extinção do Arquivo de Arte do Serviço de Belas Artes.

<sup>283</sup> Nesta análise optou-se por não incluir algumas casas, das quais não obtivemos qualquer informação, de acordo com os seguintes motivos: 1) desconhecimento da sua configuração, derivado de terem sido inventariadas com base nas referências bibliográficas, encontradas já posteriormente após o trabalho de campo: BAIXO CORGO: Casa do Canto, Cumieira (SMP). DOURO SUPERIOR: Casa dos Frades de São Jerónimo, Carvalhais (MDL); 2) por se tratar de casas já desaparecidas, ou em ruína, das quais apenas nos chegaram parte dos seus elementos: BAIXO CORGO: Casa de Casal de Matos, Mateus (VR); Casa da Quinta de Vila-Cova, Vila Marim (MF). CIMA CORGO: Casa dos Morgados de Paços (SBS); Casa da Praça, Provesende (SBS); Casa das Quintãs, Paços (SBS); Casa dos Balça, Ervedosa do Douro (SJP); Solar e Capela de N. Sra. da Conceição, Castanheiro do Norte (CA). DOURO SUPERIOR: Casa das Ochoas, Santa Comba da Vilarica (VF); a “Casa do Cacao”, Torre de Moncorvo (TM); Casa Senhorial do Vale Cheiroso, Chãs (VNFC); a Casa da Quinta da Olga, Muxagata (VNFC).

Sobre “tipologias arquitectónicas” consulte-se Pires 2009, 241-248; e as referências bibliográficas citadas por este autor.

<sup>284</sup> Vide Maria Montaner 2001.

“A palavra ‘tipo’ não representa tanto a imagem de uma coisa a copiar ou a imitar perfeitamente, mas sim a ideia de um elemento que, por si mesmo, deve servir de regra ou modelo. [...] O ‘modelo’, entendido de acordo com a evolução prática da arte, é um objecto que deve repetir-se tal como é; o tipo é, pelo contrário, um objecto em função do qual se pode conceber obras que não se assemelhem nada entre si. No modelo tudo é dado e preciso; no tipo tudo é mais ou menos vago. Assim, a imitação dos tipos não tem nada que o sentimento ou o espírito não podem reconhecer [...]” (Quincy citado por Argan 1984, 49)<sup>285</sup>.

Esta definição de tipologia adoptada por Quincy foi recuperada e desenvolvida no plano crítico Giulio Carlo Argan, no seu artigo *Sobre o Conceito de Tipologia Architectónica* (1984), tópico que examina noutros textos que lhe são complementares. Em *Tipologia, Simbologia, Algoritmo e Forma Architectónica* (Argan 1969) entende como tipo architectónico uma espécie de esquema – esquema este que não nasce como hipótese de resposta a uma determinada exigência prática e funcional, mas como “redução de uma série de variantes formais a uma suposta estrutura comum” (Argan 1969, 20)<sup>286</sup>. É precisamente a partir da ideia de estrutura comum que procurámos identificar a(s) tipologia(s) de casa nobre duriense. Partindo da forma geométrica do corpo residencial, ou dos diversos corpos que o constituem, analisou-se um conjunto de casas e dos elementos de composição (capela, torres e outros) a elas agregadas numa tentativa de identificar tipologias e modelos de casas nobres no Douro<sup>287</sup>.

Numa abordagem de conjunto aos *Solares Portugueses* edificados no período em estudo, Carlos de Azevedo (1988, 79) identificou já alguns tipos de casas nobres, referindo que:

“alguns tipos de casas podem ser apontados, sendo os mais importantes os que continuam a tradição da casa-torre – com uma ou duas torres –, os que adoptam plantas simples e rectangulares, com compridas fachadas em que a entrada é geralmente centrada, e os que desenvolvem, aperfeiçoam e integram a capela na fachada”.

<sup>285</sup> Argan, Giulio Carlo. 1984. “Sobre el concepto de Tipología Architectónica.” In Paletta, Luciano. *Historia de la Arquitectura: Antología Crítica*. Madrid: Ed. Hermann Blume.

<sup>286</sup> No original, de Giulia Carlo Argan “Il tipo si configura così come uno schema: ed è evidente che quello schema non nasce come ipotesi di risposta a una determinata esigenza pratica o funzionale, ma come riduzione di una serie variante formali a una suposta struttura comune.” (Carlo Argan, Giulio. 1969. “Tipologia, simbologia, alegorismo delle forme architettoniche.” *Bollettino del Centro Internazionale di Studi di Architettura Andrea Palladio* 1: 20 (Caldas 1999, 119).

<sup>287</sup> Optámos por observar a forma e estrutura destas casas de um ponto de vista muito geral numa tentativa de lhes atribuir uma ou várias tipologias, atendendo a existência de elementos de composição (capelas, torres, portadas e outros) que possam de alguma forma alterar a sua configuração.

Em suma, identifica três tipologias arquitectónicas que procuram sintetizar a casa nobre numa perspectiva generalizada. Não obstante, esta tentativa de delinear um quadro tipológico da casa nobre portuguesa setecentista não contemplou outras possíveis tipologias a serem consideradas, nomeadamente, a casa de configuração em “U”, em “L”<sup>288</sup>, a par de outras.

Partindo de Carlos de Azevedo (1988, 79) vejamos quais as tipologias das casas nobres que podemos encontrar na Região Demarcada do Douro:

### **«Casa comprida» (Quadro XI)**

Designação conferida por Carlos de Azevedo (1988, 83) ao tipo de residência setecentista que se desenvolve em comprimento, na horizontal, acompanhando o desenho da via pública (**Fig. 90**). Segundo o historiador é um tipo,

“[...] que nem sempre se caracteriza pela regularidade da sua planta – frequentemente rectangular –, mas que em todo o caso se distingue pela sua fachada desenvolvida em comprimento, equilibrada e simétrica, com a entrada principal servindo de eixo de composição.” (Azevedo 1988, 83)

Ainda de acordo com Carlos de Azevedo (1988, 70), o desenvolvimento horizontal da casa nobre foi uma tendência adoptada por arquitectos e construtores portugueses que procuravam acima de tudo estabilidade. “São muito características, nesta época, as longas fachadas, e as casas adoptam geralmente dois andares. Todo o desenvolvimento se faz, portanto, em comprimento” (Azevedo 1988, 70).

Embora estas casas possuam uma composição equilibrada e simétrica, cujas características revertem igualmente para a fachada, este equilíbrio pode ser interrompido pela inserção de uma capela, que “[...] procura não perturbar a composição, sujeitando-se quanto possível às linhas da fachada e repetindo elementos desta – portas e janelas – sem se evidenciar por vezes.” (Azevedo 1988, 83). No que toca à estrutura do corpo residencial, este geralmente não perde a forma definida, sendo a marcação da capela revelada apenas pela linha do telhado e a presença da cruz.

---

<sup>288</sup> Referidas por Carlos de Azevedo (1988, 68-69; 87) apenas quando se debruça sobre a definição das plantas.

Como acrescenta ainda o mesmo autor, “[...] no princípio do século XIX, as casas que continuam este tipo realizam frequentemente uma assimilação mais completa da capela, a ponto de passar quase despercebida da fachada.” (Azevedo 1988, 83-84). Estes aspectos prendem-se com o recurso a um único programa arquitectónico, em que na prática, a diferença entre a casa e capela reside somente na colocação da cruz a assinalar o espaço sagrado. Não obstante, na casa setecentista há algumas diferenças que serão apontadas adiante.

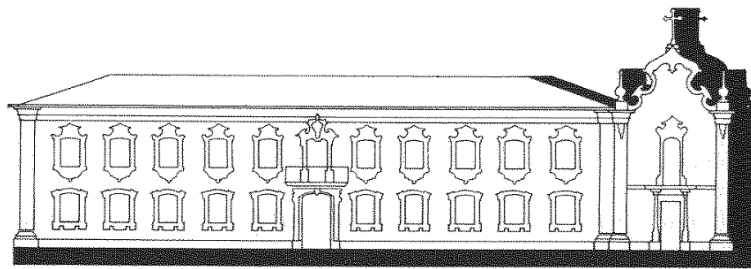


Fig. 31 — Casa da Fidalga

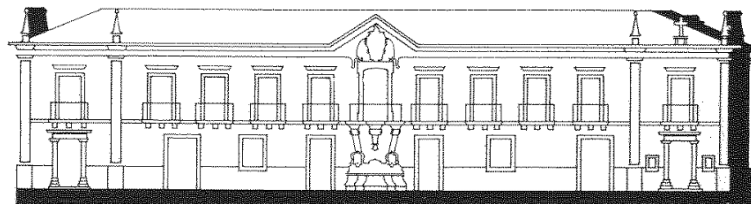


Fig. 32 — Casa da Rede

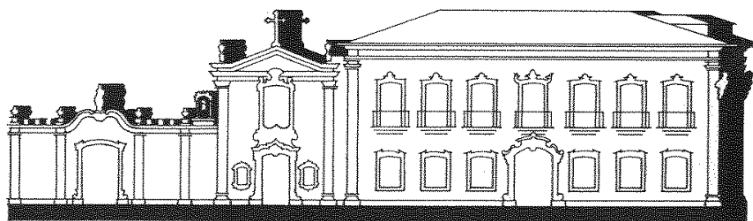


Fig. 33 — Casa do Benfeito

FIG. 90 - «CASA COMPRIDA».  
(FONTE: DESENHO DE CARLOS DE AZEVEDO 1988, 84).

O elevado número de exemplares que identificamos na região duriense, de que sobressaem os do Douro Superior, haviam sido já objecto de destaque por parte de Azevedo. Segundo este historiador (1988, 84), “alguns dos exemplos mais notáveis destas casas de compridas fachadas disseminaram-se ao longo do Douro, até próximo da fronteira com a Espanha [...]”. Nesta tipologia encontram-se a Casa de Nossa Senhora da Conceição de Cedovim, a Casa Grande de Seixas do Douro, a Casa Grande de Almendra, todas pertencentes ao concelho de Vila Nova de Foz Côa; o Solar dos Sampaio de Almeida, e o Solar das Casas Novas, situados ambos na Mêda; e mesmo, a Casa do Cabo, em São João da Pesqueira (SJP) (**Fig. 91 a 95**). Qualquer uma destas casas data da segunda metade do século XVIII, como se depreende com facilidade da decoração exuberante das suas fachadas (Azevedo 1988, 84; Carita 2015, 391-392)<sup>289</sup>.



*FIG. 91 - CASA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO, CEDOVIM (VNFC).*

*(A) FACHADA PRINCIPAL*

*(B) VISTA ÁREA.*

*(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, DEZEMBRO DE 2013; GOOGLE MAPS, 2018).*

<sup>289</sup> Sobre as referidas casas consulte-se em Azevedo (1988): Casa de Cedovim (129), Casa de Almendra (109), Casa do Cabo (122-123), estando omissas as do concelho da Mêda. Não obstante, veja-se todas as casas mencionadas no Vol. III - Fichas de inventário, parte II.





FIG. 92 - CASA GRANDE DE SEIXAS DO DOURO (VNFC).

(A) TIPO DE «CASA COMPRIDA».

(B) VISTA ÁREA.

(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, DEZEMBRO DE 2013; GOOGLE MAPS, 2008).



FIG. 93 - CASA GRANDE DE ALMENDRA (VNFC).

(A) TIPO DE «CASA COMPRIDA».

(B) VISTA ÁREA.

(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, DEZEMBRO DE 2013; GOOGLE MAPS, 2008).



FIG. 94 - CASA DE BERNARDO DE LEMOS, VILARINHO DE SÃO ROMÃO (SBS).

(A) FACHADA PRINCIPAL E VISTA ÁREA.

(B) VISTA ÁREA.

(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, MAIO DE 2013; GOOGLE MAPS, 2018).





FIG. 95 - CASA DO CABO, SÃO JOÃO DA PESQUEIRA (SJP).

(A) FACHADA PRINCIPAL;

(B) VISTA ÁREA;

(C) PLANTA DO EDIFÍCIO (COM INDICAÇÃO DE CORPO ORIGINAL).

(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, JANEIRO DE 2014; GOOGLE MAPS, 2018; DESENHO ORIGINAL DO ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PESQUEIRA, “CASA DO CABO, OBRAS DE ADAPTAÇÃO E RECUPERAÇÃO”, 1954, ESC. 1:100).

QUADRO XI - Tipo de «casa comprida»
<b>BAIXO CORGO</b> Casa dos Feios (Guiães, VR) Casa do Canal (Guiães, VR) Casa dos Taveira (Guiães, VR) Casa do Arcediago (Mateus, VR) Casa da Porta da Vila (Vila Real, VR) Casa do Arco (Vila, Real, VR) Casa dos Brocas (Vila Real, VR) Casa no Largo de São Pedro nº 16-26 (Vila Real, VR) Casa do Caminho de Baixo (Vila Real, VR) Casa Alvares Mourão (Vila Real, VR) Casa do Bairro (Cumieira, SMP) Casa da Boa Vista (Cumieira, SMP) Casa [designação desconhecida] (Cumieira, SMP) Casa Ferreira Henriques Pinto Sequeira (São João de Lobrigos, SMP) Casa dos Osório (São João de Lobrigos, SMP)

QUADRO XI - Tipo de «casa comprida»
<p>Solar dos Viscondes de Santa Marta (SMP)  Solar dos Silveira (Canelas, PR)  Casa do Extradouro (Fontelas, PR)  Casa Grande (Poiães, PR)  Casa da Quinta da Protelada (Sedielos, PR)  Casa do Outeiro (Cidadelhe, MF)  Casa dos Negrões (Cidadelhe, MF)  Casa dos Fragosos (Cidadelhe, MF)  Casa de Santiago (Cidadelhe, MF)  Casa no Lugar de Vilar [designação não identificada] (Barrô, RS)  Casa da Corredoura (Cambres, LMG)  Casa da Quinta dos Varais (Cambres, LMG)  Casa dos Saavedra e Carvalho (Penajóia, LMG)  Casa de Almacave (Lamego, LMG)  Casa dos Loureiros (Lamego, LMG)  Casa dos Silveiras (Lamego, LMG)  Casa dos Pereira Coutinho (Lamego, LMG)  Casa dos Serpas (Lamego, LMG)  Casa do Assento (Lamego, LMG)  Casa do Paço (Fontelo, AMM)  Solar dos Gouveias (Fontelo, AMM)</p> <p><b>CIMA CORGO</b></p> <p>Casa do Seixo com Capela de Santa Rita (MÇ)  Casa dos Condes de Murça (MÇ)  Casa dos Mansilhas (Alijó, ALJ)  Solar dos Castros (Alijó, ALJ)  Casa da Obra (Favaíes, ALJ)  Solar dos Sepúlvedas (Favaíes, ALJ)  Casa [designação não identificada] (Pegarinhos, ALJ)  Casa e Capela da Família Santos Melo (Santa Eugénia, ALJ)  Casa da Quinta do Bucheiro (Celeirós, SBS)  Solar de Paulo Pizarro de Carvalho e Melo (Gouvinhas, SBS)  Casa dos Morgados de Paços (Paços, SBS)  Casa do Santo (Provesende, SBS)  Casa do Vale (Provesende, SBS)  Casa do Cimo da Vila (Provesende, SBS)  Casa dos Azeredos (Sabrosa, SBS)  Casa dos Correias Marinhos (Sabrosa, SBS)  Casa de Bernardo de Los (Vilarinho de São Romão, SBS)  Solar dos Pereiras Lagos (Vilarinho de São Romão, SBS)  Casa da Quinta Maria Vaz (Tabuaço)  Casa do Cão (Ervedosa do Douro, SJP)  Casa dos Lopes (Nagozelo do Douro, SJP)  Casa dos Ansiães (Paredes da Beira, SJP)  Casa do Cabo (São João da Pesqueira, SJP)  Solar dos Sousa Azevedo (Trevões, SJP)  Casal do Tralhariz (Castanheiro do Norte, CA)  Solar dos Frias Sarmento (Parambos, CA)</p> <p><b>DOURO SUPERIOR</b></p> <p>Casa de Cedovim (Cedovim, VNFC)</p>

QUADRO XI - Tipo de «casa comprida»
Solar dos Asseca (Mós, VNFC) Solar dos Donas-Botto Pinto (Sebadelhe, VNFC) Solar da Família Aguilar (Seixas do Douro, VNFC) Casa de Almendra (Almendra, VNFC) Solar dos Sampaio de Almeida (Mêda, MD) Solar das Casas Novas (Mêda, MD)

Quadro-síntese realizado pela autora.

### ***Casa com capela (Quadro XII)***

A segunda tipologia que Carlos de Azevedo (1988, 81) identifica é a casa que integra a capela na fachada. Em Portugal, nos séculos XVII e XVIII, a posse de oratórios particulares e a edificação de capelas junto das casas tornou-se uma prática decorrente da afirmação social, económica, política e cultural da elite dos Grandes. Por outro lado, contribuiu para a implementação e promoção de novas práticas religiosas produzidas pelo discurso doutrinal do catolicismo moderno pós-Concílio de Trento (1545-1563), enquanto, instrumento devocional da esfera privada e pública. Assim, um pouco por todo o País assistiu-se a pedidos de licença de posse de oratórios e edificação de capelas que eram símbolo do sentimento pio dos seus fundadores, administradores e proprietários.

Estas capelas destinam-se à prática do culto religioso e devocional das famílias que as detinham não se encontrando habitualmente abertas ao público. Para a sua criação era necessário a instituição de um vínculo com legado perpétuo, que assegurasse a fundação, edificação e manutenção para nele se venerar determinada entidade. Assim, havia que dotar a futura capela de bens e património, para assegurar todas as despesas, mas sobretudo havia que requerer sua prévia autorização de fundação e cumprir escrupulosamente as de regras determinadas pela Diocese e publicadas nas *Constituições Sinodais*<sup>290</sup>. No que concerne à Região Demarcada do Douro, as *Constituições Sinodais* a reter, dizem respeito às da Diocese da Guarda, Lamego, Vila Real, Porto e Braga<sup>291</sup>.

<sup>290</sup> Utilizámos como referência as *Constituições Sinodais de 1759 do Bispado da Guarda* (1759).

<sup>291</sup> Veja-se, o quadro das Dioceses e Constituições. In Carvalho Ramos, Joaquim; Pedro Paiva, José. “Visitações.” In Azevedo 2000, Vol.IV, 365; 10-11.

A edificação de capelas anexas às residências nobres, trata-se, portanto, de uma prática que se reflectirá na arquitectura doméstica, razão pela qual deve ser objecto de análise nos tipos de casas nobres. De acordo com Carlos de Azevedo (1988, 81), trata-se do “segundo tipo de casa que se desenvolve durante o século de Setecentos e que adquire expressão muito característica [...]”. Ainda assim não se trata de uma novidade absoluta, uma vez que já no século XVII<sup>292</sup> a introdução de capelas particulares junto da habitação havia sido uma prática corrente, e que por esse motivo é o tipo de casa que se encontra presente de norte a sul durante toda a centúria (Azevedo 1988, 81).

A nível estrutural, a inserção da capela não interfere na configuração da casa. À configuração rectangular da habitação é acrescido um segundo corpo, igualmente rectangular e com as mesmas dimensões, acabando por se desenvolver num único volume. Na realidade, a incorporação de capelas realiza-se de forma tímida e menos ambiciosa, não evidenciando a sua presença. Esta é somente destacada pelo tratamento diferencial dos restantes panos da fachada principal, sobretudo através da inserção de elementos decorativos e identificativos do próprio espaço sagrado. Entre eles, por exemplo, no portal, a colocação com uma cartela votiva ao Santo patrono, ou uma cruz e campanário sobre a linha do telhado, elementos que serão analisados adiante.

A capela é integrada num dos extremos da fachada da casa – esquerda ou direita –, sem ultrapassar a altura dos telhados e subordinava-se à mesma cornija que corria sob o beiral da casa. Entre os inúmeros exemplares, refira-se o Solar dos Douteís, em Torre de Moncorvo (TM), de 1714, e a casa denominada de Casas Novas, em Godim (PR), de 1739 (**Fig. 96 a 98**).

A partir da segunda metade do século XVIII assiste-se ao aparecimento de projectos mais ambiciosos, com a construção de capelas perfeitamente integradas na fachada principal. Caracterizam-se por ocupar a posição central<sup>293</sup>, subordinando-se à

<sup>292</sup> “É certo que já em pleno século XVII se encontrara uma solução ideal para as casas que adoptassem planta em U, mas é só no século XVIII que o problema da casa e capela encontra outra solução satisfatória, e desta vez realizada de forma a estabelecer um padrão de casa tipicamente português. De facto, este tipo de casa está sempre presente, de norte a sul, durante todo o século [...]” (Azevedo 1988, 81).

<sup>293</sup> Encontrámos ainda casos que não fazem parte do que consideramos ser uma tipologia ou variante, como a da edificação de capela isolada da residência. Em situações limite algumas famílias prescindiram mesmo da capela, preferindo patrocinar um altar votivo do santo de sua devoção na Igreja Matriz.

altura dos telhados, como a Capela de Santo Ovídio da Casa do Meio, em Sanhoane (MF) (Fig. 99-100). Também neste caso, a configuração da casa não é propriamente afectada.

Embora a capela centrada não seja uma realidade muito comum na região duriense, ela constituiu uma opção que fez escola entre nós, surgindo noutras regiões do País<sup>294</sup>.



FIG. 96 - SOLAR DOS DOUTEÍS E CAPELA DE N. SRA. DOS PRAZERES, TORRE DE MONCORVO (TM).  
CASA COM CAPELA (LADO ESQUERDO).  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, AGOSTO DE 2013).



FIG. 97 - CASAS NOVAS, GODIM (PR).  
CASA COM CAPELA (LADO DIREITO).  
(FONTE: CARLOS DE AZEVEDO, SOLARES PORTUGUESES, 1961. MATERIAL GRÁFICO. FUNDO FOTOGRÁFICO DA BIBLIOTECA DE ARTE E ARQUIVO, FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN, LISBOA).



FIG. 98 - CAPELA (?) DAS CASAS NOVAS, GODIM (PR).  
(FONTE: CARLOS DE AZEVEDO, SOLARES PORTUGUESES, 1961. MATERIAL GRÁFICO. FUNDO FOTOGRÁFICO DA BIBLIOTECA DE ARTE E ARQUIVO, FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN, LISBOA).

<sup>294</sup> A título de exemplo refira-se a Casa da Prova, na Mêda, ou as Casas Novas, em Baião. Veja-se Azevedo 1988, 82.



*FIG. 99 - CASA DO MEIO, SANHOANE (MF).  
CASA COM CAPELA INTEGRADA AO CENTRO DA FACHADA  
(CORRESPONDE AO TERCEIRO PORTAL).  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, JULHO DE 2013).*



*FIG. 100 - CASA DO MEIO, SANHOANE  
(MF). PORTAL DE ENTRADA NA CAPELA DE  
SANTO OVÍDEO.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, JULHO  
DE 2013).*

Na formulação destas definições tipológicas temos ainda que levar em conta a divergência crítica quanto à consideração da capela enquanto elemento arquitectónico de mais uma tipologia. Desta posição discordam a historiadora Isabel Soares de Albergaria (2012, Vol.1, 180) e o arquitecto João Vieira Caldas (1999, 75; 2007, 69-94). para quem a capela não determina por si mesma uma tipologia de casa nobre, como pretendia Carlos Azevedo (1988, 81). Este historiador inicialmente defendia a existência desta tipologia, mas acabou por admitir que a importância da capela se resume à composição da fachada, o que de algum modo contraria o seu papel essencial na caracterização de uma autêntica tipologia. Olhando para o tema da capela particular nos exemplares da região de Lisboa e Algarve, João Vieira Caldas (1999, 75; 2007, 69-94) conclui que o templo ocupa aí diferentes posições na relação com pátios, com a via pública e com o bloco da construção, encontrando-o mais justaposto do que verdadeiramente integrado, mesmo quando ocupa um dos extremos da fachada.

Sem perder de vista essa realidade, pareceu-nos mais adequado na nossa investigação considerar a capela como o elemento definidor do tipo de casa, pois a sua incorporação levou a alterações profundas na configuração da casa. Na realidade, vemos nela um elemento determinante para as variações de tipologias, ainda que o programa decorativo e arquitectónico da capela possa ser considerado um projecto

isolado em relação ao da casa, havendo algumas excepções. Ainda assim, ao edificar-se uma capela adjacente à residência, o programa interior desta será elaborado tendo em conta a pré-existência da casa. Deste modo, o mestre de obras deveria atender ao espaço e função da capela e qual a sua relação com a casa. A verdade é que existe uma relação, que ultrapassa o exterior (fachada) e assume-se no interior, com a elaboração de um simples corredor de acesso ao coro, ou uma sala com abertura onde se instalou uma varanda ou balcão. Mas ao nível da fachada essa relação é igualmente notória, ao respeitar, como já frisámos, a linha dos telhados, subordinando-se às pré-existências (da casa). A que se acrescenta a inclusão da capela num primeiro desenho, planta ou projecto deste tipo de casas, um facto sem dúvida relevante ao nível da concepção do edifício. Ilustra esta situação, a Solar do Morgado de Vilarelhos (AF), onde é visível que se trata de um só programa arquitectónico e decorativo para a fachada principal do Solar que integra a Capela de Santo António da Alegria (**Fig. 7**). A linha da cornija é contínua ao telhado de ambas as fachadas.

Esta tipologia de casa com capela procura, pois, não perturbar a composição, sujeitando-se tanto quanto possível às linhas da fachada principal. Posteriormente, é tratada de forma um tanto independente da fachada, surgindo como um elemento distinto, recebendo um tratamento decorativo mais elaborado, aspecto que se pode relacionar com o facto de a capela ser uma edificação posterior à habitação.

QUADRO XII - Tipo de casa nobre com capela anexa <sup>295</sup>	
Tipo de planta	Casas
Rectangular («casa comprida») com capela (no extremo da fachada; ao centro do frontispício; formando canto em relação à fachada; e capela afastada em função do frontispício)	<p><b>BAIXO CORGO</b>  <b>Centro:</b>  Casa do Poeta Fausto José (Aldeias, AMM)  <b>Lado direito:</b>  Casa Grande (Aldeias, AMM)  Casa e Capela de Nossa Senhora da Conceição (Aldeias, AMM)  Solar da Rede (Mesão Frio, MF)  Casa da Picota (Mesão Frio, MF)  Casa da Quinta dos Pinheiros (Sanhoane, SMP)  Casa dos Taveira Pimentel e Capela de Nossa Senhora do Loreto (Guiães, VR)  <b>Lado esquerdo:</b>  Casa do Pátio (Vila Seca, AMM)  Casa da Quintas das Brolhas (Valdigem, LMG)  Casa no Lugar de Vilar 2 [designação não identificada] (Barrô, RS)</p> <p><b>CIMA CORGO</b>  <b>Lado direito:</b>  Casa brasonada e capela de Nosso Senhor dos Passos (Ribalonga, CA)  <b>Lado esquerdo:</b>  Casa dos Taveiras de Macedo (Gouvinhas, SBS)  Solar dos Caiado Ferrão (Trevões, SJP)  Casa das Quintãs (Paços, SBS)  Solar e Capela de N. Sra. da Conceição (Castanheiro do Norte, CA)  <b>Extremo oposto:</b>  Casa dos Barros (Provesende, SBS)</p> <p><b>DOURO SUPERIOR</b>  <b>Lado direito:</b>  Casa Brasonada de Frechas (Frechas, MDL)  Casa Grande de Freixo de Numão (Freixo de Numão, VNFC)  Solar dos Cancelos (Cancelos do Meio, MD)  <b>Lado esquerdo:</b>  Casa da Família Vasconcelos (Torre de Moncorvo, TM)  <b>Extremo oposto:</b>  Solar dos Lemos (Vila Flor, VF)</p>
L com capela	<p><b>DOURO SUPERIOR</b>  <b>Lado esquerdo:</b>  "Casa do Cacao" (Torre de Moncorvo, TM)  <b>Lado direito:</b>  Solar das Donas-Botto (Muxagata, VNFC)</p>
U com capela	<p><b>BAIXO CORGO</b>  <b>Numa das extremidades:</b>  Solar da Quinta do Serrado (Sanhoane, SMP)</p>

<sup>295</sup> Neste quadro não inserimos a Casa das Torres de Oliveira, em Oliveira (Mesão Frio), uma vez que a capela corresponde a uma obra tardia, já do século XIX (SIPA 2016). Como observou João Vieira Caldas (2007, 69), “Nas torres, nas casas torreandas, a capela é pouco frequente e, quando existe, não é concebida, como será normal mais tarde, simultaneamente como função integrada e como símbolo de distinção que se deve expor. Nem mesmo nos exemplares de grandes dimensões construídos já no século XVIII”, como é o caso.



QUADRO XII - Tipo de casa nobre com capela anexa <sup>295</sup>	
Tipo de planta	Casas
	<p><b>Ao centro:</b> Casa da Quinta do Meio (Sanhoane, SMP)</p> <p><b>CIMA CORGO</b></p> <p><b>Canto:</b> Casa e Capela dos Pessanhas (Paradela de Guiães, SBS)</p> <p><b>Lado Direito:</b> Casa do Campo (Provesende, SBS)</p> <p><b>DOURO SUPERIOR</b></p> <p><b>Lado esquerdo:</b> Solar do Morgado de Vilarelhos (Vilarelhos, AF)</p>

Quadro-síntese realizado pela autora.

### «Casa-torre»

Como tivemos ocasião de ver, no decorrer do século XVIII o surto construtivo de casas nobres é particularmente acentuado no norte, sobretudo na zona de Entre-Douro e Minho, onde irá proliferar um tipo de casa que se designou «casa-torre».

Na realidade, a «casa-torre» perpetua a tradição do uso de uma ou duas torres que já se havia observado nas centúrias anteriores, enquanto símbolo de uma sociedade em parte feudal<sup>296</sup>. Na prática, como de resto frisou o historiador José Fernandes Pereira, ao examinar a casa nobre no período Setecentista, a «casa-torre» aproxima-se da verdadeira natureza e condição social do seu proprietário, pois corresponde “[...] no fundo aquela onde tal nobreza melhor se podia rever, ciosa de pergaminhos que em muitos casos remontavam ao período anterior à independência” (Pereira 1982, 191). Assim, a torre continua a desempenhar papel de relevo como afirmação senhorial, ainda que com maior requinte, sobretudo na medida em que é aproveitada pelo seu valor arquitectónico e não funcional. Na verdade, o aproveitamento do seu espaço interior não oferecia já muitas possibilidades.

<sup>296</sup> No norte do País, a «casa-torre» é frequentemente a primeira versão do solar e ambos se confundem enquanto conceitos associados à fundação ou confirmação de uma linhagem. São casas senhoriais que se identificam com a propriedade do solo onde foram construídas e com o nome da família a que pertencem, que lá teve a sua origem, e cuja nobreza e antiguidade avalizam. Ao conceito de solar está, aliás, ligada uma das categorias cimeiras da nobreza portuguesa – justamente a de fidalgo de solar (Caldas 2007, Vol.I, 40). Sobre a questão dos conceitos consulte-se o capítulo I desta tese. Ainda sobre a casa-torre numa perspectiva abrangente, veja-se: Silva 1995; Stoop 2015; Azevedo, Pedro Ricardo Coelho de. 2016. *Roteiro das casas nobres com torre(s): Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto e Amarante*. Dissertação de mestrado em Património e Turismo Cultural, Universidade do Minho.

Neste período são utilizadas as torres existentes, que remontavam à Idade Média, estando ainda documentada a sua edificação de raiz a norte do País. Vamos encontrar um bom exemplo disso no Solar de Torres de Oliveira, na freguesia de Oliveira (Mesão Frio), única «casa-torre» identificada na Região Demarcada do Douro (**Fig. 101**). Integrada numa extensa propriedade, esta casa foi edificada no alto de uma colina com a fachada principal orientada para o rio Douro. Trata-se de uma casa de planta em U invertido ( ), articulada com um corpo principal flanqueado por torreões. Avaliando o conjunto e atendendo à sua implantação, podemos concluir que o edifício foi pensado para ser visto à distância, dada a sua imponência evidenciada pela verticalidade dos torreões, rematados por telhados de quatro águas (Carita 2016, 399).



*FIG. 101 - CASA DAS TORRES DE OLIVEIRA, OLIVEIRA (MF).  
«CASA-TORRE». VISTA DA CASA A PARTIR DA FREGUESIA DE OLIVEIRA.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, JULHO DE 2013).*

Sobre a adopção desta tipologia em Oliveira, parece-nos cingir-se ao facto deste tipo arquitectónico se aproximar da ideia de representação identitária da casa, e da sua representatividade em termos de imagem do seu proprietário, ao invocar o passado e as suas raízes, um passado remoto pleno de significado histórico.

A tipologia de corpo central flanqueado de torres ou torreões repete-se noutros casos já conhecidos e divulgados, sobretudo o modelo de torres das casas

nobres edificadas na região do Minho<sup>297</sup>, de que podemos destacar a Casa da Quinta das Torres; a Casa da Boavista, ambas em Mondim de Basto, ou mesmo o Solar de Bertandos, nas proximidades de Ponte de Lima, entre muitos outros dignos de menção (Fig. 102-106).



FIG. 102 - CASA DA QUINTA DAS TORRES, MONDIM DE BASTO.  
VISTA AÉREA.  
(FONTE: DGPC).



FIG. 103 - CASA DA QUINTA DAS TORRES, MONDIM DE BASTO.  
TORRE.  
(FONTE: DGPC).



FIG. 104 - CASA DAS TORRES DE OLIVEIRA,  
OLIVEIRA (MF). TORRE.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, JULHO DE 2013).

<sup>297</sup> Sobre a casa nobre do Minho, em particular a casa-torre e os exemplos mencionados, consulte-se: Stoop 2015, bem como as referências bibliográficas citadas pela autora.



*FIG. 105 - SOLAR DE BERTIANDOS, PONTE DE LIMA.  
FACHADA PRINCIPAL COM DUAS TORRES.  
(FONTE: DGPC).*



*FIG. 106 - PAÇO DE CALHEIROS, PONTE DE LIMA.  
FACHADA PRINCIPAL COM DUAS TORRES.  
(FONTE: DGPC).*

Ainda em termos comparativos, e podendo ser já entendido como uma variante da tipologia da «casa-torre» pelo número de torres, refira-se o notável Palácio do Freixo<sup>298</sup>, situado na margem direita do Douro, às portas da cidade do Porto (**Fig. 107**). Projectado por Nicolau Nasoni (1691-1773) para o deão Jerónimo de Távora e Noronha (1690-1754), o palácio possui planta quadrangular com torreões nos cantos e apresenta quatro fachadas todas diferenciadas.

Decididamente o gosto por construções acasteladas faz parte do imaginário nacional, sendo uma das suas permanentes temporalidades (Pereira 1982, 195), à qual a região duriense não foi alheia, pese embora o frágil número de exemplares identificados para esta tipologia.

<sup>298</sup> Sobre o Palácio do Freixo veja-se: Azevedo 1988, 86-87, 139-140, 153, 161 e 177 (Estampas 85-86, Fig.34); Silva 1988, Vol.I, 205-ss; Smith 1966.



FIG. 107 - PALÁCIO DO FREIXO, PORTO.  
ARQ. NICOLAU NASONI, SÉC. XVIII.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, MAIO DE 2013).

### ***Casa em «L» (Quadro XIII)***

Depois da planta de forma rectangular, evidencia-se uma outra configuração, desta vez de formato em «L». Supõe-se que o seu elevado número de exemplares se deva ao facto de determinadas casas terem sofrido sucessivas campanhas de obras em resultado de múltiplas necessidades ocorridas ao longo do tempo, aproximando-se por essa razão da forma em «L».

Uma das casas deste tipo é a Casa Grande de Almendra, em Almendra (VNFC), ainda que possa ser igualmente integrada na «casa comprida» pelas razões já apontadas (Fig 108). A fachada principal corresponde a um longo corpo de formato rectangular, desenvolvido horizontalmente («casa comprida»), ao qual se encontra adjacente, a sul, uma fachada incompleta<sup>299</sup>, indiciando ter sido projectada em planta em «L» (Fig. 109). Caso o projecto tivesse sido concluído, o que não se verificou, seria uma das maiores

---

<sup>299</sup> “A construção terá sido iniciada em 1743, a mando de António Lopes Sanches de Castilho Falcão Mendonça (?-1759), Capitão-Mor de Almendra e Castelo Melhor, casado com D. Ana Maria de Távora Donas-Boto (?-?)<sup>16</sup>. Contudo, as obras só conheceram maior impulso sob a direção de Manuel António de Castilho e Távora Falcão Mendonça (1720-1796?), filho de António Lopes Sanches de Castilho Falcão Mendonça. Em 1758, as obras foram interrompidas, sem, no entanto, ter-se esclarecido ao certo o motivo. Algumas das referências bibliográficas, mencionam o facto de constar na Corte que se estaria a construir uma casa para ultrapassar a do Rei, e este mandou suspender as obras, não fosse o solar ficar superior aos palácios reais. Mas que também, que a perseguição movida aos Távoras pelo Marquês de Pombal, poderá ter atingido o Solar de Almendra, uma vez que os herdeiros, descendiam de um Távora, D. Ana Maria de Távora Donas-Boto (?-?). Ainda assim, parece-nos razão mais plausível o facto de as obras terem sido interrompidas por falta de liquidez do proprietário, perante projeto tão ambicioso como a casa por concluir parece demonstrar.” (Glória 2013, 193-194).



casas do Douro Superior, podendo superar a Casa do Cabo de São João da Pesqueira (SJP), no Cima Corgo.

Uma ponderação mais atenta do conjunto de casas em «L» permite constatar que algumas delas correspondem na sua edificação original a um corpo rectangular, ao qual foi anexado um corpo secundário, o que originou a actual configuração em «L». Neste grupo constitui excepção a Casa Grande de Almendra, em Almendra (VNFC) pelas razões já indicadas.



*FIG. 108 - CASA GRANDE DE ALMENDRA, ALMENDRA (VNFC).  
FACHADA PRINCIPAL.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, DEZEMBRO DE 2013).*



*FIG. 109 - CASA GRANDE DE ALMENDRA, ALMENDRA (VNFC).  
FACHADA LATERAL ESQUERDA (A SUL), PORMENOR DE VÃOS.  
(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, DEZEMBRO DE 2013).*

Dos exemplares identificados refira-se a título de exemplo, o Solar dos Viscondes de Santa Marta, actual Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, em São Miguel de Lobrigos (SMP), que à primeira vista se dispõe como um corpo de formato quadrangular irregular (**Fig. 110**). Na ausência da sua planta, observando-se a cobertura dos telhados é possível verificar que há um corpo que se destaca, o de formato em «L» pouco acentuado, constituído pelas fachadas principal e lateral esquerda e que será o correspondente à edificação original Setecentista.

O mesmo se verifica na Casa da Quinta do Bairro, ali nas proximidades (**Fig. 111**). O corpo setecentista é um perfeito L, formado pela fachada principal e lateral direita, ao qual foi acrescentada uma nova ala residencial que lhe confere a actual forma de «U».



FIG. 110 - SOLAR DOS VISCONDES DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO, SANTA MARTA DE PENAGUIÃO (SMP).

(A) FACHADA PRINCIPAL. (B) VISTA AÉREA.

(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, JULHO DE 2013; GOOGLE MAPS, 2018).



FIG. 111 - CASA DA QUINTA DO BAIRRO, SÃO JOÃO DE LOBRIGOS (SMP).

(A) FACHADA PRINCIPAL. (B) VISTA AÉREA.

(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, ABRIL DE 2016; GOOGLE MAPS, 208).

QUADRO XIII – Tipo de casa nobre em “L”
<b>BAIXO CORGO</b> Solar dos Viscondes de Santa Marta (São João de Lobrigos, SMP) Casa da Quinta do Bairro (São João de Lobrigos, SMP) Solar da Família Vaz Osório (Peso da Régua, PR) Solar dos Cardoso de Meneses (Armamar, AMM) <b>CIMA CORGO</b> Solar dos Morais Sarmento (Vilarinho da Castanheira, CA) Casa dos Pimentes de Castro (Vilarinho da Castanheira, CA) <b>DOURO SUPERIOR</b> Casa Grande de Almendra (Almendra, VNFC) (L incompleto).

Quadro-síntese realizado pela autora.

### ***Casa em «U» e «duplo U» (Quadro XIV)***

Segundo José Fernandes Pereira (1992, 170-171), a regularidade desejada na arquitectura barroca materializou-se na adopção de casas com planta em U<sup>300</sup>, principal novidade do século XVII<sup>301</sup>. Deste período, o melhor exemplar encontra-se a norte do País, sendo conhecida como a Casa de Vale de Flores, situada em Braga<sup>302</sup> (**Fig.112-113**). A casa desenvolve-se em volta de um pátio fechado ao exterior, por estreito portal axial,

<sup>300</sup> Segundo Hélder Carita (2016, 170-171) este tipo de planta teve origem na arquitectura francesa, precisando depois: “A filiação deste programa a uma filiação francesa relaciona-se com a vinda de um conjunto de engenheiros militares que, contratados por exigências da guerra com a Espanha, acabam por se integrar nas estruturas administrativas do Estado, trabalhando nas mais diversas obras, em estreita relação com os altos chefes militares portugueses. De forma mais clara, esta influência emerge na análise de uma planta em U dos finais do século XVIII, referente a um projecto para um palácio a construir no Bairro Alto, [...] Embora desenhada por um arquitecto português, a planta denota claras influências francesas com a introdução de uma sala interior comprida em forma de galeria, de clara tradição francesa, ou no quarto de aparato que segue igualmente a típica tipologia francesa, com alcova central para a cama – elementos sem expressão na arquitectura doméstica portuguesa.”

<sup>301</sup> “Através destes novos palácios (no âmbito da Restauração, após 1640) verificamos, no entanto, uma maior atenção às morfologias dos conjuntos arquitectónicos, com um novo sentido de ordem e simetria; a contribuição mais interessante deste período jaz na divulgação de um programa arquitectónico em U, criando uma série de casos que se estendem até ao norte do País. Na sua maior erudição, o caso do Palácio dos Marqueses de Távora, ao Campo Pequeno, é um dos exemplos mais interessantes desta sequência – as morfologias do edifício, pensado como um todo, são marcadas por regras de simetria que se estendem à composição dos vários alçados. Possuindo três corpos idênticos, envolvendo um pátio de entrada marcado por um monumental portal, está este coroadado por insígnias militares que remetem, uma vez mais, para uma arquitectura de pendor militarista que permanece estreitamente ligada a uma aristocracia de grandes chefes militares.” (Carita 2016, 168-169).

<sup>302</sup> Veja-se Azevedo 1988, 179.

Além deste exemplar refira-se com configuração muito semelhante o Solar Maciel Aranha, conhecido por Casa do Gato Bravo, da autoria do arquitecto Carlos Amarante, localizado na Praça Conde de Agrolongo, também em Braga.



coroado por frontão cenográfico onde se colocou a pedra-de-armas. A capela, situada numa das alas, insere-se no conjunto, respeitando-lhe as proporções<sup>303</sup>. Precisamente por ser uma das mais representativas do tipo em «U» deverá ter tido alguma influência noutras casas e solares, pois encontra-se um modelo idêntico entre os exemplares durienses de planta em «U». Referimo-nos à Casa do Paço, em Sendim (TBÇ), que repete o modelo e configuração de Vale de Flores, com planta em U fechado, formando um pátio interior (**Fig.113-114**).



*FIG. 112 - CASA DE VALE FLORES, BRAGA.  
(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, MAIO DE 2016).*

---

<sup>303</sup> Idêntica planimetria possui o Palácio Galveias, em Lisboa. Outro caso seria o Palácio do Conde Tarouca, à Cotovia, também em Lisboa, que não chegou a ser construído, a que se jutam a Casa de Calhariz, na Arrábida e a Casa dos Figueiredos, em Condeixa.

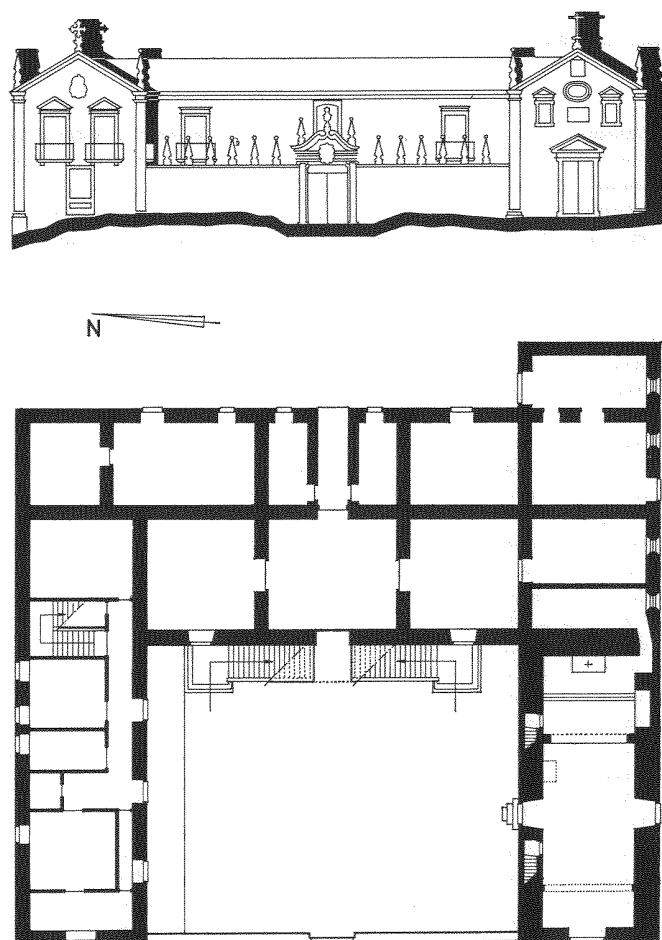


FIG. 113 - CASA DE VALE FLORES, BRAGA.  
(FONTE: DESENHO E PLANTA DE CARLOS DE AZEVEDO, 1988,39).



FIG. 114 - CASA DO PAÇO, SENDIM (TBÇ).  
(A) FACHADA PRINCIPAL.  
(B) PORTAL DE ENTRADA.  
(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, JANEIRO DE 2014).

Dos exemplos mencionados é interessante verificar que a planta em «U» sofreu em Portugal uma transformação peculiar, que perpetua de certo modo uma importante tradição vernacular ligada ao pátio murado. Aferida na sua origem a um sentido barroco, qua acentuava o sentido dinâmico da aproximação à entrada, ladeada por duas alas, é este efeito como que anulado pelo fecho da entrada em pátio murado (Carita 2016, 169). Modelo porventura nascido da procura de privacidade por parte dos proprietários, e da imposição dos limites do espaço privado e público, este tipo de planta em «U» com pátio encerrado constitui já por si uma variante do referido tipo.

Por outro lado, poderá também variar conforme a sua disposição em relação à via pública. Isto é, o U aberto para o exterior, e o U fechado (fachada principal) para o interior da propriedade (isto é, um U invertido – «∩»). A título de exemplo, refira-se o já mencionado Solar das Torres de Oliveira, em Oliveira (MF), que opta por uma planta em «U», articulada com um corpo principal integrando torres na ala horizontal (Carita 2016, 398)<sup>304</sup>.

Além destas variantes encontramos também o duplo «U», cujo único exemplar duriense representa um dos mais importantes solares edificadas no período em estudo, sobretudo pelo seu inovador desenho – a Casa de Mateus, em Vila Real (VR) (**Fig. 115**). O duplo «U» foi ensaiado num edifício monumental, regular e perfeitamente simétrico. A referida casa possui ao centro da fachada principal uma escadaria dupla que se desenvolve a partir de um pátio aberto. Este pátio de honra ou de recebimento, dá acesso a um segundo pátio, já interior, que permite a passagem para a parte posterior da casa e jardim. Interiormente, também a casa se organiza com grande regularidade e simetria.

Ao contrário do que afirmou Carlos de Azevedo (1988, 87), embora em Portugal o tipo de planta em «U» tenha tido pouca expressão, na Região Demarcada do Douro identificaram-se interessantes exemplares edificadas (**Quadro XVI**).

---

<sup>304</sup> A casa embora possua duas fachadas principais, uma delas, a que está direcionada para a via pública encontra-se inscrita num único piso térreo, abrindo-se para um pátio em U, aspecto que lhe imprime algum intimismo e sofisticação (Carita 2015, 398).

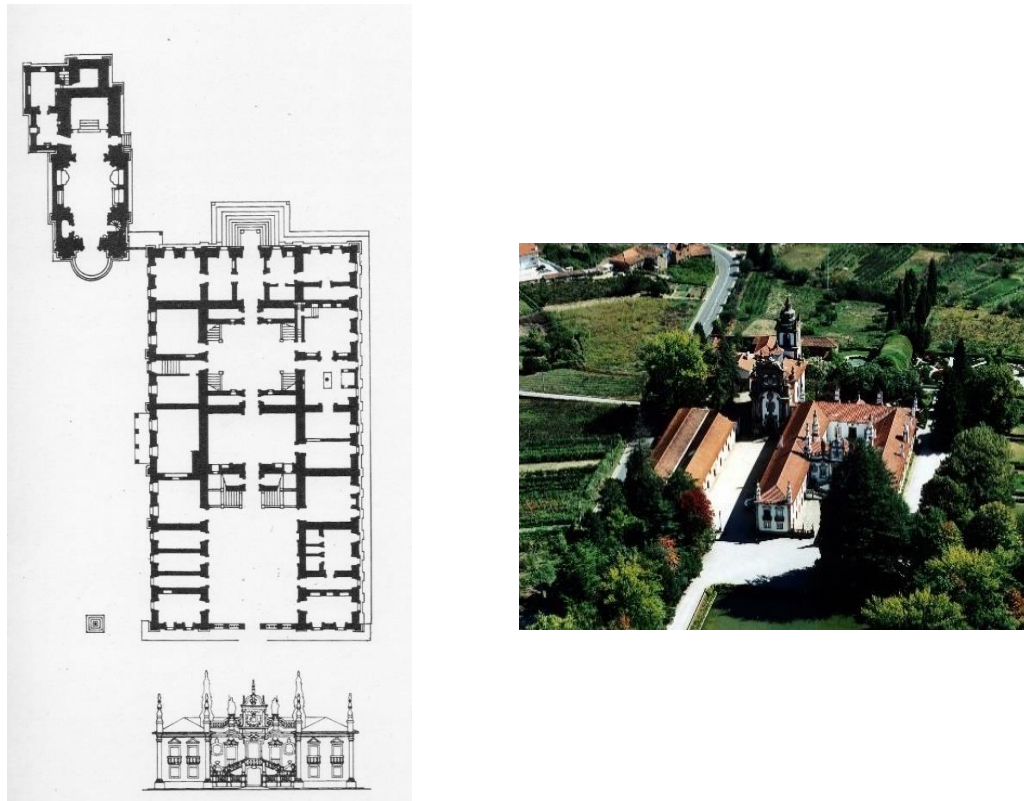


FIG. 115 - CASA DE MATEUS, VILA REAL (VR).

(A) FACHADA E PLANTA.

(B) FOTOGRAFIA AÉREA.

(FONTE: CARITA 1983, 144; FONTE: SIPA.FOTO.00538682).

QUADRO XIV – Tipo de casa nobre em «U»
<b>BAIXO CORGO</b> Casa do Canto (Cumieira, SMP) Casa das Torres de Oliveira (Oliveira, MF) Casa do Cabo da Vila (Mesão Frio, MF) Casa do Vale do Couto (Mesão Frio, MF) Casa [designação não identificada] (Sande, LMG) Casa do Poço (Lamego, LMG)
<b>CIMA CORGO</b> Casa do Paço (Sendim, TBÇ) Casa de João Sobral (Soutelo do Douro, SJP)

Quadro-síntese realizado pela autora.

***Casa com pátio (Quadro XV)***

Uma outra configuração que deve ser tida em linha de consideração é a casa com pátio. Na Região Demarcada do Douro reconhece-se a incorporação do pátio ao centro de casas nobres com planta rectangular ou quadrangular. O pátio é uma reminiscência

árabe ou romana, comum entre nós na arquitectura e é adoptado no interior das casas e ao centro. Ele funciona simultaneamente como um espaço de entrada e de distribuição para os restantes espaços.

Apesar da sua existência no Douro, o tipo de casa com pátio deve ser repensado quanto à sua edificação de raiz. Terá sido integrada no plano original da edificação da casa? Ou resultará da transformação arquitectónica das casas ao longo do tempo? Nos casos que identificámos, a ausência de documentação ou dados mais precisos sobre a história construtiva leva a que não tenhamos uma resposta concreta.

Destacamos a Casa do Terreiro, em Cidadelhe (SMP), habitação de planta quadrangular desenvolvida à volta de pátio central e evoluindo em dois pisos e *mezzanino*, integrando capela no extremo da fachada (**Fig. 116-117**). Ainda a Casa da Quinta Cotto, em Cidadelhe (SMP), de planta quadrangular desenvolvida à volta de pátio central, em terra batida com pequeno jardim. A este acede-se mediante entrada por portal nobre e respetivo átrio (**Fig. 118**). Ou ainda, a Casa dos Brolhas, em Lamego (LMG), de planta centralizada, composta, irregular, formando pátio interior, a céu aberto, pelo acrescento de construções modernas.



FIG. 116 - CASA DO TERREIRO, CÍDADELHE (MF).  
(A) VISTA AÉREA COM INDICAÇÃO DE PÁTIO. (B) VISTA DO TELHADO SOBRE O PÁTIO  
(FONTE: GOOGLE MAPS, 2018; FONTE: SIPA. FOTO.00080803).





FIG. 117 - CASA DO TERREIRO, EM CIDADELHE (SANTA MARTA DE PENAGUIÃO).  
(FONTE: SOLARES PORTUGUESES, CARLOS DE AZEVEDO (1959-1962) [MATERIAL GRÁFICO], BIBLIOTECA DE ARTE E ARQUIVO, FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN, LISBOA. COTA: CFT011 - VILA REAL 170101-17141429, PROVAS P/B).



FIG. 118 - CASA DA QUINTA DO CÔTTO, CIDADELHE (MF).  
(A) VISTA AÉREA COM INDICAÇÃO DE PÁTIO (FONTE: GOOGLE MAPS, 2018).  
(B) INTERIOR DO PÁTIO (FONTE: SIPA. FOTO.00012140).

QUADRO XV – Tipo de casa nobre com pátio integrado	
Tipo de planta	Casas
Rectangular com pátio central	Paço Episcopal de Lamego (LMG) Casa das Brolhas (LMG)
Quadrangular com pátio ao centro	<b>CIMA CORGO</b> Casa da Fonte e Capela de São Francisco (Celeirós, SBS)
Quadrangular com pátio central e capela	<b>Capela num canto oposto:</b> Casa da Quinta do Côtto (Cidadelhe, MF) <b>Com pátio central e capela lado direito:</b> Solar das Quinta das Casas Novas (Godim, PR) Casa do Terreiro (Cidadelhe, MF)

Quadro-síntese realizado pela autora.

### ***Outras configurações (Quadro XVI)***

Por fim, contrapondo-se ao tipo de casa regular cuja «casa comprida» é aquela que mais se enquadra, a observação das diversas casas permitiu concluir que a grande maioria das casas possui formato irregular. Com efeito, no conjunto de casas inventariadas constatou-se que grande maioria foi alvo de campanhas de obras de remodelações, mas também de acrescentamento de novos edifícios, que lhe alteraram a planta e a configuração original. Tal facto levou à descaracterização do formato rectangular, nem sempre perceptível quando nos aproximamos de determinada casa. Ainda assim, em alguns dos exemplares foi possível perceber que o edifício primordial a ser edificado corresponde a um corpo central de formato rectangular. São disso exemplo, a já referida «casa comprida» – Casa do Cabo, em São João da Pesqueira (SJP); e a Casa dos Barros, em Sabrosa (SBS; **Fig. 119**). Em ambas, o corpo principal, de formato rectangular, destaca-se pela regularidade, monumentalidade, solidez, robustez e linhas horizontais. Além disso o corpo Setecentista original evidencia-se dos restantes pelo tratamento da fachada, claramente barroca, ao contrário dos demais de feição contemporânea e com novos materiais, o que nos remete para os diferentes períodos construtivos da casa. Daí se concluir, no caso da habitação nobre duriense que apesar de muitas destas casas possuírem diferentes corpos, há em termos gerais uma preferência pela adopção da casa de formato rectangular regular em detrimento de outras formas. Encontra-se tanto a casa rectangular, isolada, como anexa a novas alas, especificidade que supomos ter sido preferível à ocupação de todo o espaço disponível do lote, desenhando-se um volume único e maciço, e que se destaca do restante edificado anexo.

A irregularidade destas casas, levado a cabo muitas vezes pela construção de novos corpos adjacentes, levou ao surgimento de outras configurações (**Quadro XVI**). Entre as casas observadas identificaram-se outras tipologias com menor expressão, cuja configuração vai desde a planta quadrangular compacta, ao polígono irregular ou trapézio, como a um «P». A primeira mencionada, corresponde a uma forma de desenho mais regular, e que segundo João Vieira Caldas aparece, com variantes, em regiões

muito diversas do País<sup>305</sup>. No contexto duriense, como já pudemos verificar, salientam-se a «casa comprida», a «casa com capela» e as casas de configuração irregular.



FIG. 119 - CASA DOS BARROS, SABROSA (SBS).

(A) FACHADA PRINCIPAL.

(B) VISTA AÉREA.

(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, MAIO DE 2014; GOOGLE MAPS, 2018)

QUADRO XVI – Outros tipos de configuração	
<b>Quadrangular</b>	<b>CIMA CORGO</b> Solar dos Corte Real, Vilarouco (SJP)
<b>P deitado</b>	<b>CIMA CORGO</b> Casa da Torre das Pedras, Paredes da Beira (SJP)
<b>Trapézio irregular</b>	<b>CIMA CORGO</b> Solar dos Gouveias Couraças, Sendim (TBÇ)
<b>Polígono irregular</b>	<b>CIMA CORGO</b> Casa dos Ribeiro Beleza, Provesende (SBS) Casa dos Pinto (SJP) <b>DOURO SUPERIOR</b> Casa do General Claudino Pimentel, Torre de Moncorvo (TM)

Quadro-síntese realizado pela autora.

<sup>305</sup> Para a zona de Lisboa, veja-se Caldas (1999, 119-122; 192-203). “A interpretação dada então para a génese desse tipo de casa, limitada aí à zona de Lisboa, baseava-se numa ideia de crescimento modular comum na área saloia: uma casa abastada quadrangular com dois telhados resultaria da junção de dois módulos “saloios” comuns, rectangulares, de um só telhado. Mas a própria casa saloia comum, popular, já se caracteriza pela “imitação” em pequena escala de soluções volumétricas e construtivas da arquitectura mais erudita. Numa visão abrangente da casa quadrangular de dois pisos torna-se, portanto, pertinente voltar à sugestão de José Manuel Fernandes e Maria de Lurdes Janeiro sobre a provável influência da casa-torre no volume torreado da casa saloia em Arquitectura vernácula da região saloia – enquadramento na área atlântica [...]” (Caldas 2007, Vol.I, 55, nota 67).

A casa quadrangular encontramos-a no Algarve, mas numa variante compacta, indo da construção original à junção de vários corpos que lhe conferem essa forma (Caldas 2012, 55-66).



### 4.3. «Fachada»

#### 4.3.1. Tipos e modelos de fachada

Ao esboçar o significado de “arquitetura civil” no enquadramento da arte barroca, José Sarmiento de Matos (in Pereira 1989, 39) destaca a importância que a fachada assume numa edificação, tornando-se mesmo um aparelho ideológico ao serviço de um propósito. Nos termos em que a questão se coloca para este historiador,

“a mais importante ruptura face à tradição é a necessidade de inventar uma fachada, reflexo externo de uma rígida estratificação, por isso distante e arrogante. Ora essa preocupação com o exterior tende, consoante o próprio poder progressivamente se institucionaliza, à demonstração de equilíbrio e unidade, criando os pressupostos onde com naturalidade se inserem coordenadas barrocas, isto é, a estabilização de um aparelho ideológico leva à apropriação dos critérios estilísticos que melhor se ajustam à evidenciação dos seus propósitos. Daí, sobretudo a partir de 1667, data central deste processo, revelarem-se a pouco e pouco sintomas barroquizantes, tais como o sentido de unidade global da construção, o decorativismo hierarquizado das cantarias e o eixo portal-janela – eixo de perspectiva, condutor do olhar para o piso do senhor e suporte da pedra de armas, elemento identificador de um estatuto.” (in Pereira 1989, 39).

Esta breve síntese da fachada barroca ilustra de certo modo o que vamos encontrar nas casas nobres da Região Demarcada do Douro acrescentando-lhe a estes um conjunto de particularidades próprias resultantes do território.

Para Rafael Bluteau, ao descrever o vocábulo em plena época setecentista, a fachada corresponde a “Toda a frontaria de hum edificio”, ou seja, à face exterior de um edifício, a face frontal e principal (1728, Vol. 4, 9)<sup>306</sup>. Assim, a fachada constitui-se como um elemento estrutural e arquitectónico fundamental, senão mesmo o mais importante da casa, uma vez que corresponde à primeira imagem que se tem desta e de quem lá vive<sup>307</sup>.

Sobre a função e significado da fachada principal, esta define a fronteira entre o espaço público e o privado, entre o exterior e interior, podendo ser interpretado de acordo com as características específicas de cada período histórico ou artístico. No período que nos ocupa a casa nobre conheceu uma nova dinâmica, desenvolvendo fachadas com maior expressão e dramatismo, revelando a preocupação dos seus

<sup>306</sup> A fachada designa-se ainda por frontispício, podendo ser este também entendido como sendo um frontão sobre uma porta ou janela. Veja-se “Fachada” e “Frontispício.” In Cole, Emil (ed.). 2003. *A Gramática da Arquitectura*. Lisboa: Livros e Livros/Centralivros, 336.

<sup>307</sup> Podemos falar de “imagem identitária”, no sentido em que a fachada é uma representação visual dos seus proprietários e encomendantes, podendo através da respectiva sinalética – pedra de armas, cartelas e outros, aludir às figuras responsáveis pela sua identificação.

proprietários pela sua representação social. Deste modo, as fachadas “tinham de exprimir a diferença em relação às fachadas circundantes e evidenciar o poder do grande senhor cuja habitação representa” (Caldas 1999, 85). Este aspecto era garantido pela escolha de determinado programa arquitectónico e decorativo e de um conjunto de elementos que evidenciavam a casa em construção do restante casario.

Em nosso entender, tal programa não podia, por outro lado, de eximir-se aos constrangimentos geográficos, isto é, à implantação destas casas ao nível topográfico. Pois, como dissemos anteriormente, algumas das casas beneficiaram da disposição no terreno, dispondo-se no topo ou na meia encosta de vales, o que levou à sua emergência e destaque na paisagem. Já as que se encontram no interior de vilas ou freguesias, inscritas na malha urbana, encontram-se dispostas em locais de menor acentuação topográfica, assentes sobre terrenos mais planos com pouco declive. Não obstante, ainda que não emergindo na paisagem, são evidenciadas pelo referido programa artístico e arquitectónico em torno da sua edificação, em plena consonância com a relação da integração urbana *versus* o aparato decorativo. Aspectos, diga-se em boa verdade, já referenciados por João Vieira Caldas (1999, 119) no caso de casas edificadas nas quintas dos arredores de Lisboa: “Tratando-se também da casa nobre em contexto rural, não é indiferente a sua disposição topográfica no terreno, a atenção à paisagem e aos terrenos de cultivo, a organização dos espaços complementares e construções de apoio, a posição e proximidade de acessos.” Tudo contribuindo para que a fachada da casa nobre se evidencie e destaque das restantes construções.

O esquema compositivo da fachada, em forma rectangular, é geralmente regular, com as devidas excepções. A regularidade é proporcionada pela abertura e distribuição de vãos – portal nobre, portais secundários e janelas –, de forma uniforme e simétrica, com o portal nobre a servir de eixo de composição. Neste caso encontraremos fachadas equilibradas e com grande rigor na distribuição dos vãos, com a mesma distância entre si e rigorosamente alinhados. Bem distintas dos exemplares em que as fachadas primam pela irregularidade, onde é notória a ausência de preocupação pelo esquema compositivo do pano principal.

Outro aspecto a salientar, é que estas casas possuem uma grande fachada, pela dimensão, revestindo uma forma monumental e imponente. Este aspecto é acentuado

pela abertura de vários vãos, com o portal nobre ao centro, ou um conjunto de portas secundárias ou janelas distribuídas ao longo do piso térreo, e outras tantas janelas e janela de sacada ao centro, do piso nobre. Nelas, o que mais se destaca é a sua disposição e alinhamento horizontal. Esta horizontalidade permite ainda vincar o piso nobre, aspecto que é acrescido pelos diversos elementos decorativos, a que voltaremos adiante. Porém, no universo duriense encontramos algumas exceções, pois existem casas de menor dimensão com apenas uma janela a ladear o portal nobre, onde é notória a inexistência do perfil horizontal. É disso exemplo o Paço Episcopal de Trevões (SJP) edificado a partir de 1777 por iniciativa do Bispo de Lamego, D. Manuel Vasconcelos Pereira (1731-1786) (**Fig. 120**). A fachada principal, simétrica com portal de entrada ladeado por duas janelas, apresenta uma reduzida dimensão quando comparada, por exemplo, com o Casa dos Corte Real, em Vilarouco (SJP), ou o Solar das Casas Novas na Mêda (MD) (**Fig.121-122**). Supõe-se que tal diferença se deva ao espaço do lote anteriormente disponível para a edificação, bem como à própria topografia do terreno. Estes factores terão certamente condicionado o programa construtivo, a dimensão da casa e da fachada e a respectiva relação com a via pública.



*FIG. 120 - PAÇO EPISCOPAL DE TREVÕES (SJP).  
FACHADA PRINCIPAL E LATERAL.  
(FONTE: DGPC).*



FIG. 121 - CASA DOS CORTE REAL, VILAROUCO (SJP).  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, DEZEMBRO DE 2013).



FIG. 122 - SOLAR DAS CASAS NOVAS, MÊDA (MD).  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, DEZEMBRO DE 2013).

Ainda que existam excepções no que toca à dimensão das fachadas das casas nobres durienses, podemos afirmar que elas são na sua maioria assumidamente de grande dimensão, horizontais, regulares e equilibradas na proporção e distribuição. Contudo, outras especificidades poderão ser indicadas.

### ***Fachada de piso único***

A grande maioria das fachadas possui dois pisos, correspondentes ao piso nobre e ao térreo, cada um com as suas respectivas funções, como veremos mais adiante. Mas em larga medida subordinadas aos condicionalismos decorrentes da implantação e edificação destas casas nos diversos tipos de terrenos que podemos encontrar na Região Demarcada do Douro. Há casos em que a fachada principal possui somente um único piso, que recebe à semelhança das casas de dois pisos, toda a carga decorativa, independentemente de estar em cota baixa ou alta. É disso exemplo, o Solar de Sampaio, em Linhares (CA), cuja fachada principal de piso único corresponde ao piso nobre, derivado do acondicionamento da casa ao declive existente (**Fig. 123**). O piso nobre, situado em cota alta, encontra-se com a fachada orientada para a via pública. Já o piso térreo não tem qualquer função, embora à fachada respectiva (lateral a esta) tenha sido dada algum destaque decorativo, pois na realidade corresponde a uma segunda fachada principal.

Ainda no mesmo concelho, o Solar dos Morais Sarmiento, em Vilarinho da Castanheira (CA; **Fig. 124**), apresenta piso único em virtude do terreno inclinado para a parte posterior da habitação; assim como a Casa do Soveral, em Nagoselo do Douro (São João da Pesqueira). Também a Casa Brasonada da família Sampaio, em Ribalonga, possui piso único que se desenvolve ao longo da via pública (**Fig. 125-126**).

Apesar destas exceções, verificamos que no conjunto de casas durienses prevalece a escolha pela habitação de dois pisos, o que proporciona um maior espaço e inúmeras dependências interiores.



FIG. 123 - SOLAR DE SAMPAIO, LINHARES (CA).  
CASA E FACHADA DE PISO ÚNICO.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, JANEIRO DE 2014).



FIG. 124 - SOLAR DOS MORAIS SARMENTO, VILARINHO DA  
CASTANHEIRA (CA).  
CASA E FACHADA DE PISO ÚNICO.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, JANEIRO DE 2014).



FIG. 125 - CASA DO SOVERAL, NAGOSELO DO DOURO  
(SJP). CASA E FACHADA DE PISO ÚNICO.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, JANEIRO DE 2014).



FIG. 126 - CASA BRASONADA DA FAMÍLIA SAMPAIO,  
RIBALONGA (CA). CASA E FACHADA DE PISO ÚNICO.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, JANEIRO DE 2014).

### ***Fachada irregular***

A par da «casa comprida», que se demarca das restantes pela existência de uma fachada principal horizontal e regular, encontramos também fachadas de tipo irregular<sup>308</sup>, por efeito da ausência de simetria. Elas resultam fundamentalmente da ausência de rigor e simetria no desenho da fachada e, por conseguinte, da própria distribuição de vãos – portal nobre, portais ou mesmo janelas. Ao contrário da fachada de tipo comprida, as casas com fachadas irregulares possuem entrada nobre num dos seus extremos, ou mesmo, num ou noutro caso, ao centro.

Ainda que o tipo de fachadas se possa definir pelos elementos arquitectónicos originais à data da edificação, a realidade que hoje se nos depara é a de muitos edifícios descontextualizados e alterados. Face a esta situação é difícil identificar rigorosamente o tipo, pelo que algumas das casas identificadas como “fachada irregular” bem poderiam, à data da sua construção, ter sido regulares. É disso exemplo, a Casa dos Campos, em Santa Comba (VNFC), onde se procedeu à abertura de vãos, e o Solar dos Donas-Botto, em Sebadelhe (VNFC), pelo acréscimo de uma capela, que veio alterar a concepção e percepção visual da fachada principal (**Fig. 127-128**). Ainda a assinalar novamente, a questão da topografia do terreno e do enquadramento destas casas em quintas ou em malhas urbanas já muito desenvolvidas. Estes aspectos condicionaram não só o desenho da casa, mas da fachada principal, levando à existência de fachadas irregulares como comprovam os inúmeros exemplos. Entre eles, a Casa do Meio, em Sanhoane (SMP), que por se encontrar encostada ao vale, só permite visualizar parte da sua fachada principal (**Fig. 129**). Ou mesmo a Casa nobre da Estrada Nacional 2, na Cumieira (SMP), cuja história possivelmente associada a uma das muitas quintas vinícolas da região, impunha um traço arquitectónico menos cuidado e depurado, não havendo qualquer preocupação pela fachada principal de acesso à via pública (**Fig. 130**).

---

<sup>308</sup> Decidimos não introduzir aqui a consideração de uma sexta tipologia, referente à «fachada regular» uma vez que a «casa comprida» de certa forma a incorpora. Todavia, poderá haver casos em que não se tratando de uma fachada comprida, de menor dimensão, ela seja regular e simétrica. Mas o número de casos identificados não foi suficiente para considerarmos outra tipologia.





FIG. 127 - CASA BRASONADA, SANTA COMBA (VNFC).  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, DEZEMBRO DE 2013).



FIG. 128 - SOLAR DOS DONAS-BOTTO PINTO, SEBADELHE (VNFC).  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, DEZEMBRO DE 2013).



FIG. 129 - CASA DO MEIO, SANHOANE (MF).  
FACHADA PRINCIPAL.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, JULHO DE 2013).

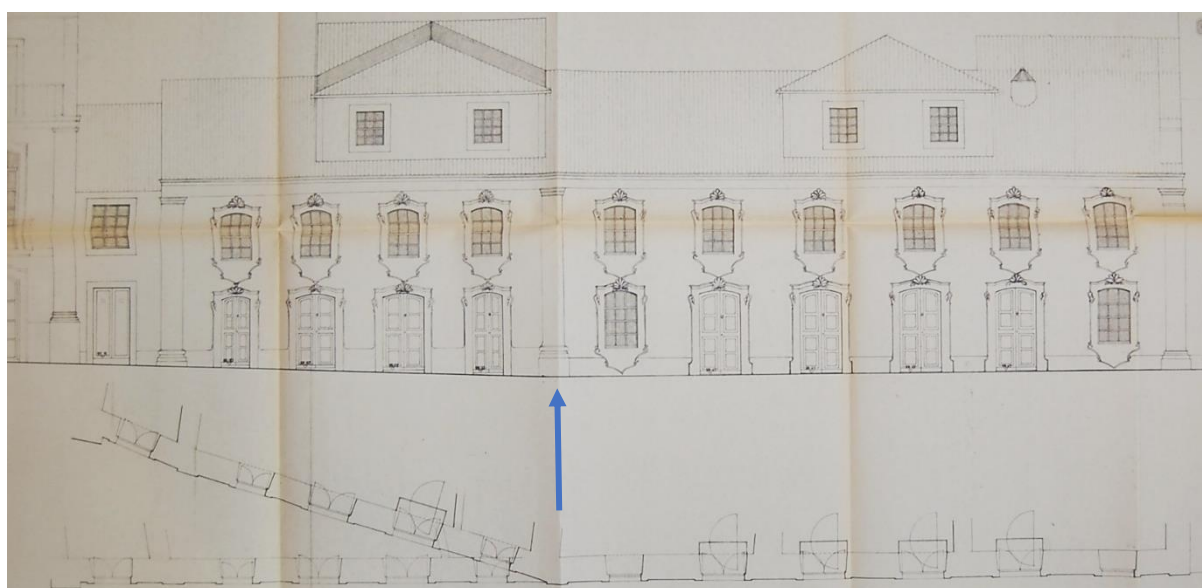


FIG. 130 - CASA DA ESTRADA NACIONAL 2  
[DESIGNAÇÃO DESCONHECIDA], CUMIEIRA (SMP).  
FACHADA PRINCIPAL.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, JULHO DE 2013).

Ainda a referir, o Solar dos Pimentéis, em Torre de Moncorvo (TM), cuja fachada principal é formada por dois panos adossados perpendicularmente, por efeito do acondicionamento da casa ao traçado urbano já existente à data da edificação (Fig. 131-132). A simetria do corpo mais à direita é somente quebrada pela abertura das mansardas e clarabóia que datam do século XIX.



*FIG. 131 - SOLAR DOS PIMENTÉIS, TORRE DE MONCORVO.  
FACHADA PRINCIPAL.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, AGOSTO DE 2013).*



*FIG. 132 - SOLAR DOS PIMENTÉIS, TORRE DE MONCORVO.  
DESENHO DE ALÇADO NOROESTE COM INDICAÇÃO DE DIVISÃO DE PANOS.  
(FONTE: PASTA 249, P.9; ARQUIVO MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO).*



### «Dupla fachada»

Outro aspecto um tanto surpreendente decorre da existência de casas de «dupla fachada»<sup>309</sup>. Isto é, casas que possuem não uma, mas duas fachadas principais. Se até certo ponto, podemos supor que se trata de uma estratégia cultural, social e mesmo política dos proprietários para evidenciar a sua casa, em detrimento das restantes, o certo é que, ao estudar os exemplares identificados verificamos que esta solução deriva da adaptação dos edifícios aos condicionalismos do terreno. Exemplo disso é o já mencionado Solar de Sampaio, de Linhares (CA), que face ao declive existente desenvolve duas fachadas de aparato, cada uma com o seu portal nobre e pedra-de-armas (**Fig. 133-134**). Entre ambas há ligeiras diferenças, a principal de piso único e a lateral esquerda de dois. A primeira encontra-se direccionada para a via pública, canalizando o acesso ao interior da casa, como já descrevemos. A segunda está orientada para a propriedade vinícola da casa e para a freguesia, de onde se pode visualizar o Solar no seu conjunto, enquadrado no respectivo contexto paisagístico.



FIG. 133 - SOLAR DE SAMPAIO, LINHARES (CA).  
VISTA SOBRE SOLAR, À ESQ. FACHADA LATERAL ESQUERDA, À DIREITA, FACHADA PRINCIPAL.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, JANEIRO DE 2014).

<sup>309</sup> A ideia de «dupla fachada», no contexto da casa nobre, parece ainda não ter sido alvo de estudo. No contexto desta investigação pretendeu-se, antes de mais, salientar a importância que a existência de duas fachadas principais adquire no edifício. Se, por um lado, pretendem organizar o edifício enquanto objecto arquitectónico, intentam, por outro lado, ostentar o poder social, cultural, político e económico do seu encomendante e proprietário.



FIG. 134 - SOLAR DE SAMPAIO, LINHARES (CA).  
 (A) FACHADA LATERAL ESQUERDA (TAMBÉM “PRINCIPAL”);  
 (B) FACHADA PRINCIPAL DE ACESSO AO INTERIOR (PELA VIA PÚBLICA).  
 [FONTE: (A) SIPA FOTO.00217457; (B) FOTOGRAFIA DA AUTORA, JANEIRO DE 2014]

Outra casa que se insere no conceito de «dupla fachada» é a Casa das Torres de Oliveira, em Oliveira (MF; **Fig. 135**). Trata-se de um solar de planta em “U” invertido ( ), no qual se desenharam duas fachadas: uma de dois pisos, em cota baixa, virada à paisagem; e uma outra de piso único, em cota alta, já no interior do , orientada para a entrada da propriedade e via pública. Tal como o Solar de Sampaio, em Linhares (CA) possui portal nobre e brasão em ambas as fachadas.



FIG. 135 - CASA DAS TORRE DE OLIVEIRAS, OLIVEIRA (MF).  
 (A) FACHADA DIRECCIONADA À PAISAGEM.  
 (B) FACHADA INTERIOR ORIENTADA PARA A ENTRADA/VIA PÚBLICA.  
 (FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, JULHO DE 2013).

Independentemente de se tratar de uma casa com uma ou duas fachadas principais, de um ou dois pisos, a fachada principal é o elemento mais importante e o mais decorado destas casas, uma vez que corresponde a área de maior visibilidade pública e social atendendo à sua orientação para a via pública, paisagem ou aglomerado urbano e/ou rural.

Entendida como aparelho ideológico, a fachada devia então exibir o conjunto dos elementos identitários do proprietário, reflectindo por isso o seu gosto pessoal, os seus valores culturais, espirituais e psicológicos, comunicados por vias dos códigos e padrões estéticos. Os elementos decorativos eram sobretudo concebidos ao nível do portal nobre, portais secundários, janelas e varandas, a par de outros. São estes elementos que nos auxiliam a identificar a(s) tipologias de fachada(s), uma vez que surgem repetidos em diversos exemplares de forma muito semelhante, senão mesmo igual. Além de que todo o seu esquema compositivo, combinado com a dimensão e organização do suporte, lhe conferem os traços mais consistentemente significativos da sua existência.

#### 4.3.2 Elementos de composição

Como podemos constatar pelos inúmeros tipos e modelos de casas, existe um conjunto de elementos arquitectónicos, para além dos decorativos, que se relacionam com a estrutura dos edifícios. Estes elementos que designámos de composição, uma vez que compõem a fachada e associam a todo o conjunto, devem em nosso entender, ser tidos em linha de consideração quando observamos estas casas. Todos eles visam enriquecer e evidenciar a casa quanto à sua forma e dimensão, constituindo-se um segmento para além da casa e fachada principal que de alguma forma vem alterar ou não, a leitura destes edifícios.

Ainda que se trate de elementos de composição, correspondem a uma solução acrescida ao programa decorativo e arquitectónico, visando uma finalidade e uma funcionalidade, ultrapassando a mera composição, decoração ou ornamento da fachada. Por esta razão, estes elementos articulam-se de forma diferenciada com a fachada e com a casa. São disso exemplo:

- a **capela**, que poderá constituir por ela própria um tipo e/ou modelo de casa, mas também uma variante de fachada, pelas razões já mencionadas;

- a **escadaria exterior**<sup>310</sup>, elemento funcional de acesso directo ao piso nobre, traz movimento à casa, tornando-a mais dinâmica quando comparada com outros exemplares. Segundo Carlos de Azevedo (1988, 72):

“[...] a escadaria conhece agora maior desenvolvimento e chega mesmo a desempenhar papel primacial no exterior do edifício. Se durante o século XVIII certas escadarias apresentam linhas rígidas e feição arcaizante, outras revelam claramente, nas suas ramificações extravagantes, a inquietação do espírito barroco e mais uma vez imprimem uma acentuada noção de movimento. (...) Grande número de casas, porém, não adopta a escadaria exterior mas reserva considerável espaço para o desenvolvimento da escadaria nobre no interior da casa.”

Na Região Demarcada do Douro, o uso de escadaria exterior adquire pouca expressão, observando-se apenas em alguns dos exemplares, sobretudo naqueles que se encontram em contexto rural e onde haveria mais espaço para a colocação de escadas. O tipo de escadas restringe-se geralmente a um ou dois lances de escadas, sem nunca chegar ao desenho complexo da Casa de Mateus, em Vila Real (VR). Refira-se o Solar da Quinta do Serrado, Sanhoane (SMP); a Casa de Extremadouro, em Fontelas (SMP); a Casa do Outeiro, em Cidadelhe (MF); a Casa do Cônsul, no Poço do Canto (MD); a Casa dos Lopes (?), em Nagozelo do Douro (SJP), entre outros. A maioria destes exemplares apresentam uma estrutura e forma muito simples, em granito, de lance único, com ou sem guarda de balaústre e arranque escultórico de formato “S” (**Fig. 136 a 142**).

---

<sup>310</sup> O estudo das “escadarias” em contexto palaciano e nobre tem sido nos últimos tempos alvo de um estudo atento. De ressaltar, sobretudo, os contributos que contemplam as escadarias interiores, em particular, o de Marieta Dá Mesquita (2007, 41-48), e mais recentemente, Hélder Carita (2014b, 122-132), e João Silva (2015), estes últimos centrados em Lisboa. Refira-se ainda, Augusto Cardoso (2018) para o caso do Porto.





*FIG. 136 - CASA DE MATEUS, VILA REAL.  
ESCADAS COMO ELEMENTO DE COMPOSIÇÃO.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, MAIO DE 2013).*



*FIG. 137 - SOLAR DA QUINTA DO SERRADO, SANHOANE (MF).  
ESCADAS COMO ELEMENTO DE COMPOSIÇÃO.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, JUNHO DE 2013).*



*FIG. 138 - CASA BRASONADA DA FAMÍLIA SAMPAIO, RIBALONGA (CA).  
ESCADAS COMO ELEMENTO DE COMPOSIÇÃO.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, JULHO DE 2013).*



*FIG. 139 - CASA DOS LOPES(?), NAGOZELO DO DOURO (SJP).  
ESCADAS COMO ELEMENTO DE COMPOSIÇÃO.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, JULHO DE 2013).*



*FIG. 140 - CASA DO OUTEIRO, CIDADELHE (MF).  
ESCADAS COMO ELEMENTO DE COMPOSIÇÃO.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, JUNHO DE 2013).*



FIG. 141 - CASA DO CÔNSUL, POÇO DO CANTO (MD).  
 ESCADA COMO ELEMENTO DE COMPOSIÇÃO.  
 (FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, DEZEMBRO DE 2013).



FIG. 142 - CASA DO CÔNSUL, POÇO DO CANTO (MD).  
 ESCULTURA DE ARRANQUE DA ESCADARIA.  
 (FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, DEZEMBRO DE 2013).

- os **portais**<sup>311</sup>, que antecedem a casa propriamente dita, e que encerram a residência no seu respectivo lote. Integram-se num muro que desempenha um papel importante neste contexto, sobretudo porque garantem a protecção, separando e encerrando a propriedade privada do espaço exterior.

No Minho, os portais integrados em muro são um elemento que incorpora a fachada da casa nobre ganhando destaque decorativo (Paiva 2011, 59). Deste modo, eles tendem a substituir a própria entrada nobre pelo aparato que assumem. Ostentam quase sempre, um grande frontão, no qual se dispõem a pedra-de-armas da família.

No contexto duriense, os exemplos são diversos – Solar dos Viscondes de Santa Marta de Penaguião, em São João de Lobrigos (SMP); Casa dos Pizarro Portocarreiro, em Vilar de Maçada (ALJ); Casa do Pátio, em Vila Seca (AMM); Casa do Arcediago, em Mateus (VR); Casa dos Silveiras, em Canelas (PR); entre outros (**Fig. 143-145**). Cabe aqui, a este propósito, uma nota sobre o primeiro exemplo, cujo portal de ferro, com desenho muito simples, integrado em muro foi demolido na década de 1980, em virtude da remodelação urbana de Santa Marta de Penaguião e adaptação daquele Solar a Câmara Municipal (SIPA 2016)<sup>312</sup>. É um exemplar agora pertencente ao universo de casas cujos

<sup>311</sup> Sobre os portais ou portadas na arquitectura civil consulte-se o trabalho de Maria Amélia da Silva Paiva (2011), que embora dedicado ao concelho de Ponte de Lima, apresenta uma abordagem bastante objectiva, clara e actual sobre a matéria.

<sup>312</sup> SIPA. 2016. "Solar dos Viscondes de Santa Marta / Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião". Criado por Paula Noé, 2009. [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=27519](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=27519).



portais e muros foram demolidos, e dos quais só tomamos conhecimento através de documentação escrita e registos fotográficos.

Outros ganham ainda expressão e monumentalidade pelo investimento decorativo, chegando mesmo a receberem uma fiada de merlões, o que lhes confere uma nota discreta de carácter defensivo inspirada na arquitectura medieval.



FIG. 143 - SOLAR DOS VISCONDES DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO, SÃO JOÃO DE LOBRIGOS (SMP).

(A) VISTA SOBRE SOLAR: FACHADA LATERAL ESQUERDA E PRINCIPAL.

(B) PORTAL NOBRE COMO ELEMENTO DE COMPOSIÇÃO.

(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, JULHO DE 2013; AZEVEDO 1972, 53).



FIG. 144 - CASA DOS PIZARRO PORTOCARREIRO, VILAR DE MAÇADA (ALJ).

(A) VISTA SOBRE SOLAR. (B) PORTAL DE ENTRADA INTEGRADO EM MURO COM MERLÕES.

(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, MAIO DE 2014).



FIG. 145 - CASA DO PÁTIO, VILA SECA (AMM).  
 (A) VISTA SOBRE CASA NOBRE.  
 (B). PORTAL DE ENTRADA INTEGRADO EM MURO.  
 (FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, MAIO DE 2014).

- Na sequência do portal e respectivo muro, dispõem-se correntemente um **pátio e/ou terreiro**,

“No Norte, este muro de vedação desempenha papel importante desde o início do século e vale sobretudo pela sua função decorativa. É certo que era funcional quando ligado à casa, pois isolava e defendia o pátio exterior. Mas foi empregue com o intuito de dar acesso condigno à propriedade, prestando-se a várias interpretações em que os elementos heráldicos e religiosos se evidenciam sobre portais cujo desenho é ainda severamente maneirista mesmo durante o século XVIII. Não faltam as ameias a tais muros, sobrevivência militar medieval.” (Azevedo 1988, 82)

Além das ameias e merlões destaca-se a colocação de pedras-de-armas, um sinal nobilitante indispensável à afirmação da fidalguia dos proprietários e encomendantes da casa onde se perfilam.

Os pátios murados tendem a ganhar maior dimensão, convertendo-se num terreiro, permitindo assim um percurso de aproximação à casa mais espectacular e de clara concepção barroca (Carita 2016, 263). O pátio e/ou terreiro encontram-se sobretudo junto das casas edificadas em contexto rural, ou inseridas em quintas onde existe grande espaço em redor da habitação. Ilustram esta situação, o Solar da Rede, em Mesão Frio, a Casa da Quinta do Côtto, Cidadelhe (MF), o Solar dos Cancelos, Cancelos do Meio (MD), e a Casa da Corredora, em Cambres (LMG) (Fig. 146-148).





*FIG. 146 - SOLAR DOS CANCELOS, CANCELOS DO MEIO (MD)  
(FONTE: IMAGEM CEDIDA PELO ACTUAL PROPRIETÁRIO).*



*FIG. 147 - CASA DA CORREDOURA, CAMBRES (LMG).  
VISTA DA FREGUESIA DE SANDE PARA CAMBRES.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, JUNHO DE 2013).*



FIG. 148 - CASA DA CORREDOURA, CAMBRES (LMG).  
 (A) FACHADA PRINCIPAL ANEXA A LARGO E/OU TERREIRO.  
 (B) FACHADA PRINCIPAL.  
 (FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, JUNHO DE 2013).

Entre os exemplares, refira-se o terreiro junto da fachada principal do Paço Episcopal de Lamego (LMG) que, mais do que elemento de composição, constituiu à época da sua inserção um elemento funcional. Segundo Joaquim de Azevedo (1877, 3):

“Em frente do Paço se estende um vasto terreiro, denominado o Rocio, devido também aos Prelados. No Tombo da Mitra a que se procedeu por ordem do Snr. D. Manoel de Vasconcellos, em 1776, se descreve a origem d’este logradouro do paço, como consta de documentos antigos. Em 1522 o Bispo D. Fernando de Menezes projectou mudar o leito do rio Coura, que atravessava o Rocio e a cêrca, mas no lado oposto, isto é, junto da Sé, e para isso comprou a Catharina Pires, emphyteuta da Mitra, o domínio útil de um campo que partia com o hospital e com o caminho da Encostinha; e em 1525 trocou com outra emphyteuta, Leonor Alves, o campo do Rocio, que partia com o paço e cerca, por um praso na Juvandes. Assim o rio ficou a um lado e em frente do paço um grande largo.”

Como se verifica, a abertura do largo ou terreiro deveu-se a um constrangimento natural e urbano, cuja solução permitiu que o Paço se destacasse ainda mais na malha urbana, aspecto já por nós afluído ao tratar da implantação destas casas<sup>313</sup>.

- a **fonte**, elemento escultórico geralmente associado aos jardins, ganha particular destaque quando integrada na fachada das casas. Embora no espaço geográfico em apreço não tenha qualquer destaque em detrimento dos restantes elementos de composição, encontramos-na no Solar da Rede, em Mesão Frio (MF), o

<sup>313</sup> Além do terreiro podemos ter também em consideração o adro, o largo e a praça onde algumas destas casas se implantam. Pois, embora não correspondam a elementos de composição, mas antes de configuração urbana dos diferentes aglomerados, eles adquirem uma importância funcional equivalente à do terreiro. A existência destes espaços abertos permite colocar em evidencia as casas nobres em detrimento do restante casario.

exemplar que reúne uma série de elementos de composição (**Fig. 149**). A inserção da fonte, ao centro do frontispício do Solar, confere todo um dinamismo e movimento proporcionado pela forma da fonte, à qual se liga um friso comunicante com outros elementos. Aquele comunica com o balcão e janela de sacada do piso nobre que encima a referida fonte e o próprio frontão triangular salientando o eixo central da fachada que prima pela horizontalidade rígida. O mais curioso desta solução, é que este eixo central constituído por fonte veio a substituir o portal nobre que costumamos visualizar neste tipo de casas.

A presença da fonte reveste-se de inúmeros significados, desde a sua ligação mais imediata à natureza, à sua frescura e ao recreio, por outro, até à sugestão de exuberância, riqueza e abundância que a arte deste período proporcionava.



*FIG. 149 - SOLAR DA REDE, MESÃO FRIO (MF).*  
*(A) FONTE INCORPORADA NA FACHADA PRINCIPAL.*  
*(B) PORMENOR DE BACIA DE ÁGUA.*  
*(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, JULHO DE 2013).*

Como constatámos são numerosos os tipos e modelos que poderíamos classificar, ainda que de forma genérica, aos quais se associam sem sombra de dúvida os elementos de composição. Defrontámo-nos com um conjunto de dificuldades de sistematização que em muito aumentaria o número de tipologias, respectivas variantes e variantes para este tipo de trabalho. Ainda assim foi possível detectar um conjunto de tipos de casas da região duriense enquadradas no panorama construtivo português do século XVIII. Não se tratou, por conseguinte, de uma novidade, mas antes de uma reinterpretação dessas tipologias claramente condicionadas pelas características geográficas particulares da Região Demarcada do Douro, como de resto já pudemos explicar nos respectivos capítulos. Desta forma verifica-se que:

“[...] o apego a certas formas tradicionais e a preferência pela estabilidade estrutural de certo tipo de arquitectura que se cultivava desde a invasão renascentista do século XVI explicam que não se tenham criado novos tipos de casas, antes se tenha procurado desenvolver, e enriquecer, modelos já adoptados e experimentados” (Azevedo 1988, 66).

Além das formas tradicionais, o que caracterizou o programa de fachadas foi sobretudo a utilização do tipo de casa comprida, com

“[...] a sua visão frontal e a tendência para o desenvolvimento num único plano, o que contrasta com a visão em profundidade dos grandes arquitectos barroco estrangeiros – visão que leva ao gosto das perspectivas e à tendência tão caracteristicamente barroca de prolongar os espaços até ao infinito -, a verdade é que essa visão em profundidade não estava completamente ausente de certas composições” (Azevedo 1988, 70).

Vejamos como se caracterizam ao nível decorativo.

#### 4.3.3. Decoração<sup>314</sup>

Como é sobejamente sabido, o século XVIII é em Portugal um tempo de grande e intensa actividade arquitectónica (Pereira 1995, 77). Para além dos grandes projectos

---

<sup>314</sup> Na análise de elementos decorativos – estruturais, decorativos e identificativos optámos por não incluir algumas casas, em virtude de sobre elas não nos ter sido possível obter qualquer informação: 1) desconhecimento da sua configuração, derivado de terem sido inventariadas com base nas referências bibliográficas, encontradas após o trabalho de campo: BAIXO CORGO: Casa dos Taveira Pimentel e Capela de Nossa Senhora do Loreto, Guiães (VR); Casa do Canto, Cumieira (SMP; Solar das Quinta das Casas Novas, Godim (PR); Casa do Cabo da Vila, Mesão Frio; Casa de Santiago, Vila Marim (Mesão Frio); Casa no Lugar de Vilar [designação não identificada], Barrô (RS); Casa no Lugar de Vilar 2 [designação não identificada], Barrô (RS); Casa e Capela de Nossa Senhora da Conceição, Aldeias (AMM). DOURO SUPERIOR: Casa dos Frades de São Jerónimo, Carvalhais (MDL); 2) por se tratar de casas já desaparecidas, ou estando em ruína, e das quais apenas nos chegaram parte dos seus elementos: BAIXO CORGO: Casa

e realizações de referência, do Palácio-Convento de Mafra ao ciclo nasoniano do Porto, ergueu-se um acervo de edifícios que constitui no tempo presente um património valioso, bem representativo da quantidade e da forma como se construiu naquele tempo. Essa arquitectura não era uniforme e revestiu-se de particularidades regionais. Esquemáticamente poderíamos dizer que é mais erudita nas proximidades das principais cidades. É mais compendial a sul e tendencialmente mais decorativa a norte; mais rica e versátil no litoral e empobrece à medida que caminhamos para o interior (Pereira 1995, 77). Porém, ao analisar-se a casa nobre na geografia em apreço, que em parte remete para o interior do País, apercebemo-nos do contrário. Ao caminarmos para o interior do País encontramos um conjunto artístico e arquitetónico de grande interesse e qualidade que eleva a produção artística Setecentista dessas regiões a um outro nível, podendo mesmo ser colocada lado a lado dos grandes centros artísticos. A casa nobre, como já temos vindo a dizer, é bem ilustrativa da actividade construtora que se desenvolvia a norte, como ainda da sua qualidade e riqueza.

Partindo da fachada principal, procuraremos identificar os principais elementos da sua estrutura compositiva, uma vez que é na fachada que se concentra todo o esforço arquitetónico e decorativo do conjunto (Azevedo 1988, 70). Esta escolha opõe-se à das restantes fachadas, laterais e posterior, desempenhando um papel secundário, e onde a decoração se encontra ausente com as devidas excepções.

Analisados e interpretados os tipos e modelos de casas tornou-se evidente a existência de dois programas decorativos, como já havíamos adiantado, o que se relaciona com a data de edificação das casas em estudo. Uma da primeira metade do século XVIII, e outras da segunda metade. Assim, ao nível da decoração, constata-se uma gramática ornamental mais clássica e erudita, como que mais barroquizante, próxima do *rococó*, que prima pela inserção de diversos motivos. Tanto os primeiros motivos, como os segundos, em boa parte já foram sinalizadas por Carlos de Azevedo (1988, 65-

---

do Arcediago, Mateus (VR); Casa de Casal de Matos, Mateus (VR); Casa do Bairrinho, Cumieira (SMP); Casa da Quinta de Vila-Cova, Vila Marim (MF). CIMA CORGO: Casa dos Morgados de Paços (SBS); Casa da Praça, Provesende (SBS); Casa do Campo, Provesende (SBS); Casa das Quintãs, Paços (SBS); Casa dos Balça, Ervedosa do Douro (SJP); Solar e Capela de N. Sra. da Conceição, Castanheiro do Norte (CA). DOURO SUPERIOR: Casa das Ochoas, Santa Comba da Vilarça (VF); a “Casa do Cacao”, Torre de Moncorvo (TM); Casa Senhorial do Vale Cheiroso, Chãs (VNFC); a Casa da Quinta da Olga, Muxagata (VNFC).

98) e outros autores<sup>315</sup>. Mas todos eles numa abordagem genérica da casa nobre Setecentista, incluindo um número pouco expressivo de casas da Região Demarcada do Douro, pois nem todas haviam sido identificadas e inventariadas. Deste modo, muitas das características e elementos específicos ficaram por identificar e relacionar entre si, lacuna que agora pretendemos colmatar com a análise exaustiva e muito detalhada de todos os elementos decorativos das fachadas das casas nobres durienses identificadas. Para o efeito, adoptámos a metodologia aplicada pela historiadora de arte Maria Amélia Paiva (2011) que procurou identificar os elementos estruturais, ainda que arquitectónicos, decorativos e identificativos das portadas da arquitectura civil<sup>316</sup>. De acordo com aquela historiadora, estes elementos podem ser simultaneamente estruturais, decorativos e identificativos, sendo no todo parte da decoração das portadas, como também das próprias fachadas das casas. Em suma,

“Estrutural, na medida em que faz parte integrante da solidez construtiva da portada; decorativo, porque contribui para o embelezamento do conjunto; e identificativo, já que permite reconhecer um determinado estatuto social, onde está implícito o gosto pessoal do encomendador, e um gosto cultural, porque veicula maneiras colectivas de pensar e de sentir.” (Paiva 2011, 77)

### ***Elementos estruturais***

Os elementos estruturais correspondem aos constituintes arquitectónicos que definem as fachadas e os respectivos vãos. São eles, as pilastras, as colunas e os pilares;

<sup>315</sup> Entre eles, destacam-se as referências muito sumárias de José Correia de Azevedo (1974), os estudos mais específicos em torno de Riba Côa de Augusto Moutinho Borges (2001; 2003; 2008), Riba Côa e Távora de Filinto Girão Osório (2006); sobre a arquitectura senhorial em Lamego, Inês da Conceição Borges (2018a) e Ana Rita Moreira (2017); e as publicações de carácter geral de Hélder Carita (2015, 388-425), ou Carlos de Azevedo (1988) já citado.

<sup>316</sup> A dissertação de mestrado de Maria Amélia Paiva parte de uma panorâmica da arquitectura civil do concelho de Ponte de Lima, desde a casa-torre à casa do brasileiro. Do inventário de casas, a autora aufere que as portadas surgem, como estrutura arquitectónica autónoma, nos finais de seiscentos, tendo-se generalizado o seu uso no século XVIII, perdurando até aos nossos dias. A análise das portadas levou-a à definição de tipologias arquitectónicas e de enquadramento, permitindo compreender como esta estrutura se relaciona com o conjunto edificado, bem como a sua evolução formal. A autora identificou um conjunto de elementos (estruturais, decorativos e identificativos) que na verdade se repetem, como verificámos nas nossas fachadas durienses. Por esta mesma razão, é mais do que pertinente seguir perspectiva metodológica de Maria Amélia Paiva, que de resto, é bastante consistente e coerente para atingirmos o tipo de resultados que pretendemos na nossa investigação. Veja-se Paiva 2011, 77-ss..



a arquitrave, o friso, a cornija, e os frontões, no entablamento; e o emolduramento de vãos – janelas e portas<sup>317</sup> (Paiva 2011, 78).

Um dos primeiros elementos estruturais que facilmente se identifica na casa nobre é a pilastra. Trata-se de um componente de secção quadrangular ou rectangular, colocado na posição vertical adossado à parede, sobretudo nos cunhais, conferindo altura a todo o corpo da residência. De escassa saliência, pode ser evidenciado pela colocação de alguns ornamentos que o destacam da fachada, desempenhando por isso uma função estrutural e decorativa<sup>318</sup>. A sua composição, proporção e aparência assemelha-se à das colunas, com as quais partilha certos segmentos como a base, o fuste e o capitel. Quanto ao acabamento apresenta-se totalmente lisa, com estrias, faixas, almofadadas ou com formas geométricas.

O uso de pilastras repete-se praticamente em todas as casas, tirando uma ou outra excepção<sup>319</sup>. Refira-se o Solar dos Magistrados em Cedovim (VNFC) e a Casa dos Feios em Guiães (VR) (**Fig. 150-151**). Ambas correspondem a edificações que já foram alvo de inúmeras intervenções, embora seja perceptível nas duas, algumas características da edificação original. A primeira possui somente uma pilastra no lado esquerdo, estando completamente ausentes na segunda.

---

<sup>317</sup> Sobre este em particular faremos incidir a nossa leitura quando observarmos os elementos decorativos, pois é nas portas e janelas que encontraremos grande parte dos ornamentos que decoram as fachadas.

<sup>318</sup> Embora possa contribuir para a resistência de uma parede, a sua principal função é decorativa, pautando espaços ou em correspondência com colunatas.

<sup>319</sup> Há ainda casos em que as pilastras se perderam, em virtude das casas terem sofrido diferentes vicissitudes, como obras de remodelação ou incidentes que levaram à destruição e desaparecimento de boa parte dos seus elementos. A mencionar, a Casa da Quinta da Portelada, em Sedielos (Peso da Régua), que havia caído em ruínas, tendo sido recuperada para turismo rural. Embora não se encontre muito longe do que nos parece ter sido o projecto original, estão em falta as pilastras ao centro da composição. Atestam-no os elementos decorativos que ainda ali permanecem junto do arranque do frontão triangular e que rematavam as pilastras. Veja-se Vol. III - Fichas de inventário, parte I, bem como Quinta da Protelada. s.d. "Quinta da protelada – Sedielos." Acedido a 7 de Julho de 2018. <https://quintadaportelada.weebly.com/histoacuteria.html>



FIG. 150 - SOLAR DOS MAGISTRADOS, CEDOVIM (VNFC).

(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, DEZEMBRO DE 2013).



FIG. 151 - CASA DOS FEIOS, GUIÃES (VR).

(FONTE: GOOGLEMAPS, 2018).

Além da colocação de pilastras nos cunhais, há outros casos em que são colocadas ao centro da fachada. Acentuando assim o eixo central da mesma, na maioria das casas correspondente à entrada nobre, que complementado com outros elementos sublinham na vertical o centro da composição. A existirem pilastras, a fachada divide-se em três secções: dois panos referentes aos lados esquerdo e direito e um terceiro correspondente ao eixo central. Enquadram-se neste tipo de solução, diversos exemplares, como a Casa Brasonada em Santa Comba (VNFC), Casa da Picota, em Mesão Frio (MF), a Casa da Obra, em Favaios (AJ) e a Casa de Nossa Senhora. da Conceição, em Cedovim (VNFC), a par de outras (**Fig. 152-155**).

No caso da residência possuir capela adossada, passa a duas, três ou quatro secções dependendo da colocação de pilastras em diverso número<sup>320</sup> (**Fig. 156-157**).

<sup>320</sup> Quando uma casa possui capela anexa a um dos extremos, a colocação de pilastras nos cunhais de ambos os edifícios, casa e capela, permite a clara separação entre os dois corpos. O que torna notória a divisão da fachada em dois panos, correspondentes, um primeiro, à casa, e um segundo, à capela. Daí que, quando colocadas pilastras ao centro, perfaça as quatro secções.





FIG. 152 - CASA BRASONADA, SANTA COMBA (VNFC).  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, DEZEMBRO DE 2013).



FIG. 153 - CASA DA PICOTA, MESÃO FRIO (MF).  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, JULHO DE 2013).



FIG. 154 - CASA DA OBRA, FAVAIOS (ALJ).  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, MAIO DE 2014).



FIG. 155 - CASA DE N. SRA. DA CONCEIÇÃO, CEDOVIM (VNFC).  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, DEZEMBRO DE 2013).



FIG. 156 - SOLAR DO MORGADO DE VILARELHOS, SANTA COMBA (MDL).  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, ABRIL DE 2014).



FIG. 157 - SOLAR DOS CANCELOS, CANCELOS DO MEIO (MD).  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, ABRIL DE 2014).

A utilização de pilastras no eixo central da fachada principal relaciona-se ainda com a própria organização e distribuição dos interiores. A colocação das pilastras na fachada geralmente evoca a existência de um núcleo central de estacas reais em coerente articulação com o corpo central afirmando-se, segundo Hélder Carita (Carita 2015, 391), como um elemento fundamental da divulgação das estéticas do Barroco tardio. Ou seja, mais do que um elemento estrutural do exterior reporta-se também ao interior destas casas.

A nível decorativo são pilastras de cantaria lisas, de ordem toscana, a solução adoptada na maioria das casas (**Fig. 158**). Todavia, observam-se algumas excepções, primeiro, em relação ao tratamento, e segundo, ao seu remate. Na Casa da Quinta dos Pinheiros em Sanhoane (SMP), o programa decorativo vincula-se a uma linguagem erudita de pendor classicizante, onde diversas formas geométricas se distribuem pelos elementos estruturais e decorativos (pilastras, frisos, vãos, entre outros). No caso das pilastras, estas são rematadas por capitéis decorados com besantes e folhas, sobrepostas por florão, ladeado de estrias (**Fig.160**).

Outra solução é a que foi levada à prática no Solar dos Cancelos em Cancelos do Meio (MD). As pilastras do eixo central são rematadas por uma folha dupla aberta, de grande simplicidade<sup>321</sup> (**Fig. 161**). Já na Casa dos Barros em Sabrosa (SBS), nos cunhais, as pilastras apresentam outro tratamento, dispondo-se pequenas conchas ou folhas invertidas (**Fig. 162**).

---

<sup>321</sup> Atente-se para o facto de as pilastras da capela deste solar não possuírem qualquer ornamento, sendo somente rematadas por elementos lisos. Aspecto que faz acrescer a importância da fachada principal em detrimento da fachada da capela.



**FIG. 158 - CASA DE N. SRA. DA CONCEIÇÃO, CEDOVIM (VNFC).**

**(A) SECÇÃO LATERAL ESQUERDA DA FACHADA PRINCIPAL.**

**(B) PORMENOR DE PILASTRA DA MESMA FACHADA.**

**(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, DEZEMBRO DE 2014).**



**FIG. 159 - CASA DE SANT'ANA, OLIVEIRA (MF).**  
**SECÇÃO LATERAL DIREITA DA FACHADA PRINCIPAL,**  
**PORMENOR DE PILASTRA E CORNIJA.**  
**(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, JULHO DE 2014).**



**FIG. 160 - CASA DA QUINTA DOS PINHEIROS,**  
**SANHOANE (SMP). PORMENOR DE REMATE DE**  
**PILASTRA CENTRAL DA FACHADA PRINCIPAL.**  
**(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, JULHO DE 2014).**



**FIG. 161 - SOLAR DOS CANCELOS, CANCELOS DO MEIO (MD).**  
**(A) EIXO CENTRAL DA FACHADA PRINCIPAL**  
**(B) PORMENOR DE REMATE DE PILASTRA DA FACHADA PRINCIPAL.**  
**(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, DEZEMBRO DE 2013).**





*FIG. 162 - CASA DOS BARROS, SABROSA (SBS).*  
**(A) FACHADA PRINCIPAL E LATERAL DIREITA .**  
**(B) PORMENOR DE REMATE DE PILASTRA, LADO DIREITO DA FACHADA.**  
**(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, MAIO DE 2014).**

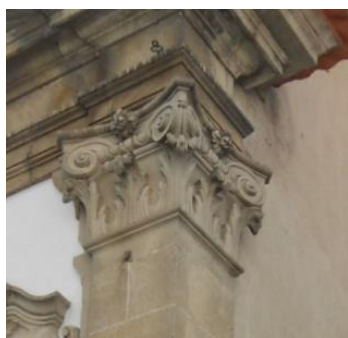
Numa nítida evolução decorativa proporcionada por exemplares edificados já no decorrer da segunda metade do século XVIII, senão mesmo nas últimas décadas, detecta-se um maior e minucioso tratamento dado aos remates das pilastras. É disso exemplo, a Casa dos Serpas em Lamego (LMG), cujas pilastras posicionadas nos cunhais são rematadas por duas folhas abertas, colocadas frontal e lateralmente, unindo-se no eixo do cunhal (**Fig. 163**).



*FIG. 163 - PALÁCIO DOS SERPAS, LAMEGO (LMG).*  
**(A) PORMENOR DE REMATE DE CUNHAL DO LADO ESQUERDO DA FACHADA PRINCIPAL.**  
**(B) PORMENOR DE REMATE DE CUNHAL DO LADO DIREITO DA FACHADA PRINCIPAL.**  
**(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, JUNHO DE 2013).**

No que toca ao remate de pilastras com a capitéis, observámos a adopção das ordens mais simples – romana ou toscana, para as casas cujos programas decorativos depurados, despidas de qualquer tipo de ornamento, embora se tenha verificado que nem sempre se seguiu esta opção. Pois, mesmo nas casas mais decoradas vamos encontrar pilastras toscanas<sup>322</sup>. Veja-se os exemplares situados no concelho de São João da Pesqueira: o Solar dos Corte Real, o Solar dos Sousa Azevedo, o Solar dos Braga; ou outras, como a Casa Brasonada dos Frias Sarmiento em Parambos (CA); a Casa de Nossa Senhora de Cedovim (VNFC); Solar dos Pimentéis em Torre de Moncorvo; ou mesmo no Solar do Morgado de Vilarelhos em Vilarelhos (AF) .

Quanto ao uso de ordens mais complexas, deparamos com o uso de pilastras rematadas com capitéis coríntios na Casa dos Ribeiro Beleza, em Provesende (SB), no Solar dos Sampaio de Almeida, em Mêda (MD), e na fachada da Capela de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Solar dos Lemos, em Vila Flor (VR) (**Fig. 164-166**).



*FIG. 164 - CASA DOS RIBEIRO BELEZA, PROVESENDE (SB).  
PORMENOR DE REMATE DE  
PILASTRA COMPÓSITA. LADO  
DIREITO DA FACHADA PRINCIPAL.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA,  
MAIO DE 2014).*



*FIG. 165 - SOLAR DOS SAMPAIOS DE ALMEIDA, MÊDA (MD).  
PORMENOR DE REMATE DE PILASTRA  
COMPÓSITA. LADO DIREITO DA  
FACHADA PRINCIPAL.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA,  
DEZEMBRO DE 2013).*



*FIG. 166 - CAPELA DO SOLAR DOS LEMOS, VILA FLOR (VF).  
PORMENOR DE REMATE DE  
PILASTRA CORÍNTIA DA FACHADA  
PRINCIPAL.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA,  
ABRIL DE 2014).*

<sup>322</sup> Por exemplo, mesmo a Casa de Mateus, em Mateus (VR), opta por pilastras lisas. O trabalho da pedra surgirá pela inserção de outros elementos decorativos ao longo da fachada.

Noutros exemplares verificou-se a utilização de pilastras rematadas com capitéis compósitos, como em duas casas do concelho de Vila Nova de Foz Côa, a Casa Grande de Almendra e na Capela de Nossa Senhora da Conceição da Casa Grande de Freixo de Numão, e na Casa do Cabo, em São João da Pesqueira (SJP) (**Fig. 167-169**). Nesta última, além do esplendor decorativo dos restantes vãos, também as pilastras foram cuidadosamente decoradas. As pilastras inseridas ao centro da fachada foram rematadas por capitéis de ordem compósita, sendo acrescido de um elemento vegetal, uma folha à qual se interligou um coração (**Fig. 170**). Iconograficamente poderá tratar-se de uma alusão ao tema do “Sagrado Coração de Jesus”<sup>323</sup>, ainda que esta suposição seja algo descontextualizada atendendo estarmos perante um exemplar de arquitectura civil e não religiosa. O mesmo esquema decorativo encontra-se repetido nos cunhais. De forma análoga à da Casa do Cabo, temos a Casa dos Pintos, localizada no centro de São João da Pesqueira e próxima aquela casa na qual observamos a utilização de capitéis de ordem compósita (**Fig. 171**).

---

<sup>323</sup> A representação do “Sagrado Coração de Jesus”, segundo Louis Réau, pode-se representar a partir de dois modelos. O primeiro, Cristo com um coração em chamas sobre o seu peito; e o segundo, Jesus emanando do peito, do lado do coração, raios de luz. O coração é, portanto, o seu grande atributo. A referência ao Sagrado Coração é complementada pelo coração rodeado espinhos, os quais o fazem sangrar, ou iluminado e coroado por uma chama acesa e por uma pequena cruz. (Réau 1995, Tomo I, Vol.2, 54).

A este respeito consulte-se, entre outros, Bover, J. M. (1945) “Origen y desenvolvimiento de la devoción al Corazón de María en los Santos Padres y escritores eclesiásticos”. *Estudios Marianos* 4: 59-171; Charbonneau-Lassay, L. (1983). *Estudios sobre simbología cristiana: Iconografía y simbolismo del corazón de Jesús*. Palma de Mallorca: José J. de Olañeta; Hamon, A. (1924-1939). *Histoire de la dévotion au Sacré Coeur*. Paris: Beauchesne; e, Silva, Carlos H. do C. Silva. 2017. “Do Imaculado Coração: a mariana expressão do diferencial órgão de consagração. Uma abordagem filosófico-antropológica”. *Didaskalia* I: 31-99.



FIG. 167 - CASA DO CABO, SÃO JOÃO DA PESQUEIRA (SJP).  
**REMATE DE PILASTRA DO EIXO CENTRAL DA FACHADA PRINCIPAL.**  
 (FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, JANEIRO DE 2014).



FIG. 168 - CASA DO CABO, SÃO JOÃO DA PESQUEIRA (SJP).  
**REMATE DE PILASTRA DO CUNHAL ESQUERDO DA FACHADA PRINCIPAL.**  
 (FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, JANEIRO DE 2014).



FIG. 169 - CASA DOS PINTO, SÃO JOÃO DA PESQUEIRA (SJP).  
**REMATE DE PILASTRA DA FACHADA PRINCIPAL.**  
 (FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, JANEIRO DE 2014).



FIG. 170 - CASA DO CABO, SÃO JOÃO DA PESQUEIRA (SJP).  
**PORMENOR DE REMATE DE PILASTRA.**  
 (FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, JANEIRO DE 2014).



FIG. 171 - "SANOR" (EMBLEMATA XLI). REPRESENTAÇÃO DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS. FONTE: CRAMER, DANIEL. 1624. EMBLEMATA SACRA: HOC EST, DECADES QUINQUE EMBLEMATUM EX SACRA SCRIPTURA, DE DULCISSIMO NOMINE & CRUCE JESU CHRISTI, FIGURIS AENEIS INCISORUM .... FRANCOFURTI: SUMPTIBUS LUCAE JENNISI, 177.



Relativamente à base das pilastras verificámos soluções um tanto curiosas, das mais simples à mais complexas, e que atestam o cuidado artístico e arquitectónico que era imposto nestas casas. A título de exemplo veja-se a Casa da Quinta do Meio, situada em Sanhoane (SMP), cujas pilastras dos cunhais estão alteadas por uma base e recortadas ao nível da sua secção (**Fig. 172**). Esta solução deriva da implantação da casa em terreno com declive acentuado, aspecto que se repete na Casa de Nossa Senhora da Conceição em Cedovim (VNFC) (**Fig. 173**). Registe-se ainda, o facto das pilastras dos cunhais da primeira casa mostrarem colunas embebidas, solução rara e excepcional no grupo de casas inventariadas.



FIG. 172 - CASA DA QUINTA DO MEIO, SANHOANE (SMP).

(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, JULHO DE 2013).



FIG. 173 - CASA DE N. SRA. DA CONCEIÇÃO, CEDOVIM (VNFC).

(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, DEZEMBRO DE 2013).

Outra solução adoptada é a do Solar de Torres de Oliveira, em Oliveira (MF), em que as pilastras se assemelham em tratamento e acabamento a um contraforte (**Fig. 174**). Dispostas ao longo da fachada principal e nas laterais, no alinhamento das torres, a sua base apresenta-se mais saliente, recuada em relação à fachada e torre. Na parte superior seguem o desenho simples, sem qualquer tratamento e saliência. No entanto, pela altura das torres, são um elemento extra que, com subtilidade contribui para alongar verticalmente todo o corpo deste solar.





FIG. 174 - CASA DAS TORRES DE OLIVEIRA (MF).

(A) FACHADA PRINCIPAL.

(B) TORREÃO, VISTA LATERAL DIREITA.

(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, JULHO DE 2013)

O verticalismo proporcionado pelas pilastras é, no entanto, contrariado pelo emprego frequente de frisos horizontais, que cortam as fachadas (Azevedo 1988, 71). Ao fazê-lo, separam os pisos nobre e térreo ao mesmo tempo que acentuam o desenvolvimento rectangular do frontispício. O friso horizontal serve também de apoio às janelas de sacada do piso nobre em algumas fachadas principais. São disso exemplo, as da Casa dos Mansilhas, em Alijó (ALJ), as da Casa de Santiago (MF), do Solar da Rede e do Solar das Torres de Oliveira, todas situadas em Mesão Frio (MF), Casa Brasonada da Rua D. Henrique, em Torre de Moncorvo (TM), da Casa dos Vazes, em Peso da Régua (PR); da Casa dos Ribeiro Beleza, em Provesende (SBS); da Casa dos Condes de Murça, em Murça (MC) (Fig. 175-176).



FIG. 175 - CASA DOS MANSILHA, ALIJÓ (ALJ).

(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, MAIO DE 2014)



*FIG. 176 - CASA DE SANTIAGO, VILA MARIM (MF).  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, JULHO DE 2013)*

Noutros casos o friso horizontal percorre todas as fachadas como observamos na Casa do Terreiro, em Cidadelhe (SMP) e no Solar das Torres de Oliveira, em Oliveira (MF) (Fig. 177-178).



*FIG. 177 - CASA DO TERREIRO, CIDADELHE (MS).  
FACHADA PRINCIPAL E LATERAL E POSTERIOR.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, JULHO DE 2013)*



*FIG. 178 - CASA DAS TORRES DE OLIVEIRA, OLIVEIRA (MS).  
VISTA SOBRE A CASA DAS TORRES, A PARTIR DA  
FREGUESIA.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, JULHO DE 2013)*

A par da referida colocação do friso horizontal ao centro da fachada, é também recorrente a sua colocação junto da cornija. Disso é exemplo a Casa da Comba em Sabrosa (SBS), cuja fachada principal foi decorada com um duplo friso paralelo à cornija (Fig. 179). No espaço entre estes dois elementos foram colocados pequenos losângulos sem preenchimento, cada um correspondente a uma janela. Ao centro da fachada, no



interior do frontão, ladeando a pedra-de-armas foram colocados dois triângulos. Este friso traz de algum modo um certo dinamismo à fachada, uma vez que a mesma não possui qualquer elemento decorativo digno de ser apontado.

Outra solução, é a utilizada na Casa do Terreiro, em Cidadelhe (MS), cujo friso horizontal foi colocado paralelo à linha da cornija, percorrendo em todas as fachadas (**Fig. 180**). Este friso é marcado pela inserção de argolas de ferro equidistantes, e que se interligam às janelas jacentes que iluminavam o *mezanino*.



FIG. 179 - CASA DA COMBA, SABROSA.

(A) FACHADA PRINCIPAL.

(B) FRONTÃO.

(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, MAIO DE 2014).



FIG. 180 - CASA DO TERREIRO, SANHOANE (SMP).

(A) FACHADA PRINCIPAL.

(B) PORMENOR DE CORNIJA.

(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, JULHO DE 2013).

Uma outra utilização para este friso horizontal corresponde à sua colocação junto à cornija, acabando por servir de apoio à colocação da pedra-de-armas, como acontece no Solar dos Sousa Azevedo, em Várzea de Trevões (SJP) e na Casa brasonada da família Sampaio em Ribalonga (CA) (**Fig. 181-182**).

À semelhança das pilastras, os frisos horizontais apresentam-se lisos sem qualquer tratamento. No entanto, há algumas excepções, uma das quais na já mencionada Casa da Quinta dos Pinheiros, em Sanhoane (SMP), cuja fachada espelha um programa de gosto clássico, pela inserção de figuras geométricas (**Fig. 183**). São registos de inserção de quadrados, triângulos e losângulos, que se replicam nos principais vãos (portas e janelas), além dos frontões, elementos secundários, e no friso horizontal que percorre a fachada principal e lateral esquerda. Este friso denota uma clara preocupação pelo seu tratamento, apresentando-se almofadado e com inserção das figuras geométricas na parte inferior das janelas de sacada do piso nobre.

No conjunto dos edifícios observados, o uso de friso horizontal na fachada principal destaca-se na sub-área de Cima Corgo<sup>324</sup>. A maioria das casas ali situadas possui esse friso, no qual as janelas de sacada do piso nobre se encontram todas apoiadas<sup>325</sup>.



*FIG. 181 - SOLAR DOS SOUSA AZEVEDO, VÁRZEA DE TREVÕES (SJP).  
PORMENOR DE FRONTÃO.  
(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, JANEIRO DE 2014).*



*FIG. 182 - CASA BRASONADA DA FAMÍLIA SAMPAIO, RIBALONGA (CA).  
FACHADA PRINCIPAL.  
(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, JANEIRO DE 2014).*

<sup>324</sup> Veja-se as casas identificadas no Douro Superior, em Vol. III - Fichas de inventário, parte III.

<sup>325</sup> A este respeito, e centrado nos concelhos de Mesão Frio e Santa Marta de Penaguião, consulte-se o nosso artigo: Glória 2019b.



*FIG. 183 - CASA DA QUINTA DOS PINHEIROS, SANHOANE (SMP).  
PORMENOR DE FRISO HORIZONTAL DA FACHADA PRINCIPAL.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, JULHO DE 2013).*

Relativamente à linha do telhado, como já verificámos em alguns casos e mesmo através das imagens com que temos vindo a ilustrar este trabalho, a cornija adopta diferentes soluções para os diversos casos. Na maioria das casas, a cornija (dupla ou não) sobreposta por beirada simples é recta, contribuindo para o desenvolvimento horizontal da fachada e da casa (“casa comprida”) (**Fig. 184**).



*FIG. 184 - CASA DOS VAZES, PESO DA RÉGUA.  
(A) FACHADA PRINCIPAL E LATERAL DIREITA.  
(B) PORMENOR DE PISO NOBRE (VÃOS E CORNIJA).  
(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, JULHO DE 2013).*

No entanto, encontramos ainda outros tipos de tratamento, que não se ficam pela dupla cornija de desenvolvimento recto. Um dos exemplos mais interessantes é o Palácio dos Távoras, em São João da Pesqueira (SJP), cuja cornija desenvolve um



ondeado a cada abertura do vão correspondente (**Fig. 185**). Processo reproduzido também na Casa da Quinta do Meio, em Sanhoane (SMP), ainda que limitado ao ressalto do ondeado somente para o vão correspondente à capela, quase como que evidenciado a sua presença, em virtude da ausência da cruz como de resto é habitual noutros casos (**Fig. 186**).



FIG. 185 - PALÁCIO DOS TÁVORAS, SÃO JOÃO DA PESQUEIRA.

(A) FACHADA PRINCIPAL.

(B) PORMENOR DE JANELA DE PISO NOBRE.

(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, JANEIRO DE 2014).



FIG. 186 - CASA DA QUINTA DO MEIO, SANHOANE (SMP).

(A) FACHADA PRINCIPAL.

(B) EIXO CORRESPONDENTE À CAPELA.

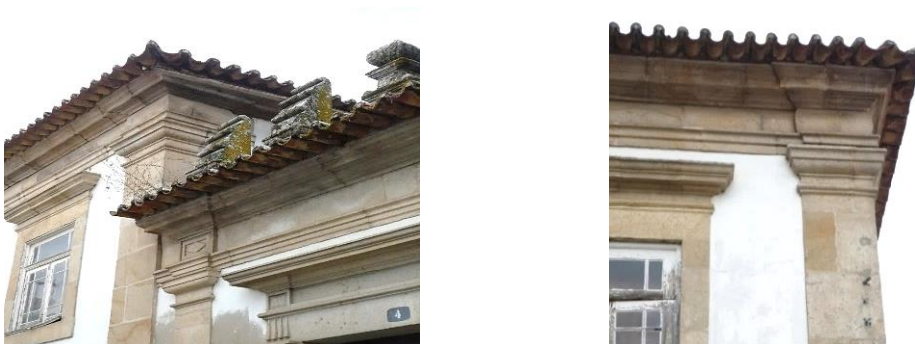
(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, JULHO DE 2013).

Quanto ao tratamento da cornija, apresenta-se geralmente lisa, salvo as naturais excepções como a Casa da Picota, em Mesão Frio (MF) (**Fig. 187**). Aqui a fachada é rematada por duplo friso e dupla cornija, a central decorada por faixas inclinadas e intercaladas por pequenas flores.



*FIG. 187 - CASA DA PICOTA, MESÃO FRIO.  
(A) PANO CENTRAL DA FACHADA PRINCIPAL.  
(B) PORMENOR DE CORNIJA.  
(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, JULHO DE 2013).*

Em Sande (LMG), numa casa nobre cuja designação desconhecemos, o acabamento da cornija dupla revela-se um tanto singular. Ao invés da linha recta, o segundo friso é abaulado (**Fig. 188**).



*FIG. 188 - CASA NOBRE [DESIGNAÇÃO NÃO IDENTIFICADA], SANDE (LAMEGO).  
(A) PORMENOR DE REMATE DE CORNIJA (FACHADA PRINCIPAL).  
(B) PORMENOR DE REMATE DE CORNIJA (FACHADA LATERAL).  
(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, JANEIRO DE 2013).*

Além da cornija recta optou-se também por acentuar a linha superior dos edifícios, efeito obtido através do emprego de frontões, além de remates escultóricos sobre o mesmo ou sobre os cunhais (Azevedo 1988, 71). O frontão é colocado ao centro da fachada acentuando este eixo, geralmente correspondente à entrada nobre. Quanto ao seu desenho e tratamento, pode apresentar formas clássicas ou complexas sem base; com base interrompida ou incompleta, ou ainda fechada. Destes, destaque para o uso do frontão clássico triangular e/ou curvo que lembra os templos gregos e romanos e sugere a cobertura de duas águas, onde as duas cornijas inclinadas laterais definem o perfil da armação da asna e a base corresponde à linha horizontal do entablamento (Plaza Escudero 2014, 309) (**Fig. 189-199; Quadro XVII**).



FIG. 189 - CASA DOS OSÓRIO, SÃO JOÃO DE LOBRIGOS (SMP).

(A) FACHADA PRINCIPAL.

(B) FRONTÃO.

(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, JULHO DE 2013).



FIG. 190 - CASA DA PORTELADA, SEDIÉLOS (PR).  
(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, JULHO DE 2013).



FIG. 191 - CASA DO OUTEIRO, CIDADELHE (MF).  
PORTAL NOBRE (VISTA PARCIAL DA FACHADA PRINCIPAL).  
(FONTE: SIPA. FOTO.01055138)





FIG. 192 - CASA DOS FRAGOSOS, MEÃO FRIO (MF)  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, JULHO DE 2013).



FIG. 193 - SOLAR DOS FRIAS SARMENTO, PARAMBOS (CA).  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, JULHO DE 2013).



FIG. 194 - CASA DOS NEGRÕES, SANTA CRISTINA (MF).  
**FRONTÃO TRIANGULAR FECHADO COM INSERÇÃO DE PEDRA-DE-ARMAS.**  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, JUNHO DE 2013).



FIG. 195 - CASA DOS NEGRÕES, SANTA CRISTINA (MF) E CASA DAS BROLHAS, LAMEGO.  
**FRONTÃO TRIANGULAR FECHADO COM INSERÇÃO DE PEDRA-DE-ARMAS.**  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, JUNHO DE 2013).



FIG. 196 - CASA DO SANTO, PROVESENDE (SBS).  
**FRONTÃO CURVO.**  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, MAIO DE 2014).



FIG. 197 - SOLAR DA FAMÍLIA SAMPAIO DE ALMEIDA E MELO, MÊDA (MD). **FRONTÃO CURVO.**  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, DEZEMBRO DE 2013).



FIG. 198 - CASA DE N. SRA. DA CONCEIÇÃO, CEDOVIM (VNFC). **FRONTÃO CURVO.**  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, DEZEMBRO DE 2013).



FIG. 199 - CASA DOS RIBEIROS BELEZA, PROVESENDE (SBS).  
(A) FACHADA PRINCIPAL.  
(B) FRONTÃO CURVO FECHADO.  
(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, MAIO DE 2014).

Além destes observou-se um número interessante de exemplares que possuem frontão de forma complexa – canopial, polilobado, entre outras (*Quadro XVII*). O tímpano, é preenchido pela colocação da pedra-de-armas ou noutros casos pela abertura de um óculo.

Os exemplos da Região Demarcada do Douro são diversos, sendo notória a preferência pelo frontão clássico em detrimento da forma complexa, certamente pela dificuldade que este trabalho exigiria ao mestre, mas também por se tratar de uma

solução que recorria às formas de um passado clássico e não moderno, que poderia acusar certa desconfiança e pouca aceitação, não correspondendo ao gosto da época da construção.

Partindo do modelo mais simples encontrámos diversos tipos de frontão relacionadas com estas casas, desde o frontão interrompido ou entrecortado<sup>326</sup>, o vazado<sup>327</sup>, em quarteia ou de volutas<sup>328</sup>, ou duplo<sup>329</sup>. Além deles encontrámos também um elevado número de frontões cujo desenho atinge alguma complexidade, partindo da forma curva, em que se incluem os de desenho conopial, campanulado, polilobado, trilobado e outros (**Fig. 200 a 209**).



*FIG. 200 - CASA DO ADRO, VILAROUCO (SJP).  
FRONTÃO DE DESENHO COMPLEXO.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, DEZEMBRO DE 2013).*



*FIG. 201 - SOLAR DAS CASAS NOVAS, MÊDA (MD).  
FRONTÃO DE DESENHO COMPLEXO.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, DEZEMBRO DE 2013).*

<sup>326</sup> “Aquele que sendo triangular, os seus lados não se juntam no vértice, ou sendo curvo, o arco de circunferência é dividido em dois. O tímpano é recortado e o seu centro decorado com um busto, vaso, entrelaçados, ou outros elementos.” (Plaza Escudero 2014, 312).

<sup>327</sup> Tipo de frontão, cujo tímpano está perfurado por um óculo ou olho de boi. (Plaza Escudero 2014, 312)

<sup>328</sup> “Aquele cujas cornijas laterais se curvam formando volutas que se encontram no ápice e se apoiam na cornija horizontal.” (Plaza Escudero 2014, 312).

<sup>329</sup> “Aquele que tem dentro de si, no seu tímpano, outro pequeno frontão que o suporta, com uma abertura ou motivo decorativo. Às vezes está formado por um primeiro frontão triangular e um segundo circular e vice-versa.” (Plaza Escudero 2014, 313).





FIG. 202 - SOLAR DO VISCONDE DO BANHO,  
ALMENDRA (VNFC).  
**FRONTÃO DE DESENHO COMPLEXO.**  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, DEZEMBRO DE  
2013).



FIG. 203 - CASA DOS SAAVEDRA E CARVALHO,  
PENAJÓIA (LMG).  
**FRONTÃO DE DESENHO COMPLEXO.**  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, JANEIRO DE  
2014).



FIG. 204 - PALÁCIO DOS  
SERPAS, LAMEGO (LMG).  
**FRONTÃO DE DESENHO  
COMPLEXO.**  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA  
AUTORA, JUNHO DE 2014).



FIG. 205 - CASA DO PAÇO,  
CIDADELHE (FS).  
**FRONTÃO DE DESENHO  
COMPLEXO.**  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA  
AUTORA, JUNHO DE 2013).



FIG. 206 - CASA DA QUINTA DO  
SERRADO, SANHOANE (SMP).  
**FRONTÃO DE DESENHO COMPLEXO.**  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, JULHO  
DE 2013).



FIG. 207 - SOLAR DOS SAMPAIO,  
LINHARES (CA).  
**FRONTÃO INTERROMPIDO.**  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA,  
JANEIRO DE 2014.



FIG. 208 - CASA DOS BARROS,  
SABROSA (SBS). **FRONTÃO**  
**INTERROMPIDO.**  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA  
AUTORA, JANEIRO DE 2014.



FIG. 209 - CASA DO CABO, SÃO JOÃO  
DA PESQUEIRA (SJP).  
**FRONTÃO INTERROMPIDO E**  
**CIRCULAR COROADO.**  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA,  
JANEIRO DE 2014.

QUADRO XVII – Tipo de frontão utilizado na casa nobre duriense no século XVIII	
Tipo	Localização
<b>FRONTÃO TRIANGULAR</b>	<b>BAIXO CORGO</b> Casa do Canal (Guiães, VR) Casa dos Taveiras de Araújo (Guiães, VR) Casa dos Osório (São João de Lobrigos, SMP) Casa da Portelada (Sedielos, PR). Casa da Quinta do Côtto (Cidadelhe, MF) Casa do Outeiro (Cidadelhe, MF) Casa dos Negrões (Santa Cristina, MF) Casa dos Fragosos (Santa Cristina, MF) Casa das Brolhas (Sé, LMG) <b>CIMA CORGO</b> Casa da Comba da Quinta de Nossa Senhora do Loreto (Sabrosa, SBS) Casal do Tralhariz (Castanheiro do Norte, CA) Solar dos Frias Sarmento (Parambos, CA) <b>DOURO SUPERIOR</b> Casa do Conde (Freixiel, VF)
<b>FRONTÃO CURVO</b>	<b>CIMA CORGO</b> Casa do Santo (Provesende, SBS) Casa dos Ribeiros Belezas (Provesende, SBS) Casa dos Correia Marinho (Sabrosa, SBS) Solar dos Pereira Lago (Vilarinho de São Romão, SBS) Solar do Dr. Caiado Ferrão (Trevões, SJP) <b>DOURO SUPERIOR</b> Solar dos Teixeira de Aguiar (Cedovim, VNFC) Casa Grande de Freixo de Numão (Freixo de Numão, VNFC) Solar dos Sampaio de Almeida (Mêda, MD) Casa Grande (Seixas do Douro, VNFC) Solar dos Cancelos (Cancelos do Meio, MD)
<b>FORMA COMPLEXA</b>	<b>BAIXO CORGO</b>

QUADRO XVII – Tipo de frontão utilizado na casa nobre duriense no século XVIII	
Tipo	Localização
	Casa do Paço de Cidadelhe (Cidadelhe, MF) Casa dos Saavedra e Carvalho (Penajóia, LMG) Solar da Quinta do Serrado (Sanhoane, SMP) <b>CIMA CORGO</b> Casa dos Barros (Sabrosa, SBS) Casa dos Saavedra (Ervedosa do Douro, SJP) Solar dos Sousa Azevedo (Várzea de Trevões, SJP) Solar dos Corte Real (Vilarouco, SJP) Solar dos Braga (Vilarouco, SJP) <b>DOURO SUPERIOR</b> Casa Grande de Almendra (Almendra, VNFC) Solar das Casas Novas (Mêda, MD)
<b>FRONTÃO RECTANGULAR (?)</b>	<b>CIMA CORGO</b> Solar dos Castros (Alijó, ALJ) Casa da Obra, em Favaio (ALJ) Solar dos Morais Sarmiento (Vilarinho da Castanheira, CA)

Quadro-síntese elaborado pela autora.

Devemos ainda chamar à atenção para os exemplares cujos frontões não se situam ao centro, mas antes num dos cantos da fachada, facto que se deve também à disposição do portal num dos extremos da frontaria. São disso exemplo, a Casa do Cão em Ervedosa do Douro e o Solar dos Braga, em Vilarouco, ambos localizados no concelho de São João da Pesqueira (**Fig. 210-211**). A primeira possui portal de entrada nobre no lado esquerdo, acentuado por um enorme frontão, quase da mesma altura da parede da fachada. Na realidade, se observarmos com atenção, verificamos que o referido frontão se torna desproporcional dado o seu tamanho, pois na realidade é demasiado grande para a fachada em que se insere. Ainda assim neste exemplar é evidente a importância que o frontão adquire nestas edificações. O movimento ondulado da linha do telhado sobre a entrada nobre é levado ao extremo, tanto na proporção relativa ao conjunto da fachada como no seu desenho, contrastando claramente com a sobriedade da restante edificação.



FIG. 210 - CASA DO CÃO, ERVEDOSA DO DOURO (SJP).  
PORMENOR DE FRONTÃO, LADO ESQUERDO, DE FACHADA PRINCIPAL.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, JANEIRO DE 2014).



FIG. 211 - SOLAR DOS BRAGA, VILAROUCO (SJP).  
PORMENOR DE FRONTÃO, LADO ESQUERDO, DE FACHADA PRINCIPAL.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, JANEIRO DE 2014).

Um outro aspecto que ressalta do uso de frontão nas casas nobres da Região Demarcada do Douro, mas que dispõem de uma capela anexa, o frontão tende a ser por via da regra incorporado sobre a fachada desta última, ao invés da casa (Fig.212-220). Assim, nesta, a cornija configura uma longa linha recta, acompanhando o seu desenvolvimento horizontal da fachada. Já a capela possuirá um frontão cujo desenho e forma repete no fundo alguns dos modelos já mencionados e ilustrados (**Quadro XVIII**). Independentemente da sua posição, quer na casa, quer na capela, o frontão contribui assim para desencadear uma inegável dinâmica, plena de movimento. Como havia sido aliás sublinhado por Carlos de Azevedo:

“De notar que, se estas fachadas se desenvolvem em extensão e são dominadas por um sentido frontal da composição, a colocação oblíqua de pilastras e colunas ladeando a entrada principal e a linha ondulante do balcão, tal como o frontão, que por vezes é acentuadamente recortado, revelam – embora de forma um tanto tímida – a tendência dinâmica de movimento, ou pelo menos empregam-se com essa finalidade.” (Azevedo 1988, 72)

Este dinamismo é acrescido pela incorporação de uma diversidade de elementos decorativos, e que foram colocados quer no eixo central (portal nobre, balcão e pedra-de-armas), como ao longo de toda a fachada (portas, janelas e outros).





FIG. 212 - FACHADA DA CAPELA DA CASA DA QUINTA DO BAIRRO, SÃO JOÃO DE LOBRIGOS (SMP).  
(FONTE: ALMEIDA 2010, 113).



FIG. 213 - FACHADA DA CAPELA DA CASA DOS AZEREDOS (SBS).  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, MAIO DE 2014).



FIG. 214 - FACHADA DA CAPELA DO SOLAR DOS DONAS-BOTTO, MUXAGATA (VNFC).  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, DEZEMBRO DE 2013).



FIG. 215 - FACHADA DA CAPELA DA CASA DOS MORGADOS DE GOUVINHAS, GOUVINHAS (SBS).  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, MAIO DE 2014).



FIG. 216 - FACHADA DA CAPELA DA CASA E CAPELA DOS PESSANHAS, PARADELA DE GUIÃES (SBS).  
FACHADA DAS CAPELAS. (FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, MAIO DE 2014).



FIG. 217 - FACHADA DA CAPELA DO SOLAR DOS LEMOS, VILA FLOR (VF).  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, DEZEMBRO DE 2013).



FIG. 218 - FACHADA DA CAPELA DA CASA DA COMBA, SABROSA (SBS).  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, MAIO DE 2014).



FIG. 219 - FACHADA DA CAPELA DO SOLAR DOS CANCELOS, CANCELOS DO MEIO (MD).  
(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, DEZEMBRO DE 2013).



FIG. 220 - FACHADA DA CAPELA DA CASA GRANDE DE FREIXO DE NUMÃO (VNFC).  
(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, DEZEMBRO DE 2013).

QUADRO XVIII – Tipo de frontão utilizado nas capelas da casa nobre duriense n século XVIII	
Tipo	Localização
<b>FRONTÃO TRIANGULAR</b>	<p><b>BAIXO CORGO</b> Casa da Quinta do Bairro (São João de Lobrigos, SMP)</p> <p><b>CIMA CORGO</b> Casa do Seixo com capela de Santa Rita (Murça, MÇ) Casa e Capela da Família Santos Melo (Santa Eugénia, ALJ). Casa dos Azeredos (Sabrosa) Casa da Torre das Pedras (Paredes da Beira, SJP)</p> <p><b>DOURO SUPERIOR</b> Quinta da Olga (Muxagata, VNFC) Capela do Sagrado Coração de Jesus (da Casa do Cacau, Torre de Moncorvo, TM) Solar dos Tenreiros (Torre de Moncorvo, TM)</p>
<b>FRONTÃO CURVO</b>	<p><b>DOURO SUPERIOR</b> Solar dos Donas-Botto (Muxagata, VNFC)</p>
<b>FRONTÃO DE DESENHO COMPLEXO</b>	<p><b>BAIXO CORGO</b> Casa dos Taveira Pimentel e Capela de Nossa Senhora do Loreto (Guiães, VR) Casa Grande e Capela de São Miguel (Aldeia de Baixo, AMM)</p> <p><b>CIMA CORGO</b> Casa da Fonte e Capela de São Francisco (Celeirós do Douro, SBS) Casa da Quinta do Bucheiro (Celeirós do Douro, SBS) Casa dos Morgados de Gouvinhas (Gouvinhas, SBS) Casa e Capela dos Pessanhas (Paradela de Guiães, SBS) Casa da Comba da Quinta de Nossa Senhora do Loreto (SBS) Solar dos Távora (São João da Pesqueira, SBS) Solar dos Caiado Ferrão (Trevões, SJP)</p> <p><b>DOURO SUPERIOR</b> Solar do Morgado de Vilarelhos (Vilarelhos, AF) Solar do Largo do Soto e Capela de Nossa Senhora da Conceição (Vilas Boas, VF) Solar dos Lemos (Vilar Flor, VF) Solar dos Donas-Botto Pinto (Sebadelhe, VNFC) Solar dos Cancelos (Cancelos do Meio, MD) Casa Grande de Freixo de Numão (Freixo de Numão, VNFC)</p>

Quadro-síntese elaborado pela autora.

Ainda no domínio da colocação de frontões na casa nobre verificamos que, quando existe um portal de entrada numa propriedade ou casa delimitada por muros, a tendência é dispor um frontão sobre esse portal. Em vez de se coroar a fachada da casa, a orientação prevaiente é precisamente a do portal, como se observa no Solar dos Couraça Gouveia, em Sendim (TBÇ) (**Fig.221**).



*FIG. 221 - SOLAR DOS COURAÇA GOUVEIA, SENDIM (TBÇ).*

*(A) VISÃO DE CONJUNTO.*

*(B) PORMENOR DE PORTAL DE ENTRADA.*

*(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, JANEIRO DE 2014)*

Conclui-se, pois em relação aos elementos estruturais, que a casa nobre duriense acompanha o que acontece no resto do País. Também ela recorre à colocação de pilastras nos cunhais, para desta forma alongar em altura o corpo residencial, acentuando a fachada quando as integra no eixo central, numa atitude de evidenciar a entrada nobre. A casa nobre duriense dá preferência à inserção de pilastras toscanas caracterizadas pela sua simplicidade. Por vezes são rematadas por pequenos ornamentos florais ou vegetalistas, ou mesmo capitéis de ordem coríntia e compósita. Na continuidade do que já afirmamos, particulariza-se sobretudo no Cima Corgo, o uso do tipo de casa comprida, com friso horizontal e pilastras toscanas colocadas no cunhal. Já no Douro Superior<sup>330</sup>, é notória preferência pela casa comprida, com frontão ao

<sup>330</sup> Sobre as formas artísticas e arquitectónicas na casa nobre do Douro Superior consulta-se o nosso artigo, Glória 2017c.

centro, correspondente à zona residencial; mas quando existe a capela, o frontão passa para a respectiva fachada.

### ***Elementos decorativos***

Os elementos decorativos esculpidos na rudeza do granito animam as fachadas e proporcionam o tão almejado movimento barroco, ausente das plantas portuguesas (Pereira 1992, 41)<sup>331</sup>. Proporcionam igualmente harmonia a toda a composição, e de acordo com a sua forma, cumprem a função simbólica de sinalizar espaços (Paiva 2011, 80). Estes elementos encontram-se um pouco por toda a fachada, desde a linha dos telhados à porta de entrada e às janelas.

Tomando em consideração tudo o que ficou dito, sem dúvida que “a tendência da época é para acentuar a linha superior dos edifícios, efeito obtido pela decoração dos telhados e pelo emprego de frontões e ornatos que coroam as fachadas” (Azevedo 1988, 71). Além dos frontões, as pilastras também acentuavam os telhados, através da colocação de diversos elementos escultóricos nos cantos da cobertura dos telhados da casa e capela. Os ornatos são diversos, desde acrotérios, balaústres, pináculos (piramidal ou cónico), fogaréus, vasos, urnas, gárgulas de canhão, a par de muitos outros (Fig. 222 a 226). Todos eles procuram enfatizar as linhas verticais, somente contrariado pelo emprego, também muito frequente, de frisos horizontais que cortam as fachadas, como se referiu anteriormente (Azevedo 1988, 71).

---

<sup>331</sup> J. Horta Correia (2010, 227) destacou este aspecto salientando a importância que estes elementos adquirem no espaço rural e urbano e na sua envolvente: “A dimensão cenográfica do seu decorativismo consegue impor-se como integração urbanística e como integração paisagística”.





*FIG. 222 - CASA DO CÃO, ERVEDOSA DO DOURO (SJP).  
COROAMENTO DE TELHADO (LADO ESQUERDO) E FRONTÃO.  
(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, JANEIRO DE 2014)*



*FIG. 223 - CASA DOS BARROS, SABROSA.  
COROAMENTO DE TELHADO, LADO DIREITO.  
(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, MAIO DE 2014)*



*FIG. 224 - CASA DA QUINTA DO CÔTTO, CIDADELHE (MS).  
(A) FACHADA PRINCIPAL E LATERAL ESQUERDA.  
(B) COROAMENTO DE TELHADO. VASOS.  
(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, JULHO DE 2013).*



FIG. 225 - SOLAR DA REDE, MESÃO FRIO (MF).

(A) FACHADA PRINCIPAL

(B) COROAMENTO DE TELHADO, LADO DIREITO, PIRÂMIDE COROADA COM PEQUENA BOLA.

(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, JULHO DE 2013).



FIG. 226 - CASA DA PICOTA, MESÃO FRIO (MF).

(A) FACHADA DA CAPELA.

(B) GÁRGULA DE CANHÃO.

(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, JULHO DE 2013).

Sem esquecer o uso de merlões, como no Solar das Torres de Oliveira (MF) (Fig. 227), que nos encaminha para a sua utilização recorrente mais a norte, na arquitectura doméstica da região do Minho<sup>332</sup>, embora saibamos terem sido boa parte deles provenientes das intervenções realizadas nestas casas durante o século XIX. Ainda

<sup>332</sup> A utilização deste elemento é recorrente e característica da casa-torre, tipologia de que já fizemos menção.



assim, além da função decorativa, não deixa de ser importante a sua valência enquanto emblema visual vinculado à nobreza, especialmente à fidalguia de solar<sup>333</sup>.



FIG. 227 - SOLAR DAS TORRES DE OLIVEIRA, OLIVEIRA (MS)<sup>334</sup>.

(A) TORRE.

(B) GÁRGULA DE CANHÃO

(C) MERLÕES.

(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, JULHO DE 2013)

A diversidade de elementos escultóricos colocados sobre a cobertura é de tal ordem, que chegamos mesmo a encontrar pequenas figuras sobre a linha dos telhados. Na região duriense temos somente dois exemplares, a Casa dos Pizarro Porto Carreiro, em Vilar de Maçada (ALJ) e o Solar dos Viscondes de Santa Marta de Penaguião, em São João de Lobrigos (SMP) (Fig. 228-229). Se por um lado parece haver um objectivo decorativo, pela acentuação das linhas da casa, por outro, a inserção destas figuras levanta algumas questões sobre o seu verdadeiro objectivo. Estarão elas relacionadas com a própria casa? Com a família do encomendante? Ou serão meramente simbólicas? Ou decorativas? Independentemente da fundamentação da disposição destes elementos, assim como dos restantes, nos quais se evidenciam a função decorativa, todos eles tinham ao mesmo tempo um propósito funcional, servindo também de protecção às fixações das telhas da cumieira (Plaza Escudero 2014, 40).

<sup>333</sup> Consulte-se Paiva 2011, 80, e respectivas referências bibliográficas que a autora cita.

<sup>334</sup> A Casa das Torres de Oliveira, como já vimos possui torres. Cada uma delas possui merlões e ainda gárgulas nos ângulos, além dos telhados sobrepujados por bolas sobre plintos. Consulte-se Vol. III - Fichas de inventário, parte I.

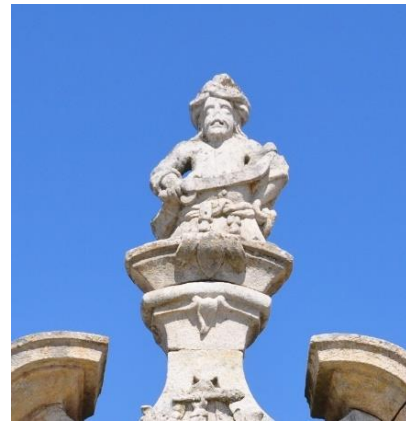


FIG. 228 - CASA DOS PIZARRO PORTOCARREIRO, VILAR DE MAÇADA (ALJ).

(A) MURO COM PORTAL NOBRE INTEGRADO.

(B) FIGURA ESCULTÓRICA / FIGURA HUMANA.

(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, MAIO DE 2014).



FIG. 229 - SOLAR DOS VISCONDES DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO, SÃO JOÃO DE LOBRIGOS (SMG).

(A) EIXO CENTRAL: PORTAL NOBRE E VARANDA COM GRADEAMENTO DE FERRO.

(B) FIGURA ESCULTÓRICA / FIGURA HUMANA.

(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, JULHO DE 2013).

Ainda em torno destes elementos, destacamos a Casa de Mateus, em Mateus (VR), cuja fachada principal apresenta uma ala central mais elaborada que as alas laterais, que desenharam o “U” desta casa. A ala central é rematada superiormente em platibanda plena encimada por balaustrada de cantaria. De ritmo ondulante, visto acompanhar a cornija curva alteada no alinhamento das janelas, é sobreposta por duas

figuras alegóricas assentes em acrotério que ladeiam ao centro um espaldar, preenchido por pedra-de-armas e coroado por frontão contracurvado interrompido por pináculo piramidal e ladeado por pequenas urnas (**Fig.230-231**). Este conjunto é ainda flanqueado por grandes pináculos galbados que se distribuem nos diversos cantos dos telhados, acentuando a verticalidade da fachada central. O que contribui para potenciar o dinamismo e movimento já introduzido pelas escadarias e restantes elementos que a ornamentam.



*FIG. 230 - CASA DE MATEUS, VILA REAL.  
FACHADA PRINCIPAL.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, MAIO DE 2013).*



*FIG. 231 - CASA DE MATEUS, VILA REAL.  
PORMENOR DE PLATIBANDA, AO CENTRO.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, MAIO DE 2013).*

Também as fachadas das capelas recebem estes elementos escultóricos nas linhas dos telhados (**Fig. 232 a 235**). Entre os exemplares, destaque para a utilização da cruz, símbolo da Paixão de Cristo, elegido pelos mestres de obras, pedreiros e arquitectos para sinalizar a localização daquele espaço sagrado. A cruz é disposta sobre o vértice da respetiva cumieira (Solar da Rede, Mesão Frio, MF); integrada em portas (Casa da Quinta do Bairro, São João de Lobrigos, SMP) e janelas (Casa da Quinta dos Pinheiros, Sanhoane, SMP), pedra-de-armas, nichos, ou no desenho das molduras das janelas da fachada das capelas (Casa da Quinta do Serrado, Sanhoane, SMP) .

O tipo de cruz utilizada é diversa, desde a cruz latina, apontada, de trevo, torsa, entre outras. Por vezes, a cruz sustenta a própria figura de Cristo, em relevo, assumindo a representação escultórica do Calvário, como na Capela de São Francisco de Assis da Casa da Fonte, Celeirós do Douro (SBS) (**Fig. 238**). Noutros casos é apenas um simples elemento agregado ao campanário, sendo este colocado paralelo ou perpendicularmente em relação à fachada principal (**Fig. 239-241**).

Ao contrário dos elementos escultóricos já abordados, neste caso, não só encontramos cruzeiros esculpidas em granito como trabalhadas em ferro.



FIG. 232 - CAPELA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DA CASA GRANDE DE FREIXO DE NUMÃO (VNFC).  
(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, DEZEMBRO DE 2013)





FIG. 233 - CAPELA DE SANTA ANA DA CASA BRASONADA DE FRECHAS (MDL).  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, JULHO DE 2014).



FIG. 234 - CAPELA DE SANTA RITA DO SOLAR DAS SENHORAS DE SENDIM, SANTA COMBA DA VILARIÇA (VF).  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, DEZEMBRO DE 2013).



FIG. 235 - CAPELA (?) DA CASA DA QUINTA DO CÔTTO, CIDADELHE (MF).  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, JUNHO DE 2013).



FIG. 236 - CAPELA DE SÃO JOSÉ DO SOLAR DOS TENREIROS, TORRE DE MONCORVO (TM).  
REMATE DO FRONTÃO.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, AGOSTO DE 2013).



FIG. 237 - CAPELA DE SANTO ANTÓNIO DO SOLAR DOS DONAS-BOTTO PINTO, SEBADELHE (VNFC).  
REMATE DO FRONTÃO.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, DEZEMBRO DE 2013).



FIG. 238 - CAPELA DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS DA CASA DA FONTE, CELEIRÓS DO DOURO (SBS).  
REMATE DO FRONTÃO.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, MAIO DE 2014).



FIG. 239 - CASA DO ARCO, VILA REAL (VR). CAMPANÁRIO.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, MAIO DE 2013).



FIG. 240 - CAPELA DE SANTO ANTÓNIO DA ALEGRIA DO SOLAR DO MORGADO DE VILARELHOS (AF). CAMPANÁRIO.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, MAIO DE 2013; ABRIL DE 2014).



FIG. 241 - CAPELA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DO SOLAR DO LARGO DO SOTO, VILAS BOAS (VF). CAMPANÁRIO.  
(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, DEZEMBRO DE 2013).

Para além destes elementos e do seu contributo para o alteamento vertical dos edifícios em contraposição à extensa fachada horizontal, outros há, ainda mais importantes, na decoração da fachada e respectivos vãos. A sua utilização permite acentuar e particularizar janelas e portas e sobretudo destacar um dos elementos fundamentais da casa nobre, a sua entrada nobre.

Mas é precisamente a existência dos dois programas decorativos distintos, um mais simples e outro mais rico, que explica a variedade das soluções decorativas aqui desenvolvidas. Independentemente da escolha dos elementos ornamentais, é importante salientar que a diferenciação de tratamento estético reservada para cada piso. O que se compreende em função da importância que cada um deles significa no quadro de representação social destas casas. O destaque vai sem dúvida para o piso nobre, área de socialização da família e dos seus convidados, mas também uma área íntima, sendo essa a razão pela qual ganha maior expressão na fachada. A sua importância pode ainda ser avaliada pela concepção das janelas, que a nível superior se apresentam quase sempre mais ricas do que no piso térreo, ou então com maior altura em relação às segundas (Azevedo 1988, 71). Por outro lado, os baixos da casa são quase sempre aproveitados para arrecadações, despensas, adegas e celeiros.

Ainda que prevaleça esta acentuação do piso nobre pela via ornamental, isso não impediu uma evidente preocupação de equilíbrio compositivo da fachada, no jogo entre os vazios e os cheios do edifício, visando efeitos de distinção e grande impacto, independentemente das escolhas estéticas mais simples, clássicas ou barrocas.

Mas voltando ao vão principal da fachada, importa sublinhar, uma vez mais, que a entrada nobre, é o elemento mais em evidência na casa Setecentista (Azevedo 1988, 71). O portal nobre localiza-se em regra no piso térreo, salvo umas tantas excepções, em que é colocada no piso nobre<sup>335</sup>. Embora se encontre no piso inferior, contrapondo o que já se mencionou em relação à importância do piso nobre, o facto é que esta entrada nobre concentrará quase toda a decoração, concentrando em si a enorme carga simbólica do limiar e da entrada, com longínquas origens, quase tão antigas quanto a história da arquitectura. Este aspecto deve-se à sua importância e função que detêm. Elemento primordial vinculado à identidade da casa e à sua linhagem, é aquele que permite o acesso da família e convidados.

As soluções decorativas adoptadas para o portal são inúmeras, como bem assinalou num estudo já antigo e de algum modo precursor, o grande especialista do Barroco que foi Robert Smith (1949):

“O século XVIII em Portugal é o período das belas portadas, quando, por assim dizer, o velho espírito manuelino renasceu no enfeite das entradas, carregando-as e alisando-as, ondulando-as e abrandando-as sob a força dum novo vocabulário artístico. Íntima aliança da arquitectura e da escultura, as portadas setecentistas apresentam muitas vezes, uma só composição, a ligação da entrada com uma janela imediatamente superior.” (Smith 1949, s.p.)

O portal nobre abre-se geralmente ao centro, rodeando-se de outros vãos (**Quadro XIX**). A vantagem desta solução, é que permite um maior alinhamento das aberturas e a composição simétrica das fachadas. Ainda assim, encontrámos algumas casas que embora apresentando portal ao centro, não respeitam o princípio da simetria,

---

<sup>335</sup> Reiteramos a ideia de que esta solução se deve sobretudo à colocação de uma escadaria anexa à fachada permitindo o acesso directo ao piso superior, ou a constrangimentos da localização, como podemos observar na Casa do Outeiro, em Cidadelhe (MF)<sup>335</sup>; Solar dos Pereiras Lagos, em Vilarinho de São Romão (SBS); Casa do Cônsul, no Poço do Canto (MD); Solar dos Fria Sarmento, em Parambos (CA). Nota ainda para o Solar dos Silveiras, em Canelas (PR), cuja fachada principal possui somente um único piso, correspondente ao nobre, pois, o térreo situa-se em cota baixa, e que se abre para a fachada posterior.



subvertido pelo elevado número de vãos que contêm ou mesmo pela inserção tardia de elementos que a contrariam.

Quanto à decoração dos portais nobres, os exemplares da primeira metade do século XVIII acolhem um desenho austero, depurado e simples, muitas vezes com moldura de verga recta, que poderia ser acentuada pela inserção de um frontão triangular ou curvo. Sobre o portal, havia ainda a possibilidade de abrir-se uma janela de sacada, de grande simplicidade, ou colocar-se apenas a pedra-de-armas, sem grande aparato (**Fig. 242 a 245**).



*FIG. 242 - CASA DE BERNARDO DE LEMOS, VILARINHO DE SÃO ROMÃO (SBS).  
FACHADA PRINCIPAL COM PORTAL NOBRE AO CENTRO SOBREPUJADO POR BRASÃO.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, MAIO DE 2014).*



*FIG. 243 - CASA DOS MANSILHAS, ALIJÓ (ALJ).  
FACHADA PRINCIPAL COM PORTAL NOBRE AO CENTRO SOBREPUJADO POR BRASÃO.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, MAIO DE 2014).*



*FIG. 244 - CASA DE BERNARDO DE LEMOS, VILARINHO DE SÃO ROMÃO (SBS).  
PORTAL NOBRE SIMPLES, SOBREPUJADO POR PEDRA-DE-ARMAS, FACHADA PRINCIPAL.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, MAIO DE 2014)*



*FIG. 245 - CASA DOS MANSILHAS, ALIJÓ (ALJ).  
PORTAL NOBRE SIMPLES, SOBREPUJADO POR PEDRA-DE-ARMAS, FACHADA PRINCIPAL.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, MAIO DE 2014)*

É, contudo, a partir da segunda metade deste século que se observa uma progressiva acentuação do desenvolvimento decorativo, ganhando uma particular expressão e evidência nos exemplares edificados na década de 1770 e 1780 (Carita 2015, 174). O portal nobre é um dos elementos onde essa acentuação é distintamente notória, incorporando inúmeros ornamentos, chegando mesmo a ser o vão com maior carga decorativa. O centro da fachada passa, assim, a integrar um eixo vertical<sup>336</sup> definido pela entrada *nobre (portal nobre)*, geralmente enriquecida com colunas e pilastras, sustentando balcão com parapeito de balaústre em granito ou simples grade de ferro, continuada por uma janela central de sacada<sup>337</sup> e rematada por pedra-de-armas da família<sup>338</sup>. “Conjunto cujo esforço ascensional [decorativo] leva a romper a linha dos telhados, para dar lugar a um frontão que constitui o remate característico da entrada” (Azevedo 1988, 72), como de resto já havíamos salientado.

Importa ainda evidenciar que, atendendo ao facto de grande parte destas casas possuir fachadas desenvolvidas horizontalmente, sendo dominadas por um sentido frontal da composição,

“a colocação oblique pilastras e colunas ladeando a entrada principal e a linha ondulante do balcão, tal como o frontão, que, por vezes, é acentuadamente recortado, revelam – embora de forma um tanto tímida – a tendência dinâmica da arte barroca e são, em si mesmo, motivos que transmitem a ideia de movimento, ou pelo menos empregam-se com essa finalidade.” (Azevedo 1988, 72)

Desprovidas de movimentação ao nível das planimetrias, parece verificar-se nestas casas como que uma compensação introduzida pelo balcão de formas curvas e o frontão, ambos convertidos em agentes de inquestionável dinamismo.

O esquema portal nobre-janela-frontão foi bastante difundido por toda a região duriense, mas com as devidas excepções. No Baixo Corgo e Cima Corgo, por exemplo, é

<sup>336</sup> “Este eixo vertical, no conjunto da geometria construtiva dos palácios, conduz o olhar e a percepção do observador / usufruidor, tendo vários efeitos dinâmicos associados. Em causa estava a contemplação da grandeza das duas entradas para o espaço privado/interno/intimo/restrito, direccionadas pela existência da porta e da janela/varanda e o poder expresso na pedra-de-armas, representativo da exclusão dos que não lhes eram socialmente pares, às épocas seiscentistas e setecentistas (devido às arbitrariedades que constituía o tecido social da urbanidade e da ruralidade).” (Borges 2018, Vol.1, 154).

<sup>337</sup> Esta janela central ilumina o salão nobre, o espaço social mais importante da casa.

<sup>338</sup> Elemento identificativo, a ser objecto de estudo na continuação da leitura dos elementos decorativos.

dada preferência a um balcão mais simples e com guarda de ferro<sup>339</sup>(Fig. 246 a 250), enquanto no Douro Superior se manifesta uma notória preferência pelo uso da pedra (Fig. 251 a 256). Observámos ainda, que é sobretudo nas construções do final do século XVIII, que o eixo central definido por portal nobre-janela-balcão toma dimensões consideráveis e o seu desenho alcança maior erudição. Essa diferença é bastante notória quando comparamos as três sub-áreas da região duriense, destacando-se os exemplares distribuídos pelo Cima Corgo e Douro Superior<sup>340</sup>. Aqui, a tendência é para o trabalho de cantaria sobressair pela inserção diversificada e numerosa de ornamentos na entrada nobre, como a seguir teremos ocasião de perceber de forma mais detalhada.

A colocação do portal nobre ao centro da fachada proporcionou em alguns casos regularidade e simetria a toda a composição. É ainda de ressaltar que a solução do portal nobre ao centro remete para a lógica organizacional e dispositiva dos interiores, como já foi evidentemente sublinhado por Hélder Carita (2015, 240). O que deve ainda relacionar-se com o núcleo das escadas reais, assumidamente o núcleo gerador de todo o programa arquitectónico, acabando por repercutir-se na composição do desenho do alçado, aspectos que trataremos de resto no capítulo seguinte.



FIG. 246 - CASA DA COMBA, SABROSA (SBS).

FACHADA PRINCIPAL. AO CENTRO, PORTAL NOBRE ENCIMADO POR JANELA DE SACADA COM GUARDA DE FERRO.

(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, MAIO DE 2014)

<sup>339</sup> Veja-se Glória 2019a, 297, e restantes páginas. Não obstante, consulte-se nesta tese a referência ao uso de ferro no sub-capítulo “4.1. Os materiais e elementos de Construção” e todas as casas identificadas no Vol. III - Fichas de inventário, parte II.

<sup>340</sup> Sobre a decoração no Douro Superior consulte-se Borges 2001, 2003, 2008; e Glória 2013, 2015, 2017c. E ainda as fichas das respectivas casas inventariadas nesta sub-área no Vol. III - Fichas de inventário, parte II.



FIG. 247 - SOLAR DOS VISCONDES DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO, SÃO JOÃO DE LOBRIGOS (SMP). PORTAL NOBRE COM BALCÃO DE FERRO. (FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, JULHO DE 2013)



FIG. 248 - CASA DOS PINTO, SÃO JOÃO DA PESQUEIRA (SJP). PORTAL NOBRE COM BALCÃO DE FERRO, FACHADA PRINCIPAL. (FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, JULHO DE 2013)



FIG. 249 - CASA DA QUINTA DO MEIO, SANHOANE (SMP). PORTAL NOBRE COM BALCÃO DE FERRO, FACHADA PRINCIPAL. (FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, JULHO DE 2013)



FIG. 250 - CASA DA QUINTA MARIA VAZ, TABUAÇO (TBÇ). PORTAL NOBRE COM BALCÃO DE FERRO, FACHADA PRINCIPAL. (FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, JANEIRO DE 2014)



FIG. 251 - CASA GRANDE DE FREIXO DE NUMÃO (VNFC). PORTAL NOBRE COM BALCÃO DE GUARDA DE GRANITO. (FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, DEZEMBRO DE 2013)



FIG. 252 - SOLAR DOS SEIXAS DE AGUILAR, SEIXAS DO DOURO (VNFC). PORTAL NOBRE COM BALCÃO DE GUARDA DE GRANITO. (FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, DEZEMBRO DE 2013)



FIG. 253 - SOLAR DOS CORTE REAL, VILAROUÇO (SJP). PORTAL NOBRE COM BALCÃO DE GUARDA DE GRANITO. (FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, JANEIRO DE 2014)





FIG. 254 - SOLAR DOS CANCELOS, CANCELOS DO MEIO (MD).  
ENTRADA NOBRE DESTACADA POR PILASTRAS, FACHADA PRINCIPAL.  
(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, DEZEMBRO DE 2013).



FIG. 255 - SOLAR DAS CASAS NOVAS, MÊDA (MD).  
ENTRADA NOBRE DESTACADA POR PILASTRAS, FACHADA PRINCIPAL.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, DEZEMBRO DE 2013).



FIG. 256 - CASA GRANDE DE ALMENDRA (VNFC).  
ENTRADA NOBRE DESTACADA POR PILASTRAS, FACHADA PRINCIPAL.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, DEZEMBRO DE 2013).

QUADRO IX – Disposição do portal nobre ao centro da fachada (com e sem balcão) na casa nobre duriense no século XVIII	
Colocação	Casas
Ao centro	<b>BAIXO CORGO</b> <b>Acesso piso nobre</b> Casa do Canal (Guiães, VR) Solar da Quinta do Serrado (Sanhoane, SMP) Casa do Extremadouro (Fontelas, PR) Casa Grande (Aldeias, AMM) Solar dos Gouveias (Fontelo, AMM)
	<b>Acesso piso térreo</b> Casa de Mateus (Mateus, VR) Casa dos Brocas (Vila Real, VR) Casa da Quinta do Meio (Sanhoane, SMP) Casa Grande (Poiães, PR) Casa das Torres de Oliveira (Oliveira, MF) Casa dos Silveiras (Lamego, LMG) Paço Episcopal de Lamego (Lamego, LMG) Casa do Poeta Fausto José (Aldeias, AMM) Casa do Pátio (Vila Seca, AMM)

QUADRO IX – Disposição do portal nobre ao centro da fachada (com e sem balcão) na casa nobre duriense no século XVIII	
Colocação	Casas
Ao centro	<p><b>CIMA CORGO</b>  <b>Acesso piso nobre</b>  Solar dos Pereira Lagos (Vilarinho de São Romão, SBS)  Solar dos Frias Sarmento (Parambos, CA)  Casa dos Pimentéis de Castro (Vilarinho da Castanheira, CA)  <b>Acesso piso térreo</b>  Casa de Bernardo de Lemos (Vilarinho de São Romão, SBS)  Casa dos Mansilhas (Alijó, ALJ)  Solar dos Castros (Alijó, ALJ)  Casa da Obra (Favaíes, ALJ)  Casa Paroquial de Sanfins do Douro (Sanfins do Douro, ALJ)  Solar dos Regos (Sendim, TBÇ)  Solar do Paço Episcopal de Trevões (Trevões, SJP)  Solar de Sampaio (Linhares, CA)  Casa brasonada e capela de Nosso Senhor dos Passos (Ribalonga, CA)  Solar dos Morais Sarmento (Vilarinho da Castanheira, CA)</p>
	<p><b>DOURO SUPERIOR</b>  <b>Acesso piso nobre</b>  Casa do Cônsul (Poço do Canto, MD)  Solar das Senhoras de Sendim (Santa Comba da Vilariça, VF)  <b>Acesso piso térreo</b>  Casa Brasonada de Avantos (Avantos, MDL)  Solar do Morgado de Vilarelhos (Vilarelhos, MDL)  Casa dos Capitães-mores (Vila Flor)  Solar dos Lemos (Vila Flor, VF)  Casa do Conde (Freixiel, VF)</p>
Ao centro com balcão	<p><b>BAIXO CORGO</b>  <b>Balcão de Ferro</b>  Casa dos Feios (Guiães, VR)  Casa dos Taveira Guiães, VR)  Solar dos Viscondes de Santa Marta de Penaguião (São João de Lobrigos, SMP)  Casa da Quinta da Portelada (Sedielos, PR)  Casa do Paço de Cidadelhe (Cidadelhe, MF)  Casa da Quinta do Côtto (Cidadelhe, MF)  Casa dos Negrões (Mesão Frio, MF)  Casa dos Fragosos (Mesão Frio, MF)  Casa da Corredoura (Cambres, LMG)  Casa dos Saavedra e Carvalho (Melões de Penajóia, LMG)  Casa das Brolhas (Lamego, LMG)  Casa de Almacave (Lamego, LMG)  Casa dos Loureiros (Lamego, LMG)  Palácio dos Serpas (Lamego, LMG)</p>
	<p><b>CIMA CORGO</b>  <b>Balcão de Ferro</b>  Casa dos Ribeiros Beleza (Provesende, SBS)  Casa dos Barros (Sabrosa, SBS)  Casa da Comba (Sabrosa, SBS)  Casa dos Correias Marinhos (Sabrosa, SBS)  Casa do Santo (Sabrosa, SBS)</p>

QUADRO IX – Disposição do portal nobre ao centro da fachada (com e sem balcão) na casa nobre duriense no século XVIII	
Colocação	Casas
Ao centro com balcão	Casa da Quinta Maria Vaz (Tabuaço, TBÇ) <sup>341</sup> Casa dos Pinto (São João da Pesqueira, SJP) Solar dos Sousa Azevedo (Várzea de Trevões, SJP) <b>Balcão de pedra</b> Casa do Cabo (São João da Pesqueira, SJP) Solar dos Corte Real (Vilarouco, SJP)
	<b>DOURO SUPERIOR</b> Casa Doutel e Capela de Nossa Senhora dos Prazeres (Torre de Moncorvo, TM) Casa de Almendra (Almendra, VNFC) Casa de N. Sra. da Conceição (Cedovim, VNFC) Casa Grande de Freixo de Numão (VNFC) Solar da Família Aguilar (Seixas do Douro, VNFC) Solar dos Sampaio de Almeida (Mêda, MD) Solar das Casas Novas (Mêda, MD) Solar dos Cancelos (Mêda, MD)

Quadro-síntese realizado pela autora.

Mas a inserção do portal nobre ao centro da fachada principal nem sempre foi uma opção recorrente, uma vez que há um conjunto de casas cuja entrada nobre se localiza no lado esquerdo e/ou do lado direito (**Quadro X**). Este tipo de opção converge para o tipo de fachada irregular, alheia a qualquer princípio de simetria.

Além da abertura do portal nobre ao centro, no lado esquerdo e direito da fachada principal, identificamos alguns exemplares cuja entrada nobre foi relegada para uma das fachadas laterais (**Quadro X**). São disso exemplo, a Casa da Quinta do Bairro, em São João de Lobrigos (SMP), a Casa do Terreiro, em Cidadelhe (MF) e o Solar dos Tenreiros, em Torre de Moncorvo (**Fig. 257-258**). O motivo que explica a deslocação do portal nobre deve-se, entre outras razões, à implantação da casa em terreno com diferentes declives, obrigando as soluções arquitectónicas que não as habituais. Neste caso, à transferência da “fachada principal” para a “fachada lateral”, em que, na realidade, esta última passava a estar em contacto com a via pública, colocando em evidência todo o conjunto. Destaque ainda para um outro exemplar, a Casa do Assento,

<sup>341</sup> Na Casa da Quinta Maria Vaz, em Tabuaço (TBÇ) embora tenha ficado por acabar, é possível verificar que a entrada nobre estava projectada para o centro da fachada. Ao visualizarmos os desenhos e plantas de Filinto Girão Osório (2006, 404 e 406) conclui-se que, se a obra tivesse sido terminada, estaríamos perante uma «casa comprida», de formato rectangular, de fachada simétrica, e em cujo centro se viria a dispor o portal de entrada, correspondente ao de simetria.



em pleno centro histórico de Lamego (LMG) (**Fig. 259**). A porta nobre, curiosamente situa-se numa fachada posterior, dá para uma via secundária, sendo admissível que à data de construção essa via secundária, fosse uma via principal.



*FIG. 257 - CASA DA QUINTA DO BAIRRO, SÃO JOÃO DE LOBRIGOS (SMP).*

*(A) FACHADA PRINCIPAL E FACHADA LATERAL.*

*(B) ESCADARIA DE ACESSO AO INTERIOR.*

*(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, JULHO DE 2013).*



*FIG. 258 - SOLAR DOS TENREIROS, EM TORRE DE MONCORVO (TM).*

*FACHADA PRINCIPAL E FACHADA LATERAL ESQUERDA COM ESCADARIA DE ACESSO AO INTERIOR.*

*(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, AGOSTO DE 2013).*



FIG. 259 - CASA DO ASSENTO, LAMEGO (LMG).

(A) FACHADA DIRECCIONADA À VIA PÚBLICA (PRINCIPAL? OU POSTERIOR?).

(B) FACHADA PRINCIPAL? OU POSTERIOR?.

(C) PORTAL NOBRE.

(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, JANEIRO DE 2013).

QUADRO X – Disposição do portal nobre na casa nobre duriense no século XVIII	
Colocação	Casas
No lado esquerdo	<b>BAIXO CORGO</b> Casa da Picota (Santa Cristina, MF) <b>CIMA CORGO</b> Casa do Cão (Ervedosa do Douro, SJP) Casa do Dr. Caiado (Trevões, SJP) Solar dos Braga (Vilarouco, SJP) <b>DOURO SUPERIOR</b> Casa Brasonada de Frechas (Fechas, MDL)
No lado direito	<b>BAIXO CORGO</b> Solar dos Silveira (Canelas, PR) Casa do Outeiro (Cidadelhe, MF) Casa do Caminho de Baixo (Vila Real, VR) Casa da Boa Vista (Cumieira, SMP) Casa da Quinta dos Pinheiros (Sanhoane, SMP) <b>CIMA CORGO</b> Casa e Capela dos Pessanhas (Paradela de Guiães, SBS) Casa do Cimo da Vila (Provesende, SBS) <b>DOURO SUPERIOR</b> Casa dos Cid Leite Pereira (Vila Flor, VF) Casa de Santa Comba (Santa Comba, VNFC)
Na fachada lateral	<b>BAIXO CORGO</b> Casa da Quinta do Bairro (São João de Lobrigos, SMP) Casa do Terreiro (Cidadelhe, MF) Solar dos Tenreiros (Torre de Moncorvo, TM)
Na fachada posterior (?)	<b>BAIXO CORGO</b> Casa do Assento (Lamego)
“Não definido”	<b>BAIXO CORGO</b> Solar da Rede (Mesão Frio, MF) Casa da Porta da Vila (Vila Real, VR) Casa Alvares Mourão (Vila Real, VR) Casa dos Osório (São João de Lobrigos, SMP)

QUADRO X – Disposição do portal nobre na casa nobre duriense no século XVIII	
Colocação	Casas
	<p>Solar da Família Vaz Osório (Peso da Régua, PR)</p> <p>Casa de Sant'Ana (Oliveira, MF)</p> <p>Casa do Vale do Couto (Mesão Frio, MF)</p> <p>Casa da Quinta dos Varais (Cambres, LMG)</p> <p>Casa [designação não identificada] (Sande, LMG)</p> <p>Casa do Poço (Lamego, LMG)</p> <p>Casa da Quinta das Brolhas (Valdigem, LMG)</p> <p><b>CIMA CORGO</b></p> <p>Casa do Seixo com Capela de Santa Rita (Murça, MRÇ)</p> <p>Casa dos Condes de Murça (Murça, MRÇ)</p> <p>Solar dos Sepúlvedas (Favaios, ALJ)</p> <p>Casa [designação não identificada] (Pegarinhos, ALJ)</p> <p>Casa e Capela da Família Santos Melo (Santa Eugénia, ALJ)</p> <p>Casa dos Pizzaro Portocarreiro (Vilar de Maçada, ALJ)</p> <p>Casa da Fonte e Capela de São Francisco (Celeirós do Douro, SBS)</p> <p>Casa da Quinta do Bucheiro (Celeirós do Douro, SBS)</p> <p>Solar de Paulo Pizarro de Carvalho e Melo (Gouvinhas, SBS)</p> <p>Casa dos Taveiras de Macedo (Gouvinhas, SBS)</p> <p>Casa do Vale (Provesende, SBS)</p> <p>Casa de Santa Catarina (Provesende, SBS)</p> <p>Casa dos Azeredos (Sabrosa, SBS)</p> <p>Solar do Fundo de Vila (Tabuaço, TBÇ)</p> <p>Solar dos Gouveias Couraças (Sendim, TABÇ)</p> <p>Casa do Adro (Espinhosa, SJP)</p> <p>Casa dos Soveral (Nagozelo do Douro, SJP)</p> <p>Casa dos Lopes (Nagozelo do Douro, SJP)</p> <p>Casa da Torre das Pedras (Paredes da Beira, SJP)</p> <p>Casa dos Ansiães (Paredes da Beira, SJP)</p> <p>Casa de João Sobral (Soutelo do Douro, SJP)</p> <p>Solar dos Távora (São João da Pesqueira, SJP)</p> <p>Solar dos Caiado Ferrão (Trevões, SJP)</p> <p>Casal do Tralhariz (Castanheiro do Norte, CA)</p> <p><b>DOURO SUPERIOR</b></p> <p>Casa Brasonada na Rua Infante D. Henrique (Torre de Moncorvo)</p> <p>Solar dos Pimentéis (Torre de Moncorvo, TM)</p> <p>Casa do Morgado Leopoldo Henriques (Torre de Moncorvo, TM)</p> <p>Solar do Largo do Soto e Capela de Nossa Senhora do Rosário (Vilas Boas, VF)</p> <p>Solar dos Reimão de Menezes (Lodões, VF)</p> <p>Casa do Sr. Barroso (Lodões, VF)</p> <p>Solar dos Donas-Botto Pinto (Sebadelhe, VFNC)</p> <p>Solar da Vila (Castelo Melhor, VNFC)</p> <p>Casa dos Magistrados (Cedovim, VNFC)</p> <p>Solar dos Asseca (Mós, VNFC)</p> <p>Solar dos Donas-Botto (Muxagata, VNFC)</p>

Quadro-síntese realizado pela autora.

Incluímos ainda no **Quadro X**, um campo de colocação impreciso (“*Não definido*”), em virtude de algumas casas possuírem ao nível do piso térreo mais do que uma porta, não havendo qualquer elemento decorativo e/ou identificativo que permita concluir qual delas corresponde na realidade à entrada nobre<sup>342</sup>. Por outro lado, recordamos a sua relação por vezes determinante com as actividades agrícola e vinícola, e a utilidade das inúmeras portas de entrada para o piso térreo, permitindo o acesso directo às despensas, armazéns, adega, lagar e restantes estruturas de apoio à exploração. Não será, portanto, de estranhar, as inúmeras portas na Casa da Quinta do Bucheiro e na Casa da Fonte, ambas situadas em Celeirós do Douro (SBS) ligadas à produção vinícola (**Fig. 260-261**)<sup>343</sup>. Por contraposição, questionamo-nos sobre a abertura de portas no Solar dos Pimentéis, em Torre de Moncorvo (TM), no Palácio dos Távoras, em São João da Pesqueira (SJP), ou mesmo noutros exemplares que figuram no **Quadro X (Fig. 262-263)**. Todas certamente pensadas e realizadas em articulação com as funcionalidades apontadas, facilitando de igual modo a entrada e saída por parte do pessoal de serviço.

---

<sup>342</sup> Esta imprecisão deve-se às lacunas do nosso conhecimento que, como já atrás ficou dito, se viu limitado pela impossibilidade de visitar todas as casas. É por isso, impossível individualizar qual o portal de entrada. Não sabemos qual era entendido como portal nobre, ou seja, a porta de entrada dos proprietários, sua família e convidados.

<sup>343</sup> Ainda hoje são importantes casas de produção vinícola, presentes no mercado. Consulte-se os respectivos websites de ambas as empresas proprietárias das duas casas. A Casa da Quinta do Bucheiro pertence à Sociedade Agrícola e Comercial da Quinta do Bucheiro, Lda. A informação sobre esta empresa encontra-se disponível in Quinta do Bucheiro. 2020. “Quinta do Bucheiro - Sociedade Agrícola e Comercial da Quinta do Bucheiro”. <http://www.quintadobucheiro.pt/>. Acedido a 10 de Junho de 2020. E, a Casa da Fonte e Capela de São Francisco de Assis é por sua vez, propriedade da Vieira de Sousa – Porto & Douro Wines. Informações sobre a empresa e a referida quinta podem ser consultadas in Vieira de Sousa. 2020. “Vieira de Sousa Port & Douro Wines”. <https://www.vieiradesousa.pt/>. Acedido a 10 de Junho de 2020.





FIG. 260 - CASA DA QUINTA DO BUCHEIRO (CELEIRÓS DO DOURO (SBS).  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, MAIO DE 2014).



FIG. 261 - CASA DA FONTE E CAPELA DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS (CELEIRÓS DO DOURO (SBS).  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, MAIO DE 2014).



FIG. 262 - SOLAR DOS PIMENTÉIS, TORRE DE MONCORVO (TM).  
MARCAÇÃO DE PISO TÉRREO COM ABERTURA DE VÁRIOS PORTAIS DE ACESSO AO INTERIOR.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, AGOSTO DE 2013)



FIG. 263 - PALÁCIO DOS TÁVORAS, SÃO JOÃO DA PESQUEIRA (SJP).  
MARCAÇÃO DE PISO TÉRREO COM ABERTURA DE VÁRIOS PORTAIS DE ACESSO AO INTERIOR.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, JANEIRO DE 2014)

A par da abertura de vários portais secundários, observámos a existência de casas nobre com dois portais nobres, dispostas simetricamente na fachada principal. São disso exemplo a Casa da Porta da Vila, em Vila Real (VR), a Casa Álvares Mourão, em Vila Real (VR) o Solar da Rede, em Mesão Frio (MF) e a Casa do Soveral, em Nagozelo do Douro (SJP) (Fig. 264-265).



*FIG. 264 - CASA DA PORTA DA VILA, VILA REAL (VR).  
ESQUEMA DE VÃOS SIMETRICAMENTE DISTRIBUÍDOS.  
(A) FACHADA PRINCIPAL.  
(B) UM DOS DOIS PORTAIS NOBRES, LADO DIREITO.  
(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, MAIO DE 2013).*



*FIG. 265 - CASA ÁLVARES MOURÃO, VILA REAL (VR).  
FACHADA PRINCIPAL.  
ESQUEMA DE VÃOS SIMETRICAMENTE DISTRIBUÍDOS.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, MAIO DE 2013).*

Relativamente aos elementos decorativos dos portais nobres, se num primeiro momento temos casas concebidas segundo uma linguagem mais vernacular, com portais de molduras de verga recta sem quaisquer ornamentos, como de resto já mencionámos, por outro vamos encontrar portais cujas referências estéticas se

orientam para o mundo clássico, inspirando-se claramente na erudição da herança maneirista e mesmo renascentista<sup>344</sup>.

Os portais nobres da primeira metade do século XVIII possuem na sua grande maioria moldura de verga recta ou dupla. Lateralmente, a moldura é reforçada pela introdução de pilastras, mais ou menos salientes em relação à fachada, com ou sem tratamento da pedra. No caso do granito ser trabalhado, poderá ter inscrito pequenos apontamentos geométricos – desde a simples linha, ao quadrado, ao círculo, ao triângulo ao losângulo, entre outros. De forma a enriquecer o portal, é ainda recorrente o uso de pilastras almofadadas.

Este tipo de decoração de formulação mais clássica acompanhará de resto toda a decoração dos restantes vãos. Entre os exemplares destaca-se a Casa nobre [designação não identificada], em Sande (LMG), a Casa da Corredoura, em Cambres (LMG) e a Casa da Quinta dos Pinheiros, em Sanhoane (SMP), entre várias (**Fig. 266 a 278**), onde é possível acompanhar o desenvolvimento de uma estética mais simples para outra de maior complexidade. Para tal concorre a inserção de uma panóplia ornamental acrescida que inclui motivos como – palmetas, flor-de-lis, volutas, para cita os principais.



FIG. 266 - CASA NOBRE [DESIGNAÇÃO NÃO IDENTIFICADA], SANDE (LMG).

PORTAL NOBRE.

(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, JUNHO DE 2013).



FIG. 267 - CASA DOS VARAIS, CAMBRES (LMG).

PORTAL NOBRE, FACHADA PRINCIPAL.

(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, JUNHO DE 2013).

<sup>344</sup> Veja-se, a este respeito, Azevedo 1988, 55-63.





FIG. 268 - CASA DA CORREDOURA, CAMBRES (LMG).

(A) PORTAL NOBRE.

(B) PORMENOR DE CANTO INFERIOR.

(C) PORMENOR DE CANTO SUPERIOR.

(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, JUNHO DE 2013)



FIG. 269 - CASA DA QUINTA DOS PINHEIROS, SANHOANE (SMP).

(A) PORTAL NOBRE.

(B) PORMENOR DO CANTO INFERIOR.

(C) PORMENOR DO CANTO SUPERIOR.

(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, JULHO DE 2013).



FIG. 270 - CASA DOS SAAVEDRA E CARVALHO, PENAJÓIA (LAMEGO).  
**PORTAL NOBRE.**  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, MAIO DE 2013).



FIG. 271 - CASA DO CAMINHO DE BAIXO, VILA REAL (VR).  
**PORTAL NOBRE.**  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, MAIO DE 2013).



FIG. 272 - CASA DOS ÁLVARES MOURÃO, VILA REAL (VR).  
**PORTAL NOBRE.**  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, JUNHO DE 2013).



FIG. 273 - CASA DA QUINTA DO CÔTTO, CIDADELHE (MF).  
**PORTAL NOBRE.**  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, JULHO DE 2013).



FIG. 274 - CASA DA QUINTA DO PAÇO DE CIDADELHE, CIDADELHE (MF).  
**PORTAL NOBRE.**  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, JULHO DE 2013).



FIG. 275 - SOLAR DO MORGADO DE VILARELHOS (AF).  
**PORTAL NOBRE.**  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, ABRIL DE 2014).



FIG. 276 - CASA DOS RIBEIROS BELEZAS, PROVESENDE (SBS).  
**PORTAL NOBRE.**  
(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, MAIO DE 2014).



FIG. 277 - SOLAR DO MORGADO DE VILARELHOS (AF).  
**PORMENORES DO PORTAL NOBRE: CANTO INFERIOR E SUPERIOR ESQUERDO.**  
(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, ABRIL-MAIO DE 2014).



FIG. 278 - SOLAR DO MORGADO DE VILARELHOS (AF); CASA DOS RIBEIROS BELEZAS, PROVESENDE (SBS).  
**PORMENORES DO PORTAL NOBRE: CANTO SUPERIOR DIREITO.**  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, MAIO DE 2014).

A evolução decorativa processa-se de forma gradual, com a aplicação de novos elementos decorativos, que vão naturalmente enriquecendo o portal nobre e os restantes vãos. Na Região Demarcada do Douro, a partir da segunda metade do século XVIII, o Barroco vai-se impondo precisamente com a sua introdução, que contribui para o preenchimento gradual dos vãos, enriquecendo portais e janelas. Num processo que chega mesmo a tornar exagerada a decoração, já para finais da centúria (Azevedo 1988, 70-71).



Os portais nobres passam então a ser rematados por falsos frontões, frontões triangulares, curvos ou dinâmicos, como os já mencionados, com os tímpanos ornados de diversos elementos florais, vegetais e concheados (**Fig. 279 a 296**). Os ornatos, por seu turno, compreendem um leque bastante variado de folhas, palmetas, acantos, arabescos, flores, rosas, grinaldas, flores-de-lis, óvalos, pérolas, bolas, vieiras, conchas, fitas, laços, tranças, entrelaces, espirais e volutas. Servindo, por vezes, de ligação à pedra-de-armas colocada também sobre o tímpano (**Fig. 297**).

Nos portais mais desenvolvidos, no que toca à decoração barroca, estes ornatos espalham-se ainda pelos cantos inferiores e superiores, pela parte inferior dos balcões e varandas sem excluir as pilastras, colunas ou meias-colunas que os enquadram (**Fig. 291-296**). A par da colocação destes ornatos, por se tratar de elementos estruturais, de grande visibilidade, pode ocorrer um tratamento em relevo, com a participação de figuras geométricas gravadas, almofadas, caneladas, uma simples trepadeira ou disporem-se lisos (**Fig 284-285**). Todos eles podem ainda ser rematados por elementos florais ou pequenos capitéis.



FIG. 279 - CASA DOS SAAVEDRA,  
ERVEDOSA DO DOURO (SJP).  
**PORTAL NOBRE.**  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA,  
JANEIRO DE 2014).



FIG. 280 - SOLAR DOS REGOS,  
SENDIM (TBÇ). **PORTAL NOBRE.**  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA,  
MAIO DE 2014).



FIG. 281 - CASA DA OBRA,  
FAVAÍOLOS (ALJ). **PORTAL NOBRE.**  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA,  
MAIO DE 2014).



FIG. 282 - SOLAR DOS REGOS, SENDIM (TBÇ).  
(A) REMATE DE FRONTÃO DE PORTAL NOBRE.  
(B) PORMENOR DE CANTO SUPERIOR DIREITO.  
(C) PORMENOR DE CANTO INFERIOR ESQUERDO.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, JANEIRO DE 2014).



**FIG. 283 - SOLAR DAS CASAS NOVAS, MÊDA (MD).**  
**PORTAL NOBRE COM COLUNAS INCORPORADAS.**  
**(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, DEZEMBRO DE 2013).**

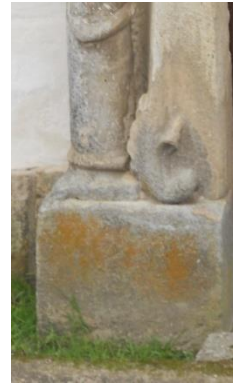


**FIG. 284 - SOLAR DOS CANCELOS, CANCELOS DO MEIO (MD).**  
**PORTAL NOBRE COM COLUNAS INCORPORADAS.**  
**(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, DEZEMBRO DE 2013).**



**FIG. 285 - SOLAR DAS CASAS NOVAS, MÊDA (MD).**  
**(A) PORMENOR DO CANTO SUPERIOR DIREITO DO PORTAL NOBRE.**  
**(B) DETALHE DO CANTO INFERIOR DIREITO DO PORTAL NOBRE.**  
**(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, DEZEMBRO DE 2013).**





*FIG. 286 - SOLAR DOS CANCELOS, CANCELOS DO MEIO (MD).  
(A) PORMENOR DO CANTO SUPERIOR ESQUERDO DO PORTAL NOBRE.  
(B) DETALHE DE CANTO INFERIOR ESQUERDO DO PORTAL NOBRE.  
(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, DEZEMBRO DE 2013).*



*FIG. 287 - SOLAR DOS SAMPAIO DE  
ALMEIDA, MÊDA (MD).  
PORTAL NOBRE.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA,  
DEZEMBRO DE 2013).*



*FIG. 288 - CASA GRANDE DE  
FREIXO DE NUMÃO (VNFC).  
PORTAL NOBRE.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA  
AUTORA, DEZEMBRO DE 2013).*



*FIG. 289 - SOLAR DA FAMÍLIA  
AGUILAR, SEIXAS DO DOURO  
(VNFC).  
PORTAL NOBRE.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA,  
DEZEMBRO DE 2013).*





FIG. 290 - CASA GRANDE DE ALMENDRA (VNFC).  
(A) PORTAL NOBRE.  
(B) REMATE INFERIOR DE BALCÃO.  
(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, DEZEMBRO DE 2013).



FIG. 291 - CASA GRANDE DE ALMENDRA (VNFC).  
(A) PORMENOR DE CANTO SUPERIOR DIREITO DO PORTAL NOBRE.  
(B) DETALHE DE CANTO INFERIOR DIREITO DO PORTAL NOBRE.  
(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, DEZEMBRO DE 2013).



*FIG. 292 - CASA DE N. SRA. DA CONCEIÇÃO, CEDOVIM (VNFC).  
PORTAL NOBRE.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, DEZEMBRO DE 2013).*



*FIG. 293 - CASA DE N. SRA. DA CONCEIÇÃO, CEDOVIM (VNFC).  
(A) PORMENOR DE CANTO SUPERIOR ESQUERDO DO PORTAL NOBRE.  
(B) DETALHE DE CANTO INFERIOR ESQUERDO DO PORTAL NOBRE.  
(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, DEZEMBRO DE 2013).*



*FIG. 294 - CASA DO CABO, SÃO JOÃO DA PESQUEIRA (SJP).  
PORTAL NOBRE.  
(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, JANEIRO DE 2014).*



*FIG. 295 - CASA DO CABO, SÃO JOÃO DA PESQUEIRA (SJP).  
(A) PORMENOR DE CANTO SUPERIOR ESQUERDO DE PORTAL NOBRE.  
(B) REMATE INFERIOR DE BALCÃO.  
(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, JANEIRO DE 2014).*





FIG. 296 - SOLAR DOS LEMOS, VILA FLOR (VF).

(A) PORTAL NOBRE.

(B) PORMENOR DE REMATE CENTRAL DE PORTAL NOBRE.

(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, ABRIL DE 2014).

Os exemplares são inúmeros<sup>345</sup>, o que dificulta uma descrição completa, mesmo tendo em conta, a análise global a que procedemos sobre o conjunto. Ainda assim, é possível concluir que os portais nobres barrocos se observam nos casos identificados do Cima Corgo, com destaque para a já mencionada Casa do Cabo, em São João da Pesqueira (SJP); mas também, do Douro Superior, sub-área que temos vindo a salientar, como aquela onde se detecta um maior número de casas barrocas, desde o concelho de Vila Nova de Foz Côa, Mêda, Vila Flor, Torre de Moncorvo, entre outros<sup>346</sup>. Relativamente ao Baixo Corgo, parece-nos que a preocupação decorativa se restringiu sobretudo aos casos localizados em contexto urbano, derivado ao contacto destas casas com a via pública e a pretensão das famílias em demonstrarem o seu poder social. Veja-se os casos da Casa da Quinta do Côtto e a Casa da Quinta do Paço, ambas em Cidadelhe (MF), que embora integradas em quintas agrícolas são exemplares de um Barroco inicial. Ali é possível visualizar a evolução que se operou de um Barroco mais clássico, vindo do século XVII, ainda muito depurado, para uma linguagem, que aos poucos vai adquirindo alguma movimentação, proporcionada pela novidade dos frontões dinâmicos e ornamentos em excesso.

<sup>345</sup> Para tal aconselhamos a consulta do Vol. III - Fichas de inventário (parte I, II e III) onde se poderá avaliar melhor a diversidade de casas, tipos, modelos e elementos decorativos e arquitectónicos identificados no decorrer desta investigação.

<sup>346</sup> Veja-se as casas identificadas no Cima Corgo e Douro Superior, em Vol. III - Fichas de inventário, parte II e III.

Em contraposto a este Barroco exuberante, e já muito próximo da estética *rocaille*<sup>347</sup>, encontraram-se duas casas cujos portais, a par da restante decoração dos outros vãos remetem claramente para a arquitectura e decoração maneirista com um acabamento rústico<sup>348</sup>. Refiro-me à Casa dos Brolhas, em Lamego (LMG), datada de 1777, cujo tratamento da pedra com almofadas dispostas em leque se aproxima do rusticado (**Fig. 298**). É uma solução de certo efeito, que se comunica a todo o alçado, fazendo sobressair os os elementos da parede lisa, uma vez que se estende à moldura dos vãos – janelas e portas, bem como à dos elementos estruturais – frisos, pilastras, frontão, entre outros.



FIG. 297 - CASA DOS BROLHAS, LAMEGO (LMG).

(A) FACHADA PRINCIPAL.

(B) PORTAL NOBRE.

(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, JUNHO DE 2013).

<sup>347</sup> O Rococó em Portugal tem sido mais recentemente estudado por Eduardo Pires de Oliveira que, após os trabalhos pioneiros e ainda fundamentais de Robert Smith (1949a; 1949b; 1968; 1971), se tem centrado na obra de André Soares e o foco bracarense. Aconselhamos a leitura de: Oliveira, Eduardo Pires de. 2012. “André Soares e o rococó do Minho” Tese de Doutoramento, Universidade do Porto; Oliveira, Eduardo Pires de. 2013. *Os Alvores do Rococó em Guimarães e Outros Estudos Sobre o Barroco e o Rococó do Minho*. Braga: Edições APPACDM Distrital de Braga; Oliveira, Eduardo Pires de. 2019. *Braga de André Soares*. Braga: Centro Atlântico.

Na sequência da investigação empreendida por aquele historiador, encontra-se em fase de preparação um número temático da revista *ARTIS - Revista de História da Arte e Ciências do Património* 8 (2020), dedicado precisamente ao Rococó.

<sup>348</sup> A este respeito, veja-se o artigo de Ackerman, James S. 1983. “The Tuscan/Rustic Order: A Study in the Metaphorical Language of Architecture.” *Journal of the Society of Architectural Historians* Vol. 42, No. 1 (Mar.): 15-34.

Semelhante tratamento recebe o portal da fachada interior<sup>349</sup> do Solar das Torres de Oliveira, em Mesão Frio (MF) (**Fig. 299**). De nítida inspiração clássica, é ladeado por duas colunas assentes em plintos, e coroado por frontão triangular interrompido, onde se inseriu uma pedra-de-armas ladeada por dois pináculos piramidais. O tratamento da pedra indica um rusticado erudito, já que se evidenciam linhas horizontais, ao invés, das diagonais que podemos observar na Casa dos Brolhas.

Ambos os exemplares foram retirados de modelos criados e reproduzidos no tratado *Extraordinario Libro* (1551) de Sebastiano Serlio<sup>350</sup> (**Fig. 300**). Confrontando as gravuras n.º I, II, III, V, XXIII e XXX imediatamente se comprova ter sido essa a fonte utilizada, o que não é surpreendente. A influência de Serlio foi enorme na arquitectura portuguesa da época Moderna, estendendo-se até a outros domínios como os retábulos de talha dourada. Isto só ilustra as referências teóricas ao alcance dos mestres-de-obras responsáveis pela edificação de ambas as casas e que certamente não teriam ficado só por aqui<sup>351</sup>.

<sup>349</sup> Ao mesmo tempo fachada secundária, já que, como descrevemos antes, este Solar possui duas fachadas principais derivado à planta em U.

<sup>350</sup> Consulte-se: Serlio, Sebastiano. 1551. *Livre extraordinaire... Extraordinario libro...* Lyon: J. de Tournes.

<sup>351</sup> Foi nossa intenção inicial abranger na presente investigação a pesquisa sobre as fontes relacionadas com a tratadística e a literatura artística. No entanto, a dificuldade com que nos defrontámos em aceder a estas casas e respectivos arquivos particulares levou-nos a colocar de parte esse objectivo. Mas, recorremos às leituras possíveis no sentido de nos darem pistas sobre o eventual acesso a que mestres-de-obras, pedreiros e arquitectos tiveram da tratadística. A par deles, supomos que muitos encomendantes tinham conhecimento das publicações em torno do tema, e inclusive alguns nas suas próprias bibliotecas. De certo modo, foi o que procuramos evidenciar no capítulo anterior, com o exemplar da Casa do Meio, em Sanhoane (SMP), em que o próprio encomendante interveio na edificação da sua casa, mostrando ser conhecedor da prática e teoria arquitectónica. O mesmo se terá aplicado na Casa do Morgado de Leopoldo Henriques, em Torre de Moncorvo (TM).

Sobre o tema consulte-se: AA.VV. 2011. *Tratados de Arte em Portugal / Art Treatises in Portugal*, coord. Rafael Moreira e Ana Duarte Rodrigues. Lisboa: Scribe; e, Wiebenson, Dora. 1988. *Los tratados de Arquitectura. De Alberti a Ledoux*. Trad. Pilar Vazquez Alvarez. Madrid: Ed. H. Blume.



FIG. 298 - SOLAR DAS TORRES DE OLIVEIRA, MESÃO FRIO (MF).  
 (A) FACHADA DIRECCIONADA À ENTRADA E VIA PÚBLICA (INTERIOR DE U).  
 (B) PORTAL NOBRE.  
 (FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, JULHO DE 2013).

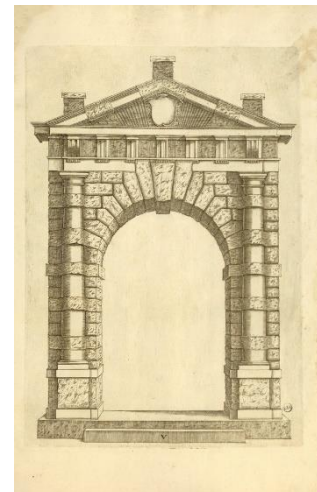


FIG. 299 - PORTAIS RÚSTICOS DE SEBASTIANO SERLIO.  
 (FONTE: SERLIO, SEBASTIANO. 1551. LIVRE EXTRAORDINAIRE... EXTRAORDINARIO LIBRO... LYON: J. DE TOURNES.  
 PLANCHES NR. I, II, III, V, XXIII E XXX.  
 DISPONÍVEL IN [HTTP://ARCHITECTURA.CESR.UNIV-TOURS.FR/TRAITE/IMAGES/LES1745INDEX.ASP.](http://ARCHITECTURA.CESR.UNIV-TOURS.FR/TRAITE/IMAGES/LES1745INDEX.ASP.))



Uma outra situação com que nos deparámos prende-se com a inexistência decorativa do portal nobre, recaindo todo o esforço decorativo em outros portais da casa. É disso exemplo, o Solar do Morgado de Vilarelhos, em Vilarelhos (AF), que na ausência de um portal nobre possui um conjunto de portais secundários (**Fig. 301-302**). A decoração que geralmente observamos no portal nobre recaiu na realidade sobre o portal da Capela de Santo António da Alegria, de que já pudemos falar e colocar em evidência. Observando o programa decorativo do solar verifica-se que toda a carga decorativa se concentra na capela, ao invés da casa, sobressaindo naturalmente a primeira em relação à segunda. Facto curioso, é que a fachada desta casa adoptou o modelo da entrada nobre definido por portal nobre-janela-balcão, que se encontra presente num conjunto de casas do Douro Superior, algumas das quais atrás mencionadas - a Casa de Almendra e Casa de Nossa Senhora da Conceição, em Cedovim, ambas em Vila Nova de Foz Côa (VNFC), ou o Solar das Casas Novas e o Solar dos Cancelos, ambas na Mêda (MD).



FIG. 300 - SOLAR DO MORGADO DE VILARELHOS, VILARELHOS (AF).  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, ABRIL DE 2014).



FIG. 301 - SOLAR DO MORGADO DE VILARELHOS, VILARELHOS (AF).

(A) CAPELA DE SANTO ANTÓNIO DA ALEGRIA.

(B) REMATE INFERIOR DO BALCÃO.

(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, ABRIL DE 2014).

Ao nível decorativo, o mesmo se observa no caso das residências cujas são antecedidas por extensos muros onde se inscrevem portais de entrada<sup>352</sup>. Ou seja, ao invés do portal nobre da casa apresentar uma decoração mais carregada em relação a outros elementos, é no portal da propriedade que recairá toda a decoração. Tal pode explicar-se por este ser o primeiro elemento da casa em contacto com a via pública. Vejam-se os exemplares do Solar dos Silveira, em Canelas (PR), da Casa da Quinta de São Jorge, em Favaíes (ALJ), da Casa de Santa Ana, em Oliveira (MF), do Solar dos Gouveia Couraça, em Sendim (TBC) do Solar dos Pizarro Portocarreiro, em Vilar de Maçada (ALJ) ou da Casa do Poço, em Lamego, além de outras mais (**Fig. 303 a 305**).

<sup>352</sup> Como já fizemos menção, os portais ou portadas foram alvo de estudo por Paiva 2011.



FIG. 302 - SOLAR DOS SILVEIRAS,  
CANELAS (PR).  
PORTAIS.  
(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA,  
MAIO DE 2014).



FIG. 303 - CASA DA QUINTA DE SÃO  
JORGE, FAVAIOS (ALJ).  
PORTAIS.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA,  
JULHO DE 2013).



FIG. 304 - CASA DE SANTA  
ANA, OLIVEIRA (MF).  
PORTAIS.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA  
AUTORA, JULHO DE 2013).

A par da entrada nobre mais elementos se rasgam ao longo da fachada. O eixo central é ladeado por janelas<sup>353</sup>, quer ao nível do piso térreo, quer do piso nobre, havendo uma clara distinção ornamental entre os dois pisos. Como sabemos já, existe uma notória preocupação decorativa pelos vãos do piso nobre, concentrando este maior número de elementos decorativos. Não obstante, salientamos que as casas edificadas na primeira metade do século XVIII, à semelhança dos portais, recebem uma decoração muito simples, pelo que frequentemente o piso nobre não é tratado de acordo com essa distinção ornamental. Ela só se observa a partir da segunda metade do século XVIII, e de uma forma gradual, quando a arte e a arquitectura se vai convertendo às novidades do Barroco, levando a que os vãos destas casas sejam tratados com alguma sobrecarga decorativa. Daí a diversidade dos tipos decorativos das janelas, susceptível no entanto de uma sistematização esquemática. No piso nobre da casa nobre duriense encontram-se, pois, os seguintes modelos de janela:

<sup>353</sup> A maioria das janelas possui caixilharia de madeira, supondo-se que alguns delas ainda sejam originais. Outras apresentam já caixilhariias de alumínio, fruto de obras de beneficiação e remodelação, algumas das quais sem qualquer respeito pelos materiais originais, descontextualizando por completo o edifício. Em determinados casos é a própria cor dos alumínio que desvirtua o conjunto.

1) *janelas de sacada moldura de verga terminada em cornija dupla ou tripla, com balcão de guarda de ferro, e assentes em duas ou três mísulas decoradas e dispostas em friso horizontal que se estende ao longo da fachada.* Em alguns casos estes frisos são decorados, como vimos. Nos exemplares observados, todas as janelas se interligam às do piso térreo, geralmente de menor dimensão e aparato decorativo. Este tipo encontra-se sobretudo nas casas edificadas do Baixo Corgo e Cima Corgo, como na Casa de Santiago, em Vila Marim (MF); Casa da Quinta do Bairro, em São João de Lobrigos (SMP); Solar dos Osórios, em Peso da Régua (PR); Casa da Quinta dos Varais, em Cambres (LMG); Casa nobre (designação não identificada) em Sande (LMG); Casa da Corredoura, em Cambres (LMG); Casa de Santa Catarina, em Provesende (SBS); Solar do Dr. Caiado Ferrão, em Trevões (SJP), entre outros (Fig. 306 a 312).



FIG. 305 - CASA (DESIGNAÇÃO NÃO IDENTIFICADA) SANDE (LMG).  
JANELAS DE SACADA DE CORNIJA DUPLA OU TRIPLA.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, JUNHO DE 2013).



FIG. 306 - CASA DA CORREDOURA, CAMBRES (LMG).  
JANELAS DE SACADA DE CORNIJA DUPLA OU TRIPLA, FACHADA PRINCIPAL.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, JUNHO DE 2013).



FIG. 307 - CASA DA QUINTA DO BAIRRO, SÃO JOÃO DE LOBRIGOS (SMP).  
JANELAS DE SACADA DE CORNIJA DUPLA OU TRIPLA, FACHADA PRINCIPAL.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, JUNHO DE 2013).



FIG. 308 - SOLAR DOS OSÓRIOS, PESO DA RÉGUA (PR).  
JANELAS DE SACADA DE CORNIJA DUPLA OU TRIPLA, FACHADA PRINCIPAL.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, JUNHO DE 2013).



2) *Janelas de sacada com lintel recto saliente, apoiadas em duas ou três mísulas, ou numa base proeminente, dispostas ao longo de friso horizontal.* Este tipo de janela parece ter sido um modelo muito seguido no Baixo Corgo e em particular nos concelhos de Vila Real, Peso da Régua, Mesão Frio e Santa Marta de Penaguião<sup>354</sup> (Fig.309 a 312). Aspecto que se poderá relacionar com a circulação dos artistas, e a construção de determinadas casas pelos mesmos mestres-de-obras.



FIG. 309 - CASA DOS  
BROCAS, VILA REAL  
(VR).  
JANELAS DE SACADA  
COM LINTEL RECTO  
SALIENTE.  
(FONTE: FOTOGRAFIA  
DA AUTORA, MAIO DE  
2013).



FIG. 310 - CASA GRANDE,  
POIARES (PR).  
JANELAS DE SACADA COM  
LINTEL RECTO SALIENTE.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA  
AUTORA, MAIO DE 2013).



FIG. 311 - CASA DA  
PICOTA, MESÃO FRIO  
(MF)<sup>355</sup>.  
JANELAS DE SACADA COM  
LINTEL RECTO SALIENTE.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA  
AUTORA, JULHO DE  
2013).



FIG. 312 - SOLAR DA  
REDE, MESÃO FRIO  
(MF).  
JANELAS DE SACADA  
COM LINTEL RECTO  
SALIENTE.  
(FONTE: FOTOGRAFIA  
DA AUTORA, MAIO E  
JULHO DE 2013).

3) *janelas de sacada com frontão curvo saliente, apoiadas em duas ou três mísulas, ou numa base proeminente, dispostas ao longo de friso horizontal.* Este tipo procede também dos anteriores, com a particularidade de apresentar frontão curvo, de nítida inspiração clássica. Entre os exemplares destacam-se a Casa da Fonte, em Celeirós do Douro (SBS) e a Casa de Bernardo Lemos, em Vilarinho de São Romão (SBS) (Fig. 313-314). Ambas repetem o mesmo tipo de fachada, e por consequência, o mesmo modelo de vãos do piso nobre e piso térreo. No piso nobre, foram rasgadas um certo número de

<sup>354</sup> A repetição deste tipo de janela foi também evidenciada no estudo sobre as fachadas da casa nobre duriense que realizámos em torno desses concelhos. Veja-se Glória 2019b.

<sup>355</sup> Diferem das restantes no que toca à parte inferior, uma vez que se apoiam em bacia curva decorada por faixas curvas. Mas a moldura aponta para a dos restantes exemplares.

janelas com moldura terminada em cornija contracurvada, formando falsos frontões sem retorno, cada uma delas assentes em duas mísulas volutas, que por sua vez se interligam a pequenas janelas rectangulares. Se as pilastras ao centro não fizessem parte da segunda casa, em Vilarinho de Romão, as duas seriam exactamente iguais. São muito possivelmente da autoria dos mesmos mestres-de-obras, suposição que ainda carece de comprovação documental, até ao momento impossível de apurar.



FIG. 313 - CASA DA FONTE E CAPELA DE SÃO FRANCISCO, CELEIRÓS DO DOURO (SBS).

(A) FACHADA PRINCIPAL.

(B) MODELO DE VÃO DO PISO NOBRE E TÉRREO.

(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, MAIO DE 2014).



FIG. 314 - CASA DE BERNARDO DE LEMOS, VILARINHO DE SÃO ROMÃO (SBS).

(A) FACHADA PRINCIPAL.

(B) MODELO DE VÃO DO PISO NOBRE E TÉRREO.

(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, MAIO DE 2014).

4) *Janelas de sacada com frontão triangular saliente, apoiadas em duas ou três mísulas, dispostas ao longo de friso horizontal.* Ao contrário do modelo anterior, parece não ter grande utilização, sendo o exemplo mais relevante o que encontramos na fachada principal, na ponta do U, e ao longo das janelas laterais da Casa de Mateus, em Mateus (VR) (**Fig. 315**).

5) *Janelas de sacada com frontão triangular, e apoiadas em duas ou três mísulas, dispostas ao longo de friso horizontal.* Este modelo de janela não se esgota e o frontão passa a integrar a moldura da janela, numa clara assunção à herança clássica. Vemo-la na Casa da Quinta dos Pinheiros, em Sanhoane (SMP), na Casa Álvares Mourão, em Vila Real (VR), Casa de Sant'Ana, em Oliveira (MF) e na Casa do Assento, em Lamego (LMG) (**Fig. 316 a 319**).



FIG. 315 - CASA DE MATEUS, VILA REAL (VR). JANELAS DO PISO NOBRE COM FRONTÃO TRIANGULAR, (FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, MAIO DE 2013).



FIG. 316 - CASA DA QUINTA DOS PINHEIROS, SANHOANE (SMP). JANELAS DO PISO NOBRE COM FRONTÃO TRIANGULAR, (FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, MAIO DE 2013).



FIG. 317 - CASA ALVARES MOURÃO, VILA REAL (VR). JANELAS DO PISO NOBRE COM FRONTÃO TRIANGULAR. (FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, JULHO DE 2013).





FIG. 318 - CASA DE SANTA ANA, OLIVEIRA (MF).  
JANELAS DO PISO NOBRE COM FRONTÃO TRIANGULAR.  
(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, MAIO DE 2013).



FIG. 319 - CASA DO ASSENTO, LAMEGO (LMG).  
JANELAS DO PISO NOBRE COM FRONTÃO TRIANGULAR.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, JULHO DE 2013).

6) *Janelas de sacada com frontão interrompido*. É sobretudo a partir da segunda metade do século XVIII, e com particular incidência na década de 1750 e depois na de 1770 e 1780 que os vãos passam a apresentar uma maior carga decorativa. É um dos primeiros tipos com frontão interrompido, abrindo caminho a outros modelos semelhantes. No espaço vazio deixado pelo frontão interrompido foram inseridos pequenos elementos decorativos – vasos, palmetas, pinhas, florões, volutas ou mesmo a pedra-de-armas.

Também este modelo de janela conhece inúmeros exemplares, desde as janelas de sacada central com pedra-de-armas do Solar dos Viscondes de Santa Marta de Penaguião, em São João de Lobrigos (SMP) às da Casa da Quinta do Paço, em Cidadelhe (MF), nas quais se observa uma nítida aproximação às janelas barrocas e *rocóco* que terão grande divulgação e uso no Douro Superior, como analisaremos (Fig.320-321). O mesmo se passa com o das janelas com frontão de volutas, adoptado em alguns exemplares, a começar por todas fachadas do Solar do Silveira, em Canelas (PR) e da Casa de Mateus, em Mateus (VR), ou mesmo na Casa do Terreiro, em Cidadelhe (MF) (Fig. 322-324). Destacamos esta última, cujo tipo de fenestração, à semelhança do Solar

de Canelas revela um esquema decorativo muito regular e repetitivo em todas as fachadas, com excepção da posterior, isenta de qualquer tratamento.

Encontramos ainda janelas com frontão interrompido pela inserção de motivos vegetalistas, florais e outros, na Casa de Mateus, em Mateus (VR) e na Casa Brasonada de Frechas, em Frechas (MDL) (**Fig. 325**).



FIG. 320 - SOLAR DO VISCONDE SANTA MARTA, SÃO JOÃO DE LOBRIGOS (SMP).

**JANELA CENTRAL DE PISO NOBRE DE FRONTÃO INTERROMPIDO POR BRASÃO.**

(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, JULHO DE 2013).



FIG. 321 - CASA DA QUINTA DO PAÇO DE CIDADELHE, CIDADELHE (MF).

**JANELA CENTRAL DE PISO NOBRE COM FRONTÃO INTERROMPIDO POR BRASÃO.**

(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, JULHO DE 2013).



FIG. 322 - CASA DO TERREIRO, CIDADELHE (MF).

**(A) FACHADA PRINCIPAL.**

**(B) JANELA DE FRONTÃO COM VOLUTAS, PISO NOBRE DA FACHADA PRINCIPAL.**

(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, JULHO DE 2013).





FIG. 323 - SOLAR DOS SILVEIRA, CANELAS (PR).

(A) ) FACHADA PRINCIPAL.

(B) PORTAL NOBRE E JANELA DE FRONTÃO COM VOLUTAS (PISO TÉRREO/NOBRE).

(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, JULHO DE 2013).



FIG. 324 - CASA DE MATEUS, VILA REAL (VR).

JANELA DE FRONTÃO COM VOLUTAS E INTERROMPIDO, PISO NOBRE DA FACHADA PRINCIPAL E INTERIOR DE ALAS.

(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, MAIO DE 2013).



FIG. 325 - CASA BRASONADA DE FRECHAS (MDL).  
 JANELAS DO PISO NOBRE COM FRONTÃO INTERROMPIDO COM ELEMENTOS FLORAIS E CONHAS.  
 (FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, ABRIL DE 2014).

7) Janelas com frontão diverso – triangular, curvo, complexo ou interrompido, com remate inferior recto<sup>356</sup>. Este é também um dos tipos mais simples de janelas características da segunda metade do século XVIII, assinalado pelo classicismo inicial que marcou as primeiras manifestações barrocas ainda filiadas numa linguagem maneirista e renascentista. O dinamismo barroco manifesta-se sobretudo no frontão, apresentando remate inferior recto, sem qualquer elemento decorativo associado (Fig. 326-327).

<sup>356</sup> Partindo deste tipo de janelas, e mesmo do seguinte, seria naturalmente possível proceder à discriminação de variantes, dado o número e diversidade dos edifícios da Região Demarcada do Douro. Mas interessava-nos mais averiguar os tipos de janelas e não tanto as suas variantes, pelo que optámos por agrupar suas as características principais.





*FIG. 326 - CASA DA PORTELADA, SEDIELOS (PR).  
JANELAS COM FRONTÃO DIVERSO E REMATE RECTO,  
PISO NOBRE DA FACHADA PRINCIPAL.  
(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, JULHO DE 2013).*



*FIG. 327 - CASA DA QUINTA DO  
CÔTTO, CIDADELHE (MF).  
JANELAS COM FRONTÃO DIVERSO E  
REMATE RECTO, PISO NOBRE DA  
FACHADA PRINCIPAL.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA,  
JULHO DE 2013).*

*8) Janelas com frontão diverso e remate inferior de avental.* Na sequência do tipo da janela anterior, desenvolveu-se um tipo de janela com avental e aba circular, que vai evoluindo progressivamente para um avental com bico, inscrevendo um ou outro elemento gravado (**Fig. 328-336**).



*FIG. 328 - CASA DO FUNDO DO POVO, PERSEGUEDA (PR).  
JANELAS COM FRONTÃO DIVERSO E REMATE INFERIOR DE  
AVENTAL, PISO NOBRE DA FACHADA PRINCIPAL.  
(FONTE: SIPA FOTO.0167274).*



*FIG. 329 - CASA DA BOA VISTA, CUMIEIRA (SMP).  
JANELA COM FRONTÃO DIVERSO E REMATE INFERIOR  
DE AVENTAL, PISO NOBRE DA FACHADA PRINCIPAL.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, JULHO DE  
2013).*



**FIG. 330 - PAÇO EPISCOPAL DE TREVÕES (SJP).  
JANELAS COM FRONTÃO DIVERSO E REMATE INFERIOR  
DE AVENTAL, PISO NOBRE DA FACHADA PRINCIPAL.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, JANEIRO DE  
2014).**



**FIG. 331 - CASA DOS LOPES (?), NAGOZELO DO  
DOURO (SJP).  
JANELAS COM FRONTÃO DIVERSO E REMATE INFERIOR  
DE AVENTAL, PISO NOBRE DA FACHADA PRINCIPAL.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, JANEIRO DE  
2014).**



**FIG. 332 - CASA DO  
EXTREMADOURO, FONTELAS  
(PR).  
JANELAS COM FRONTÃO  
DIVERSO E REMATE INFERIOR  
DE AVENTAL COM BICO, PISO  
NOBRE DA FACHADA  
PRINCIPAL.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA  
AUTORA, JULHO DE 2013).**



**FIG. 333 - CASA DOS FRAGOSOS,  
MESÃO FRIO (MF).  
JANELAS COM FRONTÃO DIVERSO  
E REMATE INFERIOR DE AVENTAL  
COM BICO, PISO NOBRE DA  
FACHADA PRINCIPAL.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA  
AUTORA, JULHO DE 2013).**



**FIG. 334 - CASA BRASONADA EM SANTA  
COMBA (VNFC).  
JANELAS COM FRONTÃO DIVERSO E  
REMATE INFERIOR DE AVENTAL COM  
BICO, PISO NOBRE DA FACHADA  
PRINCIPAL.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA,  
DEZEMBRO DE 2013).**





FIG. 335 - SOLAR DOS CORTE REAL, VILAROUCO (SJP).

JANELAS COM FRONTÃO DIVERSO E REMATE INFERIOR DE AVENTAL COM BICO, PISO NOBRE DA FACHADA PRINCIPAL.

(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, JANEIRO DE 2014).



FIG. 336 - CASA DO ARCO, VILA REAL (VR).

JANELAS COM FRONTÃO DIVERSO E REMATE INFERIOR DE AVENTAL COM BICO, PISO NOBRE DA FACHADA PRINCIPAL.

(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, MAIO DE 2013).

9) *Janela com frontão diverso e rematada por brincos*. O tipo de janela com remate inferior de avental simples (curvo ou de dentes rectos), que evolui para o remate em bico, parece-nos culminar no avental com brincos, e por fim, unicamente para o uso de falsos brincos ou pingentes (um, dois ou três elementos) (Fig. 337-353). Correspondem estes a pequenos remates decorativos dos cantos das janelas, inspirados nas franjas de cortinados e sanefas, pormenor muito generalizado no norte do País, e em especial na extensa região duriense (Azevedo 1988, 84).

A evolução do modelo de janelas parece-nos culminar na versão que integra elementos decorativos diversificados (florais, vegetalistas e outros) no avental. Encontram-se flores, folhas, conchas, fitas, bolas e enrolados, tanto nos frontões, como nos remates inferiores, e que aos poucos vão adquirindo autonomia, para atingir a sua máxima expressão no tipo de janelas que se seguem. Esse modelo observa-se sobretudo a partir da segunda metade do século XVIII e teve particular incidência nas décadas sucessivas.



FIG. 337 - CASA DO VALE, PROVESENDE (SBS). JANELA DO PISO NOBRE DA FACHADA PRINCIPAL. (FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, MAIO DE 2014).



FIG. 338 - CASA DA QUINTA MARIA VAZ, TABUAÇO (TBÇ). JANELA DO PISO NOBRE DA FACHADA PRINCIPAL. (FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, MAIO DE 2013).



FIG. 339 - CASA DO CAMINHO DE BAIXO, VILA REAL (VR). JANELA DO, PISO NOBRE DA FACHADA PRINCIPAL. (FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, ABRIL DE 2014).



FIG. 340 - SOLAR DOS CASTROS, ALIJÓ (ALJ). JANELA DO PISO NOBRE DA FACHADA PRINCIPAL. (FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, MAIO DE 2013).



FIG. 341 - SOLAR DA QUINTA DO SERRADO, SANHOANE (SMP). JANELA DO PISO NOBRE DA FACHADA PRINCIPAL. (FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, MAIO DE 2013).



FIG. 342 - CASA DO CONDE, FREIXIEL (VF). JANELA PISO NOBRE DA FACHADA PRINCIPAL. (FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, ABRIL DE 2014).



FIG. 343 - CASA DOS SAAVEDRA E CARVALHO, PENAJÓIA (LMG).  
JANELA DO PISO NOBRE DA FACHADA PRINCIPAL.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, JULHO DE 2013).



FIG. 344 - CASA NA ESTRADA NACIONAL N.2, CUMIEIRA (SMP). JANELA DO PISO NOBRE DA FACHADA PRINCIPAL.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, MAIO DE 2013).



FIG. 345 - CASA DA QUINTA DE VILA-COVA, VILA MARIM (MF). JANELA DO PISO NOBRE DA FACHADA PRINCIPAL.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, JULHO DE 2013).



FIG. 346 - SOLAR DO VISCONDE SANTA MARTA, SÃO JOÃO DE LOBRIGOS (SMP).  
JANELA DO PISO NOBRE DA FACHADA PRINCIPAL.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, MAIO DE 2013).



FIG. 347 - PALÁCIO DOS SERPAS, LAMEGO (LMG).  
JANELA DO PISO NOBRE DA FACHADA PRINCIPAL.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, JULHO DE 2013).



FIG. 348 - CASA DA QUINTA DO MEIO, SANHOANE (SMP).  
JANELA DO PISO NOBRE DA FACHADA PRINCIPAL.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, JULHO DE 2013).



*FIG. 349 - CASA DOS PINTO, SÃO JOÃO DA PESQUEIRA (SJP).  
JANELA DO PISO NOBRE DA FACHADA PRINCIPAL.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, JANEIRO DE 2014).*



*FIG. 350 - CASA DAS TORRES DE OLIVEIRA, OLIVEIRA (MF).  
JANELA DO PISO NOBRE DA FACHADA PRINCIPAL.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, JULHO DE 2013).*



*FIG. 351 - CASA DA QUINTA DO PAÇO DE CIDADELHE, CIDADELHE (MF).  
JANELAS DO PISO NOBRE DA FACHADA PRINCIPAL.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, JULHO DE 2013).*





FIG. 352 - SOLAR DAS CASAS NOVAS, MÊDA (MD).  
JANELA DO PISO NOBRE DA FACHADA PRINCIPAL.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, DEZEMBRO DE 2013).



FIG. 353 - PAÇO EPISCOPAL DE LAMEGO (LMG).  
JANELA DO PISO NOBRE DA FACHADA PRINCIPAL.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, JUNHO DE 2013).

10) *Janela com frontão diverso e rematada por elementos decorativos diversos.* O modelo de casa de maior esplendor é o de janelas barrocas com frontão diverso, rematadas superior e inferiormente por múltiplos elementos decorativos. Entre eles deparamos com aletas, bolas, espirais, rendilhados, volutas, festões de flores, fitas, folhas-de-acanto, flores-de-lis, formas naturais de suporte, rosas, rosetas, grinaldas, conchas, concheados, e alguns mais de natureza vária.

A excessiva decoração que se encontra resulta em alguns casos da conjugação de aspectos dos modelos de janela anteriormente referidos. É disso exemplo, a Casa do Cabo, em São João da Pesqueira (SJP), a que regressamos mais uma vez (**Fig. 361 a 364**). A fachada é uma das mais extensas entre as casas da Região Demarcada do Douro, e a sua composição, simétrica. Ao nível decorativo sobressai o piso nobre, pela forma e altura dos respectivos vãos. Cada janela é decorada com motivos próprios e diferenciados, particularidade especialmente reveladora do cuidado posto na sua edificação. Como reforçou Filinto Girão Osório (2006, 186), na Casa do Cabo “(...) *o facto de nas suas fachadas não haver duas janelas com molduras iguais é aqui distintivo e exclusivo, situação que ocorre em nenhum outro solar da região de Entre-Côa-e-Távora*”. Este tipo de janelas insere-se no tipo de fachadas que encontramos no Cima Corgo e Douro Superior, numa extensa lista de que fazem parte: as casas e solares de Solar dos Caiado Ferrão em Trevões; o Solar dos Corte Real, em Vilarouco (ambos de SJP); a

referida Casa do Cabo; o Solar do Morgado de Vilarelhos (AF); o Solar dos Pimentéis, em Torre de Moncorvo (TM); o Solar dos Lemos, em Vila Flor (VF); a Casa de N. Sra. da Conceição, em Cedovim (VNFC); o Solar dos Seixas, em Seixas do Douro (VNFC); Casa Grande de Freixo de Numão (VNFC); o Solar das Casas Novas e o Solar dos Sampaio de Almeida, ambos situados na Mêda; o Solar dos Cancelos, em Cancelos do Meio (MD). Delas ressalta uma inquestionável unidade decorativa, para além das suas naturais diferenças, onde prevalece a afinidade dos motivos utilizados. Num repertório de que fazem parte conchas, as flores, os enrolados, as fitas, as bolas, entre muitos outros ornamentos (**Fig. 364 a 368**).

Neste conjunto de casas, com as suas janelas de decoração, os motivos *rocaille* vão penetrando aos poucos, principalmente os concheados, cujas molduras acusam esse movimento inquietante tão característico do Barroco (Azevedo 1988, 84), gerando sequências rítmicas direccionadas para o centro da fachada. Todos estes aspectos parecem-nos culminar na Casa Grande de Almendra (VNFC) (**Fig. 366 a 368**), a que Carlos de Azevedo (1988, 109) se refere:

“[...] em região já próxima da fronteira espanhola, é ainda uma dessas grandes casas da época barroca que se edificaram ao longo das duas margens do Douro, e à qual devemos ligar a Casa de Vila Boa de Quires (Penafiel), a Casa de Mateus e a do Cabo (S. Joao da Pesqueira). É portanto a última grande casa de tal grupo, cujo impulso inicial teve origem no Porto e arredores, certamente sob a influencia de Nasoni, mas que aqui já não apresenta senão um eco, e bastante degradado, da arte do italiano dos Clérigos”.

Devemos ainda apontar que no grupo de casas em análise, a maioria possui idêntica gramática decorativa, tanto no piso nobre como no térreo, destacando-se sempre o nobre em detrimento do térreo, por efeito da sua maior carga decorativa. Ainda assim, vai-se afastando gradualmente da simplicidade que havíamos observado antes, de vãos rectos, na prática sem qualquer adorno.

Não deixa de ser significativo, por outro lado, no plano cultural e estético, que parte deste vocabulário decorativo revele afinidades com o utilizado por Nicolau Nasoni como aliás acontece por todo o Douro (Pereira 1995, 80). Além desta referência, a pormenorização de todos os elementos decorativos acusa claras influências de André Soares (1720-1769), sobretudo no desenho, muito peculiar, das varandas das sacadas,



numa espécie de asa de morcego de gosto rococó, com claras alusões ao seu projecto da Câmara Municipal de Braga<sup>357</sup>.



FIG. 354 - SOLAR DO FUNDO DA VILA, TABUAÇO (TBÇ).  
JANELA DO PISO NOBRE DA FACHADA PRINCIPAL.  
(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, MAIO DE 2014).



FIG. 355 - CASA DOS RIBEIROS BELEZA, PROVESENDE (SBS).  
JANELA DO PISO NOBRE DA FACHADA PRINCIPAL.  
(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, MAIO DE 2014).



FIG. 356 - SOLAR DOS SAMPAIO DE ALMEIDA, MÊDA (MD).  
JANELA DO PISO NOBRE DA FACHADA PRINCIPAL.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, DEZEMBRO DE 2013).



FIG. 357 - SOLAR DOS CANCELOS, CANCELOS DO MEIO (MD).  
JANELA DO PISO NOBRE DA FACHADA PRINCIPAL.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, DEZEMBRO DE 2013).



FIG. 358 - SOLAR DOS LEMOS (VF). JANELA DO PISO NOBRE DA FACHADA PRINCIPAL.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, ABRIL DE 2014).

<sup>357</sup> A este respeito veja-se, Smith, Robert C. 1968. "A Casa da Câmara de Braga (1735-1756)." *Bracara Augusta* 22: 63-66; e, Oliveira, Eduardo Pires de. 1993. "A casa da Câmara de Braga. As obras do século XIX." *Minia* 1 (3.ª Série): 182-184.



FIG. 359 - SOLAR DO MORGADO DE VILARELHOS (AF).  
JANELA DO PISO NOBRE DA FACHADA PRINCIPAL.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, JANEIRO/ABRIL DE 2014).



FIG. 360 - SOLAR DOS CAIADO FERRÃO, TREVÕES (SJP).  
(A) (B) JANELA DO PISO NOBRE DA FACHADA PRINCIPAL.  
(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, ABRIL DE 2014).



FIG. 361 - CASA DO CABO, SÃO JOÃO DA PESQUEIRA (SJP).  
JANELAS DO PISO NOBRE DO LADO ESQUERDO DA FACHADA PRINCIPAL.  
(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, JANEIRO DE 2014).





*FIG. 362 - CASA DO CABO, SÃO JOÃO DA PESQUEIRA (SJP).  
JANELAS DO PISO NOBRE DO LADO ESQUERDO DA FACHADA PRINCIPAL.  
(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, JANEIRO DE 2014).*



*FIG. 363 - CASA DO CABO, SÃO JOÃO DA PESQUEIRA (SJP).  
JANELAS DO PISO NOBRE DO LADO DIREITO DA FACHADA PRINCIPAL.  
(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, JANEIRO DE 2014).*



*FIG. 364 - CASA DO CABO, SÃO JOÃO DA PESQUEIRA (SJP).  
JANELAS DO PISO NOBRE DO LADO DIREITO DA FACHADA PRINCIPAL.  
(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, JANEIRO DE 2014).*



FIG. 365 - SOLAR DOS CANCELOS, CANCELOS DO MEIO (MD).  
JANELA DO PISO NOBRE.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, DEZEMBRO DE 2013).



FIG. 366 - CASA GRANDE DE ALMENDRA (VNFC).  
JANELA DO PISO NOBRE.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, DEZEMBRO DE 2013).



FIG. 367 - CASA GRANDE DE ALMENDRA (VNFC).  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, DEZEMBRO DE 2013).



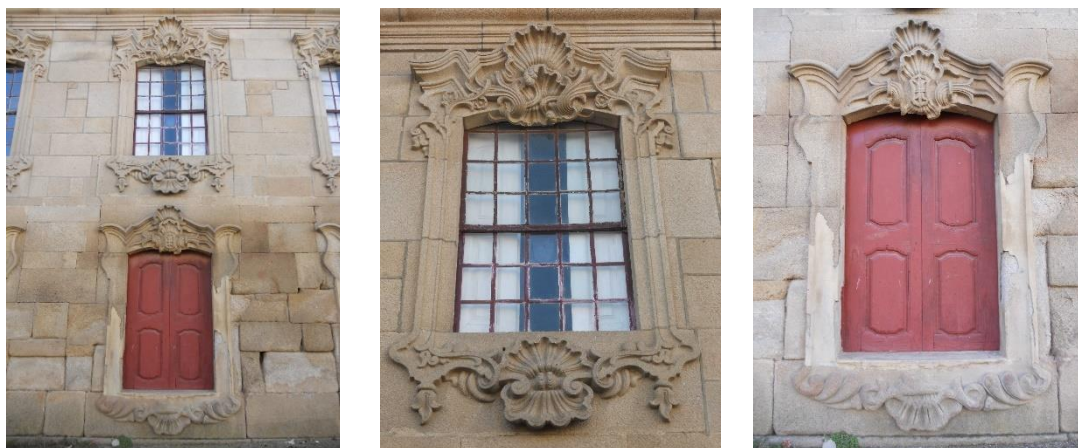


FIG. 368 - CASA GRANDE DE ALMENDRA (VNFC).

(A) EXEMPLO DE DISTRIBUIÇÃO E COMPOSIÇÃO DE VÃOS DE FACHADA - PISO NOBRE E TÉRREO.

(B) JANELA DE PISO NOBRE.

(C) JANELA DE PISO TÉRREO.

(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, DEZEMBRO DE 2013).

11) *janelas com tratamento rústico*. Um dos exemplares, senão mesmo o único que apresenta este tipo de janelas é a Casa dos Brolhas, em Lamego (LMG; Fig. 369). O rusticado da pedra acompanha a forma das molduras dos vãos – janelas e portas, bem como a totalidade dos elementos estruturais – frisos, pilastras, frontão, entre outros. Inspirado nas soluções maneiristas com aparelho rústico saliente da parede, este tratamento permite que os vãos e os elementos estruturais mencionados possam ressaltar da parede lisa, criando um belo efeito visual.



FIG. 369 - CASA DOS BROLHAS, LAMEGO (LMG).

(A) FACHADA PRINCIPAL.

(B) JANELA CENTRAL.

(C) TIPO DE VÃO UTILIZADO NA CASA DOS BROLHAS.

(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, JUNHO DE 2013).

*Outro tipo de aberturas: óculos e jacentes*

Não podemos deixar de tecer breves considerações sobre o piso térreo, onde encontramos, a par de molduras simples, outras tantas muito semelhantes às do piso nobre, senão mesmo iguais. Nos exemplares situados no Cima Corgo e Douro Superior, sobretudo nas casas que desenvolvem uma gramática decorativa barroca, optou-se por repetir ou adoptar um modelo de janela próximo das do piso nobre<sup>358</sup>. Tal acontece, entre outros exemplares, na Casa do Cabo, em São João da Pesqueira (SJP), no Paço Episcopal de Trevões, em Trevões (SJP), na Casa dos Corte Real, em Vilarouco (SJP), na Casa de Nossa Senhora da Conceição, em Cedovim, na Casa Grande de Almendra, ambas em Vila Nova de Foz Côa (VNFC), no Solar dos Cancelos, no Solar das Casas Novas, no Solar dos Sampaio de Almeida, todos situados no concelho da Mêda e no Solar dos Lemos, em Vila Flor.

Nos restantes exemplares, sobretudo os do Baixo Corgo e ainda alguns dos Cima Corgo, optou-se por janelas mais simples, de moldura recta ou curva, sem qualquer ornamento (**Fig. 370-375**). Noutros casos a escolha decidiu-se pela abertura de óculos, também em cantaria, de variadas e ricas formas, de formato rectangular, circular, quadrilobado ou octogonal, distribuídos nas fachadas principais alternadamente com portas de acesso ao interior. Quanto à sua decoração, ela varia entre a formulação mais simples, sem qualquer ornato, e a mais complexa, com a inserção de alguns elementos já nossos conhecidos – conchas, fitas, entre muitos outros.

A adopção destas soluções relaciona-se com o facto de naquelas casas, o piso térreo incorporar espaços de apoio às actividades agrícolas e vinícolas, como depósitos, armazéns, lagares e adegas. Não havendo por essa razão necessidade de aberturas mais rasgadas, fontes de grande iluminação, e pretendendo-se áreas frescas, introduziu-se este tipo de aberturas. Porém, apesar da sua pequena dimensão, elas não deixam de constituir um outro meio complementar de ventilação dos interiores.

Há ainda excepções, numa ou noutra casa, onde é dada uma disposição um tanto invulgar a estes óculos, transferindo-os, por exemplo, para o interior de frontões, para as fachadas das capelas ou fachadas laterais das casas. Refira-se o Paço Episcopal de

---

<sup>358</sup> Ainda que localizado no Baixo Corgo, mencione-se o exemplar do Palácio dos Serpas, em Lamego (LMG).



Trevões, em Trevões (SJP), cujo conjunto tem a particularidade de integrar, junto ao cunhal poente da fachada lateral Sul, um curioso óculo circular. (Fig. 376) A tradição associou-o aos bispos lamecenses, que só se deslocavam à igreja, para rezar missa, depois de, por esse óculo, se certificarem da afluência de paroquianos (DGPC 2016<sup>359</sup>).



FIG. 370 - CASA DA QUINTA DO BAIRRO, SÃO JOÃO DE LOBRIGOS (SMP).  
DESTACA-SE NO PISO TÉRREO A ABERTURA DE PEQUENAS JANELAS.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, MAIO DE 2013).



FIG. 371 - CASA DOS TAVEIRAS DE ARAÚJO, GUIÃES (VR).  
DESTACA-SE NO PISO TÉRREO A ABERTURA DE PEQUENAS JANELAS, FACHADA PRINCIPAL.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, JULHO DE 2013).



FIG. 372 - CASA NA ESTRADA NACIONAL N.º2, CUMIEIRA (SMP).  
(A) FACHADA PRINCIPAL.  
(B) PORMENOR DE ÓCULO.  
(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, JULHO DE 2013).

<sup>359</sup> DGPC – Direcção Geral do Património Cultural. 2016. “Solar do Paço Episcopal do Largo da Igreja de Trevões.” Criado por Paulo Fernandes | DIDA | IGESPAR, I.P. 30 de Julho de 2007. <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/341944>.



FIG. 373 - CASA DA QUINTA DO PAÇO DE CIDADELHE (MF).  
(A) FACHADA PRINCIPAL.  
(B) ÓCULO.  
(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, JULHO DE 2013).



FIG. 374 - CASA DOS FRAGOSOS, MESÃO FRIO (MF).  
(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, JULHO DE 2013).



FIG. 375 - CASA DE SANTA CATARINA, PROVESENDE (SBS).  
(A) FACHADA PRINCIPAL.  
(B) (C) ÓCULOS.  
(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, MAIO DE 2014).



FIG. 376 - CASA DA PORTA DA VILA, VILA REAL.  
(A) FACHADA PRINCIPAL.  
(B) JANELA DE PISO NOBRE E ABERTURA TÉRREA.  
(C) PEDRA-DE-ARMAS LADEADA POR ÓCULOS.  
(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, MAIO DE 2013).



FIG. 377 - PAÇO EPISCOPAL DE TREVÕES, TREVÕES (SJP).  
(A) FACHADA LATERAL COM INDICAÇÃO DE ÓCULO.  
(B). PORMENOR DE FACHADA.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, JANEIRO DE 2014).

Aos elementos decorativos juntam-se por último os portais de madeira e respectivos puxadores, alvo também de tratamento decorativo. Os portais nobres que se abrem ao exterior, para a via pública, deviam ser construídos com madeiras fortes e de boa espessura, resistentes às altas temperaturas e diversas intempéries, atendendo à sua colocação em permanente contacto com o exterior. As portas das casas nobres durienses são almofadadas, e a maioria possui desenhos geométricos e florais gravados. Um certo número delas, apesar da antiguidade chegou até aos nossos dias – na Casa Brasonada de Frechas, em Frechas (MDL), na Casa de Nossa Senhora da Conceição, em Cedovim (VNFC), Casa dos Saavedra, em Ervedosa do Douro (SJP), Casa do Cabo, em São João da Pesqueira (SJP), além de outras mais (Fig. 378 a 380).





FIG. 378 - CASA BRASONADA DE FRECHAS (MD).  
(A) PORTAL NOBRE.  
(B) DETALHE DECORATIVO DE PORTAL.  
(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, ABRIL DE 2014).



FIG. 379 - CASA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO,  
CEDOVIM (VNFC).  
PORTAL NOBRE.  
(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, DEZEMBRO DE  
2013).



FIG. 380 - CASA DOS SAAVEDRA, ERVEDOSA DO  
DOURO (SJP).  
PORTAL NOBRE.  
(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, JANEIRO DE  
2014).

### ***Elementos identificativos***

Entre os elementos identificativos considerámos as pedras-de-armas<sup>360</sup> e as cartelas. São elementos passíveis de fornecer dados sobre a identificação dos encomendantes, datas relativas a campanhas de obras, de início ou conclusão, e ainda outras informações de carácter mais específico.

As armas heráldicas foram objecto de sistematização no bem conhecido *Livro do Armeiro-Mor*, datado de 1509. Mandado fazer por D. Manuel, este manuscrito fixou os brasões existentes, o cânon, num tempo em que havia grandes arbitrariedades no uso das armas (Borges 2018, Vol.I, 154)<sup>361</sup>. Dada a sua importância, esteve na origem de outros livros de pedras-de-armas.

Do século XVIII, período sobre o qual incide esta nossa investigação, salienta-se o *Tesouro da Nobreza de Portugal* (c. 1783), da autoria do padre Manuel de Santo António e Silva, da Ordem de São Paulo, o reformador do Cartório da Nobreza. Nele se ordenaram os escudos de armas da Casa Real, com as suas diferenças, os distintivos das dignidades eclesiásticas e seculares, e os escudos de todas as famílias naturais de Portugal, como ainda de algumas vindas de fora. A obra além de outras que a antecederam, fixaram a organização dos brasões existentes, regulando a simbólica do poder e privilégios das famílias.

Os brasões foram pintados no interior das casas, nos tectos, no mobiliário, nas peças decorativas, nos diferentes utensílios, nos coches, nas bandeiras, nos túmulos, mas também nos elementos arquitectónicos. Aqui foram esculpidos em forma de pedra-de-armas, na fachada principal de casas, solares, quintas, capelas particulares, além de outros edifícios que saem foram do nosso universo de estudo<sup>362</sup>. No âmbito que nos

---

<sup>360</sup> Sobre o uso da heráldica numa perspectiva alargada, consulte-se os seguintes manuais: Seixas 2012; Abrantes 1992; Mattos 1941. Veja-se ainda, sobre o contexto específico da casa nobre, Seixas 2014, 72-95, embora o título seja referente ao interior das residências, o autor afere ainda sobre o seu exterior.

<sup>361</sup> Veja-se *Livro do Armeiro-Mor* (1509). 2.ª Edição. Prefácio de Joaquim Veríssimo Serrão; Apresentação de Vasco Graça Moura; Introdução, Breve História, Descrição e Análise de José Calvão Borges. Academia Portuguesa da História/Edições Inapa, 2007; A.N.T.T. Casa Real, Cartório da Nobreza, Lv. 19, disponível in <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4162406-1-02-2015,16:16H>.

<sup>362</sup> Segundo Miguel Metelo de Seixas (2014, 78) poderão ser caracterizados de *lugares de memória*, uma vez que são dotados de carga simbólica como referência à construção da memória de cada linhagem. Tais lugares dizem respeito ao próprio património de natureza vincular, nomeadamente, o interior das capelas particulares, como nos casos dos monumentos funerários, fossem lajes ou sarcófagos, ou mesmo nas igrejas como estratégia comum de afirmação e perpetuação de memória do morto e da sua respectiva

interessa, o da arquitectura doméstica, a presença da pedra-de-armas identifica a família que lá habita, mas também a autor da encomenda<sup>363</sup>. Ou seja,

“[...] a função do marco heráldico consistia em assinalar, antes de mais, a propriedade e identificação da casa àqueles que passassem diante dela ou nela viesse a entrar. Porque a presença de uma pedra de armas não se justificava apenas como expressão de prosápia familiar, servia também para assinalar de forma visível o carácter nobre da construção em que era aposta.” (Seixas 2014, 81-82).

Enaltece, por conseguinte, não só o carácter nobre do edifício, mas sobretudo a nobreza da família, dos seus antepassados e de toda a sua linhagem. Tornando visível o sinal de conhecimentos e amizades, de que se tecia a aproximação e união entre famílias, feita de estratégias matrimoniais vantajosas; como também as legitima enquanto administradores e fundadores de morgadios e respectivas capelas. Assim, “os emblemas heráldicos devem ser compreendidos como construções culturais destinadas a determinados fins de afirmação social e política, inserida nos quadros mentais das sociedades que a geraram, acolheram ou perpetuaram” (Seixas 2014, 74).

Perante estes ideais, a escolha da colocação do elemento heráldico decorre de certos critérios, a começar pelo da visibilidade (prático, simbólico, central e elevado), ou simplesmente da articulação com a localização da casa, a relação com o aglomerado, o enfiamento das ruas e a valorização do efeito de perspectiva. Assim, no que toca à sua posição, a sua importância de que se reveste faz com que figure sempre em lugar de destaque, preferencialmente na fachada principal (**Fig. 381**).

---

família. “Tais lugares podiam estar relacionados, de formas variáveis, com o exercício ou a invocação do poder militar ou jurídico-administrativo, ou com a posse efectiva de um conjunto de bens dotados de relevância efectiva e simbólica” (Seixas 2014, 78).

Consulte-se ainda Seixas, Miguel Metelo de; Galvão-Telles, João Bernardo. 2013. “«E tragam as armas dos Costas em todos os lugares, e peças». O património armoriado de D. Álvaro da Costa e de sua descendência: uma estratégia de comunicação?”. In *Dom Álvaro da Costa e a sua descendência, séculos XV-XVII. Poder, arte e devoção*, coord. Maria de Lurdes Rosa, 319-342. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais / Centro de História de Além-Mar.

<sup>363</sup> A sua leitura e interpretação torna-se fundamental para a investigação da arquitectura civil doméstica. É o grande documento de identificação das famílias a que pertencem os conjuntos edificados.



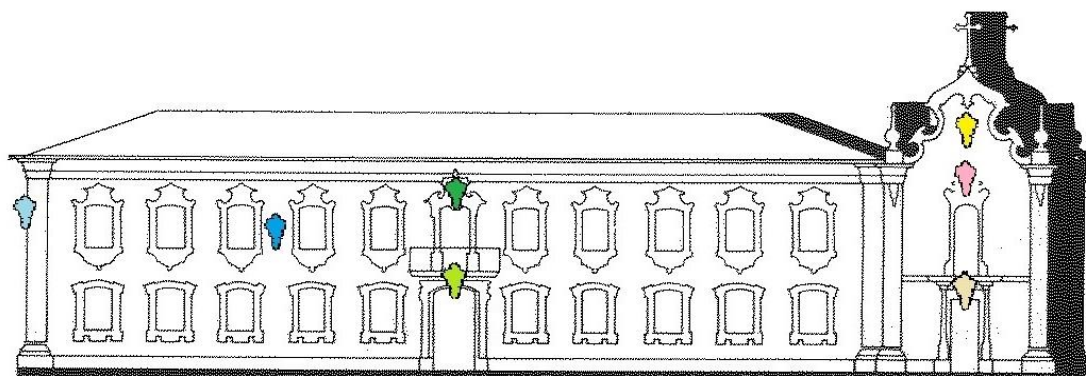


FIG. 381 - DESENHO ESQUEMÁTICO DE LOCALIZAÇÃO DA PEDRA-DE-ARMAS.  
(FONTE: DESENHO ORIGINAL DE AZEVEDO 1988, 84, FIG.31, COM ALTERAÇÕES FEITAS PELA AUTORA.)

Mas independentemente da sua relevância como elemento identificativo, ele é ao mesmo tempo um elemento decorativo e arquitectónico do eixo simétrico, que marca o centro da residência. Com a heráldica se combina, então, uma série de ornamentos, geralmente fitomórficos, troféus, e outros que acrescentam valores de aparato e exuberância à pedra-de-armas. Quanto à sua localização e disposição na casa nobre duriense, à semelhança do que acontece noutras casas nobres dispõe-se, como já dissemos, ao centro da fachada nos seguintes locais (**Quadro XI**):

- no *portal de entrada* (na verga ou frontão da porta), tornando notório o inerente certo efeito cenográfico (**Fig. 382**);
- na *janela de sacada* do piso nobre (na verga ou no frontão da janela) (**Fig. 383**);
- no *interior do frontão* que pontua a fachada, ou fora dele (entre o frontão e janela de sacada) (**Fig. 384 a 386**);
- ou sobre uma *pilastra* ou pano da fachada (**Fig. 387 a 389**).



*FIG. 382 - CASA DA QUINTA DAS TORRES DE OLIVEIRA, OLIVEIRA (SMP).  
(A) PORTAL NOBRE DA FACHADA DIRECIONADA PARA O VALE DO DOURO.  
(B) PEDRA-DE-ARMAS INTEGRADA NO PORTAL.  
(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, JULHO DE 2013).*



*FIG. 383 - CASA DA QUINTA DO PAÇO, CIDADELHE (SMP).  
(A) EIXO CENTRAL DE FACHADA PRINCIPAL.  
(B) PEDRA-DE-ARMAS INTEGRADA EM FRONTÃO DE JANELA DE SACADA.  
(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, JULHO DE 2013).*



FIG. 384 - CASA PAROQUIAL DE SANFINS DO DOURO (SANFINS DO DOURO, ALIJÓ).

(A) FACHADA PRINCIPAL.

(B) PORTAL NOBRE.

(C) PEDRA-DE-ARMAS INTERLIGADA AO PORTAL DE ENTRADA.

(FONTE: SIPA FOTO.00836303, FOTO.00836305, FOTO.00836306).



FIG. 385 - SOLAR DOS LEMOS (VILAR FLOR).

(A) FACHADA PRINCIPAL.

(B) PORTAL NOBRE.

(C) PEDRA-DE-ARMAS INTERLIGADO AO PORTAL DE ENTRADA.

(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, ABRIL DE 2014).



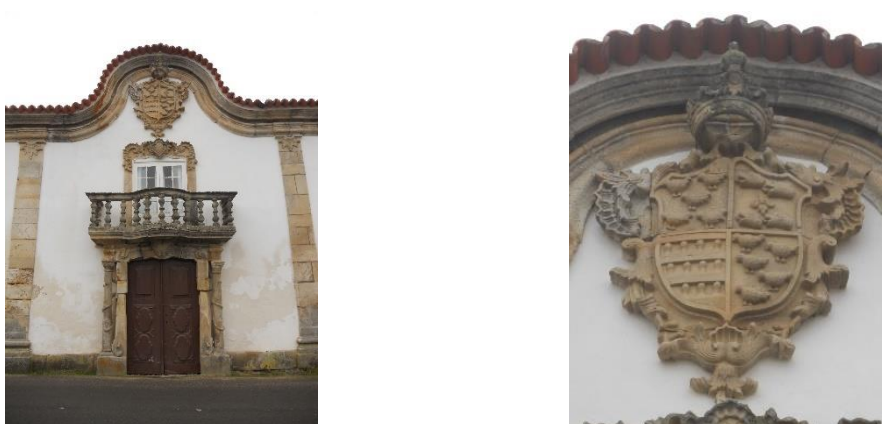


FIG. 386 - SOLAR DOS CANCELOS, CANCELOS DO MEIO (MD).

(A) EIXO CENTRAL DA FACHADA PRINCIPAL.

(B) PEDRA-DE-ARMAS ASSENTE EM INTERIOR DE FRONTÃO.

(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, DEZEMBRO DE 2013).



FIG. 387 - CASA DA QUINTA DOS PINHEIROS, SANHOANE (SMP).

(A) FACHADA PRINCIPAL.

(B) PEDRA-DE-ARMAS ASSENTE EM PILASTRA.

(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, JULHO DE 2013).



FIG. 388 - CASA BRASONADA DE FRECHAS (MDL).

(A) FACHADA PRINCIPAL.

(B) PEDRA-DE-ARMAS ASSENTE AO CENTRO DA FACHADA PRINCIPAL. REPRESENTAÇÃO DAS ARMAS DOS ARAÚJOS BORGES PINTO, FIDALGO DA CASA REAL.

(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, ABRIL DE 2014).



FIG. 389 - CASA BRASONADA EM SANTA COMBA (VNFC).

(A) FACHADA PRINCIPAL.

(B) PEDRA-DE-ARMAS ASSENTE AO CENTRO DA FACHADA PRINCIPAL. POSSIVELMENTE CORRESPONDE A UMA COLOCAÇÃO TARDIA E NÃO CONTEMPORÂNEA DA CASA, DADA A DIFERENÇA DO TOM DE PEDRA.

(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, DEZEMBRO DE 2013).

Supomos que nas disposições assinaladas, a colocação da pedra-de-arms encontra-se pensada desde a raiz, isto é, desde o projecto da casa. Pois se atendermos a que a sua colocação se relaciona com os tais critérios de representação e afirmação social, ao ser colocada no centro da fachada ganha maior significado por efeito do grande destaque ali assumido. Todavia, podemos ainda encontrar este elemento noutros locais (*Quadro XI*), que não ao centro da fachada:

- inserido na **frontaria da fachada**, entre duas janelas ou num dos cantos (lado esquerdo ou direito) (**Fig. 390**). Por uma questão de simetria ou de visibilidade, esta posição parece-nos quase secundário quando comparada com a colocação na parte central da fachada. Tal costuma acontecer quando a pedra é colocada após a conclusão da casa, ou quando esta muda de proprietário, adquirindo, portanto, novas armas heráldicas;

- **cravado no cunhal**<sup>364</sup>, na quina da fachada principal com uma das fachadas laterais esquerda ou direita (**Fig. 391 a 392**). É uma posição privilegiada em relação às que vimos antes, na medida em que a pedra ali colocada ganha uma evidência peculiar, por se encontrar ao alto, e direccionada para o cruzamento das ruas. Esta escolha é determinada pelos condicionalismos envolventes do contexto urbano ou rural das casas, sendo determinante apurar se estas casas se estão próximas ou adjacentes a outras, factor que é decisivo na escolha do lado com maior ângulo de visibilidade.



FIG. 390 - CASA DOS CONDES DE MURÇA, MURÇA (MÇ).

(A) FACHADA PRINCIPAL.

(B) PEDRA-DE-ARMAS ASSENTE NO LADO ESQUERDO DA FACHADA PRINCIPAL.

(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, JANEIRO DE 2014).

<sup>364</sup> Veja-se Seixas, Miguel Metelo de. 2000. "O significado das pedras de armas de esquina." *Olisipo* II- 13: 145-148.





FIG. 391 - CASA BRASONADA DA RUA D. HENRIQUE, TORRE DE MONCORVO (TM).

(A) FACHADA PRINCIPAL.

(B) PEDRA-DE-ARMAS ASSENTE EM CUNHAL (BRASÃO PICADO, SEM POSSIBILIDADE DE LEITURA).

(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, AGOSTO DE 2013).



FIG. 392 - CASA DO MEIO, SANHOANE (SMP).

(A) FACHADA PRINCIPAL.

(B) PEDRA-DE-ARMAS ASSENTE EM CUNHAL.

(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, JULHO DE 2013).

Um dos exemplares mais notáveis é a Casa do Meio, em Sanhoane (SMP) (Fig. 392), onde a pedra-de-armas se dispões no cunhal do lado esquerdo, assente em duas mísulas, com brasão de família envolvido em paquife, criando moldura rectangular. É um caso bem ilustrativo de como ganha maior imponência quando a casa se encontra implantada numa rua de algum declive, correspondendo o lado esquerdo à zona mais baixa, contribuindo assim para a elevação da fachada. Acresce ainda, a pedra-de-armas ter sido direccionada para o cruzamento das duas ruas principais da freguesia, as quais desembocam no largo principal, onde se ergue uma outra casa nobre, a Casa Grande do Serrado, e no sentido em que se desenvolve a freguesia. Tudo isto tem a ver uma vez

mais com a questão de afirmação, e que neste caso se torna incontestável, na medida em que se encontram duas casas nobres muito próximas uma da outra. Levando a pensar, o que é uma leitura crítica perfeitamente admissível, que a colocação da pedra-de-armas no cunhal poderia resultar de uma atitude de rivalidade e afirmação perante a segunda casa nobre.

QUADRO XI – Localização da pedra-de-armas na fachada das casas nobres durienses	
Colocação	Casas
<b>Ao centro, na frontaria da fachada</b>	<b>BAIXO CORGO</b> Casa do Arco (Vila Real, VR) Casa Alvares Mourão (Vila Real, VR) Solar da Família Vaz Osório (Peso da Régua, PR) Casa Grande (Poiares, PR) Casa do Cabo da Vila (Mesão Frio, MF) Casa dos Silveiras (Lamego, LMG) Casa do Paço (Fontelo, AMM) <b>CIMA CORGO</b> Casa de Bernardo de Lemos (Vilarinho de São Romão, SBS) Casa do Dr. Caiado (Trevões, São João da Pesqueira) Solar do Paço Episcopal de Trevões (Trevões, SJP) <b>DOURO SUPERIOR</b> Casa Brasonada de Frechas (Frechas, MDL) Casa do Conde (Freixiel, Vila Flor) Solar dos Reimão de Menezes (Lodões, VF) Casa de Santa Comba (Santa Comba, VNFC)
<b>Ao centro, ligada ao portal de entrada</b>	<b>BAIXO CORGO</b> Casa do Assento (Lamego, LMG) Paço Episcopal de Lamego (LMG) Casa do Poeta Fausto José (Aldeias, AMM) <b>CIMA CORGO</b> Casa dos Mansilhas (Alijó, ALJ) Casa Paroquial de Sanfins do Douro (Sanfins do Douro, ALJ) <b>DOURO SUPERIOR</b> Solar dos Lemos (Vila Flor, VF)
<b>Ao centro, incorporada no portal de entrada e ocupando o interior de frontão</b>	<b>CIMA CORGO</b> Solar dos Pereiras Lagos (Vilarinho de São Romão, SBS) Solar dos Frias Sarmiento (Parambos, CA) Casa dos Pimentéis de Castro (Vilarinho da Castanheira, CA)
<b>Ao centro, no interior do frontão da fachada</b>	<b>BAIXO CORGO</b> Casa do Canal (Guiães, VR) Casa dos Taveira (Guiães, VR) Casa do Estremadouro (Fontelas, PR) Casa da Quinta da Protelada (Sedielos, PR) Casa do Paço de Cidadelhe (Cidadelhe, MF) Casa da Quinta do Côtto (Cidadelhe, MF) Casa do Outeiro (Cidadelhe, MF)

QUADRO XI – Localização da pedra-de-armas na fachada das casas nobres durienses	
Colocação	Casas
<b>Ao centro, no interior do frontão da fachada</b>	<p>Casa dos Negrões (Mesão Frio, MF)  Casa dos Fragosos (Mesão Frio, MF)  Solar da Rede (Mesão Frio, MF)  Casa dos Saavedra e Carvalho (Penajóia, LMG)  Casa das Brolhas (Lamego)  Casa dos Pereira Coutinho (Lamego, LMG)  Palácio dos Serpas (Lamego, LMG)</p> <p><b>CIMA CORGO</b>  Casa da Comba da Quinta de Nossa Senhora do Loreto (Sabrosa)  Casa dos Ribeiros Beleza (Provesende, SBS)  Solar dos Sousa Azevedo (Várzea de Trevões, SJP)  Casal do Tralhariz (Castanheiro do Norte, CA)  Casa brasonada e capela de Nosso Senhor dos Passos (Ribalonga, CA)</p> <p><b>DOURO SUPERIOR</b>  Casa de Almendra (Almendra, VNFC)  Solar das Casas Novas (Mêda, MD)  Solar dos Cancelos (Cancelos do Meio, MD)</p>
<b>Ao centro, no interior do frontão, ligada à janela de sacada</b>	<p><b>CIMA CORGO</b>  Casa do Santo (Provesende, SBS)  Casa dos Barros (Sabrosa, SBS)  Casa dos Correias Marinhos (Sabrosa, SBS)  Casa do Cabo (São João da Pesqueira, SJP)  Solar dos Corte Real (Vilarouco, SJP)</p> <p><b>DOURO SUPERIOR</b>  Casa de Cedovim (Cedovim, VNFC)  Casa Grande de Freixo de Numão (Freixo de Numão, VNFC)  Solar da Família Aguilar (Seixas do Douro, VNFC)  Solar dos Sampaio de Almeida (Mêda, MD)</p>
<b>Ao centro, incorporada na janela de sacada</b>	<p><b>BAIXO CORGO</b>  Solar dos Viscondes de Santa Marta (São João de Lobrigos, SMP)</p> <p><b>CIMA CORGO</b>  Casa de Almacave (Lamego, LMG)  Casa dos Loureiros (Lamego, LMG)</p>
<b>Ao centro, sobre pilastra</b>	<p><b>BAIXO CORGO</b>  Casa da Quinta dos Pinheiros (Sanhoane, SMP)</p>
<b>No lado esquerdo, sobre a face da fachada</b>	<p><b>BAIXO CORGO</b>  Casa da Picota (Mesão Frio, MF)</p> <p><b>CIMA CORGO</b>  Casa dos Condes de Murça (Murça, MRÇ)  Solar de Paulo Pizarro de Carvalho e Melo (Gouvinhas, SBS)</p> <p><b>DOURO SUPERIOR</b>  Casa Brasonada de Avantos (Avantos, MDL)  Casa dos Capitães-mores (Vila Flor)  Solar dos Asseca (Mós, VNFC)</p>
<b>No lado esquerdo, inserida no frontão</b>	<p><b>CIMA CORGO</b>  Casa do Cão (Erverdosa do Douro, SJP)</p>
<b>No lado direito, sobre a face da fachada</b>	<p><b>BAIXO CORGO</b>  Casa na Estrada nacional 2 (Cumieira, SMP)  Solar das Quinta das Casas Novas (Godim, PR)</p> <p><b>DOURO SUPERIOR</b>  Casa dos Cid Leite Pereira (Vila Flor, VF)</p>
<b>No cunhal esquerdo</b>	<p><b>BAIXO CORGO</b></p>

QUADRO XI – Localização da pedra-de-armas na fachada das casas nobres durienses	
Colocação	Casas
	Casa do Bairrinho (Cumieira, SMP) <sup>365</sup> Casa do Vale do Couto (Santa Cristina, MF) Casa da Quinta dos Varais (Cambres, LMG) Solar dos Cardoso de Meneses (Armamar, AMM) <b>DOURO SUPERIOR</b> Casa Brasonada na Rua Infante D. Henrique (Torre de Moncorvo, TM) Solar dos Tenreiros (Torre de Moncorvo, TM)
No cunhal direito	<b>BAIXO CORGO</b> Casa do Canto (Cumieira, SMP)
Na cornija (linha do telhado)	<b>CIMA CORGO</b> Solar dos Morais Sarmento (Vilarinho da Castanheira, CA)
No portal (anexo à casa ou propriedade, quinta, ...)	<b>BAIXO CORGO</b> Casa do Arcediago (Mateus, VR) Casa Ferreira Henriques Pinto Sequeira (São João de Lobrigos, SMP) Solar dos Silveira (Canelas, PR) Casa de Sant'Ana (Oliveira, MF) Casa do Poço (Lamego, LMG) Casa do Pátio (Vila Seca, AMM) <b>CIMA CORGO</b> Solar dos Sepúlvedas (Favaíes, ALJ) Casa dos Pizzaro Portocarreiro (Vilar de Maçada, ALJ) Casa dos Morgados de Paços (Paços, SBS) Casa e Capela dos Pessanhas (Paradela de Guiães, SBS) Solar dos Gouveias Couraças (Sendim, TBÇ) Casa da Torre das Pedras (Paredes da Beira, SJP)

Quadro-síntese realizado pela autora.

Por último, encontramos a pedra-de-armas integrada na frontaria da capela, em particular nos seguintes pontos (*Quadro XII*):

- no portal de entrada (verga ou frontão) (**Fig. 393**);
- na janela superior (óculo e/ou janela de sacada) (**Fig. 394**);
- e, no interior do frontão que acentua a fachada ou fora dele (entre frontão e janela/óculo) (**Fig. 395-396**).

<sup>365</sup> Aconteceu neste edifício ter sido anexada uma segunda casa à primitiva, o que, tendo provocado o corte da pedra-de-armas, não impediu que esta se conservasse em posição de esquina.



FIG. 393 - CASA DA FONTE E CAPELA DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS (CELEIRÓS DO DOURO, SBS).

(A) CAPELA.

(B) PEDRA-DE-ARMAS SOBRE FACHADA DA CAPELA.

(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, MAIO DE 2014).



FIG. 394 - SOLAR DO MORGADO DE VILARELHOS (ALFANDEGA DA FÉ).

(A) FACHADA PRINCIPAL.

(B) CAPELA DE SANTO ANTÓNIO DA ALEGRIA.

(C) PEDRA-DE-ARMAS SOBRE JANELA DE SACADA DA FACHADA DA CAPELA.

(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, ABRIL DE 2014).





FIG. 395 - CASA DOS TAVEIRAS DE MACEDO (GOUVINHAS, SBS).  
(A) FACHADA PRINCIPAL COM CAPELA DE SÃO FRANCISCO ANEXA.  
(B) PEDRA-DE-ARMAS SOBRE FRONTARIA DA FACHADA DA CAPELA.  
(FONTE: SIPA FOTO.00698666, FOTO.00698667.)



FIG. 396 - CASA DA TORRE DAS PEDRAS, PAREDES DA BEIRA) (SJP).  
(A) CAPELA DOS SANTOS MÁRTIRES.  
(B) PORTAL DE ENTRADA.  
(C) PEDRA-DE-ARMAS SOBRE PORTAL.  
(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, JANEIRO DE 2014).



QUADRO XII – Localização da pedra-de-armas na fachada das capelas das casas nobres durienses	
Colocação	Casas
Na frontaria da fachada (sobre face)	<b>CIMA CORGO</b> Casa da Fonte e Capela de São Francisco (Celeirós do Douro, SBS) Casa da Quinta do Bucheiro (Celeirós do Douro, SBS) Casa das Quintãs (Paços, SBS) <b>DOURO SUPERIOR</b> Casa Doutel e Capela de Nossa Senhora dos Prazeres (Torre de Moncorvo, TM)
Na face da fachada, junto ao frontão	<b>CIMA CORGO</b> Casa Grande (Aldeias, AMM) Solar dos Távora (São João da Pesqueira, SJP) Casa dos Taveiras de Macedo (Gouvinhas, SBS)
Incorporada na janela de sacada/ocupando o frontão	<b>DOURO SUPERIOR</b> Solar do Morgado de Vilarelhos (Vilarelhos, AF)
Incorporada no portal de entrada	<b>BAIXO CORGO</b> Casa da Quinta das Brolhas (Valdigem, LMG) <b>CIMA CORGO</b> Casa da Torre das Pedras (Paredes da Beira, SJP) <b>DOURO SUPERIOR</b> Solar dos Donas-Botto (Muxagata, VNFC)

Quadro-síntese realizado pela autora.

E como já ilustrámos anteriormente, através das imagens dos portais que marcam a entrada na propriedade destas casas, também aqui encontramos associadas às pedras-de-armas.

Uma casa nobre pode ainda ostentar mais do que uma pedra de armas (**Quadro XIII**), dispostas pelos locais já indicados, quer na casa, como na capela, a que se junta também o portal. Para este caso, regressamos novamente à Casa da Quinta do Meio, em Sanhoane (SMP), onde se encontra não uma, mas duas pedras-de-armas. A primeira, no cunhal esquerdo da fachada principal, e a segunda, sobre o frontão de lanços do portal de entrada da capela. Trata-se de uma disposição curiosa para a pedra-de-armas, que de resto acompanha o esquema arquitectónico e decorativo de outras casas, com primazia dada ao piso nobre. É neste que recai o cuidado decorativo, ao contrário do que sucede naquelas, preenchendo o eixo correspondente ao da capela, ao invés do eixo nobre, constituído por portal e janela de sacada.

Refira-se ainda, outro exemplar, a Casa das Torres de Oliveira, em Oliveira (MF) (Fig. 397-398). A planta em “U” invertido ( ) proporcionou a abertura de dois portais de entrada e, por consequência, a colocação de duas pedras-de-armas sobre ambos os portais. Esta duplicação ostensiva dos sinais heráldicos enfatiza, sem qualquer sombra de dúvida a afirmação social, política e mesmo económica por parte dos seus proprietários.



FIG. 397 - CASA DA QUINTA DAS TORRES DE OLIVEIRA, OLIVEIRA (SMP).

(A) FACHADA DIRECCIONADA PARA O VALE DO DOURO.

(B) PORTAL NOBRE.

(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, JULHO DE 2013).



FIG. 398 - CASA DA QUINTA DAS TORRES DE OLIVEIRA, OLIVEIRA (SMP).

(A) FACHADA DIRECCIONADA PARA A ENTRADA E VIA PÚBLICA (CORRESPONDENTE À FACHADA INTERIOR DE U).

(B) PORTAL NOBRE.

(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, JULHO DE 2013).

<b>QUADRO XIII – Localização de duas pedras-de-armas nas casas nobres durienses</b>	
<b>Colocação</b>	<b>Casas</b>
<b>Sobre a face da fachada; incorporado na fachada capela</b>	Casa dos Taveira Pimentel e Capela de Nossa Senhora do Loreto (Guiães, VR)
<b>Sobre a face da fachada; portal de propriedade</b>	Casa de Mateus (Vila Rea, VR)
<b>Nas duas extremidades da fachada (esquerdo/direito)</b>	Casa da Porta da Vila (Vila Real, VR)
<b>No centro, incorporadas no portal de entrada e frontão; e no frontão do portal da capela</b>	Solar da Quinta do Serrado (Sanhoane, SMP)
<b>No centro, incorporadas no portal de entrada e frontão; centro, na janela de sacada ocupando o frontão;</b>	Solar de Sampaio (Linhares, CA)
<b>No cunhal esquerdo; incorporada no frontão do portal da capela</b>	Casa da Quinta do Meio (Sanhoane, SP)
<b>Nos cunhais</b>	Casa do Terreiro (Sanhoane, SMP)
<b>Incorporadas em dois portais de entrada</b>	Casa das Torres de Oliveira (Oliveira, MF)

Quadro-síntese realizado pela autora.

No universo duriense confrontamo-nos ainda com algumas realidades que se prendem com a história de cada casa. Por exemplo, na Casa de Almendra, em Almendra (VNFC) constatámos que a pedra-de-armas se encontra de campo vazio. A razão pela qual esta pedra se encontra sem as armas é desconhecida, não havendo qualquer informação que possa explicar tal facto. António Lambert Pereira da Silva (1988, Vol. IV, 217) coloca a hipótese de o mesmo ter sido picado por nele figurarem as armas dos Távoras. A perseguição movida a esta família pelo Marquês de Pombal, deverá ter atingido a Casa de Almendra, uma vez que o responsável pela segunda fase de construção, Manuel António de Castilho e Távora Falcão Mendonça (1720-1796?), descendia dos Távoras, por via materna, na pessoa de sua mãe, D. Ana Maria de Távora Donas-Boto (?-?). Daí a suposição que explicaria o facto de a casa ter ficado por concluir (Silva 1988, Vol.IV, 217). Porém, a superfície da pedra-de-armas apresenta-se cheia e abaulada, como se estivesse pronta para o canteiro a debastar na gravação. Assim, entendemos que a pedra não foi acabada, pois o elmo não é mais que um grosso pilar de pedra, o talvez permita sustentar a nossa hipótese.

Em ocasiões de luto pelo falecimento de algum membro da família as pedras eram cobertas por um pano preto. Manifestação que segundo Miguel Metelo de Seixas (2014, 95) resulta eficaz em termos de comunicação “[...] na medida em que assinala

que o emblema e o edifício, representando o conceito e o conjunto da família, presente e passada, comungam da perda e exprimem-na aos olhos de todos.”

No conjunto de exemplares foi possível individualizar ainda algumas casas não armoriadas (**Quadro XIV**). A sua razão deve-se por a motivos diversos, o primeiro dos quais resultante da não colocação de uma pedra-de-armas, o segundo por remoção devida a motivos pessoais da família, e o terceiro, por remoção suscitada pela obrigação fiscal imposta pelo decreto de 8 de Setembro de 1887<sup>366</sup>. Este decreto

«[...] reconhecia à junta fiscal das matrizes, o direito de inscrever no rol dos agraciados, todos quantos tivessem na fachada de sua casa a pedra de armas. [...] O decreto sobre consulta do Supremo Tribunal Administrativo, nº 230, de 29 de março de 184<sup>367</sup>, reafirmava que “o regulamento da contribuição sumptuária faz incidir esta contribuição sobre o uso pessoal ou material de braço de armas, e por isso está sujeito a ella aquelle que tem na parede exterior da casa da sua residencia braço de armas, pois que a presumpção é que tem o direito de usar d’esse distinctivo de nobreza.» (Borges 2018, Vol.I, 160)

QUADRO XIV – Casas nobres durienses sem pedra-de-armas	
DESIGNAÇÃO /CASAS	
<b>BAIXO CORGO</b>	
Casa dos Feios (Guiães, VR)	
Casa de Casal de Matos (Mateus, VR)	
Casa dos Brocas (Vila Real, VR)	
Casa no Largo de São Pedro nº 16 – 26 (Vila Real, VR)	
Casa do Caminho de Baixo (Vila Real, VR)	
Casa da Boa Vista (Cumieira, SMP)	
Casa [designação desconhecida] (Cumieira, SMP)	
Casa dos Osório (São João de Lobrigos, SMP)	
Casa da Quinta do Bairro (São João de Lobrigos, SMP)	
Casa de Santiago (Vila Marim, MF)	
Casa no Lugar de Vilar [designação não identificada] (Barrô, RS)	
Casa no Lugar de Vilar 2 [designação não identificada] (Barrô, RS)	
Casa da Corredoura (Cambres, LMG)	
Casa [designação não identificada] (Sande, LMG)	
Casa e Capela de Nossa Senhora da Conceição (Aldeias, AMM)	
Solar dos Gouveias (Fontelo, AMM)	
<b>CIMA GORGO</b>	
Casa do Seixo com Capela de Santa Rita (Murça, MÇ)	
Solar dos Castros (Alijó, ALJ)	
Casa da Obra (Favaios, ALJ)	
Casa e Capela da Família Santos Melo (Santa Eugénia, SBS)	
Casa do Vale (Provesende, SBS)	

<sup>366</sup> Veja-se Figueiroa-Rêgo, João. 2003. «A “Collecta Sumptuária” Oitocentista, alguns aspetos da sua controversa aplicação.» *Arquipélago. História* 2ª Série, VII: 285-304.

<sup>367</sup> Decreto de 29 de março de 1894, Diário do Governo nº 122, abril de 1894.

QUADRO XIV – Casas nobres durienses sem pedra-de-armas
DESIGNAÇÃO /CASAS
Casa do Cimo da Vila (Provesende, SBS) Casa dos Azeredos (Sabrosa, SBS) Solar dos Regos (Sendim, TBÇ) Casa da Quinta Maria Vaz (Tabuaço, TBÇ) Solar do Fundo de Vila (Tabuaço) Casa dos Lopes (Nagozelo do Douro, SJP) Casa dos Ansiães (Paredes da Beira, SJP) Casa de João Sobral (Soutelo do Douro, SJP) Solar dos Caiado Ferrão (Trevões, São João da Pesqueira) <b>DOURO SUPERIOR</b> Solar das Senhoras de Sendim (Santa Comba da Vilariça, VF) Casa do General Claudino Pimentel (Torre de Moncorvo, TM) Casa do Morgado Leopoldo Henriques (Torre de Moncorvo, TM) Solar da Vila (Castelo Melhor, VNFC) Solar dos Donas-Botto Pinto (Sebadelhe, VNFC) Casa do Cônsul (Poço do Canto, MD)

Quadro-síntese realizado pela autora.

A par da pedra-de-armas, enquanto elemento identificativo da família que habitou ou habita a casa, ou mesmo que a mandou edificar, as cartelas epigrafadas terão de ser da mesma maneira levadas em consideração. A sua utilização é muito comum na arquitectura civil doméstica, tanto, na frontaria de casas como nas suas capelas, no exterior e no seu interior (em lápides e outros suportes). As cartelas são elementos pintados ou esculpidos nos quais se regista uma inscrição, divisa ou baixo relevo ou simples decoração. Utilizadas em profusão na arquitectura, no caso duriense elas são esculpidas em granito. No que se refere ao formato e tratamento, podem ser rectangulares, circulares, e/ou ovaladas, com ou sem acrescentos decorativos. Podem ser muito singelas, sem qualquer tipo de emolduramento, como podem possuir moldura e enrolamentos com concheados assimétricos de gosto rococó.

Nas cartelas se epigrafaram dados relevantes sobre o encomendador, as datas de construção, ou, no caso das capelas, a invocação do Santo ou Nossa Senhora a que são votivas (**Fig. 399-406**). Os exemplos são inúmeros, e a sua existência permite saber um pouco mais sobre estas casas, suas capelas, encomendantes, administradores, e outros, preenchendo uma lacuna que a escassez ou omissão das fontes deixara em aberto.

Além destas há ainda outras inscrições, geralmente datadas ou notícias relativas a remodelações, que se encontram em qualquer parte do edifício, tanto no seu exterior (fachada, pilastras, cunhais, entre outras), como no interior das casas e capelas (nas lages, paredes e túmulos).



FIG. 399 - CASA DE SANT'ANA, OLIVEIRA (MF).  
INSCRIÇÃO "1724" (PORTAL).  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, JULHO DE 2013).



FIG. 400 - SOLAR DOS CASTROS, ALIJÓ (ALJ).  
INSCRIÇÃO "1752" (PORTA DE ENTRADA).  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, MAIO DE 2014).



FIG. 401 - CASA BRASONADA DE FRECHAS (MDL).  
INSCRIÇÃO "ANNO D.1768"  
(PORTAL DA CAPELA DE SANTA ANA).  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, ABRIL DE 2014).



FIG. 402 - CASA DOUTEL E CAPELA DE NOSSA SENHORA DOS PRAZERES, TORRE DE MONCORVO (TM).  
INSCRIÇÃO "1714" (PORTAL DA CAPELA).  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, AGOSTO DE 2013).





FIG. 403 - CASA DO TERREIRO, CIDADELHE (MF).  
INSCRIÇÕES "ANNO. D.M." E "MDCC.XXX.II"  
(BASE DE PILASTRA DA ESQUERDA E DIREITA DA FACHADA PRINCIPAL)<sup>368</sup>.  
(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, JULHO DE 2013).



FIG. 404 - CASA DA FONTE E CAPELA DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS, CELEIRÓS DO DOURO (SBS).  
INSCRIÇÃO "O REVERENDO PADRE FRAQCISCO FURTADO DE AZEVEDO SOTOMAYOR FIDALGO DA CASA DE SUA Magestade Moradore neste Lugar", e "MANDOU FAZER ESTA CAPELA A SUA CVSTA PARA NELA SE SATISFAZER EM AS OBRIGAÇÕES DO MORGADO DA SVA CAZA E A DEDICOV A S FRANCISCO"  
(FACHADA DA CAPELA DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS)<sup>369</sup>.  
(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, MAIO DE 2014).

<sup>368</sup> No interior da capela desta casa encontra-se uma outra inscrição com os seguintes dizeres: "ESTA CAPELA E CAZAS MANDOU FAZER MANOEL DE GOUVEIA FRIAS ANNO DE 1740 PADER NOS AVE MARIA POR SUA ALMA", assinalando a edificação por iniciativa de Manoel de Gouveia Frias (SIPA 2016). Por último, no pátio temos a data de "1880", que se supõe corresponder à realização de obras de beneficiação (SIPA 2016).

<sup>369</sup> No interior da capela, sobre o pavimento da nave, numa lápide sepulcral, há mais uma inscrição: "SEPULTURA DO REVERENDO PADRE FRANCISCO FURTADO DE AZEVEDO FUNDADOR DESTA CAPELLA" (SIPA 2016).



FIG. 405 - SOLAR DOS CAIADO FERRÃO, TREVÕES (SJP)<sup>370</sup>.

**INSCRIÇÃO “TOTA PVL / CRA ESTA MARIA 1768”**  
 (FACHADA DA CAPELA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO).  
 (FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, JANEIRO DE 2014).



FIG. 406 - CASA GRANDE DE FREIXO DE NUMÃO (VNFC).

**INSCRIÇÃO “TOTA PULCRITAS EST MARIAE MDCCLXXXIII”**  
 (FACHADA DA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO).  
 (FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, DEZEMBRO DE 2013).

Resta-nos acrescentar que na área da Região Demarcada do Douro nos apercebemos que alguns dos elementos identificativos correspondem já a intervenções mais recentes. Nomeadamente, a colocação da pedra-de-armas do Município de Mêda, na realidade antigo Solar da Família Sampaio de Almeida, na Mêda (MD), e que foi adaptado a Câmara Municipal. Também a Casa da Quinta do Bucheiro em Celeirós (SBS) recebeu a inscrição “QUINTA DO BUCHEIRO” (em granito), a Casa da Quinta do Bairro, em São João de Lobrigos (SMP), a de “Quinta do Bairro” (em azulejo), e a Capela do Solar dos Távoras, em São João da Pesqueira (SJP), uma outra com a data da edificação e reedificação, tudo intervenções mais recentes (Fig. 407-408).

<sup>370</sup> No interior da capela deste solar vamos encontrar também uma lápide onde se lê: “FRANCISCO XAVIER D'ALMEIDA CAIADO DE MELO E VASCONCELOS MANDOU FAZER ESTA OBRA. ANO DE 1771”.



FIG. 407 - CASA DA QUINTA DO BUCHEIRO, CELEIRÓS DO DOURO (SBS).  
INSCRIÇÃO "QUINTA DO BUCHEIRO".  
(FACHADA PRINCIPAL).  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, MAIO DE 2014).



FIG. 408 - SOLAR DOS TÁVORA, SÃO JOÃO DA PESQUEIRA (SJP).  
INSCRIÇÃO "EDIFICADA EM 1774" E "REEDIFICADA EM 1899".  
(FACHADA DA CAPELA).  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, JANEIRO DE 2014).

### ***Fachadas laterais e posteriores***

Neste universo foi possível verificar que algumas fachadas principais não apresentam qualquer decoração, relegando toda essa carga para as fachadas laterais e até mesmo posteriores. Este aspecto não é muito comum, pois como temos visto é à fachada principal que cabe receber todo o prestígio e preocupação decorativa, dispensando em grande parte das casas identificadas o tratamento ornamental no que



toca às fachadas laterais e posterior. É disso evidente excepção, a Casa do Outeiro<sup>371</sup>, em Cidadelhe (SMP), cuja fachada lateral direita adjacente à via pública<sup>372</sup>, e fachada posterior voltada para a cerca, são as mais decoradas de todo o edifício (**Fig. 409**). Este tratamento não será por acaso, uma vez que ambas se direccionam para a via pública e a freguesia, mas sobretudo para outras duas casas também nobres – a Casa do Terreiro e a Casa da Quinta do Poço<sup>373</sup>.



*FIG. 409 - CASA DO OUTEIRO, CIDADELHE (SMP).*

*(A) FACHADA PRINCIPAL.*

*(B) FACHADA LATERAL DIREITA.*

*(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, JUNHO DE 2013).*

Refira-se ainda o Solar dos Lemos, em Vila Flor (VF), no centro da vila, em que a fachada principal somente se destaca das restantes pelo portal de entrada, com diversos elementos escultóricos ligados ao brasão. A decoração das janelas repete-se nas restantes fachadas e a gramática decorativa surge igualmente nas portadas.

Quanto às outras casas, as suas fachadas laterais e posterior recebem na prática o mesmo tratamento das demais construções urbanas e rurais existentes na região. Na grande maioria destes exemplares, as fachadas laterais possuem vãos rasgados com molduras rectas e/ou circulares, cuja cantaria é lisa e sem qualquer ornamento

<sup>371</sup> Em cuja fachada principal, em parte escondida pela disposição topográfica, remete a decoração para as restantes – laterais e posterior, fachadas que curiosamente são visíveis nas vias públicas.

<sup>372</sup> Pequena rua que corre da Estrada Municipal 602-1, principal via de circulação desta freguesia.

<sup>373</sup> A respeito de ambas, consulte-se, Vol. III - Fichas de inventário, parte I.

associado<sup>374</sup>. Este facto deve-se porventura à circunstância de desempenharem ali um papel menos importante, a que acresce a sua orientação, geralmente viradas para ruas e vias secundárias da malha do aglomerado.

Em suma, e não é excessivo repeti-lo, na casa nobre duriense, em regra, o destaque recai sobre a fachada principal, sempre orientada para uma avenida, rua e via principal, ou para um grande largo ou praça.

Por fim, sobre os aspectos arquitectónicos e decorativos não podemos deixar de evidenciar o facto de ser no Baixo e Cima Corgo que se tornam visíveis as casas mais simples, de linhas sóbrias, progressivamente encaminhadas para uma expressão clássica e erudita. Já o Douro Superior, com um número inferior de casas em relação às outras sub-áreas, se caracteriza pela decoração mais rica e exuberante, num primeiro momento direccionada para um Barroco clássico, contido e preso a uma linguagem maneirista e renascentista. Aos poucos, atingirá um Barroco tardio, de que se salienta o uso exagerado de ornatos. Nota ainda para a evidência de encontrarmos alguns importantes exemplares barrocos no Baixo e Cima Corgo, fruto de intervenções mais adiantadas no tempo, sem que isso faça esquecer, os exemplares mais simples que se destacam nesta região.

Regressamos com toda esta análise à velha questão historiográfica das diferenças entre o norte e sul no ciclo do Barroco, já assinalado a propósito da decoração das fachadas. Concluía então aquele historiador, há alguns atrás:

“Se no Centro e no Sul do País as fachadas não apresentam a exuberância decorativa que caracteriza as do Norte, é ainda nelas que se concentra maior esforço, embora, nesta particular, o Sul, região que adopta soluções mais arquitectónicas – ofereça maior equilíbrio entre o exterior e o interior” (Azevedo 1988, 71).

---

<sup>374</sup> Não nos podemos esquecer ainda dos casos em que as casas, estando integradas na malha prescindiram das fachadas laterais, uma vez que se encontram ligadas às restantes. Aqui se verifica mais uma vez que o tratamento é reservado à fachada principal, por imposição do contacto que estabelece com a via pública.

## Capítulo V – Os ambientes domésticos e a decoração interior

No que respeita aos interiores da casa nobre duriense, a informação que dispomos é escassa. Ainda assim, apoiados nos registos SIPA de algumas das casas que descrevem não só o exterior, como o seu interior, a par da bibliografia respeitante a esta temática, e do que observámos das poucas casas que tivemos oportunidade de visitar, é-nos possível ensaiar nas suas linhas gerais a reconstituição de como os interiores durienses se distribuem e organizam<sup>375</sup>.

É claro que, infelizmente, algumas delas foram alvo de obras de remodelação, tendo sofrido profundas alterações, pelo que só mediante um exame atento se poderá compreender as diferentes campanhas de obras que ali decorreram. Neste particular, que toca aos interiores, tais alterações correspondem à reorganização e redistribuição dos respectivos espaços através da abertura de corredores, ou de novas salas.

Como acontece com a arquitectura exterior, quando comparada com a casa rural ou urbana, a casa nobre destaca-se pela riqueza e opulência das dependências interiores, como de resto evidenciou Augusto Moutinho Borges (2001, 38) – “há no interior das casas algumas características que as individualizam do restante património construído.” Ainda assim, em resultado das especificidades territoriais, deve-se ter presente a possibilidade destas casas se diferenciarem das restantes edificadas no País, apresentando-se inclusive mais pobres ao nível decorativo. Mas só uma análise do conjunto permitirá entender se os ambientes domésticos ao nível da organização e decoração se diferenciam dos restantes, ou se apresentam afinidades de grande semelhança.

---

<sup>375</sup> Para o efeito consultou-se as publicações de Carita 1983; 2014; 2015; 2016; Azevedo 1988, 73-74; Borges 2000, 2001, 2003, 2008; e Osório 2006. Procurámos também outras leituras mais genéricas que abordam um ou outro aspecto mais específico dos interiores de algumas destas casas, tais como, Binney 1987; Silva 1988; Saraiva 1999; Gil 1996; Franco 2015; Cunha 2011; e Malta 2014. Além das descrições contidas na plataforma *on-line* do SIPA.



## 5.1. Organização dos ambientes domésticos

### 5.1.1. Do piso térreo ao piso nobre

Sob o título de *Aditamento ao Livro Intitulado Jornada pelo Tejo*<sup>376</sup>, o arquitecto José Manuel de Carvalho e Negreiros (1776-1815)<sup>377</sup> desenvolver um importante trabalho, em forma de tratado de arquitectura, no qual tratou da interpretação, organização e funcionamento da habitação nobre do final do século XVIII. De forma geral, é sobre os problemas e a complexidade do projecto de um palácio real que o texto se debruça. Como introdução ao tema, o autor define então um programa organizativo de uma habitação senhorial, dividindo-a hierarquicamente em três escalões: “habitação de um nobre casado, habitação de um fidalgo e habitação de um titular ou grande do reino” (Carita 2014a, 12). Segundo Hélder Carita (2013, 2014a) que dele se ocupou, transcrevendo-o e analisando-o,

“Na sua estrutura expositiva, Negreiros faz uma enumeração completa dos compartimentos necessários a uma habitação para um nobre casado, acrescentando progressivamente divisões e aposentos para os outros casos de habitação de um fidalgo e titular, em uma hierarquização conformada em uma lógica de aparato e complexidade.” (Carita 2014a, 12)

O documento vai fornecendo ainda todas as nomenclaturas de cada espaço, regime de precedências ao nível dos compartimentos do andar nobre, permitindo de forma comparativa esclarecer importantes pontos sobre a organização geral de uma habitação senhorial da época, assim como as classificações de cada espaço e respectivas funções (Carita 2013, 601). Interessa-nos do seu conteúdo a descrição da habitação adequada a um *nobre e fidalgo cazado*, figuras que pertencem à esfera dos encomendantes da casa nobre duriense:

<sup>376</sup> *Aditamento ao livro intitulado Jornada pelo Tejo que foi ofº a S. A. Real o Príncipe Nosso Senhor que Deus guarde em anno de 1792-1797*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, Códice 3758-62. Em consulta, na secção de Microfilmes, Cota: FR.933.

Sobre este tratado veja-se Carita 2013 e 2014a.

<sup>377</sup> José Manuel de Carvalho Negreiros (1776-1815), arquitecto activo na segunda metade do século XVIII e início do século XIX, era filho de Eugénio dos Santos (1711-1760), e neto de Manuel da Costa Negreiros (1702-1750). Tendo estudado em Itália onde ficou durante 8 anos, e donde regressou por volta de 1776-1780, foi nomeado em 1788 medidor dos Paços Reais, cargo que abandonou para tomar posse como segundo arquitecto dos mesmos Paços. A sua actividade desenvolve-se sobretudo naquele cargo, tendo trabalhado na grande maioria dos palácios reais. Distinguiu-se igualmente como autor de várias obras teóricas no campo da engenharia civil (Bonifácio, Horário M. Pereira. 1989. “NEGREIROS, José Manuel de Carvalho e” in Pereira 1989, 314-315).

“[...]”

Para a habitação de hu nobre cazado

Plano térreo

Logea de entrada escada principal cavallariça, cocheiras, armazéns, quartos para Bolieiros e mais moços de despenças, e despejos, cozinha quarto para o cozinheiro, escadas particulares

Primeiros mezaninos

Palheiro, celleiro caza de arreios, quartos para criados graves p<sup>a</sup> o escudeiro para o capellão, quartos para filhos maiores, e para o dono da caza os seguintes antecâmara, gabinete, caza para a livraria, outra para archivo, outra grande para guarda roupa, e outra para despejos com chaminé

Plano nobre

Sala de espera, antecâmara, sala de visitas, gabinete, toucador, oratório ou tribuna para a ermida, caza de jantar, câmara, guarda roupa com chaminé, caza de lavor, despejos

ultimos Mezaninos

Quartos para fihas, para creadas, para os filhos the idade de cinco annos caza de roda?, cozinha p<sup>a</sup> engomar proporcionada despejos

Para a habitação de hum fidalgo Cazado

As entradas e prospectos suposto que nas mais alturas e destrucimentos (?) serão mais e com alguns emblemas

Plano térreo

Cavallarice e os cómodos relativos em proporcionada grandeza cocheiras e quartos para cocheiros, bolieiros, Moços da taboa, fil da caza dos Arreios, moços da cavalharice comprador cozinheiro e ajudante copeiro cozinha com os cómodos e pateos relativos semelhantes aos q<sup>e</sup> forão ponderados na acomodação da estalagem, cozinha da copa com forno e mais despejos e hu quintalão podendo ser

Primeiros Mezaninos

Fizera os mesmos cómodos destinados para o Nobre com a diferença de haver mais para hum capellão, p<sup>a</sup> outro escudeiro outro guarda roupa, secretario, estribeiro e mordomo

Plano nobre

tihra de mais do que tem o nobre antes da sala de vizitas duas antecamaras e depois da caza de jantar hum gabinete para o café e huma caza do tinél e mais outra camara de despejos

ultimos Mezaninos

Fizera quartos para maior numero de criados, Aias, damas para os filhos ate à idade de sinco annos, guarda roupas tudo mais como na casa de nobre Havendo hu quintalão ou quinta podiase nella ampliar os commodos que lhe he permitido ou que o luxo inflise quando tivesem toda a liberdade honras para satisfazerem os seus appetites [...]"

(Carita 2013, 604-605)

Nesta formulação, Carvalho Negreiros toma "[...] por outro lado, como base de exemplificação, um modelo de edifício com quatro pisos, afastando-se do modelo mais comum em Portugal, com dois pisos e sótão" (Carita 2014a, 12), com o primeiro andar conformando o piso nobre. Enquadrado neste modelo, não identificamos entre os objectos de estudo nenhuma casa nobre que lhe corresponda. As casas inventariadas são obviamente mais pequenas e tratadas a uma escala mais reduzidas, ainda que a sua divisão funcional por pisos e especificidades de áreas interiores, nos remetam para formas idênticas de viver. Como referimos no capítulo anterior, estas casas seguem a prática da arquitectura doméstica erudita, onde a habitação se desenvolveu em edifícios de dois pisos - piso térreo e nobre. Por imposição das necessidades familiares, geralmente ocasionadas pelo aumento da família ou acomodagem da criadagem, algumas casas possuem actualmente um sótão, o que corresponde à edificação tardia de um novo nível, como de resto acontece num dos exemplares, o Solar dos Ribeiro Beleza, em Provesende (SBS) e na Casa de Nossa Senhora da Conceição, em Cedovim (VNFC)<sup>378</sup> (**Fig. 410-411**).

Embora não tenhamos tratado na nossa investigação a questão da criadagem e de como esta se instalava na casa nobre duriense, supomos que em algumas casas o sótão era precisamente para os cómodos do pessoal doméstico, à semelhança do que acontecia noutras regiões<sup>379</sup>. Na inexistência do sótão teremos de considerar outras situações, como exemplo, o uso do piso térreo ou anexos exteriores para os criados se acomodarem.

<sup>378</sup> De acordo com a Fig. 411, a Casa de Cedovim possuía à data de 1910 um sótão com duas janelas. Desconhecemos se estas terão sido abertas durante a edificação desta casa, ou se posteriormente. Na actualidade, estas janelas já não existem, ignorando-se ao certo quando as mesmas foram tapadas e se o referido sótão ainda existe.

<sup>379</sup> Sobre a presença do sótão e da sua relação com a criadagem, consulte-se Franco 2010, 75-85.



FIG. 410 - CASA DOS BELEZA, PROVESENDE (SBS).

(A) FACHADA PRINCIPAL.

(B) MANSARDAS.

(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, MAIO DE 2014).



FIG. 411 - CASA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO, CEDOVIM (VNFC).

FOTOGRAFIA C. 1910.

FACHADA PRINCIPAL. DESTAQUE PARA A ABERTURA DE MANSARDA NO LADO DIREITO DO TELHADO, ACTUALMENTE INEXISTENTE.

(FONTE: COIXÃO 2010, 159).

A par da existência de casas nobres com dois pisos, encontramos na região duriense residências com apenas um piso. Este aspecto, como ficou sobejamente explicado, deve-se na maioria dos casos ao condicionamento topográfico do terreno. Apresentando-se o terreno com diferentes cotas, o piso térreo é alocado em cota baixa, muitas vezes encostado a um vale ou monte, de que resulta um espaço de dimensões limitadas e sem qualquer serventia. Noutros casos ainda, este piso nem sequer existe pelos aspectos mencionados.

No que concerne às funções de cada piso, Carvalho e Negreiros não anda longe do que também se observa na Região Demarcada do Douro:

“Na sua distribuição programática, o arquitecto começa por colocar no piso térreo, de forma tradicional, os serviços de apoio à vida quotidiana: cavallariça, cocheiras, armazéns, quartos para bolieros e mais moços de despensas, e despejos, cozinha, quarto para cozinheiro. Na articulação destes espaços, o autor menciona naturalmente, a entrada, a escada principal e as escadas particulares” (Carita 2014a, 13)<sup>380</sup>.

Quanto ao piso nobre,

“[...] a arquiteto situa ainda neste piso um conjunto de compartimentos dedicados ao quotidiano do dono da casa, respectivamente, “antecâmara, gabinete, casa para a livraria, outra para arquivo, outra grande para guarda-roupa”. Esses tipos de compartimentos [...] situam-se no piso nobre, embora de forma menos sequencial e racionalizada como aqui se apresenta” (Carita 2014a, 14)<sup>381</sup>.

A par dos compartimentos privados, é também no piso nobre que se dispõe a sala de visitas, unidade nuclear e estruturante do programa dos interiores deste piso. De acordo ainda com o tratado de Manuel Negreiros, a sala de visitas é precedida de uma sala de espera, e de uma antecâmara<sup>382</sup> para a habitação de um nobre, aumentando esta sequência em duas antecâmaras quando se trata da habitação de um fidalgo, como esclarece o texto: “antes da sala de visitas duas antecâmaras” (Carita 2014a, 14). Segundo Hélder Carita, “podemos assim confirmar que a sala de espera, pelas funções que desempenha, é a “sala de oficiais” ou “sala vaga”, que encontramos em outros casos de inventários ou plantas” (Carita 2014a, 14).

Indo ao encontro das considerações de Carvalho e Negreiros, a casa nobre duriense incorpora as funções atribuídas a cada piso como ali se dissemina, a função utilitária para o piso térreo e a residencial para o nobre.

Como já sublinhámos, a relação destas casas com as quintas vinícolas e as propriedades agrícolas leva à necessidade de existirem determinadas estruturas de apoio ao desenvolvimento daquelas actividades. Assim, por uma questão logística, estabelece-se o princípio geral de consagrar o piso térreo para as dependências

---

<sup>380</sup> Sobre os compartimentos de serviços consulte-se Carita 2016.

<sup>381</sup> Parte dos compartimentos privados foram tratados pelo mesmo autor. em Carita 2014b.

<sup>382</sup> A função da antecâmara afasta-se agora do sentido herdado da Idade Média, em que representava um espaço íntimo, anterior à Câmara de dormir (Carita 2014a, 14).

articuladas com aquela função económica e também de gestão da própria casa. Era no piso inferior que se guardavam todo o género de bens alimentares, a que se juntava também a lenha, o carvão, os utensílios e as ferramentas ligadas à agricultura e produção vinícola, como ainda se alocavam tanques, pias, e mesmo adegas e lagares<sup>383</sup>. Nas casas onde encontramos adegas, é comum descobrir linhas de carris junto da fachada principal, por onde as caixas carregadas de uvas deslizavam para serem transformadas em vinho. É disso exemplo, a Casa da Quinta do Buceiro, em Celeirós (SBS), um bom exemplo da sobrevivência de produção e exploração vinícola que conseguiu chegar até aos nossos dias (**Fig. 412**).

Em simultâneo com a produção de vinho, algumas casas, sobretudo as do Douro Superior, dispunham no piso térreo lagares com toda a maquinaria e ferramentas de apoio à produção de azeite, outra produção que em muitas delas ainda hoje perdura.



FIG. 412 - CASA DA QUINTA DO BUCHEIRO, EM CELEIRÓS (SBS).

(A) FACHADA PRINCIPAL

(B) PORMENOR DE LINHAS DE CARRIS.

(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, MAIO DE 2014).

<sup>383</sup> No meio rural, e sobretudo no Douro Superior, é muito comum ouvirmos falar de “loja”, designação que o piso térreo adoptou. Este vocábulo continua a ser utilizado pela população no nosso tempo para designar “os baixos” das suas casas, onde, além se acomodavam os animais nos palheiros, garantindo uma temperatura amena, gerada pelo calor que se transmitia a toda a casa. Este aspecto não se observa na casa nobre propriamente dita, sendo que o piso térreo era somente ocupado pelas referidas dependências.



Por fim, o número e diversidade de funções associadas ao piso térreo dependem do contexto envolvente da casa, em espaço urbano ou meio rural, e das circunstâncias do uso, que se ligam, directa ou indirectamente, a actividades produtivas, quando inseridas em quintas de exploração vinícola ou agrícolas. Neste último caso, as dependências mencionadas localizam-se na sua grande maioria em edifícios separados da residência, mas situados nas proximidades<sup>384</sup>.

Considerando as funções de cada piso, sem dúvida que a do piso térreo corresponde à vertente menos prestigiante e subsidiária da habitação, enquanto que a do piso térreo se destina à habitação familiar, de acordo com a cristalização da antinomia alto/baixo, como de resto sublinhou Isabel Albergaria (2012, Vol.1, 188). Supomos, assim, que é tendo presente estas funções que o programa arquitectónico e artístico, se rege, quer no exterior, quer no interior, em termos de organização e distribuição dos espaços. Trata-se, portanto, de conceber uma casa não só à imagem dos seus proprietários, dos seus gostos, mas sobretudo atendendo às suas necessidades, actividades e práticas sociais, tanto profissionais como as particulares.

Como observámos no capítulo anterior, parte das casas nobres durienses, sobretudo as que se encontram ligadas a estas actividades agrícolas e vinícolas, apresentavam um vocabulário mais simples e clássico. Como o piso térreo era destinado a despensas e arrecadações de bens alimentares e outros, compreendemos a opção por janelas de pequena dimensão – óculos ou jacentes (janelas de formato rectangular), como na Casa da Quinta do Bairro, em São João de Lobrigos (SMP), e/ou na Casa nobre [designação não identificada] em Cambres (LMG). Na realidade, não era necessário iluminar o andar inferior com grandes entradas de luz, uma vez que se mantinha a temperatura mais baixa, proporcionando áreas mais frescas por exigência da conservação dos alimentos que ali eram guardados. Verificámos ainda a existência de janelas de maiores dimensões, correspondentes e que corresponderão já a edificações da década de 1770, ou mesmo posteriores, ainda que a função do piso térreo se mantivesse de mero apoio aos serviços da casa. São disso exemplo, a Casa Grande de Almendra (VNFC) e o Solar dos Cancelos, em Cancelos do Meio (MD), entre tantas

---

<sup>384</sup> Sobre a disposição de adegas e lagares no contexto das quintas históricas, consulte-se Fauvrelle 1999, 51-58.

outras. Esta diferença decorativa ao nível da fachada (piso térreo) é sobretudo visível nos exemplares do Baixo e Cima Corgo, onde a exploração vinícola conhece um particular desenvolvimento, ao contrário do Douro Superior, mais virado para a produção de azeite, apanha de amêndoa, e outros frutos. E apesar de, no século XIX, um pouco por todo o País, se ter assistido à conversão do piso térreo em espaços de sociabilidade, no caso duriense tal não se verificou, perdurando tais funções até aos nossos dias.

Já o piso nobre, em regra, se reservava para os proprietários da casa, sua família, convidados e criadagem. Os segundos, pela sua proximidade à família e importância podiam aceder aos principais aposentos de convívio – às salas, aos grandes salões, e evidentemente à capela. Em especial por ocasião de acontecimentos festivos, em que estes espaços se convertiam em verdadeiros espaços de representação social, onde a família, a seguir à fachada, manifestava o seu poder económico por via da decoração interior.

As funções dos pisos que descrevemos é reveladora de uma hierarquização que estabelece gradações em profundidade, do mais público para o privado. Ainda sujeitas às particularidades da sua especificidade geográfica, ou da exploração vinícola e restantes sectores, no fundo, a distribuição de espaços acompanhou o que se fazia no resto em todo o país. No que toca à gradação de funções, ela é evidenciada pela utilização de determinados elementos de transição ou articulação entre os dois pisos, sendo comum constatararmos na casa nobre a existência de um vestíbulo e de escadarias.

### **5.1.2. Elementos de transição: vestíbulo e escadaria**

A existência de elementos de transição corresponde, por outro lado, a uma ideia de acentuação do valor cenográfico da entrada, articulada pela colocação do vestíbulo, seguido de escadaria. Estes elementos dão “[...] o mote para a teatralização dos acessos à generalidade da arquitectura residencial europeia dos séculos seguintes” (Albergaria 2012, 197), princípio que é igualmente válido para a região duriense<sup>385</sup>.

---

<sup>385</sup> Sobre a teatralidade e a relação com a escadaria, veja-se, Mesquita 2007, 41-47.

De uma forma mais racionalizada, estes elementos fazem parte do corpo central de um conjunto de casas dotado de uma lógica sequencial do seu dispositivo de interiores: vestíbulo, escadarias e salão (Carita 2014c, 126). Lógica que acaba por se instituir como núcleo gerador de todo o programa arquitectónico, articulando-se em planta com duas alas laterais e simétricas, e acrescentando coerência ao esquema distributivo interior (Carita 2014c, 126). É a partir do vestíbulo de entrada, pensado para permitir a entrada dos coches, que se distribuem os restantes espaços. À esquerda e à direita, os acessos para as cocheiras e cavalariças, da mesma maneira que, no piso superior, os dois portais colocados simetricamente, à esquerda e à direita, dão acesso a duas alas independentes da habitação.

Na maior parte dos exemplares inventariados na Região Demarcada constatou-se a existência do vestíbulo. Primeiro espaço interior destas casas, ele corresponde, na realidade, à sua entrada, embora seja tratado como um espaço intermédio, interior em relação à rua e exterior em relação à casa (Carita 1983, 121). O vestíbulo é ainda uma pseudometamorfose do pátio, interior ou murado, como área de transição e privacidade doméstica, sendo um espaço de recepção e um nó de distribuição para as diferentes zonas do programa arquitectónico (Carita 1991, 111).

Relativamente à forma deste vestíbulo, Augusto Moutinho Borges (2001, 38) que estudou as casas do Vale do Côa no Douro Superior, a ele se refere do seguinte modo: “Todos os pátios diferem entre si mantendo-se, no entanto, um esquema próprio, a que atribuímos duas fases evolutivas.” Segundo o autor, o vestíbulo nasce rectangular, passando depois a um quadrado que termina no arranque de escadas, geralmente acentuado pela colocação de um arco (Borges 2001, 38). A colocação do arco leva o mesmo autor a considerar essas volumetrias, como um elemento que origina a separação ideológica do espaço, que, ao invés de restringir, dignifica o seu interlocutor (Borges 2008, 43).

Sobre a sua decoração, e mais uma vez ao contrário do que acontece noutras zonas do país, o vestíbulo apresenta-se desprovido de qualquer ornamento ausente do “[...] esplendor dos cortejos, brilho dos castiçais e dos lustres [...]” (Carita 1983, 121). Sendo as paredes sempre rebocadas e caiadas, fazendo realçar os elementos decorativos das escadas, portas e tectos. Diferenciavam-se, deste modo, dos palácios

lisboetas, que eram decorados com painéis de azulejo contendo cenas do quotidiano e outras temáticas (Carita 1983, 121). No conjunto de casas nobres da Região Demarcada existem, é certo, algumas exceções, mas na verdade são um produto das intervenções dos seus proprietários, não correspondendo à decoração original. Referimo-nos ao Solar da Rede, em Mesão Frio e à Casa das Torres de Oliveira, em Oliveira (MF), em cujos átrios foram colocados painéis de azulejos<sup>386</sup>, já em data posterior à sua edificação do edifício, enriquecendo assim o átrio de entrada de dois espaços agora convertidos em turismo de habitação<sup>387</sup> (**Fig. 413**).

A simplicidade decorativa era ainda evidenciada pelo pavimento, com grandes lajes de granito dispostas irregularmente ou estriadas. Solução cuja intencionalidade, segundo Moutinho Borges (2001, 38) visava evitarem-se dissabores, a pessoas e a animais, pois a área poderia ser um foco de humidade no Inverno. Era aí que, entre outros elementos exclusivos do pátio, se encontrava o limpa-solas.



*FIG. 413 - SOLAR DA REDE, MESÃO FRIO (MF).  
INTERIOR, ÁTRIO DE ENTRADA.  
(FONTE: SIP.FOTO.01035515 E FOTO.01035517).*

<sup>386</sup> “O amplo salão de entrada apresenta silhares de 10 azulejos de altura, de pintura azul apenas com o rodapé em marmoreado magnes e almofadas policromas nos elementos de separação apilastrados, a maioria de feitura recente. Apresentam paisagens campestres e fluviais típicas da produção coimbrã da segunda metade do século, com a intervenção de restauro por substituição de muitos azulejos, nomeadamente junto às ombreiras das portas, bem identificadas” (Simões, 2010 163).

<sup>387</sup> Consulte-se a respetiva ficha de inventário, Vol. III - Fichas de inventário, parte I.

Para a iluminação do vestíbulo, recorreu-se a diversas soluções. A primeira, por duas janelas abertas no piso térreo da fachada principal e alinhadas com o vestíbulo, geralmente ladeando o portal nobre. Assim, se fazia deste espaço uma “sala de recepção e fresco”, nos meses quentes (Borges 2008, 41). Outra forma de iluminação, era através da abertura de frestas e óculos na fachada principal, em lugar da habitual janela de maior dimensão. Aquelas janelas, de pequena dimensão, assumem diversas formas – rectangular, oval, trevo, entre outras – como ficou tratado no capítulo anterior. Ambas as soluções de iluminação se encontram, por norma, alinhadas com o eixo central da planta e com o lance de escadas para as quais a iluminação “entra” directamente.

Os exemplares onde encontramos este átrio central de entrada, são inúmeros: Casa dos Taveiras de Araújo, em Guiães (VR); Casa da Protelada, em Sedielos (PR); Solar da Rede e Casa das Torres de Oliveira, ambas em Mesão Frio; Casa da Corredoura, em Cambres (LMG); Casa do Cabo e Solar dos Pinto, em São João da Pesqueira (SJP); Solar dos Cortes Real, em Vilarouco (SJP); Casa dos Mansilhas, em Alijó (ALJ); Casa do Santo, em Provesende (SBS); Casa dos Barros, em Sabrosa (SBS); Casa da Quinta de Nossa Senhora do Loreto, em Sabrosa (SBS); Solar dos Lemos, em Vila Flor (VF); Solar dos Sampaio, em Linhares (CA); Casa Grande de Almendra, em Almendra (VNFC); Casa de Nossa Senhora da Conceição, em Cedovim (VNFC); Casa Grande de Freixo de Numão, em Freixo de Numão (VNFC); Solar da Família Aguiar, em Seixas do Douro (VNFC); Solar dos Sampaio de Almeida e Solar das Casas Novas, ambas na Mêda (MD); e o Solar dos Cancelos, Cancelos do Meio (Mêda) (**Fig. 414 a 416**). Algumas destas casas já sofreram profundas transformações, sem que isso tenha comprometido a leitura do vestíbulo e das escadas, assinalando, mais uma vez a sistemática presença desta solução arquitectónica.



**FIG. 414 - CASA GRANDE DE ALMENDRA, ALMENDRA (VNFC). INTERIOR, VESTÍBULO DE ENTRADA VISTO DA ESCADARIA PARA A PORTA DE ENTRADA. DECORADO COM PAINÉIS DE AZULEJO DO SÉCULO XIX. (FONTE: SIPA.FOTO.00507806).**



**FIG. 415 - SOLAR DOS SAMPAIO DE ALMEIDA (ACTUAL CÂMARA MUNICIPAL DA MÊDA), MÊDA (MD). INTERIOR, VESTÍBULO DE ENTRADA. DECORADO COM PAINÉIS DO SÉCULO XX. (FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, DEZEMBRO DE 2013).**





FIG. 416 - SOLAR DOS PINTOS (SJP) (ACTUALMENTE HABITAÇÃO FRACCIONADA). INTERIOR.

(A) VESTÍBULO DE ENTRADA.

(B) UMA DAS PORTAS DE ACESSO A ANTIGAS DESPENSAS.

(FONTE: SIPA.FOTO.00507806).

Procedendo a um exame metódico dos diversos exemplares, ressalta tratar-se de um elemento característico das casas nobres de planta rectangular (regular e irregular), servindo de eixo central e disposto em continuidade com o portal nobre (Osório 2006). Dos casos paradigmáticos<sup>388</sup>, destacam-se as casas nobres situadas no Douro Superior, como a Casa de Nossa Senhora da Conceição, em Cedovim, a Casa Grande de Almendra, em Almendra, o Solar dos Seixas de Aguilar, em Seixas do Douro, a Casa Grande de Freixo de Numão, todas no concelho de Vila Nova de Foz Côa, ou ainda os exemplares localizados no concelho da Mêda. Sem esquecer, no Cima Corgo, a Casa da Obra, em Alijó (ALJ), a Casa dos Barros, em Sabrosa (SBS), a Casa do Cabo e o Solar dos Pinto, ambos em São João da Pesqueira, e o Solar dos Corte-Real, em Vilarouco (SJP).

O vestíbulo pode também surgir noutras variantes, adquirindo por isso uma diferente configuração e disposição na respectiva planta. Pode inclusive, surgir descentrado em relação ao conjunto habitacional, deslocado para uma das pontas da planta da casa, como no Solar dos Sampaio, em Linhares (Carrazeda de Ansiães)<sup>389</sup> (Fig. 417). Solar de planta rectangular, foi construído num terreno inclinado, pelo que o piso

<sup>388</sup> Consulte-se as respectivas fichas de inventário onde se encontram mais imagens (Vol. III - Fichas de inventário, parte I a III). Veja-se ainda as descrições e plantas que constam do trabalho de Osório 2006 (por ordem de citação dos exemplos mencionados: 429-440; 414-415, 469-473; 444; 181-192; 200; 271).

<sup>389</sup> Segundo apurámos nas imagens disponibilizadas pelo SIPA (Fig. 418).

nobre se assume como um piso térreo, por onde se acede ao referido vestíbulo. Um espaço que à semelhança dos já mencionados possui pavimento irregular de granito, e portal de entrada para os compartimentos privados da casa (**Fig. 418**). Apesar das limitações topográficas que levaram a uma organização e distribuição diferenciada dos interiores, o vestíbulo representa sem dúvida o elemento principal de entrada.



FIG. 417 - SOLAR DOS SAMPAIOS, LINHARES (CA).  
(A) VISTA SOBRE O SOLAR; (B) FACHADA DE ACESSO AO INTERIOR.  
(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, JANEIRO DE 2014).

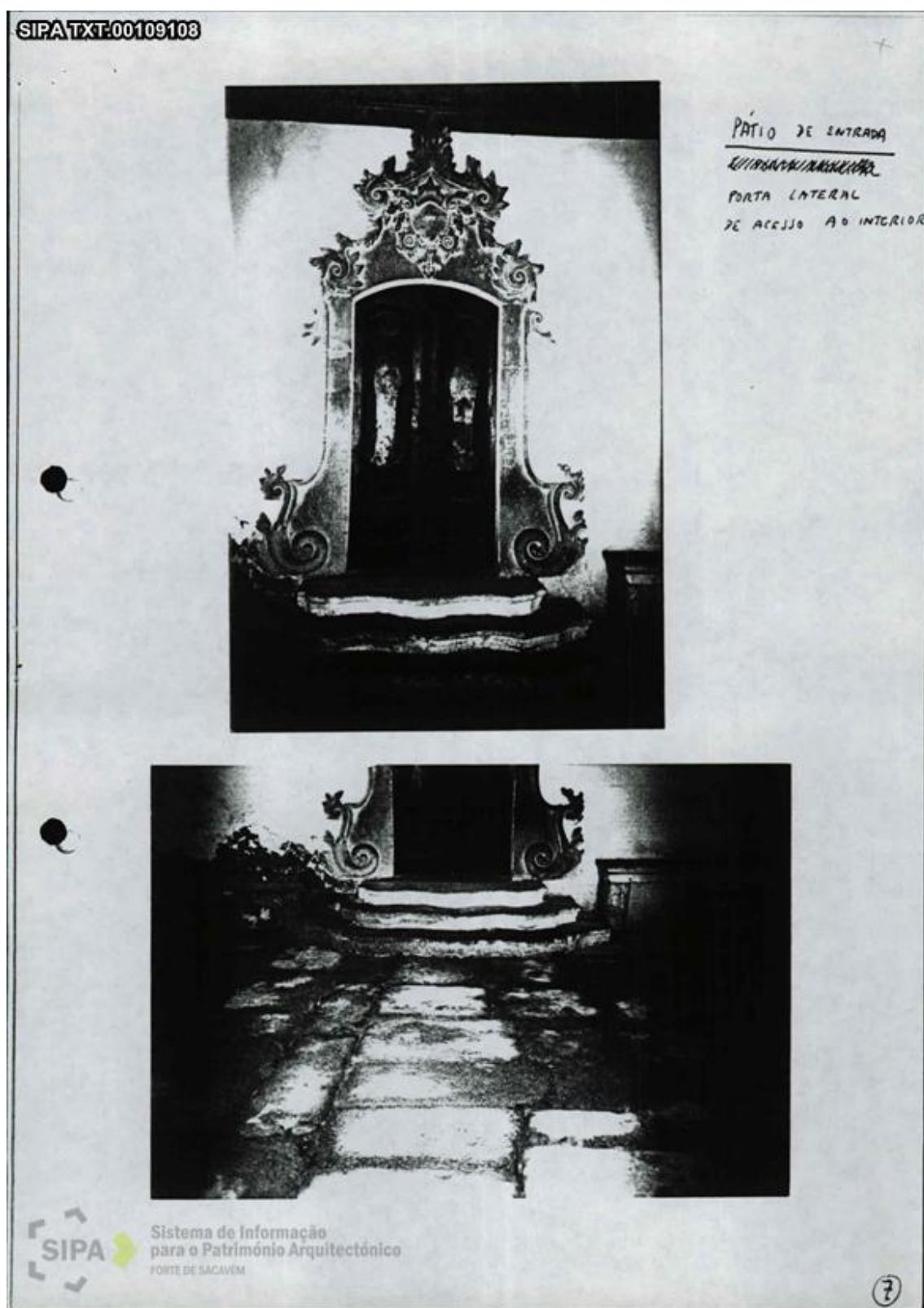


FIG. 418 - SOLAR DOS SAMPAIOS, LINHARES (CA).  
VISTA SOBRE O SOLAR; FACHADA DE ACESSO AO INTERIOR; VESTÍBULO DE ENTRADA.  
(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, JANEIRO DE 2014; SIPA TXT 00109108).

Dos exemplares, destaque ainda para o átrio da Casa da Quinta do Côtto, em Cidadelhe (MF; **Fig. 419**). Trata-se de um edifício constituído por um corpo rectangular, demarcado por pilastras, conformando o núcleo central de entrada, estruturado em torno de um pátio interior articulado com vestíbulo (Carita 2015, 396). Ao contrário das restantes casas, esta possui um vestíbulo de grande dimensão com dois arcos, um de acesso à escadaria, no lado esquerdo, e outro, de acesso ao pátio interior da casa, do lado direito (**Fig. 419**). Ainda de salientar, o portal de entrada e vestíbulo contíguo, que ao contrário das restantes casas inventariadas da região duriense possuem uma grande largura, supomos que para dar acesso a carruagens. Ao contrário do que acontecia noutras zonas do País, como nos palácios de Lisboa, em que pelas suas proporções possibilitavam o acesso directo dos coches e carruagens, num cerimonial q rigorosamente privado em relação ao exterior (Carita 1983, 122), o vestíbulo duriense nunca atingiu tal monumentalidade e funcionalidade à excepção do da Quinta do Côtto.

Por fim, é de mencionar que em alguns casos o vestíbulo é substituído pela sala de recepção. Isto é, ao invés de se aceder directamente ao átrio, entra-se antes para uma sala, a primeira da casa. É disso exemplo, a Casa da Quinta do Bairro, em São João de Lobrigos (SMP) e a Casa de Mateus, em Mateus (VR) (**Fig. 420 a 423**).



*FIG. 419 - CASA DA QUINTA DO PAÇO, CIDADELHE (MF). INTERIOR.*

*(A) VESTÍBULO.*

*(B) VISTA PARA O PORTAL DE ENTRADA E PARA O INTERIOR DA CASA (ACESSOS À ESCADARIA E AO PÁTIO).*

*(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, JULHO DE 2013).*





**FIG. 420 - CASA DA QUINTA DO BAIRRO, SÃO JOÃO DE LOBRIGOS (SMP).**  
**(A) FACHADA PRINCIPAL E PORTAL DE ACESSO – LADO DIREITO).**  
**(B) ESCADARIA DE ACESSO AO INTERIOR – SALA DE ENTRADA.**  
**(FONTE: SIPA FOTO.00841599; FOTOGRAFIA DA AUTORA, ABRIL DE 2016)**



**FIG. 421 - CASA DA QUINTA DO BAIRRO, SÃO JOÃO DE LOBRIGOS (SMP).**  
**INTERIOR. SALA DE ENTRADA.**  
**(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, ABRIL DE 2016).**

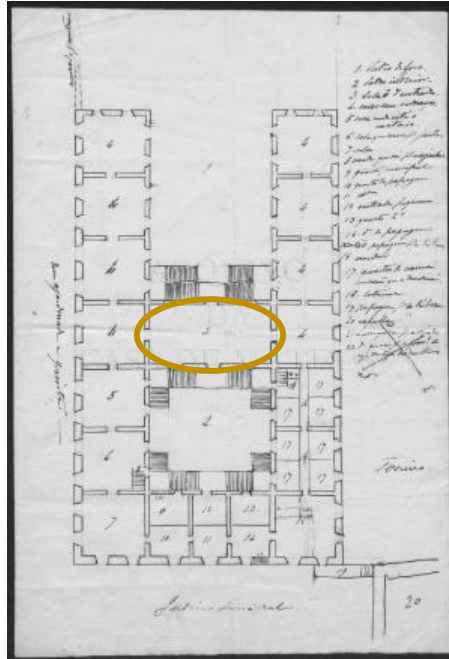


FIG. 422 - PISO NOBRE E PISO TÉRREO DA CASA DE MATEUS, VILA REAL (VR).  
DESENHO DO INVENTÁRIO DE DOM JOSÉ MARIA DE SOUSA BOTELHO MOURÃO VASCONCELOS (1758-1825),  
1800. PISO NOBRE.

LEGENDA DE PLANTA:

- 1- PÁTIO DE FORA; 2 - PÁTIO INTERIOR; 3 - SALÃO DE ENTRADA (VESTÍBULO); 4 - SALAS COM VIDRAÇAS; 5 - SALA ONDE ESTÁ O CARTÓRIO; 6 - SALA QUE SERVE DE JANTAR; 7 - SALA; 8 - ESCADA QUE VAI PARA A COZINHA;  
9 - QUARTO PRINCIPAL; 10 - QUARTO DE PASSAGEM (COM VISTA PARA O JARDIM PRINCIPAL/FACHADA POSTERIOR); 11 - SALA (COM VISTA PARA O JARDIM PRINCIPAL/FACHADA POSTERIOR); 12 - ENTRADA PEQUENA;  
13 - QUARTO 2.º; 14 - SALA DE PASSAGEM (COM VISTA PARA O JARDIM PRINCIPAL/FACHADA POSTERIOR); 15 - SALÃO DE PASSAGEM PARA A TRIBUNA; 16 - CORREDOR; 17 - QUARTOS DE CAMA COM SALÕES; 18 - LATRINA;  
19 - PASSAGEM TRIBUNA; 20 - CAPELA.

(FONTE: ARQUIVO DE MATEUS, COTA: PT/SICM/SSC 07.01/G.1959.02).



FIG. 423 - CASA DE MATEUS, VILA REAL (VR).  
INTERIOR. SALA DE ENTRADA.  
(FONTE: RIBEIRO 2005, 29)



Na sequência do vestíbulo encontra-se a escadaria. Como já mencionámos, no contexto duriense este elemento arquitectónico adquire maior expressão sobretudo no interior da casa, e não no exterior, como acontece noutros casos. Como Carlos de Azevedo (1988, 72-73) referiu, as casas urbanas, mas também as rurais, por necessidade do traçado de arruamentos, e por consequência da falta de espaço, foram obrigadas a incorporar a escadaria no interior. E de facto, na área geográfica em apreço é um elemento sempre presente.

Segundo Hélder Carita (2015, 240) uma das principais novidades da arquitectura doméstica erudita Setecentista foi precisamente a introdução de um novo esquema de entrada que incluiu as escadas<sup>390</sup>. Este esquema deriva da presença do vestíbulo, com o qual esta escadaria tem uma relação de distribuição e organização de todos os espaços da casa (2014b, 126-127). Assumindo-se como um elemento estrutural e funcional, a escadaria surge então como elemento de ligação entre os dois pisos e respectivos compartimentos, dispondo-se na já mencionada sequência – vestíbulo, escadaria e salão.

No que toca à sua estrutura espacial e construtiva,

“[...] as escadas reais constituem uma solução unitária em dois pisos, com pouca aptidão para se desenvolver em maior altura, abrangendo mais pisos. Com estas características e com o papel estrutural que lhe foi conferido, o núcleo de escadas reais tende a constituir-se como factor essencial à fixação de um modelo de palácio em dois pisos, com o piso nobre no primeiro andar e com espaços cobertos por altos tectos associados aos sistemas de cobertura.” (Carita 2014c, 127)

Como verificámos, a integração da escadaria está ainda vinculada ao programa arquitectónico da fachada, relacionando-se nesta alguns dos seus elementos com a própria colocação da escadaria no interior. O núcleo central é enfatizado pelos mencionados frontões assentes em pilastras, sendo a composição acrescida pela abertura de janelas que tendem a ser destacadas através de um desenho diferenciado face às janelas dos corpos laterais (Carita 2014c, 127).

No interior, na sequência do vestíbulo, as escadarias são realçadas pela imponente estrutura em granito, que ao longo do tempo conhece uma evolução

---

<sup>390</sup> O autor intitulou-as de “escadarias reais”, em razão da lógica construtiva e aparato cenográfico que as mesmas apresentam neste período. Veja-se Carita 2014c, 126-131.

estrutural, iniciada com uma formulação de desenho simples de um lance para vir a adquirir uma expressão mais dinâmica com mais de dois ou três lances opostos (**Fig. 424**). No caso duriense, temos um lance central, que se desdobra, após patim intermédio, em dois lances laterais simétricos e de sentido oposto, terminando ao nível do piso nobre com um vasto patim de acesso ao salão nobre (Carita 2014c, 122). Este modelo circula um pouco por todo o País (Carita 2014c, 127-128) e sobretudo pelas grandes casas senhoriais do norte. Na Região Demarcada do Douro, destacamos um conjunto de exemplares que primam pela monumentalidade, como a Casa Grande de Freixo de Numão (VNFC), a Casa Grande de Almendra, em Almendra (VNFC), a Casa de N. Sra. da Conceição, em Cedovim (VNFC), Solar da Família Aguilar, em Seixas do Douro (VNFC), a Casa dos Brolhas, em Lamego (LMG), a Casa do Cabo, em São João da Pesqueira (SJP), o Solar da Rede, em Mesão Frio (MF), e o Solar dos Sampaio de Almeida, na Mêda (MD) (**Fig. 425-429**).

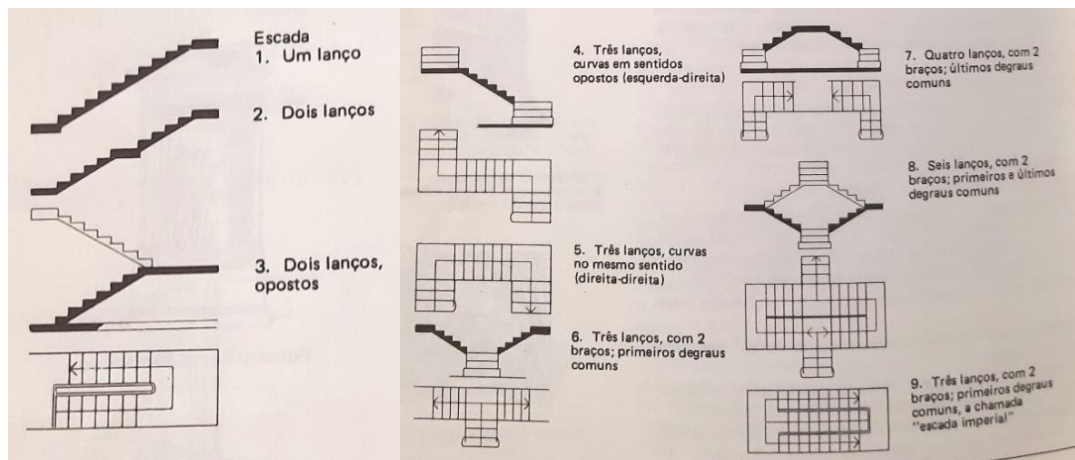


FIG. 424 - TIPO DE ESCADARIAS.  
(FONTE: KOCH 1982, 164)

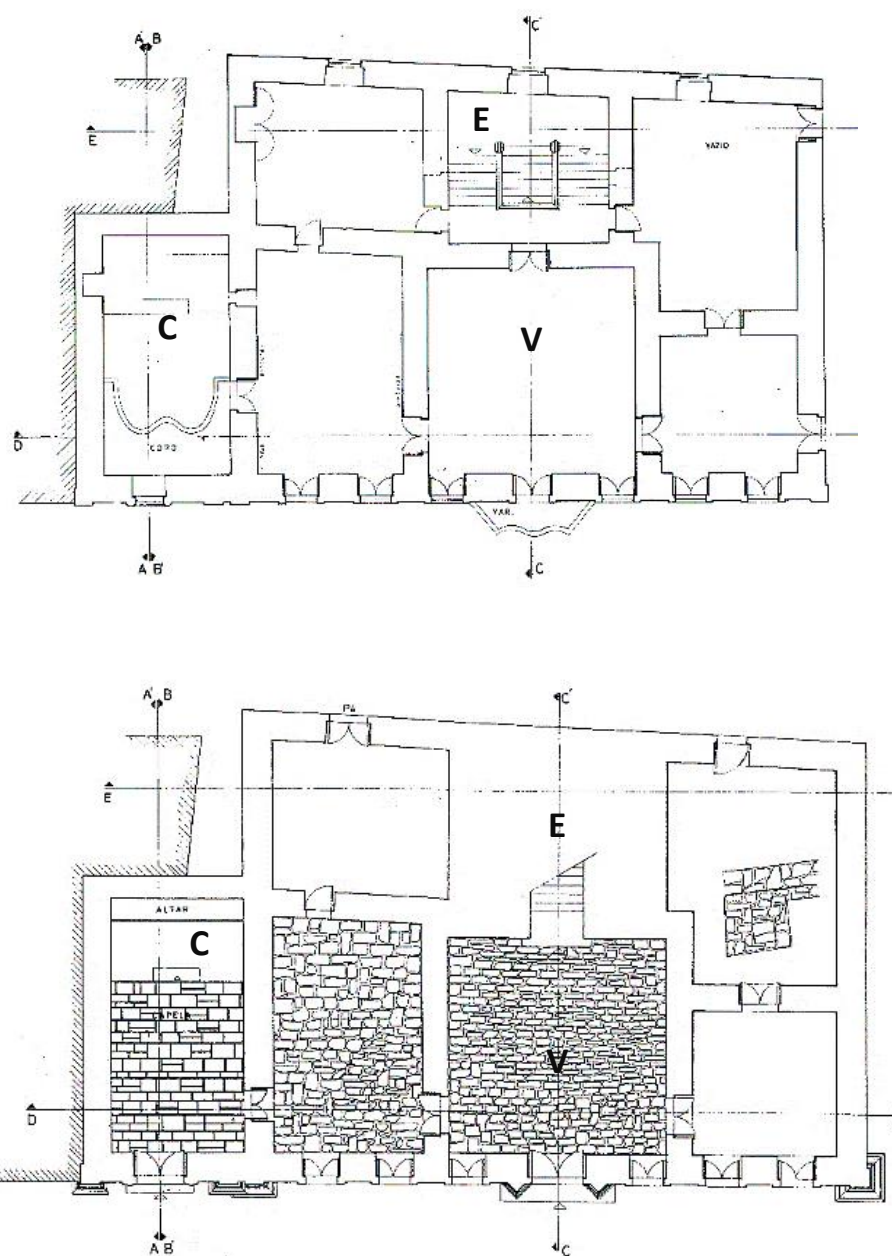


FIG. 425 - CASA GRANDE FREIXO DE NUMÃO, FREIXO DE NUMÃO (VNFC).

(A) PLANTA DO PISO NOBRE; (B) PLANTA DO PISO TÉRREO.

LEGENDA: C – CAPELA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO; E - ESCADAS; E V - VESTÍBULO.

(FONTE: “PLANTA DE REMODELAÇÃO E RECONSTRUÇÃO DA CASA GRANDE”, GABINETE DE APOIO TÉCNICO DOURO SUPERIOR (AGOSTO DE 1993). IN ADAPTAÇÃO DA “CASA GRANDE DE FREIXO DE NUMÃO, A CENTRO CULTURAL”, IN PROCESSO N.º DRP 3278. DIRECÇÃO DE BENS CULTURAIS /DIRECÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO NORTE, CASA DE RAMALDE, PORTO. IMAGEM PARCIAL DA PLANTA ORIGINAL, COM ALTERAÇÕES REALIZADAS PELA AUTORA.]



FIG. 426 - CASA GRANDE DE FREIXO DE NUMÃO, FREIXO DE NUMÃO (VNFC).  
INTERIOR. VISTA SOBRE O ÁTRIO ESCADARIA.  
(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, DEZEMBRO DE 2013).



FIG. 427 - CASA GRANDE DE FREIXO DE NUMÃO, FREIXO DE NUMÃO (VNFC).  
INTERIOR.  
(A) VISTA SOBRE LANCE DE ESCADAS.  
(B) PORMENOR DE ARRANQUE ESCULTÓRICO EM “S” PERTENCENTE AO PATAMAR INTERMÉDIO.  
(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, DEZEMBRO DE 2013).

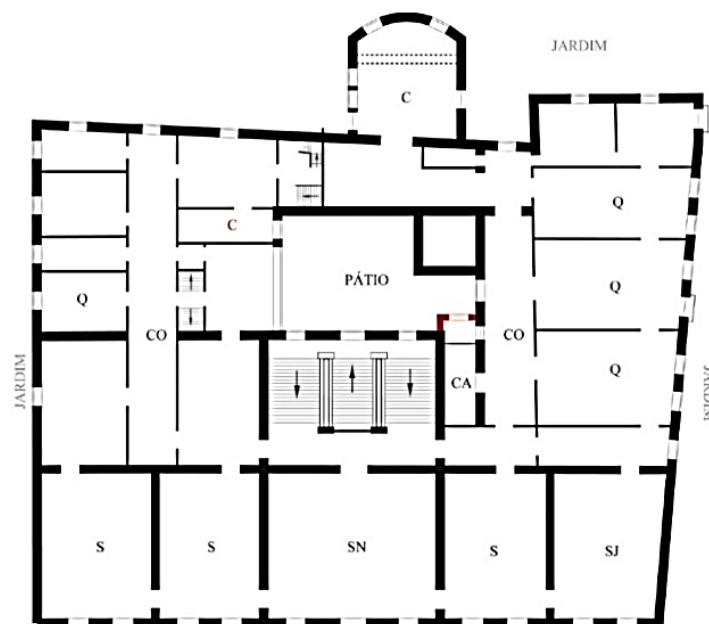


FIG. 428 - CASA DOS BROLHAS, LAMEGO (LMG).

PLANTA HIPOTÉTICA DO PISO NOBRE.

LEGENDA: C - COZINHA; C (?); CA - CAPELA; CO - CORREDOR; Q - QUARTOS; S - SALÕES;  
SN - SALÃO NOBRE; SJ - SALA DE JANTAR.

(FONTE: MOREIRA 2016, 140).



FIG. 429 - CASA DOS BROLHAS, LAMEGO (LMG).

INTERIOR, ESCADARIA.

(FONTE: SIPA.FOTO.0051941).



Dos exemplares citados, teremos de destacar uma vez mais o Solar da Rede, em Mesão Frio (MF), onde a inserção da escadaria e relação com o programa de fachada se distingue das restantes casas (**Fig. 430 a 432**). De composição axializada e disposição tripartida, esta fachada valoriza o corpo central, limitado por duas pilastras, prescindindo do portal nobre ao centro, para dar lugar a dois portais que ladeiam uma fonte e dão acesso ao vestíbulo de entrada.



*FIG. 430 - SOLAR DA REDE, MESÃO FRIO (MF).  
EIXO CENTRAL DA FACHADA COM DOIS PORTAIS DE ENTRADA.*



*FIG. 431 - SOLAR DA REDE, MESÃO FRIO (MF).  
INTERIOR, VESTÍBULO DE ENTRADA A PARTIR DO PORTAL DIREITO.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DE AUTORIA DESCONHECIDA).*





FIG. 432 - SOLAR DA REDE, MESÃO FRIO (MF).  
INTERIOR, ESCADARIA.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DE AUTORIA DESCONHECIDA).

As escadarias colocadas ao centro e na sequência do vestíbulo possuem iluminação natural. Ela é providenciada pelas referidas janelas abertas na fachada principal, e ainda por outras duas soluções<sup>391</sup>. A primeira, através da abertura de uma janela superior na fachada posterior, em alinhamento com o portal nobre, e cuja altura ocupa o piso nobre e térreo (de grande dimensão). Este janelão iluminava não só o vão de escadas como o espaço em aberto, permitindo a entrada de luz e sua distribuição pelas restantes salas. Por último, em alguns casos recorre-se à colocação de clarabóias sobre o telhado com a finalidade de iluminar as escadas e pátio na sua totalidade.

A escadaria ao centro pode ainda apresentar outras variantes arquitectónicas quanto à sua integração relativamente ao corpo da casa. Em vez de reproduzir o convencional modelo barroco, colocada ao centro com lance de escadas perpendicular à fachada principal, a escadaria surge então lateralmente na parede do fundo do vestíbulo. É uma disposição que condiciona o número e esquema de lances de escadas, por imposição da largura disponível do vestíbulo, nem sempre de grandes dimensões. Uma vez adoptada esta solução, determinada pela pouca profundidade das casas, desaparece também o habitual janelão da fachada posterior, que iluminaria o vestíbulo e escadarias. São disso exemplo, as escadarias de lance único da Casa da Corredoura,

<sup>391</sup> A sua finalidade era proporcionar, além da iluminação natural, a circulação de ar por toda a casa.

em Cambres (LMG), o Palácio dos Serpas, em Lamego (LMG)<sup>392</sup>, o Solar dos Canceiros, em Canceiros do Meio (MD), da Casa da Quinta do Côtto, em Cidadelhe (SMP), de dois lances opostos, a Casa das Torres de Oliveira, em Oliveira (Mesão Frio), Casa do Meio, em Sanhoane (SMP), e de três lances opostos, o Solar da Rede, em Mesão Frio, o Solar dos Lemos, em Vila Flor (VF) (**Fig. 433 a 438**).



FIG. 433 - CASA DA CORREDOURA, CAMBRES (LMG).

INTERIOR, VESTÍBULO E ESCADARIA.

(A) ÁTRIO (FONTE: [HTTPS://MAGANIFICO.BLOGSPOT.COM/2014/02/OS-AZULEJOS-DA-CASA-DA-CORREDOURA.HTML](https://maganifico.blogspot.com/2014/02/os-azulejos-da-casa-da-corredoura.html), CONSULTADO A 3 DE DEZEMBRO DE 2015).

(B) ESCADARIA. (FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, JANEIRO DE 2014).



FIG. 434 - PALÁCIO DOS SERPA, LAMEGO (LMG).

INTERIOR, VESTÍBULO E ESCADARIA.

(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, JANEIRO DE 2014).

<sup>392</sup> A escadaria das residências nobres de Lamego foi recentemente estudada por Moreira 2018, 63-64. A autora analisou as casas nobres situadas naquela cidade, salientando as suas especificidades exteriores e interiores.



FIG. 435 - SOLAR DOS CANCELOS, CANCELOS DO MEIO (MD).  
INTERIOR, ÁTRIO E ESCADARIA.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, DEZEMBRO DE 2013).



FIG. 436 - CASA DAS TORRES DE OLIVEIRA, OLIVEIRA (MF).  
INTERIOR, ÁTRIO E ESCADARIA.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, JULHO DE 2013).



FIG. 437 - CASA DA QUINTA DO MEIO, SANHOANE (SMP).  
INTERIOR, ESCADARIA LATERAL.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, JULHO DE 2013).



FIG. 438 - SOLAR DOS LEMOS, VILA FLOR (VF).

INTERIOR, ÁTRIO.

(FONTE: IMÓVEIS.MITULA.PT, CONSULTADO A 3 DE DEZEMBRO DE 2015).

Ao nível decorativo destaque para o guarda-mão, quase sempre feito em granito, e com guarda de balaústres. Nota ainda para o facto da maioria destas escadas possuírem pedra escultórica de arranque em “S”. Há, no entanto, uma ou outra excepção, em que as escadas surgem em pedra com guarda metálica ou com lance e guarda em madeira. Refira-se os exemplares da Casa Grande de Almendra, Almendra (VNFC), o Solar dos Ribeiro Beleza, em Provesende (SBS), e os solares dos Douteís e dos Pimentéis, ambos situados em Torre de Moncorvo (TM). Sobre este último, trata-se de uma casa inserida em contexto urbano, de dimensão relativamente reduzida quando comparada com outras casas setecentistas implantadas em contexto rural. Supomos ser este condicionamento a razão que explica a escolha da solução arquitectónica de uma escadaria de lance único em madeira.

Para além disto, há um outro exemplar com azulejos na guarda, recurso decorativo frequente nos palácios e casas nobres de Lisboa, cujas guardas eram revestidas com painéis cerâmicos, aspecto que de resto se verifica nos restantes espaços daquelas casas<sup>393</sup>. Curiosamente, na Casa dos Brolhas, em Lamego, a escadaria de lanço central que se subdivide no patamar intermédio em lances laterais até ao piso nobre,

<sup>393</sup> Sobre a decoração de escadarias, no caso lisboeta, consulte-se Simões, João. 2015. “As artes decorativas nas escadarias de aparato de Lisboa no século XVIII.” *ARTis ON* 1 (Dezembro), 55-67. <http://artison.letras.ulisboa.pt/index.php/ao/article/view/15>.

Para uma visão de conjunto da azulejaria no século XVIII, a sua utilização, principais mestres e exemplares, veja-se a obra de referência, Simões 2010.

encontra-se revestida com painéis de azulejos do tipo «albarradas», com barras de acantos e friso de motivos fitomórficos na parte inferior (Simões 2010, 168). Outros painéis de azulejo, na Casa Grande de Almendra, em Almendra (VNFC) ou a Casa da Corredoura, em Cambres (LMG), resultam já de intervenções do século XIX e XX, respectivamente, como pudemos observar.

Partindo do vestíbulo e escadaria, organizam-se os restantes espaços da casa.

### 5.1.3. Distribuição dos espaços: da cozinha à capela

Não é possível, de momento, adiantar muito sobre a distribuição das divisões da casa nobre duriense dado o desconhecimento sobre os interiores das casas inventariadas, impeditivo do tratamento e cruzamento dos dados recolhidos. Ainda assim, servindo-nos de algumas publicações que a elas se referem, esta lacuna pode ser até certo ponto preenchida<sup>394</sup>. Como no caso das cozinhas, descrita por Margarida Tavares da Conceição (2002, 195), que ao analisar as casas nobres de Almeida, numa área geográfica confinante com a nossa, refere de uma forma sintética: “A cozinha localiza-se preferencialmente nos fundos da casa e sempre no último piso (piso nobre). O lume era feito sobre uma laje maciça de granito, suportada por vigas de madeira do pavimento”. Todavia, aquela localização poderá variar uma vez que não existe uma regra definidora para que as cozinhas se localizem no piso nobre podendo, portanto, variar de região para região. De facto, em Almeida há ainda casos em que a cozinha se situa no piso térreo, como no caso do Solar de São João. Mas e quanto aos exemplares durienses? Estes mostram a posição da cozinha ocupando geralmente o piso nobre, posição que se manterá fixa na casa nobre, com diminutas excepções, como a do Solar dos Caiado Ferrão, em Trevões (SJP), o Solar dos Morgado de Vilarelhos, em Vilarelhos (AF), e no Solar dos Ochoas, em Santa Comba da Vilarça (VF), situando-se em todos estes exemplares no piso térreo (**Fig. 439-442**).

A localização da cozinha no piso superior deve-se não só à necessidade de facilitar o serviço da criadagem, mas sobretudo ao evitar a existência de incêndios e que

<sup>394</sup> Nomeadamente as fichas de inventário disponibilizadas *on-line* pelo SIPA e DGPC, além de: Carita 1983, 2015; e Borges 2000, 2001, 2003, 2008 e Osório 2006 que descrevem os interiores das casas do Côa e Távora com bastante detalhe.



este se propague por toda a casa, algo que facilmente aconteceria se a cozinha se encontrasse no piso térreo. Por esta mesma razão, e quando as cozinhas se acham nos pisos superiores, sobre ela não existe qualquer quarto.

Ainda no contexto em apreço, identificámos por entre as referências bibliográficas e ilustrações, uma excepção, neste caso, na Casa de Nossa Senhora da Conceição (VNFC), em Cedovim, cuja cozinha se localizou durante algum tempo na área da casa primitiva (SIPA 2016)<sup>395</sup>, o que constitui um dado a reter.

Por outro lado, o seu posicionamento em planta, era quase sempre virado a nordeste, para protecção dos restantes compartimentos dos ventos frios.

Ao nível decorativo, destacamos o espaço dedicado ao lume, onde era colocada uma imponente chaminé suportada por colunas de pedra. No exterior destas casas ressalta por vezes a monumentalidade e o cuidado decorativo destas chaminés, encontrando-se certa afinidade estilística em alguns dos exemplares identificados. Como na do Solar dos Morgados de Vilarelhos, Vilarelhos (AF) e na do Solar das Ochoas, em Santa Comba da Vilariça (VF), cuja cozinha foi de resto o único elemento da casa a subsistir no tempo (**Fig. 441-442**).



FIG. 439 - CASA DOS CAIADO FERRÃO, TREVÕES (SJP).

(A) FACHADA PRINCIPAL COM INDICAÇÃO DA COZINHA SITUADA NO LADO DIREITO DO CORPO RESIDENCIAL.

(B) FACHADA DE ENTRADA PARA A COZINHA.

(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, ABRIL DE 2014; SIPA FOTO.00015453).

<sup>395</sup> Veja-se: SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Casa de Nossa Senhora da Conceição / Casa de Cedovim / Casa Grande”. Criado por Margarida Conceição, 1992. [http://www.monumentos.gov.pt/site/app\\_pagesuser/SIPA.aspx?id=2999](http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=2999)





*FIG. 440 - CASA DOS CAIADO FERRÃO, TREVÕES (SJP).  
INTERIOR DE COZINHA, SITUADA NO PISO TÉRREO.  
(FONTE: FAUVRELLE 2001, 102).*



*FIG. 441 - SOLAR DOS MORGADOS DE VILARELHOS, VILARELHOS (AF).  
(A) VISTA SOBRE A FACHADA POSTERIOR.  
(B) PORMENOR DE CHAMINÉ.  
(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, ABRIL DE 2014).*



*FIG. 442 - SOLAR DAS OCHOAS, SANTA COMBA DA VILARIÇA (VF).  
ANTIGA COZINHA DO SOLAR.*

(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, JANEIRO DE 2014).

Sobre a localização dos quartos, salas e salões, quando se trata de uma casa de planta rectangular ou mesmo quadrangular, aquelas divisões distribuem-se a partir da escadaria, colocada ao centro, conforme atrás tivemos oportunidade de registar.

Quanto à articulação entre esses compartimentos, independentemente da sua planta, ela ocorria com a sucessiva passagem de salas. No entanto, o que hoje vamos encontrar nestas casas é a existência de corredores, elemento mais recente em relação à construção original, surgido para dar resposta a novas funcionalidades. Por outro lado, a introdução deste elemento e das portas garantia a privacidade no interior dos espaços habitacionais, bem como permitiam o estabelecimento de relações (público-privadas) no seu interior. É representativo desta situação a Casa de Nossa Senhora da Conceição, em Cedovim (VNFC) da qual possuímos a descrição dos interiores e respectiva planta (Fig. 443):

“Interior: 1º piso ao nível do alçado principal: cerca de 10 compartimentos; corredor longitudinal; [...] átrio quadrangular com arco abatido central de acesso a escadaria de cantaria de um lanço central, com 2 lanços paralelos a partir do patamar intermédio, iluminado por janelão com moldura decorada; escadaria com guardas de cantaria com balaustrada e jarrões nos ângulos. 2º piso: porta central no patamar superior da escadaria em arco abatido, orelhas e remate em frontão curvilíneo; cerca de 10 compartimentos; corredor longitudinal [...]” (SIPA 2016).

Filinto Girão Osório (2006, 432), que teve a oportunidade de visitar e descrever os seus interiores, afirma que estas casas mantêm quase todas as características construtivas originais do edifício, designadamente no que toca à compartimentação e à distribuição espacial. Ao analisarmos a planta, constatamos que, na verdade, a introdução do corredor é algo recente, bem como a de paredes mais finas nas alas posteriores do piso térreo e nobre, tendo com isso provocado o desaparecimento da simetria tão característico destas plantas rectangulares com módulo central.

Outro exemplo paradigmático da introdução do corredor, é a Casa da Quinta do Bairro, em São João de Lobrigos (PR), onde é possível perceber as profundas alterações estruturais ocorridas nos séculos XIX e XX<sup>396</sup>. O referido corredor resultará, portanto, de

---

<sup>396</sup> Visitámos a Casa da Quinta do Bairro em Abril de 2018, no decorrer do trabalho de campo das nossas investigações. Interessava-nos, particularmente, os seus interiores, onde ainda se conservam dois tectos de madeira pintados.

uma dessas intervenções, nas quais a construção de uma parede secundária permitiu a criação de um corredor até aí inexistente.

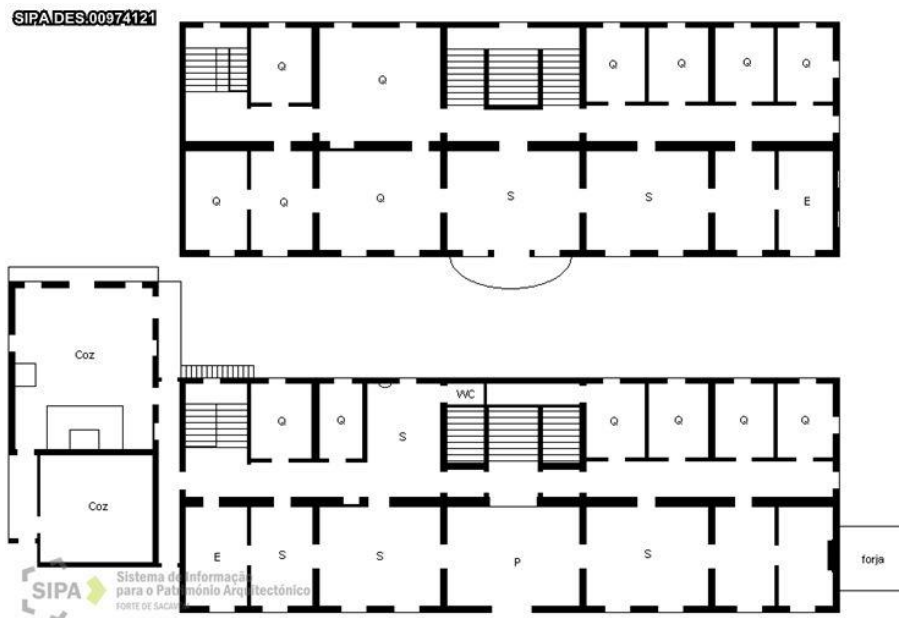


FIG. 443 - CASA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO, CEDOVIM (VNFC). PLANTAS DO PISO TÉRREO E PISO NOBRE.  
**LEGENDA:** Q - QUARTO; S - SALA; WC - CASA DE BANHO; COZ - COZINHA;  
 P - PÁTIO (VESTÍBULO DE ENTRADA, AO CENTRO, PISO TÉRREO); E - ?.  
 (FONTE: SIPA DES.00974121, DESENHO DE SÉRGIO GORJÃO 2008).

Uma estrutura semelhante é a que se nos depara na Casa Grande de Almendra, em Almendra (VNFC), que Augusto Moutinho Borges descreve do seguinte modo<sup>397</sup>:

“O Solar ocupa uma grande área do centro urbano, sendo visível na cerca um conjunto de pequenos edifícios utilitários, tais como o lagar e os celeiros. Estes imóveis são constituídos apenas por um piso, enquanto a casa de habitação é constituída por r/c e sobrado. É uma construção horizontal subdividida em três células, duas iguais nas extremidades e uma diferente no centro, valorizada pela existência da porta nobre [...].

Se o exterior nobre se desenvolveu com o ritmo estrutural necessário à concepção estética do imóvel, o interior não conseguiu acompanhar o desenvolvimento cénico da fachada, pois há um conjunto de salas que não foram terminadas, sendo a mais notória o denominado *salão* (na ala sul) e a cozinha. A cozinha de reduzidas dimensões, estando convicto que esta localização seria provisória até à conclusão da ala sul, que iria integrar divisões fundamentais a esta tipologia construtiva, tais como a sala de jantar, a cozinha e a capela privativa.

<sup>397</sup> O estudo dos interiores desta casa foi neste caso possível de complementar com a respectiva visita, realizada em Agosto de 2013.

A planta em L não foi, infelizmente, concluída, perdendo-se a noção total da orgânica deste exemplar arquitectónico de feição aristocrática.

Há duas fases nítidas na sua construção, a do século XVIII e a do século XIX. Do período mais recuado mantêm, na actualidade, a sua estrutura e linhas fundamentais dos limites arquitectónicos e estruturas respectivas, subsistindo desse tempo a escadaria de granito, alguns tectos de madeira em masseira, as portas e portadas, assim como poucos elementos decorativos, dos quais realçamos um conjunto de quatro telas representando as quatro estações do ano. [...]

No século XX, e após o casamento da proprietária do Solar, a casa sofreu pequenas, mas significativas obras de conservação e reabilitação dos espaços. O denominado salão da ala sul foi, pela primeira vez sobrado”. (Borges 2001, 43-44)

Desta descrição atenta e minuciosa, não podemos deixar de ressaltar certos elementos que nos interessam especialmente. Sobretudo o vestíbulo e escadaria, a par da cozinha, cuja construção estava dependente da conclusão da ala sul, levando à sua localização actual, a norte, devido ao facto de aquela ala nunca ter sido terminada.

Destacando ainda, no conjunto dos compartimentos referidos, o *salão* (**Fig. 444**). Este situa-se no piso nobre e corresponde à sala de maior dimensão, sempre alinhado com o grande janelão de balcão/varanda que a ilumina, e que se recorta na fachada principal. À volta deste salão, distribuem-se os restantes compartimentos da casa.

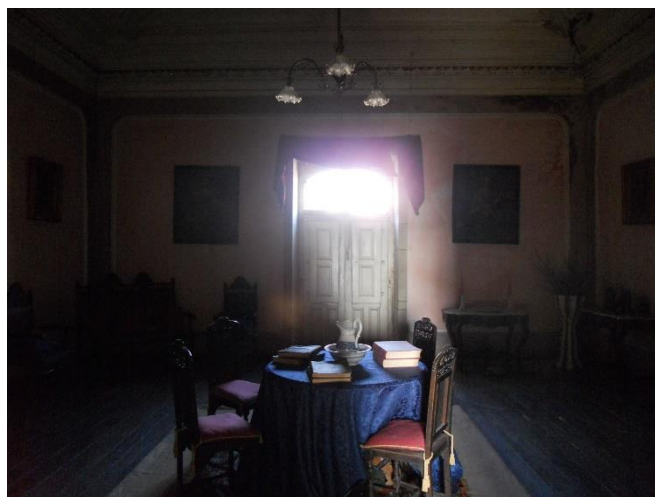


FIG. 444 - CASA GRANDE DE ALMENDRA, ALMENDRA (VNFC). INTERIOR, SALÃO  
(COM INTERVENÇÕES DO SÉCULO XIX).  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, 2013).

No seguimento do estudo sobre esta distribuição de compartimentos há ainda o que atender ao exemplo da Casa dos Ribeiro Beleza, em Provesende (SBS; **Fig. 445-446**). Correspondente a uma habitação de planta poligonal irregular, esta residência é composta por vários corpos, o principal construído no final do século XVIII (Vaz 2008, s.p.). É nele que se encontram as zonas de serviço, sociais e particulares, revelando uma vez mais a divisão espacial e social típica das casas nobres durienses. No piso térreo surge o vestíbulo ladeado pela adega e lagar, e no piso nobre, a área social virada à rua e a íntima para um pátio posterior da casa (Vaz 2008, s.p.). Detenhamo-nos na planta (**Fig. 447**) e na seguinte descrição:

A disposição do interior é determinada por três andares e três alinhamentos de compartimentos paralelos à rua. No andar térreo, o alinhamento setentrional, voltado para o pátio e a crescer para poente, é constituído por uma zona de armazenamento de produtos agrícolas, arrecadação e abrigo de animais; o alinhamento central é definido por duas celas estreitas na prumada do vestíbulo e caixa de escada do andar superior, e que são utilizadas para arrecadação de vasilhame e cestos; no alinhamento meridional insere-se a zona de entrada, a caixa de escada de acesso à habitação, e a zona da produção e armazenamento de vinho, com o lagar e adegas. Nos andares superiores, o alinhamento a norte, voltado para o pátio e jardim, corresponde à zona íntima familiar, da cozinha, sala de refeições e quartos dos senhores; o alinhamento central é o do acesso, corredor de ligação e caixa de escada, alinhamento este que está duplicado na direcção sul por uma zona preambular doméstica de antecâmaras; o alinhamento meridional, junto à rua, a crescer para poente, corresponde à zona nobre, de digna entrada, bela escadaria, zona social de salão de festas e salas de reunião e, no andar superior, a zona das águas furtadas, onde dormiam os criados". (Vaz 2008, s.p.)



*FIG. 445 - CASA DOS RIBEIRO BELEZA, PROVESENDE (SB).*

*VISTA AÉREA.*

*(FONTE: GOOGLE MAPS, 2018)*





FIG. 446 - CASA DOS RIBEIRO BELEZA, PROVESENDE (SB).  
 (A) FACHADA - CORPO SECUNDÁRIO E PRINCIPAL;  
 (B) FACHADA PRINCIPAL.  
 (FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, MAIO DE 2014).

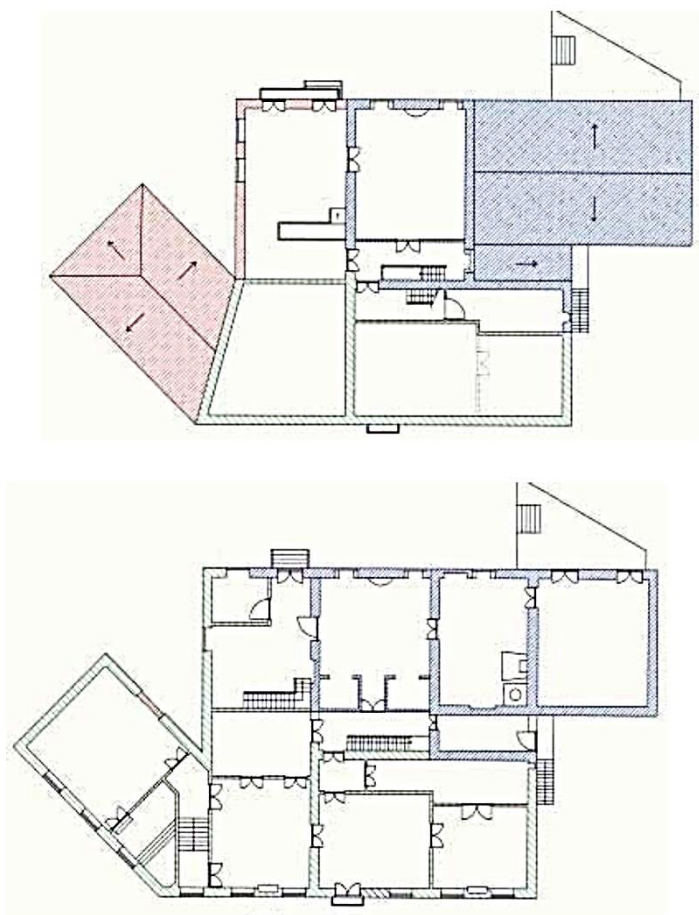


FIG. 447 - CASA DOS RIBEIRO BELEZA, PROVESENDE (SB).  
 PLANTA: PISO NOBRE E TÉRREO.  
 (LEGENDA ORIGINAL:  
 “CRONOLOGIA CONSTRUTIVA DO  
 SOLAR: A AZUL, TIPOLOGIA CHÃ,  
 DOS SÉC. XVI A XVIII; A VERDE,  
 SÉC. XVIII; A VERMELHO, SÉC. XIX;  
 A)B) AS DUAS FACHADAS  
 PRINCIPAIS, VOLTADAS PARA A  
 RUA; C) FACHADA POSTERIOR; D)E)  
 1º E 2º ANDARES”).  
 FONTE: VAZ 2008, FIG.4)



Nesta sequência se integra, por último, a soberba Casa de Mateus, em Mateus (VRL), que embora de planta em U, segue a distribuição funcional dos pisos: piso térreo para as zonas de serviço e piso térreo para as sociais e particulares. Ainda que não fuja à “regra” dos exemplares que acabámos de ver, apresenta algumas diferenças quanto à distribuição dos compartimentos, devido, precisamente, ao tipo de planta adoptada (**Fig. 448**). Património de D. Luís António de Sousa Botelho Mourão e Vasconcelos (1722-1798) e de seu filho D. José Maria de Sousa Botelho Mourão e Vasconcelos (1785-1855), as plantas do século XVIII, a par de um rol de inventários, conservados no Arquivo da Casa de Mateus, são documentos preciosos, indispensáveis ao entendimento da organização e distribuição dos diferentes espaços da casa. Observemos a planta: inscreve-se num retângulo e divide-se em dois quadrados vazados ao centro, que criam alas e compõem dois pátios ligados entre si por grandes aberturas no piso térreo. O acesso ao interior faz-se por duplas escadarias, repetidas depois com calculado efeito nas fachadas transversais dos dois pátios, duas a poente e uma a nascente. Já no interior:

“[...] ao centro da construção e definindo a linha de união dos dois quadrados que compõem a planta, localiza-se o Salão de Entrada. Dá acesso a norte e a sul, respectivamente à Biblioteca e ala de quartos, e à Sala do Tijolo e ala das salas. As duas alas são ligadas entre si no topo nascente através de uma ala com quartos que dá acesso ao Coro da Capela. [...]

As plantas com a sua distribuição esclarecem sobre a vida quotidiana das alas Norte e nascente, que no 1.º andar diferia da actual. Na parte central da ala nascente localizavam-se seis quartos e pequenas salas de passagem, e na ala Norte, para além das Salas de Mateus d’Allem na sua área frontal, uma série de pequenos quartos com corredor central, uma latrina e o acesso ao sótão.” (Ribeiro 2000, 27-31)

Como podemos aclarar, a distribuição de compartimentos na Casa de Mateus procurou seguir o que se fazia à época, naturalmente a uma maior escala, dadas as dimensões desta casa quando comparada com as restantes, e que permitiam a existência de mais salas e quartos.

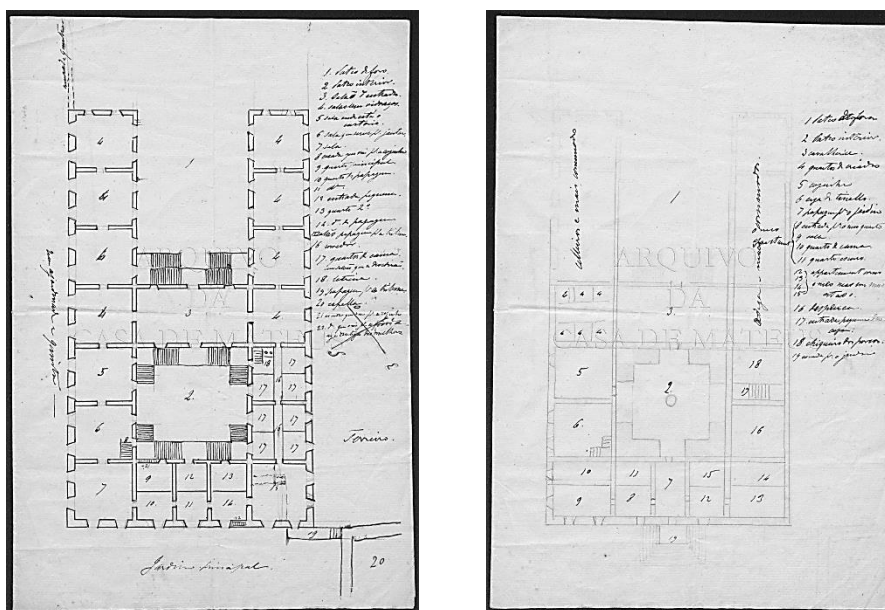


FIG. 448 - PISO NOBRE E PISO TÉRREO DA CASA DE MATEUS, VILA REAL (VR).  
DESENHO DO INVENTÁRIO DE DOM JOSÉ MARIA DE SOUSA BOTELHO MOURÃO VASCONCELOS (1758-1825),  
1800.

LEGENDA DE PLANTA:

(A) PISO NOBRE:

1 - PÁTIO DE FORA; 2 - PÁTIO INTERIOR; 3 - SALÃO DE ENTRADA (VESTÍBULO); 4 - SALAS COM VIDRAÇAS; 5 - SALA ONDE ESTÁ O CARTÓRIO; 6 - SALA QUE SERVE DE JANTAR; 7 - SALA; 8 - ESCADA QUE VAI PARA A COZINHA; 9 - QUARTO PRINCIPAL; 10 - QUARTO DE PASSAGEM (COM VISTA PARA O JARDIM PRINCIPAL/FACHADA POSTERIOR); 11 - SALA (COM VISTA PARA O JARDIM PRINCIPAL/FACHADA POSTERIOR); 12 - ENTRADA PEQUENA; 13 - QUARTO 2.º; 14 - SALA DE PASSAGEM (COM VISTA PARA O JARDIM PRINCIPAL/FACHADA POSTERIOR); 15 - SALÃO DE PASSAGEM PARA A TRIBUNA; 16 - CORREDOR; 17 - QUARTOS DE CAMA COM SALÕES; 18 - LATRINA; 19 - PASSAGEM TRIBUNA; 20 - CAPELA.

(B) PISO TÉRREO:

1 - PÁTIO DE FORA; 2 - PÁTIO INTERIOR; 3 - ...; 4 - QUARTO DE CRIADO; 5 - ... 6 - CASA DE TENELLO (COZINHA); 7 - JARDIM; 8 - ENTRADA PARA UM QUARTO; 9 - SALA; 10 - QUARTO E CAMA; 11 - QUARTO ESCURO; 12 - APARTAMENTO [...]; 18 - CHIQUEIRO DE PORCOS; 19 - ESCADA PARA O JARDIM (...).

(FONTE: ARQUIVO DE MATEUS, COTA: PT/SICM/SSC 07.01/G.1959.02).

Ao nível dos interiores, a casa nobre contemplava ainda a existência da capela, ou, pelo menos, um oratório<sup>398</sup>. Ambos fazem parte do edificado residencial, aparecendo ligadas a uma importante tradição religiosa das respectivas dioceses, dando lugar a espaços privados e familiares privilegiados de oração. As capelas surgem em

<sup>398</sup> Ambos demonstrativos da devoção religiosa dos fundadores e administradores, como para maior comodidade no acesso aos ofícios litúrgicos, tendo em conta a distância a que muitas destas casas se encontravam de igrejas paroquiais, obrigando a deslocções demoradas e prolongadas. Por exemplo, no registo de provisão de licença de edificação da Capela do Santíssimo Sagrado Coração de Jesus da Casa Artis do Cacau (demolida), em Torre de Moncorvo (TM) uma das justificações dada por José Luís Carneiro de Vasconcelos (instituidor) é “[...] que lhe custozo sahir de sua Caza a Matris que lhe fica muio distante e intermedia a praça da villa que no tempo de inverno se inunda de agoa [...]. (“Registo de provisão de licença a favor de José Luís Carneiro de Vasconcelos da Torre de Moncorvo, para edificar de novo a capela de Santíssimo Coração de Jesus junto das suas casas”, 7 de Novembro de 1755. ADB-UM, *Registo Geral da Diocese de Braga*, Lv.122, fls. 286v).

maior número, estando anexas à fachada das casas – ao lado esquerdo ou direito –, ou integradas ao seu centro, enquanto os oratórios<sup>399</sup> encontram-se no interior daquelas. De facto, em alguns casos o programa arquitectónico foi pensado para anexar uma capela, quer no momento da edificação da casa, quer posteriormente. Trata-se de um espaço privado, fechado ao público, onde decorria a vida religiosa da família que a detinha. “Espaço de silêncio, convidava à reflexão e à devoção, à elevação do espírito na contemplação das realidades transcendentais.” (Marques in Azevedo 2000, 605). Era ali que oravam, recitavam as Horas do Coro, rezavam o Rosário a Nossa Senhora, procediam a leituras espirituais, ou veneravam o Santo tutelar, apelando à sua piedade e protecção (*Quadro XV-XVII*); e onde, muito especialmente, tinham lugar as mais importantes cerimónias religiosas da família – baptizados, casamentos e funerais<sup>400</sup>, momentos cimeiros da sociabilidade festiva ou dolorosa.

---

<sup>399</sup> Dada a dimensão que esta investigação atingiu, não conseguimos em tempo útil realizar o levantamento de todos os oratórios existentes na Região Demarcada do Douro durante o século XVIII. Ainda assim, pudemos abarcar em trabalhos de campo os oratórios do Douro Superior. Veja-se a este propósito o nosso artigo, Glória 2016b, resumido no Quadro XVIII.

<sup>400</sup> Mediante a prévia autorização da Diocese.

QUADRO XV – Invocação das Capelas anexas às casas nobres duriense: Baixo Corgo			
LOCALIZAÇÃO	FREGUESIAS	CASAS / DESIGNAÇÃO	CAPELA (INVOCÇÃO)
VILA REAL	Guiães	Casa dos Taveira Pimentel e Capela de Nossa Senhora do Loreto	São Pedro; Nossa Senhora do Loreto (actual)
	Mateus	Casa de Mateus	Nossa Senhora dos Prazeres
SANTA MARTA DE PENAGUIÃO	São João de Lobrigos	Casa dos Osório	<i>Desconhecida</i>
	São João de Lobrigos	Casa da Quinta do Bairro	<i>Desconhecida</i>
	Sanhoane	Solar da Quinta do Serrado	São Paio
	Sanhoane	Casa da Quinta do Meio	Santo Ovídio
	Sanhoane	Casa da Quinta dos Pinheiros	Nossa Senhora do Rosário
PESO DA RÉGUA	Godim	Solar das Quinta das Casas Novas	<i>Desconhecida</i>
	Sedielos	Casa da Quinta da Portelada	<i>Desconhecida</i>
MÊSÃO FRIO	Cidadelhe	Casa da Quinta do Côtto	<i>Desconhecida</i>
	Cidadelhe	Casa do Terreiro	Capela de Santa Barbara
	Oliveira	Casa das Torres de Oliveira	Capela de Santo António <sup>401</sup>
	Oliveira	Casa de Sant'Ana	Capela de Santa Ana (?)
	Santa Cristina	Casa do Cabo da Vila	<i>Desconhecida</i>
	Santa Cristina	Casa da Picota	<i>Desconhecida</i>
	Santa Cristina	Solar da Rede	São Sebastião
	Vila Marim	Casa da Quinta de Vila-Cova	<i>Desconhecida</i>
LAMEGO	Cambres	Casa da Quinta dos Varais	Nossa Senhora das Brotas ou Brótulas
	Sé	Casa das Brolhas	Nascimento de Cristo
	Sé	Paço Episcopal de Lamego	São João Evangelista
	Valdigem	Casa da Quinta das Brolhas	Desterro/Sagrada Família/S. José
ARMAMAR	Aldeias	Casa e Capela de Nossa Senhora da Conceição	Nossa Senhora da Conceição
	Aldeias	Casa Grande	São Miguel

Quadro-síntese realizado pela autora.

<sup>401</sup> Edificada no século XIX (Oliveira 2002, 316-317).

QUADRO XVI – Invocação das Capelas anexas às casas nobres da Região Demarcada do Douro: Cima Corgo			
LOCALIZAÇÃO	FREGUESIAS	CASAS / DESIGNAÇÃO	CAPELA (INVOCAÇÃO)
<b>MURÇA</b>	Murça	Casa do Seixo e Capela de Santa Rita	Santa Rita <sup>402</sup>
<b>ALIJO</b>	Favaíós	Casa da Obra	São Gonçalo (demolida)
	Favaíós	Solar dos Sepúlvedas	São Jorge <sup>403</sup>
	Santa Eugénia	Casa e Capela da Família Santos Melo	Santa Eugénia
<b>SABROSA</b>	Celeirós	Casa da Fonte e Capela de São Francisco	São Francisco de Assis
	Celeirós	Casa da Quinta do Bucheiro	São Caetano
	Gouvinhas	Casa dos Taveiras de Macedo	São Francisco de Assis
	Paços	Casa das Quintãs	Santo António
	Paradela de Guiães	Casa e Capela dos Pessanhas	<i>Desconhecida</i>
	Provesende	Casa da Calçada	São Jerónimo
	Provesende	Casa do Campo	Nossa Senhora do Pilar
	Sabrosa	Casa dos Barros	São José
	Sabrosa	Casa da Comba da Quinta de Nossa Senhora do Loreto	Nossa Senhora do Loreto
<b>SÃO JOÃO DA PESQUEIRA</b>	Sabrosa	Casa dos Azeredos	Senhor Jesus
	Paredes da Beira	Casa da Torre das Pedras	Nossa Senhora da Assunção e Santos Mártires
	Paredes da Beira	Casa dos Ansiães	<i>Desconhecida</i>
	São João da Pesqueira	Casa do Cabo	<i>Desconhecida</i> (ermida)
	Trevões	Solar dos Caiado Ferrão	Nossa Senhora da Conceição
	Vilarouco	Solar dos Corte Real	Santa Teresa
<b>CARRAZEDA DE ANSIÃES</b>	Vilarouco	Solar dos Braga	Nossa Senhora da Conceição (inexistente)
	Castanheiro do Norte	Solar e Capela de N. Sra. da Conceição	Nossa Senhora da Conceição
	Castanheiro do Norte	Casal do Tralhariz	Bom Jesus (ermida)
	Ribalonga	Casa brasonada e capela de Nosso Senhor dos Passos	Nosso Senhor dos Passos

Quadro-síntese realizado pela autora.

<sup>402</sup> Construída no século XIX.

<sup>403</sup> Edificada no século XIX.

QUADRO XVII – Invocação das Capelas anexas às casas nobres da Região Demarcada do Douro: Douro Superior			
LOCALIZAÇÃO	FREGUESIAS	CASAS / DESIGNAÇÃO	CAPELA (INVOCAÇÃO)
MIRANDELA	Carvalhais	Casa dos Frades de São Jerónimo	São Jerónimo
	Frechas	Casa Brasonada de Frechas	Santa Ana
ALFANDEGA DA FÉ	Vilarelhos	Solar do Morgado de Vilarelhos	Santo António da Alegria
VILA FLOR	Santa Comba da Vilarça	Solar das Senhoras de Sendim	Santa Rita
	Vilas Boas	Solar do Largo do Soto e Capela de Nossa Senhora do Rosário	Nossa Senhora do Rosário
	Vila Flor	Solar dos Lemos	Capela de Nossa Senhora do Bom Sucesso
TORRE DE MONCORVO	Torre de Moncorvo	Solar dos Douteís e Capela de Nossa Senhora dos Prazeres	Nossa Senhora dos Prazeres
	Torre de Moncorvo	Solar dos Tenreiros	São José
	Torre de Moncorvo	"Casa do Cacao" e Capela do Sagrado Coração de Jesus	Sagrado Coração de Jesus
VILA NOVA DE FOZ COA	Freixo de Numão	Casa Grande de Freixo de Numão	Nossa Senhora da Conceição
	Muxagata	Solar dos Donas-Botto	Desconhecida
	Muxagata	Casa Quinta da Olga	Desconhecida
	Sebadelhe	Solar dos Donas-Botto Pinto	Santo António
MÊDA	Poço do Canto	Solar dos Cancelos	Santo António

Quadro-síntese realizado pela autora.

A distribuição de invocações é naturalmente diversa<sup>404</sup>, vindo ao de cima numa primeira análise a primazia das devoções dos santos, entre os cultos mais disseminados na região. Porém, é claro o peso da devoção mariana, expresso entre o das múltiplas santas e as invocações da Virgem<sup>405</sup>.

À semelhança das casas, também nas capelas se fazia todo um investimento económico em prol da sua edificação e demonstração da devoção. Seguiam, geralmente o programa arquitectónico e decorativo das casas, ora preferindo um programa mais clássico, de linhas eruditas, ora um programa mais rico, de linhas barrocas. E, acompanham o corpo habitacional, sendo o seu acesso feito pela entrada principal, ou

<sup>404</sup> Sobre as invocações consulte-se Marques, João Francisco Marques. "Oratórios e capelas particulares". in Azevedo 2000, 616-658.

<sup>405</sup> A fonte principal sobre o assunto é, sem dúvida, Santa Maria, Frei Agostinho de. 1718. *Santuário Marianno e História das Imagens Milagrosas de Nossa Senhora*. Lisboa: Oficina de António Pedroso Galram. Ver ainda: Costa, P. Avelino de Jesus da. "A Virgem maria padroeira de Portugal na Idade Média". *Lusitania Sacra* 2 (1957): 7-49; Pimentel, Alberto. 1900. *História do Culto de Nossa Senhora em Portugal*. Guimarães: Libanio.



pelo interior da casa, garantindo a privacidade da família. O interior quase sempre de nave única, podia ter anexa uma pequena sacristia ou ainda uma nave lateral. Nas casas mais pretensiosas, as capelas eram decoradas profusamente com recurso a diversas modalidades artísticas. No altar-mor era colocado um retábulo de talha-dourada, e os tectos decorados com caixotões, ou com pinturas em perspectiva, de iconografia alusiva ao patrono ou padroeira da capela. Sem excluir os sinais correntes identificadores do fundador ou administrador, quer mediante inscrições, quer pedra-de-armas.

A relação com o ambiente doméstico é sobretudo visível pela abertura de uma porta interior ao nível do piso nobre, servindo de comunicação entre a capela e a casa. Esta opção leva à existência de um pequeno corredor interno que liga ambos os espaços. É disso exemplo, a Capela de Santo António do Solar dos Cancelos, em Cancelos do Meio (MD), a Capela de Nossa Senhora da Conceição da Casa Grande de Freixo de Numão, em Freixo de Numão (VNFC), a Capela de Nossa Senhora da Conceição da do Solar dos Caiado Ferrão, em Trevões, ou a Capela de Nossa Senhora da Assunção e dos Santos Mártires da Casa da Torre das Pedras, em Paredes da Beira, ambas situadas no concelho de São João da Pesqueira (Osório 2006, 232; 176-177) (**Fig. 449 a 451**). Outra possibilidade é a abertura de uma janela ou balcão, também ao nível do piso nobre, com ligação a uma das salas da casa imediatamente anexa à capela. Através dessa janela ou balcão, a família tinha acesso privilegiado à capela, assistindo comodamente a todas as cerimónias religiosas. Mesmo quando estas eram abertas à população, em geral por ocasião de determinados dias festivos<sup>406</sup>, a família podia assistir do balcão sem ser perturbada por gente de fora.

---

<sup>406</sup> Serve de exemplo a Capela de Nossa Senhora da Assunção e dos Santos Mártires da Casa da Torre das Pedras, Paredes da Beira (SJP), onde se depositaram os corpos de dois Santos Mártires de Marrocos, S. Paulo e S. Félix, enviados de Roma. Como pudemos assistir no local, ainda hoje é ali celebrada uma missa em memória dos Santos Mártires, sendo toda a população é convidada a assistir. Veja-se a este respeito, “A Capela de N<sup>ª</sup> Sra. da Assunção e Santuário dos Santos Mártires S. Paulo e S. Félix.” (Pinto 1997, 65-ss).



FIG. 449 - SOLAR DOS CANCELOS, CANCELOS DO MEIO (MD).  
(A) FACHADA DA CAPELA DE SANTO ANTÓNIO.  
(B) CORREDOR DE LIGAÇÃO ENTRE A CAPELA DE SANTO ANTÓNIO E A CASA.  
(C) ALTAR-MOR.  
(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, ABRIL DE 2014).



FIG. 450 - CASA GRANDE DE FREIXO DE NUMÃO (VNFC).  
(A) FACHADA DA CAPELA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO.  
(B) PORMENOR DE INTERIOR DE CAPELA DE NOSSA DA CONCEIÇÃO.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, DEZEMBRO DE 2013; COIXÃO 1993, 173).



FIG. 451 - CAPELA DE NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO E DOS SANTOS MÁRTIRES DA CASA DA TORRE DAS PEDRAS, PAREDES DA BEIRA (SJP).

(A) FACHADA DA CAPELA DE NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO E DOS SANTOS MÁRTIRES.

(B) PORMENOR DE CORREDOR DE LIGAÇÃO (VISTA EXTERIOR).

(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, ABRIL DE 2014).

Há ainda casos de capelas cuja relação com a casa se faz somente por passadiço superior, não havendo qualquer ligação de natureza espacial. Ou seja, ao contrário dos exemplares anteriormente referidos estas capelas não estão estruturalmente adjacentes às casas. É um aspecto que se explica pelo facto de muitas delas serem construções mais tardias em relação às casas, dados comprovados quando possuímos uma data de edificação em concreto de ambas as estruturas, ou ainda pela existência de documentação eclesiástica. Isso acontecia quando se requeria a autorização para edificação e bênção de capela, onde era feita menção à casa ou casas edificadas. Enquadra-se nesta situação, a Casa da Quinta do Bucheiro, em Celeirós do Douro (SBS; **Fig. 452-453**), edificada por volta de 1717 e cuja Capela de São Caetano foi construída entre o final da década de 1740 e início da de 1750 (SIPA 2016)<sup>407</sup>.

<sup>407</sup> Estamos em condições de esboçar ainda uma cronologia da sua edificação através dos documentos que registam o pedido de licença de edificação, bênção e licença para posse de confessionário: "Registo de provisão de licença a favor de Caetano de Sousa de Carvalho, do lugar de Celeirós, freguesia de São Romão de Vilarinho, comarca de Vila Real, para edificar uma capela com a invocação de São Caetano, junto as casas onde vive.", 25 de Setembro de 1748. ADB-UM, *Registo Geral da Diocese de Braga*, Lv.120, fls.282-285v; "Provisão a favor de Caetano de Sousa de Carvalho, do lugar de Celeirós, freguesia de São Romão de Vilarinho, comarca de Vila Real, para se benzer a capela de São Caetano e nela se dizer missa.", 18 de Novembro de 1751. ADB-UM, *Registo Geral da Diocese de Braga*, Lv.171, fls.112-113; e, "Registo de provisão de licença para se colocar confessionário na capela de Caetano de Sousa da freguesia de São Pedro de Celeiros da Comarca de Vila Real.", 13 de Janeiro de 1773. ADB-UM, *Registo Geral da Diocese de Braga*, Lv.152, fl.218v.

No interior da capela encontra-se ainda uma lápide com a seguinte inscrição: "SEPULTURA DE CAETA / NO DE SOV / SA E CARVALHO FUNDADOR / DESTA CA / PELA FEI / TA NO AN / NO DE 1731", possivelmente



FIG. 452 - CASA E CAPELA DE SÃO CAETANO DA QUINTA DO BUCHEIRO, CELEIRÓS DO DOURO (SBS).

(A) FACHADA PRINCIPAL.

(B) EIXO DE LIGAÇÃO ENTRE CASA E CAPELA.

(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, MAIO DE 2014).



FIG. 453 - CAPELA DE SÃO CAETANO DA CASA DA QUINTA DO BUCHEIRO, CELEIRÓS DO DOURO (SBS).

INTERIOR DE CAPELA.

(FONTE: SIPA FOTO.00991153 E FOTO.00991154).

Outras tantas poderíamos citar, entre as quais, a Capela de São Francisco de Assis da Casa da Fonte, em Celeirós (SBS), além da Capela de Nossa dos Prazeres da Casa de Mateus, em Vila Real (VR), e a Capela de Nossa Senhora do Rosário da Casa da Quinta dos Pinheiros, em Sanhoane (SMP) (Fig. 454-455). Neste último caso, o da Casa dos Pinheiros, estamos perante uma edificação claramente autónoma em relação à casa. A capela possui planta longitudinal, adossando-se num plano recuado um pequeno passadiço de ligação. A atestar ainda a sua edificação tardia em relação à casa, encontra-

---

trasladada após a conclusão da construção da capela, iniciada entre o final da década de 1740 e início da de 1750, conforme a documentação comprova.



se inscrição com a data de “1771 (?)” numa cartela exposta no frontão que coroa a fachada.



FIG. 454 - CASA DA FONTE E CAPELA DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS, CELEIRÓS DO DOURO (SBS).

(A) FACHADA PRINCIPAL.

(B) EIXO DE LIGAÇÃO ENTRE CASA E CAPELA.

(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, MAIO DE 2014).

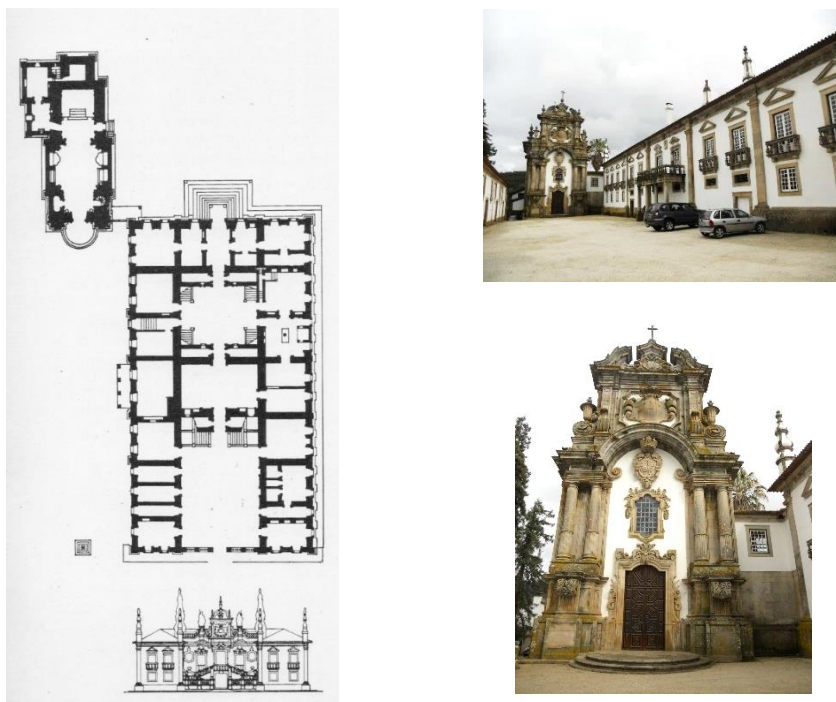


FIG. 455 - CASA DE MATEUS, VILA REAL (VR).

(A) PLANTA;

(B) VISTA SOBRE A CAPELA NOSSA SENHORA DOS PRAZERES E FACHADA LATERAL DA CASA;

(C) FACHADA DA CAPELA.

(FONTE: CARITA 1983, 144; FOTOGRAFIAS DA AUTORA).

As famílias que não dispunham de capela anexa à residência, optavam por possuir capelas fora do espaço habitacional<sup>408</sup>, ou de oratório no interior das suas habitações, perpetuando a prática religiosa com toda a intimidade e conforto.

Como sugerimos no Capítulo I dedicado à terminologia da casa nobre, o oratório tem diferentes interpretações. Se por um lado corresponde ao espaço físico destinado à oração individual, com uma utilização doméstica, não havendo intenção de divulgação em espaço público, e onde se encontra o oratório (móvel), por outro, é precisamente uma peça móvel de pequena ou grande dimensão. Tratando-se de um espaço físico no interior do quotidiano senhorial, ele não era propriamente concebido de raiz, com a edificação da casa, definindo-se de acordo com as necessidades sociais, culturais e acima de tudo religiosas da família e proprietário.

Apesar de não termos realizado um levantamento exaustivo, sabemos que parte destas casas os possuíam<sup>409</sup>, uma vez que eram sempre a opção válida caso não fosse possível edificar a capela. Mostra-o bem o estudo que efectuámos para a sub-área do Douro Superior (Glória 2016b), revelando um conjunto interessante de oratórios (*Quadro XVIII*) e de capelas, além de demonstrar o fervor da prática religiosa em toda esta área geográfica durante o século XVIII.

---

<sup>408</sup> Como na Casa de Nossa Senhora da Conceição, em Cedovim (VNFC), que tinha capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição, na Igreja Matriz da mesma vila. No seu interior conservam-se duas pedras lavradas incrustadas na parede com o brasão e a pedra de armas da família, pois ali se encontra sepultada a maior parte dela (Fego 1995, 72).

<sup>409</sup> A atestar pela descrição das Memórias Paroquiais de 1758 (Capela 2007; 2010; 2013), que assinalam não só as capelas particulares, como aos oratórios. Por outro lado, atestamos também, para o caso das casas nobres abrangidas pela Diocese de Braga, os inúmeros pedidos de autorização para posse de oratórios. Só um estudo muito específico sobre os mesmos revelaria com exatidão que casas os possuíam, pois alguns deles perderam-se ao longo dos tempos.



QUADRO XVIIX – Oratórios existentes em casas nobres da Região Demarcada do Douro: Douro Superior <sup>410</sup>		
Concelho	Freguesia	Proprietários
Freixo de Espada à Cinta	Ligares	Jerónimo Botelho Mergulhão Barreto
Torre de Moncorvo	Torre de Moncorvo	Melchior Pereira Coutinho de Vilhena e Meneses
		Ana Joaquina Botelho Madureira
		João Osório da Veiga Cabral Lobo Barbosa
Vila Flor	Roios	João Caetano de Magalhães
	Vilas Boas	Antónia Maria do Carmo de Mesquita
	Vila Flor	Família Alvares Pereira de Aragão
		António Francisco de Almeida Machado e seus irmãos
Vila Nova de Foz Côa	Almendra	António Lopes Sanches de Castilho Falcão Mendonça (Casa Grande ou Casa do Visconde do Banho)
	Cedovim	Francisco Xavier Teixeira Rebelo (Casa de Nossa Senhora da Conceição)

Fonte: Glória 2016b, 227-249.

Para o efeito, assinala-se a existência de um oratório na Casa Grande de Almendra, em Almendra (VNFC). Segundo Moutinho Borges (2001, 44),

“[...] foi desfeito nesta altura (século XIX), para nele dar lugar um quarto de cama, mais necessário e útil aos proprietários de forma a satisfazer os requisitos sociais da Casa. Simultaneamente instalou-se um oratório noutra divisão, reaproveitando-se um armário embutido e do qual ainda subsistem vestígios” (Fig. 456).

À prática religiosa desta casa acresce, informações transmitidas pela proprietária e confirmada pelo historiador Augusto Moutinho Borges, que a família utilizou a Capela da Misericórdia de Almendra, situada nas imediações, como capela particular.

Em suma, como pudemos apurar, as casas nobres da Região Demarcada do Douro procuraram seguir um modelo de distribuição de espaços interiores uniforme e semelhante, ainda que se detectem diferenças significativas quanto ao tipo de plantas. Só uma análise mais aprofundada do conjunto, apoiada em visitas técnicas e trabalho de campo permitirá conhecer mais em pormenor, os ambientes domésticos das casas nobres da área geográfica em estudo.

<sup>410</sup> Parte das casas nobres a que estes oratórios pertenciam não foram localizadas.

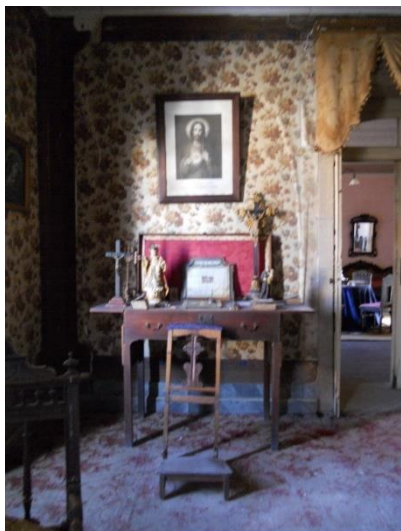


FIG. 456 - CASA GRANDE DE ALMENDRA, ALMENDRA (VNFC).

INTERIOR. ORATÓRIO.

(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, DEZEMBRO DE 2013).



FIG. 457 - CASA DESCONHECIDA (VILA FLOR?).  
ORATÓRIO-SECRETÁRIA, C. 1739

MADEIRA DE CASTANHO COM PINTURAS NO INTERIOR.  
PERTENCENTE À FAMÍLIA ALVARES PEREIRA DE  
ARAGÃO E ACTUALMENTE NO MUSEU MUNICIPAL DE  
VILA FLOR.

(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, ABRIL DE 2014).

## 5.2. Ambientes e soluções decorativas: dos tectos às pinturas em perspectiva<sup>411</sup>

É de um modo geral bem sensível a disparidade entre a decoração da fachada e o interior das casas, caracterizado quase sempre pela sua grande simplicidade, revelando um estilo de vida, ainda no século XVIII, de grande sobriedade (Azevedo 1988, 70-71). No caso duriense, isso compreende-se por se tratar de uma fidalguia de província, que levava uma vida um tanto austera, entre a gestão das suas propriedades e o regresso à cidade, reflectida inevitavelmente em algumas das suas escolhas artísticas. Facto é que, a avaliar pelo panorama das suas habitações, estas elites não necessitavam propriamente de casas faustosas, sem com isso prescindir da exigência deles espelharem o seu poder social, cultural, económico e mesmo político, quanto mais não fosse pelas fachadas. Por essa razão se apontou a existência de excepções, pois há casas que, dado o aparato cenográfico atingido, no arranjo das fachadas, onde portas e

<sup>411</sup> Como se explicou antes, um dos principais constrangimentos do trabalho de campo durante a nossa investigação prendeu-se com a visita ao interior das casas, nem sempre autorizado pelos proprietários. Procurou-se ultrapassar este obstáculo recorrendo à bibliografia específica e geral da casa nobre e solares, mas sobretudo às descrições minuciosas da DGPC e do SIPA e ainda à análise das imagens que as acompanham. Partindo dos dados assim reunidos, é possível desenvolver com alguma objectividade considerações sobre os ambientes e soluções decorativas dos interiores que nos interessam.

janelas dinamizam o estatismo do edificado, nos fazem perceber, ou pelo menos suspeitar, que esta fidalguia, embora profundamente rural, era conhecedora das novidades artísticas dos principais centros urbanos. Tudo indica que conhecessem tratados e livros especializados de arte e arquitectura<sup>412</sup>, bem como os mestres que contratavam para as suas obras. Deste modo, perante esta primeira imagem da casa nobre duriense, não nos surpreende que apesar de nos encontrarmos perante um contexto de marcada ruralidade, longe da urbanidade das grandes cidades, os ambientes e as soluções decorativas do interior, embora de grande simplicidade, apresentem uma elevada qualidade arquitectónica e artística e um enorme grau de erudição. Acontecendo mesmo que, em casas desprovidas de qualquer ornamento na fachada, quando entramos nos seus interiores, o caso muda de figura. São interiores onde houve um grande investimento decorativo, com programas que se estendem da habitação à capela, e onde o tratamento artístico flutua entre a simplicidade e a exuberância, imprimindo a esses interiores estáticos uma dimensão ascensional (Carita 1983, 147).

Na habitação são geralmente os espaços de convívio social os que recebem decoração – as salas de estar e o salão nobre, reservando para os quartos um tratamento mais simples ao nível dos tectos. Nas capelas observamos um maior investimento económico, com recheio decorativo mais rico, que vai desde as paredes aos tectos, passando pelo altar. Em algumas das casas nobres durienses, esta decoração ainda hoje ali se encontra, nem sempre em bom estado de conservação, e por vezes até em muito mau estado, mas pelo menos encerrada no seu lugar de origem.

Numa primeira fase, estas casas eram de paredes lisas sem tratamento decorativo e tectos muito simples, de linhas direitas, desprovidas de ornamento. Só um pouco mais tarde, surgem salas e salões com paredes pintadas, de grande requinte, opção até então reservada para as capelas, que frequentemente se cobriam de pinturais murais de certo interesse (Azevedo 1988, 74). O tema pictórico mais recorrente é o da

---

<sup>412</sup> Como mostrou, Ana Duarte Rodrigues a propósito da encomenda de escultura de jardim. Estes encomendantes reuniram nas suas casas pequenas e grandes bibliotecas, que foram enriquecendo ao longo do tempo. Consulte-se Rodrigues, Ana Duarte. 2013. “Elites, estratégias e especificidades da encomenda da escultura de jardim em Portugal (1670-1800).” *Análise Social* 207, XLVIII (2º): 369-394; *Idem*. 2011. *A escultura de jardim: das quintas e palácios dos séculos XVII e XVIII em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/ Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

paisagem, com cenas do quotidiano, de interacção social, convívio, caçadas e galanteio, ou simples motivos vegetalistas pintados. Entre os exemplares, destaque para a Casa de Nossa Senhora de Cedovim (VNFC), cujos rodapés das salas foram pintados com cenas paisagísticas e motivos vegetalistas e florais (SIPA 2016; **Fig. 458**). No mesmo concelho, encontra-se o Solar das Donas-Botto, em Muxagata, casa que sofreu amplas alterações, sendo beneficiada no século XVIII com profundas campanhas decorativas. Destas, salienta-se o salão nobre cujas paredes e tecto estão integralmente cobertas por um conjunto de pinturas murais de cariz mitológico (DGPC 2016; **Fig. 459 a 460**), o que indicia uma cultura literária. Uma das representações reporta-se ao *Triunfo de Neptuno e Anfitrite*<sup>413</sup> amplamente divulgada neste período através de inúmeras gravuras, estampas e livros dedicados à literatura (Rodrigues 2011, 380) (**Fig. 461-462**).



FIG. 458 - CASA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO, CEDOVIM (VNFC).

(A) INTERIOR DE SALA A SUL.

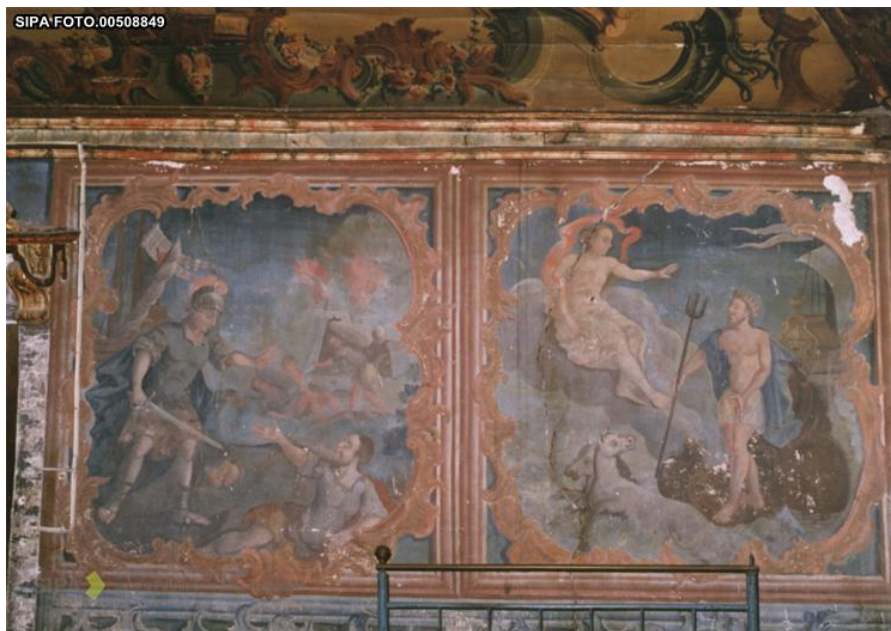
(B) PORMENOR DE RODAPÉ DE PAREDE.

(FONTE: SIPA FOTO.00856107 E FOTO.00856104).

<sup>413</sup> “Episódios da vida de Neptuno são contados e ilustrados nas *Metamorfoses* de Ovídio, como o seu casamento com Anfitrite com uma explícita imagem do seu envolvimento sexual, mas também Neptuno, de pé, sobre uma concha puxada por cavalos marinhos, a navegar sobre os mares, empunhando o seu tridente contra a fúria das águas.” (Rodrigues 2011, 380)



*FIG. 459 - SOLAR DOS DONAS-BOTTO, MUXAGATA (VNFC).  
INTERIOR, SALÃO NOBRE  
(FONTE: DGPC).*



*FIG. 460 - SOLAR DOS DONAS-BOTTO, MUXAGATA (VNFC).  
INTERIOR, SALÃO NOBRE  
(FONTE: SIPA FOTO.00508849).*





FIG. 461 - SOLAR DOS DONAS-BOTTO, MUXAGATA (VNFC).  
INTERIOR, SALÃO NOBRE. PORMENOR DE PINTURA.  
(FONTE: SIPA FOTO.00508849).



FIG. 462 - "TRIUNFO DE NEPTUNO E ANFITRITE".  
GRAVURA, 1718, LOUIS DESPLACES (1682-1739)

(FONTE: PESSCA – PROJECT ON THE ENGRAVED  
SOURCES OF SPANISH COLONIAL ART. ACEDIDO A 5 DE  
MAIO DE 2020.

[HTTPS://COLONIALART.ORG/ARTWORKS/2193A](https://colonialart.org/artworks/2193A)).

Já as capelas estavam obrigadas a seguir as regras impostas pelas Dioceses, cumprindo rigorosamente as instruções das *Constituições Sinodais*. No Capítulo V das *Constituições da Guarda*, intitulado “Das cousas, que se requerem nas Igrejas paroquiais para perfeição dos edificios”<sup>414</sup>, prescrevem-se os princípios relativos à organização e decoração das Igrejas, sem que sejam mencionadas as capelas particulares, somente referidas no Capítulo VIII, sob o título “Que nas Igrejas, e Capellas se não ponhão escudos de armas, insígnias, ou leitreiros sem licença nossa” (1759, 404-405). No Capítulo X, “Da limpeza, e reparação das Igrejas” (1759, 406-407), regulamenta-se a manutenção dos espaços antes das datas festivas, a fim de se reparar e concertar atempadamente tudo o que necessite de concerto (telhados, abóbada, paredes, etc.). O “Título II – Do lugar, e decência, e ornato das relíquias, e imagens dos Santos” (1759, 407-410) e o “Título III – Dos Ornamentos, e móveis das Igrejas” (1759, 407-ss), refere-se à presença de relíquias, bem como à necessidade de ornamentar as Igrejas, mas também as capelas, de forma a terem condições para a prática do culto. Interessando ainda o Capítulo III em torno “Da decência, pintura, e aprovação das imagens

<sup>414</sup> *Constituições Synodales do Bispado da Guarda* 1759, 395-402.



sagradas”<sup>415</sup>. Assim, partindo destas instruções e por razões de *decorum*, dominam os temas religiosos, quer nas paredes, quer nos tectos, dando-se nas primeiras a preferência à pintura mural<sup>416</sup>.

Das casas identificadas, ressaltamos pela riqueza e qualidade artística os seguintes exemplares: a Capela de Santo António do Solar dos Donas-Bottos, em Muxagata (VNFC), já observada<sup>417</sup>, a Capela do Sagrado Coração de Jesus anexa à desaparecida Casa do Cacao, em Torre de Moncorvo (TM; **Fig. 463 a 466**), com pinturas murais rococó, de temática religiosa e profana, das quais destacamos a iconografia dedicada ao Sagrado Coração de Jesus, e os motivos de morfologia barroca e rococó que envolvem algumas cenas representadas nos rodapés. Entre elas, uma relativa à peregrinação dois peregrinos moncorvenses a Roma<sup>418</sup> (**Fig. 464**). A par destas, mencione-se a Capela de Nossa Senhora da Conceição do Solar dos Caiado Ferrão, em Trevões (SJP), com arquitecturas fingidas sugerindo profundidade, nichos e medalhões

---

<sup>415</sup> “O Sagrado Concilio Tridentino nos encomenda, que tiremos todos os abusos, superstições, e indecências, que nas imagens santas, e pinturas dellas soe haver. Pelo que mandamos, que nas Igrejas e Ermidas de nosso Bispado não haja retabolo, Altar, ou parede imagem, que não seja de Cristo nosso Senhor, e dos seus mistérios da Cruz, e da Virgem nossa Senhora, e seus misterios, ou dos Anjos, ou Santos canonizados, ou beatificados; e as que houver serão tão convenientes, e decentes, que conformem com os mistérios, vida, e milagres dos originaes, que representão, e assim na honestidade dos rostos, perfeição, e proporção dos corpos, e no ornato dos vestidos serão esculpidas, ou pintadas com muita decencia, e conforme à verdade das historias sagradas, e não contenhão, ou representem cousas vans, supersticiosas, ou apócrifas, ou que dem ao povo matéria, ou ocasião de erro, ou de escandalo” (Constituições Synodales do Bispado da Guarda, 1759, 411).

<sup>416</sup> A pintura mural dos séculos XV e XVI foi objecto de estudo por parte de Afonso, Luís. 2002. “A pintura mural dos séculos XV-XVI na historiografia da arte portuguesa: estado da questão”. *Artis. Revista do Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras de Lisboa* 1: 119-137; e abrangendo já o período moderno: Bessa, Paula Virginia Azevedo. “Pintura mural do fim da Idade Média e do início da Idade Moderna no Norte de Portugal”. Tese de doutoramento, Universidade do Minho; e recentemente, centrado no caso lisboeta: Monteiro, Patrícia. 2019. A pintura mural de finais do século XVIII e inícios do XIX na baixa pombalina. *ARTis ON* 9 (Dezembro), 44-56. Acedido a 8 de Agosto de 2020. <http://artison.letras.ulisboa.pt/index.php/ao/article/view/238>

<sup>417</sup> Sobre esta capela veja-se o registo patrimonial: DGPC - Direcção Geral do Património Cultural. 2016. “Solar dos Donas Botto Pinto, também designado Casa de João Marçal.” Criado por Catarina Oliveira, DIDA/ IGESPAR, I. P./ Outubro de 2011. <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/71731>.

<sup>418</sup> Tema tratado recentemente por Vítor Serrão (2019) numa publicação online. Consulte-se <https://www.facebook.com/vitor.serrao.58/posts/2339293952806126>. Esta capela encontra-se municiosamente descrita no registo patrimonial: SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Capela do Sagrado Coração de Jesus.” Criado por Ernesto Jana, 1994; e Sandra Alves, 2006. [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=384](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=384).

com anjos, pinturas executadas pelo italiano Pascoal Parente<sup>419</sup>, de quem já falámos (Fig. 467). Todos estes exemplares ilustram as capacidades e o nível artístico da pintura portuguesa provincial da segunda metade do século XVIII, que embora desenvolvida no interior do País, procura aproximar-se dos padrões mais actualizados da produção erudita dos grandes centros. Algumas delas podem ainda hoje ser observadas *in situ*, o que é importante.



FIG. 463 - CAPELA DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS, PERTENCENTE À CASA DO "CACAO" (DEMOLIDA), TORRE DE MONCORVO (TM).

(A) FACHADA PRINCIPAL.

(B) INTERIOR.

(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, JULHO DE 2017).



FIG. 464 - CAPELA DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS, PERTENCENTE À CASA DO "CACAO" (DEMOLIDA), TORRE DE MONCORVO (TM). INTERIOR.

(A) PORMENOR DE PAREDE DO LADO DIREITO.

(B) DETALHE DECORATIVO COM A REPRESENTAÇÃO DE "DOIS PEREGRINOS".

(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, JULHO DE 2017).

<sup>419</sup> Eram também da sua autoria um conjunto de pinturas do forro de algumas salas da habitação, que infelizmente se perderam (Craveiro 1982, 12).



FIG. 465 - CAPELA DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS, PERTENCENTE À CASA DO "CACAO" (DEMOLIDA), TORRE DE MONCORVO (TM). INTERIOR.

(A) PORMENOR DO TECTO DA CAPELA.

(B) DETALHE DECORATIVO.

(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, JULHO DE 2017).



FIG. 466 - CAPELA DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS, PERTENCENTE À CASA DO "CACAO" (DEMOLIDA), TORRE DE MONCORVO (TM). INTERIOR, PORMENOR DE PAREDE DA CAPELA LATERAL.

(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, JULHO DE 2017).



FIG. 467 - CAPELA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DO SOLAR DOS CAIADO FERRÃO, TREVÕES (SJP).

INTERIOR, ALTAR-MOR E PAREDE LATERAL ESQUERDA.

(FONTE: SIPA FOTO.00519424 E FOTO.00519426).



Na decoração de paredes interiores, usou-se ainda o papel de parede. Entre as casas identificadas destaca-se a Casa dos Brolhas, em Lamego (LMG), em cuja Sala da Música (Borges 2018b) as paredes são revestidas de papel de parede decorativo com cenas em ambiente rural (**Fig. 468-469**). São histórias repartidas entre a caça, montaria e batidas, além de cenas de convívio, em que nobres passeiam de barco ouvindo música (Borges 2018b, 216-225). Além desta, também encontramos papel de parede na já referida Casa de Nossa Senhora de Cedovim (VNFC), cuja coloração e léxico temático nos faz supor tratar-se já de uma intervenção do século XIX, certamente realizada após a saída dos oficiais ingleses que ali estiveram instalados<sup>420</sup> (**Fig. 470**).



*FIG. 468 - CASA DOS BROLHAS, LAMEGO (LMG).  
INTERIOR, SALA DA MÚSICA. CENA DE CAÇA.  
(FONTE: FOTOGRAFIA GENTILMENTE CEDIDA POR JOSÉ DE CASTRO).*

<sup>420</sup> “1812 - Sir William Anson, do 40º regimento britânico, residiu neste edifício, enquanto as suas tropas estiveram aquarteladas em Cedovim” (SIPA 2016). In SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Casa de Nossa Senhora da Conceição / Casa de Cedovim / Casa Grande”. Criado por Margarida Conceição, 1992.  
[http://www.monumentos.gov.pt/site/app\\_pagesuser/SIPA.aspx?id=2999](http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=2999)



*FIG. 469 - CASA DOS BROLHAS, LAMEGO (LMG).  
INTERIOR, SALA DA MÚSICA. CENA DE CONVÍVIO.  
(FONTE: FOTOGRAFIA GENTILMENTE CEDIDA POR JOSÉ DE CASTRO).*



*FIG. 470 - CASA DE N. SRA. DE CEDOVIM, CEDOVIM (VNFC).  
INTERIOR, PISO TÉRREO, SALA DE ESTAR.  
(FONTE: SIPA FOTO.00856078).*

Ainda a referir o revestimento de paredes com grandes panejamentos bordados, solução muito em voga no século XIX, e cujos exemplares durienses – como o Paço Episcopal de Lamego (LMG), ou mesmo a Casa Grande de Almendra (VNFC), deverão reportar-se a essa época devido às obras de beneficiação que ambas tiveram.

Como podemos constatar também ao nível dos ambientes domésticos durienses há efectivamente uma diferença em relação aos restantes palácios e casas nobres do resto do País, sobretudo com Lisboa. Como já havíamos referido no caso das escadarias revestidas com painéis de azulejo, também este tipo de decoração ornava os restantes espaços das casas lisboetas, sobretudo com cenas do quotidiano e galantes<sup>421</sup>. Algo que na Região Demarcada do Douro não acontece, adaptando-se outras soluções, preferencialmente a pintura parietal e papel de parede.

Se por um lado a ausência de azulejos possa dever-se ao custo do material, forçosamente encomendado a oficinas longínquas e ao seu posterior transporte, por outro lado, assumimos que houve uma clara preferência por outro tipo de soluções. Estas seriam mais simples, económicas e manifestamente associadas a um tipo de vida mais despretensioso e que ia de encontro à vivência rural em que estas casas se inseriam. Daí um gosto virado para os materiais mais baratos, sobretudo os locais em que avulta a matéria da região, de grande robustez, densidade e sobretudo de qualidade. Ela é de facto o material de eleição.

O gosto pela ornamentação manifesta-se igualmente nos tectos<sup>422</sup>, surgindo realizações um pouco por todo o País de diferentes estilos, formas e tipologias, conforme a região, os pintores, os carpinteiros e as suas influências. No período setecentista, os tectos variam entre:

- os tectos de masseira, “[...] são constituídos por uma esteira plana central e por esteiras inclinadas para as paredes, formando um tecto chanfrado” (Costa in Rodrigues 2015, 51). Os tectos de masseira, distintos dos restantes, são de linhas sóbrias sem qualquer tipo de forma ou tratamento decorativo.

- os tectos em caixotões,

“[...] forma, geralmente quadrada, resultante do aproveitamento dos vãos entre o madeiramento que sustenta os tectos, usada para efeito decorativo. Possivelmente teve a sua origem no vazio existente entre as traves cruzadas dos tectos, cuja nudez destoava da riqueza arquitectónica do conjunto”. (Costa in Rodrigues 2015, 51).

<sup>421</sup> “Por vezes, esses conjuntos de azulejos revestem paredes inteiras, e em muitos interiores as cenas representadas acrescentam outra dimensão à sala, prolongando perspectivas sobre espaços livres, jardins e arruamentos que servem de fundo a cenas galantes, muito em voga na época.” (Azevedo 1988, 74)

<sup>422</sup> Sobre a pintura de tectos no século XVIII: Rodrigues 2015; Palavras 2011; Reis 2011; Moreira 2010; Mello 1998; Mello 1995; Santos 1962. Centrados exclusivamente na análise de tectos no contexto da arquitectura religiosa, incluem pontualmente os tectos de casas particulares, algumas das quais localizadas na região duriense.



- e os tectos com pintura em perspectiva arquitectónica.

Os dois últimos, possuem diferente desenho, estrutura e tipologia, desde os tectos em forma de abóbada de berço, tectos de abóbada de berço abatida e tectos em três terços até aos tectos planos. Quanto à sua decoração, ela segue duas vias: uma meramente decorativa, com recurso a coloridos, enrolamentos de folhagens e motivos simbólicos, e outra com narrativas de cariz sacro, ciclos historiados e motivos profanos (paisagens, cenas do quotidiano)<sup>423</sup>.

Na Região Demarcada do Douro, a ornamentação de tectos flutuou entre as tipologias apontadas, ao contrário do que aconteceu noutras partes do norte do País, não havendo propriamente uma preferência<sup>424</sup>. São ambas utilizadas nos tectos das casas e solares, tendo os tectos de masseira sido aplicados nos quartos e câmaras, e os tectos de caixotão e com pintura em perspectiva nos grandes salões e nas salas principais, como na nave das suas capelas.

Entre as casas nobres durienses pudemos identificar variados tectos de masseira um pouco por toda a região, nomeadamente no Solar de Cancelos, em Cancelos do Meio (MD; **Fig.471**), na Casa da Quinta do Bairro, em São João de Lobrigos (SMP; **Fig.473**), na Casa de Nossa Senhora de Cedovim e na Casa Grande de Almendra, ambas pertencentes ao concelho de Vila Nova de Foz Côa (VNFC), e na Casa dos Barros, em Sabrosa (SBS). Os tectos de caixotão sem qualquer coloração podem ser vistos no Solar dos Douteís, em Torre de Moncorvo (TM), no Solar dos Regos, em Sendim (TBÇ) e na Casa da Quinta do Paço, em Mesão Frio (Cidadelhe) (**Fig. 474-475**). Em certos casos, os tectos de caixotão foram pintados com elementos vegetalistas ou florais, integrando as habituais cenas de galanteio, como as que se encontram na sala de entrada e nas salas principais da Casa da Quinta do Bairro, em São João de Lobrigos (SMP). As salas tinham três tectos em caixotões pintados: um de temática decorativa de inspiração grotesca, com os mascarões e entrelaçados de flores, ainda existente (**Fig. 476**); outro

<sup>423</sup> Quanto à escolha destes temas, Ana Rita Rodrigues (2015, 116), mostra bem como esteve longe de ser uma escolha rígida, havendo em alguns casos, a conjugação dos diferentes temas num só tecto em caixotões, ou mesmo numa pintura.

<sup>424</sup> “No Norte, o gosto pela ornamentação dos tectos em perspectiva foi menos intenso, sobretudo nas regiões de Bragança, Viseu e Beira Alta, em que a utilização dos caixotões se manteve até finais do século XVIII, tendência que esteve muito ligada a oficinas regionais” (Rodrigues 2015, 79).

de temática decorativa com ramagens de flores padronizados, muito possivelmente executados com moldes, também ainda existente (**Fig. 477**); e haveria ainda um terceiro tecto, documentado por Carlos de Azevedo, com temas figurativos que já não se encontra no local (**Fig. 478**)<sup>425</sup>.



FIG. 471 - SOLAR DOS CANCELOS, CANCELOS DO MEIO (MD). INTERIOR.

(A) SALA.

(B) TECTO DE MASSEIRA DE UMA DAS SALAS.

(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, DEZEMBRO DE 2013).



FIG. 472 - CASA DA QUINTA DO BAIRRO, SÃO JOÃO DE LOBRIGOS (SMP). INTERIOR.

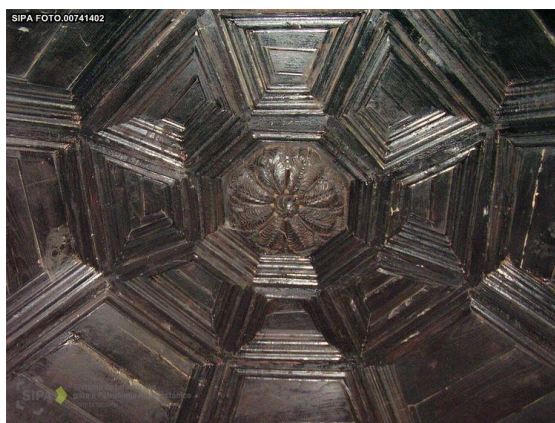
TECTO DE UM DOS QUARTOS.

(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, ABRIL DE 2016)

<sup>425</sup> Visitámos a Casa da Quinta do Bairro com a intenção de conhecer directamente o tecto de temática figurativa. Porém verificou-se que na casa apenas subsistem os dois tectos mencionados, desconhecendo-se o paradeiro do terceiro. O único registo documental que dele subsiste é a fotografia feita por Carlos de Azevedo na década de 1960, o que leva a supor que o tecto tenha sido desmontado depois dessa altura. Na procura de mais informações sabemos que a quinta pertencera à família Mota Marques, tendo sido vendida na década de 1980 e depois, uma vez mais, em 2013.



*FIG. 473 - SOLAR DOS DOUTEÍ, TORRE DE MONCORVO (TM). INTERIOR.  
(A) E (B) TECTOS DE DUAS SALAS.  
(FONTE: BIBLIOTECA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO).*



*FIG. 474 - SOLAR DOS REGOS, SENDIM (TBÇ). INTERIOR.  
TECTO DE UMA DAS SALAS.  
(FONTE: SIPA. FOTO.00741402).*



*FIG. 475 - CASA DA QUINTA DO PAÇO, CIDADELHE (MF). INTERIOR.  
TECTO DA ACTUAL SALA DE RECEPÇÃO DO HOTEL.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, JULHO DE 2013).*



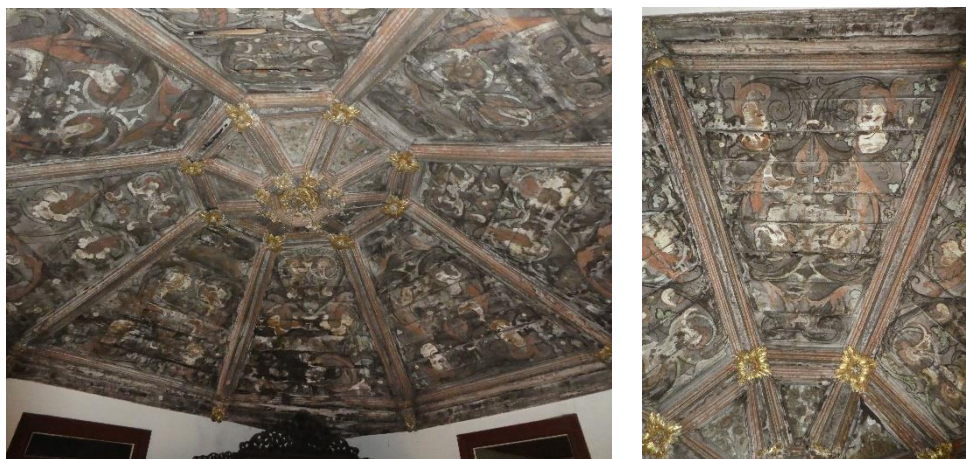


FIG. 476 - CASA DA QUINTA DO BAIRRO, SÃO JOÃO DE LOBRIGOS (SMP). *INTERIOR.*  
(A) SALA DE ENTRADA; (B) SEGUNDA SALA.  
(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, ABRIL DE 2016)



FIG. 477 - CASA DA QUINTA DO BAIRRO, SÃO JOÃO DE LOBRIGOS (SMP). *INTERIOR.*  
TECTO DA SEGUNDA SALA.  
(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, ABRIL DE 2016)



FIG. 478 - CASA DA QUINTA DO BAIRRO, SÃO JOÃO DE LOBRIGOS (SMP). *INTERIOR.*  
TECTO DA TERCEIRA SALA (DESAPARECIDO).  
(FONTE: AZEVEDO 1988, ESTAMPA 90).

Perante a riqueza destes tectos constata-se que houve um grande investimento decorativo, que, quando comparado com o exterior de grande simplicidade, sugere uma campanha de obras de beneficiação. Não tendo sido previsto de início nada de equivalente, à data da construção da casa, já que os interiores são manifestamente mais tardios que a edificação.

Além da Casa da Quinta do Bairro, outras podem ser mencionadas em Lobrigos (SMP), onde diversas casas e capelas de quintas particulares apresentam tectos em caixotões pintados. Pelo que se concluiu ter sido uma tendência artística que se desenvolveu bastante na região e arredores, originando um património que ainda se hoje conserva<sup>426</sup>.

Ainda a ter em consideração, os tectos das salas das Casa da Fonte de Celeirós (SBS) profusamente pintados com elementos barrocos e diferentes grupos em cenas de galanteio (**Fig. 479**). Cenas semelhantes e ligadas à iconografia das *Quatro Estações do Ano*, com respectiva identificação em fita, podem ser observadas nas salas de recepção da Casa Grande do Serrado, em Sanhoane (MF)<sup>427</sup> (**Fig.480-481**).

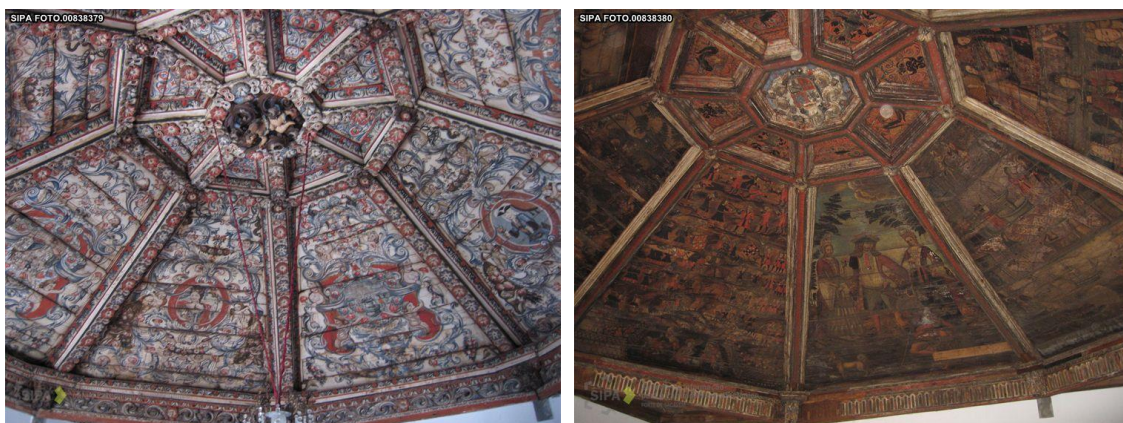


FIG. 479 - CASA DA FONTE E CAPELA DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS, CELEIRÓS DO DOURO (SBS).

INTERIOR, TECTOS DE SALAS.

(FONTE: SIPA FOTO.00838379 E SIPA FOTO.00838380).

<sup>426</sup> Nomeadamente, a Casa da Quinta da família Ferreira Henriques Pinto Sequeira e a Casa da Quinta da Família Osório. A primeira comporta diversas salas, cada uma revestida por um tecto com oito pinturas em caixotões, de iconografia alusiva às quatro fases do dia e aos quatro continentes. A segunda, mostra no tecto de uma sala das salas a pintura das quatro estações com uma arquitectura simulada no centro da composição (Cardoso 2014, Vol.I, 100). Veja-se no Vol.II, 201, as figs. 226 e 227.

<sup>427</sup> De acordo com a proprietária da Casa Grande do Serrado (turismo de habitação), uma das salas anexas do lado esquerdo, actualmente propriedade de uma outra herdeira, recebeu pinturas semelhantes com cenas de carácter mitológico.





*FIG. 480 - CASA GRANDE DO SERRADO, SANHOANE (SMP). INTERIOR.  
SALA DE ENTRADA.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, JULHO DE 2013).*



*FIG. 481 - CASA GRANDE DO SERRADO, SANHOANE (SMP). INTERIOR  
SALA DE ENTRADA, PORMENOR DA REPRESENTAÇÃO DO «ESTIO».  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, JULHO DE 2013).*



Mas houve infelizmente, alguns outros tectos que se perderam ao longo do tempo, sobretudo por falta de obras de conservação e restauro. Chegaram-nos, porém, descrições que nos dão uma ideia de como seria na época setecentista a decoração destes interiores. Uma delas reporta-se à Casa do Cabo, de São João da Pesqueira (SPS), possivelmente uma das mais imponentes do Cima Corgo. Os seus interiores foram desmantelados durante as obras de adaptação do solar a Tribunal de Comarca na década de 1960 (SIPA 2016)<sup>428</sup>, dado o estado ruína que apresentavam, tendo sido ignorados pela historiografia artística, muito possivelmente pelo desconhecimento dos registos que o SIPA guarda e a eles se refere do seguinte modo:

“Tectos. Os tectos (D.E.F.G.) gerais, são de forma abaulada mas de superfícies lisas, tendo só como ornato umas breves molduras de limitação, cimalthas de modesto traçado, valorizadas algumas por mísulas de suporte nos arranques dos ângulos e um breve florão ao centro (foto nos.18 e 23).

O do salão principal C não tem molduras nem é misulado nos ângulos. Este aspecto liso, sem marcação de desenhos definidos por fortes moldurações era própria dos tectos que se destinavam a receber uma decoração pictoral que os recobriam inteiramente. Nem destes (D.E.F.G.) apresenta qualquer vestígio de pintura decorativa.

O tecto do salão principal C mostra só a parte central decorada em policromia, com o brasão dos proprietários (Foto n.º22). Se lhe deram um grande desenvolvimento já foi para ficar, o mesmo brasão, motivo isolado e não como ponto central duma decoração conjunta e total do tecto. As fotografias documentam o estado de todos estes tectos.

Assinala-se que não houve intenção de dotar a casa de tectos de boa categoria, pois de contrário os mesmos determinaram umas paredes com espessura muito maior daquela que foi adoptada.

O tecto da sala do extremo nascente H representa uma modificação do século 19 para adaptar os espaços de salas antigas a salão único destinado a música.

Por isso o seu novo tecto foi tratado de maneira particular e executado em estuque, numa categoria inferior muito comum no século passado, encontrando-se igualmente em mau estado (Foto n.º17).

O tecto sobre a escada, foi o único a receber decoração pictórica completa. A composição do ornato consiste num vasto rótulo de temas concheados, típica do fim do século 18, encerrando uma ave que se liga a outros ornatos do mesmo tipo.

Esta decoração em policromia deveria ter um aspecto agradável, mas produto de decorador de nível artístico médio, que por isso se afastou da dificuldade da representação figurativa que só episodicamente acompanha a composição.

Seria um tecto a manter, se fosse possível, e não se verificasse o lastimoso estado em que se encontra, e que a fotografia n.º14 documenta” (Fonseca 1964. In SIPA 2016)<sup>429</sup>.

<sup>428</sup> Extraído de SIPA TXT.04622127 e SIPA TXT.04622128 (documento produzido em 1964 por Álvaro da Fonseca). In SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Casa de Nossa Senhora da Conceição / Casa de Cedovim / Casa Grande”. Criado por Margarida Conceição, 1992.

[http://www.monumentos.gov.pt/site/app\\_pagesuser/SIPA.aspx?id=2999](http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=2999)

<sup>429</sup> *Idem*.

Segundo Lurdes Craveiro (1982, 12), outra das casas que perdeu parte da sua decoração, neste caso da autoria de Pascoal Parente, foi a Casa dos Caiado Ferrão, em Trevões (SJP). Tratando-se lamentavelmente de uma obra, além do mais, de autoria identificada, o pintor italiano terá executado as pinturas do forro das salas, desaparecidas há anos, como pôde apurar a referida historiadora.

A par das casas, também as suas capelas recebiam decoração nas respectivas coberturas, variando entre os tectos de caixotão e os tectos de abóbada com pintura em perspectiva. Nas capelas particulares são sobretudo estes últimos que foram executados na maioria dos exemplares identificados. Esta preferência decorre, como é óbvio, do processo de renovação decorativa introduzido no reinado de D. João V (1689-1750) pelos artistas italianos que vieram para Portugal a partir do final do século XVII (Santos 1962, 3). Com grande desenvolvimento no século XVIII, este novo modelo decorativo de inspiração italianizante foi, segundo a conservadora Ana Rita Rodrigues (2015, 91), o principal responsável pelo quase total desaparecimento dos tectos em caixotões.

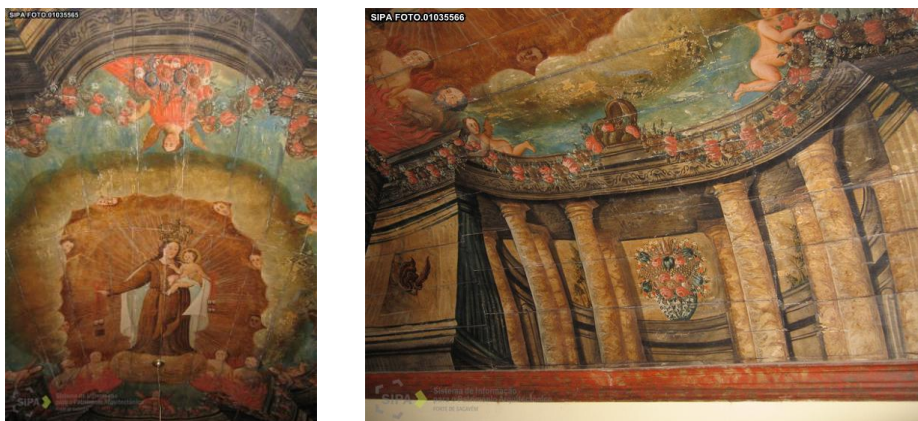
Os temas pictóricos são como temos dito exclusivamente religiosos. Nos tectos de caixotão há uma nítida preferência pelas figurações do hagiológico de Santos, da Vida da Virgem ou da Paixão de Cristo, não esquecendo, é claro, o Padroeiro da capela, enquanto nos tectos de abóbada se revela um especial gosto pelas novas espacialidades do ilusionismo prospectico barroco, perfeitos coronários ornamentais e cenográficos destes espaços cenográficos. Refira-se a Capela de São Sebastião do Solar da Rede, em Mesão Frio, em cujo tecto está representada Nossa Senhora e o Menino ao centro, de elaborado enquadramento arquitectónico, revelando a unicidade e a actualidade estilística da obra, a riqueza e poder do seu proprietário (Simões 2010, 164) (**Fig. 482**)<sup>430</sup>.

No concelho limítrofe de Mesão Frio, encontramos outra capela particular com o mesmo tipo de pintura. É a Capela de São Pio Mártir pertencente à Casa Grande do Serrado, em Sanhoane (SMP), cujos interiores receberam um *trompe l'oeil* de falsa cúpula onde se inscreve um grande, aparatoso e detalhado fundo arquitectónico, além de quatro figuras femininas alegóricas, as virtudes humanas ou cardeais – Prudência, Justiça, Fortaleza e Temperança (**Fig. 483**) (Almeida 2010, 163-165). Nota ainda para a

<sup>430</sup> Além da decoração do tecto, a capela ostenta ainda painéis de azulejos semelhantes aos das salas e com a mesma temática de cenas campestres, fluviais e caçadas (Simões 2010, 163-164).

galeria de Santos na parte inferior do coro, sempre de esperar num contexto desta natureza.

Refira-se ainda o tecto da Capela de Nossa Senhora da Assunção e dos Santos Mártires da casa da Torre das Pedras, em Paredes da Beira (SJP), com arquitecturas em perspectiva, não muito diferentes, acompanhadas de anjos e do brasão de armas da família (Pinto 1997, 83)<sup>431</sup> (**Fig. 484**).



**FIG. 482 - CAPELA DE SÃO SEBASTIÃO DO SOLAR DA REDE, MESÃO FRIO (MF). INTERIOR.**  
**(A) TECTO DA NAVE PRINCIPAL. REPRESENTAÇÃO DE NOSSA SENHORA E O MENINO JESUS.**  
**(B) PORMENOR DE PARTE LATERAL DO TECTO COM ARQUITECTURAS ILUSIONISTAS.**  
**(FONTE: SIPA FOTO.01035565 E FOTO.01035566).**



**FIG. 483 - CAPELA DE SÃO PIO, O MÁRTIR DA CASA GRANDE DO SERRADO, SANHOANE (SMP). INTERIOR. TECTO.**  
**(FONTE: ALMEIDA 2010, 165).**

<sup>431</sup> O brasão de armas é um dos motivos frequentemente colocados sobre vários materiais e suportes, quer em pintura, quer em escultura, seja em tectos ou sobre paredes, no interior de capelas ou de casas. Espalhando-se por toda a Região Demarcada, compreende-se que sejam inúmeras dada a caracterização social destas famílias. A escolha deste elemento para ornamento tem um fundamento análogo ao que ocorria nos exteriores, considerando-se como um *acto visual performativo* (Seixas 2014, 83, 85). Na verdade, as manifestações heráldicas dentro de portas prolongavam e amiúde completavam as de fora (Seixas 2014, 85).



FIG. 484 - CAPELA DE NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO E DOS SANTOS MÁRTIRES DA CASA DA TORRE DAS PEDRAS, PAREDES DA BEIRA (SJP).

INTERIOR, TECTO.

(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, ABRIL DE 2014).

A par dos tectos de madeira era igualmente muito comum o revestimento de tectos em estuque<sup>432</sup>. O estuque decorativo marcara presença, sobretudo a partir do século XVI, ganhando maior relevância na integração dos espaços arquitectónicos, a partir do século XVIII, com a criação e a divulgação do ensino do estuque em Lisboa (AA.VV. 2010, 238). No século seguinte ganha grande difusão, chegando mesmo a ser utilizado como técnica de substituição no restauro dos tectos em caixotões ou masseiras (AA.VV. 2010, 238).

Nas casas e capelas da Região Demarcada também se verificou a utilização de estuque nos tectos, sobretudo no Douro Superior, onde se concentra o maior número de exemplares, em particular no concelho de Torre de Moncorvo, em que grande parte das casas setecentistas e mesmo oitocentistas possuem este tipo de solução decorativa<sup>433</sup>. Todas elas apresentam uma grande semelhança iconográfica e plástica podendo-se supor serem trabalhos de uma plasticidade simples e harmoniosa, de novo com o tema das *Quatro Estações do Ano*, presente em quatro solares daquela vila – o Solar dos Douteís, o Solar dos Tenreiros, o Solar dos Pimentéis e a antiga Casa do

<sup>432</sup> Sobre a arte do estuque, consulte-se AA.VV. 2010, com especial destaque para os artigos e respectiva bibliografia de Gonçalo Vasconcelos e Sousa, Eduarda Moreira da Silva e de Liliana Figueiredo Pereira.

<sup>433</sup> Conforme se ficou a saber com o estudo de Liliana Figueiredo (2004, 2 vols.) dedicado aos estuques do espaço doméstico do Douro Superior.

Morgado Leopoldo Henriques (AA.VV. 2010, 242-243)<sup>434</sup> (**Fig. 485-486**). Este facto leva-nos a admitir, sem forçar demasiado a realidade, tratar-se da obra de uma oficina local ou do mesmo artista.

Além daquela iconografia, temos ainda em algumas das casas figuras e objectos alusivos à música, encontrando-a também na já referida Sala da Música da Casa dos Brolhas, em Lamego (**Fig. 487**). É outro dado de importante significado cultural, seguramente relacionado com um foco de cultura musical local, específico das famílias, proprietárias destas casas, que assim o transportam para a esfera visual.

Mas os temas iconográficos não se esgotam, encontrando-se toda uma série de motivos geométricos vegetalistas, florais, figurativos, entre outros (medalhões, folhas, ramos, pinhas, grinaldas de flores, rosas, linhas, fitas, figuras).



*FIG. 485 - SOLAR DOS DOUTEIS, TORRE DE MONCORVO (TM). INTERIOR, SALA.*

*(A) TECTO EM ESTUQUE COM MOTIVOS FLORAIS.*

*(B) PORMENOR COM ELEMENTO FIGURATIVO.*

*(FONTE: BIBLIOTECA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO).*

<sup>434</sup> Sobre os estuques de cada solar consulte-se, Figueiredo 2004, Vol.II, 99-102 (Solar dos Douteis); Vol.II, 108-110 (Solar dos Tenreiros); Vol.I, 114-124; Vol.II, 101-107 (Solar dos Pimentéis); e Vol.II, 58-61 (Casa do Morgado de Leopoldo Henriques).



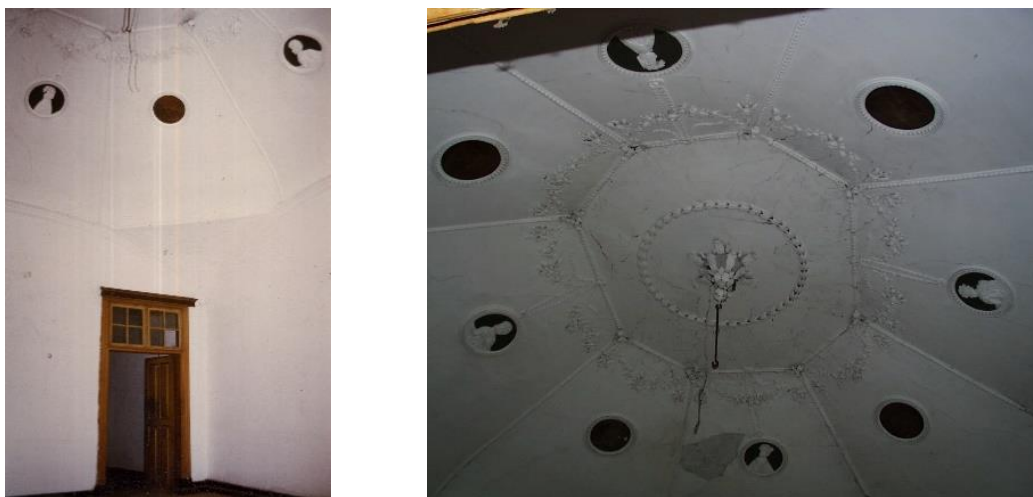


FIG. 486 - SOLAR DOS PIMENTÉIS, TORRE DE MONCORVO (TM). INTERIOR, SALA DAS QUATRO ESTAÇÕES.

(A) VISTA PARCIAL DA SALA.

(B) TECTO COM A REPRESENTAÇÃO DAS QUATRO ESTAÇÕES.

(FONTE: BIBLIOTECA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO).



FIG. 487 - CASA DOS BROLHAS, LAMEGO (LMG). INTERIOR, SALA DA MÚSICA.

(A) PORMENOR DE TECTO COM REPRESENTAÇÃO DE UMA PARTITURA.

(B) DETALHE DE TECTO COM REPRESENTAÇÃO DE GUITARRA.

(FONTE: IMAGEM CEDIDA POR JOSÉ DE CASTRO).



Ainda, no que toca à decoração teremos de acrescentar, evidentemente, a talha dourada<sup>435</sup>, um sector tão importante da actividade artística em Portugal no Barroco e Rococó associado às encomendas religiosas. Não é de estranhar encontrarmos, por isso, altares de talha barroca, nestas capelas, elevando o investimento económico na decoração destes espaços, mas também, para nossa surpresa, ornamentos escultóricos em pedra. Desde os tectos, às colunas torsas que lhes servem de apoio, aos frontais dos altares, todo um trabalho minucioso de rendilhados com elementos vegetalistas, volutas e conchas esculpidos em pedra, podes ser observados na Capela de Nossa Senhora da Assunção e dos Santos Mártires da casa da Torre das Pedras, em Paredes da Beira (SJP) (Fig. 488).



FIG. 488 - CAPELA DE NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO E DOS SANTOS MÁRTIRES DA CASA DA TORRE DAS PEDRAS, PAREDES DA BEIRA (SJP).

INTERIOR, ALTAR-MOR E TECTO.

(FONTE: PINTO 1997, 69, FIG.61; FOTOGRAFIA DA AUTORA, ABRIL DE 2014).

<sup>435</sup> O estudo da talha dourada na Região Demarcada do Douro tem sido analisada sobre diferentes perspectivas regionais. A este respeito consulte-se: Correia 1988, Pinto 1997; Eusébio 2005, Rodrigues 2005, Almeida 2010, Vasconcelos 2014 e Palavras 2013, 2014.

Já no que diz respeito à decoração móvel – mobiliário, objectos decorativos e outros utensílios (candeeiros, quadros, tapetes, loiças), os interiores das casas nobres durienses são geralmente muito simples<sup>436</sup>. Sobretudo devido às transformações sofridas no período Oitocentista em que boa parte desses objectos foi substituído por outros. Por outro lado, houve casos, como o do Solar das Casas Novas, na Mêda (MD), a Casa de Nossa Senhora da Conceição, em Cedovim (VNFC), e a Casa Grande de Almendra (VNFC), que viram os seus interiores transformados em quartéis durante as invasões francesas (Ramos 2011, 19-20; Silva 1988, vol. IV, 224; Sousa 1993, 30). Onde as inevitáveis malfeitorias que ocasionaram o desaparecimento de parte do mobiliário e muitos objectos decorativos, vandalizados, roubados ou simplesmente destruídos. Contudo, outros subsistiram e encontram-se ainda conservados no interior destas casas fazendo-nos recuar no tempo.



FIG. 489 - SOLAR DOS CANCELOS, CANCELOS DO MEIO (MD).

INTERIOR

(A) SALA DE JANTAR.

(B) QUARTO.

(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, DEZEMBRO DE 2013).

<sup>436</sup> Sobre o mobiliário e os objectos em voga no período em estudo consulte-se Carita 1983, 126-138 e 159-163; Nunes, Marta Marinho. 2011. *O Mobiliário do século XVIII no mercado leiloeiro lisboeta (1996-2008)*. Lisboa: Scribe; e, Franco, Carlos. 2007. *O Mobiliário das elites de Lisboa na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Livros Horizonte.

### 5.3. Entre o deleite e a utilidade: do jardim às actividades agrícolas e vinícolas



FIG. 490 - CASA DOS VARAIS, CAMBRES (LMG).  
VISTA AÉREA.  
(FONTE: GOOGLMAPS, 2018)

A «arte paisagista e arte dos jardins em Portugal»<sup>437</sup>, proporcionada pelo clima e topografia ideais a esse desenvolvimento, destacou-se no século XVIII, impregnado pelas características e especificidades barrocas<sup>438</sup>. Neste período, a situação social e económica vivida no País, criou recursos e proporcionou múltiplas construções, estando reservado junto à casa, palácio ou quinta, uma área para o «jardim». Como é natural, a região duriense acompanha este movimento, conferindo-lhe as características próprias da sua especificidade artística.

#### 5.3.1. Do jardim barroco português ao jardim duriense

Considerando o jardim um espaço físico constituído por diversos elementos orgânicos – terra, água e vegetação, a arte dos jardins surgiu de um conjunto de crenças

<sup>437</sup> Expressão que serve de título a uma das principais obras dedicadas ao tema, da autoria de Ilídio de Araújo (1962).

<sup>438</sup> A este respeito consulte-se os trabalhos de: Araújo 1962, 1974, 2011; Carapinha 1995, 2 vols; Carita 1987; Leite 1988, 3 vols; Stoop, Anne de. 1986. *Quintas e Jardins dos Arredores de Lisboa*. Lisboa: Civilização Editores; e, Rodrigues, Ana Duarte. 2011. *A escultura de jardim: das quintas e palácios dos séculos XVII e XVIII em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/ Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

e mitos, fundando-se, no mundo ocidental, sobre o mito do Paraíso Terrestre<sup>439</sup>. Já a construção do jardim enquanto espaço físico, surgiu da necessidade do homem em usufruir de um espaço verde que lhe permitisse retirar sustento e proveito (hortos e/ou zonas agrícolas). Posteriormente, viria a constituir-se também um local de recreio e lazer, onde o homem podia deleitar-se, divertir-se, distrair-se e sobretudo renovar energias. Esta dupla função do jardim – utilitária e recreativa –, é evidenciada a partir do momento em que o mesmo passou a ser planeado e projectado como obra arquitectónica, na maior parte das vezes concebida por arquitectos. Como tal, o jardim depende de uma determinada casa e família, origem do financiamento de sua construção. Deste modo, foi objecto de encomenda de reis, príncipes, nobres ou bispos, que os construíam em ligação com as suas casas, palácios, quintas, conventos ou mosteiros.

Em termos decorativos, a arte dos jardins foi combinada com os elementos da linguagem estética de cada período, o gosto dos seus proprietários e respectivos artistas. Em alguns casos, procurou integrar um ou outro elemento tradicional do modo de fazer jardinagem herdado das épocas anteriores, romana e muçulmana<sup>440</sup>, verdadeiros fundadores desta arte na Península Ibérica (Araújo 1974, 6).

O jardim barroco teve o seu auge no século XVIII, mas, foi durante a centúria anterior que surgiram as primeiras manifestações. Durante o período filipino (1580-1640) construíram-se poucos jardins, havendo apenas algumas campanhas de restauro nas quintas e nos seus palácios, acompanhadas da entrada aos poucos de novas ideias (Leite 1995, Vol.III, 210). O discurso barroco vai penetrando de forma ainda “experimental”, que se pressente pela existência de grandes terreiros fronteiros à casa e nos arranjos cenográficos (Leite 1995, Vol.III, 210).

Após o final da guerra da Restauração, em 1668, com o melhoramento das condições sociais da nobreza e um forte pendor nacionalista, deu-se início a um novo

---

<sup>439</sup> Segundo Hélder Carita, “[...] o jardim revela-se como um universo protegido das contingências naturais dos diferentes climas e geografias. Por detrás da aparência de prestígio de um simples espaço de recreio ou de representação social, o jardim encerra em si uma necessidade profunda de toda a alma humana em criar na terra um paraíso”, fundando-se, portanto, nas crenças e mitos do Paraíso Terrestre (Carita 1990, 15).

<sup>440</sup> Cujas influências se fazem sentir sobretudo na zona a sul, onde foi mais intensa e demorada a sua presença cultural, em particular na Andaluzia.

período de construção e/ou arranjo de importantes quintas e palácios com jardins. Estas localizam-se sobretudo na área de Lisboa e arredores, e na região sul, por influência da Corte ou por ligação a determinadas figuras que se haviam distinguido na guerra da Restauração (Leite 1988, Vol.1, 44-48)<sup>441</sup>. Esses exemplos transportam-nos para o ideal do jardim renascentista “à italiana”, enquanto espaço para passeio, com uma relação íntima com a natureza, diferente do jardim “à francesa” com as suas grandes perspectivas e racionalização da Natureza<sup>442</sup>.

O jardim vai assimilando as características e especificidades da nova estética, em particular o carácter sensorial e ostentatório, mas ao mesmo tempo naturalista e realista, dando-se uma maior abertura à Natureza, como matéria «arquitectónica» no qual o homem o procura moldar (Leite 1988, Vol.I, 74-75). A paisagem é então valorizada pela elaborada concepção e organização do programa artístico dos diferentes elementos que constituem este espaço que é o jardim.

As primeiras manifestações do “jardim barroco”, entendido não como período cronológico, mas como uma atitude estética, instalam-se progressivamente, num processo lento e demorado<sup>443</sup>. Assim, favorecido pelas condições políticas, sociais e económicas vão surgir novas zonas ajardinadas junto das diversas edificações. Condiçionadas ainda por certos factores geográficos, topográficos e climáticos que em muito pesaram na sua definição. Em Portugal, de norte a sul, a paisagem natural influiu na diversidade tipológica e diferente concepção (Carita 1987, 143). No norte, a terra ergue-se num relevo vigoroso, é uma paisagem atormentada, dramática, densa, de

---

<sup>441</sup> Contam-se, entre os principais, os jardins do Palácio da Anunciada (desaparecido depois do Terramoto) do 3.º Conde da Ericeira, D. Luís de Menezes, os do Palácio do Conde de Castelo Melhor, os do Palácio de Belém e os jardins do Palácio Sarzedas ou da Azambuja, dos Condes de Aveiras, todos situados em Lisboa. Veja-se Leite 1988, Vol.I, 44-48.

<sup>442</sup> Por outras palavras, o jardim à italiana define-se enquanto espaço para se viver em comunhão com a Natureza, enquanto o jardim à francesa é o cenário racional de ostentação e festas (Leite 1988, Vol.I, 47-50). Sobre esta matéria, veja-se Matteucci, Anna Maria, “The Italian Baroque and Rococo Garden”; Michel, Marianne Roland. 1991. “Scenography and perspective in Eighteenth-Century French Garden.” In *The Architecture of Western Gardens; A Design History from the Renaissance to the Present Day*, ed. Monique Mosser, Georges Teyssot, 147-157; 243-253. Londres: Thames and Hudson, 1991.

<sup>443</sup> A distinção entre atitude estética e período cronológico a que ela nem sempre corresponde, é praticada por alguns historiadores para tratar o problema da arte do jardim e os seus desfragmentos temporais. Por exemplo, o gosto à italiana que se pode observar em diversos jardins no século XVIII, é na realidade uma reminiscência do jardim clássico do Renascimento. Assim verifica-se o entendimento do jardim barroco, enquanto atitude estética e não cronológica. Sobre este período veja-se Pereira 1995a, Vol.III, 51-182.

algum modo “barroca”, onde o jardim se irá desdobrar em patamares, a grandes escadarias e terraços, reflectindo uma abertura total ao mundo providenciada pelos inúmeros miradouros naturais (Araújo 1964, 325). No Sul, é a região das planuras, dos planaltos médios, das extensas bacias fluviais deprimidas e dos terrenos molemente dobrados, onde o jardim se estende, ora num único terraço, ou em vários (Araújo 1964, 325). Havendo também que contar com o clima mediterrânico, com Verões secos, obrigando a uma prática de rega sazonal, e o recurso aos tanques, para armazenar a maior quantidade de água possível, indispensáveis à sua manutenção (Araújo 1964, 325).

No século XVIII, o jardim não se circunscreve apenas às casas e quintas de recreio (Palácio Pombal, em Oeiras, Palácio de Queluz, Quinta da Arronchela), mas passa ao interior das cercas conventuais, enquanto espaços místicos e contemplativos (Santa Cruz, Buçaco, Tibães, entre outras) e as igrejas de peregrinação (Frangueira, Serra do Pilar, Senhora da Abadia e Bom Jesus) (Araújo 1964, 328-329)<sup>444</sup>. Espaços claramente repartidos pelas referidas duas áreas geográficas, a região norte e o sul. Atendendo a esta distribuição, com focos em zonas particulares, procurámos averiguar a existência de jardins ou mesmo pequenas hortas junto das casas nobres durienses. Identificados e analisados os exemplares, sinalizaram-se algumas zonas ajardinadas, ainda que de pequena dimensão, com funções de recreio e utilidade (**Quadro XIX**). No Baixo Corgo há cerca de sete exemplares: na Casa da Quinta dos Pinheiros, em Sanhoane (SMP), no Solar da Rede, em Oliveira (MF), na Casa da Corredoura, em Cambres (LMG), na Casa dos Brolhas, em Lamego (LMG), na Quinta destes últimos, em Valdigem (LMG), na Casa de Mateus, em Mateus (VR) e, na Casa dos Vaz Osório, no Peso da Régua (PR). A eles se juntam mais três, o Paço Episcopal de Lamego (LMG), a Casa dos Fragosos, em Mesão Frio (MF), e a Casa de Santiago, em Vila Marim (MF), onde outrora terá existido também um jardim entretanto desaparecido.

No Cima Corgo, o número de exemplares é reduzido, destacando-se apenas dois jardins no nosso inventário: o da Casa do Cabo, em São João da Pesqueira (SJP) e o da

---

<sup>444</sup> Daqui se depreende a caracterização social da encomenda e os grupos que nela estão envolvidos: a corte (Jardim e Cerca do Palácio Nacional de Mafra, Palácio de Queluz e a Quinta Real de Caxias), e o clero, principal encomendante deste período, com as quintas de recreio de altos dignitários da Igreja (Paço da Palmeira, a Quinta de Chantre, Paço Episcopal de Castelo Branco), e cercas conventuais das ordens religiosas, além dos grupos da nobreza, entre os quais se integram a nobreza rural e os proprietários da casa nobre duriense.



Casa dos Barros, em Sabrosa (SBS). Nesta sub-área também se identificaram algumas casas que parecem ter tido jardim, como o Solar dos Caiado Ferrão, em Trevões (SJP); a Casa dos Ribeiro Beleza, em Provesende (SBS), o Solar dos Pereira Lago, em Vilarinho de São Romão (SBS) e o Solar Maria Vaz, em Tabuaço (TBÇ).

Relativamente ao Douro Superior, não existe nenhuma casa ou solar com jardim, facto que deve ser relacionado com o contexto e especificidades territoriais. Como vinculámos anteriormente, o Douro Superior é uma região onde impera o clima seco, por efeito das elevadas temperaturas que estão na origem da escassez das reservas hídricas, factores pouco favoráveis à manutenção dos jardins, que exigem a prática de regas contínuas. Por este motivo, a presença de jardins leva necessariamente à procura de locais onde exista água com alguma abundância, o que não é o caso das Terras Quentes.

<b>QUADRO XIX - Jardins na casa nobre duriense</b>
<b>BAIXO CORGO</b> Casa da Quinta dos Pinheiros, Sanhoane (SMP) Solar da Rede, Oliveira (MF) Casa da Corredoura, Cambres (LMG) Casa dos Brolhas, Lamego (LMG) Quinta dos Brolhas, Valdigem (LMG) Casa de Mateus, Mateus (VR) Casa dos Vaz Osório, Peso da Régua (PR) Paço Episcopal de Lamego (desaparecido) Casa dos Fragosos, Mesão Frio (MF) (desaparecido) Casa de Santiago, Vila Marim (MF) (desaparecido)
<b>CIMA CORGO</b> Casa do Cabo, São João da Pesqueira (SJP) Casa dos Barros, Sabrosa (SBS) Solar dos Caiado Ferrão, Trevões (SJP) (desaparecido?) Casa dos Ribeiro Beleza, Provesende (Sabrosa) (desaparecido?) Solar dos Pereira Lago, Vilarinho de São Romão (SBS) (desaparecido?) Solar Maria Vaz, Tabuaço (TBÇ) (desaparecido ?)
<b>DOURO SUPERIOR</b> Inexistente

Quadro-síntese realizado pela autora.

### 5.3.2. Que tipos de jardim?

Das casas apontadas verificou-se que as áreas verdes abarcam não só o jardim, tal como era concebido em Setecentos, como também, pequenas hortas, pomares, matas e propriedades agrícolas<sup>445</sup>. A horta prolífera sobretudo em contexto urbano, confinada pelas estruturas urbanas e casarios que envolventes – Casa dos Vaz Osório, no Peso da Régua (PR) e Casa dos Brolhas, em Lamego (LMG)<sup>446</sup>, embora possa ser encontrada também em não urbano. Os restantes situam-se exclusivamente nas áreas rurais, em quintas de exploração agrícola e/ou vinícola, ou também de recreio, como a Casa de Mateus, em Mateus (VR) (**Fig. 491**), o Solar da Rede, em Mesão Frio (MF) e a Quinta dos Brolhas, em Valdigem (LMG). Todavia, deve-se evidenciar que não se tratam de grandes áreas de recreio, dada a sua limitada dimensão, ao contrário do que sucede noutros locais do País, sobretudo em Lisboa e arredores, junto de palácios e quintas de recreio. E que estes, por sua vez, também não atingem a expressão monumental dos jardins italianos ou mesmo franceses, embora sigam as concepções e tendências da época.



FIG. 491 - CASA DE MATEUS, VILA REAL.

(A) VISTA AÉREA, 1995, AUTOR DESCONHECIDO.

(FONTE: ARQUIVO DA DGEMN, SIPA FOTO.00538682).

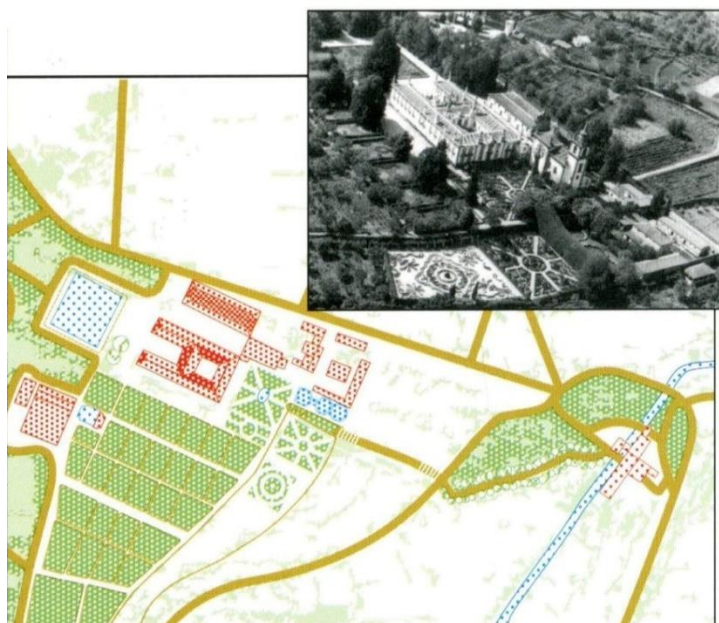
(B) VISTA SOBRE OS TERRENOS AGRÍCOLAS JUNTO DO JARDIM DA FACHADA LATERAL DIREITA.

(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, MAIO DE 2013).

<sup>445</sup> Sobretudo para o cultivo de legumes, cereais e fruta para usufruto da própria casa, ou em alguns casos para a eventual venda.

<sup>446</sup> Outros ainda foram aglutinados pelo desenvolvimento das estruturas urbanas e viárias das localidades onde se inserem, perdendo a forte relação que detinham com a Natureza, como por exemplos, o da Casa do Cabo, em São João da Pesqueira (SJP).

No jardim da casa nobre duriense torna-se, portanto, evidente a inexistência de grandes jardins de recreio, com as suas grandes fontes e jogos de água, distribuídos em mais de um patamar, em virtude do clima e da escassez de água, e das propriedades serem maioritariamente direcionadas para a exploração agrícola e vinícola<sup>447</sup>. Por outro lado, a relação com a Natureza era reforçada pela presença de outras áreas, como as já citadas hortas, pomares, matas e mesmo terrenos agrícolas. Facto é que a fidalguia de província não se esquecia da sua verdadeira raiz rústica, pelo que inclusive ao manter a componente produtiva, independentemente da condição social de cada um, não se coibia de participar nos trabalhos de lavoura. Os poucos jardins durienses sinalizados tentam assim congrega estas características, mas, numa pequena escala. A única excepção, parece ser o jardim da Casa de Mateus, em cuja extensa propriedade combinou o jardim de recreio com as propriedades agrícolas de apoio à casa (**Fig. 492**).



*FIG. 492 - CASA DE MATEUS, VILA REAL (VR).  
DESENHO PARCIAL DA CASA, JARDINS E QUINTA.  
(FONTE: RIBEIRO 2005, 27).*

<sup>447</sup> “A forte ruralidade destas propriedades não permitia que o dispositivo de recreio, quando existia, fosse desenvolvido e muito menos autónomo. Raramente o era, aliás, nos solares mais importantes ou nas grandes quintas. Nas menos abastadas, porém, o desejo de seguir modelos elaborados levou a complementar o jardim, dada as suas dimensões mínimas, com o efeito da horta, do pomar, ou das latadas, ou dada a sua total inexistência, a substituí-lo pelo exclusivo partido visual de recintos com finalidade agrícola” (Pereira 1989, 110).

Relativamente à data de construção destes espaços, é necessário tecer algumas considerações. Pese embora a sua integração junto de casas de origem setecentista, alguns são já mais tardios, devido a obras de remodelação e até mesmo resultado das novas edificações que se acrescentaram às casas primitivas, não sendo por isso, propriamente jardins barrocos. Contudo, alguns datam desse período – o do Solar da Rede, em Mesão Frio (MF), o da Casa dos Brolhas, em Lamego (LMG) e o da Casa do Cabo, em São João da Pesqueira (SJP) – havendo outros que, mesmo remodelados, invocam a linguagem estética daquele tempo, como o da Casa de Mateus, em Vila Real (VR) (**Fig. 493-495**). E ainda uns tantos mais, pertencentes a diferentes épocas, resultado de intervenções dos seus proprietários, sendo já construções do período romântico ou até mais tardios, como o da Casa da Quinta dos Pinheiros, em Sanhoane (SMP) e o da Casa da Corredoura, em Cambres (LMG). Em suma, encontram-se jardins barrocos, jardins de sabor romântico e jardins contemporâneos.

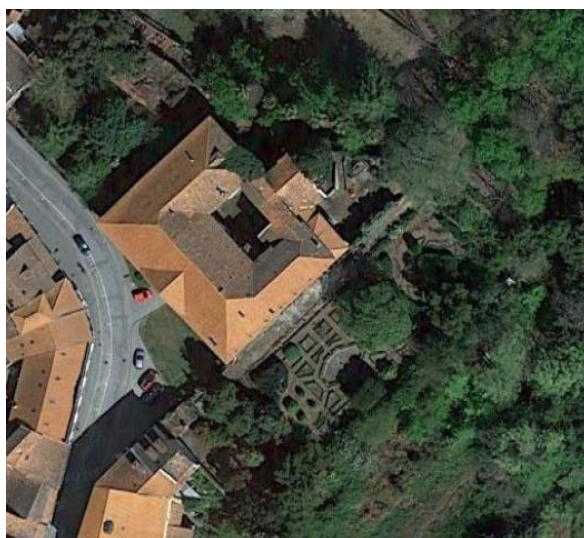
Por último, deparámo-nos com pequenas zonas ajardinadas completamente descontextualizadas, ou seja, sem qualquer organização na distribuição dos seus elementos vegetais e ornamentais. Em alguns casos nem sequer correspondem ao conceito de verdadeiros jardins, ao contrário da classificação que lhes tem sido conferida por alguns autores<sup>448</sup>. Atendendo a estes dados, podemos concluir que na casa nobre duriense existem, pois, alguns jardins, mas em número muito inferior ao número das casas identificadas, o que se compreende também pelo factor climático. O clima seco e quente em que nelas viviam os seus proprietários e encomendantes.

---

<sup>448</sup> São sobretudo os registos do SIPA e DGPC que mencionam a existência de determinados jardins associados a algumas das casas durienses, onde na realidade o que existe são pequenas hortas. Cite-se a título de exemplo, o Solar dos Ribeira Belezas, em Provesende (SBS), o Solar de Maria Vaz, em Tabuaço (TBÇ), e/ou Solar dos Pimentéis, em Torre de Moncorvo (TM). Veja-se: SIPA. 2016. “Casa dos Ribeiras/Casa dos Belezas/Casa da Comba.” Criado por Paula Noé, 2012. [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=22765](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=22765); DGPC. 2016. “Solar de Maria Vaz.” Criado por Catarina Oliveira, 2016. <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/82166071>; SIPA. 2016. “Solar dos Pimentéis.” Criado por Paulo Amaral e Miguel Rodrigues, 1997; e Sandra Alves, 2006. [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=2362](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2362).



*FIG. 493 - SOLAR DA REDE, MESÃO FRIO (MF).*  
*(A) VISTA SOBRE O SOLAR.*  
*(B) FACHADA PRINCIPAL E JARDIM ANEXO.*  
*(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, JULHO DE 2013).*



*FIG. 494 - CASA DOS BROLHAS, LAMEGO (LMG).*  
*VISTA AÉREA.*  
*(FONTE: GOOGLEMAPS, 2018).*



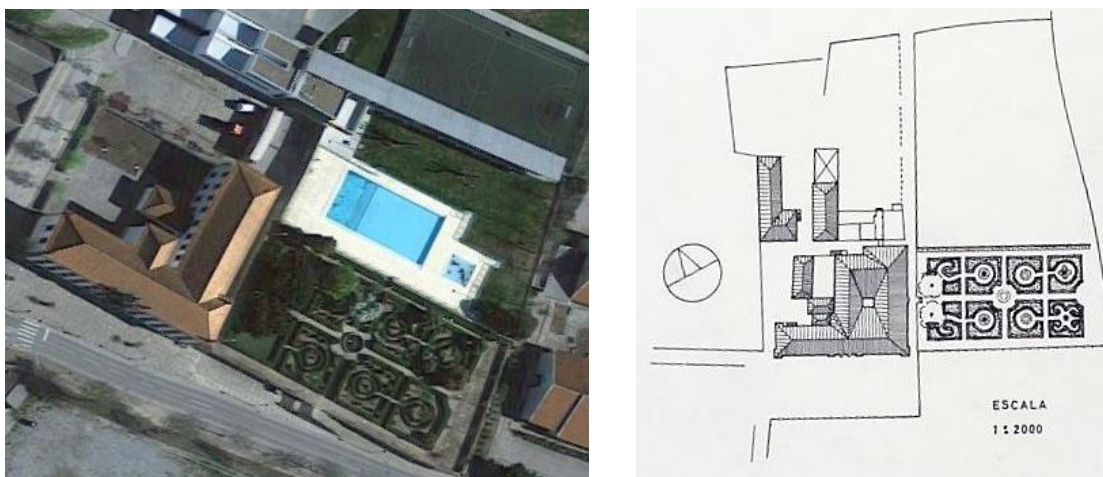


FIG. 495 - CASA DO CABO, SÃO JOÃO DA PESQUEIRA (SJP).

(A) VISTA AÉREA.

(B) DESENHO DA CASA E JARDIM.

(FONTE: GOOGLMAPS, 2018; ARAÚJO 1964, 237)

### 5.3.3. Especificidades e características (elementos e organização)

Como se viu, neste período a relação entre a casa e o jardim torna-se mais evidente e a sua organização paisagística e arquitectónica no espaço que ocupa assim o reflectirá, utilizando determinados elementos, com os quais se procurava subordinar a natureza a um plano de conjunto a partir da casa (Azevedo 1988, 75). Para isso, o tratamento do terreno e da própria vegetação obedecia a um plano, para que tudo se integrasse na perfeição, submetendo-se a paisagem às regras arquitectónicas que permitiam explorar certos efeitos e que imprimiam grande dignidade a toda a composição (Azevedo 1988, 75). Apesar de haver um novo tratamento do jardim e da paisagem envolvente, na realidade, neste período a própria paisagem faz parte da construção do jardim, como observou Ilídio Araújo (1962), citado por Ana Cristina Leite: “É que a paisagem natural influenciou, não só no desenvolvimento do jardim, como ajudou a definir os seus tipos e a suas diferenças” (Araújo in Leite 1988, Vol.I, 50). E no caso da Região Demarcada do Douro, essa relação é bastante notória, não só pela ligação da casa com a Natureza e a paisagem envolvente já o dissemos, como também dela própria com os poucos jardins existentes.

Atendendo às condicionantes topográficas do território onde o jardim se implantou, que neste caso preciso se salienta pela existência de diferentes cotas, foi



fundamental optar pelo modelo do jardim italiano, dividido e distribuído por terraços, mais ou menos pronunciados.

Quanto à disposição do jardim em relação à casa, o jardim barroco duriense apresenta duas variantes – ora lateralmente, como o da Casa do Cabo, em São João da Pesqueira (SJP), ora junto à fachada posterior, como o da Casa de Mateus, em Vila Real (VR)<sup>449</sup>. Estas localizações relacionam-se com os ângulos de vista do interior da habitação para o exterior, aspecto complementado pela abertura de várias janelas ao longo das fachadas e a construção de galerias exteriores, terraços e eixos/ruas/alamedas de ligação à casa, permitindo visualizar todo o conjunto ajardinado. De facto, a relação estabelecida entre a casa e o jardim, já experimentada no Renascimento, com as galerias e *loggie*<sup>450</sup>, pode ser entendida em diversas, planos de significação cultural. Com efeito, esta ligação é estrutural, funcional e simbólica, permitindo ao proprietário e aos seus convidados um maior usufruto dos seus jardins e da paisagem envolvente, levando-os à necessidade estabelecer um percurso, mediante o qual se processava a apropriação da totalidade do espaço.

Enquadram-se nestas características, os jardins do Solar da Rede (MF), o da Casa de Mateus (VR; **Fig. 496**), o da Casa dos Brolhas (LMG; **Fig. 497**) e o da Casa do Cabo (SJP), que constituem os únicos exemplares de grandes proporções na arquitectura erudita da região duriense. Em todos eles, observamos a existência de um ou vários patamares, subordinadas a um eixo que liga a casa ao jardim, evidenciando a relação de ambos com a Natureza envolvente.

<sup>449</sup> Entre a década de 1950 e 1970, o arquitecto Gonçalo Ribeiro Teles alterou totalmente a área que enquadra o frontispício desta casa, motivo pela qual esta zona corresponde a um jardim contemporâneo e não barroco, como seria o original.

<sup>450</sup> Cujo exemplar mais emblemático em Portugal é o da Quinta da Bacalhoa, em Azeitão (Setúbal). No século XVI, influenciado pelo gosto erudito e clássico vindo de Itália, D. Brás de Albuquerque, remodelou a Quinta. O jardim, definido por um labirinto de buxo, dispõe-se no interior do “L” correspondente à habitação, havendo no seu lado oposto ergue-se uma Casa de Fresco, constituída por três torreões interligados por uma galeria fronteira a um enorme tanque. A meio da quinta, erguem-se ainda outras estruturas de recreio decoradas com painéis de azulejos (Araújo 1964).



*FIG. 496 - CASA DE MATEUS, VILA REAL.  
FACHADA POSTERIOR.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, MAIO DE 2013).*



*FIG. 497 - CASA DOS BROLHAS, LAMEGO (LMG).  
VISTA DO JARDIM PARA A FACHADA LATERAL DIREITA.  
(FONTE: IMAGEM CEDIDA GENTILMENTE POR JOSÉ DE CASTRO).*

Para um maior usufruto dos jardins e da sua paisagem, recorreram-se a diversas arquitecturas e elementos decorativos<sup>451</sup> que decoram e dinamizam todo o jardim, introduzindo-lhe certas especificidades decorativas que são também valores estéticos próprios do jardim barroco.

---

<sup>451</sup> Uma vez que “o jardim é um palco onde se desenrolam espectáculos de diversão, de artifício, de exaltação espiritual, de mística, de intelectualidade e poder” (Leite 1988, Vol.I, 237).

#### 5.3.4. As arquitecturas e os elementos decorativos

Com a nova forma de encarar a Natureza e o crescente sentido de fruição<sup>452</sup>, os jardins barrocos procuraram valorizá-la recorrendo a um conjunto de arquitecturas e elementos decorativos conjugados com elementos orgânicos<sup>453</sup>. Ao longo dos arruamentos e recantos distribuíram-se grandes árvores e arbustos frondosos, sobretudo os que proporcionam grandes áreas de sombra e frescura – como o carvalho, castanheiro, azinheiro, plátano, entre outras – e árvores de fruto – limoeiros, laranjeiras e extensos pomares<sup>454</sup>. Estas árvores levavam à criação de grandes massas verdes, zonas de sombra e fresco, oferecendo também uma diversidade de cheiros e aromas, mais ou menos intensa. Entramos, assim, de forma evidente, no mundo sensorial do Barroco e no modo como ele se exprime nas diferentes áreas artísticas, os jardins, neste caso<sup>455</sup>.

Nos terraços e patamares inscreveram-se canteiros de buxo, em cujo interior foram semeadas plantas e flores de diversa espécie – rosas, margaridas, malmequeres, hortenses, entre outras (**Fig. 498-499**) –, e ainda zonas agrícolas com pequenos hortos ajardinados.

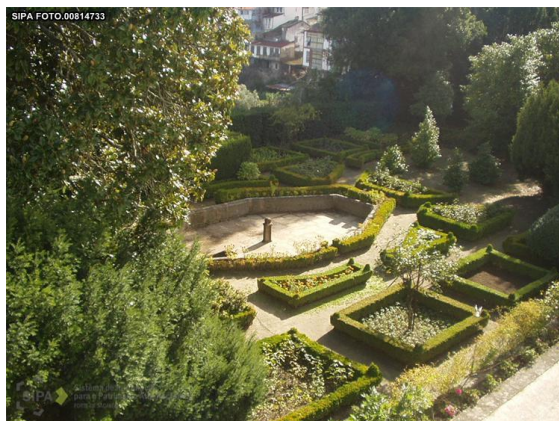


FIG. 498 - CASA DOS BROLHAS, LAMEGO (LMG).  
JARDIM FORMAL COM CANTEIROS.  
(FONTE: SIPA FOTO.00814733).



FIG. 499 - CASA DE MATEUS, VILA REAL (VR).  
PARTERRE.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, MAIO DE 2013).

<sup>452</sup> Ainda inserido na linguagem barroca, e do evidenciar a Natureza ao máximo expoente, “As formas naturais das árvores e arbustos, e até da modelação do próprio terreno, como aliás de todos os elementos da paisagem natural passam a ser melhor apreciadas” (Araújo 1973, 8).

<sup>453</sup> Sobre os elementos orgânicos e naturais, veja-se Carapinha 1995, Vol.I, 295-322.

<sup>454</sup> Além destas, refira-se ainda em determinados jardins, a plantação de árvores exóticas, tais como palmeiras, acácias e araucárias.

<sup>455</sup> Desenvolvemos este tópico sobre o apelo dos cinco sentidos e o jardim da casa nobre duriense, num artigo de publicação recente: Glória 2017b, 61-70.



Quanto aos elementos decorativos<sup>456</sup>, arquitetónicos e escultóricos, eles ajudam a definir os programas que se conjugam e harmonizam com os novos conceitos espaciais (Leite 1988, Vol.I, 51). Esses mesmos elementos proporcionavam o lazer e o descanso, como ainda serviam de apoio ao desenvolvimento das actividades agrícolas, num repertório constituído por lagos, fontes, cascatas, tanques<sup>457</sup> e canais, caracterizado por uma extrema diversidade de formas e tratamento. Dispostos o longo do jardim, colocados ao centro, nas laterais, pontuando ora os muros de suporte do terraço, ora as zonas de agrícolas, encontram-se todos nos jardins durienses – no da Casa do Cabo, em São João da Pesqueira (SJP), no do Solar da Rede, em Mesão Frio (MF), no da Casa de Mateus, em Mateus (VR), no da Casa dos Brolhas, em Lamego (LMG) e na Casa da Corredoura, em Cambres (LMG) (**Fig. 500-503**). Registrando-se somente a ausência da cascata, talvez a principal lacuna em todo este património, por se tratar de um elemento sempre presente nos grandes jardins setecentistas<sup>458</sup>.



FIG. 500 - SOLAR DA REDE, MESÃO FRIO (MF).

(A) VISTA SOBRE ÁREA PARCIAL DO JARDIM (LARANJEIRAS JUNTO AO PEQUENO LAGO CENTRAL).

(B) PROPRIEDADE VÍNICOLA E RIO DOURO.

(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, JULHO DE 2013).

<sup>456</sup> Descritos por Carapinha 1995, Vol.I, 295-348 e Leite 1988, Vol.I, 108-134.

<sup>457</sup> Um dos elementos que congrega as duas funções é o tanque. Em geral apresenta formato rectangular, e a sua existência varia conforme o pendor utilitário ou partido estético que se quer tirar dele. O tanque surge pela necessidade de armazenar a maior quantidade de água possível, sendo aproveitado não só para a rega do próprio jardim, como das áreas ajardinadas e as agrícolas (tanque de rega). Por outro lado, é colocado no jardim proporcionando uma área fresca e decorativa (tanque decorativo).

<sup>458</sup> A cascata foi o elemento decorativo favorito da época barroca, ao permitir, melhor que qualquer outro, um efeito natural e cenográfico. A cascata de água ganha monumentalidade e proporção quando realizadas sob determinadas encomendas, no caso dos palácios, quintas de recreio, e conventos e santuários. A este respeito veja-se Rodrigues, Ana Duarte. 2011. *A escultura de jardim: das quintas e palácios dos séculos XVII e XVIII em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/ Fundação para a Ciência e a Tecnologia.



*FIG. 501 - CASA DO CABO, SÃO JOÃO DA PESQUEIRA (SJP).  
LAGO COLOCADO AO CENTRO DO JARDIM.  
(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, JANEIRO DE 2014).*



*FIG. 502 - SOLAR DA REDE, MESÃO FRIO.  
FONTE DE ESPALDAR COM TANQUE.  
(FONTE: SIPA FOTO.01035577 E FOTO.01035582).*



*FIG. 503 - CASA DOS BROLHAS, LAMEGO (LMG).  
TANQUE.  
(FONTE: SIPA FOTO.00814762).*

Para o enriquecimento decorativo dos espaços verdes contribuíram decisivamente as esculturas, com o seu valor simbólico e estético, procurando vários efeitos, como ainda os azulejos e embrechados utilizados nos revestimentos de muros, fontes, pequenos nichos ou grutas. Os temas contemplavam representações alegóricas das *Quatro Estações do Ano*, dos *Doze Meses do Ano*, das *Sete Virtudes versus os Sete Pecados*, das séries de *Reis* e *Rainhas*, além de outros (Leite 1988, Vol.I, 127-130).

Dos jardins durienses identificados ressalvamos, o da Casa do Cabo, em São João da Pesqueira (SJP), onde apesar do mau estado de conservação subsistem quatro esculturas alusivas às Quatro Estações do Ano (**Fig. 504**). A Primavera, uma mulher que transporta no seu regaço uma “cornucópia da abundância”, de onde em lugar dos frutos e flores habituais, só brotam flores numa alusão directa à própria estação. O Verão o Outono e o Inverno são figuras masculinas que diferem na idade: a figura jovial do Verão vestido com túnica à maneira clássica, ergue um molhe com o braço esquerdo, e segura uma foice com a mão direita. O Outono, menos exuberante, mostra a cabeça coroada por folhas e segura um cesto de frutos; por fim o Inverno apresenta-se como uma figura cansada, a cabeça ligeiramente tombada para a frente, coberta por um manto que lhe cai pelos ombros, aquecendo-se numa fogueira (Leite 1988 Vol.I, 171).





FIG. 504 - CASA DO CABO, SÃO JOÃO DA PESQUEIRA (SJP).  
(A) VISTA DO JARDIM PARA A CASA.  
(B) ESCULTURAS COM A REPRESENTAÇÃO DE DUAS DAS ESTAÇÕES DO ANO.  
(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, JANEIRO DE 2013).

Uma nota ainda para o conjunto de azulejos do muro de suporte do terreiro do Solar da Rede, em Mesão Frio (MF), com os doze meses do ano (**Fig. 505**). Numa alegoria ao Tempo, à semelhança do que acontece noutras iconografias alusivas sobre o tema, os doze meses são representados com cenas do quotidiano, numa relação muito idealizada com a vida do campo e logo também da região. Daí as cenas relativas aos trabalhos agrícolas, de pastoreio e pesca (Leite 1988, Vol.I, 155). Os meses encontram-se identificados por uma legenda colocada no topo do medalhão. Segundo Santos Simões (2010, 163), estes painéis datam de c. de 1780 e são provenientes das oficinas lisboetas, o que supõe uma encomenda de certo modo avultada, não só pela distância, mas por se tratar do centro de produção azulejar mais importante do País. Outra hipótese, a ter em consideração, é que se tratou de uma compra mais tardia, já do século XX, data em que o proprietário realizou importantes remodelações no interior da casa, nomeadamente a colocação de painéis de azulejos no vestíbulo de entrada (SIPA 2016; Simões 2010, 163).



FIG. 505 - SOLAR DA REDE, MESÃO FRIO (MF).  
**(A) MURO DE SUPORTE DO TERRAÇO JUNTO À FACHADA PRINCIPAL.**  
**(B) PORMENOR DE MEDALHÃO, MÊS DE “JULHO”.**  
**(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, JULHO DE 2013).**

Nos jardins deparamos ainda, com grande visibilidade, com arquitecturas e elementos arquitectónicos como pavilhões, casas de fresco, grutas, templetes, capelas, oratórios, recintos de jogo, muros, portais, escadarias ou bancos<sup>459</sup>. Destes, salientamos, as casas de fresco que como o nome indica, proporcionavam um recanto de temperatura amena longe dos grandes calores. No contexto duriense, somente identificámos duas destas estruturas, uma na Casa da Corredoura, em Cambres (LMG)<sup>460</sup> e outra na Casa dos Brolhas, em Lamego (LMG; **Fig. 506**) (SIPA 2016<sup>461</sup>), não sendo por isso um elemento comum nos jardins desta região. Ainda a mencionar, o portal do Solar da Rede, em Mesão Frio (MF), coroado de grifos alados, bem ajustado ao imaginário barroco, e que delimita a propriedade particular (**Fig. 507**).

<sup>459</sup> Hélder Carita (1987, 117-118) refere-se a estes elementos como os “elementos polarizantes”, que têm por finalidade dividir o espaço, criar pontos de atenção, realçar a casa e criar diversas perspectivas.

<sup>460</sup> Não tivemos oportunidade de verificar a sua existência. Contudo, no blog que é dedicado a esta casa são mencionadas. In Gaivão, L.M.S. Mascarenhas. 2014 (5 de janeiro). “Descrições da Casa da Corredoura”. Acedido a 6 de Maio de 2018. <http://maganifico.blogspot.com/2014/01/descricoes-da-casa-da-corredoura.html>.

<sup>461</sup> Veja-se: SIPA. 2016. “Casa das Brolhas.” Criado por João Carvalho, 1997; e actualizado por Lúcia Pessoa, 1998. [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=4303](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4303).



FIG. 506 - CASA DOS BROLHAS, LAMEGO (LMG).  
**CASA DE FRESCO.**  
(FONTE: SIPA FOTO.00814742).



FIG. 507 - SOLAR DA REDE, MESÃO FRIO (MF).  
(A) PORTAL DE ENTRADA.  
(B) PORMENOR DE GRIFO.  
(FONTE: FOTOGRAFIAS DA AUTORA, JULHO DE 2013).

Agregado ao jardim duriense vamos encontrar também algumas matas, um espaço encarado como matéria simbólica, objecto de recolhimento e repouso – na Casa dos Brolhas, em Lamego (LMG) e na Casa da Corredoura, em Cambres (LMG); além de zonas florestais – na Casa das Brolhas, em Lamego (LMG) e na Casa de Mateus, em Mateus (VR).

Tendo em consideração todo este conjunto, coloca-se o problema das autorias e dos autores. Na verdade, desconhece-se qualquer nome, mas supõe-se que tenham sido da autoria de algum dos mestres-de-obras que tenham participado na edificação destas casas, dos seus assistentes, ou eventualmente de mestres jardineiros contratados para o efeito.

Como se apurou, o jardim na casa nobre duriense tem um papel secundário quando comparado ao jardim das grandes casas, palácios e quintas do resto do País. De pequenas dimensões, e de relativo aparato, conseguiu, no entanto, reunir um conjunto de elementos decorativos e arquitectónicos que não deixaram de marcar a sua existência. Do deleite à utilidade, estes jardins combinavam estas duas funções, onde a utilitária se sobrepôs sem qualquer dúvida à recreativa.

Da relação da casa duriense com o jardim sobressai a preocupação dos mestres em submeter a prática arquitectónica à paisagem envolvente, ao jardim, mas também aos pequenos hortos, pomares ou às extensas propriedades vinícolas e agrícolas localizadas nas proximidades. Mesmo nos casos em que o jardim está ausente, houve uma clara preocupação por acentuar essa relação, através das grandes aberturas, já mencionadas, mas também direccionando a fachada principal e em alguns casos as laterais para os grandes vales, terrenos agrícolas e vinhas, mas também para o próprio aglomerado em que se inserem. No fundo, a Natureza que se apropriara somente do jardim, entrou na casa, sem ter sido construído ou moldado um espaço de recreio para o seu proprietário e convidados. Os exemplos são diversos, recordamos a Casa da Quinta do Bairro, em São João de Lobrigos (SMP), a Casa na Estrada Nacional N.2, no lugar de Cuvelo, Cumieira (SMP), a Casa da Quinta do Côtto, em Cidadelhe (MF), o Solar dos Sampaio, em Linhares (CA), a Casa dos Taveira Macedo, em Gouvinhas (SBR), a Casa Brasonada de Frechas (MDL) ou o Solar dos Tenreiros, em Torre de Moncorvo (TM), entre muitos outros.

Apesar dos exemplares identificados sejam em número muito inferior ao das casas inventariadas, podemos afirmar que existiram alguns jardins barrocos ainda que configurados ao tipo de território e suas respectivas especificidades. Face ao exposto, não podemos deixar de acentuar que, neste período, o “jardim” é sem qualquer sombra de dúvida um artifício da paisagem e um palco para os sentidos do homem. Mostram-



no de factos, os poucos jardins apesar de tudo identificados na Região Demarcada do Douro, onde se destaca sobretudo a relação da casa nobre com a própria paisagem envolvente (**Fig. 508**).



*FIG. 508 - VISTA SOBRE O RIO DOURO E PROPRIEDADES VINÍCOLAS A PARTIR DO TERREIRO DO SOLAR DA REDE, MESÃO FRIO (MF).*

*(FONTE: FOTOGRAFIA DA AUTORA, JULHO DE 2013).*

## CONCLUSÃO

Percorrido o pequeno mundo da casa nobre da Região Demarcada do Douro entre 1700 e 1800, procurou-se identificar e compreender a sua coerência arquitectónica própria e a relação com o resto do País, tendo em consideração a variabilidade de soluções que nela se observam. Tal objectivo, que norteou a nossa investigação foi atingido através do cumprimento de diversas etapas que balizaram o caminho percorrido. A primeira dessas etapas foi precisamente a concretização do volume das fichas de inventário, tarefa fundamental, se não mesmo crucial, da viabilidade deste trabalho. Uma investigação que reúne um total de 164 casas, com as suas características e especificidades, além das alterações sofridas ao longo do tempo, e que constitui o *corpus* em análise.

Um dos traços dominantes que individualiza a casa nobre da Região Demarcada do Douro é a sua relação com a própria região. Tratando-se da área demarcada, uma área geográfica com grande carga histórica, percebemos que a fundação da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756) funcionou ali como o marco dominante, pela dinâmica que trouxe no plano da economia, da política, da sociedade e da cultura duriense, com o surgimento de novas quintas vinícolas, com as respectivas casas e a remodelação das já existentes. A que estavam associadas pequenas casas, distribuídas por todo o vale, que serviam de apoio aos seus proprietários aquando das suas deslocações por imposição das actividades vinhateiras ou agrícolas.

Por outro lado, constatámos que a demarcação de certo modo condicionou a edificação e distribuição destas casas no terreno. Aspecto que se relaciona com as especificidades e os contrastes deste território, ao nível da morfologia, do relevo, da altitude, do clima, da flora e da vegetação.

Deste modo, não é totalmente por acaso que encontramos um maior número de casas no Baixo Corgo (72), seguindo-se o Cima Corgo (57) e o Douro Superior (35). Destaca-se a primeira sub-área, onde há uma íntima relação com as referidas quintas agrícolas, onde a maioria das casas se relaciona com essas estruturas, e o território é propício à implantação de propriedades vinícolas e agrícolas. Clima ameno e solos de



xisto que asseguram a protecção hídrica, garantindo a boa afluência de água, e a captação da energia solar. Na última sub-área, o menor número de casas identificadas poderá dever-se a factores próprios, sendo o primeiro deles a sua dimensão por comparação aos restantes. Mas pode ter a ver também provocadas pelo clima seco, carente de água, à implantação de quintas e, por sua consequência, de casas. Por estas razões, o Douro Superior, designado em parte de «Terras Quentes», é característico pela cultura de produtos secos, a amêndoa e mesmo a azeitona, que não necessitam de água em abundância, e a existência de propriedades agrícolas e pequenas hortas.

Face a estes aspectos a edificação das casas também se processou de acordo com o tipo de terreno, atendendo-se aos diferentes contextos (rural e/ou urbano). Perante uma área de extensa dimensão, verificou-se que a casa nobre duriense tanto se distribui no interior de aglomerados rurais como urbanos, no seu centro ou junto às vias principais, a largos e/ou praças, a cruzeiros e igrejas matrizes. Como também se localiza no exterior desses aglomerados, em posição isolada em relação à envolvente ou qualquer elemento edificado. Portanto, a casa nobre duriense adaptou-se às condicionantes rurais e urbanas, tendo sido construída em terrenos sem qualquer elemento edificado ou ocupando simplesmente o lugar das “casas velhas”.

O segundo traço dominante, que de corre do anterior, prende-se com a própria edificação da casa e a sua relação com a paisagem envolvente. Na observação dos exemplares constatámos a existência de uma relação com o território através da adaptação do edificado aos terrenos de diferentes cotas. Essa relação torna-se evidente sobretudo quando a habitação é construída de modo a tornar-se visível de vários pontos, da povoação, da via pública, de monumentos religiosos e/ou de outras casas próximas. A casa encontra-se sempre em posição de destaque e é evidenciada, quer pelas condições territoriais, geralmente em cota alta, quer pela sua monumental arquitectura. Não é de todo por caso que a Casa da Quinta do Côtto, em Cidadelhe (MF) se encontra no alto da povoação, direccionada para ela e para as restantes casas nobres de Cidadelhe (Terreiro, Outeiro e Paço). Esta implantação, que procura fazer evidenciar a casa em relação à envolvência, confere-lhe um destaque, um efeito-surpresa tão pretendido pelo Barroco. São os valores do Barroco na arquitectura civil duriense.

Relação com o território especialmente evidente quando estas casas se direccionam para um rio, como o Solar da Rede, em Mesão Frio (MF), e restantes vales. Refira-se ainda a Casa Brasonada de Frechas, orientada para o rio Tua e respectivo vale. Estas casas tornam-se notadas pela relação do edificado com a paisagem, independentemente do local onde se inserem, a primeira isolada numa quinta, e a segunda num aglomerado rural entre o casario. É uma escolha também estratégica relacionada com a questão da afirmação social pretendida pelos proprietários e que é cumprida à risca em todas as casas.

Identificadas as tipologias e modelos de casa nobre duriense, verificamos que estas seguem de perto o que se faz no resto do País, sobretudo o tipo de «casa comprida» e a «casa com capela». Elas são sem sombra de dúvida as mais representativas da região duriense enquadrando-se na prática arquitectónica de Setecentos, onde, por exemplo, a capela é o elemento (quase) sempre presente na habitação nobre, enquanto expressão das devoções dos seus proprietários, junto à simbologia económica de que este tipo de edificações se reveste.

Além disso, observámos num menor número de exemplares a adopção da planta em “U”, cujo modelo representativo continua a ser a imponente Casa de Mateus, em Mateus (VR), além de casas-torre e casas com pátio integrado. Foi com bastante surpresa que verificámos a existência destes três tipos de casas, atendendo que são tipos que requerem grandes conhecimentos ao nível da arquitectura interior e exterior.

Como se concluí, não podemos afirmar que exista no caso do Douro uma tipologia propriamente regional, mas antes um tipo de casa análogo ao que se propagou por todo o País. Também não podemos falar de modelos, uma vez que os tipos de casa que identificámos não se repetem, quer na sua configuração global, quer na fachada. O que acontece, isso sim, é uma grande similitude nos programas arquitectónicos e decorativos. Neste campo, a análise dos elementos estruturais, decorativos e identificativos revelou algumas especificidades que podemos classificar de regionais, sobretudo por efeito do minucioso tratamento escultórico do granito nos diversos vãos – portas e janelas –que se distribui por todas as fachadas.

Um traço específico parece ser a preferência por colocação de pilastras toscanas nos cunhais que alongam em altura as habitações, destacando mesmo aquelas que não apresentam grande tratamento decorativo. Por vezes, são rematadas por pequenos ornamentos florais, ou vegetalistas, ou capitéis de ordem coríntia e compósita. No entanto, é notório o gosto pelas pilastras toscanas, desprovidas de qualquer motivo, conferindo à casa rigidez e firmeza. Elas são também colocadas ao meio, definindo um eixo central mais acentuado, onde por vezes só se inscreve o portal nobre, janela de sacada com balcão e/ou varanda, pedra-de-armas e frontão, esquema de resto já observado em outras zonas do País (Lisboa, Braga e Porto). No entanto, a casa nobre duriense acaba por diferir destas, atendendo aos efeitos de rigidez, volume e monumentalidade produzidas pelo granito, a nosso ver nunca atingidos noutros locais. Apesar destes aspectos, identificámos dois programas artísticos. O primeiro, correspondente às casas edificadas na primeira metade do século XVIII, relaciona-se com uma arquitectura despojada de elementos decorativos e ainda presa a uma linguagem clássica vinda do século anterior. O segundo, correspondente à outra metade daquele século, revela-se totalmente barroca, pela inserção de inúmeros motivos decorativos nos vãos da fachada, chegando mesmo ao exagero dos motivos incorporados, motivos florais, vegetalistas, geométricos, concheados e outros.

No conjunto de características e especificidades apontadas, parte delas decorre das orientações da arquitectura barroca portuguesa, designadamente a questão das tipologias, em que a casa nobre duriense não apresenta verdadeiras novidades, muito pelo contrário, segue o que se vai fazendo no Centro e no Sul.

Não obstante, não podemos deixar de sublinhar, uma vez mais, aquilo que se apresenta como um dos principais traços da casa nobre duriense, isto é, a sua relação com a envolvente, em que até os elementos decorativos participam, fazendo ressaltar a casa pelo movimento enérgico que transmitem dada a minuciosidade com que o granito foi recortado.

Por oposição a esta opulência exterior, os interiores apresentam alguma simplicidade, embora haja excepções, como observámos. Encontramos desde paredes lisas, a paredes pintadas com cenas alusivas ao quotidiano, como também tectos de masseira e de caixotão, pintados ou não. Estas soluções observaram-se ainda nas

capelas onde a decoração atingiu o seu esplendor com pinturas em perspectiva arquitectónica. O mais curioso da adopção destas soluções é que parte delas se encontram nas casas onde não foi dada qualquer atenção ao tratamento exterior. Mas isso pode dever-se às campanhas decorativas mais tardias no interior em relação à cronologia da casa. Ainda assim, vem atestar o investimento e interesse que os proprietários cultivavam em relação às suas habitações, construindo-as decorando-as com determinado aparato de forma a sobreporem-se do restante casario.

As soluções adoptadas para o enriquecimento dos interiores e a sua qualidade artística vem, por outro lado, sustentar a nossa convicção, de que estes mestres eram conhecedores do que se fazia nos grandes centros artísticos e dos seus principais artistas. Os horizontes da casa nobre duriense não se restringem, pois, aos limites da sua geografia específica, antes procuraram o contacto com o exterior, quer por meio dos seus artistas, quer através da importação de soluções decorativas.

Observando, por último, o *corpus* de casas identificadas, e atendendo à sua localização geográfica, no interior do País, só nos resta realçar qualidade da construção e dos elementos decorativos. O que vem lembrar a urgência do estudo do património civil e religioso do interior, e a sua importância para o conhecimento mais completo e equilibrado da história artística portuguesa. Um trabalho que é também uma exigência e um desafio para os historiadores de arte, talvez até, atrevemo-nos a dizê-lo, um dever. Foi com este espírito e este pensamento que decidimos empreender este estudo e com ele lançar as pistas para outros trabalhos futuros.



## BIBLIOGRAFIA

### 1.1. Fontes manuscritas

#### **Arquivo do Museu Diocesano de Lamego**

*Capelas, 1949* [Inquérito distribuído em 1949 pelas paróquias da Diocese de Lamego, sobre a localização e estado de todas as igrejas e ermidas]. Lamego: Fundo Geral.

*Capelas particulares, 1955* [Inquérito distribuído em 1955 pelas paróquias da Diocese de Lamego, sobre a localização, estado e propriedade das capelas públicas de propriedade particular]. Lamego: Fundo Geral.

*Instituições de Capelas e obrigações delas do Destrito da Serra. Lamego: Câmara Eclesiástica de Lamego, L.º 079.*

#### **Arquivo Distrital de Braga**

##### *Registo Geral da Diocese de Braga:*

Registo de requerimentos de António de Araújo Borges, sargento-mor de Freixiel e Abreiro, comarca da Torre, assistente na freguesia de São Miguel de Frechas, para edificar uma capela nesta freguesia junto da sua habitação, 19 de Agosto de 1766. Lv.64, fls.89-98v.

Registo de provisão para benzer a capela sita na freguesia de Frechas, a favor de António de Araújo Borges, Sargento-mor das vilas de Freixiel e Abreiro e assistente na de Frechas, 27 de Outubro de 1768. Lv.72, fls.165v-166.

Registo de provisão para um confessionário na capela de Santa Ana da freguesia de São Miguel de Frechas, comarca da Torre de Moncorvo, a favor de António de Araújo Borges da mesma, 27 de Maio de 1771. Lv.79, fls.203-203v.

Provisão de licença para se erigir uma capela com o título de Santo António da Alegria, ao pé das casas de João António Azevedo Lemos, da freguesia de São Tome de Vilarelhos”, 1786. Lv. 218, fl. 272.

Provisão para se benzer a capela de Santo António da Alegria, a favor de João António Pereira de Azevedo, da freguesia de São Tomé de Vilarinho, comarca da Torre, para que o Reverendo Pároco da dita freguesia lhe benzer a capela sita junto as suas casas”, 1790. Lv. 219, fls. 266v-267.

Papéis da fábrica da capela de N.ª S.ª dos Prazeres na vila da Torre de Moncorvo deste arcebispado, 15 de Dezembro de 1715. Lv.66, fls.72v-81.

Registo de provisão de licença a Diogo Monteiro e sua mulher da freguesia de N.ª S.ª da Anunciação da vila e Torre de Moncorvo, para reedificar uma capela, 21 de Julho de 1747. Lv. 81, fls. 89-92v.; fls.111v.-112v., e fls.141v.-142v

Registo de provisão de licença a favor de José Luís Carneiro de Vasconcelos da Torre de Moncorvo, para edificar de novo a capela de Santíssimo Coração de Jesus junto das suas casas, 7 de Novembro de 1755. Lv.122, fls. 286v.-290v.

Provisão para se erigir um altar de Santo António numa capelinha e na capela da invocação do Santíssimo Coração de Jesus, as quais se acham separadas por uma porta junto as casas de Lourenço Carneiro da vila da Torre, 16 de Setembro de 1788. ADB-UM, *Registo Geral da Diocese de Braga*, Lv.218, fls. 292v.-293.

Papéis da fábrica da capela de N.ª S.ª dos Prazeres na vila da Torre de Moncorvo deste arcebispado, 15 de Dezembro de 1715. Lv.66, fls.72v-81.



Registo de provisão de licença a favor de Tomas Teixeira de Azevedo Souto Maior, para, na sua capela sita no lugar de Celeiros, freguesia de São Romão de Vilarinho da comarca de Vila Real, colocar um confessional, 29 de Dezembro de 1748. Lv.62, fls.96-97v.

Registo de provisão de licença a favor de Caetano de Sousa de Carvalho, do lugar de Celeiros, freguesia de São Romão de Vilarinho, comarca de Vila Real, para edificar uma capela com a invocação de São Caetano, junto as casas onde vive, 25 de Setembro de 1748. Lv.120, fls.282-285v.

Provisão a favor de Caetano de Sousa de Carvalho, do lugar de Celeiros, freguesia de São Romão de Vilarinho, comarca de Vila Real, para se benzer a capela de São Caetano e nela se dizer missa.", 18 de Novembro de 1751. Lv.171, fls.112-113.

Registo de provisão de licença para se colocar confessional na capela de Caetano de Sousa da freguesia de São Pedro de Celeiros da Comarca de Vila Real.", 13 de Janeiro de 1773. Lv.152, fl.218v.

Registo de provisão de edificação da capela a favor de Daniel Botelho de Mesquita Pimentel, morador na sua quinta das Quintas, da freguesia de Santa Maria de Passos, da comarca de Vila Real, a qual será com a invocação de Santo António, 25 de Junho de 1755. Lv.135, fls.110v-116.

"Registo de provisão a favor de Daniel Botelho de Mesquita Pimentel, morador na sua quinta das Quintas, freguesia de Santa Maria de Passos, na comarca de Vila Real, para ser sepultado na sua capela de Santo António, assim como os seus descendentes.", 6 de Fevereiro de 1775. Lv.150, fls.59-59v.

*Licenças para oratórios particulares, Diocese de Braga:*

Breve de ampliação a favor de António Correia de Castro e Sepúlveda, Visconde de Ervedosa, e sua mulher, D. Maria Josefa de Figueiredo Sarmento; seus filhos: Manuel Jorge de Figueiredo e Sepúlveda; Francisco de Figueiredo e Sepúlveda; e D. Francisca Júlia de Figueiredo e Sepúlveda; seus irmãos: Bernardo Correia de Castro e Sepúlveda; João António Correia de Castro e Sepúlveda; e D. Teresa Correia de Sá e Sepúlveda; a sua sogra, D. Caetana de Figueiredo Sarmento; e seu primo, Francisco Xavier Gomes de Sepúlveda, da casa e quinta de São Jorge, da freguesia de São Domingos de Favaio, concelho de Alijó", 16 de Novembro de 1864. Cota nr. A-157.

Breve de ampliação a favor de António Correia de Castro e Sepúlveda, Visconde de Ervedosa, e sua mulher, D. Maria Josefa de Figueiredo Sarmento; seus filhos: Manuel Jorge de Figueiredo e Sepúlveda; Francisco de Figueiredo e Sepúlveda; e D. Francisca Júlia de Figueiredo e Sepúlveda; seus irmãos: Bernardo Correia de Castro e Sepúlveda; João António Correia de Castro e Sepúlveda; e D. Teresa Correia de Sá e Sepúlveda; a sua sogra, D. Caetana de Figueiredo Sarmento; e seu primo, Francisco Xavier Gomes de Sepúlveda, da casa e quinta de São Jorge, da freguesia de São Domingos de Favaio, concelho de Alijó, 16 de Novembro de 1864. Cota nr. A-157.

**Arquivo Distrital de Bragança**

*Cartório Notarial de Carraceda de Ansiães*

Escritura de ajuste e fiança da obra de carpintaria das casas de D. Maria de Sampaio e Vasconcelos que faz o Mestre Carpinteiro Anacleto Alves, 3 de Setembro de 179. Cx.9, Lv.53, fls.17v-19.

*Cartório Notarial de Torre de Moncorvo*

Apontamentos e outras cláusulas relacionadas com a construção da casa de Leopoldo Henrique Botelho de Magalhães, 4 de Janeiro de 1800. Cx. 19, Lv. 125, fls. 10-13.

**Arquivo Distrital do Porto***Secção Notarial, Po-9, 3.ª série*

Obrigação que fez o mestre Miguel Francisco desta cidade a Manuel de Gouveia Frias, da freguesia de Cidadelhe, 12 de Março de 1732. N. 29, fls.146v-148.

**Arquivo Distrital de Vila Real**

*Arquivo da Família Almeida Galafura Carvalhais Sarmento*, 1626-1980. Código de Referência: PT/ADVRL/FAM/AGCS.

*Arquivo da Família Cunha Pimentel*, 1548-1986. Código de Referência: PT/ADVRL/FAM/FCP.

*Arquivo da Família Teixeira Homem*, 1472-1974. Código de Referência: PT/ADVRL/FAM/FTH.

*Cartório Notarial de Alijó, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Santa Marta de Penaguião, Sabrosa e Vila Real*, 1748-1996. Disponibilizados em [https://www.advrl.org.pt/documentacao/index\\_treev2.html](https://www.advrl.org.pt/documentacao/index_treev2.html) (consultados entre 2015 e 2019)

*Cartório Notarial de Mesão Frio, 3.  Ofício*

Escritura de ajuste de obra que faz Bento José Cardoso mestre pedreiro do da freguesia e concelho de São Martinho de Mouros com João de Queirós Cerqueira Azevedo e Vasconcelos desta vila, 27 de Agosto de 1790. Lv.48, fls.1-3.

Escritura de ajuste e obriga o de obra que faz João Queirós Cerqueira Azevedo e Vasconcelos desta vila com Bento José Cardoso do concelho de São Martinho de Mouros, e José António Teixeira do Concelho de Monte Lobo e Luis Manuel Peixoto da Vila de Amarante, 2 de Maio de 1791. Lv.49, fls.81-82v.

Escritura de ajuste de obra que faz Miguel Loureiro da Vila de Mes o Frio com a admnistra o da Casa de Gonçalo Monteiro de Carvalho Azevedo e Vasconcelos de Salgueiral de Vila Marim, 29 de Maio de 1793. Lv.54, fls.94-96.

*Cartório Notarial de Mes o Frio, 4.  Ofício*

“Escritura de obriga o que fazo admnistrador da Capela de São Sebast o José Maria Cerqueira de Queirós e sua mulher Dona Antónia Caetana Joaquina Cabral da Cunha fidalgos da Casa Real e moradores na sua Casa da Rede deste Concelho de Mes o Frio”, 17 de Setembro de 1760. Lv. 16, fl.84v-86.

*Cartório Notarial de Parada de Pinhão, 1.  Ofício*

Escritura de contrato e ajuste de obra das cazas que fazem o Capitão José de Matos Silva de Bal a termo desta vila e os Mestres Pedreiros José Bento Solla do lugar de Santa Maria de águas Santas jurisdi o de Cotubade do Reino da Galiza e Manuel Dur o da freguesia de Santo André de Valongo do mesmo reino da Galiza, 3 de Fevereiro de 1794. Lv.2, fls.158v-160.

*Cartório Notarial de Santa Marta de Penaguião, 3.  Ofício*

Escritura de obriga o que faz da obra de pedra de cantaria Bento Rodrigues do Reino da Galiza a D. Maria Engrácia Caetana Pereira de Santa Marta desta vila de Penaguião, 23 Julho de 1772. Lv.109, fls.25v-27v.

Escritura de obra de pedraria feita pelo mestre Filipe António Cal do lugar de Lourentim e por Luís de Mello Pereira Sotto Mayor da Casa de Cabanas, 23 de Abril de 1791. Lv.127, fls.27-28v.

Escritura de obriga o feita por José Martins e Domingos Martins Correia de Fornelos a António Queirós e seu irmão, 8 de Fevereiro de 1790. Lv.72, fls.3-5v.

Escritura de conserto e empreita de obra para Manuel Teixeira de Queirós da freguesia de Sanhoane feita por Ruzende Pires, mestre pedreiro natural do Reino da Galiza, 17 de Outubro de 1794. Lv.130, fls.48-50v.

Escritura de obra de dourar pintar uma Capela sita na quinta da Timpeira do termo de Vila Real que é de António de Queirós de Mesquita da freguesia de Sanhoane, 29 de Julho de 1800. Lv.136, fls.20-20v.

*Cartório Notaria de Santa Marta de Penaguião, 4.º Ofício*

Escritura de obrigação de obra de pedraria e carpintaria que faz o mestre José Teixeira do lugar de São Miguel a Luis Pereira de Mello da Casa das Cabanas freguesia de Sanhoane todos do termo desta vila de Santa Marta, 25 de Fevereiro de 1791. Lv. 72, fls.13v-15.

*Cartório Notarial de Santa Marta de Penaguião, 5.º Ofício*

Escritura de ajuste de obra de cantaria que faz Bento Rodrigues Mestre Pedreiro assistente em São Miguel ao Reverendo José Ignácio abade da Quinta das Cabanas e seu irmão o padre Manoel Queirós do mesmo todos do termo desta vila de Santa Marta, 22 de Dezembro de 1780. Lv.66, fls.40v-42v.

*Cartório Notarial de Vila Real, 1.º Ofício*

Obrigação e fianças que faz e dá Matias Lourenço mestre canteiro desta Vila Real e satisfação da obra da capela e quatro ao pé dela que pretende lhe faça João Félix de Queirós de Mesquita do lugar de Sanhoane concelho de Penaguião [...], 11 de Janeiro de 1770. Lv.63, fls.54v-56.

*Cartório Notarial de Vila Real, 2.º Ofício*

Escritura de contrato obrigação e fiança feita entre Domingos Martins Pereira do lugar de Fornelos concelho de Penaguião com Matias Lourenço e seu irmão João Lourenço e José Teixeira Bacelar todos desta Vila Real, 26 de Novembro de 1760. Lv.24, fls.41v-43.

*Cartório Notarial de Vila Real, 5.º Ofício*

Escritura de obrigação e fianças que dão João Lourenço e seu irmão Matias Lourenço mestres pedreiros e José Teixeira Bacelar todos de Vila Real a obra das casas que tomarão a João Félix de Queirós do lugar de Sanhoane do termo de Penaguião, 5 de Maio de 1760. Lv.52, fls.94-96.

Escritura de ajuste da obra das Casas do capitão José Dias Mourão que fas este com o mestre Francisco Correia de Matos do lugar de Mateus na forma abaixo declarada, 28 de Outubro de 1786. Lv.58, fls.171-171v.

*Cartório Notarial de Vila Real, 8.º Ofício*

Obrigação que faz Manuel Francisco Mestre Pedreiro assistente nesta Vila Real a João Pinto da Fonseca [...], 13 de Janeiro de 1751. Lv.47, fls.149-150v.

**Arquivo Distrital de Viseu**

*Cartório Notarial de Lamego, 1.º Ofício*

Escritura de contrato, composição, e obrigação que fizeram Miguel Álvares Pinto da Fonseca com João Cardoso, de Nazes, e Francisco Lourenço, 20 de Abril de 1683. Lv.89/9, fls.66-67.

Escritura de contrato que fez José Teixeira de Macedo, desta cidade, com Bento de Crasto, da Rua da Pereira, e Manuel Cardoso, da Rua Torta, ambos desta cidade, e Manuel Roiz, do lugar de Cepões, termo desta cidade, todos pedreiros, 8 de Maio de 1701. Lv.517/89, fls.15v-16v.

Escritura de contrato de obra que faz Francisco Vaz Pinto, da rua da Corredoura, desta cidade, com António Ferreira da Silva, de Santo Aleixo, termo desta cidade de Lamego, 9 de Outubro de 1717. Lv. 416/3, fls.52v-54

Escritura de obrigação de obra e dos pagamentos dela que fazem Bartolomeu Pinto de Sousa desta cidade e os mestres pedreiros João Martins) e João Lourenço e fianças que estes devam, 28 de Julho de 1739. Lv.509/72, fls.134-135.

Escritura de obrigação de obra da casa que faz António Borges, mestre pedreiro, ao Preclaríssimo Gonçalo Guedes de Carvalho ambos desta cidade, pela quantia e condições nesta declaradas, 3 de Outubro de 1797. Lv.545/67, fls.56-57.

#### *Cartório Notarial de Resende*

Escritura de factura de obra das casas de Manuel Pinto da vila de Barqueiros a qual se obriga a fazer e José Caetano de Gouveia da Casa Nova da Cavilhão desta vila (São Martinho de Mouros) na forma dos apontamentos feitos e assinados por eles, 10 de Dezembro de 1793. Lv.398/10, fls.138v-140v.

#### **Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa**

Negreiros, José Manoel de Carvalho e. 1792-1797. *Aditamento ao livro intitulado Jornada pelo Tejo que foi ofº a S A Real o Príncipe Nosso Senhor que Deus guarde em o anno de 1792-1797*. Lisboa. Secção de Reservados: Códice 3758-62, fls. 90 a 94 (em consulta na Secção de Microfilmes).

Oliveira, Luiz da Silva Pereira. 1806. *Privilégios da nobreza, e fidalguia de Portugal*. Lisboa: Oficina de João Rodrigues Neves.

Santa Maria, Frei Agostinho de. 1718. *Santuário Marianno e História das Imagens Milagrosas de Nossa Senhora*. Lisboa: Oficina de António Pedroso Galram.

*Rellação de Villa Real e seo termo* [Manuscrito. - [depois de 1721]. Cópia de documentos enviada à Academia Real da História Portuguesa. Cota: Microfilme F.249 (em consulta na Secção de Microfilmes).

*Noticias geographicas e historicas da provincia de Trás dos Montes* [Manuscrito]. 1721-1729. Cota: Microfilme 1933 (em consulta na Secção de Microfilmes).

1756. *Instituição da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro*. Lisboa: na Off. de Miguel Rodrigues.

#### **Biblioteca da Universidade de Coimbra**

*Constituições Synodaes do Bispado da Guarda, Impressas por ordem do Excellentissimo, e Reverendissimo Senhor Bernardo António de Mello Osorio. Bispo da Guarda, do Conselho de S. Magestade*. Terceira Impressão. Lisboa, na Officina de Miguel Manescal da Costa, 1759. Disponível in Almater – Biblioteca Digital de Fundo Antigo da Universidade de Coimbra, consultado in <http://almater.uc.pt/wrapper.asp?t=Constitui%E7%F5es+sinodais+do+Bispado+da+Guarda&d=http%3A%2F%2Fbdigital%2Esib%2Euc%2Ept%2Fbduc%2FBiblioteca%5FDigital%5FUCFD%2Fdigic ult%2FUCFD%2DH%2DF%2D4%2D6%2FglobalItems%2Ehtml>, 25 de Março de 2015.

#### **Museu Dr.ª Berta Cabral, Vila Flor**

*Tombo dos Condes de Sampaio, 1764-1766* (Sem cota)

## 1.2. Obras de referência e estudos

2009. “Decreto-Lei n.º173/2009 de 3 de Agosto”. In *Diário da República*, 1.ª série, n.º 148, 3 de Agosto, 4996-5006.

AA.VV. 1996. *Alvará de Instituição da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, de 10 de Setembro de 1756*. Lamego: Beira Douro - Associação de Desenvolvimento do Vale do Douro Sul. [Edição fac-símile].

AA.VV. 2001. *Sondagens e Escavações Arqueológicas na Zona do Castelo de Torre de Moncorvo - 2001. Relatório Final*. [Disponível no Arquivo Histórico Municipal de Torre de Moncorvo]

AA.VV. 2007. “Casa dos Albergaria em Mesão Frio. Proposta de reabilitação de um edifício tradicional.” Trabalho da disciplina de Conservação e Reabilitação de Edifícios I, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

AA.VV. 2008. *Guia do Arquivo Histórico de Lamego. Arquivo Municipal de Lamego*. Lamego: Câmara Municipal de Lamego.

AA.VV. 2008. *Sabrosa da serra ao rio*. Sabrosa: Câmara Municipal de Sabrosa.

AA.VV. 2010. *A presença do estuque em Portugal. Do neolítico à época contemporânea. Estudos para uma base de dados*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.

AA.VV. s.d. “Casa de Vale do Couto Mesão Frio – Proposta de Reabilitação.” Trabalho da disciplina de Conservação e Reabilitação de Edifícios I, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Abrantes, Marquês de. 1992. *Introdução ao estudo da heráldica*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

Abreu, Carlos d'. 1998. “Torre de Moncorvo – percursos e materialidades medievais e modernos.”, Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Afonso, Alípio Martins. 1971. *Fontelas: perfil monográfico*. Chaves: Tipografia Gutenberg.

Aguiar, Fernando Bianchini de. 2002. “O Alto Douro Vinhateiro, uma paisagem cultural, evolutiva e viva.” *Douro – Estudos & Documentos*, Vol. VII (13): 143-152.

Aguiar, Fernando Bianchini de; Dias, J. (coord.). 2000. *Candidatura do Alto Douro Vinhateiro a Património Mundial*. Porto: Fundação Rei Afonso Henriques. [http://www.ccdrn.pt/sites/default/files/ficheiros\\_ccdrn/missaodouro/candidatura\\_adv\\_patrimonio\\_mundial.pdf](http://www.ccdrn.pt/sites/default/files/ficheiros_ccdrn/missaodouro/candidatura_adv_patrimonio_mundial.pdf)

Aguilar, José. 1980. *Carrazeda de Ansiães e seu termo: esboço e subsídios para uma monografia*. Carrazeda de Ansiães: Câmara Municipal.

Aires, Ribeiro. 2007. *História das freguesias do concelho de Vila Real*. Vila Real: Maronesa.

Albergaria, Isabel Soares de. 2012. “A casa nobre na ilha de S. Miguel: do período Filipino ao final do Antigo.” Tese de Doutoramento, Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa, 2 vols..

Albergaria, Isabel Soares de; Câmara, Maria Alexandra Gago da. 2002. “A Casa Nobre de Setecentos em Ponta Delgada: um olhar sobre tipologias e modelos da arquitectura civil açoriana.” *Atlântida* Vol. XLVII: 59-70.

Almeida, Carlos A. Brochado de. 2006. *História do Douro e do Vinho do Porto*. (1.ª Vol.: História antiga da Região Duriense). Porto: Edições Afrontamento.

Almeida, Carlos A. Brochado de; Antunes, João M. Viana. 2010. *Igrejas e capelas de Santa Marta de Penaguião*. Santa Marta de Penaguião: Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião.

Alves, Alexandre. 2001. *Artistas e artífices nas Dioceses de Lamego e Viseu*. Viseu: Governo Civil do Distrito de Viseu. 3 vols.

Alves, Francisco Manuel (Abade de Baçal); 2000. *Bragança Memórias arqueológicas-históricas do Distrito de Bragança ou Repositório amplo de notícias corográficas, hidro-orográficas, geológicas, mineralógicas, hidrológicas, biobibliográficas, heráldicas, etimológicas, industriais e estatísticas interessantes tanto à história profana como eclesiástica do distrito de Bragança*, coord. Gaspar Sousa Martins. Bragança: Câmara Municipal de Bragança / Instituto Português de Museus – Museu do Abade de Baçal. 12 Tomos.

Alves, Francisco Manuel. 1908. “Moncorvo: Subsídios para a sua história ou notas extrahidas de documentos inéditos, respeitantes a esta importante villa transmontana.” In *Separata Ilustração Trasmontana*, Porto: Typ. Occidental.

Amaral, Augusto Ferreira do. 2007. “O conceito de Fidalgos de Solar no Antigo Regime Nobiliárquico.” In *Actas do 1.º Congresso Internacional da Casa Nobre: um património para o futuro*, 41-49. Arcos de Valdevez: Câmara Municipal de Arcos de Valdevez/ Casa das Artes.

Amaral, Augusto Ferreira do. 2011. “Nobreza, fidalguia, honra e principalidade em Portugal na Idade Moderna.” In *Actas do II Congresso Internacional Casa Nobre: Um Património para o Futuro*, 109-118. Arcos de Valdevez: Casa das Artes.

Amaral, Tânia. 2013. *Torre de Moncorvo na Idade Média: contributo para a história da vila e termo*. Torre de Moncorvo: Câmara Municipal de Torre de Moncorvo: Lema d'Origem.

Andrade, António Júlio. 1991. “Dicionário histórico dos architectos, mestres de obras e outros construtores da vila de Torre de Moncorvo.” *Brigantia – Revista de Cultura* Vol. XI, n.º3-4: 21-48.

Andrade, M. V. Ferreira de. 1990. *Palácios Reais de Lisboa*. Lisboa: Vega.

Andrade, Manuel Vaz Ferreira de. 1990. *Palácios reais de Lisboa: os paços de Xabregas, o de S. Bartolomeu e o da Alcaçova*. Lisboa: [s.n.].

António N. Sá; Trabulo, António R. 2010. *A Primeira República no concelho de Vila Nova de Foz Côa*. Vila Nova de Foz Côa: Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, 2010.

Aquiçar, José. 1978. *A vila de S. João da Pesqueira: esboço da sua história, lendas, tradições e memórias*. [S.l. : s.n.].

Araújo, Ilídio. 1962. *Arte Paisagista e Arte dos Jardins em Portugal*, Volume I. Lisboa: Ministério das Obras Públicas. Direcção Geral dos Serviços de Urbanização, Centro de Estudos de Urbanismo.

Araújo, Ilídio. 1974. *Quintas de recreio: (breve introdução ao seu estudo, com especial consideração das que em Portugal foram ordenadas durante o século XVIII)*. Braga: Livraria Cruz.

Araújo, Ilídio. 2007. “A Casa Nobre Rural e o desenvolvimento Erudito da Arte Paisagista - um olhar sobre o passado e outro virado para o futuro”. In *Actas do I Congresso Internacional Casa Nobre: Um Património para o Futuro*, 301-344. Arcos de Valdevez: Câmara Municipal de Arcos de Valdevez /Casa das Artes.

Araújo, Norberto de (1944-1952). *Inventário de Lisboa: Palácios Nacionais/particulares*, fasc. 3 a 9. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

Argan, Giulio Carlo. 1984. “Sobre el concepto de Tipología Arquitectónica.” In *Paletta, Luciano Patetta. Historia de la Arquitectura: Antología Crítica*. Madrid: Ed. Hermann Blume.



Ariès, Philippe; Duby, Georges (org.). 1990-1992. *História da vida privada*. São Paulo: Companhia das Letras, 5 volumes.

Azeredo, Francisco. 1978. *Casas Senhoriais Portuguesas*. Braga: Oficina Gráfica da Livraria Cruz.

Azevedo, Carlos de. 1969a. *Solares Portugueses: introdução ao estudo da casa nobre*, 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Livros Horizonte. (2.<sup>a</sup>ed. 1988)

Azevedo, Carlos Moreira (dir.). 2000. *Dicionário de história religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores.

Azevedo, Joaquim Correia de. 1877. *História Eclesiástica da Cidade e Bispado de Lamego*. Porto: Typ. do Jornal do Porto.

Azevedo, José Correia de. 1970. *Vila Real de Trás-os-Montes*. Porto: Tipografia do Carvalhido.

Azevedo, José Correia de. 1972. *Património Artístico da Região Duriense*. Vila do Conde: Escola Profissional de Santa Clara imp.

Azevedo, José Correia de. 1974. *Brasões e casas brasonadas do Douro*. Lamego: Gráfica de Lamego.

Azevedo, Carlos de. 1969b. "O carácter da casa barroca". *Arquitectura* 109 (Maio-Junho): 101-108.

Azevedo, Carlos Moreira de (dir.). 2000. *História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo dos Leitores, 3 vols.

Azevedo, Pedro Ricardo Coelho de. 2016. *Roteiro das casas nobres com torre(s): Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto e Amarante*. Dissertação de mestrado em Património e Turismo Cultural, Universidade do Minho.

Barreira, João. 1909. "A habitação em Portugal." In *Notas sobre Portugal (Exposição Nacional no Rio de Janeiro em 1908 - Secção Portuguesa)*, 2.<sup>o</sup> Vol., 147-178. Lisboa: Imprensa Nacional.

Barros, Carlos de. 1971. *Famílias da freguesia de S. Martinho de Mateus: observações à obra "Fidalgos e Morgados de Vila Real e seu termo", do Dr. Júlio António Teixeira*. Porto: C. de Barros.

Bastos, A. de Magalhães. 1957-1964. "Apontamentos. Para um dicionário de artistas e artífices que trabalharam no Porto do século XV ao século XVIII." *Boletim Cultural* 20-22, 25: 354-365. Edição da Câmara Municipal do Porto.

Baptista, António José. 1989. *Capelas da Freguesia da Facha*. Ponte de Lima: [s.n].

Bazin, German. 1949. *Classique, Baroque et Rococo*. Paris: Larousse; Idem.1966. *Baroque and Rococo art*. New York: Frederick A. Prager.

Bazin, German. 1950. "Reflexions sur l'origine et l'evolution du Baroque dans le Nord du Portugal." *Belas Artes* N.2 (2<sup>a</sup> série): 3-15.

Bazin, German. 1970. *Destins du baroque*. [Paris]: Hachette; Bazin, German. 1950. "Reflexions sur l'origine et l'evolution du Baroque dans le Nord du Portugal." *Belas Artes* N.2 (2<sup>a</sup> série): 3-15.

Belloto, Heloísa Liberalli. 1978. "O Morgado de Mateus, Governador de São Paulo." *Separata do Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra* 34, 2<sup>a</sup> parte.

Binney, Marcus. 1987. *Casas Nobres de Portugal*. Lisboa: Difel.

Bluteau, Rafael. 1712-1728. *Vocabulario portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, brasílico, comico, critico, chimico, dogmatico, dialectico, dendrologico, ecclesiastico*,

*etymologico, economico, florifero, forense, fructifero... autorizado com exemplos dos melhores escritores portugueses, e latinos... / pelo Padre D. Raphael Bluteau.* Coimbra: no Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1728. 10 vol.

Borges, António Leitão. 1993. *A recuperação do Palácio dos Serpas [em] Lamego*. Lisboa: Secretaria Geral do Ministério da Justiça.

Borges, Augusto Moutinho. 2000a. "Notas para o estudo da Casa Nobre em Almeida." *Praça Velha. Revista de Cultura da Cidade da Guarda* Ano III, n.º7 (1.ª Série): 111-116.

Borges, Augusto Moutinho. 2000b. "Notas para o estudo da Casa Nobre em Almeida." *Praça Velha. Revista de Cultura da Cidade da Guarda* Ano III, n.º8 (1.ª Série): 83-94.

Borges, Augusto Moutinho. 2001. "A Casa Nobre em Riba Côa." *Revista Altitude* Ano LIX, n.º6 (3.ª Série): 34-60.

Borges, Augusto Moutinho. 2002. «Formalismo estético e motivos decorativos da arte manuelina em Riba Côa. Um olhar histórico sobre a arquitectura civil quinhentista» *Revista Altitude* Ano LXI, n.º 7 (3ª Série): 77-94.

Borges, Augusto Moutinho. 2003. *As casas históricas do Vale do Côa: valorização do património arquitectónico com objectivos turísticos e culturais*, 3 vols. Dissertação de Mestrado, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

Borges, Augusto Moutinho. 2008. "Estudo da casa nobre no Vale do Côa." *Praça Velha. Revista de Cultura da Cidade da Guarda* Ano XI, n.º23 (1.ª Série): 27-54.

Borges, Augusto Moutinho (Coord). 2015. *Palácio dos Condes d'Óbidos: História e Património*. Lisboa: By the Book.

Borges, Augusto Moutinho. 2019. *Palacete dos Condes de Monte Real*. [S.l.]: By the Book.

Borges, Inês da Conceição do Carmo. 2018a. "A Arquitetura senhorial: matriz da sociabilidade, do poder e da cultura em Lamego nos séculos XVII e XVIII", 2 Vols. Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Borges, Inês da Conceição do Carmo. 2018b. "A Sala de Música da Casa das Brolhas em Lamego: programas decorativos e iconográficos." In *Actas do III Colóquio Internacional A Casa Senhorial: Anatomia de Interiores*, coord. Gonçalo Vasconcelos e Sousa, Ana Pessoa, 215-234. Porto: Universidade Católica do Porto Editora / Centro de Investigação em Ciência e Tecnologia das Artes.

Borges, Júlio António. 2006. *Monografia do concelho de Vila Real*. Maia: Gráfica SerSilito.

Borges, Nelson Correia. 1986. "Artistas e artífices espanhóis em Portugal durante o Barroco e o Rococó: ponto dos conhecimentos". *Relaciones artisticas entre Portugal y España*, 71-89. Valladolid: Junta de Castilla y Leon.

Borges, Nelson Correia. 1986. "Artistas e artífices espanhóis em Portugal durante o Barroco e o Rococó: ponto dos conhecimentos." In *Relaciones artisticas entre Portugal y España*, 71-89. Valladolid: Junta de Castilla y Leon.

Borges, Nelson Correia. 1998. *Casas solarengas do distrito de Viseu: algumas palavras de apresentação*. Viseu: Governo Civil do Distrito de Viseu.

Bowe, Patrick. 1989. *Jardins de Portugal*. Lisboa: Quetzal.

Brandão, Domingos Pinho. 1964. *Nicolau Nasoni, Pintor da Igreja da Cumieira*. Porto: Gráfica do Porto.

Brandão, Domingos Pinho; Rocha, Manuel Moreira da; Loureiro, Olímpia. 1987. *Nicolau Nasoni: vida e obra de um grande artista: breve resumo*. Porto: Gráficos reunidos.

Bráz, João. 2015. "Carvalho, de Armamar a Ervedosa do douro: subsídios para a genealogia da Casa do Cão." *Cadernos Barão de Arêde - Revista do Centro de Estudos de Genealogia e Heráldica Barão de Arêde Coelho* 5 (Julho-Setembro), 97-150. [http://www.aredede.eu/img/CADERNOS\\_BARAO\\_DE\\_AREDE\\_5.pdf](http://www.aredede.eu/img/CADERNOS_BARAO_DE_AREDE_5.pdf)

Bury, John. 1956. "Late Baroque and Rococo in North Portugal" *Journal of the Society of Architectural Historians* Vol. 15, n. 3 (October, Portuguese Empire Issue): 7-15.

Cabral, Amílcar M. Pires; Santandreu, Roberto. 2006. *Carrazeda de Ansiães*. Carrazeda de Ansiães: Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães.

Caetano, Carlos Manuel Ferreira. 2011. "As casas da câmara dos concelhos portugueses e a monumentalização do poder local (Séculos XIV a XVIII)", 2 vols. Tese de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa.

Calado, Margarida. 1999. "Barroco do Norte, Barroco do Sul: Algumas Reflexões". in *Separatas Carlos Alberto Ferreira de Almeida. In Memoriam*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 201-209.

Caldas, João Vieira. 1999. *A Casa Rural dos Arredores de Lisboa no Século XVIII*. Porto: FAUP Publicações.

Caldas, João Vieira. 2005. "Casas nobres de Viana." *Monumentos: revista semestral de edifícios e monumentos nacionais* 22: 172-181.

Caldas, João Vieira. 2007. "A arquitectura rural do antigo regime no Algarve." Tese de Doutoramento, Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa.

Câmara, Alexandra Gago da. 2005. *"A arte de bem viver": a encenação do quotidiano na azulejaria portuguesa da segunda metade de setecentos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Capela, José Viriato (coord.). 2007. *As freguesias do distrito de Bragança nas memórias paroquiais de 1758: memórias, história e património*. Braga: [s.n.].

Capela, José Viriato (coord.). 2010. *As freguesias do distrito de Viseu nas memórias paroquiais de 1758: memórias, história e património*. Braga: [s.n.].

Capela, José Viriato (coord.). 2013. *As freguesias do distrito da Guarda nas memórias paroquiais de 1758: memórias, história e património*. Braga: [s.n.].

Capela, José Viriato; Borralheiro, Rogério; Matos, Henrique. 2006. *As freguesias do distrito de Vila Real nas memórias paroquiais de 1758: memórias, história e património*. Coleção Portugal nas memórias paroquiais de 1758; 3. Braga: [s.n.].

Carapinha, Aurora. 1995. "Da essência do Jardim Português." Tese de Doutoramento, Universidade de Évora, 2 vols.

Cardona, Paula. 2015. "A comunidade de artistas galegos no Alto Minho nos séculos XVIII e XIX: legado artístico." *CEM Cultura, Espaço & Memória* 6: 95-108. <http://ojs.letras.up.pt/index.php/CITCEM/article/view/4746>

Cardoso, António Barros. 2004. "Os estrangeiros no Porto do Vinho (século XVIII)", *Revista Estudos & Documentos Douro* 17: 161-180.

- Cardoso, Augusto. 2018. "A escadaria de aparato no palácio portuense do século XVIII." In *História da arquitectura: perspectivas temáticas*, coord. Manuel Joaquim Moreira da Rocha, 41-49. Porto: CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória
- Cardoso, Pedro Vasconcelos. 2014. "Estudo da arte da talha das capelas particulares dos arcebispos de Lamego e Tarouca." Tese de Doutoramento, Escola das Artes/Universidade Católica Portuguesa, 2 vols.
- Carita, Hélder. 1994. *Bairro Alto: Tipologias e Modos Arquitectónicos*. Lisboa: Camara Municipal.
- Carita, Hélder. 1995. *Le Palais de Santos*. [s.l.]: Éditions Chandeigne.
- Carita, Hélder. 2013. "José Manuel de Carvalho e Negreiros e a arquitectura civil portuguesa nos finais do século XVIII", 595-605. In *Actas do 3.º Congresso Internacional: Casa Nobre Um Património para o Futuro*. Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez.
- Carita, Hélder. 2014a. "As Tipologias de casa nobre no Tratado de Carvalho Negreiros." In *III Encontro Luso Brasileiro de Museus Casas*, org. Ana Pessoa, Aparecida Rangel, 11-18. Rio de Janeiro: FCRB.
- Carita, Hélder. 2014b. "Do Scriptorium ao Gabinete e à Casa da Livraria. Espaços da Escrita nos Interiores da Casa Nobre em Portugal". In *Casas Senhoriais Rio-Lisboa e seus Interiores*, ed. Marize Malta, Isabel Mendonça, Hélder Carita, 25-49. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Nova de Lisboa/Fundação Ricardo Espírito Santo.
- Carita, Hélder. 2014c. "O núcleo de "escadas reais" e a formação de um modelo de palácio barroco: de João Antunes a André Soares." In *Actas do IV Congresso de História da Arte Portuguesa em Homenagem a José-Augusto França Sessões Simultâneas* (2.ª edição revista e aumentada), coord. Begõna Farré Torras, 122-132. Lisboa: APHA. Disponível in <http://www.apha.pt/wp-content/uploads/docs/Actas%20IV%20CHAP%20final.pdf>
- Carita, Hélder. 2016. "Das águas-furtadas às estrebarias: zonas de serviços na casa senhorial entre os séculos XV e XVIII." In *Anais do II Colóquio Internacional A Casa Senhorial: anatomia dos interiores*, ed. Ana Pessoa; Marize Malta, 12-33. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa.
- Carita, Hélder. 2017. "Paço, Solar, Sobrado, Palácio e Palacete: nomenclaturas da casa senhorial da idade média ao Século XIX". In *Anais do IV Colóquio Internacional A Casa Senhorial. Anatomia dos Interiores*, 243-259. Organizado por Amanda Basílio Santos; Anderson Pires Aires; Carlos Alberto Ávila Santos. Pelotas: CLAE. <http://ed.claec.org/index.php/editora/catalog/view/34/3/123-1>
- Carita, Hélder; Cardoso, António Homem. 1983. *Oriente e ocidente nos interiores em Portugal*. Porto: Civilização.
- Carita, Hélder; Cardoso, António Homem. 1987. *Tratado da grandeza dos jardins em Portugal ou da originalidade e desaires desta arte*. [Lisboa]: Edição de Autores.
- Carita, Hélder; Cardoso, António Homem. 2015. *A casa senhorial em Portugal. Modelos, tipologias, programas interiores e equipamento*. Lisboa: Edições Leya.
- Carvalho, Teresa (coord.). 2000. *Solares de Portugal*. [S.l.]: Unibanco.
- Castel-Branco, Cristina. 2014. *Jardins de Portugal*. [S.l.]: Clube do Colecionador dos Correios.
- Castellobranco, José Barbosa Canaes de Figueiredo. 1831. *Arvores de Costados das famílias dos Reinos de Portugal, Algarves e Domínios Ultramarinos que oferece ao Muito Alto e Muito poderoso Rei O senhor D. Miguel I*. Lisboa: Na Impressão Regia. 2 tomos.
- Castro, Luís Cirne de. 1959. *Do passado de Vila Real: apontamentos (Maio de 1666 a Novembro de 1850)*. Coimbra: Imprensa de Coimbra.

Chaves, Albano. 2002. *Donas-Boto de S. João da Pesqueira: Descendência de Domingos de Sousa Telo de Távora Boto*. Leça da Palmeira: Impr. Leca-Artes Gráficas.

Chaves, Albano. 2005. *Donas-Boto de S. João da Pesqueira: origens e novos ramos*. Leça da Palmeira: Leca-Artes Gráficas.

Chaves, Albano; Braz, João; Pinto, Óscar Caeiro; Campos, Filipe Pinheiro. 2015. *Famílias de São João da Pesqueira. Sousa | Távora | Telo*. Lisboa: [s.e].

Chicó, Mário. 1965-1966. "Aspectos da arquitectura em Portugal no Século XVIII." In *Catálogo da Exposição de Aspectos da Arquitectura Portuguesa, 1500-1950*, 14-16. Comissão Nacional Portuguesa das Comemorações do 4.º Centenário do Rio de Janeiro, Palácio da Cultura, Rio de Janeiro.

COBA. 1987. *Carta de solos e carta de utilização actual do solo do Nordeste de Portugal*. Vila Real: Universidade de Trás os Montes e Alto Douro.

Coelho, Ilídio. 2004. *Notas monográficas da Paróquia de Santa Maria de Sendim*. Sendim: Associação da Região do Têdo Távora.

Coixão, António do Nascimento Sá (coord.). 1993. *Defesa e divulgação do património cultural em Freixo de Numão: uma experiência que urge realçar: um exemplo a seguir na salvaguarda das nossas raízes*. Freixo de Numão: Associação Cultural Desportiva e Recreativa: Grupo de Defesa e Divulgação do Património Cultural e Natural.

Coixão, António do Nascimento Sá (coord.). 1997. *Complexo Arqueológico de Freixo de Numão: um projecto - a investigação, a musealização e um circuito. Freixo de Numão 1980-1996*. Freixo de Numão: A.C.D.R., D.L.

Coixão, António do Nascimento Sá (coord.). 2005. *O circuito arqueológico de Freixo Numão: guia do visitante*. Freixo de Numão: ACDR, D.L..

Coixão, António do Nascimento Sá (coord.). 2006. *Museu da Casa Grande: catálogo*. Freixo de Numão: Museu da Casa Grande: ACDR.

Coixão, António N. Sá; Trabulo, António R. 1999. *Por Terras do concelho de Foz Côa - Subsídios para a sua História - Estudo e Inventário do seu Património*. Vila Nova de Foz Côa: Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa (2.ªed.).

Coixão, António N. Sá; Trabulo, António R. 2011. *Evolução político-administrativa na área do actual concelho de Vila Nova de Foz Côa. Séculos XII a XX*. Vila Nova de Foz Côa: Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa (2.ªed.).

Conceição, Margarida Tavares da. 2002. *Da Vila Cercada à Praça de Guerra, Formação do Espaço Urbano em Almeida (séculos XVI – XVIII)*. Lisboa: Livros Horizonte.

Conde, Manuel Sílvio. 1999. "Sobre a casa urbana do Centro e Sul de Portugal, nos finais da Idade Média." In *Horizontes do Portugal Medieval. Estudos Históricos*, 257-298. Cascais: Patrimoniae.

Conde, Manuel Sílvio. 2000-2001. "Materialidade e funcionalidade da casa comum medieval. Construções rústicas e urbanas do Médio Tejo nos finais da Idade Média." *Média Aetas*, nº3-4: 49-86.

Conde, Manuel Sílvio. 2011. *Construir, habitar: A Casa Medieval*. Braga: CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar "Cultura, Espaço e Memória".

Conde, Manuel Sílvio; Vieira, Marina Afonso. 2005. "A habitação e a arquitectura corrente do Norte Transmontano em finais da Idade Média." In *Paisagens Rurais e Urbanas. Fontes, Metodologias*,

*Problemáticas, Actas das Primeiras Jornadas*, Coord. Iria Gonçalves, 65-122. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa.

Cordeiro, J. Alcino. 1941. *Quintas do Douro*. Régua: Imprensa do Douro.

Correia, Ana Paula Couto. 1988. "Levantamento artístico da Talha religiosa no Concelho de Lamego." Trabalho do Seminário de História da Arte em Portugal para a licenciatura em Ciências Históricas pela Universidade Portucalense, 2 volumes.

Correia, José Horta. 1995. "Pragmatismo e utopismo na criação urbanística de raiz portuguesa no século XVIII." *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas* Vol.2, n.º8: 103-112.

Correia, José Horta. 2010. "Raízes da originalidade e diversidade da arquitectura barroca portuguesa." In *O Algarve em Património*, 223-236. Olhão: Gente Singular Editora.

Correia, Vergílio. 1923. *Artistas de Lamego*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

Corte-Real, Manuel. 1983. *O Palácio das Necessidades*. Lisboa: M.N.E..

Costa, António Carvalho da. 1706-1712. *Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das cidades, villas, & lugares, que contem; varões illustres, geologias das familias nobres, fundações de conventos, catalogos dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observaçoens*. Lisboa: na officina de Valentim da Costa Deslandes impressor de Sua Magestade, & á sua custa impresso, 2 volumes.

Costa, Leonor Freire; Lains, Pedro; Miranda, Susana Munch. 2011. *História Económica de Portugal (1143-2010)*. Lisboa: Esfera dos Livros.

Costa, Leonor Freire; Rocha, Maria Manuela; Sousa, Rita Martins de. 2013. *O ouro do Brasil*. Lisboa: A Esfera dos Livros.

Costa, M. Gonçalves da. 1977-1992. *História do Bispado e Cidade de Lamego*, 5 vols. Lamego: [s.n.] (Braga: -- Oficina Gráfica Barbosa & Xavier)

Craveiro, Lurdes. 1982. "As pinturas de Pasquale Parente em Trevões." *Mundo da Arte* 7: 9-14.

Cunha, Secundino. 2011. *Casas de escritores no Douro*. Guimarães: Opera Omnia.

Dias, António Gonçalves. 1999. *Fastos de Mesão Frio: crónicas escritas à guisa de monografia, umas publicadas, outras inéditas, redigidas entre 1994 e 1997: história local das origens à actualidade*. Mesão Frio: Santa Casa da Misericórdia.

Dias, Augusto. 1950. *Lamego do século XVIII*. Porto: Beira e Douro.

Dias, Pedro. 1978. "A actividade do pintor italiano Pasquale Parente em terras beirãs." *Beira Alta* Vol. XXXVII, Fasc. 1: 107-119.

Duarte, Eduardo Alves. 2000. *Carlos Amarante (1748-1815) e o final do classicismo: um arquitecto de Braga e do Porto*. Porto: FAUP.

Duarte, Joaquim Correia. 1994. *Resende e a sua história*, 2 vols.. Resende: Câmara Municipal de Resende.

Duarte, Joaquim Correia. 2004. *Resende no século XVIII*. Resende: Câmara Municipal de Resende.

Duarte, Joaquim Correia. 2007a. *Casas e brasões de Resende*. Resende: Câmara Municipal de Resende.

Duarte, Rita Penedos. 2007b. *Palácio de Mateus*. Lisboa: Tugaland.



Escola n.º3 de Favaios. 1991. *Monografia de Favaios*. [S.l. : s.n.], 1991 (Vila Real: -- Minerva Transmontana)

Esteves, Judite Maria Nunes. 2008. "Do Morgadio à divisão igualitária dos bens. Extinção do morgadio e estratégias de perpetuação do poder familiar (entre o fim do século XIX e o século XX)." Tese de Doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Eusébio, Maria de Fátima. 2005. "A Talha Barroca na Diocese de Viseu." Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 3 vols.

Farinha-Marques, Paulo; Fernandes, Cláudia. 2014. "Avaliação do património vegetal natural do Alto Douro Vinhateiro 2001 -2012." *GOT, Revista de Geografia e Ordenamento do Território* 5: 93-115. Acedido a 18 de Fevereiro de 2020. <https://dx.doi.org/10.17127/got/2014.5.004>

Fauvreille, Natália. 1999. "Quintas do Douro: as arquitecturas do vinho do Porto." Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto.

Fauvreille, Natália. 2003. "O Douro das quintas do Cima Corgo." In *Viver e saber fazer. Tecnologias tradicionais na Região do Douro. Estudos preliminares*. Peso da Régua: Museu do Douro.

Fauvreille, Natália (coord.). 2007. *Marcos da Demarcação*. Peso da Régua: Fundação Museu do Douro.

Fauvreille, Natália (coord.). 2013. *Arquiteturas da paisagem no Alto Douro vinhateiro*. Peso da Régua: Fundação Museu do Douro.

Fauvreille, Natália; Leal, Paula Montes. 1997. "O Arquivo da Quinta de Santa Júlia de Loureiro." *Douro – Estudos & Documentos* Vol.2, n.º4: 377-385.

Fauvreille, Natália; Sequeira, Carla. 2001. *Trevões: história e património*. São João da Pesqueira: Câmara Municipal de São João da Pesqueira.

Fego, Francisco de Jesus. 1995. *Cedovim. Memórias da Terra e das Gentes (Subsídios para a sua História)*. Vila Nova de Foz Côa: Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa.

Feio, Alberto. 1950. *Carlos Amarante: uma figura nacional: insigne arquitecto e engenheiro, 1748-1815*. Braga: Bracara Augusta

Felgar, Carolina; Magalhães, Nuno; Ruão, Paulo; Oliveira, Manuel. 2015. "Terroir da Região Demarcada do Douro: um estudo de caso." *Revista de Ciências Agrárias* 38 (3), 445-452. Acedido a 6 de Outubro de 2015. [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0871-018X2015000300020&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0871-018X2015000300020&lng=pt&tlng=pt)

Fernandes, A. de Almeida. 2002. *Toponímia de Armamar*. Armamar: Câmara Municipal: Associação da Defesa do Património Arouquense.

Fernandes, C. P. O. 2009. "Caracterização e previsão do comportamento florístico-estrutural da vegetação da Região Demarcada do Douro". Tese de Doutoramento, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Fernandes, Ilda. 2001. *Frechas. Tradição e Modernidade*. Câmara Municipal de Mirandela: Mirandela.

Fernandes, Ilda. 2003. *Vila Flor medieval e setecentista*. Vila Flor: Câmara Municipal de Vila Flor.

Fernandes, Ilda. 2013. *Torre de Moncorvo: município tradicional*. Torre de Moncorvo]: Lema d'Origem (2.ªed. revista; 1.ª ed. 2001).

Fernandes, João Luís. 1985. *Murça: história, gentes, tradições: ensaio monográfico*. Murça: Câmara Municipal de Murça.

Fernandes, José Manuel. 2000. *Arquitectura Portuguesa – uma síntese*. Lisboa: Imprensa-Nacional - Casa da Moeda.

Fernandes, Maria Eugénia Matos; Ribeiro, Fernanda. 2001. *A Universidade do Porto: Estudo orgânico-funcional (modelo de análise para fundamentar o conhecimento do Sistema de Informação Arquivo)*. Porto: Reitoria da Universidade do Porto.

Fernandes, Mário Gonçalves. 2005. *Urbanismo e morfologia urbana no Norte de Portugal: Viana do Castelo, Póvoa de Varzim, Guimarães, Vila Real, Chaves e Bragança entre 1852 e 1926*. Coleção Série 1. Ensaios; 16. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

Ferrão, Leonor. 1994. *A Real Obra de Nossa Senhora das Necessidades*. Lisboa: Editora Quetzal.

Ferreira, J. M. Simões. 2010. *História da Teoria da Arquitectura no Ocidente*. Lisboa: Editorial Vega.

Ferreira, J.A. Pinto. 1974. *Antigo Concelho de Freixo de Numão - memórias paroquiais do séc. XVIII*. Lisboa: Edição da Associação Lisbonense de Proprietários.

Ferreira, Maria da Conceição Falcão. 2000-2001. "Habitação urbana corrente no Norte de Portugal Medieval." *Media Aetas*, nº3-4: 13-47.

Ferreira-Alves, Joaquim J. B. 1983a. "Matias Lourenço, mestre pedreiro de Vila Real no século XVIII (aportações documentais para o estudo da sua actividade)." *Estudos Transmontanos* 1: 239-258.

Ferreira-Alves, Joaquim J. B.. 1987. "O Porto na época dos Almadas: Arquitectura". Obras públicas". Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2 vols

Ferreira-Alves, Joaquim J. B. 1995. "A casa nobre no Porto nos séculos XVII e XVIII: introdução ao seu estudo." *Poligrafia* 4: 25-54.

Ferreira-Alves, Joaquim J. B. 2000. "Tempos e homens setecentistas de Vila Real." *Estudos Transmontanos e Durienses* 9: 163-196.

Ferreira-Alves, Joaquim J. B. 2001. *A Casa Nobre no Porto na Época Moderna*. Lisboa: Edições Inapa.

Ferreira-Alves, Joaquim J. B. 2005. "Ensaio sobre arquitectura barroca e neoclássica a norte da bacia do Douro." *Revista da Faculdade de Letras: Ciências e Técnicas do Património* 4: 135-153.

Ferreira-Alves, Joaquim J. B. 1988. *O Porto na Época dos Almadas. Arquitectura. Obras Públicas*. Porto: Câmara Municipal do Porto. 2 vols.

Ferreira-Alves, Natália Marinho (coord.). 2008. *Dicionário de artistas e artífices do norte de Portugal*. Porto: CEPESE - Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade.

Ferreira-Alves, Natália Marinho. 1987. *O Santuário do Senhor de Perafita: Aspectos da mentalidade religiosa popular na segunda metade do séc. XVIII*. Vila Real: Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Vila Real. Instituto Português do Património Cultural.

Ferreira-Alves, Natália Marinho. 1989. *A arte da talha no Porto na época barroca. Artistas e clientela. Materiais e técnica*. 2 Vols. Porto: Arquivo Histórico / Câmara Municipal do Porto.

Ferreira-Alves, Natália Marinho. 1993. "Breve ensaio sobre a obra e Miguel Francisco da Silva." *Poligrafia* 2: 71-101.

Ferreira-Alves, Natália Marinho; Ferreira-Alves, Joaquim J. Barros 1981. "Alguns artistas e artífices setecentistas de entre Douro e Minho em Vila Real e seu termo: subsídios para um dicionário de artistas

e artífices que trabalharam em Trás-os-Montes nos séculos XVII- XVIII (II).” *Bracara Augusta: Revista Cultural da Câmara Municipal de Braga* Tomo XXXV, fasc. 79 (92): 445-465.

Ferreira-Alves, Natália Marinho; Ferreira-Alves, Joaquim J. Barros. 1983-1984. “Subsídios para um dicionário de artistas e artífices que trabalharam em Trás-os-Montes nos séculos XVII-XVIII (I)” *Revista de História* V.5: 159-186.

Ferro, Maria Inês. 1997. *Queluz: o palácio e os jardins*. London: Scala Books.

Fonseca, Álvaro Moreira da. 1949-1951. *As Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro*, 3 vols. Porto: Instituto do Vinho do Porto.

Fonte, Barroso da. 1998. *Dicionário dos Mais Ilustres Transmontanos e Alto Durienses*. Guimarães: [s.n.], 3 vols.

Fornellos, Álvaro Maria de. 1886. *Memória histórica-económica do concelho de Mesão-Frio*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

França, José-Augusto. 1990. “Palácios, Palacetes e Solares.” In *A Arte em Portugal no século XIX*, 1.º Vol. 167-184. Lisboa: Bertrand Editora.

Franco, Carlos. 2015. *Casas das elites de Lisboa. Objectos, Interiores e Vivências 1750-1830*. Lisboa: Scribe.

Freese, Alexander. 2019. *Palácios de Lisboa. Lisbon Palaces*. Lisboa: By the Book.

Frias, Duarte. 2013. “A fábrica barroca da Sé de Lamego e a pintura decorativa de Nicolau Nasoni.” In *Espaço, poder e memória: a catedral de Lamego: sécs. XII a XX*, coord. Anísio Miguel de Sousa Saraiva, 223-242. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa (Estudos de história religiosa; 14). Disponível in <https://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/12795>.

Gaspar, Diogo (coord.). 2005. *Arquitectura do Palácio de Belém*. Lisboa: Museu da Presidência da República.

Gaspar, Diogo (coord.). 2005. *Vivências, sítio e iconografia do Palácio de Belém*. Lisboa: Museu da Presidência da República

Gil, Júlio. 1996. *Os mais belos palácios de Portugal*. Lisboa: ed. Verbo.

Girão, Amorim. 1941. *Geografia de Portugal*. Porto: Portucalense.

Glória, Ana Celeste. 2013. “A Casa Nobre no Vale do Côa: um olhar sobre a estética barroca no final do século XVIII”. In *Barroco iberoamericano: identidades culturais de un imperio*, Vol.II, Carmen López Calderón; Maria Fernández Valle, Maria Rodríguez Moya, M<sup>a</sup>. I., 189-206. Santiago de Compostela: Andavira Editora.

Glória, Ana Celeste. 2015. “Solares e casas nobres em Torre de Moncorvo (séculos XVII-XVIII)”. *Revista CEPHIS - Património* (5): 59-82.

Glória, Ana Celeste. 2016a. “Novos contributos para o estudo dos artistas e artífices setecentistas do concelho de Carrazeda de Ansiães.” *Revista CEPHIS - Torre de Moncorvo* 6: 307-335.

Glória, Ana Celeste. 2016b. “Devoção e piedade religiosa na casa nobre duriense do século XVIII”. In *Iberoamérica en perspectiva artística. Transferencias culturales y devocionales*, 227-249. Castelló de La Plana: Universitat Jaume I, Servicio de Publicaciones.

Glória, Ana Celeste. 2017a. “A emigração de artistas minhotos para o distrito de Bragança durante o século XVIII.” *Revista CEPHIS* 7: 43-76.

Glória, Ana Celeste. 2017b. "Architecture of five senses: Manor Houses in the Douro in the Eighteenth Century". In *The Early Modern Villa: Senses and Perceptions versus Materiality*, 61-70. Warsaw (Poland): Museum of King Jan III's Palace at Wilanow.

Glória, Ana Celeste. 2017c. "A casa nobre no século XVIII. Formas artísticas e arquitectónicas no Douro Superior". In *Actas do 4.º Congresso Internacional Casa Nobre um património para o futuro*, 842-859. Arcos de Valdevez: Casa das Artes de Arcos de Valdevez/ Município de Arcos de Valdevez.

Glória, Ana Celeste. 2019a. "Arquitectura e ornamento das fachadas de casas nobres durienses do século XVIII: do barroco classicizante ao rococó". In *Espacios y muros del barroco iberoamericano*, ed. Maria de los Angeles Fernández Valle; Carme López Calderón; Inmaculada Rodríguez Moya, 279-301. Santiago de Compostela; Sevilha, Espanha: Andavira Editora; Enredars/Universidad Pablo de Olavide.

Glória, Ana Celeste. 2019b. "A presença de artistas espanhóis na diocese de Miranda-Bragança entre os séculos XVI e XVIII: da Galiza a Castela e León." In *Barroco vivo. Barroco continuo*, ed. Fernando Quiles García; María Pilar López Pérez (coord.) 216-239. Bogotá (Colômbia)/ Sevilha (Espanha): Universidad Nacional de Colombia/ E.R.A. Arte, Creación y Patrimonio Iberoamericanos en Redes, España.

Gomes, Paulo Varela. 1987. *O Essencial Sobre a Arquitectura Barroca em Portugal*. [S.l.]: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Gomes, Paulo Varela. 1988. *A Cultura Arquitectónica e Artística no século XVIII*. Lisboa: Caminho.

Guimarães, J.A. Gonçalves. 2008. *Marquês de Soveral. Homem do Douro e do Mundo*. S. João da Pesqueira: Gailviro/Município de S. João da Pesqueira.

Grácio, Joaquim. 2005. "O actual concelho de Alijó no final do século XVIII." *Estudos Transmontanos e Durienses* 12: 273-326.

Guedes, Natália Correia. 1971. *O Palácio dos Senhores do Infantado em Queluz*. Lisboa: Livros Horizonte.

Guerra, Joaquim; Abade, Eduardo. Dezembro de 2008. *Caracterização Enológica de castas autóctones da Região do Douro*. Lisboa: Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte. Acedido a 11 de Junho de 2014. [http://www.drapn.min-agricultura.pt/drapn/conteudos/fil\\_trab/Trabalho%20Castas%20Brancas%20e%20Tintas%20do%20Douro.pdf](http://www.drapn.min-agricultura.pt/drapn/conteudos/fil_trab/Trabalho%20Castas%20Brancas%20e%20Tintas%20do%20Douro.pdf);

Guerreiro, Rosália. 2001. "Espaços públicos centrais, estrutura urbana e território". In *A Praça na cidade portuguesa*, 17-26. Lisboa: Livros Horizonte.

Koch, Wilfried. 1982. *Estilos de Arquitectura II*. Lisboa: Editorial Presença.

Laranjo, F.J. 1995. *No compasso do concelho de Lamego (24 freguesias)*. Lamego: Câmara Municipal de Lamego.

Leal, Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho. 1990. *Portugal Antigo e Moderno - Dicionário Geográfico*. Monte da Caparica: Cota d'Armas, s.e.

Leal, João. 2000. *Etnografias portuguesas (1870-1970): Cultura Popular e Identidade Nacional*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Leitão, Fernando Rodrigues. 1963. *Monografia do concelho de Alijó*. Lisboa: [s.n.].

Leite, Ana Cristina. 1988. "O Jardim em Portugal nos Séculos XVII e XVIII – Arquitecturas, Programas, Iconografias." Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 3 vols.

- Leite, Ana Cristina. 1995. "Alegorias do Mundo: A Arte dos Jardins." In *História da Arte Portuguesa do Barroco à Contemporaneidade*, 3.ºvol.. Lisboa: Círculo dos Leitores.
- Lello, António. 1938. *Santa Marta de Penaguião notas para uma monografia*. Porto: Artes Gráficas.
- Lema, Paula Bordalo. 1980. *O Alto Douro*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.
- Lino, Raúl (dir.). 1982. *Palácios portugueses*. Lisboa: União de Bancos Portugueses.
- Lino, Raúl. 1927. "Casas portuguesas do século XVIII." In *Auriverde Jornada*, 236-271. Lisboa: Valentim de Carvalho.
- Lino, Raúl. 1937. *L'évolution de l'architecture domestique au Portugal*. Lisbonne: Institut Français au Portugal.
- Lino, Raúl. 1943. "O estilo da casa portuguesa no século XVII." *Revista Municipal de Lisboa* 16: 3-6.
- Lino, Raúl. 1982. *Palácios portugueses, Portuguese Palaces and Castles, Palais et châteaux portugais*. Lisboa: União de Bancos Portugueses.
- Lopes, Isabel Alexandra. 2011. *Carrazeda de Ansiães. Património, Paisagens e História*. Carrazeda de Ansiães: Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães.
- Lopes, Luís. 2008. "Torre de Moncorvo – património artístico e religioso." *Revista Campos Monteiro – história património cultura* 3: 77-93.
- Lopes, Roger Teixeira. 1996a. *Carrazeda de Ansiães. Património artístico*. Carrazeda de Ansiães: João de Azevedo Editor/ Terra Transmontana.
- Lopes, Roger Teixeira. 1996b. *Heráldica Familiar do concelho de Mirandela*. Mirandela: João Azevedo Editor / Terra Transmontana.
- Lopes, Roger Teixeira; Lage, Sofia. 2007. *Alijó: arte e património no Douro*. Alijó: Câmara Municipal de Alijó.
- Lucena, Armando. 1943. "A Casa Portuguesa." *Boletim da Junta de Provincia da Estremadura* 3, Série II: 261-264.
- Luís, Esmeralda Esteves Alves. 2001. "Turismo e desenvolvimento do espaço rural: o caso do Concelho de Santa Marta de Penaguião." Dissertação de Mestrado. Universidade Nova de Lisboa.
- Magalhães, Olga. 2011. *S. João da Pesqueira: rota do Alto Douro vinhateiro*. S. João da Pesqueira: Câmara Municipal de São João da Pesqueira.
- Malta, Marize; Mendonça, Isabel. Carita, Hélder (ed). 2014. *Casas Senhoriais Rio-Lisboa e seus Interiores*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Lisboa: Universidade Nova de Lisboa/Fundação Ricardo Espírito Santo.
- Maria Montaner, Josep. 2001. *A Modernidade Superada – Arquitectura, Arte e Pensamento do Séc.XX*. Barcelona: Ed. Gustavo Gili.
- Martins, Conceição Andrade. 1991. "A filoxera na viticultura nacional." *Análise Social* Vol. XXVI (112-113): 653-688.
- Mateus, Fundação Casa de (org.). 2005a. *Casa de Mateus: catálogo da biblioteca: obras impressas nos séculos XVI, XVII e XVIII*. Vila Real: Fundação da Casa de Mateus.

- Mateus, Fundação da Casa de (org.). 2005b. *Casa de Mateus: catálogo do arquivo*. Vila Real: Fundação da Casa de Mateus.
- Matos, Armando de. 1930. *A Casa de Mateus*. Gaia: Apolino.
- Mattos, Armando de. 1940-1943. *Brasonário de Portugal*. Porto: Livraria Fernando Machado, 2 vols.
- Mattos, Armando. 1941. *Manual de Heráldica Portuguesa*. Porto: Livraria Fernando Machado.
- Mattoso, José (dir.). 2010. *História da vida privada em Portugal*. Lisboa: Temas e Debates, 4 volumes.
- Mello, Magno Moraes. 1998. *A pintura de tectos em perspectiva no Portugal de D. João V*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Mello, Magno Moraes; Serrão, Vítor. 1995. "A pintura de tectos de perspectiva arquitectónica no Portugal joanino (1706-1750)." *Cadernos de História* Vol.1, n.º1: 34-44.
- Melo, Álvaro de Azeredo Leme Pinto e. 1992. *Azeredos de Mesão Frio: seus ramos e ligações*. Porto: Américo Fraga Lamares, 2a ed. fac-simile (Fac-símile da edição de 1914).
- Mendes, José Maria Amado. 1995. *Trás-os-Montes nos fins do século XVIII: segundo um manuscrito de 1796*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian: Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.
- Mendonça, João. 2008. "O Alto Douro: uma abordagem geográfica." In *A Companhia e as Relações Económicas de Portugal com o Brasil, a Inglaterra e a Rússia*, Fernando de Sousa (coord.), 163-174. Porto: CEPESE / Edições Afrontamento.
- Mesquita, José Carlos Vilhena. 1984. *A importância do Brasil na economia portuguesa do século XVIII*. Faro: (s.n.),
- Mesquita, Marieta Dá. 1998. "Metodologias para o estudo do habitar setecentista e a decifração dos códigos habitativos." *GEHA – Revista de História, Estética e Fenomenologia da Arquitectura e do Urbanismo* 1: 61-66.
- Mesquita, Marieta Dá. 1992. "História e arquitectura uma proposta de investigação: o Palácio dos Marqueses de Fronteira com situação exemplar da arquitectura residencial erudita em Portugal." Tese de Doutoramento, Universidade Técnica de Lisboa.
- Mesquita, Marieta Dá. 2007. "Cenografia e Teatralidade - Uma Leitura de Escadarias na Arquitectura Residencial Barroca de Lisboa". In *Lisboa Barroca e o Barroco de Lisboa, Colóquio de História de Arte*, 41-48. Lisboa: Livros Horizonte.
- Metello, Manuel Arnao. 1997. *Arnaos: do Vedor de D. Filipa de Lencastre à Casa de Cabo de Vila, em Mesão Frio*. Lisboa: [Olegário Fernandes].
- Moncorvo, Câmara Municipal de Torre de. 1999/2000. *Plano de Pormenor de Salvaguarda do Centro Histórico de Torre de Moncorvo*. Torre de Moncorvo: Câmara Municipal, Volume VII.
- Moncorvo, Câmara Municipal de Torre de. 2008. *Inventário de Património Arqueológico e Arquitectónico do Concelho de Torre de Moncorvo*. Torre de Moncorvo: Gabinete do Património, Câmara Municipal de Torre de Moncorvo. [Disponível no Arquivo Histórico Municipal de Torre de Moncorvo]
- Monteiro, J. Gonçalves. 1984. *Armamar: (esboço e subsídios para uma monografia)*. Viseu: Novelgráfica.
- Monteiro, J. Gonçalves. 1991. *Tabuaço (Esboço e subsídios para uma monografia)*. Tabuaço: Câmara Municipal de Tabuaço.



- Monteiro, J. Gonçalves. 1992. *São João da Pesqueira: Coração do Douro*. São João da Pesqueira: Câmara Municipal de São João da Pesqueira.
- Monteiro, J. Gonçalves. 1993. *São João da Pesqueira: Monografia do Concelho*. Porto: Câmara Municipal de São João da Pesqueira.
- Monteiro, J. Gonçalves. 1999. *Armamar: terra e gente*. Armamar: Câmara Municipal de Armamar.
- Monteiro, J. Gonçalves. 2004. *Penaguião: terra e gente*. Santa Marta de Penaguião: Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião.
- Monteiro, Manuel. 1911. *O Douro - Principaes Quintas, Navegação, Culturas, Paisagens e Costumes*. Porto: Emílio Biel & C.<sup>A</sup> – Editores.
- Monteiro, Nuno Gonçalo. 1993. “Casa e Linhagem: o vocabulário aristocrático em Portugal nos séculos XVII e XVIII.” *Penélope. Fazer e Desfazer a história* 12: 43-63.
- Monteiro, Nuno Gonçalo. 1998. *O crepúsculo dos Grandes. A Casa e o Património da Aristocracia em Portugal (1750-1850)*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Monteiro, Nuno Gonçalo. 2007. “Casas nobres em Portugal no Antigo Regime: esboço de uma cronologia.”, 71-76. In *Actas do I Congresso Internacional Casa Nobre: Um Património para o Futuro*. Arcos de Valdevez: Casa das Artes.
- Monteiro, Nuno Gonçalo. 2009. “Nobleza y Elites en el Portugal Moderno en el Contexto de la Península Ibérica (siglos XVII y XVIII)”, 143-155. In Enrique Soria Mesa et. al. (eds.), *Las élites en la Época Moderna: La Monarquía Española*. Al. Córdoba: U. Córdoba, 2009.
- Morais, Cristiano. 2006. *Por terras de Ansiães: estudos monográficos*. Vol.I. Carrazeda de Ansiães: Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães.
- Morais, Cristiano. 2014. *Por terras de Ansiães: monografias*. Vol.II. Carrazeda de Ansiães: Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães.
- Moreira, Ana Rita. 2017. “Estudo da casa nobre na cidade de Lamego.” Dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra (Dissertação publicada on-line pelo Museu de Lamego: Moreira, Ana Rita. 2018. *Estudo da casa nobre na cidade de Lamego*. Lamego: Museu de Lamego/Direcção Regional de Cultura do Norte. [https://issuu.com/066239/docs/estudocasanobrecidadelamego\\_ebook](https://issuu.com/066239/docs/estudocasanobrecidadelamego_ebook).)
- Moreira, Maria Irene Nunes. 2010. “Tectos decorativos em madeira em edifícios patrimoniais portugueses.” Dissertação de Mestrado, Faculdade de Engenharia, Universidade do Porto.
- Moura, Vasco Graça. 2002. *Figuras em Mateus*. Lisboa: Quetzal Editores.
- Mourão, Paulo Jorge Reis. 2007. “Sugestão para a genealogia dos Carneiro Lopes de Medeiros (Casa da Laranjeira) – uma revisão com base no trabalho do padre Manuel Queiroga Carneiro da Fontoura.” *Estudos Transmontanos e Durienses*. 13: 19-52
- Mourinho (Júnior), António. 1995. “Notícia de alguns viajantes portugueses e de espanhóis na antiga Diocese de Miranda do Douro nos séculos XVI, XVII e XVIII”, 107-122. In *Actas del VII Simposio Hispano-Portugués de Historia del Arte, Las relaciones artísticas entre España y Portugal: Artistas, Mecenas y Viajeros*, Cáceres. Olivenza: Universidad de Extremadura.
- Nápoles, João Carlos Metello de; Nápoles, Jorge Metello de. 2006. *Solares e Casas Nobres do Concelho de Pinhel*. Pinhel: Câmara Municipal.

Nogueira, Bruno Manuel Sequeira; Pinto, Diana Sofia R.; Pires, Helena Susana Fernandes; Rocha, João Carlos Rodrigues da; Lameiras, José Rafael; Pinheiro, Manuel Joaquim Pinto; Pinto, Mónica Paula Mourão. 2006/2007. "Casa dos Albergarias em Mesão Frio. Proposta de reabilitação de um edifício tradicional." Trabalho de Licenciatura em Engenharia Civil. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Oliveira, Bernardino Vieira de. 2002. *Breve Monografia do Concelho de Mesão Frio (1152-2002)*. Edição comemorativa dos 850 anos da outorgação da Carta de Foral. Mesão Frio: Câmara Municipal de Mesão Frio.

Oliveira, Bernardino. 2000. "Notas históricas sobre o concelho de Mesão Frio." *Douro: Estudos & Documentos* V (9): 59-120.

Oliveira, Eduardo Pires de. 2011. "André Soares e o Rococó do Minho.", 4 vols. Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Oliveira, João Carlos. 1998. "A Casa." In *Nova História de Portugal. Vol. V - Portugal do Renascimento à crise dinástica*, Coord. J. Alves Dias, 633-639. Lisboa: Ed. Presença.

Osório, Filinto José Alves de Oliveira Girão. 2006. "Arquitectura doméstica erudita: Solares de Entre-Côa-e-Távora." Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

Paiva, Maria Amélia da Silva. 2011. *As portadas na arquitectura civil do concelho de Ponte de Lima: estruturas, funções e significados*. Ponte de Lima: Município de Ponte de Lima.

Palavras, Armando. 2011. "Os tectos durienses: a iconografia religiosa setecentista nas pinturas dos templos da região demarcada." Tese de Doutoramento, Universidade Lusíada, 10 vols.

Palavras, Armando. 2013. "A actividade construtora nos templos de Penaguião no século XVIII." *Tellus. Revista de cultura trasmontana e duriense* 59: 18-39.

Palavras, Armando. 2016. "As igrejas do Padroado da Universidade de Coimbra – Bispado de Lamego." *Tellus. Revista de cultura trasmontana e duriense* 65: 25-54.

Parente, João Ribeiro. 1999. *Roteiro arqueológico e artístico do Concelho de Vila Real*. 3.ªed. [S.l.]: J. Parente (Santa Maria da Feira: Rainho e Neves).

Paula, Mara Raquel Rodrigues de. 2011. "Pascoal Parente e a pintura setecentista em Portugal." Dissertação de Mestrado em História da Arte, Património e Turismo Cultural, Universidade de Coimbra.

Pedro, Ivone; Cardoso, Anabela S. Ramos. 1997. *Casa solarengas do distrito de Viseu*. Viseu: Governo Civil do Distrito de Viseu.

Pedrosa, António de Sousa; et al. (2004). "Processos de erosão acelerada – Região Demarcada do Douro: um património em risco." *Estudos e Documentos: Douro* 17: 211-212.

Pereira, Gaspar Martins. 2000. "A Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro em 1784, segundo um relatório de Luís Pinto de Sousa Coutinho. II." *Douro – Estudos & Documentos* V (9): 155-174.

Pereira, Gaspar Martins. 2008. "Nos 250 anos da Região Demarcada do Douro: da Companhia pombalina à regulação interprofissional." In *A Companhia e as relações económicas de Portugal com o Brasil, a Inglaterra e a Rússia*, coord. Fernando de Sousa, 175-185. Porto: CEPESE - Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade.

Pereira, Gaspar Martins; Leal, Paula Montes (coord.). 2006. *O Douro Contemporâneo*. Porto: Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto.

Pereira, José Fernandes (dir.). 1989. *Dicionário de Arte Barroca em Portugal*. Lisboa: Ed. Presença.

Pereira, José Fernandes. 1992. *Arquitectura barroca em Portugal*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

Pereira, José Fernandes. 1995a. "O barroco do século XVIII." In *História da Arte Portuguesa*, Vol.3 – Do Barroco à Contemporaneidade, Dir. Paulo Pereira. Lisboa: Círculo dos Leitores, 51-182.

Pereira, Liliana Maria Ferreira Figueiredo. 2004. "Estuques no espaço doméstico: contributos para um itinerário na arquitectura rústica e nobre do Norte de Portugal, com particular incidência no Douro Superior: estudo de uma peça: o solar dos Pimentéis em Torre de Moncorvo." Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Lusíada. 2 vols.

Pereira, Paulo (coord). 1995b. *História da Arte Portuguesa*, Vol.3 – Do Barroco à Contemporaneidade. Lisboa: Círculo dos Leitores.

Pereira, Ricardo Manuel Paninho. 1991.....*De Ansiões a Carrazeda de Ansiões*. Bragança: Escola Tipográfica.

Perpétuo, João Miguel A.; et al. 1999. *Tabuaço: um passado presente*. Tabuaço: Câmara Municipal de Tabuaço.

Perpétuo, João Miguel A.; et.al.. 1991. Tabuaço: esboço e subsídios para uma monografia. Tabuaço: Câmara Municipal de Tabuaço.

Pimentel, António Filipe. 2002. *Arquitectura e poder: o real edifício de Mafra*. Lisboa: Livros Horizonte.

Pina, Helena; Cardoso, António Barros. 2017. Guia de Viagem de Estudo: A região duriense: vinha, património e desenvolvimento sustentável. Porto: FLUP. Acedido a 14 de Junho de 2017. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/109414/2/235205.pdf>

Pinto, José Lima de Sousa. 1997. *Paredes da Beira: uma casa, uma capela*. Carcavelos: Moinho Velho.

Pinto, Orlando da Rocha. 2006. "Comemorando os 250 anos: alguns aspectos sobre a Companhia Geral de Agricultura das vinhas do Alto Douro e seus accionistas portuenses no ano da fundação de 1756." *Boletim Associação Cultural Amigos do Porto* (34) 3a série: 15-26.

Pires, António Caldeira. 1924. *História do Palácio Nacional de Queluz*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Pires, Amílcar de Gil e. 2009. *Os conceitos de tipo e de modelo em arquitectura*. Artitextos, 241-248. Lisboa: CEFA; CIAUD.

Pires, Amílcar de Gil e. 2014. *A Quinta de Recreio em Portugal*. Lisboa: Edição Caleidoscópio.

Plaza Escudero, Lorenzo de la. 2014. *Dicionário Visual de Arquitectura*. Lisboa: Quimera Editores.

Portela, Ana Margarida; Queirós, Francisco. 2004. "A Casa de Tralhariz: um estudo monográfico." *Douro: Estudos & Documentos* Vol. 9, nº. 17: 59-134.

Portela, Ana Margarida; Queirós, Francisco. 2011. "A Casa Nobre e o Urbanismo: apropriação e criação de espaço público como estratégias de afirmação de poder." In *Actas do II Congresso Internacional Casa Nobre: Um Património para o Futuro*, 533-564. Arcos de Valdevez: Casa das Artes, pp.533-564.

Pereira, Paulo (dir.). 1995. *História da Arte Portuguesa - Do Barroco à contemporaneidade*. Lisboa: Círculo dos Leitores, 3.ºVol.

Proença, Raúl (dir.). 1924-1970. *Guia de Portugal*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal (3.ºVol. - Beira Litoral, Beira Baixa, Beira Alta; 4.ºVol., t. I - Entre Douro e Minho, Douro Litoral; 4.ºVol., t. II - Entre Douro

e Minho, Minho; 5.ºVol., t. I - Trás-os-Montes, Vila Real, Chaves e Barroso; 5.ºVol., t. II - Trás-os-Montes, Lamego, Bragança e Miranda).

Queirós, Carla Sofia Ferreira. 2002. *Os Retábulos da cidade de Lamego e o seu contributo para a formação de uma escola regional. 1680-1780*. Lamego: Câmara Municipal de Lamego.

Queirós, Carla Sofia Ferreira. 2006. "A importância da sede do Bispado de Lamego na difusão da estética retabular: tipologias e gramática decorativa nos séculos XVII-XVIII.", Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 3 vols.

Raggi, Giuseppina. 2003. "Pinturas de fundais e falsos interiores – decorações pictóricas integrais de Pasquale Parente". *Monumentos* 18: 109-117.

Ramos, Anabela. 2009. *Casas Solarengas no concelho de Mangualde*. Mangualde: Câmara Municipal.

Ramos, Anabela; Pedro, Ivone. 1997. *Casas Solarengas no distrito de Viseu*. Viseu: Governo Civil do Distrito de Viseu.

Ramos, Elisabete Araújo. 2011. *Mêda. Entre a serra e o Douro*. Mêda: Três R's – Formação, Turismo e Lazer, Lda.

Reis, Vítor Manuel Guerra dos. 2006. "O Rapto do Observador: invenção, representação e percepção do espaço celestial na pintura de tectos em Portugal no século XVIII." 2 vols. Tese de doutoramento, Universidade de Lisboa.

Resende, Nuno. 2007. *Lamego: um inventário em construção*. Lamego: Diocese, D.L..

Resende, Nuno. 2013. "«É esta Cidade situada a forma de uma lua crescente»: a implantação dos edifícios religiosos e a expansão urbanística de Lamego entre os séculos XVI e XVIII". In *História e património no/do Douro: investigação e desenvolvimento / Atas das 1as Conferências do Museu de Lamego*, 125-137. Lamego: Museu de Lamego. <http://www.museudelamego.gov.pt/wp-content/uploads/2013/10/1%C2%AAs-Atas-Museu-de-Lamego-PDF.pdf>

Resende, Nuno. 2014. "Santos da casa: capelas, devoção e poderes a sul do Douro no memorialismo paroquial de 1758." In *Quintas do Douro: História, Património e Desenvolvimento / Atas das 2as Conferências do Museu de Lamego/CITCEM*, 61-80. Lamego: Museu de Lamego. <http://www.museudelamego.gov.pt/wp-content/uploads/2013/10/2%C2%AAs-Atas-do-Museu-de-Lamego-PDF.pdf>.

Réau, Louis. 1995. *Iconografía del Arte Cristiano*. Tomo I, Vol.2. Iconografía de la Bíblia/Nuevo Testamento. Barcelona: Ediciones del Serbal.

Reis, Maria Cecília B. N. Rodrigues S. 2013. "O Porto e o comércio na segunda metade do século XVIII: a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro e os negócios do vinho." Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras, Universidade do Porto.

Ribeiro, Agostinho; et al.. 2010. *A Casa de Mateus*. Vila Real: Fundação da Casa de Mateus (1.ª ed.2006).

Ribeiro, José Alves. 2000. "Caracterização genérica da região vinhateira do Alto Douro." *Douro – Estudos & Documentos*, vol.V (10), 2000: 11-20.

Ribeiro, José Alves. 2007. "Casas solarengas e outras casas e quintas da freguesia de Vilar de Maçada (Alijó)." *Estudos transmontanos e durienses* 13: 215-246.

Ribeiro, José Alves. 2012. "O fabuloso solar dos Drago em Cabêda." *Tellus: Revista de cultura transmontana e duriense* 56: 57-60.

Ribeiro, José Alves. 2015. *Crónicas da nossa freguesia – Fidalgos e plebeus*. Vilar de Maçada: Edição de autor.

Ribeiro, José Carlos Ribeiro da. 2007. “A Casa Nobre no Concelho de Lousada.” Dissertação de Mestrado em História de Arte em Portugal, Universidade do Porto, 2 vols..

Ribeiro, Orlando. 2000. *Geografia de Portugal*, 4 vols. Lisboa: Edições João Sá da Costa.

Ribeiro, Orlando. 2013. *Geografia e Civilização – temas portugueses*. Lisboa: Livraria Letra Livre.

Rocha, Manuel Joaquim Moreira da. 2010. “Manifestações do barroco português: casas e quintas com capela.” In *A Encomenda. O Artista. A Obra*, coord. Natália Ferreira-Alves, 325-341. Porto: CEPESE:

Rocha, Pinto da. 1993. *Monografia de S. Mamede de Ribatua*. São Mamede de Ribatua: Junta de Freguesia.

Rodrigues, Adriano Vasco. 2002. *Terras de Mêda. Natureza, Cultura e Património*. Mêda: Câmara Municipal da Mêda, 2.ª edição (1.ª ed., 1983)

Rodrigues, Ana Rita Duarte. 2015. “As pinturas de tectos em caixotões no Norte de Portugal dos séculos XVII e XVIII. Estudo Técnico, material e de conservação.” Tese de Doutoramento, Escola das Artes, Universidade Católica do Porto.

Rodrigues, Luís Alexandre. 1997. *Bragança no século XVIII: urbanismo, arquitectura*. Bragança: Junta de Freguesia da Sé [Edição reimpressa da dissertação de mestrado em História da Arte apresentada na Universidade do Porto, 1995.]

Rodrigues, Luís Alexandre. 2001. “De Miranda a Bragança: arquitectura religiosa de função paroquial na época moderna.” Tese de Doutoramento, Universidade do Porto, 3 vols.

Rodrigues, Luís Alexandre. 2002. “Subsídios para o estudo da arquitectura civil transmontana no período moderno: residências paroquiais.” *Brigantia: revista de cultura* Vol.22, n.º1/2: 105-148.

Rodrigues, Luís Alexandre. 2005. *Arte da talha dourada e policromada no Distrito de Bragança. Documentos. Séculos XVII-XVIII*. Mirandela: João Azevedo Editor.

Rodrigues, Luís Alexandre. 2007. “Mestres de obras de arquitectura e sociedades. A construção de pontes na Beira Alta e em Trás-os-Montes no século XVII.” In *Artistas e Artífices e sua Mobilidade no Mundo de Expressão Portuguesa* (Actas do VII Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte), Coord. Natália Ferreira-Alves, 273-286. Porto: CEPESE.

Rodrigues, Luís Alexandre. 2008. “Contributos artísticos de estrangeiros na região ocidental de Trás-os-Montes e oficinas locais. Século XVI-XVIII.” In *Artistas e artífices no mundo de expressão portuguesa*, Coord. Natália Marinho Ferreira-Alves, 93-111. Porto: CEPESE.

Rodrigues, Luís Alexandre. 2009. “Património edificado no concelho de Moncorvo e interações artísticas regionais.” In *Moncorvo. Da Tradição à Modernidade*, 117-152. Porto: Ed. Afrontamento/CEPSE.

Rosa, Maria de Lurdes. 2005. «“AS ALMAS HERDEIRAS”. Fundação de capelas fúnebres e afirmação da alma como sujeito de direito (Portugal, 1400-1521)». Tese de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa.

Roseira, Arnaldo 1944. “A flora da província de Trás-os-Montes e Alto Douro: estudo de distribuição geográfica”. Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra

Rossa, Walter. 2002. *A cidade Portuguesa*. Coimbra: Almedina.

Saavedra, José Augusto Pinto da Cunha. 1935. "Famílias de Provezeende." In Separata do livro *Provezeende*, Lisboa: [s.n.].

Sampaio, Mário. 1991. *Vilar de Maçada em roteiro*. Vila Real: Minerva Transmontana.

Santos, Cândido dos. 2006. "O Porto e a instrução pública: a Academia Real da Marinha e Comércio (1803-1837)." In *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*, vol. I, 415-428. Porto: Universidade do Porto/Faculdade de Letras.

Santos, Reinaldo dos. 1962. *A pintura de tectos no século XVIII em Portugal*, N.18. Lisboa: Belas Artes.

Saraiva, José António (dir). 1999. *100 casas para sonhar: turismo de habitação*. [Lisboa]: Expresso.

Saraiva, José António. 1985. *O palácio de Belém com seus hóspedes, os seus segredos e a sua vida quotidiana*. Lisboa: Inquérito.

Sarto, Raffaella. 2001. *Casa e família. Habitar, comer e vestir na Europa Moderna*. Lisboa: Editorial Estampa (1.ª ed.: 1999).

Seixas, Miguel de. 2012. "Bibliografia de heráldica medieval portuguesa." in *Bibliografia crítica da produção historiográfica respeitante à heráldica portuguesa nos séculos XX e XXI*, 527-575. Lisboa: IEM / CLEGH / Caminhos Romanos.

Seixas, Miguel de. 2014. "O uso da heráldica no interior da casa senhorial portuguesa do Antigo Regime: propostas de sistematização e entendimento." in *A Casa Senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro. Anatomia dos Interiores*, Coord. Isabel Mendonça, Marize Malta, Hélder Carita, 87-109. Lisboa, Rio de Janeiro: Instituto de História da Arte/FCSH-UNL.

Senos, Nuno. 2002. *O Paço da Ribeira: 1501-1581*. Lisboa: Notícias Editorial.

Sequeira, Gustavo de Matos. 1961. *O Palácio Nacional da Ajuda: resenha histórica*. Lisboa: [s.n.].

Sequeira, Matos. 1950. *Palácios e solares portugueses*. Porto: Lello.

Serrão, Joel; Marques, A.H. (dir.). 1987-2004. *Nova história de Portugal*. Lisboa: Presença, 12 vols. (Vol. VII - Portugal da paz da Restauração ao ouro do Brasil, coord. Avelino de Freitas de Meneses; Artur Boavida Madeira et. al., 2001).

Serrão, Vítor. 2003. *História da Arte em Portugal – O Barroco*. Lisboa: Editorial Presença.

Sião, José. 1993. *Por terras de Mêda*. [Guarda]: Tip. Marques & Pereira.

Silva, António Lambert Pereira da (coord). 1988, *Nobres Casas de Portugal*. Porto: Livraria Tavares Martins, 5 Vols.

Silva, Armando Malheiro da. 1989-1996. *Casas armoriadas do Concelho dos Arcos de Valdevez: subsídios para o estudo da nobreza arcoense*. Arcos de Valdevez: Câmara Municipal, 4 vols.

Silva, Celestino José da. 2003. "António José de São Payo, 1.º Conde de São Payo (1720-1803): Donatário, Guerreiro e Homem de Corte." Dissertação de mestrado, Universidade do Porto.

Silva, Isabel (coord); Anafre (Associação Nacional de Freguesias). 1997. *Dicionário enciclopédico das freguesias*. Freixieiro: Minhaterra, Estudos Regionais de Produção e Consumo.

Silva, João Pedro Neves Petersen. 2015. "Tipologia e evolução de escadarias palacianas nos séculos XVII e XVIII. Casos de Lisboa". Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa.



- Silva, José Custódio Vieira da. 1995. *Paços Medievais Portugueses*. Lisboa: IPPAR.
- Silva, José Emílio Esteves da. 2010. "O Património Cultural da Freguesia da Cumieira." Dissertação de Mestrado, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- Simões, J. M. dos Santos. 2010. *Azulejaria em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Simões, João Miguel dos Santos. 1973. *Palácio Ducal de Vila Viçosa. Ducal Palace in Vila Viçosa. Le Palais Ducal de Vila Viçosa*. Lisboa: Sec. Estado da Informação e Turismo.
- Smith, Robert. 1949a. "A Arte Barroca de Portugal e do Brasil." *Panorama. Revista Portuguesa de Arte e Turismo* n.º38, Vol. VII: s.p.
- Smith, Robert. 1949b. "The development of baroque art in Portugal and Brazil." In *XVI Congrès International d'histoire de l'art*, Vol.I: Rapports et communications. Porto: [s.n.] (Vila Nova de Famalicão: Oficina Gráf. Minerva), 97-102.
- Smith, Robert. 1966. *Nicolau Nasoni, arquitecto do Porto*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Smith, Robert. 1968. *The art of Portugal 1500-1800*. London: Weidenfeld and Nicolson.
- Smith, Robert. 1971. "Baroque and rococo Braga: documenting eighteenth-century architecture and sculpture in Northern Portugal." In *Proceedings of the American Philosophical Society* V. 115 (June): 214-220. Philadelphia: American Philosophical Society.
- Smith, Robert. 1973. *André Soares: arquitecto do Minho*. [Lisboa]: Livros Horizonte
- Soares, António Manuel da Rocha. 2005. *Sabrosa. Da Pré-História à Actualidade*. Sabrosa: Câmara Municipal de Sabrosa.
- Soares, José Afonso de Oliveira. 1979. *História da vila e concelho do Peso da Régua*. Régua: Câmara Municipal de Peso da Régua.
- Soromenho, Miguel. 2009. *A Arquitectura do Ciclo Filipino*. Lisboa: Fubu Editores.
- Sousa, Fernando de (coord.). 2009. *Moncorvo – da Tradição à Modernidade*. Porto: Edições Afrontamento/CEPESE.
- Sousa, Fernando de. 2003. "A Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756-1978)." In *Os Arquivos da Vinha e do Vinho no Douro*. Porto: CEPESE - Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade /Ed. Afrontamento.
- Sousa, Fernando de. 2007. "O Alto Douro: da demarcação pombalina à classificação de património mundial." *População e sociedade* 13: 19-30.
- Sousa, Fernando de. 2008a. "A Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro ou a Real Companhia Velha (1756-1852).", 155-171. In *Catálogo da Exposição Barão de Forrester: Razão e Sentimento. Uma História do Douro (1831-1861)*. Régua: Museu do Douro.
- Sousa, Fernando de; Gonçalves, Silva. 1987. *Memórias de Vila Real*. 2 vols. Vila Real: Arquivo Distrital de Vila Real / Câmara Municipal de Vila Real.
- Sousa, Fernando de; Pereira, Conceição. 2008b. *O Brasil, o Douro e a Real Companhia Velha (1756-1834)*. Porto: CEPESE - Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade: Real Companhia Velha.

- Sousa, Fernando de; Pereira, Gaspar Martins. 1988. *Alto Douro – Douro Superior*. Coleção Novos Guias de Portugal. Lisboa: Editorial Presença.
- Sousa, Fernando de; Silva, Francisco Ribeiro da. 2006. *A Real Companhia Velha: companhia geral da agricultura das vinhas do alto Douro: 1756-2006*. Porto: CEPESE - Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade.
- Sousa, Fernando de; Vieira, Francisco; Dias, Joana. 2001. “Uma devassa terrível ao Alto Douro (1771-1775)”. *População e sociedade* 9: 151-276.
- Sousa, Gonçalo Vasconcelos e. 1996. “A Casa Grande de Freixo de Numão. Perspectivas sócio-artísticas.”, 10-13. In *Tempos áureos de Freixo de Numão – A arte sacra e diplomática: séc. XIV/XIX*. Porto: Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa.
- Sousa, José de Campos e. 1959-1960. “Macedos de Vilar de Maçada e outros....” *Armas e Troféus: Revista de História e Arte* S.2, t.1: 162-174.
- Sousa, Júlio Rocha e. 2004. *Armamar e o Rio Douro*. Viseu: J.R. Sousa.
- Stoop, Anne de. 2000. *Palácios e casas senhoriais do Minho*. Trad. Aureliano Sampaio. Porto: Civilização Editores.
- Stopp, Anne de. 2015. *Arquitectura senhorial do Minho*. Porto: Caminhos Romanos.
- Tavares, Virgílio. 2001. *Conheça a nossa terra Vila Flor*. Guimarães: Edição Cidade Berço.
- Távora, Fernando. 1947. “O Problema da Casa Portuguesa.” *Cadernos de Arquitectura* 1: 1-13.
- Teixeira, Júlio A.. 1946-1952. *Fidalgos e morgados de Vila Real e seu termo. Genealogias brações vínculos*. Vila Real: Imprensa Artística, 4 volumes.
- Toro, Bandeira de. 1946. *O Concelho do Peso da Régua*. Régua: [s.n.].
- Trabulo, Márcia. 1984. *Elementos para uma monografia de Vila Nova de Foz Côa*. Vila Nova de Foz Côa: Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa.
- Trigo, Maria Olimpia. 1989. *Breves notícias históricas do Município de Vila Flor*. Vila Flor: [s.n.].
- Trigueiros, Luís Forjaz (dir.). 1991. *A tradição de Portugal = Portuguese manor houses*. [S.l.] : Inapa.
- Trindade, Luísa. 2002. *A casa corrente em Coimbra — dos finais da Idade Média aos inícios da Época Moderna*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra.
- Turihab. 1999. *Solares de Portugal*. Ponte de Lima: TURIHAB - Associação do Turismo de Habitação.
- Valle, Maria Isabel Silveiras de Lucena Vilhegas do. 2012. “Análise multivariada aplicada à caracterização de vinhos: estudo em vinhos da região demarcada do Douro.” Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra.
- Vaquero, Manuela. 2016. “Transcrição do Auto de Contas.” (Auto de Contas da Mitra de Lamego 1735/1736) *INventa MUSEU - Revista da Secção de Inventário* n.º5: 22-395. [https://drive.google.com/file/d/1Qmhc8zKKf2eqN\\_BvPVRkkGeRLrYxKbDf/view](https://drive.google.com/file/d/1Qmhc8zKKf2eqN_BvPVRkkGeRLrYxKbDf/view)
- Vaz, Ricardo Miguel Marques Araújo. 2008. “Reabilitação do Solar dos Belezas: caracterização, diagnóstico das anomalias construtivas, vulnerabilidade sísmica e intervenção.” Dissertação de Mestrado em Engenharia Civil, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Veiga, Ana Motta. 2012. “Questões de sucessão: a extinção do morgadio e a importância das fundações para a salvaguarda patrimonial.” In *Palcos da Arquitectura*, Coord. Conceição Trigueiros. Vol. II, 302-310. Lisboa: Ed. Academia de Escolas de Arquitectura e Urbanismo de Língua Portuguesa.

Veiga, Ana Motta; Aguiar, José Aguiar. 2013. “De residência permanente a casa de campo. Transformações da Casa Nobre na segunda metade do século XIX: a Casa de Mateus e a Casa da Ínsua”. Comunicação apresentada in *III Encontro CITCEM Paisagem - (I)Materialidade*, 21 a 24 de Novembro de 2013. Porto: Faculdade de Arquitectura e Faculdade de Letras, Universidade do Porto. Disponível in <http://www.citcem.org/3encontro/docs/pdf/21%20Novembro/Sess%C3%A3o%204/60%20-%20Ana%20Veiga%20+%20Jose%20Aguiar%20-%20paper.pdf>

Viterbo, Sousa. 1988. *Dicionário histórico e documental dos arquitectos, engenheiros e construtores portugueses*. [Lisboa]: Imprensa Nacional-Casa da Moeda (Fac-símile da ed. de: Lisboa: Imprensa Nacional, 1899-1922).

Wiebenson, Dora. 1988. *Los tratados de Arquitectura. De Alberti a Ledoux*. Trad. Pilar Vazquez Alvarez. Madrid: Ed. H. Blume.

Zúquete, Afonso Eduardo Martins (dir.). 1960-1989. *Nobreza de Portugal e do Brasil: Bibliografia, biografia, cronologia, filatelia, genealogia, heráldica, história, nobiliarquia, numismática*. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, 3 Volumes.

Zúquete, Afonso Eduardo Martins. 1961. *Armorial Lusitano: genealogia e heráldica*. Lisboa: Editorial Enciclopédia.

### 1.3. Recursos electrónicos

Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto (IVPD). 2018. “Região”.  
<https://www.ivdp.pt/pagina.asp?codPag=16&codSeccao=4&idioma=0>

#### DGPC – Direcção Geral do Património Cultural

DGPC – Direcção Geral do Património Cultural. 2016. “Palácio de Mateus.” Criado por Rosário Carvalho. <http://www.patrimoniocultural.pt/en/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/71128>.

DGPC – Direcção Geral do Património Cultural. 2016. “Capela de Nossa Senhora do Loreto.” Criado por Rosário Carvalho. <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/75049/>.

DGPC – Direcção Geral do Património Cultural. 2016. “Solar da Família Vaz Osório.” Criado por Rosário Carvalho. <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/74056>.

DGPC – Direcção Geral do Património Cultural. 2016. “Solar dos Silveiras, também denominado «Casa da Família do General Silveira».” Criado por Rosário Carvalho. <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/71517>.

DGPC – Direcção Geral do Património Cultural. 2016. “Casa e Quinta do Covelo.” Criado por A. Martins. <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/156241/>.

- DGPC – Direcção Geral do Património Cultural. 2016. “Casa da Azenha.” Criado por A. Martins. <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/6905608>.
- DGPC – Direcção Geral do Património Cultural. 2016. “Casa das Brolhas.” Criado por Direcção Geral do Património Cultural. <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/73817>.
- DGPC – Direcção Geral do Património Cultural. 2016. “Casa e Quinta de Santana.” Criado por Rosário Carvalho. <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/6031731>.
- DGPC – Direcção Geral do Património Cultural. 2016. “Casa da Quinta do Côtto.” Criado por Rosário Carvalho. <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/156232>.
- DGPC – Direcção Geral do Património Cultural. 2016. “Solar de Maria Vaz.” Criado por Catarina Oliveira, 2016. <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/82166071>.
- DGPC – Direcção Geral do Património Cultural. 2016. “Casa dos Barros.” Criado por Sílvia Leite / DIDA / IGESPAR, I.P. / 22-08-2007. <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/82166071>.
- DGPC – Direcção Geral do Património Cultural. 2016. “Casa do Fundo de Vila.” Criado por Sílvia Leite / DIDA / IGESPAR, I.P. / 22-08-2007. <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/7940901>.
- DGPC – Direcção Geral do Património Cultural. 2016. “Casa dos Beleza.” Criado por Rosário Carvalho. <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/7940953>.
- DGPC – Direcção Geral do Património Cultural. 2016. “Casa da Calçada.” Criado por Catarina Oliveira, DIDA / IGESPAR, I.P. / Abril de 2009. <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/5093440>.
- DGPC – Direcção Geral do Património Cultural. 2016. “Conjunto Arquitectónico do Largo da Praça e Rua Direita de Favaio.” Criado por Paulo Fernandes | DIDA | IGESPAR, I. P. 16.08.2007, adapt. Processo de Classificação (DRP do ex-IPPAR). <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/10717661>.
- DGPC – Direcção Geral do Património Cultural. 2016. “Casa dos Condes de Murça.” Criado por Catarina Oliveira DIDA/ IGESPAR, I.P./ Agosto de 2009. <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/13436852>.
- DGPC – Direcção Geral do Património Cultural. 2016. “Solar do Paço Episcopal do Largo da Igreja de Trevões.” Criado por Paulo Fernandes | DIDA | IGESPAR, I.P. 30.07.2007. <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/341944>.

DGPC – Direcção Geral do Património Cultural. 2016. “Solar da família Caiado Ferrão, incluindo a capela anexa com o seu recheio.” Criado por Rosário Carvalho.

<http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/75010>.

DGPC – Direcção Geral do Património Cultural. 2016. “Praça da República.” Criado por Catarina Oliveira, IPPAR/ 2006.

<http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/5892263>.

DGPC – Direcção Geral do Património Cultural. 2016. “Casa de Azevedo e capela.” Criado por Rosário Carvalho.

<http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/71070>.

DGPC – Direcção Geral do Património Cultural. 2016. “Capela de Nossa Senhora dos Prazeres.”

Criado por Catarina Oliveira, GIF/IPP/ 18 de Setembro de 2006.

<http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/73343>.

DGPC – Direcção Geral do Património Cultural. 2016. “Capela do Sagrado Coração de Jesus de Moncorvo, com toda a sua talha, órgão, quadros e demais recheio.”

Criado por Rosário Carvalho.

<http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/73345>.

DGPC – Direcção Geral do Património Cultural. 2016. “Capela de Santo António.” Criado por Rosário Carvalho.

<http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/73344>.

DGPC – Direcção Geral do Património Cultural. 2016. “Casa de Nossa Senhora da Conceição.”

Criado por Rosário Carvalho.

<http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/74987>.

DGPC – Direcção Geral do Património Cultural. 2016. “Casa Grande de Freixo de Numão.” Criado por Rosário Carvalho.

<http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/74478>.

DGPC - Direcção Geral do Património Cultural. 2016. “Solar dos Donas Botto Pinto, também

designado Casa de João Marçal.” Criado por Catarina Oliveira, DIDA/ IGESPAR, I. P./ Outubro de

2011. <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/71731>.

DGPC – Direcção Geral do Património Cultural. 2016. “Quinta da Areeira.” Criado por Catarina Oliveira, 2003.

<http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/72258>.

DGPC – Direcção Geral do Património Cultural. 2016. “Solar de Sampaio.” Criado por Rosário Carvalho.

<http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/73313>.

#### *SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico*

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Casa Magalhães

Coutinho.” Criado por Gustavo Almeida 2005.

[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=23827](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=23827).

- SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Solar dos Cunha”. Criado por Gustavo Almeida, 2004, 2005.  
[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=23825](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=23825)
- SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Casa dos Morgados de Gouvinhas”. Criado por Paula Noé, 2005.  
[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=23430](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=23430)
- SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Solar do Conde de Vinhais”. Criado por Paula Noé, 2003.  
[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=11985](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=11985)
- SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Casa nobre na Rua Direita n.º23 a 25 / Café Snack-Bar O Toca”. Criado por Paula Noé, 2008.  
[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=22694](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=22694)
- SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Casa do Seixo com Capela de Santa Rita”. Criado por Paula Noé, 2009.  
[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=27144](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=27144)
- SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Casa dos Morgadinhos de Murça”. Criado por Paula Noé, 2009.  
[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=27140](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=27140)
- SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Casa de Manuel Seixas Veloso”. Criado por Paula Noé, 2009.  
[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=27143](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=27143)
- SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Casa de Frei Inácio Cardoso”. Criado por Paula Noé, 2009.  
[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=27145](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=27145)
- SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Casa de Nossa Senhora da Conceição / Casa de Cedovim / Casa Grande”. Criado por Margarida Conceição, 1992.  
[http://www.monumentos.gov.pt/site/app\\_pagesuser/SIPA.aspx?id=2999](http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=2999)
- SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Casa das Laranjeiras”. Criado por Paula Noé, 2009.  
[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=27141](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=27141)
- SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Casa dos Condes de Murça”. Criado por Paula Noé, 2009.  
[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=27142](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=27142)
- SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Casa dos Pinheiros de Aragão”. Criado por Sónia Basto, 2013.  
[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=11163](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=11163)
- SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Casa do Granjão”. Criado por Isabel Sereno, 1998.  
[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=5814](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5814)



SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Casa dos Fragosos”. Criado por Paula Noé, 2009. [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=27421](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=27421).

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Capela das Sete Esquinas / Capela de Nossa Senhora do Desterro”. Criado por Ricardo Teixeira e Miguel Rodrigues, 1999; e Paula Noé, 2009. [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=6436](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6436).

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Solar dos Ochoas/Cozinha dos Solar dos Ochoas”. Criado por Alexandra Cerveira, 1997. [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=2368](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2368).

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Casa da Praça”. Criado por Paula Noé, 2005. [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=22763](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=22763).

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Casa da Quinta do Bairro”. Criado por Paula Noé, 2008. [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=27091](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=27091).

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Casa da Porta da Vila”. Criado por Paula Noé, 2008. [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=24822](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=24822).

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Palácio de Mateus”. Criado por Isabel Sereno, 1994; e Paula Noé, 2006. [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=5990](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5990).

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Jardim do Solar de Mateus”. Criado por Paula Simões, 1999; e Paula Noé, 2006; e actualizado por Luísa Estadão, 2007. [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=7011](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=7011).

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Casa dos Taveira Pimentel e Capela de Nossa Senhora do Loreto”. Criado por Isabel Sereno, 1994 e Paula Noé, 2012. [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=5775](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5775).

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Casa da Quinta dos Pinheiros/Solar dos Lencastres”. Criado por Paula Noé, 2009. [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=12167](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=12167).

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Casa da Quinta do Meio”. Criado por Paula Noé, 2009. [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=12168](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=12168).

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Solar da Quinta do Serrado”. Criado por Paula Noé, 2009. [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=27785](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=27785).

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Solar dos Viscondes de Santa Marta / Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião”. Criado por Paula Noé, 2009. [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=27519](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=27519).

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Casa Grande da Persegueda”. Criado por Paula Noé, 2004. [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=22349](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=22349).

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Casa Grande / Solar Casa Grande.” Criado por Paula Noé, 2008.

[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=11043](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=11043).

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Solar da Família Vaz Osório.” Criado por Isabel Sereno, 1994; e, Paula Noé, 2009.

[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=5977](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5977).

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Casa da Quinta das Casas Novas.” Criado por Paula Noé, 2004.

[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=22368](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=22368).

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Solar dos Silveiras / Casa da família do General Silveira.” Criado por Isabel Sereno, 1994; e, Paula Noé, 2009.

[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=3662](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3662).

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Casa do Côvelo.” Criado por Isabel Sereno, 1996.

[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=5895](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5895).

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Quinta das Brolhas / Casa das Brolhas.” Criado por João Carvalho, 2001.

[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=21649](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=21649).

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Casa de Santa Cruz / Casa dos Serpas / Tribunal do Trabalho de Lamego.” Criado por Sónia Basto, 2011.

[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=16339](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=16339).

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Casa dos Pereira Coutinho / Casa dos Vilhenas / Sede da Santa Casa da Misericórdia de Lamego.” Criado por João Carvalho, 1999; e actualizado por Sónia Basto, 2011.

[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=7195](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=7195).

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Casa do Assento / Solar dos Padilhas / Turismo do Douro.” Criado por João Carvalho, 2001.

[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=14040](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=14040).

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Casa das Brolhas.” Criado por João Carvalho, 1997; e actualizado por Lúcia Pessoa, 1998.

[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=4303](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4303).

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Jardim da Casa das Brolhas.” Criado por Luísa Estadão, 2004.

[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=24097](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=24097).

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Paço Episcopal de Lamego / Museu de Lamego.” Criado por João Carvalho, 1999, e actualizado por Paula Figueiredo, 2002.

[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=6669](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6669).

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Casa da Quinta da Azenha e Capela.” Criado por João Carvalho, 2002.

[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=11356](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=11356).

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Casa do Salgueiral.” Criado por Paula Noé, 2004. [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=21809](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=21809).

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Solar da Quinta do Paço.” Criado por Paula Noé, 2003. [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=11316](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=11316).

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Casa de Valdourigo.” Criado por Paula Noé, 2004. [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=21810](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=21810).

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Casa de Santiago.” Criado por Isabel Sereno, 1998. [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=5815](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5815).

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Casa do Vale do Couto / Auditório Municipal.” Criado por Paula Noé, 2009. [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=22411](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=22411).

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Solar da Rede.” Criado por Paula Noé, 2004. [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=11028](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=11028).

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Casa da Picota.” Criado por Paula Noé, 2009. [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=9573](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=9573).

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Casa da Quinta do Cabo da Vila.” Criado por Ricardo Teixeira e Isabel Sereno, 1996. [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=5764](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5764).

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Casa dos Negrões / Casa Albergaria / Lar dos Estudantes.” Criado por Paula Noé, 2009. [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=21814](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=21814).

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Casa dos Guedes.” Criado por Paula Noé, 2009. [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=27420](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=27420).

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Casa de Sant'Ana / Solar de Sant'Ana.” Criado por Isabel Sereno, 1998; e Paula Noé, 2011. [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=4185](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4185).

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “**Casa das Torres.**” Criado por Isabel Sereno, 1998. [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=5818](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5818).

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “**Casa do Terreiro / Casa do Taveira.**” Criado por Ricardo Teixeira e Isabel Sereno, 1996. [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=4166](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4166).

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “**Casa do Outeiro / Casa de Valadares.**” Criado por Ricardo Teixeira e Isabel Sereno, 1996. [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=4169](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4169).

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “**Casa da Quinta do Côtto.**” Criado por Ricardo Teixeira e Isabel Sereno, 1996. [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=5944](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5944).

- SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. **“Paço de Cidadelhe e Quinta / Quinta do Paço.”** Criado por Ricardo Teixeira e Isabel Sereno, 1996.  
[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=5765](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5765).
- SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. **“Casa do Paço.”** Criado por Paula Figueiredo, 2002.  
[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=14317](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=14317).
- SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. **“Casa Grande de Travanca.”** Criado por Paula Figueiredo, 2002.  
[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=15776](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=15776).
- SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. **“Solar dos Cardoso Meneses.”** Criado por Paula Figueiredo, 2002.  
[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=15775](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=15775).
- SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. **“Solar das Bem Haja.”** Criado por Gustavo Almeida, 2002.  
[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=16822](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=16822).
- SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. **“Solar do Fundo da Vila.”** Criado por Gustavo Almeida, 2002.  
[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=7883](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=7883).
- SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. **“Solar setecentista no Largo do Terreiro.”** Criado por Gustavo Almeida, 2002.  
[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=7888](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=7888).
- SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. **“Solar dos Regos / Solar dos Regos de Gouveia / Solar dos Gouveia de Vasconcelos Sarmento / Solar dos Gouveia Falcão Sarmento de Vasconcelos / Solar dos Guedes Sarmento.”** Criado por Gustavo Almeida, 2006.  
[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=11607](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=11607).
- SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. **“Solar dos Regos / Paço do Bispo.”** Criado por Gustavo Almeida, 2006.  
[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=11612](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=11612).
- SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. **“Solar dos Gouveias Couraças.”** Criado por Gustavo Almeida, 2006.  
[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=7901](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=7901).
- SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. **“Casa setecentista na Rua Engenheiro Boaventura Gonçalves de Freitas.”** Criado por Gustavo Almeida, 2006.  
[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=7899](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=7899).
- SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. **“Solar dos Pereira Lagos.”** Criado por Paula Noé, 2007.  
[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=11051](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=11051).
- SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. **“Câmara Municipal de Sabrosa / Tribunal Judicial de Sabrosa.”** Criado por Paula Noé, 2003.  
[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=9569](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=9569).
- SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. **“Casa dos Barros / Solar dos Canavarros de Barros.”** Criado por Paula Noé, 2003.  
[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=11049](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=11049).

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Casa de Santa Catarina.” Criado por Paula Noé, 2005.

[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=22761](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=22761).

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Casa do Fundo da Vila.” Criado por Paula Noé, 2005.

[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=22764](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=22764).

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Casa do Terreiro / Casa dos Aguiarés.” Criado por Paula Noé, 2012.

[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=33983](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=33983).

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Casa dos Ribeiros / Casa dos Belezas / Casa da Comba.” Criado por Paula Noé, 2012.

[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=22765](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=22765).

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Casa da Praça.” Criado por Paula Noé, 2005. [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=22763](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=22763).

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Casa do Santo.” Criado por Paula Noé, 2008. [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=22760](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=22760).

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Casa do Visconde de Chancelheiros.” Criado por Paula Noé, 2003.

[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=17438](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=17438).

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Casa do Bucheiro.” Criado por Paula Noé, 2012. [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=12925](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=12925).

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Casa da Fonte e Capela de São Francisco.” Criado por Paula Noé, 2009.

[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=11054](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=11054).

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Casa dos Pizzaro Portocarreiro / Centro Social de Vilar de Maçada / Centro de Dia para Idosos e de Atividades de Tempos Livres.” Criado por Armando Redentor e Carla Cruz, 2002.

[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=12685](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=12685).

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Casa da Fonte.” Criado por Paula Noé, 2008. [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=26766](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=26766).

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Casa brasonada dos Pinto Pimentel / Edifício dos Correios, Telégrafos e Telefones, CTT, de Vilar de Maçada.” Criado por Paula Noé, 2008. [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=26767](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=26767).

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Solar dos Cardoso e Cunha.” Criado por Paula Noé, 2011.

[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=11986](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=11986).

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Casa Paroquial de Sanfins do Douro.” Criado por Paula Noé, 2008.

[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=26824](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=26824).

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Casa e Capela da Família Santos Melo / Casal de São José.” Criado por Paula Noé, 2011.

[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=32383](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=32383).

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Solar dos Sepúlvedas /Casa de São Jorge.” Criado por Paula Nóe, 2003.

[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=11982](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=11982).

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Casa de Santo António / Solar dos Pinhos.” Criado por Paula Nóe, 2008.

[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=11983](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=11983).

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Núcleo urbano de Favaios / Conjunto arquitectónico do Largo da Praça e Rua Direita de Favaios.” Criado por Rita Vale, 2013.

[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=29520](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=29520).

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Casa da Obra.” Criado por Paula Nóe, 2005.

[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=22632](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=22632).

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Casa e Capela do Santíssimo.” Criado por Paula Noé, 2008.

[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=26553](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=26553).

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Solar de Sampaio.” Criado por Ernesto Jana, 1994; Marisa Costa, 2001.

[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=2360](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2360).

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Casa Brasonada de Casal de Loivos.” Criado por Paula Noé, 2004.

[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=11984](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=11984).

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Casa do Adro / Casa dos Corte Real.” Criado por Paula Figueiredo, 2002.

[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=13387](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=13387).

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Casa dos Francos.” Criado por Paula Figueiredo, 2002.

[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=13384](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=13384).

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Solar do Paço Episcopal de Trevões.” Criado por Paula Figueiredo, 2002.

[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=13362](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=13362).

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Solar da Família Caiado Ferrão e a Capela com seu recheio.” Criado por Lina Marques, 1998.

[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=3714](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3714).

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Casa do Adro / Casa dos Almeida Coutinho.” Criado por Paula Figueiredo, 2002.

[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=13361](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=13361).

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Praça da República.” Criado por Lina Marques, 1998.

[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=6185](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6185).

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Solar dos Pinto.” Criado por Sónia Basto, 2012.

[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=13333](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=13333).

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Solar em São João da Pesqueira.” Criado por Sónia Basto, 2002.

[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=34063](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=34063).



SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Casa de Azevedo / Casa da Torre das Pedras / Quinta da Corredoura e Capela.” Criado por Lina Marques, 1998.  
[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=3787](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3787).

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Casa dos Saavedra/ Casa do Cão.” Criado por Paula Figueiredo, 2002; e Sónia Basto, 2011.  
[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=13296](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=13296).

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Solar dos Melo.” Criado por Sónia Basto, 2011. [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=13302](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=13302).

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Casa do Adro.” Criado por Sónia Basto, 2011. [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=13303](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=13303).

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Casa da Torre.” Criado por Paula Figueiredo, 2002.  
[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=13301](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=13301).

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Capela do Sagrado Coração de Jesus.” Criado por Ernesto Jana, 1994; e Sandra Alves, 2006.  
[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=384](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=384).

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Solar dos Pimentéis.” Criado por Paulo Amaral e Miguel Rodrigues, 1997; e Sandra Alves, 2006.  
[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=2362](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2362).

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Solar dos Tenreiros.” Criado por Sandra Alves, 2006.  
[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=24144](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=24144).

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Casa dos Vasconcelos / Solar dos Douteís e Capela de Nossa Senhora dos Prazeres.” Criado por Ernesto Jana, 1994; e Sandra Alves, 2006. [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=698](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=698).

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Casa Brasonada na Rua Infante D. Henrique / Biblioteca Municipal de Torre de Moncorvo.” Criado por Paula Figueiredo, 2003. [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=19304](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=19304).

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Casa dos Lemos / Solar dos Lemos.” Criado por Sandra Alves, 2006.  
[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=9028](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=9028).

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Solar do Largo do Soto e Capela de Nossa Senhora do Rosário.” Criado por Alexandra Cerveira, 1999.  
[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=7145](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=7145).

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Quinta da Areeira / Solar dos Cancelos / Solar dos Seixas.” Criado por Cecília Matias, 1997.  
[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=1406](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1406).

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Câmara Municipal de Mêda.” Criado por Paula Figueiredo, 2002 e Sandra Alves, 2006.  
[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=1341](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1341).

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Solar das Casas Novas.” Criado por Filomena Bandeira, 1997.  
[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=11260](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=11260).

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2014. “Casa Brasonada de Avantos.” Criação e última actualização por Paula Figueiredo, 2003.  
[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=19091](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=19091).

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2014. “Solar do Morgado de Vilarelhos.” Criação e última actualização por Alexandra Cerveira, 1997.  
[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=560](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=560).

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Casa de Almendra / Solar do Visconde de Almendra / Solar dos Viscondes do Banho.” Criado por Margarida Conceição, 1992 e Sandra Alves, 2006. [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=3001](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3001).

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Quinta do Vale Cheiroso / Quinta do Vale Cheinho.” Criado por Paula Figueiredo, 2006.  
[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=25065](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=25065).

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Casa Grande de Freixo de Numão / Museu de Etnografia da Casa Grande.” Criado por Margarida Conceição, 1992; e Sandra Alves, 2006. [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=2998](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2998).

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Solar dos Donas-Botto / Casa do Senhor do Cruzeiro.” Criado por Ana Filipe, 2011.  
[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=24120](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=24120).

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Casa Brasonada em Santa Comba / Casa dos Campos.” Criado por Ana Filipe e Sónia Basto, 2013.  
[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=18565](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=18565).

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Solar dos Donas-Botto Pinto.” Criado por Margarida Conceição, 1992 / Ana Filipe, 2011.  
[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=3003](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3003).

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Casa Grande / Solar da Família Aguilar.” Criado por Paula Figueiredo, 2002 / Ana Filipe, 2013.  
[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=11424](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=11424).

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. 2016. “Casa do Terreiro / Casa do Engenheiro.” Criado por Ana Filipe, 2012.  
[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=34016](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=34016).

### **Outros**

Casa de Casal de Loivos. 2016. “A Casa”. Criado por Casa de Casal de Loivos, 2010.  
<http://www.casadecasaldeloivos.com/pt/casa.html>

Casa dos Barros. 2016. “Sobre Nós.” Criado por Casa dos Barros, 2014.  
<http://www.casadosbarros.com/>

Memórias da família Perfeito de Magalhães. 2016. “Descendentes da Casa da Corredoura.” Criado por L.M.S. Mascarenhas Gaivão, 20 de Maio de 2015.

<http://maganifico.blogspot.pt/2015/05/descendentes-da-casa-da-corredoura.html>.

Memórias da família Perfeito de Magalhães. 2016. “Descrições da Casa da Corredoura.” Criado por L.M.S. Mascarenhas Gaivão, 5 de Janeiro de 2014.

<http://maganifico.blogspot.pt/2014/01/descricoes-da-casa-da-corredoura.html>.

Memórias da família Perfeito de Magalhães. 2016. “Os azulejos da Casa da Corredoura.” Criado por L.M.S. Mascarenhas Gaivão, 4 de Fevereiro de 2014. <http://maganifico.blogspot.pt/2014/02/os-azulejos-da-casa-da-corredoura.html>.

Museu de Lamego. 2016. “Museu – História”. Criado por Museu de Lamego, 2016.

<http://www.museudelamego.pt/historia/>.

Quinta da Protelada. 2016. “Douro - Sedielos - Pêso da Régua. História”. Criado por Rui Manuel

Teixeira, 2014. <https://sites.google.com/site/quintadaportelada/home/historia>

Sogevius. 2016. “Quinta do Arnozelo”. <http://www.sogevinus.com/quinta-do-arnozeto/>

#### **1.4. Fontes visuais (desenhos, plantas, fotografias e processos de obras)**

##### **Arquivo Municipal da Mêda**

s.a. (s.d.). *Vista aérea da Câmara Municipal da Mêda*. Fotografia. Cota: AMMDA/AF/F/C-09.38

##### **Biblioteca de Arte e Arquivo/ Fundação Calouste Gulbenkian**

Azevedo, Carlos de (1959-1962). *Solares Portugueses*. Material Gráfico, 879 provas fotográficas; 13 x 18 cm; 904 negativos ; 6 x 6 cm, 6 x 9 cm: p&b. Cota: CFT011.

##### **Biblioteca e Arquivo Municipal de Torre de Moncorvo**

AAVV. 2001. *Sondagens e Escavações Arqueológicas na Zona do Castelo de Torre de Moncorvo – 2001. Relatório Final*. Arquivo Municipal de Torre de Moncorvo.

Moncorvo, Câmara Municipal de Torre de. 1999-2000. “Imoveis de Interesse Patrimonial - Solar dos Pimentéis.” In *Caracterização e diagnostico da área de intervenção in Plano de Pormenor de Salvaguarda do Centro Histórico de Torre de Moncorvo*, Volume VII. Torre de Moncorvo (consultado no Arquivo Municipal de Torre de Moncorvo)

Moncorvo, Câmara Municipal de Torre de. s/d. “Solar dos Pimentéis.” In Pasta 249 e 215. Torre de Moncorvo (consultado no Arquivo Municipal de Torre de Moncorvo)

Moncorvo, Câmara Municipal de. 2008. “Casa Leopoldo Henriques.” In *Inventário de Património Arqueológico e Architectónico do Concelho de Torre de Moncorvo*, Gabinete do Património, Câmara Municipal de Torre de Moncorvo (sem paginação; consultado no Arquivo Histórico de Torre de Moncorvo)

Moncorvo, Câmara Municipal de Torre de. “Plano de pormenor de salvaguarda do centro histórico de Torre de Moncorvo” in *Pasta Núcleo Medieval - Alçados Existentes*. Gabinete Técnico Local (consultado no Arquivo Histórico de Torre de Moncorvo).

Moncorvo, Câmara Municipal de Torre de. 2008. “Casa Leopoldo Henriques”. In *Inventário de Património Arqueológico e Architectónico do Concelho de Torre de Moncorvo*. Gabinete do

Património. Câmara Municipal de Torre de Moncorvo (sem paginação; consultado no Arquivo Histórico de Torre de Moncorvo).

s.a. (s.d.). Diversas fotografias (*Solar dos Pimenteis, Solar do Sagrado Coração de Jesus, Solar dos Tenreiros, ...*), (consultado no Arquivo Histórico de Torre de Moncorvo).

**Câmara Municipal de Alijó**

*Núcleo Museológico Favaio, Pão e Vinho*. Folheto informativo.

**Câmara Municipal da Mêda**

s.a. (Fevereiro de 1996). *Plantas da Câmara Municipal de Mêda*. Sector de Obras, Câmara Municipal.

**Câmara Municipal de Sabrosa**

s.a. 2009. "Casa das Quintãs - Levantamento Fotográfico de Área Volumes". in Conceção, Execução e Fiscalização de Projectos, Lda. Proc.28/2009 (em consulta na Divisão de Obras)

**Google Maps**

GOOGLE. 2008. *Google maps*. Acedido entre 2015 e 2019. <https://www.google.pt/maps>